

Volumes publicados

1

Pedro Penteado

PEREGRINOS DA MEMÓRIA

O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré

Lisboa, 1998 ISBN: 972-8361-12-2

2

Maria Adelina Amorim

OS FRANCISCANOS NO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos

Lisboa, 2005 ISBN: 972-8361-20-3

3

Colóquio Internacional

A IGREJA E O CLERO PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

The Church and the Portuguese Clergy in the European Context

Lisboa, 2005 ISBN: 972-8361-21-1

Propriedade, edição e administração:
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)
Faculdade de Teologia
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima - 1649-023 Lisboa

Concepção gráfica e Execução
SerSilito / MAIA

**A IGREJA
E O CLERO PORTUGUÊS
NO CONTEXTO EUROPEU**

Edição apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR

Portugal

Apoio Programa Operacional Ciência,
Tecnologia, Inovação do
Quadro Comunitário de Apoio III

A IGREJA E O CLERO PORTUGUÊS NO CONTEXTO EUROPEU

**THE CHURCH
AND THE PORTUGUESE CLERGY
IN THE EUROPEAN CONTEXT**

**LA CHIESA E IL CLERO PORTOGHESE
NEL CONTESTO EUROPEO**

**L'ÉGLISE ET LE CLERGÉ PORTUGAIS
DANS LE CONTEXTE EUROPÉEN**



**CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

LISBOA 2005

APRESENTAÇÃO

São agora publicadas as comunicações apresentadas ao Colóquio Internacional “A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu”, realizado em Roma e Viterbo de 4 a 8 de Outubro de 2004. Foi uma organização do Projecto “Fasti Ecclesia Portugaliae: Prosopografia do Clero Catedralício Português (1071-1325)”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desenvolvido no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Este mesmo Centro e o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra foram co-organizadores da iniciativa, cujas sessões decorreram no Instituto Português de Santo António, no Instituto Histórico Italiano para a Idade Média, na Pontifícia Universidade Gregoriana e na Universidade de Tuscia-Viterbo.

O conjunto das comunicações, focando sobretudo a época medieval, não se deteve nela. Mas é em relação àquele período que nos dá uma visão mais precisa do muito que a investigação actual tem revelado. Tommaso di Carpegna Falconieri evidencia a necessidade duma prosopografia geral dos clérigos que trabalhavam na Cúria romana dos séculos XI-XIII, tal a importância que alcançou então este órgão central da Cristandade do Ocidente. Jacques Pycke detém-se na prosopografia do cabido da catedral de Notre-Dame de Tournai, entre 1080 e 1340, dando-nos a oportunidade de acompanhar em tempo longo o evoluir desta instituição eclesial, na relação com os sucessivos movimentos gerais do baixo Medievo.

Algo coincidente é a comunicação de Ana Maria Jorge, Bernardo de Sá-Nogueira, Filipa Roldão e Mário Farelo, sobre a dimensão europeia do clero de Lisboa, entre 1147 e 1325, aqui bem asseverada. E, ligando ainda a origem local e o âmbito europeu, sublinhe-se a oportunidade da comunicação de Ana Maria Rodrigues, Maria Antonieta Moreira da Costa e Maria Justiniana Maciel sobre Pedro Hispano, cuja vastidão da obra atribuída tem dado azo a recentes redefinições. É também do único Papa português, João XXI (1276-1277), que trata o trabalho de Saul António Gomes, dando-nos dele o recorte mais seguro, tal como ressalta da análise do respectivo bulário.

Eduardo Carrero Santamaría apresentou uma importante síntese das suas investigações sobre a *Vita Communis* nas três peninsulares, da Reconquista ao final do Medievo: ideal ciclicamente retomado, a vida comum do clero catedralício teve algumas concretizações e outros tantos abandonos, de tudo dando notícia os testemunhos diplomáticos e arquitectónicos, que o autor sistematiza. A atenção de Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques incidiu sobre o poder episcopal e o património senhorial no século XIII, a propósito de Santa Maria de Campanhã, Porto. E a perspectiva prosopográfica predominante no colóquio, está bem presente na comunicação de Maria do Rosário Barbosa Morujão, sobre a família d'Ébrard e o clero de Coimbra nos séculos XIII e XIV. Ou na comunicação de Hermínia Vasconcelos Vilar e Marta Castelo Branco sobre o bispo de Évora Geraldo Domingues (1285-1321), e na de Maria Helena da Cruz Coelho e Anísio Miguel de Sousa Saraiva sobre Vasco Martins, sucessivamente bispo do Porto e de Lisboa († 1344). A comunicação de Maria Cristina Almeida e Cunha e Maria João Oliveira e Silva sobre o clero da diocese do Porto na Europa medieval, introduz-nos, como as antecedentes, na densa rede de contactos então existentes entre um corpo eclesiástico localmente referenciado e a Cristandade europeia de então. Ainda aí se inclui o trabalho de Hélène Millet sobre a participação portuguesa no concílio de Pisa (1409). Igualmente expressiva da

projecção portuguesa além fronteiras, é a figura do cardeal D. Jaime († 1459), plasticamente recordada na sua capela funerária de S. Miniato al Monte (Florença). Sobre ele e a sua sepultura versa o trabalho de Vânia Leite Fróes.

Como foi dito, algumas comunicações ultrapassam o quadro medieval. José Pedro Paiva desenha-nos um quadro geral e sugestivo do conjunto dos bispos portugueses e respectivas carreiras, entre D. Manuel I e o Pombalismo, conjugando-o com o que então se passava noutras nações católicas. À época moderna se refere também o estudo de João Marinho dos Santos sobre a catequização jesuítica no desígnio imperial do “Piedoso”. E já na época contemporânea se integram os trabalhos de Carlos Azevedo, sobre o ensino na Faculdade de Teologia de Coimbra no contexto europeu do século XIX, e de Maria Manuela Tavares Ribeiro, sobre o processo da construção europeia, na visão do episcopado português: se o primeiro aponta as persistentes lacunas da Teologia coimbrã oitocentista e dá sugestões oportunas para reavaliação do tema, o último pode ser bem mais afirmativo sobre a atenção dos bispos recentes ao processo de integração europeia.

No conjunto, a obra que agora se apresenta traz-nos uma visão ao mesmo tempo geral e circunstanciada sobre pessoas e instituições eclesiais portuguesas nas respectivas ligações com a realidade europeia. As comunicações apresentam reflexões e dados muito certificados pela grande idoneidade dos seus Autores, reputados especialistas das matérias que versam. Acontecendo tudo no âmbito de um projecto de investigação que assim também se avança, redobrando os seus frutos.

Manuel Clemente
Director do CEHR

INTRODUCTION

These proceedings comprise papers from the international meeting on “The Church and the Portuguese Clergy in the European Context”, held in Rome and Viterbo from 4-8 October 2004. The meeting was organised by the “Fasti Ecclesia Portugaliae: Prosopography of the Portuguese Cathedral Clergy (1071-1325)” project, funded by the Fundação para a Ciência e a Tecnologia, organised by the Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) at the Faculdade de Teologia at the Universidade Católica Portuguesa. The same centre, in association with the Centro de História da Sociedade e da Cultura at the Universidade de Coimbra, co-organised the event, whose sessions took place at the Istituto Portoghese di Sant’Antonio, at the Istituto Storico Italiano per il Medioevo, at the Pontificia Università Gregoriana and at the Università della Tuscia-Viterbo.

While the papers focused mainly on the mediaeval period, the scope extended beyond that time-span. However, the work on that specific period offers an accurate vision of what much recent research has brought to light. Tommaso di Carpegna Falconieri reveals both the need for a general prosopography of the clergy who worked in the Roman Curia from the 11th to the 13th century and the importance that this central institution in western Christianity gained at that time. Jacques Pycke probes the prosopography of the cathedral chapter of Notre-Dame in Tournai between 1080 and 1340, providing the opportunity to examine the long evolution of the institution in relation to the successive general movements in

the late mediaeval period. The same is true of the paper presented by Ana Maria Jorge, Bernardo de Sá-Nogueira, Filipa Roldão and Mário Farelo, which places a clear emphasis on the European dimension of Lisbon's clergy between 1147 and 1325. The paper by Ana Maria Rodrigues, Maria Antonieta Moreira da Costa and Maria Justiniana Maciel also links local origin to the European dimension, and is of particular relevance on Petrus Hispanus, whose attribution with a vast body of work has led to recent redefinitions. In turn, Saul António Gomes also spoke about the work of Hispanus – the only Portuguese pope, John XXI (1276-1277) – providing a more accurate profile of the man based on an analysis of the bulls that he issued.


Eduardo Carrero Santamaría produced an important summary of his research into the *Vita Communis* in Iberian cathedrals from the Christian reconquest to the end of the mediaeval period: the cyclically revisited ideal of the common life of the cathedral clergy adopted some concrete forms and was equally abandoned on a number of occasions, as revealed by the diplomatic and architectural forms that the author systematises. Luís Carlos Amaral and André Evangelista Marques then pay particular attention to episcopal power and the feudal holdings in the 13th century, based on their study of Santa Maria de Campanhã, in Oporto. The meeting's dominant prosopographical perspective is evident in the paper by Maria do Rosário Barbosa Morujão on the d'Ébrard family and the clergy in Coimbra during the 13th and 14th centuries. The same applies to the paper by Hermínia Vasconcelos Vilar and Marta Castelo Branco on Geraldo Domingues, the bishop of Évora from 1285-1321, and the one by Maria Helena da Cruz Coelho and Anísio Miguel de Sousa Saraiva on Vasco Martins, who was successively the bishop of Oporto and Lisbon († 1344). The paper by Maria Cristina Almeida e Cunha and Maria João Oliveira e Silva on the clergy in the diocese of Oporto in medieval Europe demonstrates – as indeed do the previous works – the dense network of contacts that then existed between the local ecclesiastical body and contemporary European

Christianity. The proceedings also include Hélène Millet’s work on the Portuguese participation in the Council of Pisa (1409). The figure of Cardinal D. Jaime († 1459) is equally significant in terms of Portugal’s profile abroad and expressed in plastic form through his funeral chapel at S. Miniato al Monte (Florence), as shown in V ania Leite Fr oes’s study of the man and his tomb.

As said, some papers focus on times outside the medieval period. José Pedro Paiva draws up a general and fascinating framework for the group of Portuguese bishops and their respective careers from the reign of King Manuel I to the period of the Marquis of Pombal’s government, combining this with events in other Catholic nations. João Marinho dos Santos’ work also focuses on the modern period, specifically dealing with the Jesuits’ evangelical work within the context of João III’s imperial plans. The contemporary era embraces the work of Carlos Azevedo, on education at the Faculdade de Teologia at the Universidade de Coimbra within the context of nineteenth-century Europe, and the paper by Maria Manuela Tavares Ribeiro on the process of European construction, seen from the perspective of the Portuguese bishops. While the former points out the persistent failings in the nineteenth-century theology taught in Coimbra and makes valid suggestions for reassessing the theme, the second is far more positive about the attention paid by recent bishops to the process of European integration.

As a whole, this work offers a vision that is simultaneously global and located by Portuguese ecclesiastics and institutions in their respective connections with European realities. Given the qualities of the authors, who are all established experts in their fields, these papers offer highly qualified reflections and information, all within the context of a research project that also benefits as its fruits multiply.

Manuel Clemente
Director of the CEHR



Colloquio Internazionale
La Chiesa e il Clero Portoghese nel Contesto Europeo

Istituto Portoghese di Sant'Antonio
Istituto Storico Italiano per il Medioevo
Pontificia Università Gregoriana
Università della Tuscia – Viterbo

Roma-Viterbo, 4-8 Ottobre 2004

Organizzazioni

Projecto «Fasti Ecclesiae Portugaliae»:
Prosografia do Clero Catedralício Português (1071-1325)

Con la collaborazione di
Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa
Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra

A DIMENSÃO EUROPEIA DO CLERO DE LISBOA (1147-1325)

ANA MARIA C. M. JORGE
BERNARDO DE SA-NOGUEIRA
FILIPA ROLDÃO; MÁRIO FARELO



Pretende-se no presente texto sobre a dimensão europeia do clero de Lisboa compreender as relações que bispos e membros do Cabido da Sé de Lisboa estabeleceram com o exterior, no contexto da Cristandade Latina do Ocidente, durante o período que medeia entre 1147 e 1325. Esta época é marcada, no reino de Portugal, em geral, e na diocese de Lisboa, em particular, pelas circunstâncias específicas do avanço e consolidação das conquistas territoriais a sul, lideradas pelos reis portugueses. A atenção centra-se, em primeiro lugar, no contexto, analisando-se a presença do alto clero secular lisboeta na corte régia portuguesa, crescentemente importante devido à centralidade política adquirida pela cidade de Lisboa ao longo do intervalo cronológico estudado. Em segundo lugar, a nossa atenção centra-se no relacionamento propriamente dito entre o alto clero diocesano lisboeta e o exterior, segundo duas perspectivas: por um lado, a formação universitária adquirida no estrangeiro e, por outro, a estada de membros do cabido de Lisboa em dioceses fora do reino e nas cúrias pontifícia e metropolitana de Compostela. É mencionada ainda neste âmbito a presença de estrangeiros no cabido catedralício.

THE EUROPEAN DIMENSION OF THE LISBON CLERGY (1147-1325)

ANA MARIA C. M. JORGE
BERNARDO DE SA-NOGUEIRA
FILIPA ROLDÃO; MÁRIO FARELO

This text on the European dimension of the Lisbon clergy focuses on the relations that the bishops and members of Lisbon cathedral chapter established with the outside world within the context of Western Latin Christendom from 1147 to 1325. Within Portugal in general and the Lisbon diocese in particular, this period was heavily influenced by the advance and consolidation of the territorial conquests to the south, led by the Portuguese monarchs. The paper initially focuses on the context, analysing the presence of the senior secular clergy at the royal court and their increasing importance due to the central political role that Lisbon gained over the period in question. Secondly, it examines the relationship between the senior diocesan clergy in Lisbon and the outside world. This involves two approaches: on the one hand, university education gained abroad; on the other, visits by members of Lisbon cathedral chapter to dioceses outside Portugal, the pontifical curia and the metropolitan curia of Compostela. Within this context, mention is also made of the presence of foreigners in the cathedral chapter.

LA DIMENSION EUROPÉENNE DU CLERGÉ DE LISBONNE (1147-1325)

ANA MARIA C. M. JORGE
BERNARDO DE SÁ-NOGUEIRA
FILIPA ROLDÃO; MÁRIO FARELO

1. INTRODUCTION*

Cette étude concerne les évêques du diocèse de Lisbonne et le clergé de sa cathédrale. Situé dans la partie la plus occidentale de la Chrétienté, ce territoire peut être désigné comme périphérique. C'est pour cela qu'il a connu au cours du temps différentes formes d'isolement. Certes! Mais l'omniprésence de la mer a suscité, depuis l'Antiquité, des relations commerciales avec l'Orient, l'Italie, l'Afrique et les "voies" culturelles et ecclésiales ont élargi peu à peu ce territoire aux dimensions de l'Europe au cours du moyen âge.

En effet, le cadre géographique de notre étude est fourni par le diocèse de Lisbonne, qu'il faut imaginer concrètement au cœur des enjeux de la Reconquête et de la formation de la Chrétienté¹.

En ce qui concerne le cadre chronologique: le *terminus post quem* du XII^e siècle, plus concrètement 1147, est celui de la restauration du diocèse de

* Par Ana Maria C. M. Jorge (Universidade Católica Portuguesa). Chercheur principal du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ AZEVEDO, Rui de – Período de formação territorial. In *HISTÓRIA da Expansão Portuguesa no Mundo*. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, dirs. Vol. 1. Lisboa: Ática, 1937, p. 7-64; DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*. Paris: Centre Culturel Portugais, 1982; FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – Uma cidade do Imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville. *Estudos Medievais*. 7 (1986) 3-28; MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar, orgs. – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. 1. Lisboa: INIC; Centro de Estudos Históricos da U.N.L., 1990; MARQUES, A. H. de Oliveira – Late Medieval Lisbon. In *Wirtschaftskräfte und Wirtschaftswege: Festschrift für Hermann Kellenbenz*. Vol. 5. Stuttgart, 1981, p. 33-46; IDEM – Lisboa Medieval: Introdução metodológica ao seu estudo; Lisboa Medieval: uma visão de conjunto. In MARQUES, A. H. de Oliveira – *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 68-79, 80-91; PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Edições Palas, 1975; RIBEIRO, Orlando – Le site et la croissance de Lisbonne. *Bulletin de l'Association des Géographes Français*. Paris. 115 (1938) 181-203.



Le diocèse de Lisbonne au moyen âge, du XII^e au XIV^e siècle: limites approximatives²

Lisbonne, au sein du tout jeune royaume du Portugal. Le *terminus ante quem* de 1325, coïncide avec la fin du règne de D. Dinis. Ce *terminus* a été fixé pour la durée de ce projet dont on envisage le prolongement jusqu'au Bas moyen âge, dans le cadre des *Fasti Ecclesiae Portugaliae*³.

² Cf. SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – O espaço eclesiástico em território português (1096-1415). In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 147.

³ Project financé par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/42885/HAR/2001).

Le chemin heuristique parcouru nous a montré que l'étude des évêques et du clergé des cathédrales portugaises était loin d'être réalisée. Dans les dernières années, plusieurs mises au point ont enrichi la bibliographie, mais sans tenir compte, parfois de l'ensemble des sources disponibles, parfois du cadre historique global. En tout cas, nous pouvons dégager des ouvrages publiés depuis 1990 que l'étude, notamment de l'épiscopat, a fait des progrès sensibles. Certains personnages et diocèses ont fait l'objet d'études approfondies ce qui a permis de renouveler notre connaissance du clergé portugais au moyen âge⁴.

En ce sens, c'est surtout depuis une décennie que l'histoire du diocèse médiéval de Lisbonne a vu se multiplier les études concernant les institutions ecclésiastiques disséminées dans son territoire. D'une part, cet intérêt s'est consacré dans des études d'histoire urbaine, par la préoccupation de comprendre l'organisation ecclésiastique de l'espace observé, comme dans le cas des villes de Santarém, Torres Vedras ou Óbidos, entre autres. D'autre part, des dissertations de maîtrise et de doctorat en histoire ecclésiastique ont permis de connaître les composantes organisatrice, humaine et patrimoniale de certaines collégiales du diocèse⁵, dans la ligne des études effectuées auparavant sur des institutions régulières⁶.

⁴ Voir, pour cela, la bibliographie contenue dans les autres contributions du présent volume.

⁵ La bibliographie des collégiales du diocèse compte déjà quelques études de cas, des synthèses sur l'ensemble des collégiales d'une ville et la publication de documentation: BOTÃO, Maria de Fátima – *Poder e Influência de uma Igreja Medieval: A colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*. Cascais: Patrimonia, 1998; CONDE, Manuel Sílvio Alves – Sobre o património da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém: Das origens ao final do século XV. *Arquipélago. Revista da Universidade dos Açores*. 2^a série. 1 (1995) 49-104; MARQUES, Maria Inês Gonçalves – *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos Séculos XIV e XV: património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1999; MARTINS, Fernando – *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*. Dissertation de Maîtrise en Histoire Médiévale. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996; MENDONÇA, Manuela – *Tombos de três igrejas de Lisboa: S. Pedro de Alfama, S. João da Praça e Santa Marinha do Outeiro*. Lisboa: Colibri, 2000; RODRIGUES, Ana Maria Seabra – *La collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII^e-fin XV^e siècles): Étude Economique et sociale*. Paris, 1981. Dissertation de Doctorat de Troisième Cycle: Université Paris IV-Sorbonne; IDEM – La formation et l'exploitation du domaine de la Collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII^e-fin XV^e siècles). *Arquivo do Centro Cultural Português*. 19 (1983) 3-37; IDEM – As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV. *Didaskalia*. 15 (1985) 369-436; SERRA, Joaquim Bastos – *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*. Cascais: Patrimonia, 2003; SILVA, Manuela Santos – A formação de um património eclesiástico: O da igreja de Santa Maria de Óbidos. In IDEM – *A região de Óbidos na época medieval: Estudos*. Caldas da Rainha: Património histórico, 1994, p. 183-198; IDEM – Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos na Idade Média. *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Nouvelle série. 3 (1998) 7-24; VIANA, Mário – Documentos em Português da Igreja de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa (1277-1325). In COLÓQUIO ERNESTO DO CANTO, PONTA DELGADA, 2000 – *Actas: Ernesto do Canto: Retratos do homem e do tempo*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso; Câmara Municipal, 2003. Il faut mentionner aussi que Cristiano Laranjo, de la Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a décidé également d'enquêter sur l'histoire des collégiales de Ourém.

⁶ ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na baixa Idade Média: Património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996; GOMES, Saul António – *O Mosteiro de Santa Maria da*

Ce panorama est toutefois moins reluisant lorsque nous parlons de la hiérarchie séculière du diocèse. En attendant d'autres études sur les détenteurs de la mitre⁷, seul le chapitre cathédral a bénéficié d'une introduction à son histoire institutionnelle et sociale par le biais d'un mémoire de maîtrise élaboré à la Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne⁸.

Bien que centrés autour d'un monastère, d'un couvent, d'une collégiale ou d'une église, ces études sont particulièrement importantes par les données prosopographiques et d'implantation géographique qu'ils fournissent à la

Vitoria no século XV. Coimbra: Instituto de Historia de Arte da Universidade de Coimbra, 1990; MATA, Joel Silva Ferreira – *A comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos na Idade Média*. Porto, 1991. Dissertation de Maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O mosteiro de Odivelas no século XIV: Patrimônio e gestão*. Lisboa, 2001. Dissertation de Maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; SILVA, Carlos Guardado da – *O Mosteiro de S. Vicente de Fora: A comunidade regante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002; VARANDAS, José Manuel – *Monacato feminino e domínio rural: O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*. Lisboa, 1994. Preuves d'aptitude pédagogique et de capacité scientifique: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Diverses thèses de doctorat présentement en cours se proposent d'étudier la composante sociale de quelques unes de ces institutions. Ainsi Luís Rêpas, étudiant à la Faculté de Letras da Universidade de Coimbra, a choisi comme objet d'étude le monachisme cistercien féminin, lequel inclut les monastères de Odivelas et Almoester; Isabel Branquinho, de la Faculté de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa s'est chargée d'étudier le patrimoine et le personnel du monastère des chanoines réguliers de saint Augustin de S. Vicente de Fora; Maria Leonor Silva Santos, étudiante de doctorat de cette dernière faculté a entrepris récemment l'étude des couvents dominicains de S. Domingos de Lisbonne et de S. Domingos de Benfica, tandis que sa collègue Isabel Castro Pina débute actuellement son étude sur les *Lóios*, également appelés Chanoines Bleus.

⁷ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Éd. préparée et dirigée par Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967; BRANCO, Maria João – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 2^e série. 10 (1998) p. 55-94; CLEMENTE, Manuel – LISBOA, Diocese e patriarcado de. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. J-P. [Lisboa]: Círculo dos Leitores, 2000, p. 93-113; COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2/1: *A Catedral de Braga na História e na Arte (século XII-XIX)*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-463; COSTA, António Domingues de Sousa – D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa. *Arquivo Histórico Dominicano Português*. 4: 2 (1989) 1-150; CUNHA, D. Rodrigo da – *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: Vida, e acções de seus prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642; JORGE, Ana Maria C. M. – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (III^e-VII^e siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002; RENOUEAU, Yves – Un Français du Sud-Ouest, évêque de Lisbonne au XIV^e siècle: Thibaud de Castillon (1348-56). *Bulletin des Études Portugaises*. 13 (1949) 29-51. Publié aussi dans IDEM – *Études d'histoire médiévale*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1968; TEIXEIRA, Vitor Gomes – D. Fr. Estêvão, OFM: de Portugal a Avinhão, entre a fidelidade e a ingratidão. In *Portogallo mediterraneo*. A cura di Luís Adão da Fonseca e Maria Eugenia Cadeddu. Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche-Instituto sui rapporti italo-iberici, 2001, p. 39-74; VILAR, Hermínia Vasconcelos – O episcopado do tempo de D. Dinis: Trajectos pessoais e carreiras eclesíásticas (1279-1325). *Arquipélago. História*. 5 (2001) 581-604.

⁸ FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: 2004. 3 vols. Mémoire de Maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

compréhension plus globale du clergé de Lisbonne et de son insertion dans la ville et ses alentours. Celui-ci est d'ailleurs un thème majeur qui sort peu à peu de l'ombre. Ne pouvant étudier dans le détail, par manque de sources, leurs sentiments religieux ou leurs pratiques dévotionnelles, l'approche suivie a trait de plus en plus au rôle socio-politique que ce groupe joue dans le milieu urbain. Ainsi, il est nécessaire de se pencher sur les origines et les stratégies sociales des familles d'où proviennent les autorités ecclésiastiques de la ville (évêques, membres capitulaires et membres des collégiales).

L'histoire sociale du clergé lisbonnais demande donc de la réflexion, laquelle peut bénéficier, à brève échéance, de l'effort actuel mis dans l'étude des structures sociales présentes à Lisbonne (élites municipales, monachisme féminin, officiers royaux, noblesse de cour). Pour y parvenir, il faudra également recenser, et si possible établir, des biographies fiables de tous ses membres, ne négligeant aucun document, surtout ceux inédits conservés aux Archives du Vatican. Il faut aussi connaître l'influence de ce clergé sur le milieu rural, en travaillant sur le rôle des collégiales de Lisbonne dans l'organisation et l'administration de chapellenies dans l'espace rural environnant.

Somme toute, loin d'élaborer une analyse exhaustive des thématiques concernant les évêques et le clergé de la Cathédrale de Lisbonne, nous nous proposons de mettre en relief quelques thèmes que nous pouvons dégager des sources dépouillées jusqu'à présent. Ceci nous permettra, par après, de toucher du doigt la dynamique concrète de l'Église de Lisbonne, en saisissant l'Église réelle, laquelle dépasse celle reflétée dans les traités d'ecclésiologie ou dans les canons conciliaires. Ces thèmes sont: les rapports entre le haut clergé et le roi, la formation universitaire à l'étranger et l'internationalité du chapitre cathédrale.

2. LE HAUT CLERGÉ SÉCULIER DU DIOCÈSE DE LISBONNE À LA COUR ROYALE PORTUGAISE, AU SERVICE DES ROIS DU PORTUGAL (1211-1325)*

La présence de membres du haut clergé séculier de Lisbonne (surtout évêques, doyens et archidiacres)⁹ à la cour des rois du Portugal entre 1147 (conquête de la ville sur les Maures, suivie de la fondation du diocèse) et 1325 (décès du roi Dinis) est un fait prouvé à partir du règne d'Afonso II (1211-1223).

La cour royale étant le pivot critique de l'interaction entre les principaux protagonistes politiques opérant sur le «regnum» du roi des portugais – alors en formation, à cette époque de conquête territoriale aux dépens du presque défunt

* Par Bernardo de Sá-Nogueira (Universidade de Lisboa). Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

⁹ Voir tableau I et II dorénavant pour les listes des évêques et dignités du Chapitre cathédral.

Gharb Al-Andalous –, et entre ces protagonistes nationaux et les cours royales et princières de la Chrétienté latine de l'Occident, les évêques et chapitres des diocèses avaient naturellement le besoin d'être présents en permanence auprès de ce centre de décision.

D'ailleurs, suivant la pratique des monarchies féodales, tous les agents politiques présents à la cour royale étaient obligés de prêter «servicium» et «auxilium» au roi, comme contrepartie des avantages et privilèges qu'ils y obtenaient et conservaient. En tant que représentants de pouvoirs temporels implantés sur le territoire des rois du Portugal les évêques faisaient aussi partie intégrante du processus de décision politique à la cour royale portugaise, cette participation totale étant attestée par les confirmations épiscopales des chartes émises au nom du roi des Portugais et du Portugal, jusqu'au règne du roi Dinis (1279-1325).

Toutefois, dire que les membres du clergé d'un diocèse étaient présents à la cour royale seulement pour représenter les intérêts dudit diocèse serait une simplification trop réductrice—donc, inacceptable. Propriétaire et seigneur de centaines d'églises dans tous les diocèses du royaume (surtout Lisbonne et Braga), le roi, en qualité de patron, avait le pouvoir de nommer ses clercs les plus fidèles comme recteurs de ses églises¹⁰. D'autre part, l'appartenance au chapitre d'un diocèse ne signifiait pas nécessairement qu'un clerc soit un simple représentant des intérêts dudit diocèse, car le cumul de bénéfices ou prébendes était fréquent.

En outre, si l'on tient compte de l'environnement politique et social de la reconquête, il faut bien peser toute information disponible lorsqu'il s'agit d'évaluer la «fidélité principale» d'un clerc. «Ces individus seraient probablement concernés par diverses obéissances, sans doute variables selon les 'âges de la vie': d'abord, leur fidélité sera plus forte vis-à-vis des sociétés politiques qui avaient promu leurs carrières – la famille (nucléaire ou élargie, surtout la seconde), les ordres religieux, les associations commerciales, les institutions de nature diverse, les groupes organisés dedans l'Eglise ou l'Etat; ensuite, une fois que ces personnes ont compris, au fur et à mesure de leur carrière, la notion de hiérarchies des entités politiques, les liens se diviseront probablement entre les instances supérieures auxquelles ils étaient plus

¹⁰ Sur les églises du patronat royal portugais, voir SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – A organização do padroado régio durante o reinado de D. Dinis: Listas das apresentações. In JORNADAS SOBRE FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E EXERCÍCIO DOS PODERES NA EUROPA DO SUL, SÉCULOS XIII-XVIII, 1, Lisboa, 1988 – *Arqueologia do Estado*. Vol. 1. Lisboa: História & Crítica, 1988, p. 421-445 et MARQUES, Maria Alegria Fernandes – Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 359-387.

fortement rattachés; en dernier lieu, mais non moins importante, viendra la fidélité aux intérêts personnels, phénomène certainement moins commun à l'époque médiévale qu'aujourd'hui, en raison de la primauté du collectif sur l'individuel"¹¹.

S'appuyant sur les deux «bureaucraties jumelles» dont nous parle Jack Goody¹², florissantes à cette époque—à savoir, celles du roi et de l'église —, le groupe clérical élargissait et approfondissait son influence, puisée dans l'expertise des connaissances techniques du droit (civil et canonique), de la théologie et de la médecine.

Avant le règne du roi Afonso II, la proximité entre le clergé lisbonnais et les rois portugais est difficile à cerner, les clercs des diocèses de Braga et Coimbra dominant au service des monarques¹³. Mais, en 1205, vers la fin du règne de Sanche I (1185-1211), l'évêque de Lisbonne Soeiro I était un des juges désignés par le pape dans l'affaire qui opposait le couvent de Lorvão à l'évêque de Coimbra et au roi, même s'il intervint très peu et "s'excusa de remplir les fonctions pour lesquelles il avait été nommé"¹⁴. Le procureur du roi dans cette affaire était le chantre lisbonnais Fernando Peres, neveu du chancelier royal Julião, connu auparavant dans le milieu du service royal comme notaire de la cour. L'influence de la famille du chancelier, liée surtout à l'évêché de Coimbra, s'étendait non seulement au chapitre de Lisbonne mais aussi à celui de Viseu¹⁵.

En 1203, le même évêque Soeiro I agissait aussi comme juge d'appel pour un litige découlant d'une usurpation commise par le prieur du monastère de Santa Cruz de Coimbra avec l'appui du roi. En 1206, il faisait également partie du collège de juges responsable de la composition «in iudicio» obtenue dans l'affaire opposant l'évêque de Coimbra au maître des Templiers, mais ne représentant toujours pas les intérêts royaux. Ce même procès se déroulait avec l'archidiacre lisbonnais maître Mendo qui était un autre des juges¹⁶.

Entre 1203 et 1206, on trouve donc des membres du haut clergé lisbonnais intervenant dans des affaires judiciaires traitées à la cour royale, mais pas au service du roi en personne.

Cependant le règne d'Afonso II marque un changement important dans cette apparente absence d'intervention forte de membres du clergé lisbonnais à

¹¹ SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – Igreja e Estado. 1. Época Medieval. In *DICIONÁRIO de História Religiosa. C-I*, p. 390 [Traduction de l'auteur].

¹² *La logique de l'écriture: Aux origines des sociétés humaines*. Paris: Armand Colin, 1986, p. 31.

¹³ *DOCUMENTOS medievais portugueses: documentos régios*. Vol. 1: *Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques A. D. 1095-1185*. Introdução diplomática e notas de Rui de Azevedo. T. 1. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, p. XVII-LIV, LXI-XC.

¹⁴ BRANCO, Maria João Violante – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1999, p. 307.

¹⁵ BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 189-242.

¹⁶ BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 305-307.

la cour. D’abord, la conquête d’Alcácer do Sal en 1217, dirigée par l’évêque de Lisbonne lui-même, Soeiro Viegas, au nom du roi, démontre que la ville conquise et sa région appartenait à l’espace vital lisbonnais et que l’évêque était le chef naturel du pouvoir temporel pour la ville. Se référant à la participation de cet évêque au Concile de Latran IV, en 1216, Maria João Branco le range parmi “ceux qui, depuis longtemps, se trouvaient à la cour royale, soit en rendant service au roi comme procureurs ou avocats à Rome et dans le royaume, soit en étant par lui délégués dans ses affaires”¹⁷.

Aussi à l’époque d’Afonso II il faut faire référence au doyen de la ville, maître *Vincentius Hispanus*, écolier à Bologne – où il eut probablement des élèves très distingués et puissants¹⁸ –, plus tard chancelier du roi Sancho II (1223-1248) et évêque de Guarda. Maître Vicente fut un des principaux clercs au service du roi Afonso II, représentant ses intérêts dans les complexes conflits juridictionnels entre le roi et les princesses ses sœurs qui avaient résulté du testament de leur père et recevant du roi des rétributions à la hauteur de ses services¹⁹.

Avant de devenir évêque de Coimbra, dans les dernières années du XIII^e siècle, l’archidiacre lisbonnais Estêvão Eanes Bochardo fut aussi chancelier du roi, tel que l’avait été Domingos Eanes Jardo, évêque (élu, mais jamais confirmé) de Lisbonne – ce dernier étant aussi responsable de la fondation de l’université à Lisbonne²⁰.

Les carrières de ces clercs semblent avoir été clairement favorisées par le service du roi, puisque toutes les promotions eurent lieu alors que ces clercs étaient fréquemment à la cour royale et étaient appuyés sinon par le roi personnellement du moins certainement par des partis courtisans.

Tel est le cas de Maître João Rol (*Johannes Raolis*), successeur de Maître Vicente comme doyen de Lisbonne – et, comme lui, un des 22 conseillers du roi qui, en 1218, persuadèrent Afonso II de faire donation des dîmes royales aux évêchés du royaume²¹. Ce clerc, chapelain du pape, et ses frères formaient un groupe très intéressant: Pedro Rol, premier notaire-public de Lisbonne, Simão Rol, recteur de la paroisse lisbonnaise de Saint Mamès (São Mamede) et Martim

¹⁷ BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 488.

¹⁸ Pendant la deuxième décennie du XIII^e siècle, il semble avoir été maître, entre autres, du génois Sinibaldo Fieschi, futur pape Innocent IV. MELLONI, Alberto – *Innocenzo IV: La concezione e l’esperienza della cristianità come regimen unius personae*. Genova: Marietti, 1990, p. 49-54.

¹⁹ Le travail plus important sur Mestre Vicente, surtout pour ce qui est du service rendu au roi Afonso II, est l’oeuvre de COSTA, António Domingues de Sousa – *Mestre Silvestre e mestre Vicente, juristas na contenda entre D. Afonso II e as suas irmãs*. Braga: Editorial Franciscana, 1963.

²⁰ MORATO, Francisco Manoel Trigozo de Aragão – *Memoria sobre os Chancelleres Mores dos Reis de Portugal, considerados como Primeiros Ministros do despacho e expediente dos nossos soberanos*. *Historia e Memoria da Academia das Sciencias de Lisboa*. 12: 2 (1839) 91-107.

²¹ Procès analysé dans BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 505 ss.

Rol, moine cistercien à Alcobaça²². Son influence temporelle à Lisbonne et auprès de la cour était si forte qu'il parvint à être élu évêque, mais sans jamais en recevoir la confirmation. Depuis 1218, il apparaît, du côté de maître Vicente, à la tête de la faction du chapitre qui s'opposait à l'évêque Soeiro Viegas²³.

Maître Martinho, médecin du roi et trésorier du chapitre de Lisbonne, appartenait aussi au groupe des 22 médiateurs de la grande donation de 1218, tel que le déjà mentionné Fernando Peres, l'ancien chantre de Lisbonne, neveu du chancelier de Sancho I²⁴.

Un autre bon exemple est celui du doyen de Lisbonne, Pedro Juliães, futur pape Jean XXI, un des principaux acteurs dans le procès du "Serment de Paris", qui amena le prince Afonso, alors comte de Boulogne, au trône du Portugal – comme roi Afonso III²⁵.

Mateus était évêque de Lisbonne pendant le règne d'Afonso III (1248-1279). Clerc très proche du roi, il lui devait probablement toute sa carrière, sa richesse et son influence. Quand tous les évêques portugais s'absentèrent du royaume, laissant le pays soumis à l'interdit imposé par le pape, Mateus fut le seul à rester au Portugal et à la cour, ce qui démontre la force des liens qui l'unissait au roi.

João Martins de Soalhães, chanoine de Coimbra, était, avec le chantre d'Évora, l'un des négociateurs du roi à Rome: les deux, par l'intermédiaire de la «curia romana», établirent les termes de la paix entre le roi et les évêques du royaume. L'achèvement de la «Concordata» de 1289, base du futur *statu quo* entre le pouvoir royal et épiscopal, lui ouvrit l'épiscopat de Lisbonne, où il siégea entre 1296 et 1313. Soalhães était un des principaux ouvriers des sentences arbitrales de Tarazona (1304)²⁶, où le roi Dinis fut juge (avec prince Juan, oncle du roi Fernando IV, et l'évêque Ximeno de Saragoza) de deux affaires critiques pour les couronnes de Castille et Aragon: le règlement de l'affaire des princes de La Cerda – et, donc, de la succession à la couronne de Castille – et la question des limites frontalières entre les royaumes de Castille et Aragon et celui de Murcia²⁷. Avant de succéder à João de Soalhães comme évêque de Lisbonne, le

²² SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – *Tabelionato e instrumento público em Portugal: Génese e implantação (1212-1279)*. Vol. 1. Lisboa, 1996, p. 38-39. Dissertation de doctorat policopiée: Universidade de Lisboa.

²³ BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 514-515.

²⁴ BRANCO – *Poder real*, vol. 1, p. 513.

²⁵ La recherche récente a démontré les faiblesses de l'identification de Pedro Juliães, puisqu'on a trouvé trois ou quatre individus portant le même nom à la même époque. Le Pedro Juliães auteur de traités de médecine ne semble pas être le pape Jean XXI – MEIRINHOS, J. F. – Pedro Hispano Portugalense? Elementos para uma diferenciação de autores. *Revista española de filosofía medieval*. 3 (1996) 51-76, maxime p. 67-71 e 75.

²⁶ Dont le septième centenaire a été commémoré par le Congrès de la Couronne d'Aragon, qui a eu lieu à Valence en Septembre 2004.

²⁷ Sur ces conflits, voir les nombreux documents des Archives de la Couronne d'Aragon publiés par Ángeles Masiá de ROS – *Relación castellano-aragonesa desde Jaime II a Pedro el Cerimonioso*. Barcelona: C.S.I.C., 1994. 2 vol. (avec identification erronée des figures portugaises intervenantes). Pour des

franciscain Estêvão Miguéis, gardien des franciscains de Lisbonne, fut souvent requis par le roi comme juge des causes concernant la couronne²⁸. Il garda la confiance de Dom Dinis jusqu'à 1316-1317, époque où il dut s'éloigner de la cour, ayant perdu la faveur royale.

Pendant le règne de Dom Dinis, surtout à partir de l'épiscopat de João Martins de Soalhães, un groupe important de membres du chapitre lisbonnais se trouve presque toujours à la cour, au service du roi: non seulement le déjà mentionné chancelier royal, l'archidiacre de Santarém Estêvão Eanes Bochardo, devenu évêque de Coimbra vers les dernières années du XIII^e siècle, mais aussi le doyen, Egas Lourenço Magro, le maître-école et vicaire Afonso Pais, le portionnaire (puis chanoine) Afonso Martins (lui-même vice-chancelier du roi), les frères Afonso Fernandes Cogominho (trésorier du chapitre) et Gonçalo Fernandes Cogominho (chanoine) et les chanoines Martim Curvo et Mestre Pedro. Ils témoignent dans beaucoup d'affaires directement liés aux intérêts du roi et la couronne²⁹.

Entre 1147 et 1325, surtout pendant les règnes d'Afonso II et de Dinis, le haut clergé du diocèse de Lisbonne (spécialement ses évêques et doyens, mais aussi d'autres dignitaires du chapitre) eut une forte présence à la cour royale. Lisbonne était de loin la plus riche ville du royaume. Après Afonso III, son pouvoir économique se doubla en termes politiques, lorsqu'elle devint ville capitale en étant le siège du pouvoir royal. Procureurs des rois dans des affaires fiscales et juridictionnelles intérieures, le rôle de ces hommes s'étendait aussi aux affaires politiques entre membres de la famille royale et entre le roi et les évêques portugais – affaires très délicates et compliquées, précisément entre les règnes d'Afonso II et de Dinis (1211-1325). Pour le règlement de ces affaires les connaissances acquises au cours de leur formation universitaire se révélaient décisives.

3. ÉTUDES SUPÉRIEURES ET CARRIÈRES ECCLÉSIASTIQUES: QUELQUES CAS DANS LE DIOCÈSE DE LISBONNE ENTRE 1147 ET 1325 *

Identifier, pour la période de 1147 à 1325, des éléments de la hiérarchie ecclésiastique du diocèse de Lisbonne ayant eu une formation intellectuelle

informations concernant ce conflit dans la documentation portugaise, voir SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de – *O livro das lezírias d'el-rei D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, *maxime* p. 29-31 e 43-57.

²⁸ En 1306 (litige entre le roi et les héritiers du majordome de son père), 1307 (litige entre le roi et le maître des Templiers, sur des juridictions de châteaux et villes), 1309 (sentence définitive contre les Templiers), 1310 (autre sentence contre les Templiers) SÁ-NOGUEIRA – *O livro das lezírias*, p. 155, 235-236, 234-239, 240-245.

²⁹ SÁ-NOGUEIRA – *O livro das lezírias* (voir index).

* Par Filipa Roldão (Universidade de Lisboa). Boursière de recherche du projet *Fasti ecclesiae Portugaliae*.

développée à l'étranger – notamment un grade universitaire – s'est révélé une tâche assez délicate.

En effet, quoique nous ayons des études approfondies sur quelques universitaires du clergé de Lisbonne à l'étranger, bien connus au niveau national et international (par exemple, Pedro Juliães, Maître Vicente et Maître João de Deus³⁰), nous ne savons presque rien sur la formation supérieure des autres ecclésiastiques séculiers – notamment les membres du chapitre. En fait, les études consacrées au diocèse de Lisbonne nous informent rarement sur le niveau culturel du clergé, surtout, dans le premier siècle de vie du diocèse, jusqu'au milieu du XIII^e siècle³¹.

Ces difficultés sont d'abord attribuables aux sources: en ce sens la période entre 1147-1325 est effectivement une époque difficile. On ne dispose que d'un petit nombre de matricules universitaires et il n'existe pas de registre systématique des suppliques adressées au Pape afin d'obtenir de bénéfices pour étudier à l'étranger (de tels registres n'étant seulement disponibles qu'à partir de 1342³²).

D'autre part, il y a des difficultés relatives à la *titulatio* des individus. On constate que le titre de *magister* ne concerne pas seulement une formation supérieure: il pouvait signifier la poursuite des études dans les écoles capitulaires ou la simple occupation de la charge de *magister scholarum* dans le siège cathédral – conformément aux dispositions du III^e Concile de Latran en 1179³³. Dès 1290, avec la création de l'Université au Portugal, les titres universitaires cessent d'être exclusivement utilisés par des gradués formés à l'étranger. A partir de ce moment, les étudiants ont pu réduire drastiquement leurs coûts de

³⁰ Cf. ANTUNES, José – O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, Arcebispo-eleito de Braga e Papa João XXI. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 1. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 125-184; COSTA – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente* (voir note 18); IDEM – *Um mestre português em Bolonha no século XIII, João de Deus: Vida e obra*. Braga: Editorial Franciscana, 1957. Pour des études concernant des universités en Europe, où on note le séjour de membres du clergé de Lisbonne, bien qu'en nombre très réduit: SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Portugueses no Estudo de Salamanca*. Vol. 1: 1250-1550. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1962; IDEM – *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII^e-XVII^e siècle)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; IDEM – *Les Portugais et l'Université de Montpellier (XII^e-XVII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971; FARELO, Mário Sérgio – *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne: XII^e-XV^e siècles*. Montréal, 1999. Mémoire de Maîtrise en Histoire: Faculté des Arts et Sciences de l'Université de Montréal.

³¹ L'étude la plus approfondie dont on dispose aujourd'hui sur le diocèse de Lisbonne, FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, n'analyse le niveau culturel du clergé que dès 1277.

³² Cf. *MONUMENTA Portugaliae Vaticana*. 4 vols. Edition d'António Domingues de Sousa Costa. Roma-Braga: Editorial Franciscana, 1968-1982.

³³ Sur l'enseignement du clergé cf. la récente synthèse de Saul António GOMES – *A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural*. In *HISTÓRIA Religiosa*, vol. 1, *maxime*. p. 400-417.

déplacement à l'étranger – eux qui devaient partir d'un lieu si excentré dans la Chrétienté tel que Lisbonne. Par conséquent, être maître en droit n'impliquait dorénavant plus au préalable une présence à l'étranger.

De même, quand nous trouvons des clercs exerçant au service du diocèse des fonctions exigeant des connaissances en droit – tels que juge de causes ou procureur de l'évêque et du chapitre de Lisbonne à l'étranger, notamment auprès du Pape – cela ne veut pas dire forcément que ces clercs aient fréquenté des établissements d'enseignement supérieur. À vrai dire, ils pouvaient avoir seulement des connaissances plus ou moins empiriques des lois ou être des personnes jugées aptes, sans formation spécialisée obligatoirement exigée. Une telle réflexion nous semble aussi s'appliquer aux clercs se réclamant de connaissances en médecine.

En conséquence de ce que nous avons dit, on a réuni les clercs du diocèse de Lisbonne qui, entre 1147 et 1325, ont sûrement séjourné à l'étranger pour étudier: c'est-à-dire, ceux que la documentation nous montre clairement comme des étudiants ou professeurs aux universités à l'étranger. Ne considérant que ceux-ci, et excluant les nombreux cas douteux, on s'est fondé sur les études qui, d'une façon ou d'une autre, nous informent quant à la composition du clergé de Lisbonne – notamment celles de Mário Farelo³⁴, Maria João Branco³⁵ et Maria Alegria Marques³⁶.

Le tableau III présenté en annexe montre onze cas analysés. Pourtant, nous savons que l'ensemble des clercs prébendés du diocèse de Lisbonne entre 1147 et 1325 devrait être beaucoup plus large. Pour prendre un exemple, le chapitre cathédral de Lisbonne disposait alors d'une trentaine de prébendés.

En ce qui concerne leur formation, on peut constater qu'ils se divisent presque également entre l'Université de Paris et l'Université de Bologne, ayant fréquenté les cours de théologie, médecine et droit (canonique et civil ou tous les deux). On les trouve aussi dans les facultés préparatoires d'art et de philosophie. On ne trouve qu'une référence à l'Université de Toulouse. En fait, ces ecclésiastiques ont choisi les universités les plus anciennes et prestigieuses de l'Occident, ce qui indique leur préférence pour une formation universitaire du plus haut niveau.

A cet égard, ce premier recensement nous permet de distinguer deux moments: pendant la première moitié du XIII^e siècle, la majorité des clercs analysés a fait ses études supérieures à Bologne; par contre, à partir du milieu du

³⁴ Cf. FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa*.

³⁵ Cf. BRANCO, *Poder real*.

³⁶ Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra, 1990. Thèse de Doctorat: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990.

XIII^e siècle, l'université de Paris constitue le choix prédominant de ces clercs. Ainsi, on reconnaît deux voies privilégiées de recrutement des hommes de savoir à Lisbonne: d'abord la voie italienne – c'est-à-dire Bologne –, et, ensuite, la voie parisienne. Le milieu du XIII^e siècle marquerait le changement. Cette tendance présumée nous semble compréhensible si l'on pense à la situation interne du diocèse pendant le XIII^e siècle et qu'on considère les intérêts politiques des rois à Lisbonne³⁷. En fait, la prépondérance des maîtres en droit dans la première moitié du XIII^e siècle peut se relier aux besoins juridiques d'un diocèse en conflit interne, motivé par des difficiles rapports existant entre l'épiscopat et le pouvoir royal, c'est-à-dire les intérêts des rois Sancho I (surtout dans les dernières années), Afonso II et Sancho II; d'autre part, dès la seconde moitié du XIII^e siècle, la demande plus réduite de juristes peut se rapporter à une situation de pacification interne du diocèse, liée à la politique menée à Lisbonne par le roi Afonso III. Nous reviendrons à cette idée.

Les étudiants analysés ont occupé les positions les plus élevées à l'intérieur de la hiérarchie du diocèse de Lisbonne – on trouve quatre évêques, cinq dignitaires du chapitre (deux doyens, trois archidiacons) et cinq chanoines (si l'on tient compte des catégories ecclésiastiques successives d'un même individu). On ne trouve pas de personnes sans canonicats ou d'officier. En fait, ces derniers avaient moins de chances de poursuivre des études à l'étranger ou même d'approfondir les connaissances de base acquises. Tout ceci semble confirmer l'importance des études dans le succès d'une carrière dans l'Église.

On constate que l'occupation des canonicats est postérieure (ou, dans quelques cas, simultanée) à la conclusion des études universitaires à l'étranger. En fait, puisque seulement quelques années peuvent séparer l'obtention d'un grade universitaire du canonicat à Lisbonne, on peut affirmer que, sauf quelques exceptions – telles que pour l'évêque Domingos Anes Jardo, ou d'autres –, Lisbonne n'est pas un diocèse où ces maîtres terminent leur carrière. On constate que de nombreux clercs ont accumulé des bénéfices et des positions plus prestigieuses et peut-être plus avantageuses dans d'autres diocèses – tel est le cas, parmi d'autres exemples, de l'évêque João Martins de Soalhães, plus tard archevêque de Braga; du doyen Pedro Juliães, plus tard archevêque élu de Braga et pape sous le nom de Jean XXI; et du chanoine Afonso Dinis, plus tard évêque de Guarda et de Évora. Ce phénomène peut s'expliquer par la compétition pour un canonicat et pour le siège épiscopale à Lisbonne, bien que par le permanent conflit interne que le diocèse connaissait *grosso modo* à la première moitié du XIII^e siècle. En fait, plusieurs fois Lisbonne se constitue comme le premier diocèse d'accueil dans la hiérarchie ecclésiastique au Portugal, lorsque les

³⁷ Sur ce sujet cf. l'étude de Maria João BRANCO – Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração. *Lusitania Sacra*. 2^a série. 10 (1998) 55-94.

maîtres universitaires retournent dans royaume après leurs études *in terra aliena* – tels sont probablement les cas de Pedro Juliães, Maître Vicente, Maître João de Deus, Maître João Fogaça et Maître João.

En ce qui concerne les origines sociales de ces hommes de savoir, on n’a pas beaucoup d’informations. Cependant nous pouvons reconnaître des étudiants qui font partie de familles nobles – tels qu’Estêvão Eanes de Vasconcelos³⁸ – ou de familles liées par tradition plus au moins lointaine au service du roi et de l’Église – ce sont les cas de Maître Vicente³⁹, de Maître João Fogaça et de Domingos Peres⁴⁰. En revanche, on connaît l’illégitimité de la naissance de Afonso Dinis⁴¹ et les origines humbles que Domingos Anes Jardo reconnaît⁴².

En fait, un lien fondamental paraît se définir entre les études universitaires et l’occupation d’un canonicat à Lisbonne: il s’agit du rapport avec le roi.

Ainsi, avant d’être candidats au siège diocésain, plusieurs maîtres, venant des universités d’Europe, sont rappelés pour des charges auprès du roi, notamment comme clercs et conseillers du monarque: tels que D. Domingos Anes Jardo – il accompagne Afonso III dès sa sortie de France et devient conseiller du monarque et chancelier du roi D. Dinis; D. João Martins de Soalhães; Afonso Dinis – clerc du roi D. Afonso IV; et Maître João Fogaça – médecin de Dona Branca, reine de Léon et Castille, dont la famille, les Fogaça, serait très proche de la Cour. En conséquence, cette proximité du pouvoir due à leur condition de maîtres se découvre une fois plus lorsque, dans les suppliques adressées au pape, l’*intercessio regis* aide ces hommes à se procurer un canonicat au diocèse de Lisbonne.

Curieusement (ou peut-être pas) on constate que ces maîtres universitaires qui prennent des charges auprès du roi et qui occupent des canonicats à Lisbonne dès la seconde moitié du XIII^e siècle sont ceux qui, de façon prédominante, ont fait leurs études supérieures à Paris.

Retournant maintenant à l’idée exprimée ci-dessus, nous pensons que la prééminence des maîtres formés par l’Université de Paris au diocèse de Lisbonne, pendant la période indiquée, peut se comprendre dans le cadre tout à fait nouveau et de plus en plus prédominant des modèles politiques et culturels apportés de France au Portugal par le comte de Boulogne, le futur roi Afonso III⁴³. A côté de

³⁸ Cf. VILAR – O episcopado.

³⁹ Cf. COSTA – *Mestre Silvestre e Mestre Vicente*, 1963.

⁴⁰ Pour ces deux clercs, vide la liste de membres et des officiers du chapitre dans FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*.

⁴¹ Cf. COSTA, António Domingues de Sousa – Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de Afonso IV, professor na Universidade de Paris. *Itinerarium*. 3: 15 (Maio-Junho 1957) 370-417 e n° 16-17, p. 510-607.

⁴² Cf. FARELO – *La peregrinatio*.

⁴³ Les liens du comte de Boulogne, futur roi Afonso III, avec Paris sont forts, puisqu’il a séjourné dans la cour de sa tante D. Branca de Castille à Paris dès 1234 – cf. Leontina VENTURA – *A crise de meados do*

ces modèles, il a peut-être apporté aussi – dans ce las du milieu universitaire de Paris – des hommes de confiance, stratégiquement bien formés pour défendre les intérêts du roi dans le diocèse (non seulement ceux de D. Afonso III, mais aussi de D. Dinis et de D. Afonso IV), c'est-à-dire contribuer à la pacification et au contrôle des conflits, via la centralisation des pouvoirs à Lisbonne. Le cas de D. Domingos Anes Jardo nous semble caractéristique⁴⁴.

Bref, Lisbonne semble être entre 1147 et 1325 un diocèse où se joue d'une façon très claire les rapports entre *sacerdotium* et *regnum* ayant comme acteurs ceux auxquels un grade universitaire a donné le distinctif «troisième pouvoir», le *studium*⁴⁵, grâce auquel ils sont simultanément des hommes d'Église et des membres de la Cour royale. Plusieurs d'entre eux se sont intégrés au chapitre cathédral en y trouvant un lieu d'action privilégié.

4. LE CHAPITRE CATHÉDRAL *

Étudier la «dimension européenne» du chapitre cathédral de Lisbonne est, avant tout, reconnaître une dimension supplémentaire à une institution pourvue d'une capacité d'intervention ecclésiastique, juridique, économique et administrative limitée au diocèse dont elle est, avec l'évêque, le chef principal. Force est d'admettre que l'attention du chapitre se tourne davantage vers l'intérieur et la satisfaction de ses fonctions premières: l'obligation suprême d'assurer la magnificence du culte célébré dans la cathédrale, la réglementation de sa hiérarchie et de ses activités, l'administration de son patrimoine matériel et immatériel. D'ailleurs, ce caractère est d'autant plus remarquable dans le cas de Lisbonne que l'institution capitulaire assume la responsabilité de l'administration et de la promotion au sein de la cathédrale d'un culte d'un saint très efficace comme saint Vincent. Ainsi, cette institution joue rarement le rôle de représentant international. Cette charge appartient normalement à l'évêque et ne peut avoir d'expression qu'en cas de *sede vacante*⁴⁶.

século XIII. In *Nova História de Portugal*. Direction de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325): Do Condado Portucalense à crise do Séc. XIV*. Coordination de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem: Lisboa, Editorial Presença, 1996, *maxime* p. 115.

⁴⁴ Cf. ce que nous avons dit auparavant sur D. Domingos Anes Jardo – cf. VILAR – O episcopado.

⁴⁵ Pour une analyse des rapports entre ces «trois pouvoirs» cf. Jacques VERGER – Université et pouvoir politique, du Moyen Âge à la Renaissance. In CONGRESSO “HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE”, 5 a 9 de Março de 1990 – *Universidade(s): História: Memória: Perspectivas: Actas*. Coimbra, 1991, p. 11-23.

* Par Mário Farello (Universidade de Lisboa). Boursier de recherche du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

⁴⁶ Comme en mai 1262 lors de la supplique envoyée au pape sollicitant la légitimation du mariage et des fils du roi Alphonse III, comte de Bologne et de la reine Béatrice. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chanc. D. Afonso III*, livro 1, fol. 144.

Par conséquent, il faut rechercher cette «dimension européenne» dans l'exception, dans l'interruption de la normalité. De pair avec les perspectives déjà abordées, nous nous attarderons ici de façon objective sur le recours de forme récurrente des institutions capitulaire à la Cour métropolitaine de Compostelle et à la Curie pontificale. Celles-ci fonctionnent pour le chapitre cathédral de Lisbonne en tant que sièges confirmant les privilèges, la législation et la pratique, mais surtout, comme sièges d'appel de la justice épiscopale. C'est par la petite fraction de dignités et de chanoines de Lisbonne qui y a accès, de forme ponctuelle ou régulière, que nous pouvons attester cette «dimension européenne» comme il est montré par le tableau IV⁴⁷. Nous n'ignorons pas qu'il fallait sans doute avoir des qualités spécifiques pour pouvoir représenter l'institution au sein de ces pouvoirs. Des bons intercesseurs ne pouvaient pas nuire. Mais surtout, il fallait être lettré, cultivé intellectuellement et connaisseur des rouages des diverses bureaucraties. Ce n'est pas une coïncidence si, à la cour de la deuxième moitié du XIII^e siècle, certains de ces hommes réussirent à mener à bien d'importantes carrières au sein de l'institution capitulaire. Le prestige d'une formation supérieure acquise à Paris et à Bologne leur fournissait une porte d'entrée à la Curie et la possibilité d'y former de bons réseaux de sociabilités, notamment auprès du pape et des membres du Collège des Cardinaux. Si, d'une part, l'attribution d'une prébende complétait leurs revenus, le chapitre retrouvait à son tour, dans des hommes comme Pierre d'Espagne, Maître Vicente ou Maître João de Deus, des puissants appuis pour ses affaires, ce qui les rendait dignes d'en occuper le sommet de sa hiérarchie⁴⁸.

Il reste cependant que cette partie du personnel capitulaire détenant des liens à l'étranger ne semble pas suivre en général une carrière à la Curie pontificale. Cette liaison permettait tout au plus de devenir exécuteur de mandements apostoliques pour la résolution des conflits entre des institutions et des individus issus du royaume. Les interventions à titre personnel, faites en personne ou par procureur, ont pour but l'amélioration de leurs cursus bénéficiaires respectifs. Ces carrières s'agencent en fonction de l'accumulation de bénéfices dans les neuf diocèses du royaume, débordant rarement du cadre ibérique.

Si l'on renverse l'angle d'approche, il est possible d'attester l'influence étrangère au sein de l'institution (tableau V). Depuis la seconde moitié du XIII^e siècle, l'arrivée d'étrangers dans le chapitre de Lisbonne issus notamment de la

⁴⁷ En fait, nous n'ignorons que le contexte de la fondation du chapitre en 1148-1149 eut lieu dans le cadre d'une importante influence exogène, remarquée dans l'arrangement du corps dignitaire de l'institution, comme dans le recrutement ces premiers dignités et chanoines. Ce dernier aspect constituera cependant une conjoncture sans lendemain, lorsqu'au cours de la deuxième moitié du XII^e siècle cette première génération cédera sa place progressivement à des clercs autochtones. BRANCO, Maria João – A conquista de Lisboa revisitada. *Arqueologia Medieval*. 7 (2001) 224.

⁴⁸ Sur ces personnages, voir les différentes notes données au cours de cet article.

péninsule italienne témoigne de l'efficacité de l'intercession de Rome-Avignon, amenée par la croissante intervention du pouvoir pontifical dans l'octroi de bénéfices ecclésiastiques, à partir d'une législation orchestrée de Clément IV (1265-1268) à Jean XXII (1316-1334)⁴⁹. Bien sûr, localisée à la périphérie, à la limite occidentale de la Chrétienté, cette insertion n'avait comme but que l'argent des prébendes fourni aux curialistes qui réussissaient à les obtenir. Tel est sans doute le contexte de l'installation capitulaire de hauts personnages de la hiérarchie ecclésiastique tels que Maître Bernard d'Espagne ou le cardinal Godofred de Alatro, dès le milieu du XIII^e siècle⁵⁰. Pour ceux-ci, un canonicat ou une dignité dans le chapitre de Lisbonne ne signifiait pas un bénéfice de très grande importance symbolique, mais bien un accroissement de revenus dans leurs stratégies d'accumulation bénéficiale.

Ces grandes figures, de qui dépendait vraisemblablement la promotion de certains clercs portugais, ouvraient également l'institution cathédrale à leurs proches. Or, l'insertion dans le chapitre de Lisbonne de personnages provenant du Latium, comme Beltold de Labro, Benedict et Pierre de Fumone, ainsi que Jacques de Filiis (demi-frère du cardinal Stefaneschi)⁵¹ s'explique mal sans une intervention pontificale en guise de rétribution des services effectués et sans l'existence de liens étroits avec le royaume portugais que le manque de sources ne permet pas d'entrevoir. De plus, il ne faut pas penser qu'il faille identifier le fait d'être étranger à la simple accumulation *in absentia* des bénéfices capitulaires à Lisbonne. Bien que constituant une minorité, les deux derniers noms évoqués montrent que l'obligation de résidence ne fut pas toujours contournée. Ces deux Italiens vécurent de nombreuses années à Lisbonne, l'un d'entre eux ayant même laissé de la descendance.

En dernier lieu, des conjonctures favorables dues à la présence à la tête du diocèse d'un évêque particulièrement sensible aux intérêts avignonnais⁵² permirent l'accès d'étrangers aux dignités du chapitre, comme lors de la décennie 1310 avec Vivian de Acromonte et le cardinal Pierre Tessier⁵³. Toutefois, cette conjoncture n'existera que ponctuellement jusqu'à la Peste Noire. Elle deviendra prédominante à partir de celle-ci, jusqu'à la décennie 1370, avec l'insertion et l'affirmation dans le chapitre cathédral de Lisbonne de divers cardinaux et de membres de la Chambre Apostolique séjournant au Portugal⁵⁴.

⁴⁹ Bernard GUILLEMAIN – *La politique bénéficiale du pape Benoît XII (1334-1342)*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, Editeur, 1952, p. 21-33.

⁵⁰ MARQUES – *O Papado e Portugal*, p. 156, 181-2, 197 (note 38) et FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 222-223.

⁵¹ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 166, 166-167, 334-344, 241-244 respectivement.

⁵² TEIXEIRA – D. Fr. Estêvão, p. 58.

⁵³ FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*, vol. 2, p. 136, 146-147.

⁵⁴ *Ibidem*, vol. 1, p. 83-92.

Au terme de cette étude, on est conscient qu'il reste beaucoup de silences et d'ombres qu'il faut imputer à l'absence des renseignements fournis par les sources. Toutefois, on croit que cette recherche menée en parallèle pour tous les autres diocèses du Portugal médiéval permettra d'ouvrir, directement ou indirectement, de nombreuses autres perspectives sur ce diocèse, ainsi que de saisir plus profondément la complexité des thèmes ici présentés. On se réjouit donc que cette recherche continue pour Lisbonne et au-delà de Lisbonne.

Tableau I – Les évêques de Lisbonne (1147-1325) ⁵⁵

<i>Gilbertus</i> [Gilberto]	(1147-1163)
<i>Alvarus</i> [Álvaro]	(1164-1184)
<i>Suerius</i> [Soeiro I]	(1185/1186-1209/1210)
<i>Suerius</i> [Soeiro II]	(1211-1233)
<i>Vincentius</i> [Vicente] (postulé)	(1233)
<i>Pelagius Petri</i> [Paio Peres] (élu)	(1233)
<i>Johannes Falberti</i> [João Falberto] (élu)	(1234)
<i>Stephanus Gometi</i> [Estêvão Gomes] (élu)	(1234-1237)
<i>Johannes Raolis</i> [João Rol]	(1239-1241)
<i>Ricardus Guillelmi</i> [Ricardo Guilherme] (postulé)	(1241)
<i>Arias Velasci</i> [Aires Vasques]	(1241/1244-1258)
<i>Mattheus</i> [Mateus]	(1258-1282)
<i>Dominicus Iohannis Iardus</i> [Domingos Eanes Jardo] (élu)	(1284)
<i>Stephanus Iohannis</i> [Estêvão Eanes de Vasconcelos]	(1286-1287)
<i>Dominicus Iohannis Iardus</i> [Domingos Eanes Jardo]	(1289-1293)
<i>Johannes Martini de Soalhães</i> [João Martins de Soalhães]	(1294-1313)
<i>Frater Stephanus</i> [Frei Estêvão]	(1313-1322)
<i>Gonsalus Pererii</i> [Gonçalo Pereira]	(1322-1326)

⁵⁵ Références principales des tableaux I et II: JORGE, Ana Maria C. M., coord. – Episcopologio (Catálogo dos bispos católicos portugueses. In *DICIONÁRIO de História Religiosa. C-I*, p. 138-139; Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. 13145; BRANCO, Maria João – *Poder real e eclesiásticos: a evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*. Lisboa, 1999. Dissertation de doctorat: Universidade Aberta; FLEISCH, Ingo – *Kirche, Königtum und gelehrtes Recht im hochmittelalterlichen Portugal*. Bamberg, 1998. Dissertation de Maîtrise: Otto-Friedrich-Universität Bamberg; MÁRIO SÉRGIO FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa*; COSTA – *Mestre Silvestre e mestre Vicente*; CUNHA, D. Rodrigo da – *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa: Vida, e acçoens de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642.

Tableau II – Dignités du Chapitre cathédral de Lisbonne (1150-1325)

DOYENS

Robertus [Roberto] (1150-1173)
Suerius Venegas? [Soeiro Viegas?] (1188-1211)
Magister Vincencius [Mestre Vicente] ([probablement depuis 1312]...1213-1229)
Johannes Raolis [João Rol] (avant 1226...1233-1240)
Simeon Raolis [Simão Rol] (1240-1241)
Magister Suerius [Mestre Soeiro] (1245...1251)
Magister Bernardus Hispani [Mestre Bernardo Hispano] (1250, oct. -1252, fev. ...1255)
Magister Petrus Juliani [Mestre Pedro Juliães] (1250, jun.-1254...1260-1272)
Petrus Martins [Pedro Martins] (1276-1277)
Egidius Martini (Rebolum) [Gil Martins (Rebolo)] (1277-1286)
Raimundus Laurenci [Raimundo Lourenço] (av. 1296)

CHANTRES

Durandus, praecentor [Durão] (1150)
Benedictus, praecentor [Bento] (1156-1173)
Stephanus [Estêvão] (av. 1185-1192)
Gonsalvus [Gonçalo] (1195)
Fernandus Petri [Fernando Peres] (1208-1217)
Magister Pelagius (Martini) [Mestre Paio (Martins)] (1218-1220)
Petrus Munis [Pedro Moniz] (1225-1226)
E. Roderici? [E. Rodrigues?] (1226)
Ricardus Guillelmi [Ricardo Guilherme] (1241-1264)
Johannes Pelagi Lobeira [João Pais Lobeira] (1265-1283/4)
Gonsalvus Iohanni [Gonçalo Eanes] (1288-1294)
Petrus Remigii [Pedro Ramires] (1294-1313)
Viviano de Acromonte (1313)
Alphonsus Dominici [Afonso Domingues] (1319-1329)

ARCHIDIACRES DE LISBONNE

Eldebredus [Eldebrede] (1148). Désigné d'Archidiacre
Bartholomeus [Bartolomeu] (1150-1165). Désigné d'Archidiacre
Egeas [Egas] (1154). Désigné d'Archidiacre
Magister Petrus [Mestre Pedro] (1168). Désigné d' Archidiacre
Magister Menendus Gonsalvi [Mestre Mendo Gonçalves] (1186-1211...avant 1219)
Magister Johannes [Mestre João] (1220)
Pelagius Alvari [Paio Álvares] (1227...1229)
Johannes Fafila [João Fáfila] (1228...1230)
P. (1238)
Nuno Gomeci [Nuno Gomes] (1245-1256). Ancien Maître-école
Magister Johannes de Deo [Mestre João de Deus] (1259-1261)
Magister Johannes de Villa Viridi [Mestre João de Vila Verde] (1265-1272)
Dominicus Gonsalvi [Domingos Gonçalves] (1285-1313)
Cardinal Petrus Textoris [Pedro Tessier] (...-1325)
Petrus Alfonsi [Pedro Afonso] (1325)

TRÉSORIERS

- Menelaus* [Menelau] (1150-1168)
Garsias Fernandi? [Garcia Fernandes?] (1191-1195)
Alphonsus Eriz? [Afonso Eriz?] (1198-1202)
Magister Martinus [Mestre Martinho] (1217-1218)
Alphonsus Fernandi [Afonso Fernandes] (1245)
Magister Johannes de Villa Viridi [Mestre João de Vila Verde] (1258-1264...1266/67). Désigné d'Archidiacre de Lisbonne en 1265
Michael Sueri [Miguel Soares] (1267-1268)
Dominicus Menendi [Domingos Mendes] (1270-1276)
Martinus Dade [Martim Dade] (1276-1277)
Petrus Martini [Pedro Martins] (1277-1286). Ancien Doyen
Dominicus Simeonis [Domingos Simões] (1295)
Alphonsus Fernandi Cogominho [Afonso Fernandes Cogominho] (1297-1308)
Magister Petrus [Mestre Pedro] (1311-1322)
Magister Egidius Dominici [Mestre Gil Domingues/Mestre Gil das Leis] (1322-1346)

ARCHIDIACRES DE SANTARÉM

- Matheus* [Mateus] (1150-1159...[av. 1165]). Désigné d'Archidiacre
Magister Arnulfus [Mestre Arnulfo] (1165-1195). Désigné d' Archidiacre
Magister Menendus [Mestre Mendo] (entre 1201, mai – 1203, juin). Désigné d' Archidiacre
Magister Vincencius [Mestre Vicente] (1206-1212). Désigné d' Archidiacre
Egidius Roderici [Gil Rodrigues Capão] (1237-1243, déc.)
Magister Suerius [Mestre Soeiro] (1244-1245, jan.)
Magister Petrus [Mestre Pedro] (1245, sep.)
Magister Dominicus [Mestre Domingos] (1251-1260...1269)
Mestre Amice (1265)
Vincencius Iohannis [Vicente Eanes] (1275-1280)
Stephanus Iohannis Bochari [Estêvão Eanes Bocharido] (1281-1297)
Stephanus Roderici [Estêvão Rodrigues] (1305-1320)
Martinus Martini Zote [Martim Martins Zote] (1325-1342)

MAÎTRES-ÉCOLES

- Adam, cancellarius* [Adão] (1150)
Stephanus, cancellarius [Estêvão] (1165-1168)
Petrus [Pedro] (1191)
 V. (1216)
Magister Stephanus Gomeci [Mestre Estêvão Gomes] (1220-1223...1232-1237...1241-1242)
Sancius [Sancho] (1232)
Nuno Gomeci [Nuno Gomes] (1238-1239)
Michael Sueri [Miguel Soares] (1245)
Magister Matheus [Mestre Mateus] (1250-1258)
Magister Petrus Juliani [Mestre Pedro Juliães] ([1262?-1272?])
Magister Johannes [Mestre João] (1275-1278)
Magister Stephanus Roderici [Mestre Estêvão Rodrigues] (1291-1303)
Alphonsus Pelagi [Afonso Pais] (1303-1326)

Tableau III – Fréquence universitaire attestée des évêques et membres capitulaires de Lisbonne (1147-1325):

Nom	Études universitaires			Charges dans le diocèse de Lisbonne
	Dates	Universités	Courses	
<i>Petrus Juliani</i> [Pedro Juliães]	I ^{ère} moitié du XIII ^e siècle	Paris	Philosophie; Médecine	Doyen
<i>Magister Vincencius</i> [Mestre Vicente]	I ^{ère} moitié du XIII ^e siècle	Bologne	Droit Canonique	Archidiacre: 1206-1212 Doyen: 1214-1226 Évêque postulé: 1233
<i>Magister Johannes de Deo</i> [Mestre João de Deus]	Bologne: 1220-1255 (professeur dès 1229)	Bologne	Théologie; Droit (Écolier et Professeur)	Chanoine: 1240/1; Archidiacre de Santarém: 1260
<i>Dominicus Petri</i> [Domingos Peres]	Milieu du XIII ^e siècle	Bologne	Droit	Diacre; peut-être chanoine
<i>Magister Johannes</i> [Mestre João]	Milieu du XIII ^e siècle	Bologne (?)	Droit	Chanoine: 1264
<i>Stephanus Johannis de Vasconcelos</i> [Estêvão Eanes de Vasconcelos]	Avant 1282	Bologne	Droit	Évêque: 1282-1290
<i>Dominicus Johannis Jardo</i> [D. Domingos Anes Jardo]	II ^e moitié du XIII ^e siècle	Paris	Théologie; Droit Canonique	Évêque: 1290-1293
<i>Johannes Martini de Soalhães</i> [D. João Martins de Soalhães]	II ^e moitié du XIII ^e siècle	Paris	[Théologie]	Évêque: 1294-1313
<i>Petrus Tessier</i> [Cardeal Pedro Tessier]	XIII-XIV ^e siècle	[...]; Toulouse	Droit Canonique	Archidiacre: Avant 1325
<i>Alfonsus Dinis</i> [Afonso Dinis]	1320-1345	Paris	Arts; Médecine; Théologie	Chanoine prébendé: 1342-1346
<i>Magister Johannes Fogaça</i> [Mestre João Fogaça]	1330 jusqu'après 1353	Paris	Arts; Médecine; Théologie	Recteur de l'église de St ^a Maria da Madalena; Chanoine: 1353

Tableau IV – Membres du chapitre de Lisbonne à l'étranger (XIII^e siècle-1325)

Nom	Bénéfices dans le chapitre cathédral de Lisbonne	Références principales à des activités à l'étranger
<i>Magister Vincencius</i> [Mestre Vicente]	Archidiacre (1206-1212) Doyen (1213-1229)	Étudiant à l'Université de Bologne
<i>Johannes Raolis</i> [João Rol]	Doyen (...1233-1240)	Chapelain pontifical Séjourna de nombreuses années à la Curie pontificale
<i>Magister Johannes de Deo</i> [Mestre João de Deus]	Chanoine (c.1241-1253...) Archidiacre de Lisbonne (...1259-1261...)	Clerc de Gil Torres, cardinal-diacre des saints Cosme et Damien (1241) Dédie une des ses œuvres à Octavien, cardinal-diacre de ste. Marie <i>in Via Lata</i> (1248)
<i>Magister Suerius</i> [Mestre Soeiro]	Archidiacre de Santarém (...1244-1245) Doyen (1245...1251...)	Chapelain pontifical (1244)
<i>Petrus Juliani</i> [Pedro Juliães]	Doyen (1250, Jun. - 1254...1260-1272...) Maître-école (1262?-1272?...)	Présent à la Curie romaine où il est par en procès contre le maître-école du chapitre pour l'élection de l'évêque de Lisbonne (1260) Pape sous le nom de Jean XXI (1276-1277)
<i>Magister Matheus</i> [Mestre Mateus]	Maître-école (...1250...)	Présent à la Curie romaine comme procureur de son chapitre (1250)
<i>Dominicus Menendi</i> [Domingos Mendes]	Chanoine (...1263...)	Présent à la Curie pontificale (1263)
<i>Egidius Martini (Rebolum)</i> [Gil Martins (Rebolo)]	Chanoine (après 1263-1274...) Doyen (1277-1286...)	Obtient une bulle d'institution dans un canonat de Lisbonne par l'intercession de <i>Ottobonus Fliscus</i> , cardinal-diacre de st. Adrien (1262) Chapelain pontifical Présent à Lyon (1274)
<i>Petrus Petri</i> [Pedro Peres]	Chanoine (...1267-1294...)	Chanoine de Compostelle
<i>Petrus Remigii</i> [Pedro Ramires]	Quartenaire (...1271...) Chanoine (...1284-1313...) Chantre (1294-1313...)	Présent à Lyon (1274)

Nom	Bénéfices dans le chapitre cathédral de Lisbonne	Références principales à des activités à l'étranger
<i>Magister Johannes</i> [Mestre João]	Maître-école (...1275-1278)	Présent à la Curie pontificale avec l'évêque de Lisbonne (1276)
<i>Dominicus Gonsalvi</i> [Domingos Gonçalves]	Chanoine prébendé (...1285-1313...) Archidiacre de Lisbonne (1285-1313...)	Obtient l'archidiaconat et le canonicat prébendé de Lisbonne par l'intercession de Godofredo de Alatro, cardinal-diacre de st-Jacques <i>Ad Velum</i> (1285)
<i>Johannes Martini de Soalhães</i> [João Martins de Soalhães]	Chanoine (...1289-1294)	Obtient un bénéfice par l'intercession de Jacques, cardinal-diacre de ste. Marie <i>in Via Lata</i> (1289)
<i>Pelagius Dominici</i> [Paio Domingues]	Chanoine (...1291-1294...)	Il donna au chapitre collégial de Guimarães une image de la Vierge Marie qu'il amena de Rome (1295)
<i>Magister Stephanus Roderici</i> [Mestre Estêvão Rodrigues]	Maître-école (...1291-1303)	Procureur à Compostelle du chapitre cathédral de Lisbonne (1294)
<i>Magister Martinus Petri</i> Mestre Martinho Peres]	Chanoine (...1293-1312...)	Nommé juge en procès par le doyen de Compostelle (1302)
<i>Martinus Iohannis Barbudo</i> [Martinho Eanes Barbudo]	Chanoine (...1294-1302...)	Nommé juge en procès par le doyen de Compostelle (1302)
<i>Egeas Laurecii Macer</i> [Egas Lourenço Magro]	Chanoine (...1296-1338...) Doyen (...1296-1338...)	Procureur à Compostelle de <i>Johanni Martini de Soalhães</i> (1294) Présent à la Curie pontificale au service de l'Église de Lisbonne (1319-1325/6)
<i>Magister Raimundus Laurencii</i> [Mestre Raimundo Lourenço]	Chanoine (...1296...) Doyen (avant 1296)	Chapelain de Pierre Colonna, cardinal-diacre de st. Eustache (1296)
<i>Alphonsus Fernandi Cogominho</i> [Afonso Fernandes Cogominho]	Chanoine prébendé (...1297...) Trésorier (...1294-1308...)	Chanoine de Palence (...1308...) Archidiacre de Cerato Chapelain pontifical (1346)
<i>Alphonsus Pelagii</i> [Afonso Pais]	Demi-chanoine (...1301-1303) Maître-école (1303-1326...)	Représente le chapitre à la Curie pontificale en procès contre l'évêque de Lisbonne (1319-1320)

Nom	Bénéfices dans le chapitre cathédral de Lisbonne	Références principales à des activités à l'étranger
<i>Alphonsus Petri</i> [Afonso Peres]	Demi-chanoine (...1304...) Chanoine (...1304-avant 1317)	Mourut à la Curie apostolique avant le 13 juillet 1317
<i>Valascus Martini de Riparia</i> [Vasco Martins da Ribeira]	Chanoine (...1308-1328)	Chanoine de Séville (...1324...)
<i>Magister Petrus de Villa Viridi</i> [Mestre Pedro de Vila Verde]	Chanoine (...1309-1310...)	Participa au le procès des Templiers de Castille et Léon (1310)
<i>Johannes Martini</i> [João Martins]	Quartenaire (...1310-1326)	Procureur de l'archevêque de st. Jacques de Compostelle (1310, 1314)

Tableau V – Étrangers dans le chapitre cathédrale de Lisbonne (XIII^e siècle-1325)

Nom	Bénéfices dans le chapitre cathédral de Lisbonne	Références principales à des activités à l'extérieur
<i>Ricardus Guillelmi</i> [Ricardo Guilherme]	Chantre (...1241-1264...)	Présent à la Curie romaine où il est en procès contre le maître-école du chapitre pour l'élection de l'évêque de Lisbonne (1260)
<i>Godofredus de Alatri, cardinal</i> [Godofredo de Alatro]	Chanoine (...1251-1287)	Chapelain du cardinal de ste. Maria <i>in Transtibre</i> (...1251...) Cardinal-diacre de st. Étienne <i>Ad Velum Aureum</i> (1261-1287)
<i>Bernardus Hispani</i> [Bernardo Hispano]	Doyen (...1252...)	Chapelain pontifical (avant 1250) Obtint canonat et dignités en Palence, Tuy et une dignité à Compostelle (1252) Auditeur du Sacré Palais Apostolique (1263)
<i>Benedictus de Fumone</i> [Bento de Fumone]	Chanoine (...1290-1297)	Camérier de Mathieu Orsini, cardinal-diacre de ste. Marie <i>in Porticu</i> .
<i>Beltodus de Labro</i> [Beltoldo de Labro]	Chanoine (...1297...)	Archidiacre de Bologne (...1297...) Chapelain pontifical (...1297...)
<i>Raimundus de Monceros</i> [Raimundo de Monceros]	Chanoine (1305-1310...[c. 1322])	Bénéfice dans le diocèse d'Oxford (...1310...) Chanoine prébendé de Lérída? (...1310...)

Nom	Bénéfices dans le chapitre cathédral de Lisbonne	Références principales à des activités à l'extérieur
<i>Petrus de Fumone</i> [Pedro de Fumone]	Chanoine (...1309-1334...)	Originaire de l'étranger, sûrement Fumone (Latium)
<i>Viviano de Acromonte</i>	Chantre (...1313...)	Chanoine prébendé de Dax (1313)
<i>Jacobus de Filiis</i> [D. Jacobo]	Chanoine (1317-1372...) Demi-chanoine (1317?-1345...)	Chapelain du cardinal Stephaneschi, son demi-frère Chapelain de Annibaldo de Ceccano, cardinal de Frascati Canonicat prébendé de ste. Marie <i>in Transtiberim</i> (...1345...) Obtint le canonicat en expectative de prébende de st. Pierre de Rome (1345)
<i>Raimundus de la Lana</i> [Raimundo de La Lana]	Portionnaire (...1317-1338...)	Onomastique étrangère
<i>Petrus de la Brunia</i> [Pedro de Brunia]	Chanoine (...1322-1328)	Recteur de Colonges, diocèse d'Agen (...1323...) Chanoine prébendé de Forcalquier (1328...) Collecteur apostolique dans la Péninsule ibérique (1322-1323...) Nonce apostolique (...1327-1328...)
<i>Petrus Textoris, cardinal</i> [Pedro Tessier]	Archidiacre de Lisbonne (...-1325)	Cardinal de st. Etienne <i>in Coeliomonte</i> (1320-1325) Vice-chancelier apostolique (...1325)

O CLERO DA DIOCESE DO PORTO NA EUROPA MEDIEVAL

MARIA CRISTINA ALMEIDA E CUNHA
MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA



O presente estudo pretende dar a conhecer o modo como os clérigos detentores ou não de conesias e dignidades da diocese do Porto (exceptuados os prelados) surgem na Europa, e saber que relações mantinham com os seus pares europeus até ao final do episcopado de D. Afonso Pires (1359-1372). O seu reduzido número, bem como a fraca presença de clérigos europeus no Porto, fez levantar uma série de questões que, por um lado, revelam a necessidade de estudos mais aprofundados, e, por outro, nos colocam diante de uma diocese que se vislumbra cheia de particularismos face às congéneres nacionais.

THE CLERGY OF THE DIOCESE OF OPORTO IN MEDIAEVAL EUROPE

MARIA CRISTINA ALMEIDA E CUNHA
MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA

This study aims to demonstrate how clergy who held or not canonships or positions in the diocese of Oporto (except the prelates) appeared in Europe, and to reveal the relationships that they had with their European peers until the end of the bishopric of D. Afonso Pires (1359-1372). Their small number and the restricted impact of foreign clergy in Oporto raise a series of questions that reveal the need for further studies, and also depict a diocese that had many individual features when compared to its Portuguese counterparts.

IL CLERO DELLA DIOCESI DI PORTO NELL'EUROPA DEL MEDIEVO

MARIA CRISTINA ALMEIDA E CUNHA^{*}
MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA^{**}

1. INTRODUZIONE

Nell'ambito del progetto "Fasti Ecclesiae Portugaliae", che pretende di far conoscere la prosopografia del clero diocesano portoghese dalla Riconquista fin agli inizi del secolo XIV, ci è toccato¹, così come ad altri due investigatori anch'essi presenti in questo Colloquio, il rilevamento delle informazioni relative al clero della Diocesi di Porto. In questo momento, si trova in fase finale di raccolta dati a partire dalla documentazione primaria (fonti medioevali, inedite o no).

Per il fatto che stiamo lavorando con questo tipo d'informazioni siamo portati ad indagare, nella bibliografia esistente, il maggior numero di riferimenti alla Diocesi in considerazione ed ai suoi prelati nel medioevo. Non ci è voluto molto tempo per verificare, nonostante i numerosi volumi, che, direttamente o indirettamente si rapportino alla città, a qualche suo prelato o anche alla chiesa portoghese in generale, le poche notizie che si hanno sulla diocesi propriamente detta. Vogliamo con questo dire che, nella scia di studi classici che ci portano degli elenchi più o meno completi, e più o meno corretti, dei prelati di Porto (questo è il caso di D. Rodrigo da Cunha² o, già all'inizio del secolo XX, di Monsignor José Augusto Ferreira³, parecchi autori hanno ripetuto informazioni⁴, aggiungendo poco di nuovo e soprattutto cercando d'analizzare l'evoluzione della Diocesi non nella sua dimensione interna (cioè, struttura, membri, patrimonio, ecc.), ma

^{*} Universidade do Porto. Ricercatrice del progetto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

^{**} Universidade do Porto.

¹ La squadra incaricata della Diocesi di Porto è costituita dal Professore A. Carvalho Homem, e dai Dottori Luís Carlos Amaral e André Marques, oltre le firmatarie di questo lavoro.

² CUNHA, D. Rodrigo – *Catálogo e História dos Bispos do Porto*. Porto, 1623.

³ FERREIRA, José Augusto – *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto: Fastos episcopais e políticos (século VI – século XX)*. Vol. 1. Braga: Cruz e C.^a, 1924.

⁴ Esempio: *HISTÓRIA da Cidade do Porto*. Dir. Damião Peres, António Cruz e A. de Magalhães Bastos. Porto: Portucalense Editora, 1962-1965, 3 vols. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Ed. preparada e dirigida por Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967.

essenzialmente nei rapporti che i vescovi mantennero non soltanto con la Corona portoghese⁵ ma anche con gli abitanti della stessa città⁶.

Avendo come scopo la tematica di questo colloquio, ci è parso opportuno cercare di capire in che modo il clero diocesano di Porto appare nell'Europa del Medioevo, o, in altre parole, sapere che rapporti manteneva il clero legato a questa diocesi con i suoi pari europei. Cercammo allora d'allargare la ricerca documentale oltre quella prevista nel progetto sopra riferito (1325) al terzo venticinquennio del secolo XIV, precisamente alla fine dell'episcopato di D. Afonso Pires (1359-1372). Questo prolungamento nel tempo viene giustificato, prima di tutto, per il fatto che la documentazione raccolta nell'ambito del progetto ci fornisce dati relativi alla presenza solo di prelati presso la Santa Sede. D'altra parte, non abbiamo avanzato fino alla fine del secolo, perché ci siamo accorti che dopo quel prelado la città seguiva già il cammino che l'avrebbe condotta al cambiamento di dominio con i coinvolgimenti evidenti nella gestione della diocesi.

Così, entro i limiti cronologici che abbiamo riferito, oltre alle pergamene esistenti nell'Archivio Provinciale di Porto (che riunisce i diplomi dell'Archivio del Capitolo, vale a dire nella collezione dei *Livros dos Originais* (Libri degli Originali), e di qualche Registro dell'Archivio del Vaticano⁷, abbiamo consultato le fonti pubblicate disponibili (*Monumenta Portugaliae Vaticana*⁸, *Bulário Português Inocêncio III (1198-1216)*⁹, *Censual do Cabido*¹⁰, *Chartularium Universitatis Portugalensis*¹¹, *Chancelarias Régias*¹², ecc.) per riunire il maggior numero possibile d'informazioni sul tema di cui ci occupiamo.

Prima, però, di far a conoscere i risultati della ricerca effettuata, sarà conveniente ricordare brevemente quello che si sa della diocesi di Porto nel periodo che ci proponiamo di studiare.

⁵ MARQUES, José – O Poder Real e a Igreja em Portugal na Baixa Idade Média. *Bracara Augusta*. 44 (1995).

⁶ A questo proposito, vedi, per tutti, SOUSA, Armindo de – *Conflitos entre o bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV*. Porto: Câmara Municipal, 1983.

⁷ Abbiamo avuto l'opportunità di consultarli grazie al protocollo dell'IDH con il Grices.

⁸ *MONUMENTA Portugaliae Vaticana (MPV): I Súplicas e II Súplicas (1378 -1418)*. Ed. António Domingos de Sousa Costa. Braga: Ed. Franciscana, 1968 e 1970.

⁹ *BULÁRIO Português: Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino Jesus da Costa; Maria Alegria F. Marques. Lisboa/Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1989.

¹⁰ *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924.

¹¹ *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis (1288-1537)*. Documenti riuniti e pubblicati da A. Moreira de Sá. Vol. 1 (1288-1377). Lisboa: Instituto da Alta Cultura, 1966. D'ora in poi questa opera verrà menzionata in modo abbreviato CUP seguita dalla menzione del volume, del documento e della pagina.

¹² *CHANCELARIAS Medievais Portuguesas: D. Afonso IV*. Vol. 1, 2 e 3. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

CHANCELARIA de D. Pedro I (1357-1367). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

2. STORIA DELLA DIOCESI

Con la designazione di D. Hugo (1112-1114) alla diocesi di Porto, finisce un periodo di vacanza durante il quale questa è stata governata da arcidiaconi e si trovava sotto l'autorità dell'arcivescovo di Braga. Proveniente dalla Borgogna, D. Hugo era stato, prima d'ascendere alla cattedra episcopale, arcidiacono di Compostela, diocesi diretta da Diogo Gelmires, con il quale manteneva buoni rapporti. Scelto come vescovo di Porto nel contesto della politica di D. Teresa con il regno vicino e con il prelado di Compostela, D. Hugo è stato consacrato nel 1114 dall'arcivescovo di Braga, D. Maurício Burdino¹³. Come risultato di aver ottenuto presso la Curia Pontificia parecchi benefici in suo favore, D. Diogo Gelmires intercesse presso la regina D. Teresa nel senso di conferire, nella persona di D. Hugo, una lettera di concessione d'attribuzione del terreno della città di Porto, il che è successo nel 1120. Il vescovo e i suoi successori venivano, così, in pieno possesso di tutta la giurisdizione della città. A breve termine quest'autorità esclusiva dei prelati generò successivi conflitti con gli abitanti e con i rappresentanti regi.

Al contrario di D. Hugo, i vescovi che lo seguirono, vale a dire D. João Peculiar (1137-1138), D. Pedro Rabaldes (1138-1145) e D. Pedro Pitões (1146-1152) occuparono l'incarico per periodi abbastanza ridotti, il che provocò nella diocesi una certa instabilità¹⁴ e diremmo persino un certo indebolimento di posizione relativamente alla congiuntura politico-religiosa nazionale. D. Pedro Sênior (1154-1174) riuscì a rompere la "tradizione" d'episcopati corti governando pacificamente la sua diocesi durante circa vent'anni. Questo clima di pace si sarebbe mantenuto nell'episcopato seguente, di D. Fernando Martins (1174-1185).

D. Martinho Pires (1186-1189) prese una decisione che molto piacque al Capitolo ma che a breve termine avrebbe portato a conflitti gravi: riorganizzò il Capitolo secondo il modello di Braga, istituendo quattro dignità (decano, cantore, maestro di scuola e tesoriere), sopprimendo i dieci arcidiaconati che esistevano prima di D. Hugo, unendoli alla tavola episcopale, alla tavola capitolare e alle dignità, dividendo e ripartendo le rendite del vescovado in tre parti: due per la Mitra ed una per il Capitolo. Questi cambiamenti che segnano la fine della vita del Capitolo come comunità regolare, suscitavano anche l'inizio di una serie di conflitti e tensioni tra il vescovo, la città ed il re, che si sarebbero prolungati fino all'anno 1407, anno in cui il vescovo D. Gil Alma e il re D. João I

¹³ ERDMANN, Carl – *O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa*. Coimbra, 1935, p. 25. Più tardi fu designato Papa dall'Imperatore Enrico VI, prendendo il nome di Gregório VIII, comunque fu scomunicato nel 1119 nel concilio di Reims. Su questo prelado, vedi DAVID, Pierre – *L'enigme de Maurice Bourdin*. In *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*. Coimbra, 1947.

¹⁴ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Porto. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. P-V *Apêndices*. [Lisboa]: Circulo de Leitores, 2001, p. 7.

stabilirono un concordato. A conflitti e tensioni si associarono ripetute richieste dell'intervento papale ed a causa di questo, gli spostamenti dei vescovi alla Curia Pontificia sono diventati sempre più frequenti.

Cercando di revocare la decisione del suo antecessore, D. Martinho Rodrigues (1191-1235) inizia una lotta fra la Mitra ed il Capitolo, che si trasformerà in lotta regia poiché il re D. Sancho I intervenne nella contesa per appoggiare la comunità capitola contro il vescovo, che si vide costretto a fuggire dalla città. Apparentemente, la questione fu rapidamente risolta ma di nuovo sorsero i conflitti includendo un quarto elemento: la città. I borghesi che desideravano sempre più un'autonomia di fronte al signore ecclesiastico, videro in questa contesa il momento ideale per rivoltarsi contro il signore della città. La questione fu risolta nel 1210, con il ritorno del vescovo alla sua diocesi che portò con sé due bolle di Innocenzo III¹⁵. Comunque nel 1233 il vescovo si trova di nuovo a Roma chiedendo al Papa di censurare il re che continuava a trasgredire gli accordi. D. Martinho, persistente difensore dei diritti della sua diocesi morì nel 1235 senza vedere le contese risolte.

Le leggi fiscali di D. Sancho I destarono grande ostilità da parte del clero incluso, del vescovo di Porto, D. Pedro Salvadores (1236-1247). Approfittando del suo spostamento a Roma il prelado rinnova le sue accuse contro il re, nonostante soltanto nell'anno seguente abbia esposto le proprie lagnanze al recentemente eletto papa, Innocenzo IV, nel Concilio di Lyon¹⁶.

D. Julião Fernandes (1247-1260) già nel 1250 cerca di certificarsi che il nuovo re, D. Afonso III, salverà tutte le immunità ecclesiastiche ed i diritti signorili sulla città di Porto il cui sviluppo commerciale generava conflitti sulla divisione dei redditi di lì provenienti. La questione dei diritti sugli effetti fiscali dell'entrata di navi nel fiume rimase risolta soltanto nelle corti di Leiria, 1254. Nel tentativo d'imporre la sua sovranità il re avanzò con le armi sulla città e costrinse il vescovo a pagare una multa, poiché si sentiva pregiudicato dall'esenzione d'imposte relative all'attività commerciale allora in franca espansione. Con lo scopo di risolvere ancora questa questione, D. Julião partì per Roma, dove cercò di dirimere una questione, già affrontata in vescovadi precedenti¹⁷, che opponeva i prelati di Porto a quelli di Braga e Coimbra a causa dei limiti delle diocesi, e ci riuscì per quanto riguardava i limiti di quest'ultima ma non relativamente a quelli di Braga.

¹⁵ Si tratta delle bolle *Graves oppressiones e Grave gerimus* tutte due datate il 13 Maggio 1210.

¹⁶ In questo concilio si dichiara D. Sancho II privato di tutta l'amministrazione del regno, essendo stato affidato al Conte di Bologna, D. Afonso di prendere il governo, decisione che è appoggiata da tutti i vescovi.

¹⁷ D. Martinho Rodrigues, nel 1198, era stato costretto dal Papa Innocenzo III, a restituire alla diocesi di Coimbra la Terra da Feira, da lui confiscata in contrasto alla composizione del Concilio di Burgos. Nonostante ciò tutto rimase uguale.

Nella sequenza delle Inchieste del 1258, D. Afonso III pubblica nel 1265 delle “leggi del tesoro” le quali non piacquero al clero, poiché con queste si legittimava l’usurpazione di un grande numero di proprietà della chiesa. I vescovi appellarono al re, essendo spinti, per l’ intransigenza di questo, a fare ricorso al Papa, dopo avere lanciato un’interdizione sul regno. D. Vicente Mendes (1261-1296) partì allora con i suoi pari per Viterbo, dove vennero ricevuti da Clemente IV agli inizi del 1267. Fino al suo ritorno, nel 1282, il vescovo riuscì a recuperare i diritti, i beni e i redditi personali e diocesani usurpati dal re, non senza evitare lunghi anni di lagnanze, accuse, punizioni, riunioni con i delegati apostolici, insomma di lotta per il mantenimento del potere ecclesiastico di fronte al potere regio.

Dopo un governo di trentacinque anni, la città di Porto conobbe due episcopati brevi di prelati che erano di passaggio per altre sedi¹⁸, e gli spostamenti alla Curia diminuirono. Comunque, i prelati seguenti ripresero la loro presenza presso i Papi. D. Frádulo (1308-1309) governò la diocesi tramite il suo vicario vescovile D. Gonçalo Pereira, decano della Sede¹⁹, poiché non uscì mai d’Avignone dove abitò e morì. Il suo successore D. Frei Estevão (1310-1313), francescano, confessore del re D. Dinis, partecipò al Concilio di Vienna nel 1311 – 1312, ed ebbe un ruolo importante in occasione dell’estinzione dei Templari e della creazione dell’Ordine di Cristo²⁰. Gli succedette nell’episcopato D. Fernando Ramires (1314-1322) che dovette far fronte a rinnovate lagnanze della città contro il suo dominio, vale a dire per ciò che riguardava l’amministrazione della giustizia. Dopo un nuovo intervento regio il vescovo se ne andò a Avignone. D. Dinis ordinò allora che il suo maggiordomo occupasse la giurisdizione della città, “abbandonata” dal suo signore, così come la torre o la fortezza e il palazzo episcopale e raccogliesse tutti i redditi appartenenti alla Mitra. D. Fernando Ramires non ritornò più, essendo stato trasferito dal Papa alla diocesi di Jaen (Castiglia) e poi a quella di Badajoz. La giurisdizione confiscata fu soltanto restituita a D. João Gomes (1323-1327), nel 1323, e la contesa fu risolta soltanto l’anno seguente quando l’infante D. Afonso si recò a Porto dove si riunì con il vescovo. Nel concordato allora elaborato si stabilì la forma di nomina dei giudici e d’appello delle sentenze. Malgrado questo documento, il vescovo mantenne rapporti tesi con il futuro re D. Afonso IV che cercò di favorire gli abitanti di una città in franca espansione, a scapito del suo dominio.

¹⁸ AZEVEDO, Carlos A. Moreira – Porto. In *DICIONÁRIO. P-V Apêndices*, p. 9. D. Sancho Pires, anziano decano di Porto e canonico della Sede di Tuy, ha occupato la cattedra fra il 1296 ed il 1300 e D. Geraldo Domingues, anziano decano di Braga e futuro vescovo di Palencia e di Évora, è stato a Porto fra il 1300 ed il 1308.

¹⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir. In *CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – Actas*. Vol. 2/1: *A Catedral de Braga na História e na Arte (século XII-XIX)*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-462.

²⁰ *MPV. II Súplicas*, p. XXX e seguenti.

D. Vasco Martins nominato direttamente dal Papa Giovanni XXII nel 1328, governò la diocesi di Porto fino al 1342. Parte del suo episcopato la passò nella Curia Pontificia dove arrivavano le lamentele del suo Vicario Vescovile, João Palmeiro, sugli abusi di D. Afonso IV e da dove cercò di risolvere i problemi legati all'amministrazione della città²¹. Nel 1335 il prelado si vide "costretto" dal Papa Benedetto XII a ritornare nella diocesi, esigendo allora dal re la restituzione delle rendite e della giurisdizione della città. D. Afonso IV non cedette su quest'ultimo punto e protestò tutti gli abusi praticati dai suoi pretori. La città stessa, approfittando dell'appoggio regio, si rivoltò contro il vescovo provocando un sollevamento nel 1341. Il vescovo uscì dalla città, dove non ritornò più, lasciandola interdetta. Finché non fu nominato vescovo di Lisbona²², governò la diocesi da Lamego.

D. Pedro Afonso (1343-1357)²³, fu trasferito dalla diocesi di Astorga dove deteneva già la dignità episcopale. Data la continua intromissione dei pretori regi veniva richiesto l'intervento papale. Il vescovo, dopo essersi riunito in un Sinodo Diocesano, ammonì il re minacciandolo con la scomunica maggiore, caso non rinunciasse alla sua posizione. La popolazione agitata dai delegati regi inviati con la missione di inquire a proposito delle "usurpazioni" minacciò il vescovo, e lo costrinsero a fuggire a Tuy, nel 1343, dove rimase circa dieci anni. Così ricadde nelle mani del re tutto il potere giudiziale della città, nonostante le innumerevoli scomuniche che il vescovo spedì da Tuy e l'interdizione lanciata sulla città e sulla diocesi. Il prelado esiliato andò personalmente a Roma²⁴ ed a Avignone, nel 1350 ad appellarsi al Papa. Due anni più tardi, già a Salamanca, scagliò sul re un'anatema che nella pratica non risultò in nulla, nello stesso anno ritornò ad Avignone dove cercò l'appoggio del nuovo Papa Innocenzo VI. Finalmente, nel 1354, giudici apostolici, giudici e procuratori del re e del vescovo si riunirono per pronunciare una sentenza che risolse definitivamente la questione, la quale fu ratificata dal Sommo Pontefice già nel tempo del successore alla Corona D. Pedro Afonso. Il nuovo prelado, D. Afonso Pires (1359-1372), che avrebbe studiato nell'Università di Salamanca, riuscì ad annacquare le contese nella sua diocesi evitando così di andare alla Curia, in contrasto con i suoi predecessori.

²¹ Nel 1331 il vescovo e la città hanno elaborato una composizione che metteva fine a un vecchio conflitto circa pesi e misure.

²² Il che è successo il 26 agosto 1342 dopo la morte di D. João Afonso de Brito.

²³ Era figlio di Afonso Rodrigues de Espinho e di D. Maior Gonçalves, e parente dell'arcivescovo di Braga D. Gonçalo Pereira. Era zio di D. Afonso Sanches, vescovo di Mondonhedo, di Rodrigo Sanches, decano di Medonhedo (*MPV*, vol. 1, p. 136, doc. 264) e di João Fernandes de Bolaño, canonico di Lugo e canonico di Astorga (*MPV*, vol. 1, p.150, doc. 284).

²⁴ *MPV*, vol. 1, p. 119, doc. 227-228 e *MPV*, vol. 1, p. 147, doc. 278-279.

3. IL CLERO DI PORTO IN EUROPA

Rivista in modo breve l'evoluzione della chiesa di Porto nell'ambito dei suoi rapporti con l'estero, cerchiamo adesso di ricordare che l'obiettivo di questo lavoro che presentiamo non è quello di studiare l'attività dei prelati nella Curia. Le date dei loro spostamenti sono conosciute dagli storici. Abbiamo cercato unicamente di rivelare la presenza di chierici, detentori o no di canonicati e dignità, in Europa. I dati che analizzeremo non includono dunque i prelati che, nella loro maggioranza, si sono recati alla Santa Sede per essere confermati, o per risolvere qualche contesa, già da noi avanti riferita. Comunque, i documenti che ci attestano queste permanenze nella Curia si sono rivelati fondamentali per arrivare a indentificare qualche chierico che li accompagnava o in favore di cui i vescovi intercedevano.

Il quadro 1 riunisce l'insieme di chierici della diocesi di Porto che possedeva allo stesso tempo benefici in diocesi europee, e chierici della detta diocesi che per ragioni diverse sono stati nella Curia Pontificia, o in due casi in Università straniera. Nel suo insieme rappresentano i chierici di Porto nell'Europa alla metà del secolo XIV.

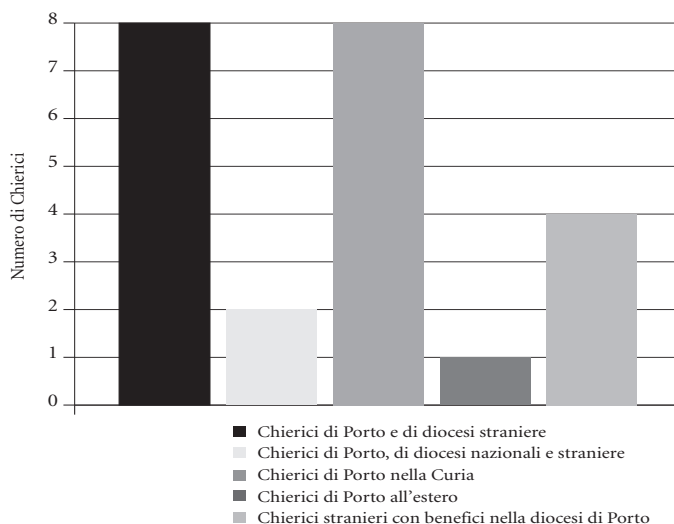
Quadro 1 – Chierici di Porto in Europa

Data	Nome	Identificazione	Fonte
1343.08.21	Lourenço Pires	Canonico di Porto collettore della Camera Apostolica.	MPV, vol. I, p. 18, doc.25
1343.08.20	João Martins	Chierico di D. Vasco Martins, Vescovo di Lisbona.	MPV, vol. I, p. 19, doc.28
1344.03.07		Tesoriere di Porto (mori in Curia).	MPV, vol. I, p. 33, doc.65
1345.12.04	Álvaro Peres	Chierico della diocesi di Tuy, familiare del vescovo D. Pedro e canonico di Porto.	MPV, vol. I, p.79, doc.134
1345.12.04	João Domingues	Chierico d'Astorga e familiare del vescovo di Porto.	MPV, vol. I, p. 79, doc.133
1346.05.28		Familiare del vescovo di Porto.	MPV, vol. I, p. 95, doc.141
1348.06.11		Decano di Porto.	MPV, vol. I, p. 145, doc.274
1350.05.06		Decano di Porto.	MPV, vol. I, p. 192, doc.379

Data	Nome	Identificazione	Fonte
1350.06.06		Decano di Porto e Canonico di Tuy.	MPV, vol. I, p. 194, doc.390
1350.09.09		Decano di Porto e Canonico di Tuy.	MPV, vol. I, p. 207, doc.423
1351.07.31		Decano di Porto e Canonico di Tuy e d'Astorga.	MPV, vol. I, p. 230, doc.492
1346.11.08		Chierico della diocesi di Porto (è stato a Roma in difesa dei diritti della detta diocesi).	MPV, vol. I, p. 109, doc.204
1347.11.18	Gonçalo Pires de Brandão	Chierico di Porto. Familiare del vescovo.	MPV, vol. I, p. 139, doc.269
1347.11.28		Chierico di Porto. Familiare del vescovo.	MPV, vol. I, p. 140, doc.270
1346.12.29	Martinho Peres	Chierico della diocesi di Burgos.	MPV, vol. I, p.116, doc.217
1347.09.25	Vasco Lourenço	Canonico di Zamora, nipote del vescovo di Porto.	MPV, vol. I, p. 134, doc.262
1348.06.11		Canonico di Astorga, fratello di João Domingues, decano di Porto, studente per 2 anni di diritto canonico.	MPV, vol. I, p. 145, doc.274
1348.07.17	Diogo Afonso	Familiare del Vescovo (stava a Roma)	MPV, vol. I, p. 147, doc.278-279
1350.05.06		Canonico di Porto.	MPV, vol. I, p. 192, doc.372
1350.06.06		Canonico di Porto.	MPV, vol. I, p. 194, doc.391
1348.07.17	Afonso Rodrigues	Cubiculario del Vescovo (morì a Roma).	MPV, vol. I, p. 147, doc.278-279
1348.07.17	João Martins	Chierico di Porto (stava a Roma).	MPV, vol. I, p. 147, doc.278-279
1348.07.17	Domingos de Ponte	Familiare del Vescovo (morì a Roma).	MPV, vol. I, p. 147, doc.278-279

Data	Nome	Identificazione	Fonte
1349.08.27	Rodrigo Gonçalves	“Nobilis viri”. Canonico di Porto. (Stava a Roma in difesa dei diritti della sua diocesi).	MPV, vol. I, p. 165, doc.307
1349.09.03		“Nobilis viri”. Canonico di Porto. (Stava a Roma in difesa dei diritti della sua diocesi).	MPV, vol. I, p. 165, doc.308
1350.03.12		“Nobilis viri”. Canonico di Porto.	MPV, vol. I, p. 180, doc.356
1350.06.15		“Nobilis viri”. Canonico di Porto.	MPV, vol. I, p. 195, doc.394
1349.09.03	Martinho Anes	Ha la chiesa collegiata di Cedofeita ed era cappellano del vescovo D. Bernardo d'Alby, diocesi di Porto (in Italia).	MPV, vol. I, p. 165, doc.308
1352.03.07	Estêvão Esteves	Chierico. Baccelliere in diritto canonico.	MPV, vol. I, p. 195, doc.394
1365.12.31		Fu canonico di Coimbra. Decano di Porto. Studente a Montpellier. Ritorna a Coimbra.	MPV, vol. I, p. 499, doc.227
1363.06.06		Una volta scolastico del Papa a Monpellier. Oriundo della diocesi di Lisbona.	MPV, vol. I, p. 442, doc.95
1366.01.10		Decano di Porto.	MPV, vol. I, p. 500, doc.228
1366.03.18		Decano di Porto.	MPV, vol. I, p. 504, doc.238
1366.05.26		Decano di Coimbra.	MPV, vol. I, p. 509, doc.247.
1352.09.18	Domingos Pires	Familiare e procuratore dell' arcivescovo d'Arles, D. Stefano, canonico d'Évora e detentore di un conferimento e prebenda a Porto.	MPV, vol. I, p. 253, doc.544.
1353.11.25	Afonso Anes	Cappellano del vescovo di Porto, D. Afonso Pires, pensionario di Zamora.	MPV, vol. I, p. 285, doc.51
1357.12.17	Vasco Rodrigues	Canonico di Porto, studente a Montpellier. Canonico di Palencia e Sevilla.	MPV, vol. I, p. 328, doc.129
1361.08.18		Cantore e canonico di Guarda, studiò a Salamanca ed a Montpellier.	MPV, vol. I, p. 392, doc.244
1361.10.23	Gonçalo Martins	Maestro di scuola di Porto e canonico d'Orense e di Salamanca.	MPV, vol. I, p. 397, doc.252-253
1361.10.23	Afonso Vasques	Canonico d'Orense e di Porto.	MPV, vol. I, p. 397, doc.252-253

Chierici di Porto in Europa



Così come si rappresenta nel grafico, esistono otto ecclesiastici che sono simultaneamente chierici della diocesi di Porto e di diocesi straniere: Álvaro Peres, canonico di Porto e chierico di Tuy, Martinho Peres, rettore della chiesa parrocchiale di S. Michelle di Arcozelo e chierico di Burgos, Vasco Lourenço, chierico di Porto e canonico di Zamora; Diego Afonso, canonico di Porto e chierico d'Astorga; Martinho Anes, chierico di Porto e cappellano del vescovo della diocesi di Porto (in Italia); Afonso Anes, cappellano del vescovo di Porto, D. Afonso Pires, e canonico di Zamora; Gonçalo Martins, maestro di scuola di Porto e canonico d'Orense e Salamanca e Afonso Vasques, canonico di Porto e d'Orense. Da sottolineare che cinque di questi sei chierici esercitarono simultaneamente funzioni a Porto ed in Castiglia: due a Orense, due a Zamora ed uno ad Astorga²⁵.

Troviamo anche due chierici di Porto con benefici in diocesi europee ed anche in altre diocesi nazionali. Sono: Domingos Pires, che ebbe un conferimento e prebenda a Porto, fu canonico a Évora e procuratore dell'arcivescovo d'Arles (Francia), e Vasco Rodrigues, canonico di Porto, cantore di Guardia e canonico di Sevilla e Palencia²⁶.

²⁵ MPV, vol. 1, p. 79, doc. 134; p. 116, doc. 217; p. 134, doc. 262; p. 145, doc. 274; p. 165, doc. 308; p. 285, doc. 51 e p. 397, doc. 252-253.

²⁶ MPV, vol. 1, p. 253, doc. 544 e p. 328, doc. 129.

La presenza dei chierici di Porto nella Curia è legata principalmente a due motivi: il primo è connesso alle contese della diocesi con il re e/o con il comune ed il secondo a un tentativo d'ottenimento di benefici propri o per terzi. Verificammo che nella pratica il primo era sempre associato al secondo.

Così nel contesto delle lotte fra D. Afonso Pires ed il re D. Afonso IV, Gonçalo Pires de Brandão, chierico della città di Porto, stette nel 1347 in Curia difendendo i diritti della diocesi. Per questo motivo ricevette il canonicato in questa diocesi²⁷. Paradigmatico è il caso di João Domingues, chierico d'Astorga e familiare del vescovo di Porto, che ricevette prima il canonicato e la prebenda a Porto e dopo il decanato per aver difeso gli interessi della diocesi nella Curia, dove rimase almeno dal 1345 al 1348²⁸. Durante questo periodo approfittò ancora per richiedere benefici per suo fratello, Diogo Afonso²⁹. Più tardi ricevette anche, probabilmente per intercessione del vescovo di Porto come forma di gratifica, canonicati a Tuy ed Astorga³⁰. Rodrigo Gonçalves, "nobilis viri", chierico della diocesi di Porto, ricevette a Roma il canonicato e la prebenda della detta diocesi, per avere difeso fra il 1349 ed il 1350 i diritti di quella³¹.

In diversi casi il riferimento alla presenza nella Curia è fatto in occasione della morte del chierico, una volta disoccupata la carica o il beneficio, avrebbe potuto essere subito attribuito a un'altro³². Questo tipo di documento se da un lato ci dice chi è il chierico beneficiato fino a una data determinata, dall'altro lato ci indica anche il nuovo beneficiato.

L'ottenimento di benefici pressupponeva una richiesta al Papa, la quale poteva essere fatta con o senza intervento di terzi. I documenti che non ci rivelano qualsiasi *intercessio* o *interventio* sono, nel legato documentale raccolto, in numero molto ridotto. Effettivamente, soltanto João Martins, Gonçalo Martins, Afonso Vasques e Martinho Peres raggiunsero benefici papali³³ senza l'aiuto d'intermediari. Per quel che riguarda la sollecitazione di benefici in favore di terzi, il numero di notizie è abbastanza maggiore. Abbiamo già fatto riferimento alla richiesta di benefici che il decano di Porto, João Domingues fece in favore di suo fratello Diogo Afonso, chierico d'Astorga³⁴. Comunque, osserviamo che un grande numero di chierici ottenne benefici per mediazione dei vescovi di Porto e

²⁷ MPV, vol. 1, p. 109, doc. 204; p. 139, doc. 269 e p. 140, doc. 270.

²⁸ MPV, vol. 1, p. 79, doc. 133, p. 95, doc. 141 e p. 145, doc. 274.

²⁹ MPV, vol. 1, p. 145, doc. 274.

³⁰ MPV, vol. 1, p. 194, doc. 390 e p. 230, doc. 492.

³¹ MPV, vol. 1, p. 165, doc. 307 e p. 180, doc. 356.

³² Da riferire che i Papi, dal 1265 (Bolla *Licet ecclesiarum*), riservarono a sé l'attribuzione dei benefici vacanti per morte dei loro titolari nella Curia (Cf. VILAR, Herminia Vasconcelos – *As dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 46).

³³ MPV, vol. 1, p. 147, doc. 278-279 e p. 397, doc. 252-253.

³⁴ MPV, vol. 1, p. 145, doc. 274.

di prelati d'altre diocesi nazionali e straniere di cui erano familiari o collaboratori diretti. Così, Lourenço Pires, canonico di Porto e collettore della Camera Apostolica ricevette il canonicato e la prebenda di Coimbra per mediazione di D. Pedro Afonso, vescovo di Porto³⁵. Lo stesso vescovo ebbe influenza nei benefici conseguiti da suo nipote Vasco Lourenço, canonico di Zamora³⁶, per il suo cubiculario, Afonso Rodrigues³⁷, per i suoi familiari, Domingos da Ponte chierico della diocesi di Porto³⁸, Álvaro Peres chierico della diocesi di Tuy e di Porto³⁹ e per il suo cappellano Afonso Anes⁴⁰. Abbiamo già riferito i benefici ottenuti da Gonçalo Pires de Brandão, João Domingues e Rodrigo Gonçalves, in base al risultato della difesa nella Curia dei diritti della diocesi, e chiaramente, del suo prelado. Tramite D. Vasco Martins, vescovo di Lisbona e vecchio vescovo di Porto, João Martins ottenne la tesoreria della diocesi di Porto⁴². Il vescovo della diocesi di Porto (d'Italia), D. Bernardo d'Alby ottenne benefici per il suo cappellano Martinho Eanes, chierico della diocesi di Porto, e per l'arcivescovo d'Arles, D. Estevão e per il suo familiare e procuratore Domingos Pires⁴².

Ci pare strana l'assenza di chierici procuratori/ambasciatori del re provenienti dalla diocesi di Porto, e se vi furono, non vengono identificati come tali. Comunque, vi erano ambasciatori del re che intercedettero in favore dei chierici di Porto per l'ottenimento di benefici. Tale é il caso di Estevão Esteves che per il tramite degli ambasciatori João Afonso, suo familiare, e Geraldo Esteves, suo fratello, ottenne parecchi benefici⁴³.

Paragonando i chierici la cui presenza in Europa è stata da noi rivelata con il nome dei canonici della Sede di Porto che sappiamo rimasero nella diocesi – anche perché testimoniarono o furono contraenti in atti d'amministrazione in essa redatti – (vd. Annesso⁴⁴) si osserva che i vescovi non intercedettero in favore di questi. Tale fatto può essere spiegato, secondo noi, con il malessere che frequentemente esiste fra queste due istituzioni (Mitra e Capitolo)⁴⁵. Se è vera

³⁵ *MPV*, vol. 1, p. 18, doc. 25.

³⁶ *MPV*, vol. 1, p. 134, doc. 262.

³⁷ *MPV*, vol. 1, p. 147, doc. 278-279.

³⁸ *MPV*, vol. 1, p. 147, doc. 278-279.

³⁹ *MPV*, vol. 1, p. 79, doc. 134.

⁴⁰ *MPV*, vol. 1, p. 285, doc. 51.

⁴¹ *MPV*, vol. 1, p. 19, doc. 28 e *MPV*, vol. 1, p. 33, doc. 65.

⁴² *MPV*, vol. 1, p. 165, doc. 308 e p. 253, doc. 544.

⁴³ *MPV*, vol. 1, p. 195, doc. 394; p. 499, doc. 227 e p. 500, doc. 228.

⁴⁴ I quadri allegati, elaborati a partire dai dati ottenuti nei L.O., esistenti nel F.C.C. dell' Arquivo Distrital do Porto (ADP) identificano i canonici, le dignità ed altri chierici che hanno conferito e / o testimoniato documenti relativi alla diocesi di Porto, durante gli episcopati di D. Pedro Afonso e de D. Afonso Pires. ADP, *Livros dos Originais*, libro 3, fol. 31; libro 7, fol. 9, 20; libro 12, fol. 14, 21; libro 14, fol. 7; libro 17, fol. 21, 29; libro 19, fol. 8, 21, 27; libro 21, fol. 12, 18, 27; libro 23, fol. 34; libro 26, fol. 16, 21; libro 27, fol. 18; libro 28, fol. 1; libro 30, fol. 11.

⁴⁵ Questo malessere sembra venire da prima. *BULÁRIO Português*, n° 144, p. 279-280.

questa constatazione si viene a confermare l'idea che quando i vescovi furono scelti in dipendenza delle circostanze del momento, e costituiscono la loro corte con uomini che avrebbero potuto non avere niente a che vedere con la città o con il Capitolo, i canonici residenti a Porto ebbero la loro origine sociale nell'oligarchia locale, motivo per cui la comunità capitolare appare un po' al margine delle contese fra abitanti della città e vescovo.

Finalmente, dobbiamo sottolineare il fatto che ci siano soltanto due riferimenti a chierici che frequentarono le Università di Montpellier e Salamanca: Estevão Esteves e Vasco Rodrigues⁴⁶.

4. CHIERICI DI DIOCESI STRANIERE CHE RICEVETTERO BENEFICI A PORTO

Oltre i chierici della Diocesi di Porto a cui stiamo facendo riferimento, la documentazione ci ha dato qualche indicazione sugli ecclesiastici che, essendo provenienti da diocesi straniere, in qualche modo furono legati alla Diocesi di Porto (vd. Quadro 2).

Quadro 2 – Chierici Stranieri nella Diocesi di Porto

Data	Nome	Identificazione	Fonte
1349.06.26	Stephane de Chavanches	Ebbe la cura della chiesa di Malo Leone, diocesi di Pamiers (Francia). Canonico di Porto.	MPV, vol. I, p.164, doc. 305-306
1362.11.20	Jean Blado	Cappellano e familiare del Cardinale di Sta. Maria in Transtibre, D. Guillerme (vecchio vescovo di Saragozza). Canonico della chiesa di Porto.	MPV, vol. I, p.410, doc.2
1342.06.29		Canonico di Porto.	CUP, vol. I, p.135
1360.02.05	Guillaume de Cavanhaco	Chierico di Rodes (Francia), Decano e Canonico di Coimbra. Canonico di Cahors e di Le Puy (Francia). Maestro di scuola di Lisbona.	MPV, vol. I, p.366 e 367, doc.193 e 196.
1363.11.08	Jacques Tovim	Canonico di Porto. Cardinale Pontificio. Familiare del Cardinale Giovanni Caramagno. Mori nella Curia.	MPV, vol. I, p. 467, doc.149

⁴⁶ MPV, vol. 1, p. 328, doc. 129 e p. 499, doc. 227.

I quattro chierici registrati sono provenienti dalla Francia (Pamiers e Cahors), dai regni Transalpini (Santa Maria del Trastibre) e dalla Curia Pontificia. Tutti facevano parte del Capitolo della Sede di Porto, ma non abbiamo trovato nessuno di loro menzionato nei documenti conservati nell'archivio del Capitolo di Porto in questo periodo.

5. CONCLUSIONE

Abbiamo coscienza che le informazioni qui presentate sono molto ridotte in relazione a ciò che desidereremmo. La diocesi di Porto ci appare, alla luce del legato documentale raccolto, come una diocesi di “ridotta” dimensione, relativamente alle rimanenti, o almeno, come una diocesi diversa, piena di particolarità.

Nel finire questo lavoro, alcune questioni sembrano aperte, e molte altre si possono ancora formulare. Così, ad esempio, perchè vivendo in conflitto quasi permanente con la città e con il re, essendo per questo estremamente necessaria alla diocesi la presenza di specialisti in diritto canonico e civile, ci sono così pochi riferimenti a chierici studenti in Legge, tanto nell'Università portoghese come in quella straniera? Perché essendoci tanti conflitti, vi sono così pochi chierici presso la Curia, naturalmente ad eccezione dei prelati? Ci sono pochi riferimenti a chierici presenti nella Santa Sede, benché il vescovo si trovasse lì...⁴⁷ Infine, perchè la diocesi non era “attraattiva” per il clero europeo (vale dire per il clero della Penisola Iberica) poiché sono così pochi i chierici stranieri che chiedono e ricevono benefici dalla diocesi di Porto?

Presentati i pochi elementi che siamo riusciti a raccogliere dalla documentazione, così come le riflessioni che da subito ci sono sorte, pensiamo, in modo conclusivo, che vi sia qualche aspetto da ritenere e alcuni sui quali ci pare si debba continuare a riflettere. La diocesi di Porto si presenta, dunque, sempre più, come una circoscrizione ecclesiastica con caratteristiche proprie, vale a dire per quanto riguarda la sua dimensione umana, ciò spinge all'approfondimento di studi che ci permettano di conoscerla a fondo. Compito che, diciamo di passaggio, è già in via di realizzazione...⁴⁸

⁴⁷ Un intendimento più profondo di questo punto passa ovviamente per il conoscimento delle case episcopali, lavoro che in Portogallo non è stato ancora fatto, con l'eccezione di quello di Braga, conosciuto fin dal primo quarto del secolo XIII (CUNHA, Maria Cristina Almeida – *A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga: 1071-1244*. Porto, 1998, p. 134-143), e nel secolo XV (MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: Imp. Nac.-Casa da Moeda, imp. 1988, p. 169-236).

⁴⁸ In questo momento, si stanno elaborando due tesi di laurea che hanno come scopo, in diverse prospettive, la conoscenza della Città di Porto, in quanto circoscrizione ecclesiastica.

Annexo – Dignità, Canonici e Altri Chierici (1343-1372)

D. Pedro Afonso (1343-1357)

Decano	Cantore	Maestro di Scuola	Tesoriere	Canonici	Funzione	Altri Chierici	Nome
Afonso Martins (1344 – 1348)	Francisco Peres (1338? – 1343)	Gonçalo Martins (1335 ? – 1343)		Álvaro Peres I (1343 – 1346) Lourenço Peres (1343 – 1344) Álvaro Peres II (1343) Estêvão Gomes (Antes 1344)	Chierico del Vescovo	Estêvão Vicente (1343)	Estêvão Vicente (1343)
João Domingues (1352 – 1364)	Martim Viegas (1350 – 1364)				Chierici di Coro	Teotónio Miguéis (1344) Vasco [...]calvo (1344) Domingos Martins (1344) Vasco Fernandes (1344)	Teotónio Miguéis (1344) Vasco [...]calvo (1344) Domingos Martins (1344) Vasco Fernandes (1344)
					Chierico del Maestro di scuola	Martim Domingues (1346)	Martim Domingues (1346)

D. Afonso Pires (1359-1372)

Decano	Cantore	Maestro di Scuola	Tesorriere	Canonici	Altri Chierici	Nome
João Domingues I (1352 – 1364) Afonso Martins (1371 -...)	Martim Viegas (1350 – 1364)	João Domingues II (1364) Gil Peres (1365 – 1366)	Martim Frazão (1364 – 1366)	João da Ponte (1362 – 1366) Rui Cerveira (1362 – 1366) Diogo Afonso (1362) Rui Vasques (1362 – 1368) João Amado (1362 – 1366) Gil Peres (1364) Martim Peres (1364) Rui Gonçalves (1364 – 1368) Afonso Martins (1364 – 1366) João Domingues II ? (1364) Fernão Peres (1366) Diogo Henriques (1366) Pedro Esteves Ferraz (1368)	Mezzo-canonico Chierici di Coro	Estêvão Vicente (1362) Diogo Afonso (1362) Gonçalo Peres do Rogo (1362)



PODER EPISCOPAL E PATRIMÓNIO SENHORIAL NO SÉCULO XIII:
O CASO DE SANTA MARIA DE CAMPANHÃ

LUÍS CARLOS AMARAL
ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES

O presente trabalho pretende historiar o processo de transferência do senhorio da igreja de St.^a Maria de Campanhã, das mãos de um alargado conjunto de leigos para as da Sé do Porto. Fundado no séc. X por um grupo de particulares, no âmbito do processo de organização do território desencadeado pela *Reconquista* cristã, o pequeno cenóbio de Campanhã rapidamente assumiu o estatuto de igreja privada, sedimentado nos séculos seguintes. A restauração da diocese do Porto (1112-1114) e a conseqüente recomposição da autoridade e administração episcopais levaram a que os bispos do Porto se comesçassem a interessar pela igreja de St.^a Maria, tentando inverter o processo de fragmentação da propriedade, resultante do exercício continuado dos direitos patronais por parte de segmentos diversos da aristocracia. A aproximação às terras de Campanhã e posterior domínio pelo bispo e cabido acabariam por se consumir nos inícios do séc. XIV. O estudo deste percurso permitiu-nos não só analisar a passagem de um senhorio eclesiástico para a Sé do Porto, como esclarecer alguns aspectos da estrutura económica e social da aristocracia patronal do Entre-Douro-e-Minho.

EPISCOPAL POWER AND SEIGNORIAL PROPERTY IN THE 13TH CENTURY:
SANTA MARIA DE CAMPANHÃ

LUÍS CARLOS AMARAL
ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES

This study aims to cover the process of transferring control over St.^a Maria de Campanhã from the hands of a large group of laymen to Oporto cathedral. Founded in the 10th century by a group of private individuals as part of the process of organising the territory that followed the Christian reconquest, the small Campanhã shrine rapidly became a private church and was consolidated over the following centuries. The restoration of the diocese of Oporto (1112-1114) and the consequent re-imposition of episcopal authority and administration led the bishops of Oporto to take an interest in the church of St.^a Maria, trying to reverse the process of fragmenting property that had resulted from the continued exercise of ownership rights by the diverse segments of the aristocracy. The bishop and chapter's approaches to the lands in Campanhã and their later control would finally be achieved in the early fourteenth century. The study of this process not only allows analysis of the shift from ecclesiastical ownership to the possession of Oporto cathedral, but also clarifies some aspects of the economic and social structure of the landowning aristocracy in Entre-Douro-e-Minho.

POUVOIR ÉPISCOPAL ET PATRIMOINE SEIGNEURIAL AU XIII^e SIÈCLE: LE CAS DE SANTA MARIA DE CAMPANHÃ *

LUÍS CARLOS AMARAL **

ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES ***

L'étude que nous nous proposons de développer prend place dans ce que l'on appelle communément une étude de cas. Grâce à la préservation d'un ensemble notable de 50 diplômes transcrits dans le *Censual do Cabido da Sé do Porto*¹, dont on connaît encore 32 originaux conservés dans les *Livros dos Originais*² des anciennes archives du chapitre de Porto, on peut aujourd'hui reconstruire la quasi-totalité du processus de transfert du patronage de l'église de Santa Maria de Campanhã des mains des particuliers au siège épiscopal de Porto. De 1227 à 1302, une succession d'évêques de Porto s'est employée à acquérir, parcelle par parcelle, la totalité des droits patronaux dépendants de cet établissement. Patiemment, les prélats ont réussi à orienter la générosité du groupe nombreux et diversifié des patrons de Campanhã en stimulant la donation en faveur de l'Église de Porto des droits qu'ils avaient acquis principalement à travers les héritages familiaux.

Tout porte à croire qu'il s'est agi d'un succès, pour lequel les évêques et le chapitre de Porto n'ont pas dépensé un denier, car tout a été acquis par le biais du traditionnel mécanisme des donations. D'ailleurs, la documentation copiée au *Censual do Cabido* dévoile qu'au long du XIII^e siècle et dans les premières décennies du siècle suivant la Cathédrale de Porto était engagée dans un vaste programme de contrôle et de seigneurie effective des lieux de culte du diocèse tant ecclésiastique que domanial. Les témoins de cette politique sont distribués pratiquement dans tout le périmètre diocésain, depuis la Terra da Maia, au nord du Douro, jusqu'à la Terra de Santa Maria, à proximité de Coimbra. Bien qu'aucun cas ne semble

* Une version développée de cette étude sera publiée plus tard avec la transcription de plusieurs diplômes.

** Universidade do Porto. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

*** Universidade do Porto. Boursier de recherche du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924, p. 79-139.

² Arquivo Distrital do Porto (ADP), Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XII (1670), fol. 16-19 e livro XIII (1671), fol. 15, 18-35, 37-45.

paraître aussi complexe que celui de Campanhã, c'est-à-dire ne présentant pas un niveau de fragmentation patrimoniale aussi élevé, nous pouvons aussi évoquer, à titre d'exemple, les 26 donations au bénéfice de la Cathédrale de Porto du patronage de l'église de Santa Cruz do Bispo, entre 1239 et 1247³, les sept relatives à S. Veríssimo de Valbom, réalisées entre 1241 et 1258⁴, et les sept concernant Santa Maria de Válega, effectuées en deux périodes distinctes, 1298-1299 et 1342-1344⁵.

Cela étant, la politique d'acquisition du patrimoine ecclésiastique conduite par les prélats de Porto était loin de constituer une nouveauté, tant au niveau de l'épiscopat portugais que dans l'ensemble hispanique. En fait, ce genre de procédé se fondait sur des circonstances spécifiques à l'Histoire de l'Église péninsulaire et, surtout, sur les vicissitudes résultantes de l'occupation militaire et du peuplement développé au cours des premiers siècles de la *Reconquête Chrétienne*. La privatisation des lieux de culte, des églises monastiques aux simples chapelles, a débuté dans la phase finale du règne wisigoth de Tolède, principalement du fait de la ruralisation accélérée de la société hispano-gothique. De cette situation font écho divers canons promulgués lors de conciles successifs qui réprovaient et condamnaient durement la possession de biens religieux par les laïques. Dans ce contexte, la conjoncture tourmentée de la *Reconquête* a fini par enraciner plus encore la longue tradition péninsulaire des églises et des monastères privés et familiaux, octroyant aux séculiers un certain pouvoir sur les lieux de culte.

Avec l'avancée militaire vers le sud et la conséquente réorganisation sociale du territoire, la hiérarchie religieuse, en pleine phase de restauration diocésaine, commence, inévitablement, à essayer de mettre de l'ordre dans la situation chaotique existante, tant au niveau de l'organisation et de la dépendance des structures ecclésiastiques que de la discipline et de la moralité du clergé. Avant même l'adoption officielle dans le royaume de Léon et Castille des préceptes grégoriens venus de Rome, qui ne se produira qu'après le concile de Burgos de 1080, déjà dans le Nord péninsulaire chrétien des actions de caractère réformateur se faisaient sentir. Il n'y a plus de doute aujourd'hui que ces actions ont débuté lors du célèbre concile réalisé à Coyanza en 1055 qui s'est prolongé, dans le cas spécifique du Nord-Ouest galicien, par les synodes de Compostelle de 1061 et 1063.

L'essentiel des délibérations approuvées à Coyanza reste très proche des orientations qui ont présidé au mouvement de Réforme Grégorienne. La complémentarité semble évidente lorsque nous constatons que l'un des objectifs les plus recherchés dans les deux cas consistait, précisément, à mettre un point final à l'ingérence des laïques dans les affaires et dans le patrimoine ecclésiastique.

³ *CENSUAL do Cabido*, p. 47-67.

⁴ *CENSUAL do Cabido*, p. 141-147.

⁵ *CENSUAL do Cabido*, p. 256-267.

L'entrelacement des tendances réformatrices péninsulaires avec les fortes influences romaines venues d'outre-Pyrénées, a fini par créer les conditions favorables à l'intervention des évêques et des clercs cathédraux sur les biens ecclésiastiques de leur diocèse. Ayant débutée dans les dernières décennies du XI^e siècle, cette action s'est étendue sur plusieurs siècles et a connu une grande diversité de rythmes et de configurations. Le fait de contribuer et de se confondre avec le propre processus seigneurial en cours dans tout le Nord péninsulaire chrétien a amené régulièrement la contestation de la part des élites locales et régionales et de la société en général. En vérité, retirer les églises et les monastères des mains des laïques et, spécialement, des membres de l'aristocratie, pouvait paraître entièrement légitime et justifiable aux yeux des évêques et des clercs imprégnés de doctrine romaine. Cependant, il s'agit d'un processus à portée limitée, du fait que les nobles ne pouvaient que difficilement assister sans réagir à la dilapidation d'une partie aussi significative de leurs ressources. Le futur se chargera de démontrer combien était inévitable l'établissement de compromis et de recherche d'équilibres si souvent élaborés et détruits au gré des conjonctures. En termes généraux, nous pensons que telle est l'origine du scénario qui, au XIII^e siècle, a sous-tendu et rendu compréhensible le transfert des droits patronaux de Santa Maria de Campanhã vers l'Église de Porto.

Situé aux alentours de la ville de Porto d'alors, entre les rivières Tinto et Torto, affluents du Douro, l'église de Campanhã, comme plusieurs autres établissements religieux de la région, remonte à la phase de réorganisation territoriale qui a succédé au grand mouvement des *presúrias* provoquées par l'occupation militaire asturienne de l'entre Douro et Minho, à partir de la fin du IX^e siècle. Nous ignorons le moment exact de sa fondation, mais nous pouvons affirmer, de façon presque sûre, qu'elle remonte à la fin du X^e siècle ou au début du siècle suivant. Le simple toponyme *campaniana* apparaît déjà attesté en 994⁶ et, selon Joseph Piel, dériverait de *Campanius*, nom d'un éventuel propriétaire romain qui aurait possédé des biens dans la région. Cependant la première référence explicite dans les textes ne date que de 1058, dans une longue charte de donation octroyée par l'abbé Gomes: "(...) *monesterio sancte marie uirginis (...) fundato in uilla campaniana sub alpe castro gondemari discurrente rribulo campaniana terretorio portugal prope flumen doiro (...)*"⁷. Par cet acte nous apprenons que le petit monastère a été érigé par les grands-parents de l'abbé en question, qui avait alors la tutelle de la communauté monastique et était son patron. Dans le même diplôme, l'abbé en a profité pour nommer son neveu

⁶ *PORTUGALIAE Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*. Alexandre Herculano, org. Lisboa: Academia das Ciências, 1867-1873, doc. 170, p. 105.

⁷ *PORTUGALIAE Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*, doc. 409, p. 251.

Gonçalo Raupariz, *maiorino* royal de Fernando I de Léon et Castille, comme *defensor et adiutor* du monastère, et pour souligner que sa désignation abbatiale appartenait exclusivement à ses parents, sans quelque intervention, et *a fortiori* confirmation, épiscopale: “(...) *uenimus in ipso locum sanctum per consensum ex nostris generibus et propinquis (...)*”⁸. Les étroits liens tissés entre les membres de la famille fondatrice et l’institution – ce qui a toujours constitué une des caractéristiques fondamentales des monastères et des églises privées –, ont fini par conditionner, à long terme, la future histoire de Campanhã.

Il s’agit, ainsi, d’un petit monastère familial comme tant d’autres, qui assiste, entre 1112 et 1114, à l’élection de l’évêque D. Hugo et à la restauration définitive du diocèse de Porto. Le rétablissement de l’Église de Porto, qui a eu lieu en pleine époque de l’implantation des préceptes réformateurs grégoriens, a impliqué de significatives altérations dans toute la région. Comme ses congénères, très tôt, le nouveau prélat a considéré comme prioritaire le contrôle des lieux de culte du diocèse. De plus, pour un *français* comme lui, l’accomplissement strict des normes romaines devait représenter une priorité. Il a ainsi initié une politique qui, dans le cas particulier de l’église de Campanhã, s’est seulement terminée au début du XIV^e siècle. Jusque là, les prélats de Porto ont, pour ainsi dire, préparé le terrain. Les limites du *couto* de la Cathédrale de Porto, octroyé à D. Hugo par la reine Teresa (1120), et postérieurement confirmé et élargi par Afonso Henriques (1138), ont incorporé une partie de l’ancienne *villa* de Campanhã, la partie demeurée sous l’autorité de la couronne. En 1195, lors du partage des revenus du diocèse entre l’évêque D. Martinho Rodrigues et le chapitre, ce qu’on appelle “*regeengo de Canpanhaan*”⁹, c’est à dire, l’ensemble des rentes ecclésiastiques perçues dans tout l’espace exempt de Campanhã, a échu au chapitre.

Divisé entre le *couto* épiscopal, la terre du roi, les *coutos* de Rio Tinto et Gondomar et les propriétés de particuliers, la zone de Campanhã n’a cessé de refléter les vicissitudes résultant de cette fragmentation, tant à cause de la diversification des seigneurs, certainement attirés par la proximité de la ville de Porto, qu’à cause des croissantes activités rurales et artisanales des rives du Tinto et du Torte. L’histoire du patronage de l’église de Santa Maria reflète un scénario identique. Il n’est donc pas étrange que la convergence de tels facteurs confère à l’église de Campanhã une grande importance aux yeux des évêques et des chanoines de Porto, qui, depuis longtemps, tentaient d’étendre leurs intérêts patrimoniaux vers les terres situées à l’Est des murailles de la ville.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *CENSUAL do Cabido*, p. 496.

L'analyse de la distribution chronologique et de la genèse des 50 diplômes ainsi que l'étude de la typologie documentaire et des formulaires utilisés nous paraît être la meilleure voie pour la caractérisation de ce processus de transfert et, plus particulièrement, des équilibres de pouvoir sous-jacents, même si ce *corpus* documentaire ne peut pas inclure la totalité des actes de transfert du patronage de Campanhã vers l'Église de Porto.

En effet, la distribution chronologique de ces diplômes nous permet de distinguer trois phases dans ce processus de transfert, équivalentes à autant de cycles de donation: le premier cycle, constitué par trois donations à peine, s'étend sur une période de cinq ans (entre 1227 et 1231)¹⁰; après un intervalle de 28 ans, commence un second cycle pour lequel on enregistre le nombre significatif de 35 donations, toutes inscrites dans les deux années 1259-1260¹¹; enfin, et après un second intervalle, lui aussi de 28 ans, a lieu un dernier cycle, bien plus long que ses précédents, puisqu'il s'étend de 1288 à 1302, pour lequel existent 12 documents¹².

L'examen des prélats qui ont reçu ces donations fait clairement comprendre que le premier cycle correspond à l'épiscopat de D. Martinho Rodrigues, le second à celui de D. Julião Fernandes, et le troisième à ceux de D. Vicente Martins, D. Sancho Peres de Froiã et D. Geraldo Domingues.

L'analyse de la genèse de ces diplômes, et surtout de la provenance géographique et du statut institutionnel de leurs rédacteurs, nous permet de comprendre le rôle significatif que les divers évêques ont assumé dans la conduite du procès. En effet, 31 des 50 documents (62%) ont été rédigés par des notaires de Porto, à Porto, et quelques-uns même dans le chapitre de la Cathédrale.

Bien que cette conduite des prélats ne puisse être prouvée dans la première phase, puisque l'on ne connaît que le nom des notaires de deux chartes, elle est assez évidente pour les cycles suivants de donations, mettant en évidence cette seconde phase. En effet, des 35 diplômes qui font partie de cette seconde phase de donations, 25 (71%) sont rédigés et validés avec la signature de Martim Anes, tabellion de Porto. De plus, les auteurs de 8 des 10 documents rédigés en dehors de Porto demandent à Martim Anes de les enregistrer ou, dans la plupart des cas, de les rédiger en *pública-forma*, avec les autres actes du droit de patronage de Campanhã.

Le rôle principal que les prélats ont joué dans cette seconde phase du processus devient moins évident dans la phase suivante, où la moitié à peine des

¹⁰ ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XII (1670), fol. 9 e *CENSUAL do Cabido*, p. 81-83 e 83-84.

¹¹ ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XIII (1671), fol. 18-35, 37-45 e *CENSUAL do Cabido*, p. 95-97, 99-100, 106-107, 116-123.

¹² ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XII (1670), fol. 15-18 e *CENSUAL do Cabido*, p. 127-139.

donations est rédigée par des notaires de Porto. La rédaction des instruments de donation n'est plus centralisée dans cette ville et s'étend à des lieux éloignés tels que Montalegre ou Santarém, sans que les auteurs de ces documents demandent leur enregistrement par un notaire de Porto, comme l'on a déjà vu dans la phase précédente. Il faut noter, toutefois, que, parmi les auteurs de ces 12 donations, quatre sont parents proches de l'évêque D. Sancho, ce qui montre que l'action de ce prélat fut manifeste pour l'obtention de ces donations.

L'analyse de la typologie documentaire et des formulaires utilisés nous permet de conclure que tout donateur recourt à la donation comme moyen d'aliénation de sa parcelle de patronage, confirmant la cohésion qui semble dominer tout le procès.

Toutefois, il nous est impossible de connaître l'intervention spécifique de chacun des prélats donataires, ou, plus généralement, de l'Église de Porto, dans l'obtention de ces donations, non seulement à cause du manque de documentation mais surtout du fait du laconisme des formulaires stéréotypés imposés à l'ensemble des documents qui font partie du *corpus* étudié.

En effet, dans les diplômes où s'expriment les motivations de la donation (ils représentent la majorité), on invoque systématiquement la louange à Dieu, à la Vierge Marie et à tous les Saints, la rémission des péchés pour le donateur et sa famille et l'*amor* porté à l'évêque donataire. Nous sommes donc dans un cadre de motivations canoniques, formulaires, qui ne nous éclairent en rien sur les circonstances concrètes qui ont amené un si grand nombre d'individus, de façon si concertée, comme nous pouvons nous rendre compte facilement grâce à la distribution chronologique de ces donations, à transférer vers la Cathédrale de Porto la totalité du patronage de l'église.

Notons toutefois que le recours systématique à la donation, sans contrepartie expresse que ce soit, correspond au choix d'un mode d'acquisition de patrimoine éminemment passif, contrairement à ce qui se passe avec la vente et l'échange. Et il faut ajouter que les divers donateurs se limitent à transférer vers la Cathédrale de Porto la totalité des parcelles qu'ils possèdent dans le patronage de Campanhã, sans spécifier avec rigueur les dimensions de celles-ci, la façon dont elles ont été acquises et leur place dans le patrimoine et/ou les droits, ecclésiastiques ou autres, de l'église.

Malgré ces divers *silences*, la façon dont ces 50 donations, à prédominance individuelle, s'articulent tant au niveau de la distribution chronologique et du support juridique qu'à celui des rédacteurs des diplômes (dans le cas de ceux qui ont été rédigés par des notaires de Porto), nous semble constituer une claire manifestation de la volonté des prélats successifs de Porto, tout au long du XIII^e siècle, à restreindre l'intervention des laïques dans la sphère ecclésiastique et à affirmer la juridiction épiscopale dans le cadre paroissial du diocèse.

Si l'on se place maintenant au pôle opposé de ce processus, celui des hommes et des femmes qui donnent les parcelles qu'ils possèdent dans le patronage de Campanhã, il nous paraît que l'identification des individus et des liens de parenté qui les unissaient ainsi que l'analyse de la dispersion géographique et du statut et du genre de ces donateurs constituent des chemins privilégiés pour la reconstitution possible d'un patrimoine seigneurial qui s'était fragmenté, au long des siècles antérieurs, pour se concentrer, dans le courant du XIII^e siècle, entre les mains de l'évêque et du chapitre de Porto.

Dans l'ensemble des 50 individus qui ont octroyé les 50 diplômes étudiés, 31 sont des hommes et 28 des femmes. Parmi les hommes, 28 ont octroyé seuls leur donation alors que trois seulement l'on fait avec l'accord de leur femme. Parmi les femmes, 13 ont octroyé les donations individuellement et 14 l'ont fait avec l'accord de leur mari.

En ce qui concerne le statut de ces individus, nous savons seulement que des 28 hommes qui apparaissent dans les actes, 13 sont des *milites*, cinq des *scutiferes*, deux des clercs et un possède le titre de *dom*. Entre les femmes donatrices, sept sont épouses, filles ou sœurs de chevaliers et dix ont reçu le titre de *domna*.

Une première tentative d'identification de ces hommes et femmes, uniquement à partir des *Livros de Linhagens* portugais des XIII^e et XIV^e siècles et des études généalogiques dont l'historiographie nationale dispose pour cette période, nous a permis d'identifier 11 individus (soit 19% du total): huit hommes (l'un d'eux étant conjoint de l'une des donatrices) et trois femmes. De ces individus, huit sont unis par des liens de parenté, puisqu'ils descendent d'une branche du lignage des Riba de Vizela.

De fait, parmi les donations effectuées dans la période de 1259-1260, nous trouvons quatre diplômes octroyés par quatre petits-fils de Raimundo Pais de Riba de Vizela¹³: Mendo Soares de Melo et Pedro Soares de Alvim, fils du bâtard Soeiro Raimundes de Riba de Vizela et de Urraca Viegas Barroso, et Martim Mendes et Teresa Mendes, identifiés par José Augusto Pizarro comme fils d'un second mariage de Dórdia Raimundes de Riba de Vizela, dont ne parlent pas les *Livros de Linhagens*¹⁴.

Contrairement au cas des deux derniers petits-fils de Raimundo Pais, seulement connus à travers leurs donations du patronage de Campanhã, les deux premiers sont amplement attestés dans les sources, clair reflet du statut qu'ils ont acquis.

¹³ ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XIII (1671), fol. 24, 28 e 33 e *CENSUAL do Cabido*, p. 116-118.

¹⁴ PIZARRO, José Augusto – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Vol. 1. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 537 e 583-584.

En effet, Mem Soares de Melo I «a été riche-homme, conseiller et *privado* de Afonso III, lieutenant de Gouveia (a.1258) et probablement aussi de Leiria (1254). Attesté dans les textes à partir de 1241, il apparaît en permanence à la cour entre 1248 et 1262, date probable de son décès»¹⁵. Son frère, Pedro Soares, pour lequel il n'existe de documentation qu'après cette donation du patronage de Campanhã, doit aussi avoir fréquenté la cour, où il se trouvait en 1272 lorsqu'il demanda à Afonso III la légitimation de son fils naturel. Lors des *Inquirições* de 1284 il était déjà décédé, puisque dans les registres, sa femme, Maria Esteves *Malhoo*, y est citée comme veuve¹⁶.

Au cours des années 1297-1298, période intégrée dans le troisième cycle des donations du patronage de Campanhã, nous trouvons quatre autres membres de la même famille, descendants de Gontinha Soares de Melo (sœur de Mendo Soares de Melo et de Pedro Soares de Alvim) et de son mari João Peres Redondo. Ces quatre personnes sont liées entre elles, étant respectivement tante, frère et neveu de l'évêque de Porto D. Sancho Peres de Froiã. Il est important de souligner que tous ont mis en évidence le lien de parenté qui les unissaient au prélat, lorsque, entre les motivations de leur donation, ils ont invoqué l'*amor* qu'ils lui portent.

Enfin, on trouve Rui Pais Bugalho, «*boo cavaleiro e privado d'el-rei D. Dinis*», selon une expression du *Livro de Linhagens* du Conte D. Pedro¹⁷, qui octroie la dernière des donations du patronage de Campanhã, en 1302¹⁸. Rui Pais Bugalho est connu pour la première fois en 1281, lorsqu'il est nommé procureur auprès du roi par l'infant D. Afonso, frère bâtard de D. Dinis, pour négocier la *compositio* qui mettrait fin à la querelle entre eux. Inclus dans la liste des chevaliers donnés comme vassaux au roi par l'infant, il entre à ce moment dans la sphère d'obéissance du monarque, dont il recevra divers dons en récompense de ses services. En 1286, il devient inquisiteur pour le roi et exerce durant quelques années des fonctions relatives à l'expédition des chartes royales¹⁹.

Nous n'avons pas encore pu confirmer d'autres liens de parenté hypothétiques comme ceux qui regrouperaient peut-être les cinq individus désignés par le locatif de *Mouriz*, auteurs de plusieurs autres donations en 1259-

¹⁵ PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 1, p. 566 (traduction des auteurs).

¹⁶ PIZARRO – *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 1, p. 576.

¹⁷ PORTUGALIAE Monumenta Historica. Nova Série. Vol. 2/2: *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*. Ed. crítica por José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, p. 165.

¹⁸ CENSUAL do Cabido, p. 138-139.

¹⁹ SÁ-NOGUEIRA, Bernardo; VIANA, Mário – Rui Pais Bugalho, privado d'el-rei D. Dinis: Origens familiares, património e carreira política. Separata de ARQUEOLOGIA do Estado: 1.as Jornadas sobre formas de organização e exercícios dos poderes na Europa do Sul: séculos XIII-XIV. Lisboa: História e Crítica, 1988.

-1260²⁰, ou le chevalier et ses deux sœurs de nom *Bouzo*, qui ont octroyé trois autres donations en 1259²¹, ou encore deux femmes, de Fornelos, qui ont donné leurs parcelles du patronage de Campanhã en 1260²².

En dernier lieu, et ce malgré les difficultés relatives à l'identification de la plupart de ces individus, il nous faut également porter notre attention sur la dispersion géographique de ces donateurs. Elle nous est révélée non seulement par les locatifs qui sont intégrés dans le nom de certains d'entre eux, mais aussi par la datation topique des documents ou encore par la provenance de leurs rédacteurs et d'autres individus qui les ont validés. La majorité des donateurs étaient originaires de la région de Porto et des territoires limitrophes, mais nous avons trouvé des individus provenant de Montalegre, Lafões, Santarém, Idanha et même Valladolid, dans le royaume de Castille.

Bien que cette première tentative d'identification doive maintenant s'étendre à un autre genre de sources et à des chronologies plus reculées, afin de tenter d'identifier les 48 individus restants et de reconstruire d'autres liens de parenté entre les divers patrons de l'église de Santa Maria de Campanhã, il nous semble que nous pouvons, dès maintenant, souligner une diversité de statuts, auxquels correspondent différentes couches de la noblesse.

En effet, si d'un côté la difficulté d'identification de la plus grande partie des donateurs indique qu'ils sont membres d'une petite noblesse dont l'implantation ne dépasse pas la zone strictement régionale, comme nous avons pu l'observer, d'un autre côté nous trouvons un nombre significatif de descendants d'une des familles les plus importantes du royaume, au XIII^e siècle, les Riba de Vizela. Si quatre de ces individus paraissent descendre légitimement de ce lignage, la plupart sont membres d'une branche bâtarde qui a donné origine à de nouvelles familles, comme celle des Melo et des Alvim, et qui s'est unie, par la voie du mariage, à d'autres lignées, comme celle des Redondos ou celle des Pereira.

Ainsi, parmi les donateurs du patronage de l'église de Campanhã que nous avons identifiés, les membres d'un ensemble de nouvelles lignées se mettent en évidence. Grâce aux services rendus au monarque et à une stratégie matrimoniale et patrimoniale efficace, et malgré leurs origines bâtardes, ils ont réussi à intégrer cette nouvelle noblesse, proche des milieux de la cour, qui était en franche ascension dans la seconde moitié du XIII^e siècle.

²⁰ ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XIII (1671), fol. 27, 35, 37 e 43 e *CENSUAL do Cabido*, p. 96-97.

²¹ *CENSUAL do Cabido*, p. 95-96 e ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XIII (1671), fol. 19 e 29.

²² ADP, Cartório do Cabido, *Livros dos Originais*, livro XIII (1671), fol. 23 e 45.

De cet exposé il ressort clairement que le patronage de Santa Maria de Campanhã, à l'exemple de plusieurs autres institutions ecclésiastiques contemporaines, se trouvait réparti entre un nombre élevé de particuliers, dans leur grande majorité appartenants à la noblesse ou, plus précisément, à plusieurs de ses couches. Tous, depuis les modestes écuyers jusqu'aux puissants *ricos-homens*, sont ici représentés. Cela signifie, alors, que les patrons de Campanhã reflètent dans leur ensemble une des réalités les plus caractéristiques de l'aristocratie portugaise du XIII^e siècle, à savoir, son rapport étroit avec le patrimoine de l'Église, d'où elle retirait une part substantielle de ses revenus, de son prestige et de son influence sociale.

La protection donnée aux lieux de culte, lors de leur fondation, se transforme, au long des XI^e et XII^e siècles et selon les conjonctures, en une maille enchevêtrée de droits et de prérogatives qui, avec la transmission héréditaire des droits patronaux et la conséquente multiplication des patrons, s'est convertie, dans la plupart des cas, en un processus d'asphyxie des institutions. Simultanément, églises et monastères voient la restauration et le développement des structures diocésaines et, en conséquence, se trouvent confrontés à l'inévitable intervention des prélats qui, par des stratégies diverses, ont établi le contrôle pastoral et patrimonial des établissements religieux.

Santa Maria de Campanhã n'a pas échappé à la règle. Sa proximité de la ville de Porto, ainsi que la richesse matérielle de l'espace dans lequel elle s'inscrivait, ont motivé le grand intérêt des évêques et du chapitre de Porto, qui ne tardèrent pas à s'efforcer d'obtenir sa tutelle complète.

De ce point de vue, l'église de Campanhã s'affirme comme un point de convergence et de conflits de divers intérêts patrimoniaux et ecclésiastiques. Cette fois, au moins, la persévérance des évêques de Porto a été capable d'*orienter* les *volontés* des propriétaires laïques à leur profit.

A FAMÍLIA DE ÉBRARD E O CLERO DE COIMBRA NOS SÉCULOS XIII E XIV

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO



Entre o último quartel do século XIII e a primeira metade de Trezentos, Coimbra conheceu um interessante fenómeno de mobilidade eclesiástica, caracterizada pela presença de numerosos clérigos de origem francesa na estrutura do clero secular da diocese, especialmente no cabido da catedral. Esse fenómeno teve início em 1279, com a nomeação papal do novo bispo de Coimbra Aimerico d'Ébrard, cuja vinda para Portugal abriu as portas desta diocese portuguesa a um grande número de clérigos provenientes da região francesa do Quercy, principalmente a membros da sua parentela ou a eclesiásticos pertencentes a outras famílias relacionadas com os Ébrard. Este estudo procura determinar quem foram estes clérigos e que cargos vieram ocupar na clerezia da cidade, bem como as consequências da sua presença na diocese, que durante esse tempo conheceu o governo de quatro prelados franceses: Aimerico d'Ébrard (1279-1295), Raimundo d'Ébrard I (1319-1324), Raimundo d'Ébrard II (1325-1333) e João des Prez (1334-1338).

THE D'ÉBRARD FAMILY AND THE CLERGY OF COIMBRA IN THE 13TH AND 14TH CENTURIES

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO

During the last quarter of the 13th century and the first half of the 14th, Coimbra experienced an interesting phenomenon of ecclesiastical mobility, with the introduction of numerous French clergymen into the structure of the diocese's secular clergy, especially in the cathedral chapter. This started in 1279, when the pope appointed Aymeric d'Ébrard as the new bishop of Coimbra. His arrival in Portugal opened the door of the diocese to a large number of clergy from the French region of Quercy, mainly members of d'Ébrard's family or of other families related to them. This study aims to define who these clergymen were and what posts they held in the city's clergy, as well as the consequences of their presence in the diocese, which, during this period, had four French prelates: Aymeric d'Ébrard (1279-1295), Raymond d'Ébrard I (1319-1324), Raymond d'Ébrard II (1325-1333) and Jean des Prez (1334-1338).

LA FAMILLE D'ÉBRARD ET LE CLERGÉ DE COIMBRA AUX XIII^e ET XIV^e SIÈCLES

MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO *

Entre le dernier quart du XIII^e siècle et la première moitié du XIV^e siècle, Coimbra a connu un intéressant phénomène de mobilité ecclésiastique, caractérisé par la présence de nombreux clercs d'origine française dans les rangs du clergé séculier du diocèse, surtout celui de la cathédrale. Ce phénomène, qui a déjà reçu l'attention de Pierre David et Gérard Pradalié¹, commença en 1279 avec la nomination par le pape Nicolas III du nouvel évêque de Coimbra, Aymeric d'Ébrard², et continua ensuite, intimement liée à la famille de ce prélat. La réalisation de ce colloque sur l'Église portugaise dans le contexte européen nous permet de présenter une synthèse sur ce sujet, systématisant les informations fournies par les deux auteurs cités et les croisant avec l'étude détaillée menée par nous-même sur les évêques et le chapitre de Coimbra jusqu'en 1318³. Nous attendons cependant encore les données qui seront fournies par les résultats du projet des *Fasti Ecclesiae Portugaliae*⁴ et par des recherches dépassant le cadre chronologique de ce vaste projet qui sert de base au présent colloque. Ce que nous allons présenter est donc, plus que le fruit d'une recherche déjà terminée, un point de départ et une première approche d'un sujet que nous aimerions voir un jour étudié à l'échelle nationale.

* Universidade de Coimbra. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ DAVID, Pierre – *Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944; PRADALIÉ, Gérard – *Quercynois et autres méridionaux au Portugal à la fin du XIII^e et au XIV^e siècle: l'exemple de l'Église de Coimbra*. *Annales du Midi. Revue archéologique, historique et philologique de la France méridionale*. 94 (1982) 369-386.

² Par la bulle *Militanti ecclesie*, publiée par *LES REGISTRES de Nicolas III (1277-1280): Recueil des bulles de ce pape*. Éd. Jules Gay. Paris: 1938, n° 402; voir sur ce sujet MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra, 1990. Thèse de Doctorat: Universidade de Coimbra, 1990, p. 310.

³ Cette étude constitue la première partie de notre thèse de doctorat sur la cathédrale de Coimbra, en tant qu'institution et chancellerie, que nous venons de terminer pour présenter à la Faculté de Lettres de l'Université de Coimbra.

⁴ Les principaux objectifs de ce projet financé par la Fondation pour la Science et la Technologie sont présentés dans une brève synthèse due à JORGE, Ana Maria – *Fasti Ecclesie Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*. *Lusitania Sacra*. 2^a série. 13-14 (2001-2202) 665-666.

Les Ébrard étaient une noble famille connue par les sources depuis le XII^e siècle à Cajarc, village situé dans le Quercy, au sud-ouest de la France, dans le diocèse de Cahors, sur la route qui menait à Saint-Jacques de Compostelle, pas très loin du célèbre sanctuaire de Notre-Dame de Rocamadour qui attira tant de pèlerins péninsulaires tout au long du Moyen Âge⁵. L'évêque choisi pour Coimbra le 9 janvier 1279 était le fils du chevalier Guillaume d'Ébrard, seigneur de Saint-Sulpice, et venait occuper le siège laissé vacant par la reconduction de Mathieu à Viseu, après dix ans d'un épiscopat marqué par l'absentéisme et non reconnu, ni par le roi, ni par le chapitre de la cathédrale⁶. Lors de sa nomination, Aymeric d'Ébrard était archidiacre à Palencia, en Castille⁷. L'idée est encore très répandue qu'il avait été le précepteur du roi Denis⁸. C'est faux: l'évêque n'est venu au Portugal qu'après sa nomination par le souverain pontife, l'année même de son avènement à l'évêché⁹. Il resta en fonctions jusqu'à sa mort, mais ne perdit jamais le contact avec sa terre natale, où il s'est rendu plusieurs fois, y ayant conservé du patrimoine. Il y a rédigé son testament et, finalement, il y est mort le 4 décembre 1295¹⁰. Son tombeau se trouve, comme il avait souhaité, dans le monastère de Val Paradis d'Espagnac, institution de chanoines augustinnes qu'il avait particulièrement protégée¹¹. Son épiscopat, long de presque dix-sept ans, fut marquant dans l'histoire du diocèse: il réussit à imposer son autorité sur un évêché laissé sans pasteur pendant plus de dix années et sur un chapitre soucieux de ses prérogatives et de son indépendance et supportant

⁵ Au sujet de la famille Ébrard, cf. LACOSTE, Guillaume – *Histoire générale de la province de Quercy*. Vol. 2. Marseille: réimpr. 1982, p. 379-381; ALBE, Edmond – Familles du Quercy d'après les Archives du Vatican: Maison d'Hébrard et maisons apparentées ou alliées. *Bulletin trimestriel de la Société des Études Littéraires, Scientifiques et Artistiques du Lot*. Cahors. 30: 2 (1905) p. 78-82; DAVID – *Français du Midi*, p. 14.

⁶ Voir la courte synthèse à ce sujet présentée par MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A prelazia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino (1080-1318). In *Sé Velha de Coimbra: Culto e Cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria, 2005, p. 193-222.

⁷ Cf. GAY – *Les registres*, n° 402.

⁸ ALBE – Familles du Quercy, p. 84 affirme n'avoir trouvé aucune référence en faveur de cette théorie, dont DAVID – *Français du Midi*, p. 22-23 explique la naissance et le développement, montrant qu'elle n'avait point de fondement.

⁹ Il est pour la première fois mentionné dans une charte royale de 1279, juin 12, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Mosteiro de Alcobaça*, DR, m. 12, n° 12 et 13.

¹⁰ Nous trouvons des preuves de sa présence au Quercy dans ALBE – Familles du Quercy, p. 89 et pièces justificatives n° 2 et 3, ainsi que dans quelques chartes conservées au Portugal, comme par exemple IAN/TT, *Mosteiro de Seiça*, m. 3, n° 84 et IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 32, n° 1363. Ces documents nous révèlent qu'il a conservé et entretenu son patrimoine quercynois. Son testament y a été écrit le 2 septembre 1286, avec des corrections postérieures et un codicille daté de 1295 (cf. ALBE – Familles du Quercy, p. 89 et pièce justificative n° 3 bis. Voir aussi LIBER *Anniversarium Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. Édition critique organisée par Pierre David et Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947-1948, 2 vols, 4 décembre et DAVID – *Français du Midi*, p. 21.

¹¹ Sur ce monastère, cf. LACOSTE, Guillaume – *Histoire générale*, vol. 2, p. 380; ALBE – Familles du Quercy, p. 84-88 et pièce justificative n° 2 et DAVID – *Français du Midi*, p. 21.

mal la présence d'un évêque étranger et fort dynamique¹². Trois ans après l'arrivée d'Aymeric au Portugal, en 1282, et puis à nouveau en 1285¹³, le chapitre porta plainte contre le prélat, l'accusant de promulguer, sans le consentement des chanoines, des constitutions contraires aux libertés et coutumes du clergé diocésain, ainsi que de favoriser les siens, et se plaignant d'usurpation de biens capitulaires et même de violences. La querelle aboutit à un accord, après lequel les relations entre évêque et chapitre se sont améliorées. Le prélat fut même très généreux vis-à-vis des chanoines, en ce qui concerne leur patrimoine et la réforme des menses épiscopale et capitulaire. Aymeric lutta aussi contre l'absentéisme qui existait dans le diocèse, obligeant les clercs à résider dans leurs églises¹⁴. Il eut de bons rapports avec le pouvoir temporel, étant l'un des principaux responsables du concordat qui mit fin au conflit entre le roi et les évêques portugais, en 1289¹⁵. Pour terminer ce bref résumé de ce que fut son épiscopat, rappelons qu'il introduisit dans le diocèse de nouvelles pratiques, telles la dévotion du *Corpus Christi*¹⁶ et, à un autre niveau, l'usage du sceau de la curie épiscopale¹⁷; son sceau personnel, d'ailleurs, constitue lui-aussi une nouveauté du point de vue de l'iconographie, tout comme la possession d'un contre-sceau, que nous pensons avoir été utilisé par lui pour la première fois au Portugal¹⁸.

Le gouvernement d'Aymeric eut encore une autre conséquence. Il a ouvert les portes du chapitre de la cathédrale et des principales églises séculières de la ville à un grand nombre de clercs venus du Quercy, qui appartenaient à sa parentèle ou bien étaient membres d'autres familles liées aux Ébrard. L'évident népotisme, si

¹² Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – A prelazia de Coimbra, p. 217-218.

¹³ IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 84, n° 3826, du 6 septembre 1282; m. 10, n° 504, m. 17, n° 777 et m. 18/19, n° 808, du 3 mars 1285.

¹⁴ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos*, Móvel 1, gav. 1, n° 9, du 24 septembre 1293.

¹⁵ Sur le long conflit qui opposa la monarchie et l'épiscopat portugais et les concordats établis pendant le règne de Denis, cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nouvelle édition préparée et dirigée par Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 200-203; COSTA, António Domingues de Sousa – As concordatas portuguesas. *Itinerarium*. 12: 51 (1966) 24-46; VILAR, Hermínia Vasconcelos – O rei e a Igreja: O estabelecimento das concórdias (1245-1383). In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 318-327; LEITE, A. – Concordatas. In *DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. A-C. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 423-429.

¹⁶ DAVID – *Français du Midi*, p. 17.

¹⁷ La création de ce sceau fut envisagée avec méfiance par le chapitre, qui considérait que c'était une façon d'extorquer de l'argent à ceux qui demandaient des chartes qui seraient authentifiées avec ce sceau (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 10, n° 504). TÁVORA, Luís Gonzaga de Lancastre e – *O estudo da Sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, n° 258 et 293 décrit ce sceau, l'identifiant cependant par erreur comme appartenant au chapitre de la cathédrale; il y a aussi une erreur sur la légende qui accompagne la photographie, présentée avec le n° 260 et pas 258.

¹⁸ Le sceau et le contre-sceau sont présentés par TÁVORA – *O estudo da Sigilografia*, n° 276 et 277, 281, 282, 285, 286.

habituel à cette époque, était favorisé par la politique pontificale de réserve de bénéfices qui s'imposait depuis la deuxième moitié du XIII^e siècle et s'épanouit tout au long du XIV^e¹⁹. Cette politique remettait au pape la collation d'un grand nombre de bénéfices, qui étaient délivrés à ceux qu'il voulait récompenser ou aux protégés de ses proches. Les services prêtés à la curie, la proximité avec le pape ou la parenté avec des personnes bien placées dans la structure ecclésiastique constituaient des moyens d'accession aux bénéfices souhaités. Dans ce contexte, les cahorsins étaient très bien placés, surtout après l'installation des papes à Avignon et la promotion au siège pontifical de Jean XXII, qui était naturel de Cahors et protégeait largement ses compatriotes²⁰. De plus, il y avait un rapport étroit entre la curie papale et les marchands de Cahors, liés en grand nombre au port de La Rochelle, point de départ de la route atlantique qui apportait au pape les revenus des impôts venus de la Péninsule Ibérique²¹. Ce n'est pas un hasard si les deux neveux d'Aymeric qui sont devenus, comme leur oncle, évêques de Coimbra ont été collecteurs apostoliques en Hispanie²².

L'arbre généalogique de cet évêque (Table 1), que nous avons essayé de bâtir à l'aide des renseignements, parfois contradictoires, dont nous disposons²³, nous aide à mieux visualiser le réseau de parentés qui le liaient à un vaste ensemble de clercs que nous retrouvons dans le diocèse de Coimbra. Il nous montre qu'Aymeric était cousin au premier degré d'un évêque de Cahors, Raymond de

¹⁹ De toute la vaste bibliographie sur ce sujet, nous renvoyons à la claire et brève synthèse à ce sujet qui nous est proposée par GAUDEMET, Jean – Le gouvernement de l'Église à l'époque classique. IIe partie: Le gouvernement local. In *Histoire du Droit et des Institutions de l'Église en Occident*. Dir. G. Le Bras et J. Gaudemet. T. 8, vol. 2. Paris, 1979, p. 95-102. Au sujet de la politique papale de concession de bénéfices cf. MOLLAT, G. – *La collation des bénéfices ecclésiastiques sous les papes d'Avignon (1305-1378)*. Paris, 1921 et BEGOU-DAVIA, Michèle – *L'interventionnisme bénéficiaire de la papauté au XIII^e siècle: Les aspects juridiques*. Paris, 1977. Sur le népotisme, cf. CAROCCI, Sandro – *Il nepotismo nel medioevo: papi, cardinali e famiglie nobili*. Roma, 1999.

²⁰ Sur Jean XXII, cf. GUILLEMAIN, Bernard – *La cour pontificale d'Avignon, 1309-1376: Étude d'une société*. Paris, 1966 et DUVAL-ARNAUD, Louis – Jean XXII. In *DICTIONNAIRE Historique de la Papauté*. Dir. Philippe Levillain. [Paris]: Fayard, 1994, p. 943-947.

²¹ Cf. PRADALIÉ – Quercynois, p. 377-378. Sur cette route de commerce maritime, cf. RENOARD, Yves – *Les relations des papes d'Avignon et des compagnies commerciales et bancaires de 1316 à 1378*. Paris: E. de Boccard, 1941.

²² Sur les collecteurs apostoliques, cf. GUYOTJEANNIN, Olivier; UGINET, François-Charles – Collecteurs. In *DICTIONNAIRE Historique de la Papauté*, p. 410 et SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†). *Lusitania Sacra*. 2^a série. 13-14 (2001-2002) 197-201. Edmond Albe, le fameux historien du Quercy qui vécut au début du XX^e siècle, émit l'hypothèse qu'Aymeric d'Ébrard ait, lui aussi, rempli ces fonctions avant son ascension à la chaire épiscopale, mais les documents ne disent rien à ce sujet (ALBE – *Familles du Quercy*, p. 84, suivi par DAVID – *Français du Midi*, p. 15).

²³ Les sources utilisées sont les documents et travaux cités tout au long de ce travail. Nous profitons de ce moment pour remercier l'aide précieuse de António Meireles, qui bâtit cet arbre généalogique en support électronique et nous aida dans la préparation des autres tables ainsi que dans la projection en Power Point utilisée pour présenter cette communication.

Cornil, probablement fils d'un frère de sa mère, qui occupa le siège cahorsin de 1280 à 1293 et dont la tombe se trouve dans la cathédrale où il avait été prélat²⁴. Deux neveux d'Aymeric, fils de son frère aîné Bertrand, ont joué d'importants rôles dans l'église coimbraise: Raymond I a été trésorier, doyen et finalement évêque²⁵, son frère Aymeric archidiacre, puis trésorier²⁶. Leur frère aîné, Guillaume, était le père de Raymond II, lui aussi trésorier et doyen de Coimbra, qui succéda à son oncle homonyme²⁷. Peut-être était-il le frère de Bertrand d'Ébrard, vicaire général du diocèse²⁸.

La documentation mentionne encore d'autres Ébrard à Coimbra, dont les rapports avec l'évêque Aymeric sont difficiles à déceler et ne font donc pas partie de l'arbre généalogique que nous présentons: les chanoines de la cathédrale Aymeric²⁹, Guillaume³⁰ et Gaillart³¹, et Pierre, prieur de la collégiale du Saint Sauveur³².

D'autres Quercynois apparentés aux Ébrard se trouvaient également à Coimbra. Les Crégol, venus d'un petit village du Lot qui porte le nom de leur famille, avaient avec eux des liens de grande proximité: une sœur de l'évêque Aymeric s'était certainement mariée à un Crégol, et de cette union était né Guillaume, chanoine de Coimbra³³, dont le neveu, Aymeric, a été chanoine, vicaire épiscopal et puis doyen³⁴. Le chanoine Bertrand de Crégol était

²⁴ Les volumes des *Fasti Ecclesiae Gallicanae* n'incluent pas encore le diocèse de Cahors. Les informations sur les dates de l'épiscopat de Raymond de Cornil ont été cueillies dans <http://www.quercy.net/qmedieval/histoire/articles/eveques.html>.

²⁵ Cf. ALBE – Familles du Quercy, pièce justificative n° 3 et DAVID – *Français du Midi*, p. 24. Les documents conservés dans les fonds archivistiques provenant du chapitre coimbrais le mentionnent comme trésorier le 6 novembre 1291 (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 32, n° 1363), doyen entre le 16 février 1293 et le 17 juin 1318 (respectivement, IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 22, n° 966 et m. 86, n° 3989). Le registre de sa mort se trouve dans le *Livro das Kalendas (LK)*, 15 juillet.

²⁶ Il est attesté comme archidiacre de Seia entre le 9 septembre 1307 et le 4 janvier 1311 (respectivement, IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 84, n° 3823 et m. 89, n° 4287), comme trésorier entre le 3 décembre 1311 et le 11 janvier 1319 (IAN/TT, *Mosteiro de Lorvão*, 2^a inc., gav. 2, m. 3, n° 6 et IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 29, n° 1213). Il est mort le 6 août 1319 (LK, 6 août). Il est aussi dit prieur de l'église collégiale coimbraise de Saint-Jacques en décembre 1311 (IAN/TT, *Mosteiro de Lorvão*, 2^a inc., gav. 2, m. 3, n° 6).

²⁷ La prébende (en expectative) lui a été donnée le 26 juin 1317 (ALBE – Familles du Quercy, pièce justificative n° 27); il a été nommé trésorier le 1^{er} février 1321, doyen le 2 mai 1323, et évêque le 25 avril 1325 (*ibidem*, pièce justificative n° 28). Il mourut le 17 juillet 1333, à Avignon, comme on le voit dans LK, 17 juillet. Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 31-33 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385.

²⁸ Il est mentionné dans le registre du décès de son oncle Raymond I, dont il a été exécuteur testamentaire (LK, 6 août). Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 35.

²⁹ DAVID – *Français du Midi*, p. 35.

³⁰ DAVID – *Français du Midi*, p. 35.

³¹ DAVID – *Français du Midi*, p. 35-36. Le registre de sa mort se trouve dans LK, 24 avril.

³² IAN/TT, *Colegiada de S. Salvador de Coimbra*, M. 10, s/n.

³³ DAVID – *Français du Midi*, p. 26. Il est mort le 19 juillet 1296 (LK, 19 juillet).

³⁴ À son sujet, cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 36-37 et le tableau présenté par PRADALIÉ – Quercynois, p. 385. Il était aussi, selon ALBE – Familles du Quercy, p. 197, chanoine de Palencia et a été nommé par Jean XXII trésorier pontifical de la Marche d'Ancône en 1317. Il est mort le 13 mai 1322 (LK, 13 mai).

probablement le frère de celui-ci³⁵. Il y a eu deux autres membres du chapitre portant ce même nom, tous les deux archidiaques³⁶. Le plus récent d'entre eux était le frère d'un deuxième Guillaume de Crégol, qui cumulait le canonat et l'archidiaconat de Coimbra avec un bénéfice à Lisbonne et une prébende dans le chapitre d'Évora³⁷. Le dernier membre de cette famille au sujet duquel nous possédons des informations est Rigal de Crégol, chanoine des cathédrales de Coimbra et d'Évora³⁸.

Il y avait aussi les Saint-Géry et les Périer. Les premiers (qui donnèrent leur nom au petit village dont ils étaient originaires) étaient étroitement liés à la curie avignonnaise³⁹. Guillaume de Saint-Géry, collecteur apostolique, fut chanoine puis doyen de la cathédrale de Coimbra, prieur de la collégiale de Saint-Jacques de la même ville et membre du chapitre d'Évora⁴⁰. Il était peut-être le frère de Hugues de Saint-Géry, trésorier et ensuite doyen de la cathédrale coimbraise⁴¹. De la génération suivante faisaient partie Giscard, chanoine et puis écolâtre de Coimbra⁴², et Pierre de Saint-Géry, sûrement son frère ou cousin, chanoine des cathédrales de Coimbra et Lisbonne et chantre à Évora⁴³.

³⁵ DAVID – *Français du Midi*, p. 36. Il était aussi prieur de Penacova, et mourut le 9 décembre 1329 (*LK*, 9 décembre).

³⁶ Le premier a reçu la prébende canonale en 1322 et a été archidiacre de Vouga entre 1327 et 1335 (cf. les renseignements fournis par DAVID – *Français du Midi*, p. 37-38 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385). Le deuxième devint chanoine en 1342; avant il était à Avignon en tant que familier du cardinal Pierre des Prez (oncle du futur évêque de Coimbra, Jean des Prez). Il fut chapelain de l'évêque de Rodez qui vint en 1337 à la Péninsule Ibérique comme légat papal pour essayer de faire la paix entre Castille et le Portugal, et l'accompagna dans son voyage. Son frère Guillaume a résigné en 1347 l'archidiaconat de Vouga en sa faveur. Il eut aussi des canonicats à Braga et Lérida, et échangea le premier en faveur d'un autre à Évora. Tout ceci nous est appris par DAVID – *Français du Midi*, p. 38.

³⁷ Il était recteur de l'hospice des orphelins de Lisbonne en 1345, archidiacre de Vouga entre cette même année et 1347, chanoine d'Évora à partir de 1349, encore en vie en 1374; cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 38 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385. On trouve des références à lui en *LK*, 27 janvier, 9 février, 12 mars, 8 avril, 3 juin, 19 août.

³⁸ Cf. P. DAVID – *Français du Midi*, p. 39. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, ne lui fait pas mention.

³⁹ Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 39.

⁴⁰ Il était chanoine de la cathédrale et prieur de Saint-Jacques avant 1316, collecteur apostolique en 1317, doyen en 1320 et mourut le 6 novembre 1320; cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 39 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385. *LK*, 23 avril, 6 novembre, 22 décembre.

⁴¹ Il devint trésorier en 1319 et fut nommé doyen en 1321, mais ne prit pas possession de la dignité; il mourut probablement la même année. Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 39-40 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385.

⁴² Chanoine de la cathédrale au 21 août 1319, il reçut en 1332 l'expectative de la première dignité qui serait vacante dans le chapitre; nous le savons écolâtre entre 1342 et 1352; sa mort eut peut-être lieu en 1359. Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 40 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385.

⁴³ Le prieuré de cette église est attesté avant 1328 (cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 40 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 385). VILAR – *As Dimensões de um poder*, p. 334 l'appelle Peyre et le dit mentionné dans la documentation d'Évora comme chanoine et chantre de 1341 à 1348. FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa, 2004, p. 350-351. Mémoire de Maîtrise en Histoire

Dans la famille Périer, originaire aussi de Cajarc et vraisemblablement apparentée aux Ébrard, nous trouvons un membre du chapitre coimbrais, Raymond⁴⁴, le demi-chanoine Astruc⁴⁵ et son frère Barthélemy, qui était aussi chanoine de la cathédrale et succéda à Guillaume de Saint-Géry dans le gouvernement de la collégiale de Saint-Jacques⁴⁶. À la même famille appartenaient encore deux autres clercs présents au Portugal, mais qui n'avaient rien à voir avec Coimbra: Pierre, chanoine de Braga, et Foulc, collecteur apostolique, chapelain honoraire du pape et membre de plusieurs chapitres péninsulaires, y compris Braga⁴⁷.

A ces vingt-trois ecclésiastiques se joignaient encore huit autres dignitaires de la cathédrale et dix-huit bénéficiés dans le diocèse de Coimbra, la plupart d'entre eux membres du chapitre de la cathédrale et portant tous des noms qui témoignent de leur origine française. Après la mort de Raymond II, un autre Quercynois fut choisi pour le siège épiscopal coimbrais: Jean des Prez de Montpezat, évêque entre 1333 et 1337⁴⁸, neveu du cardinal-évêque de Préneste qui avait présidé au sacre de Raymond II, ce qui est un indice de l'existence de liens entre les deux familles. Il est resté à la curie d'Avignon pendant tout son épiscopat, ayant reçu une dispense papale de résidence. En 1337 il fut transféré à Castres, en France, et mourut durant la grande peste de 1348⁴⁹.

Si nous mettons en rapport les divers dignitaires de la cathédrale coimbraise que nous venons de mentionner et ses évêques, nous constatons que seulement deux français occupent des dignités capitulaires pendant l'épiscopat d'Aymeric (Table 2 a): son *consanguineus* Guillaume de Goudou, chantre à partir de 1285⁵⁰,

Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, indique son canonicat à Lisbonne en 1330, à Évora à partir de la même année, occupant la chantrerie dès 1333, et à Coimbra entre 1330 et 1344-1348. Il avait trois bénéfices en France, dans les diocèses d'Agen, de Limoges et de Tulle.

⁴⁴ Mentionné par ALBE – Familles du Quercy, p. 198 et DAVID – *Français du Midi*, p. 41.

⁴⁵ LK, 18 avril; DAVID – *Français du Midi*, p. 41.

⁴⁶ Il était prieur de la collégiale entre 1322 et 1332, et nous le savons chanoine de la cathédrale en 1341 ; son testament date du 31 octobre 1348; LK, 18 janvier. Cf. PRADALIÉ – Quercynois, p. 386 et DAVID – *Français du Midi*, p. 41.

⁴⁷ Au sujet de ces deux clercs, cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 41-42 et ALBE – Familles du Quercy, p. 198-199. Il faut dire que RIBEIRO, João Carlos Taveira – *A instituição capitular bracarense no século XIV (1325-1374)*. Braga, 1998 ne mentionne pas ces deux clercs parmi les membres du chapitre qu'il étudie.

⁴⁸ Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 33 et PRADALIÉ – Quercynois, p. 374.

⁴⁹ DAVID – *Français du Midi*, p. 33. Son décès se trouve enregistré dans le livre d'anniversaires de la cathédrale le 25 octobre (LK, 25 octobre).

⁵⁰ Guillaume de Goudou de Roquefort a été chantre de Coimbra entre le 12 janvier 1285 (IAN/TT, *Mosteiro de Lorvão*, 2^a inc., gav. 3, m. 4, n° 10/2) et le 7 juillet 1291 (LANGLOIS, Ernest – *Les registres de Nicolas IV*. Paris, 1887-1893, 2 vols., n° 5668). Il était docteur en droit, chapelain du pape en 1296, vicaire général de Sicile, élu archevêque de Salerne en 1299 (DIGARD, Georges; FAUCON, Maurice; THOMAS, Antoine; FAWTIER, Robert – *Les registres de Boniface VIII*. Paris, 1884-1939, 4 vols., n° 1197 et 3179). ALBE – Familles du Quercy, p. 93-96 le confond avec un Guillaume d'Ébrard. Il est dit *consanguineus* de l'évêque Aymeric d'Ébrard dans le testament de celui-ci (cf. *ibidem*. pièce justificative n° 3 bis).

et, dès 1291, son neveu Raymond I d'Ébrard, d'abord comme trésorier puis en tant que doyen. Celui-ci restera en fonctions tout au long des évêchés de Pierre Martins et Ferdinand (Table 2b e 2c), étant alors le seul français à occuper une dignité. Sous l'évêque Étienne (Table 2d), entre en scène, comme archidiaque puis comme trésorier, Aymeric, le frère de Raymond I. La nomination comme évêque de celui-ci, en 1319, et sa succession par Raymond II ont permis, comme les Tables 2e e 2f le montrent bien, l'accès de plusieurs Quercynois au chapitre coimbrais, occupant surtout le doyenné et la trésorerie, mais aussi l'archidiaconat et, dans un seul cas, la chantrerie. Cette prédominance continuera sous Jean des Prez (Table 2g) et au long du gouvernement des prélats portugais Georges et Laurent (Table 2h et 2i), qui ont assisté à de nouvelles accessions de clercs français aux plus importantes dignités de la cathédrale. A partir de la décennie de 1350, le nombre de dignitaires et chanoines provenant de France diminue de façon drastique. Au fur et à mesure qu'ils mouraient ou étaient transférés dans d'autres diocèses, les étrangers disparaissent du chapitre de la cathédrale de Coimbra, ainsi que des autres institutions séculières de la ville, où leur nombre n'avait d'ailleurs jamais été aussi important⁵¹. Ceci coïncide avec la préférence accordée par Avignon à la voie méditerranéenne plutôt qu'à celle de l'Atlantique, ce qui est cause et, en même temps, conséquence de la diminution de l'importance des marchands cahorsins auprès de la papauté⁵². C'était sûrement aussi un effet de la mort de Jean XXII, en 1334, et de la peste noire. Peut-être faut-il également considérer qu'il y avait un intérêt grandissant pour les diocèses autres que Coimbra, puisque des prélats français surgissent à Lisbonne et Braga précisément quand ils disparaissent de cet évêché: entre 1344 et 1358, Lisbonne a connu trois évêques venus d'outre-Pyrénées; Braga, à son tour, eut entre 1349 et 1371 deux archevêques de la même origine⁵³. Les chapitres de ces deux cathédrales, ainsi que celui d'Évora, accueillent alors des français⁵⁴. Nulle part, cependant, la présence française ne connut l'intensité constatée à Coimbra, où, selon l'heureuse expression de Gérard Pradalié, il y avait une véritable "nébuleuse familiale organisée autour des Ébrard"⁵⁵.

⁵¹ Voir le tableau de PRADALIÉ – Quercynois, p. 386, qui présente 34 prieurs des collégiales de la ville de la fin du XIII^e jusqu'à la fin du XIV^e siècle, dont neuf seulement sont français.

⁵² Cf. PRADALIÉ – Quercynois, p. 379 et 381.

⁵³ À Lisbonne se succèdent Étienne de la Garde (1344-1348), Théobald de Castillon (1348-1356) et Reginald de Maubernard (1356-1358); à Braga, Guillaume de la Garde (1349-1361) et Jean de Cardaillac. (1361-1371). Cf. JORGE, Ana Maria C. M. (coord.) – *Episcopologio*. In *DICIONÁRIO de História Religiosa*. Vol. 2, p. 139 et 135.

⁵⁴ En ce qui concerne le chapitre de Évora, jusqu'au XV^e siècle, cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder*; pour Braga, entre 1325 et 1374, cf. RIBEIRO – *A instituição capitular*; pour Lisbonne, le mémoire de maîtrise de FARELO – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos*, qui présente les prosopographies des membres du chapitre entre 1277 et 1377.

⁵⁵ PRADALIÉ – Quercynois, p. 374.

Quel bilan peut-on faire de cette forte présence française à Coimbra? Est-ce que la nomination d'étrangers à la chaire épiscopale a entraîné de la part des prélats absentéisme et laxisme? Les dignitaires français ont-ils bien accompli leurs fonctions dans le chapitre? Les renseignements à ce sujet n'abondent pas. Il est très difficile d'évaluer l'action des dignitaires ecclésiastiques, exception faite au doyen, plus présent dans les documents. Les chartes qui concernent des litiges sont précieuses, mais pas très fréquentes. Nous avons déjà parlé des fortes tensions qui avaient opposé l'évêque Aymeric et le chapitre au début de son épiscopat⁵⁶; une fois celles-ci surmontées, les relations entre eux furent bonnes. Le souvenir conservé est, selon les mots d'un chanoine du XVI^e siècle, auteur d'une vie des prélats coimbrais, celui d'un évêque "digne particulièrement de rester dans les mémoires en considération des singuliers bienfaits qu'il apporta à cette cathédrale"⁵⁷.

Raymond I⁵⁸, homme cultivé ayant étudié les arts, connaissait bien son diocèse, où il avait été trésorier et doyen pendant des décennies. Il a directement bénéficié de l'ascension à la chaire pontificale de Jean XXII: en 1317, il reçut la nomination comme collecteur apostolique dans plusieurs évêchés de la Péninsule Ibérique⁵⁹ et fut choisi évêque en 1319, comme nous l'avons déjà vu. Si son oncle avait introduit à Coimbra la fête du *Corpus Christi*, il y institua une autre dévotion, celle de l'Immaculée Conception de la Vierge⁶⁰; pour la célébrer, il laissa au chapitre plusieurs biens, ainsi qu'un manuscrit contenant les offices de ces deux nouvelles fêtes⁶¹. Raymond I est mort subitement, d'une maladie survenue au cours d'une visite pastorale, le 15 juillet 1324⁶². Son corps fut enseveli à la cathédrale de Coimbra, devant l'autel du *Corpus Christi*, dans un tombeau qui n'existe plus. Le livre d'anniversaires de la cathédrale l'éloge profondément, l'appelant "homme juste et miséricordieux, vrai et pudique, noble d'ascendance et de mœurs (...), humble, honnête".

Raymond II, à son tour, avait aussi parcouru plusieurs degrés de sa carrière dans le chapitre (comme chanoine, trésorier et doyen) avant de s'élever à la

⁵⁶ Cf. *supra*, p. 72-73.

⁵⁷ NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*. Publ. par A. G. da Rocha Madahil. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade, 1942, p. 85.

⁵⁸ Il était chanoine de Cahors et prieur de deux églises situées dans ce diocèse français. Ces informations se trouvent dans la bulle citée dans la note suivante et sont résumées par DAVID – *Français du Midi*, p. 28-29.

⁵⁹ Cf. DAVID – *Français du Midi*, p. 29.

⁶⁰ Instituée par charte du 17 octobre 1320 (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 46, n^o 1820, reproduit par COSTA, Avelino de Jesus da – *Album de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Estampas*. 6^e éd. Coimbra, 1997, n^o 82).

⁶¹ LK, 15 juillet.

⁶² Cf. la note précédente.

chaire épiscopale en succession de son oncle, par nomination du pape, en 1325, alors qu'il n'était encore que sous-diacre⁶³. Il fut collecteur apostolique dans le territoire portugais. A Coimbra, qu'il connaissait très bien, il continua la politique généreuse de son grand-oncle Aymeric à l'égard du chapitre⁶⁴. Comme lui, il eut aussi de bons rapports avec la royauté, alors représentée par la reine sainte Isabelle. Il présida en 1330 à la consécration de l'église du monastère de Sainte-Claire, qu'elle avait refondé, deux ans après avoir procédé au sacre de la chapelle de l'hospice qu'Isabelle avait créé tout près de cette institution de clarisses⁶⁵. Raymond II est mort à Avignon le 17 juillet 1333 et son corps repose dans la cathédrale de cette ville. Son successeur fut le dernier évêque quercynois de Coimbra, Jean des Prez, le seul des quatre prélats français du diocèse à cette époque qui s'est toujours maintenu loin du Portugal, le seul aussi pour qui cette dignité ne fut pas la dernière de la vie.

En ce qui concerne les trois évêques Ébrard, le bilan de leur gouvernement nous semble très positif. Ils ont été des prélats présents, conscients de leurs devoirs, soucieux du développement et du bon ordre du diocèse. Après le premier choc au temps d'Aymeric, ils semblent avoir été acceptés et estimés par le chapitre, ainsi que par le pouvoir politique, avec lequel ils ont su maintenir de bonnes relations.

Les problèmes se posèrent surtout vis-à-vis de la concurrence que les clercs français protégés par les Ébrard faisaient aux ecclésiastiques portugais, qui ne voyaient pas d'un bon œil l'accaparement des bénéfices les plus importants par ces étrangers qui empêchaient les autochtones d'atteindre les sommets de la hiérarchie. Une des plaintes formulées au début du gouvernement d'Aymeric portait sur le fait qu'il voulait s'appuyer sur ceux qu'il avait installés au chapitre⁶⁶, ce qui se rapporte, naturellement, aux clercs français qui commençaient à graviter autour de lui. La claire prédominance de ces ecclésiastiques, après l'avènement au siège épiscopal de Raymond I, provoqua des rivalités qui sont mises en évidence lors de plusieurs querelles concernant la concession de certains bénéfices⁶⁷, ainsi que dans les clauses contenues dans des

⁶³ Cf. *supra*, p. 75.

⁶⁴ DAVID – *Français du Midi*, p. 32.

⁶⁵ DAVID – *Français du Midi*, p. 32. Sur les origines de ce monastère, cf. SANTOS, Ana Paula Pratas Figueira – *A fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra: Da instituição por D. Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel*. Coimbra, 2000. 2 vol. Mémoire de maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁶⁶ C'est une des accusations portées par le chapitre dans la querelle du 6 septembre 1282 (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 84, n^o 3826).

⁶⁷ PRADALIÉ – Quercynois, p. 379-380 analyse quelques-uns de ces conflits. Le premier, daté de 1330, concerne l'église de Sebal, à laquelle l'évêque et des patrons laïcs présentent le déjà cité Barthélemy Périer, pendant que le chapitre propose un Portugais. Pendant la querelle, le chapitre se scinde en deux: d'un côté nous trouvons les chanoines français, de l'autre les portugais (dirigés par l'archidiacre Andrea di

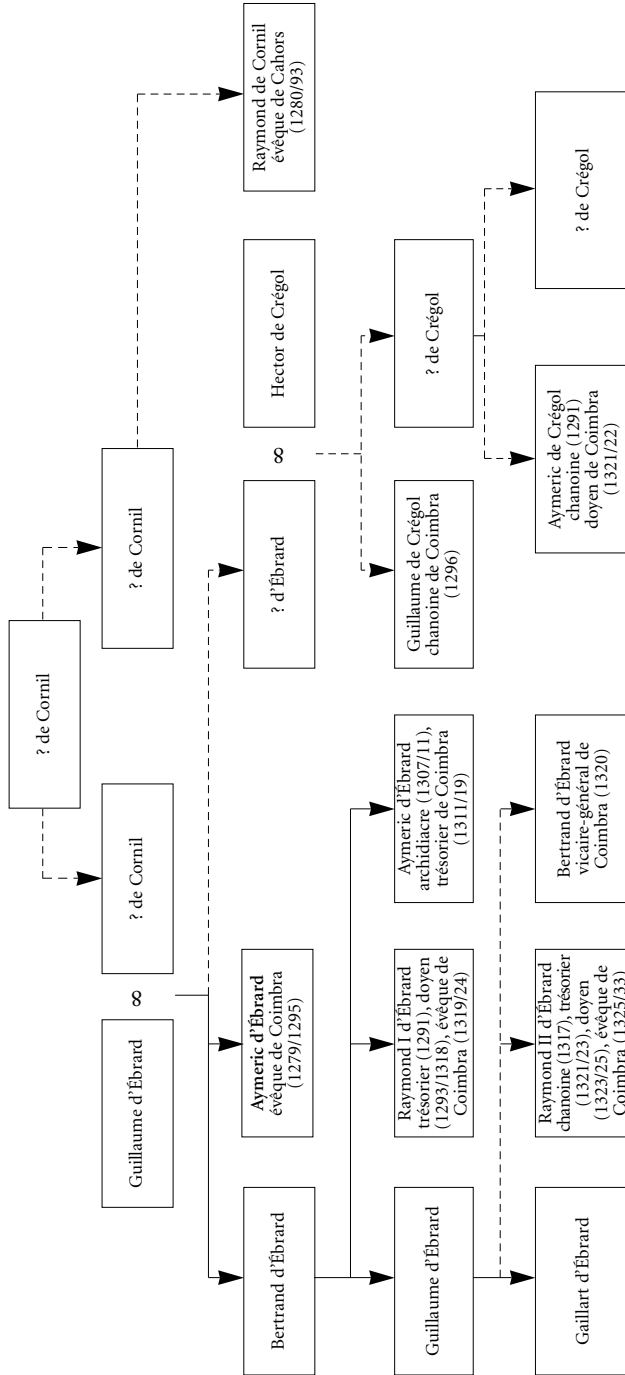
chartes d'institution de chapelles, précisant la nationalité des clercs qui les desserviraient⁶⁸. Mais, petit à petit, à partir des années 1350, les français disparaissent, et dans la seconde moitié du XIV^e siècle ce sont à nouveau les clercs portugais qui occupent majoritairement les principales dignités.

Ainsi se terminait une étape de la vie de la cathédrale de Coimbra, étape qui avait été possible dans un contexte particulier, où le népotisme, l'affirmation de la politique papale de nomination directe des évêques ainsi que les relations étroites entre les Cahorsins et la papauté se combinaient pour permettre la création d'une espèce de fief ecclésiastique de clercs quercynois dans le diocèse coimbrais. Ce fief s'est maintenu durant quelques générations, et se défit peu à peu, au fur et à mesure que les circonstances qui avaient rendu possible sa création changèrent. Les clercs français disparaissent du diocèse coimbrais tout au long de la deuxième partie du XIV^e siècle. Ils laissèrent cependant à Coimbra les traces de leur passage et la mémoire de leurs actes, que nous avons évoqués ici, plus de six siècles après.

Giovanni, lombard). En 1339, la vacance de la dignité d'écolâtre entraîne aussi des divisions, et à nouveau on voit les Français se grouper autour d'un candidat et les Portugais (ayant encore une fois à leur tête Andrea di Giovanni, entre-temps nommé chantre) autour d'un autre, d'origine locale. Ce conflit eut peut-être lieu à cause de la promesse de concession à Giscard de Saint-Géry de la première dignité qui serait vacante (cf. *supra*, note 42); de fait, il occupera cette charge dès 1342.

⁶⁸ PRADALIÉ – Quercynois, p. 380 nous donne deux exemples illustratifs de ce genre de clauses, datés de 1340 et 1349.

Table 1 – Généalogie des Ébrard



2. Tables de dignitaires

a) Dignitaires sous Aymeric d'Ébrard (1279-1295)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Estêvão Moniz (1264-1285)	Gonçalo Gonçalves (1264-1282)	João Peres (1283-1301)	Domingos Martins (1279)	Pascoal Nunes (1281-1290)
Fernão Soares (1285-1292)	Guillaume de Goudou (1285-1289)		Fernão Soares (1284-1285)	João António (1287-1298)
Raymond I d'Ébrard (1293-1318)	Pedro Martins (1293-1322)		Raymond I d'Ébrard (1291) Gonçalo Mendes (1293-1310)	Bernardo (1291) Pedro Garcia (av. 1294)

b) Dignitaires sous Pierre Martins (1296-1301)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Raymond I d'Ébrard (1293-1318)	Pedro Martins (1293-1322)	João Peres (1283-1301)	Gonçalo Mendes (1293-1310)	João António (1287-1298) Fernão Garcia (1299-1321)

c) Dignitaires sous Ferdinand (1302-1303†)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Raymond I d'Ébrard (1293-1318)	Pedro Martins (1293-1322)		Gonçalo Mendes (1293-1310)	Fernão Garcia (1299-1321)

d) Dignitaires sous Étienne Eanes Brochardo (1303-1318†)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Raymond I d'Ébrard (1293-1318)	Pedro Martins (1293-1322)	Gil Fernandes (1304-1339)	Gonçalo Mendes (1293-1310) Aymeric d'Ébrard (1311- -1319)	Fernão Garcia (1299-1321) Estêvão Gomes (1306-1318) Aymeric d'Ébrard (1307-1311) Vicente Afonso (1318-1324)

e) Dignitaires sous Raymond I d'Ébrard (1319-1324)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Guillaume de Saint-Géry (1320)	Pedro Martins (1293-1322)	Gil Fernandes (1304-1339)	Hugues de Saint-Géry (1319-1320)	Vicente Afonso (1318-1324)
Hugues de Saint-Géry (1321)	Fernando Garcia (1324-1330)		Raymond II d'Ébrard (1321-1323)	Andrea di Giovanni (1323-1328)
Aymeric de Crégol (1321-1322)				Martim Martins (1324)
Raymond II d'Ébrard (1323-1325)				

f) Dignitaires sous Raymond II d'Ébrard (1325-1333)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
Guillaume d'Othon de Camboulit (1325-1330)	Fernando Garcia (1324-1330)	Gil Fernandes (1304-1339)	Barthélemy Aimar (1330-1358)	Andrea di Giovanni (1323-1328)
	Guillaume d'Ébrard (1330)			Bertrand de Crégol (1327-1335)
	Andrea di Giovanni (1331-1345)			Guillaume d'Ébrard (1330)

g) Dignitaires sous Jean des Prez (1333-1337)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
	Andrea di Giovanni (1331-1345)	Gil Fernandes (1304-1339)	Barthélemy Aimar (1330-1358)	Bertrand de Crégol (1327-1335)
				Géraud Regrafe (1334-1348)

h) Dignitaires sous Georges (1338-1357)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
	Andrea di Giovanni (1331-1345)	Gil Fernandes (1304-1339)	Barthélemy Aimar (1330-1358)	Géraud Regrafe (1334-1348)
	Jean de Cavanhac (1352-1358)	Martim Gil (1339-1342)		Guillaume de Crégol (1345-1347)
		Giscard de Saint-Géry (1342-1352)		Bertrand de Crégol (1347-1350)
				Gonçalo Eanes (1353-1356)
				Garin de Beaumont (1353-1362)
				Martim Lourenço (1353-1364)
				Astruc Massip de Bournazel (1357)

i) Dignitaires sous Laurent (1357-1358)

Doyen	Chantre	Écolâtre	Trésorier	Archidiacres
	Jean de Cavanhac (1352-1358)	Giscard de Saint-Géry (1342-1352)	Barthélemy Aimar (1330-1358)	Garin de Beaumont (1353-1362)
				Martim Lourenço (1353-1364)



**SERVIR, GOVERNAR E LEGAR:
O BISPO D. GERALDO DOMINGUES (1285-1321)**

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR
MARTA CASTELO BRANCO

A 5 de Março de 1321, em Estremoz, os partidários do infante D. Afonso matavam o então bispo de Évora, Geraldo Domingues, que nesta data estanciaria nesta vila da sua diocese. Através desta morte violenta era interrompida uma vida marcada pelo serviço régio e uma carreira que tinha guindado Geraldo Domingues, da região de Lamego e de uma família com evidentes relações à estrutura eclesiástica, ao usufruto sucessivo de três lugares episcopais: Porto, Palência e Évora. O que propomos, no presente estudo, é a análise de alguns aspectos deste percurso, atendendo às suas características e especificidades no que respeita ao trajecto desenhado ao longo da vida deste eclesiástico, bem como ao cuidado posto na constituição de um património relativamente importante que legará aos seus parentes mais próximos.

**SERVING, GOVERNING AND BEQUEATHING:
BISHOP D. GERALDO DOMINGUES (1285-1321)**

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR
MARTA CASTELO BRANCO

On 5 March 1321, the supporters of Prince Afonso killed Geraldo Domingues, the Bishop of Évora, in Estremoz, a town in his diocese. This violent death brought to an end a life defined by royal service and a career that had hoisted Domingues, who came from the Lamego region and a family that had strong relations with the ecclesiastical hierarchy, to successive positions as the bishop of Oporto, Palencia and Évora. This study aims to analyse some aspects of his career, focusing on the characteristics and specific issues involved in the path followed by this ecclesiastic, and on the care taken in establishing relatively important holdings that he bequeathed to his closest relatives.

SERVIR, GOUVERNER ET LEGUER: L'ÉVÊQUE GERALDO DOMINGUES (1285-1321)

HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR *

MARTA CASTELO BRANCO **

I.

“Il y a peu de temps, Afonso Novaes et Nuno Martins Barreto, proches vassaux de l'Infant et serviteurs de sa maison, allèrent, à cheval et armés, accompagnés d'autres hommes de la maison de l'Infant, tuer D. Geraldo, évêque d'Évora, membre du Conseil du Roi et son “privatus”. Il me semble que ce furent la hardiesse et l'audace qui les poussa à imiter les autres serviteurs de l'Infant, étant donné que celui-ci les a toujours protégés”¹.

Ce fut ainsi que D. Dinis décrit à “*ses riches hommes, chevaliers et autres personnes*”, le 15 mai 1321, la mort de l'évêque d'Évora, D. Geraldo Domingues, membre de son Conseil, dans un réquisitoire contre les offenses commises par son fils, l'Infant Afonso, et quelques-uns de ses vassaux qu'il accusait d'actions portant atteinte à ses intérêts et ceux de ses proches, de même qu'il les rendait responsables de la guerre qui opposait, à cette époque, ses troupes à celles de l'Infant D. Afonso².

Dans le cas concret de l'assassinat de Geraldo Domingues, la manière succincte dont il est décrit et son insertion dans une liste plus longue de crimes et attentats commis contre biens et personnes démontrent que ce décès ne constituait pas un épisode isolé dans la confrontation opposant le roi à son fils. Néanmoins, il lui est délibérément attribué une valeur spéciale, afin de faire

* Universidade de Évora. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

** Universidade Nova de Lisboa. Boursière de recherche du projet *Fasti ecclesiae Portugaliae*.

¹ LOPES, Fernando Félix – Santa Isabel de Portugal: A larga contenda entre el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso. In *Colectânea de Estudos de História e Literatura*. Vol. 3: *Santa Isabel de Portugal e outros estudos*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997, p. 103.

² Sur la guerre civile qui opposa D. Dinis à son fils Afonso, à partir de 1319, voir les articles de MATTOSO, José – A guerra civil de 1319-1324. In *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 293-308 et de ANTUNES, José; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia – Conflitos Políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. In *Revoltas e Revoluções. Revista de História das Ideias*. 6 (1984) surtout les p. 113-121.

retomber sur cet acte ou son auteur l'opprobre due à celui qui blesse ou tue, même par mains interposées, un évêque³.

Une telle attitude du roi et de ses proches n'était pas étrangère au désir d'attirer à eux les faveurs de la Papauté qui, en effet plus tard, condamnera, avec une bulle de Jean XXII, les exécuteurs de l'attentat⁴. L'impact que cet assassinat put avoir à l'époque ne fut pas, toutefois, le résultat exclusif des réquisitoires élaborés par D. Dinis contre son fils⁵. En fait, le caractère négatif de l'action perpétrée se fit sentir aussi bien dans les productions contemporaines, telle que le *Livro do Deão*⁶, que dans les chroniques postérieures relatives à ce règne qui, de Rui de Pina⁷ à la *Monarquia Lusitana*⁸, en feront de même l'écho, le plaçant dans le contexte des luttes opposant les deux partis mais en rendant clairement responsable les partisans de l'Infant⁹.

³ La mort violente d'évêques constituait un acte condamné par la société, spécialement par les membres du corps ecclésiastique qui essayaient, bien souvent sans succès, d'imposer le caractère inviolable de leur condition et d'empêcher d'éventuels attentats contre leur intégrité personnelle. Cependant, les royaumes ibériques, et tout particulièrement le Portugal, ont une longue tradition d'attentats contre l'intégrité personnelle des évêques, si l'on tient en compte les récits de doléances dirigés à la Curie durant le règne de Afonso III, ou les références, existantes dans diverses bulles, aux violences commises par nos premiers monarques contre divers évêques de leurs époques. Néanmoins, la mort violente d'un évêque qui marqua l'imaginaire médiéval fut, sans aucun doute, celle de Thomas Becket, en 1170. Sur cette mort et son impact, voir l'article de VINCENT, Nicholas – The murderers of Thomas Becket. In *Bischofsmord im Mittelalter: murder of bishops*. Ed. de Nathalie Fryde e Dirk Reitz. Göttingen: Vandenhoej & Ruprecht, 2003, p. 211-272.

⁴ Voir, entre autres, les documents conservés à l'Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gaveta das Notícias Várias*, n° 33.

⁵ À propos des réquisitoires, voir, au-delà de l'article mentionné dans la note 1, un autre du même auteur, LOPES, Fernando Félix – O primeiro manifesto de El-Rei D. Dinis contra o infante D. Afonso, seu filho e herdeiro. In *Colectânea de Estudos*, vol. 3, p. 129-154.

⁶ La référence au décès de D. Geraldo est faite à propos de Nuno Martins Barreto, fils de Martim Fernandes, identifié comme l'un des responsables de la mort de l'évêque: "*qui a eu part dans le décès de l'évêque D. Geraldo d'Évora*". *Livro do Deão*. In *PORTUGALIAE Monumenta Historica*. Nova Série. Vol 1: *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. de Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980, p. 174.

⁷ Rui de Pina responsabilise Afonso Novais et Nuno Martins Barreto qui, d'après l'auteur, "*allèrent tuer sans cause D. Giraldo, Évêque d'Evora*". PINA, Rui de – *Chronica del Rey D. Diniz*. In *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, p. 290.

⁸ Frei Francisco Brandão définit cet attentat comme un "*sacrilège*" perpétrée par les "*partisans de l'Infant*". BRANDÃO, Frei Francisco – *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, Parte VI, Livro XIX, cap. XXIV, p. 403-404.

⁹ Il serait important de savoir comment l'Infant Afonso, déjà roi, se positionna par rapport à la mémoire de ces faits et comment celle-ci fut incluse dans les récits des chroniqueurs de son règne, ce qui impliquerait une analyse détaillée de l'éventuelle documentation produite sur cette matière, tout comme de l'image fixée par les chroniques postérieures. À titre d'exemple, voyons ce que Rui de Pina écrit à propos de Afonso au moment de son ascension au trône: "*...et comme il régna immédiatement par ses bonnes oeuvres, il semble clair qu'il retira définitivement de soi et de son corps et de son âme la condition, qu'il avait en tant qu'Infant, et qu'il en assuma une autre de bon et parfait roi*". PINA, Rui de – *Chronica del Rey Dom Afonso*. In *Crónicas de Rui de Pina*, p. 335.

De cette manière, Dinis utilisera le décès de Geraldo Domingues, non seulement pour aggraver l'importance d'un attentat commis contre une personne ayant sa confiance et membre de son Conseil, mais surtout pour associer la figure de l'Infant, accusé d'autres crimes et troubles, à l'image sombre d'un chef de "*criminels et malfaiteurs qui de par leurs crimes, évasions de prisons et délits se trouvaient hors du royaume*"¹⁰.

C'est que D. Geraldo Domingues n'était pas un évêque quelconque. Son décès violent, survenu à Estremoz, environ un mois et demi avant la rédaction de cette description, le 5 mars 1321¹¹, vint mettre un terme soudain à une vie et une carrière marquées par le service de la Couronne et par le gouvernement épiscopal de trois diocèses: Porto, Palência et Évora. Néanmoins le service du roi marqua et conditionna bien plus le parcours de ce clerc que les charges épiscopales occupées entre 1300 et 1321. La violence de son décès s'explique, par ailleurs, par les liens étroits avec le roi, particulièrement visibles dans la bulle pontificale de 1317 qui lui permettait d'excommunier tous les opposants au roi et les conspirateurs qui s'apprétaient à faire la guerre à Dinis¹².

La fidélité de Geraldo au monarque et les divers services rendus lui assurèrent, durant sa vie, la jouissance de divers bénéfices et l'accumulation d'un large patrimoine, comme l'obtention de la chaire épiscopale, mais au prix d'une mort violente.

Le parcours de D. Geraldo Domingues n'est pas, à première vue, très original. Un grand nombre d'évêques, ses contemporains, qui firent carrière dans les dernières décennies du XIII^e et les premières du XIV^e siècle, qui servirent les deux monarques portugais de cette période, Afonso III et D. Dinis, furent eux-aussi conseillers du Roi et jouirent d'importants bénéfices, ayant, indubitablement, des parcours similaires¹³. L'unique caractéristique qui le distingue des autres est donc, ironiquement, les conditions violentes de sa mort.

¹⁰ Cf. PINA – *Coronica del Rey D. Diniz*, p. 290.

¹¹ Cette date est indiquée dans le *LIBER Anniversarium Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*. T. I. Édition critique organisée par Pierre David et Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947, p. 133.

¹² Cf. KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico: Geografia dos Livros de Linhagens Medievais portuguesas (1280-1380)*. Lisboa: FCG; JNICT, p. 111, note 222.

¹³ À propos de l'épiscopat de D. Dinis, voir les articles de HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Perspectivas sobre a prelaçia do reino em tempos dionisinos*. *Revista da Faculdade de Letras – História*. II série. 15: 2 (1998) 1469-1477 et de VILAR, Hermínia Vasconcelos – *O episcopado do tempo de D. Dinis: Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)*. *Arquipélago – História*. 5 (2001) 581-603. En ce qui concerne le règne de Afonso III, une vision plus précise peut être recueillie dans deux oeuvres aux objectifs différents mais complémentaires pour les informations servant à la caractérisation du groupe d'évêques qui gouverna les diocèses portugais durant ces années. Cf. VENTURA, Leontina – *A Nobreza de corte de Afonso III*. Coimbra, 1992. 2 vols. Thèse de Doctorat en Histoire Médiévale: Université de Coimbra et MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*. Coimbra, 1990. Thèse de Doctorat en Histoire Médiévale: Université de Coimbra.

L'analyse de ces similitudes nous oblige à nous questionner sur les caractéristiques internes et externes d'identification d'un groupe d'ecclésiastiques, bien comme à réfléchir sur son fonctionnement, outre les études existantes sur ce thème. De même, ces éléments de convergence, qui seront à peine esquissés et non analysés dans leurs multiples variantes, nous permettront d'estimer les niveaux d'articulation existants entre les pouvoirs royal et épiscopal, en particulier pendant la période postérieure à 1279, date de la mort d'Afonso III. Mais dans une analyse de ce genre, tout comme les points de convergence, les divergences mériteront une lecture, même que partielle et limitée à une étude de cas comme celle que nous présentons.

Néanmoins, il est important de souligner que cet article n'a pas pour objectif d'être une biographie, même brève et sommaire de la vie de Geraldo Domingues, ni une esquisse de sa carrière en tant qu'unique et exclusif objet d'analyse, mais plutôt une analyse de son parcours et par là caractériser un possible modèle d'évêque et donner ainsi une vision plus large du clergé épiscopal des décennies de transition entre la fin du XIII^e et la première moitié du XIV^e siècle¹⁴: c'est-à-dire le parcours d'un clergé qui, paraphrasant Bernard Guenée, oscilla entre l'Église et l'État¹⁵ et, tout aussi invariablement, entre ses origines et le statut conféré par la crosse.

Chapelain du cardinal diacre de *Santa Maria in Via Lata* en 1292, chanoine et doyen de Braga, probablement chanoine de Lisbonne, chanoine de Coimbra et Lamego¹⁶, évêque, successivement, de Porto, de Palência et d'Évora, conseiller et clerc du Roi, titulaire d'autres bénéfices mineurs que nous méconnaissons encore, Geraldo Domingues, en 1321, date de son décès, était un ecclésiastique dont la carrière suivait une courbe ascendante, marquée par le succès. Le parcours qui l'avait hissé au gouvernement diocésain avait commencé quelques décennies auparavant, nous ne savons pas quand exactement, mais très probablement durant les dernières années de la vie d'Afonso III, au moment où la plupart des évêques portugais se trouvaient en claire opposition avec le roi.

En effet, la mort d'Afonso III, en 1279, mit fin à un long règne, commencé au milieu du siècle après une brève mais douloureuse guerre civile qui l'opposa à son frère, Sancho II, écarté du trône par Innocent IV. Bien qu'arrivé au pouvoir

¹⁴ Soulignons que cet article ne réunit pas toute l'information disponible sur cet évêque, c'est pourquoi il ne se veut qu'une première approche de cette figure dont nous prétendons continuer l'étude, mais en articulation avec celle d'autres évêques qui lui furent contemporains.

¹⁵ Cf. GUENÉE, Bernard – *Entre l'Église et l'État: Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge*. Paris: Gallimard, 1987.

¹⁶ Cf. *LES REGISTRES de Nicolas IV (1288-1292)*. Vol. 2. Edition de Ernest Langlois. Paris: Albert Fontemoing, 1886-1905, p. 870, n. 6504-6505.

avec l'appui de quelques membres de l'épiscopat, en particulier de l'archevêque de Braga – devant lequel, par ailleurs, Afonso jura, à Paris, en 1245, d'accomplir ses obligations et de corriger les abus commis par son frère¹⁷ – le monarque entra très tôt en conflit avec le clergé qui l'avait soutenu. C'est tout un ensemble de mesures, que l'Église considéra comme attentatoires à ses libertés et immunités¹⁸, et non pas seulement les *Inquirições* réalisées en 1258, sur le modèle de celles qu'Afonso II effectua en 1220 dans une région bien plus réduite, qui était au cœur de cette querelle. Celle-ci fut à l'origine de l'exil vers Rome, à partir de 1267, de nombreux évêques portugais. Ils y présentèrent une longue liste de doléances contre les actions du roi; certains y séjournèrent jusqu'à la fin du règne d'Afonso III et d'autres même jusqu'à leur propre mort¹⁹.

C'est pourquoi, à la mort d'Afonso en 1279, l'Infant Dinis hérita un royaume frappé d'interdit et un épiscopat en opposition avec le roi, hormis quelques rares exceptions comme l'évêque d'Évora, D. Durão Pais. La politique ecclésiastique de ce monarque fut ainsi marquée, durant les premières années de son règne, par des tentatives successives pour renouer les négociations avec la Curie afin d'obtenir l'annulation de l'interdit. Dès le début du règne, en 1279, et en 1292, les évêques portugais, menés par l'archevêque de Braga, D. Telo et les procureurs royaux installés à Rome, surtout ceux choisis en 1288, entamèrent de nouvelles négociations qui aboutiront à l'établissement d'accords connus tels que les concordats aux 11 et 40 articles, acceptés par Rome en 1289²⁰. Malgré l'entrée en vigueur d'autres accords, plus ponctuels, durant les années suivantes du règne de D. Dinis, ces premiers concordats permirent de renouer des relations normales entre la Couronne et la Curie, bien que souvent les garanties consignées n'aient pas été suivies d'effet.

¹⁷ Sur le jurement de Paris et le conflit qui déflagra entre Afonso et le clergé épiscopal, voir les oeuvres de VENTURA, – *A Nobrez*. Vol. I, p. 453, et MARQUES – *O Papado* p. 369.

¹⁸ Sous le terme général de Libertés et Immunités, le clergé réunit un ensemble pluriel de droits et prérogatives, parmi lesquels s'incluaient quelques droits aux contours plus au moins définis et acceptés, et certaines prérogatives bien plus confuses dans leur contenu et application. Pour une approche de l'éventail des droits et privilèges compris dans cette désignation, voir ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. 1. Nouvelle édition préparée et dirigée par Damião Peres. Porto: Portucalense ed., 1967, p. 158-165.

¹⁹ La liste des plaintes fut publiée par MARQUES, – *O Papado*, doc. I, p. 499-521.

²⁰ Sur la question des négociations des accords célébrés entre le clergé et D. Dinis, soulignons l'importance des articles de COSTA, António Domingues de Sousa – *As Concordatas portuguesas. Itinerarium*. 51(1966) 24-45 et IDEM – D. Frei Telo, arcebispo – primaz e as concordatas de D. Dinis. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÊ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2/1: *A Catedral de Braga na História e na Arte (século XII-XIX)*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 283-315. Ces accords sont publiés dans *LIVRO das leis e das Posturas*. Lisboa: Fac. de Direito, 1971, p. 340 a 358, 363-370 et dans *ORDENAÇÕES Afonsinas*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 3-61.

C'est dans le sein du groupe des procureurs envoyés à Rome à partir de 1288, afin de négocier les accords, que l'on trouve deux figures que l'on rencontrera, fréquemment, dans le parcours de Geraldo Domingues et qui seront essentielles aussi bien pour la compréhension des relations entre le clergé diocésain et le roi, au long de ces décennies, que pour analyser le comportement du clergé épiscopal proprement dit. Ce sont Martinho Pires de Oliveira et João Martins de Soalhães qui, à l'époque, étaient respectivement chantre d'Évora et chanoine de Coimbra mais qui termineront leurs carrières en se succédant au poste le plus élevé de la hiérarchie ecclésiastique portugaise, l'archevêché de Braga²¹.

Nous savons peu de choses sur les origines de Geraldo Domingues, tout comme sur le début de sa carrière. Les quelques informations que nous avons sur sa famille viennent du document d'institution du majorat, rédigé à sa demande, en avril 1317²². Ce document, établissant l'ordre successoral de ses biens, identifie son géniteur, et certains de ses frères et neveux.

Fils d'Estevão Domingues, abbé ou recteur de l'église de São Pedro de Penude, Geraldo était, donc, fils d'un clerc et son illégitimité lui barrait, a priori, l'accès à certains bénéfices et charges comme l'épiscopat. C'est pourquoi il est fort probable que, à un moment de son parcours, une opportune – et, certainement, requise –, lettre de légitimation l'ait réhabilité pour suivre une carrière épiscopale.

Il existe, en effet, de nombreux cas contemporains qui nous l'indiquent. C'est ce qui se passa, par exemple, avec João Martins de Soalhães mentionné plus haut. En 1291, après le décès de l'archevêque D.Telo, le chapitre de Braga choisit probablement comme archevêque ce chanoine de Coimbra et procureur de D. Dinis. Son origine illégitime et l'absence d'une lettre de dispense l'écartèrent, toutefois, de la chaire qui fut occupée par son collègue, Martinho Pires de Oliveira²³. Néanmoins, deux ans plus tard, en 1294, ce problème était déjà résolu

²¹ Cf. COSTA – D. Frei Telo, p. 301. Martinho Pires sera archevêque entre 1292 et 1313, et João Martins de Soalhães entre 1313 et 1325.

²² L'original du document d'institution du majorat de l'évêque Geraldo Domingues à l' Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, n° 16. Il en existe plusieurs copies aux Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos*, n° 6; IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, Obitos e Capellas, T. 1, livro 47, fol. 29-34v et Biblioteca Municipal de Viseu (BMV), *Manuscritos de Viterbo*, m. 20-1-19, fol. 57-59v. Il a été récemment publié par SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego na Primeira Metade do Século XIV (1296-1349)*. Leiria: Edições Magno, 2003, p. 546-553.

²³ D. Rodrigo da Cunha fait référence à cette élection mais souligne qu'il ignore la raison qui explique l'éloignement de João Martins de la chaire archiepiscopale. Voir CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia Ecclesiástica da Igreja de Lisboa: Vida e acções de seus prelados e varoes eminentes em santidade que nella florecerão*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, fol. 219-220 et du même auteur, *História Ecclesiástica dos arcebispos de Braga*. Reproduction fac-similé et note de présentation de José Marques. Braga, 1989, cap.

car João Martins était nommé évêque de Lisboa. Ce ne fut que, plus tard, déjà en 1313, qu'il occupa la chaire vacante de l'archevêché de Braga, après le décès de Martinho Pires à Avignon, cette même année.

Il est fort probable que le stigmate de l'illégitimité aurait poursuivi Geraldo Domingues pendant les premières années de sa carrière. C'était, à vrai dire, une situation relativement commune à cette époque, et nous pouvons déduire, à partir des informations disponibles, qu'une dispense n'était requise que si les conditions d'une carrière en pleine ascension ou l'espérance d'un nouveau bénéfice existaient. Nous savons, néanmoins, que Geraldo, durant les années 80 du XIII^e siècle, était chanoine de Lamego, diocèse d'où provenait une grande partie de sa famille qui, certainement, ne fut pas étrangère à l'obtention de ce canonicat²⁴.

En 1292, Geraldo Domingues est déjà identifié comme détenteur du titre de chapelain du cardinal diacre de Santa Maria in Via Lata et chanoine de différents diocèses, dans certains cas dans l'expectative d'une prébende²⁵; cette accumulation représente un cursus accompli quelque part durant le début ou le milieu des années 1280 et les premières années de la décennie de 1290. Nous ignorons, néanmoins, comment Geraldo arriva à cumuler tant de bénéfices ou bien à jouir du statut de chapelain du cardinal. Nous pouvons, toutefois, avancer quelques hypothèses en comparant, une fois de plus, son cas avec d'autres exemples du groupe dans lequel, probablement, il s'inclut.

Pour paraphraser, à nouveau, Bernard Guenée, il existait deux types de carrières : « *il y avait ceux auxquels il suffisait de naître, et ceux, (...) qui n'avaient pas leur prélature dans leur berceau* ». Pour ces derniers, spécialement pour les plus ambitieux, le talent, le savoir et les appuis étaient nécessaires²⁶. Mais, savoir servir et, particulièrement, servir le roi, était une condition de plus en plus essentielle à la poursuite d'une carrière réussie. Cet élément est, sans aucun doute, déterminant dans tout le parcours de Geraldo Domingues. S'il est vrai que le service du roi représente un aspect important de son parcours, le silence qui entoure sa formation est presque total. Nous ne savons pas s'il a fréquenté l'Université ou une école, nous ignorons tout en ce qui concerne ses connaissances, particulièrement en droit, au contraire de certains de ses contemporains pour lesquels nous disposons d'informations. On peut supposer, néanmoins, qu'une partie de sa carrière pendant ces années se déroula à Rome

XXXX, p. 168. Néanmoins, J. Augusto Ferreira avance l'hypothèse que son origine illégitime l'obligea à renoncer à la chaire pour laquelle il avait été élu. Voir FERREIRA, J. A. – *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga*. Vol. II. Braga: Ed. da Mitra Bracarense, 1930, p. 113-114.

²⁴ Cf. ADB, *Sé Vacante*, n° 4; Arquivo Distrital de Viseu, *Pergaminhos*, m. 27, n° 43 e IAN/TT, *Sé de Lamego*, Testamentos, m. 1, n° 8. Nous remercions Anísio Saraiva pour l'indication de ces documents où Geraldo Domingues apparaît en tant que chanoine de Lamego.

²⁵ Cf. *LES REGISTRES de Nicolas IV*, vol. 2, p. 870, n. 6504-6505.

²⁶ Cf. GUENÉE – *Entre l'Église et l'État*, p. 21, 31-32.

ou auprès de la Curie, mais ceci n'implique pas une formation supérieure. Quelques indices nous disent, toutefois, que Geraldo Domingues était probablement présent à Rome en même temps que Martinho Pires et João Martins de Soalhães, même si ces indices sont chronologiquement postérieurs.

Ainsi, aussi bien en 1297 et 1314, nous avons l'indication de la présence de Geraldo à la Curie, curieusement en tant que procureur de João Martins. Durant l'année 1297 il s'occupait, probablement, de la gestion des affaires et des intérêts de l'évêque de Lisbonne pour lesquels le Pape l'autorisa à contracter un emprunt²⁷. En 1314, cette fois, il fut choisi, tout comme D. Gomes, évêque de Palência, pour recevoir le *pallium* au nom de João Martins²⁸. Ces deux nominations soulignent la relation privilégiée entre les deux ecclésiastiques, qui remontait déjà à loin. En 1295, Geraldo Domingues, à l'époque doyen de Braga, avait été investi comme procureur du même évêque de Lisbonne afin d'échanger une ferme contre une propriété du monastère de Santa Cruz de Coimbra, ce qui met en évidence une intimité certainement plus ancienne²⁹. Une année auparavant, en 1294, Geraldo nous apparaît, de la même manière, comme vicaire général de D. Martinho Pires, archevêque de Braga depuis 1292. C'est dans ce même chapitre de Braga que D. Geraldo occupa le décanat depuis au moins 1294 jusqu'au moment de son départ pour le diocèse de Porto³⁰.

Les apparentes relations privilégiées existant entre Geraldo et les deux procureurs du roi à Rome (qui y restèrent probablement jusqu'en 1291³¹), et la confiance dont D. Geraldo jouissait auprès de quelques membres de la Curie déterminèrent, certainement, son accès au poste de chapelain du cardinal. Tout ceci rend plausible notre hypothèse selon laquelle il aurait passé les années antérieures à 1292 auprès de la Curie, accompagnant les procureurs de D. Dinis ou partageant avec eux les espaces et les réseaux qui permettront son accès à l'épiscopat portugais lors de la première moitié du XIV^e siècle.

Il est, par ailleurs, légitime de penser que ses origines familiales ne furent pas étrangères à l'existence d'une carrière antérieure accomplie à Rome. Souvenons-nous que D. Geraldo était fils d'un ecclésiastique et membre d'une famille qui possédait d'étroites relations avec le clergé. Ce qui fait qu'il est fort probable que ses parents ont eu, très tôt, la volonté de l'introduire dans les méandres de l'Église, le dotant, certainement, des relations et connaissances que ses origines familiales lui permettaient. Ce sera d'ailleurs ce modèle de protection que nous

²⁷ ADB, *Gaveta das Notícias Várias*, n° 22.

²⁸ ADB, *Gaveta dos Arcebispos*, n° 46.

²⁹ IAN/TT, *Santa Cruz de Coimbra*, 2^a inc., m. 194, n° 19.

³⁰ IAN/TT, *Gavetas*, XIX, m. 4, n° 19. Cf. LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel – *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*. Cascais: Patrimonia, 2003, p. 154.

³¹ C'est ce qu'affirme A. D. de Sousa Costa, soutenant que les procureurs royaux se maintinrent auprès de la Curie, tout du moins, jusqu'à la mi-1291. Cf. COSTA – D. Frei Telo, p. 309.

verrons s'imposer pour la génération suivante, dans les relations entre Geraldo et ses neveux, élevés à l'ombre de son influence. En effet, l'importance de son parcours et les relations privilégiées qui en découlent l'éloigneront des générations antérieures de sa famille et feront le bénéfice, comme nous le verrons, de ses descendants collatéraux.

Sa carrière ecclésiastique nous apparaît, donc, relativement avancée et solide au milieu des années 90 du XIII^e siècle. Néanmoins, nous ne connaissons toujours pas l'origine de ses relations avec le roi. Il est probable que ce furent ses parents ou ses protecteurs qui l'introduisirent à la Cour ou bien même dans le cercle des clercs du roi. Cette idée, conjuguée avec son intervention hypothétique lors des négociations des Concordats, explique facilement le début d'une relation étroite avec D. Dinis, qui ne sera interrompue qu'au moment de sa mort, en 1321.

Dès 1295, D. Geraldo surgit dans la documentation royale aussi bien comme témoin que comme confirmateur, comme auteur diplomatique de différents documents de la chancellerie royale et, parfois, comme bénéficiaire de diverses donations par lesquelles D. Dinis le récompensa au long de toute sa vie. D. Geraldo apparaît, par ailleurs, à partir des années 90, qualifié de clerc du roi, accompagnant le monarque dans ses déplacements à travers le royaume, au détriment de sa présence dans les diocèses où il était prélat. On le trouve aussi avec le qualificatif de conseiller, conjointement à l'énumération de ses différents titres ecclésiastiques.

Toutes ces relations ne sont pas étrangères à son parcours, durant les premières décennies du XIV^e siècle, moment où il fut élevé au rang épiscopal.

En mars 1300, Geraldo jurait obéissance, devant le procureur de l'archevêque de Braga, Martinho Pires, en vertu de sa nomination comme évêque de Porto³². Il succédait, alors, à Sancho Pires Froiã, autrefois clerc familial de ce même archevêque, et entamait un épiscopat qui se prolongea jusqu'en septembre 1307.

Les relations entre les rois portugais et les évêques de Porto ne furent pas toujours pacifiques. Les conflits entre les intérêts seigneuriaux des évêques, qui étaient seigneurs de la ville, et ceux de l'oligarchie urbaine étaient fréquents. Les premiers monarques, surtout Sancho I, ne se privèrent pas d'intervenir. Ce fut de même durant les règnes de Dinis et de son héritier où les motifs de conflits

³² ADB, *Colecção Cronológica*, cx. 4, n° 186.

³³ Les relations entre D. Dinis et l'évêque de Porto, D. Fernando Ramires, et même avec l'oncle de cet ecclésiastique, D. Frei Estêvão, lui-même évêque de Porto et puis de Lisbonne, prouveraient que les conflits avec le clergé épiscopal n'étaient complètement résolus et dépassés. Néanmoins, comme l'affirme les auteurs de l'article "Conflitos políticos no reino de Portugal", au contraire de ce qui se passa avec Afonso III, la violence des relations entre le clergé et la royauté était plus conjoncturelle, n'engageant jamais une opposition du clergé dans sa totalité aux attitudes assumées par les monarques face à certaines circonstances et face à quelques évêques en particulier. Cf. ANTUNES; OLIVEIRA; MONTEIRO – Conflitos Políticos, p. 116.

continuaient à être vifs³³. La nomination de Geraldo Domingues correspond, néanmoins, à celle de quelqu'un déjà proche du roi et, d'après la documentation dont nous disposons, de quelqu'un qui ne soulèvera aucun conflit. Bien au contraire la période qui correspond à son gouvernement du diocèse de Porto sera marquée par un vaste ensemble de donations royales destinées à D. Geraldo à titre personnel et non comme évêque, les biens octroyés étant inclus dans le majorat qu'il fondera en 1317, comme nous le verrons plus tard.

En effet, le titre épiscopal n'éloigna pas D. Geraldo de la compagnie du roi. Il continua à apparaître comme témoin et auteur d'actes signés dans les différents lieux du royaume où la Cour séjournait. S'il est possible de supposer que la simple addition de son nom dans la colonne des témoins n'implique pas obligatoirement sa présence physique, n'oublions pas que les circonstances sont différentes quand il apparaît comme auteur des actes. En 1321 D. Dinis écrivait, qu'outre le fait d'être membre de son Conseil, "*il vivait avec lui*"³⁴, référence symptomatique de sa proximité avec le roi. C'est pourquoi, nous pensons que son séjour à Porto, tout comme plus tard à Évora, à la fin de sa vie, fut ponctué par de fréquents et longs intervalles de temps où il resta auprès du monarque.

Sa présence à Porto, en tant qu'évêque, est, curieusement, facile à détecter durant les derniers mois de son épiscopat, juste avant son transfert à Palência. En effet, durant le mois de février 1307, D. Geraldo octroya plusieurs biens au chapitre de Porto, parmi lesquels le patronage de l'église de São Veríssimo de Valbom et les revenus du monastère de Canedo, auparavant donnés par D. Dinis³⁵. La plupart de ces biens avaient été octroyés à D. Geraldo à titre personnel mais l'évêque, dorénavant, les remettait à la mense capitulaire, sans expliquer clairement les raisons de la donation comme s'il préparait son départ vers Castille. En effet, quelques mois plus tard, Geraldo partit pour Palência où il resta en fonction jusqu'en 1313.

La plupart des auteurs expliquent le transfert de D. Geraldo par le fait que celui-ci aurait accompagné D. Constança, fille de D. Dinis, au moment du mariage de celle-ci avec Ferdinand IV de Castille. L'attribution de l'évêché de Palência serait la récompense attribuée pour avoir servi d'accompagnateur. Après le décès de D. Constança, D. Geraldo serait revenu au Portugal. La chronologie ne permet toutefois pas une lecture si linéaire de ce changement d'évêché.

La nomination d'un ecclésiastique portugais pour occuper un diocèse castillan, surtout celui de Palência, ne représente pas, a priori, une nouveauté à la

³⁴ Cf. LOPES – Santa Isabel de Portugal, p. 103.

³⁵ Cf. *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924, p. 320-322 et Arquivo Distrital do Porto, *Livros dos Originais*, l. 1670 (12), fol. 41. Sur la donation du monastère de Canedo, voir l'article de PEREIRA, Isaías da Rosa – Para a História do mosteiro de S. Pedro de Canedo. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris. 5 (1972) 507-520 et, tout spécialement, p. 507.

fin de la première décennie du XIV^e siècle. Palência était en vertu de l'Université qu'elle accueillait depuis le XIII^e siècle³⁶, un lieu de passage privilégié pour beaucoup des ecclésiastiques portugais qui y recherchaient une formation adéquate ou bien y jouissaient de bénéfices. Ce sont les conditions sous-jacentes au choix de D. Geraldo pour occuper ce poste qui font l'originalité de cette décision.

La fille de D. Dinis, D. Constança, se maria, en effet, avec Ferdinand IV à la suite des accords célébrés, en 1297, entre les deux royaumes. Cependant, les noces n'eurent lieu que quelques années plus tard, environ en janvier 1302, à cause de l'âge des époux³⁷. Geraldo ne partit, néanmoins, vers la Castille qu'en 1307 ou 1308. L'idée que ce clerc voyagea avec D. Constança devient, ainsi, bien peu plausible³⁸. Frère Francisco Brandão propose, toutefois, dans la sixième partie de son oeuvre, la *Monarquia Lusitana*, écrite au XVIII^e siècle, une autre explication. Il affirme que D. Geraldo partit à la requête de D. Dinis pour Palência afin de vivre à la cour de Castille, où D. Constança se trouvait et avait besoin d'être entourée de personnes de confiance³⁹.

Cette simple indication introduit de nouveaux aspects dans la discussion des raisons de la nomination de D. Geraldo. D'une part, la nomination pour l'évêché de Palência serait due à l'intervention directe du roi portugais et, en effet, cette charge fut, à vrai dire, occupée par D. Álvaro Carrilho jusqu'à sa mort, exactement en 1309⁴⁰. D'autre part, il y a l'idée que D. Geraldo n'alla pas simplement accompagner D. Constança, ce qui expliquerait difficilement un si long séjour, mais fut aussi choisi parce qu'il était un homme de confiance, auquel D. Constança pourrait recourir pour faire face aux difficultés éventuelles, celles-ci étant fréquentes dans la Castille des premières décennies du XIV^e siècle. Cette idée est en soi révélatrice de l'existence d'autres facteurs possibles dans ce processus. N'oublions pas que le royaume de Castille connu, peu de temps

³⁶ Jésus San Martín situe la date de fondation de l'Université, après avoir inventorié les diverses opinions existantes sur celle-ci, entre 1208 et 1217. Cf. SAN MARTÍN, Jesús – *La antigua Universidad de Palencia*. Madrid, 1942, p. 17-22.

³⁷ Cf. GONZALEZ MINGUEZ, Cesar – *Fernando IV (1295-1312)*. Palencia, 1995, p. 100.

³⁸ Le transfert de Geraldo de la Cathédrale de Porto à celle de Palência, ordonné par Clément V, semble être daté de septembre 1309. Le départ de l'évêque peut avoir eu lieu antérieurement. Néanmoins, nous disposons de documentation, tout du moins jusqu'en 1307, qui prouve sa présence à Porto. Cf. GAMS, P. Pius Bonifacius – *Series Episcoporum Ecclesiae Catholicae*. Ratisbonae: Georgius, Josephus Man, 1873-1886, p. 60. ALVAREZ REYERO, António – *Crónicas episcopales palentinas: Datos y apuntes biográficos, necrológicos, bibliográficos e históricos de los señores obispos de Palencia, desde los primeros siglos de la Iglesia católica hasta el día*. Palencia, 1898, affirme que les raisons du départ de Geraldo vers Palência sont méconnues mais situe le début de son gouvernement épiscopal en 1308. De toute façon, cela démontre que Geraldo a pu être en Castille auprès de D. Constança, avant d'obtenir la chaire de Palência. L'obtention de la charge épiscopale vint plus tard probablement afin de lui permettre de rester en Castille.

³⁹ Cf. BRANDÃO – *Monarquia Lusitana*, partie VI, p. 151.

⁴⁰ Cf. GAMS – *Series Episcoporum*, p. 60. L'oeuvre *Silva Palentina* indique 1309 comme date finale du gouvernement de Álvaro Carrilho. Cf. FERNANDEZ DE MADRID, Alonso – *Silva Palentina*. Palencia, 1976, p. 209.

auparavant, des interventions étrangères opposées à la politique d'Afonso X ainsi que des querelles provoquées par sa succession. Ferdinand IV était un jeune roi, fraîchement arrivé au pouvoir, encore soumis aux intrigues politiques de Maria de Molina et des autres infants qui habitaient la cour castillane. Son décès prématuré, le 9 septembre 1312, contribua à l'aggravation des conflits et de la crise qui traversa la Castille tout au long des décennies suivantes, crise dans laquelle D. Dinis n'hésita pas à intervenir, y retirant des contreparties avantageuses. En effet, le monarque portugais n'était pas resté, auparavant, un simple spectateur des développements politiques survenus dans le royaume voisin et il ne le resterait pas plus durant les dernières années de son règne, malgré les luttes existant avec son propre fils à partir de 1316⁴¹.

Bien plus que l'intérêt porté à D. Constança, ce fut l'importance d'avoir quelqu'un auprès de la cour castillane, de ses monarques et des protagonistes de la scène politique qui expliquent l'envoi de l'évêque portugais à Palência lui qui, à de nombreuses reprises, avait prouvé sa fidélité au roi et qui pouvait être un personnage-clé dans les événements. De ce fait, il n'est pas étonnant que D. Geraldo n'ait pas accompagné D. Constança ni qu'il ne soit pas retourné au Portugal après la mort de la reine, en novembre 1313, mais après le décès de Ferdinand IV, en septembre 1312. En avril 1313, D. Geraldo était déjà évêque d'Évora⁴². L'historien José Nieto Soria, dans son analyse de l'épiscopat castillan entre 1250 et 1350, l'inclut, curieusement, dans le groupe des évêques fidèles au roi castillan auquel D. Geraldo fit appel quand éclata une révolte des habitants de Palência mettant en cause son droit de nomination des alcades et de l'officier de justice⁴³.

Le transfert de D. Geraldo fut dû ainsi non seulement au besoin d'accompagner D. Constança mais, surtout, à la nécessité de suivre de plus près l'évolution de la politique castillane et de se trouver directement au cœur de la prise de décisions, notamment durant le règne de Ferdinand IV que Geraldo Domingues rencontra, probablement, à Agreda, en 1304⁴⁴.

⁴¹ Pour une synthèse de ces conflits, voir ÁLVAREZ PALENZUELA, V. A.; SUAREZ FERNANDEZ Luís – *História de España*. Vol. 6: *La Consolidación de los reinos Hispánicos (1157, 1369)*. Madrid: Ed. Gredos, 1988, p. 118-123.

⁴² Eubel et Gams ne sont pas d'accord quant à la date du transfert vers Évora. Cf. GAMS – *Series Episcoporum*, p. 60 qui indique 1314. Mais Eubel indique le 30 avril 1313 comme date exacte du changement de diocèse. Cf. EUBEL, Conrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*. Vol. 1. Pádua, 1960. Cependant, en janvier 1314, João Martins de Soalhães, nouvel élu pour l'archevêché de Braga pendant les derniers mois de 1313, chargeait, Geraldo Domingues, évêque de Évora et D. Gomes, évêque de Palência de recevoir, en son nom, le *pallium*, ce qui semble être en accord avec les dates proposées par Eubel. Cf. ADB, *Gaveta dos Arcebispos*, n° 46.

⁴³ Cf. NIETO SORIA, José Manuel – *Iglesia y poder real en Castilla: El Episcopado (1250- 1350)*. Madrid: Universidad Complutense, 1988, p. 31-32.

⁴⁴ *LIVRO das Lezírias d'El rei Dom Dinis*. Lecture, étude préliminaire et notes de Bernardo de Sá-Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 45.

Une analyse détaillée de son action en tant qu'évêque de Palência dépasse largement les limites d'une brève communication de ce genre. Rappelons, cependant, le choix de Clément V, en 1309, de le nommer avec l'évêque de Lisbonne, João Martins de Soalhães, et l'archevêque de Toledo, Gonzalo Diaz de Palomeque, en tant que juge du procès des templiers de Léon et Castille⁴⁵. Il faut remarquer, une fois de plus, combien ce choix démontre à nouveau le maintien des liens déjà existants entre D. Geraldo et João Martins ainsi que la proximité évidente avec la papauté.

Une fois revenu au Portugal, D. Geraldo reçut le gouvernement du diocèse d'Évora aux frontières duquel il sera assassiné en 1321. Tout comme à Porto, il ne fut pas continuellement présent dans ce diocèse. Nous le rencontrons, après 1313, de nouveau, dans les documents de la chancellerie de D. Dinis, comme témoin et souscripteur ou bien même comme rédacteur de différents actes provenant de la chancellerie de D. Dinis. Nous le voyons, une fois de plus, accompagner la cour dans ses déambulations à travers le royaume, au détriment d'une présence plus assidue dans son diocèse. La documentation en provenance du chapitre d'Évora nous offre exactement l'image d'un évêque distant et intervenant très peu dans la gestion du diocèse.

D. Geraldo, par son intimité avec le roi, pouvait, difficilement, échapper aux événements de la guerre civile qui marqua les dernières années du règne de D. Dinis, même si celle-ci n'atteignit son pic de violence qu'à partir de 1321, après le décès de D. Geraldo. La querelle entre le vieux roi et son fils Afonso naquit des méfiances de l'Infant à l'égard de Afonso Sanches. Ce fils bâtard et *maiordomus* de D. Dinis était accusé par D. Afonso d'être le favori du roi qui, selon lui, très probablement, choyait secrètement l'idée de lui léguer le trône. Toutefois, cela marquait aussi l'opposition entre deux factions de la noblesse, chacune soutenant l'un des deux partis, opposées à propos de la politique de renforcement du pouvoir royal développée durant le règne de D. Dinis. Cette scission de la noblesse était, en réalité, sous-jacente à ce conflit pour la succession, conflit provoqué par la faveur d'un infant.

L'appui de l'évêque à la cause royale détermina son choix pour l'exécution de la bulle de Jean XXII de 1317, dont nous avons déjà parlé, par laquelle il détenait le pouvoir d'excommunier tous les opposants du roi. C'est ce pouvoir qui doit être compris comme la cause probable et proche de son assassinat par les vassaux de l'infant. Il est évident, néanmoins, que d'autres raisons existent aussi. Ce sont ses liens avec le roi ainsi qu'une vie dédiée à son service qui dictèrent, en dernier ressort, sa mort.

⁴⁵ Cf. FERNANDEZ DE MADRID – *Silva Palentina*, p. 210 et ALVAREZ REYERO – *Crónicas episcopales*, p. 124.

En mars 1321, D. Geraldo se trouvait à Estremoz, durant un de ses courts séjours dans son évêché. Il possédait quelques maisons dans cette ville, situées dans la paroisse de São Tiago, où les évêques d'Évora séjournèrent parfois, si l'on tient compte des informations fournies par la liste des biens de la mense épiscopale, datée de 1345⁴⁶. Il s'y trouvait probablement au moment de sa mort. D'après les informations de la *Monarquia Lusitana*, Geraldo se trouvait à Estremoz «occupé par les affaires du roi», et même si la raison de sa présence dans cette ville n'est pas vaine, il est vrai que son séjour lui fut fatal⁴⁷. Alors qu'il était loin de la cour et du roi qui le protégeait, les vassaux de l'Infant firent tout leur possible pour l'éloigner de la scène politique et y réussirent.

Aux siècles suivants il lègue la mémoire d'un patrimoine, d'une famille et d'une vie de service, matérialisées par le majorat de Medelo.

II.

Quand, le 5 mars 1321, une mort violente surprit Geraldo Domingues, le destin de son patrimoine était largement dessiné depuis quatre ans.

En avril 1317, Geraldo institua le majorat de Medelo⁴⁸, auquel il avait attaché les biens patrimoniaux et les droits acquis au long d'une vie et d'une carrière polyvalente de presque trois décennies et demie, aussi bien au service de l'Église que du roi.

Le majorat, en tant que pratique successorale et instrument administratif judiciaire régulateur d'un patrimoine⁴⁹, contrastait amplement avec le modèle cognatique répandu au Portugal et dans les autres royaumes péninsulaires, étant donné qu'il évitait la division et le démembrement patrimonial grâce à

⁴⁶ Le cartulaire daté de 1345 mentionne que l'évêque de Évora avait à Estremoz «des maisons de sa résidence au bout de la ville dans la paroisse de São Tiago». O Livro da Fazenda da mesa episcopal do bispo de Évora. Introduction, lecture et annotations de Sebastião Martins dos Reis. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. 6 (1965) 63.

⁴⁷ Cf. BRANDÃO – *Monarquia Lusitana*, VI^e partie, Livre XIX, p. 404. Voir aussi: BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Vol. 2, tomo 2: *Corpus epigráfico medieval português*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, p. 1482-1456.

⁴⁸ Pour la localisation archivistique du document de fondation du majorat, voir note 22. Le majorat de Medelo a déjà été l'objet de brefs commentaires par COSTA, Manuel Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Vol. I: *Idade Média: A mitra e o município*. Lamego, 1977-1979, p. 301-305; et plus récemment, par VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 74-79, qui recourt aussi au document de fondation pour identifier la famille de ce prélat. Pour les aspects relatifs à l'évolution du majorat, notamment son transfert dans la sphère de la lignée des Coutinhos, au début du XV^e siècle, voir OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimónia, 1999, p. 75.

⁴⁹ Voir la définition, proposée par Maria de Lurdes Rosa, de la pratique d'institution en majorité des biens, qui échappe à l'antérieur dualisme méthodologique utilisé pour classer le phénomène historique du majorat. ROSA, Maria de Lurdes – *O Morgadio em Portugal sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 19-22.

l'instauration du mécanisme de nomination d'un héritier unique, de préférence le fils mâle aîné, ou le neveu voire même le frère quand l'instituteur n'avait pas de descendance directe.

Cette pratique, encore peu répandue au début du XIV^e siècle a connu, d'après certains auteurs⁵⁰, son introduction dans la Péninsule au milieu du XIII^e siècle, au départ en Castille, puis au Portugal, sous l'influence du texte des *Sete Partidas* qui formalisa non seulement la doctrine de la primogéniture en ce qui concerne l'accès au trône, mais qui préconisait aussi le principe de l'inaliénabilité de certains biens de l'héritage paternel.

La lettre d'institution du majorat de Geraldo Domingues, précédée de quelques années par d'autres institutions analogues, faites par des ecclésiastiques de son cercle personnel de relations, tout comme celui de João Martins de Soalhães, évêque de Lisbonne (1304)⁵¹, et celui de l'archevêque de Braga, Martinho Pires de Oliveira (1306)⁵², revêt une grande importance pour l'étude du patrimoine de ce prélat aussi bien que pour la reconstitution de certains de ses réseaux familiaux et de sa clientèle.

La distribution géographique des biens et la façon dont ils sont rapportés et hiérarchisés dans l'acte de fondation nous permettent, d'autre part, de confirmer par l'analyse patrimonial certaines de nos interprétations sur les origines, la carrière, et le processus d'ascension de Geraldo Domingues, notamment dans le cas du rôle déterminant du service royal, visible non seulement dans la structure de son parcours ecclésiastique de simple chanoine de Lamego jusqu'à l'élévation à l'épiscopat, mais aussi dans la définition de son patrimoine.

Les biens qui constituent le majorat sont décrits dans l'acte de fondation d'une forme schématique non quantitative et très peu descriptive. Ils étaient distribués pour la plupart dans les diocèses de Porto, Lamego et Lisbonne⁵³, sans que le texte mentionne l'existence de biens au sud du Tage, notamment dans le diocèse d'Évora où le prélat occupait, à l'époque, la charge épiscopale.

Dans l'ensemble des biens énumérés, le document met en évidence les noyaux patrimoniaux de Bouças, dans l'évêché du Porto, et de Medelo, dans

⁵⁰ Cf. BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XIV-XV*. 2^a ed. T. 8. Lisboa: Sá da Costa, p. 238-240.

⁵¹ Document d'institution, IAN/TT, *Gavetas*, Voir ROSA – *O Morgadio*, p. 272.

⁵² Document d'institution, IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n° 276, fol. 22-24v. Voir ROSA – *O Morgadio*, p. 272 et FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: 2004, notes 1634 e 2521. Mémoire de Maîtrise en Histoire Médiévale: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, où sont indiquées d'autres cotes et références bibliographiques à propos de ce majorat.

⁵³ Ce document ne mentionne pas les biens possédés à Coimbra, où il était tout du moins propriétaire d'une maison que son neveu et héritier universel Vasco Martins, chanoine de Coimbra, rattache au chapitre de la ville, peu de temps après le décès de son oncle, en août 1321, donnant 10 livres annuelles pour la célébration d'un anniversaire pour l'âme de D. Dinis et de Geraldo Domingues. Voir IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a inc., m. 88, n° 4120. Voir, aussi, la référence incluse dans le *Livro das Kalendas*, vol. I, p. 133 faite à la célébration d'un anniversaire pour l'âme de Geraldo Domingues dans la Cathédrale de Coimbra.

l'évêché de Lamego tous deux acquis par donations de Dinis, entre 1304 et 1306⁵⁴, en récompense des divers services rendus à titre personnel et avant d'être investi comme évêque⁵⁵.

Cependant, l'intérêt attribué à ces biens n'était pas uniquement dû à leur relation avec une mémoire directement associée au roi. D'autres facteurs concouraient à cette valorisation, d'une part, leur aspect symbolique, et, d'autre part, l'évocation d'une mémoire plus personnelle et familiale.

Un des aspects symboliques associés à Bouças était représenté d'abord par la tour forteresse⁵⁶ qui y existait, comme nous l'indique la première référence du document d'institution. Elle se situait près d'autres maisons de l'évêque et de l'église de São Salvador de Bouças, dont le patronage appartenait aussi à D. Geraldo par donation royale⁵⁷.

Les tours et les maisons seigneuriales fortifiées, symboles de pouvoir et d'affirmation sociale de la noblesse sur un espace et sa population, furent, comme Mário Barroca⁵⁸ l'indique, construites et utilisées principalement par les familles issues d'une noblesse de second plan et aspirant à une ascension sociale. Très tôt les rois se sont opposés à ce type de bâtiments, n'hésitant pas à commander leur destruction quand ces constructions se revêtaient d'éléments visiblement militaires, c'est-à-dire de créneaux et des merlons, dont l'édification exigeait une autorisation royale connue comme "*ius crenelandi*".

Les détails architecturaux de cette tour forteresse ne nous sont pas connus mais tout porte à penser qu'il s'agissait d'une construction aux caractéristiques militaires,

⁵⁴ Le premier ensemble de donations de D. Dinis à Geraldo Domingues se situe, chronologiquement, entre 1304 et 1306, et ce sont les suivantes: le monastère de Canedo avec son droit de patronage. (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 30v-31 et Arquivo Distrital do Porto (ADP), *Livros dos Originais*, l. 1665(7), fol. 1) les maisons et mesures de Bouças qui furent de la reine D. Mafalda (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 33v); le patronage et les droits de l'église de São Salvador de Bouças (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 40v); l'annexion du patronage et des droits de l'église de São Miguel de Moroza à l'église de São Salvador de Bouças (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 53v-54); biens-fonds royaux de Medelo (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 53v-54).

⁵⁵ Le document de donation des biens-fonds royaux de Medelo (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 53v-54) nous fournit cette précieuse information temporelle, absente des autres textes de donations qui font tout juste référence à leur caractère personnel et à leur forme de récompense "*pour le service que l'honorable prêtre du Christ Dom Giraldo (...) nous a rendu de diverses manières*". Voir IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 30v-31.

⁵⁶ À propos de l'importance de la "maison-tête du majorat" dans la structuration hiérarchique du patrimoine, voir, ROSA – *O Morgadio*, p. 201-211. Bien que la plupart des éléments cités se rapporte à des fondations du XV^e siècle, l'auteur mentionne, relativement au majorat de Martinho Pires de Oliveira (1306), qu'il est possible de percevoir l'attention particulière donnée à la Quinta de Oliveira, à la tête du majorat créé par cet archevêque. Tandis que l'institution du majorat de Geraldo Domingues rehaussait le patrimoine de Bouças, surtout sa tour-forteresse, se fut Medelo, local d'origine de la famille, qui prévalut dans la mémoire du majorat, ce qui est significatif. Par ailleurs, dans la documentation du XIV^e et XV^e siècles, il nous apparaît parfois mentionné comme majorat de Bouças. Cf. IAN/TT, *Gavetas*, IX, m. 3, doc. 2; m. 4, doc. 8.

⁵⁷ Cf. IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 40v.

⁵⁸ Cf. BARROCA, Mário – Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. *Revista de História das Ideias*. 19 (1998) 39-103.

puisqu'il est dit, dans le document de donation des droits de l'église de São Miguel de Moroza dans l'évêché de Porto à l'église de São Salvador de Bouças qui était sous le patronage de D. Geraldo Domingues, que la tour fut construite par l'évêque "pour la défense de sa terre et de ceux qui y habitent, et des autres gens de la terre. Un évêque a déjà été tué par les ennemis de la foi parce qu'il manquait une forteresse"⁵⁹.

Ce même symbolisme émerge, une fois de plus, dans la description des déterminations du droit de patronage sur l'église de São Salvador de Bouças qui n'était pas comparable à celui des autres églises dont Geraldo était le patron. Ce droit appartenait exclusivement à l'héritier et administrateur du majorat qui, par ailleurs, était chargé de garantir la nomination des clercs de la famille «*descendentem de genero meo*»⁶⁰ dans cette église. A ce propos on trouve cette même attitude dans l'institution d'autres majorats et elle peut très bien révéler, comme Maria de Lurdes Rosa l'a suggéré, l'existence d'une volonté évidente de favoriser les ecclésiastiques de la famille du fondateur⁶¹.

Si la prééminence du patrimoine de Bouças s'explique donc par la conjugaison de deux dynamiques convergentes, – d'une part la donation royale en tant que moteur d'acquisition et d'extension du patrimoine et d'autre part la construction seigneuriale établie par Geraldo permettant la création d'un lieu de référence pour lui et son lignage-, il est indéniable que Medelo, situé dans les terres de Lamego, joue aussi un rôle significatif dans l'élaboration des logiques organisatrice et symbolique de ce majorat.

Les propriétés et terres royales de Medelo ont été offertes par D. Dinis en 1306⁶² et probablement délimitées, une décennie plus tard, par le même roi, en 1314⁶³ peu après le retour de Geraldo au royaume pour prendre possession de l'évêché d'Évora. Elles se situaient exactement sur le territoire d'origine de sa famille et de ses ancêtres⁶⁴ et il y avait commencé sa carrière ecclésiastique en tant que chanoine de la cathédrale⁶⁵.

⁵⁹ Cf. IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 53v-54.

⁶⁰ Cf. SARAIVA – *A Sé de Lamego*, p. 551.

⁶¹ ROSA – *O Morgadio*, p. 120-121.

⁶² Cf. ci-dessus note 54.

⁶³ La délimitation date de 1316, comme nous le montre une lettre de D. Dinis, destinée à l'*almoxarife* de Guarda Pedro Esteves et à Mem Peres de Trancoso, les informant de la donation des terres de Medelo à D. Geraldo et leur ordonnant, par ailleurs, d'aller fermer ces terres et de placer les bornes nécessaires. Cf. IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 105v; fol. 106v; IAN/TT, *Gavetas*, IX, m. 1, n° 25. Il est, cependant, probable que l'ordre de clôture date de 1313 ou 1314, d'autant plus que, le 10 février 1314, l'Infant D. Afonso, le futur Afonso IV du Portugal, avait confirmé "la donation et exemption de Medelo", faite par son père à l'évêque de Évora, D. Geraldo. Cf. IAN/TT, *Gavetas*, IX, m. 4, n° 37.

⁶⁴ Pour les origines familiales de Geraldo Domingues et les liaisons avec Lamego, voir COSTA – *História do bispado*, p. 301-302; FERNANDES, A. de Almeida – *Acção dos cistercienses de Tarouca: As granjas nos séculos XII e XIII. Revista de Guimarães*, 85 (1975) 16-22; MATTOSO, José – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & C^a Editores, 1982, p. 180; VILAR – *As Dimensões de um poder*, p. 74-79 et SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p.158-159. Cette

Geraldo était fils d'Estevão Domingues, lui-même clerc, recteur de l'église de São Pedro de Penude⁶⁶, mais ses relations avec le clergé local étaient, toutefois, plus variées et étendues. Son frère Martim Domingues⁶⁷ fut, lui aussi, chanoine de Lamego entre 1270 et 1292, puis de Viseu, ainsi que recteur des églises de Santa Maria de Almacave (Lamego) et de Santa Maria de Soutelo (São João da Pesqueira), étant probable que Vicente Domingues⁶⁸, un autre de ses frères mentionné dans l'institution du majorat, soit le même qui, vers 1313, occupait un canonicat de la Cathédrale de Lamego. L'hypothèse que Nicolau Peres⁶⁹, portionnaire (1274-1285), chanoine (1291-1297) et doyen de Lamego, était neveu de Geraldo Domingues⁷⁰, hypothèse fondée sur sa présence auprès de la Curie pontificale à deux moments cruciaux de la carrière de l'évêque, est particulièrement séduisante mais doit être confirmée. Nicolau se trouva, en effet, à la Curie, tout d'abord en 1307, quand il reçut et se chargea d'un emprunt de 6000 florins d'or octroyé par l'autorité apostolique à Geraldo Domingues à l'occasion de son transfert du siège de Porto à celui de Palência, puis, en 1313, quand il se chargea d'un nouvel emprunt de 4000 florins d'or concédé par le Pape à Geraldo Domingues, au moment de son passage de Palência à Évora. Par ailleurs, Nicolau Peres fut accompagné, dans ces deux affaires, par Estevão Domingues, recteur de Santa Maria de Azambuja et neveu de l'évêque D. Geraldo⁷¹.

L'étroite relation de la famille avec Lamego et les divers niveaux hiérarchiques de ce réseau ecclésiastique ainsi constitué nous aide à comprendre le choix de cette région pour l'ensemble des donations, malgré son éloignement

identification familiale n'est pas, toutefois, l'objet d'un consensus parmi les historiens. Par exemple, Leontina Ventura l'identifie (et le confond avec) comme étant Geraldo Domingues de Cambezes, chanoine de Braga et frère prêcheur; partageant la même opinion Justiniana Lima et José Augusto Pizarro dans leurs études. Cf. VENTURA – *A Nobreza*, vol. 2, p. 743-744; LIMA – *O Cabido*, p. 157-158 e PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 368.

⁶⁵ Cf. ci-dessus note n° 24.

⁶⁶ Cf. note 62. Le Livre d'Anniversaires de la Cathédrale de Lamego mentionne Estevão Domingues, de la manière suivante: "Sub E^a M^a CCC^a xvj^a obiit Stephanj Dominici quodam rector ecclesie sancti Petri de Punidi qui legauit capitulo Lamecensis annuatim pro suo anniversario j nr. pro vinea suam de Anazes". Cf. IAN/TT, *Cabido da Sé de Lamego*, livro 1, fol. 108v.

⁶⁷ Sur le parcours ecclésiastique de cet individu, voir SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 259.

⁶⁸ Cf. la fiche prosopographique du chanoine Vicente Domingues, présentée par SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 306.

⁶⁹ Cf. la fiche prosopographique de cet ecclésiastique, présentée par SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 242-246.

⁷⁰ Il nous est impossible, actuellement, de déterminer si Nicolau Peres était neveu de D. Geraldo par la voie paternelle (fils de D. Pedro Domingues) ou bien maternelle (fils de D. Maria Domingues), étant donné que son père aussi bien que sa mère utilisent le patronymique Domingues, utilisé par tous les frères de Geraldo.

⁷¹ Ces deux informations sont incluses dans la fiche prosopographique de Nicolau Peres. Cf. SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 245 et notes 275 e 277.

des principaux lieux de la carrière de Geraldo Domingues et de ses déplacements en tant que serviteur et compagnon du roi.

Cependant les terres exemptes de Medelo ne représentaient qu'une petite portion des propriétés qu'il détenait dans la région. En fait, il y avait plusieurs maisons et d'autres propriétés héritées "*ex parentum, fratrum consanguineorum et amicorum meorum*"⁷², biens dont il destina les revenus à la chapelle vouée à Sainte Catherine qu'il institua dans la Cathédrale de Lamego afin de sauver son âme, celle de son père, celle de son frère Martim Domingues⁷³ et celle de son seigneur et bienfaiteur, le roi D. Dinis⁷⁴.

Son parcours, réalisé à partir de cette ville d'origine, et le choix de la carrière ecclésiastique, ont permis non seulement à Geraldo mais aussi à ses parents d'échapper à l'exiguïté locale⁷⁵, accédant aux plus hauts postes de la hiérarchie ecclésiastique nationale tout comme péninsulaire.

La génération suivante, principalement celle de ses neveux et petits-neveux, – en somme ceux qu'il choisit comme héritiers et administrateurs de son majorat –, bénéficia, directement ou indirectement, du prestige acquis par leur oncle pour les carrières ecclésiastiques individuelles. Ayant obtenu une charge épiscopale et, donc, un statut supérieur à celui de ses frères, Geraldo fut le protecteur privilégié de quelques-uns de ses neveux clercs qui, grâce à lui, obtinrent des canonicats ou de simples bénéfices dans les diocèses qu'il gouverna.

Son neveu Vasco Martins, fils de son frère Martim Domingues⁷⁶, en est l'exemple et le modèle. Geraldo le désigna comme héritier universel de son majorat et c'est lui qui se trouve, d'autre part, à l'origine des nombreux bénéfices et diverses charges que Vasco occupa, dont le priorat de l'église de São Tiago de Beja⁷⁷ (quand Geraldo Domingues était évêque du diocèse de Évora), le canonicat de Coimbra, les évêchés de Porto et de Lisbonne, ainsi que plusieurs autres bénéfices attachés aux églises dont son oncle était le patron⁷⁸.

⁷² Cf. *ibidem*, p. 547.

⁷³ L'acte de fondation n'est pas le même en toutes les versions. Dans le document de l'archive de Lamego on parle d'une Maria Domingues, soeur de Geraldo. Mais dans le document de l'archive de Braga ce nom n'apparaît pas et il est remplacé par le nom de Martim Domingues.

⁷⁴ Voir la référence faite à la célébration d'un anniversaire pour l'âme de D. Dinis, associée aux propriétés de Lamego de l'évêque D. Geraldo, IAN/TT, *Cabido da Sé de Lamego*, livre 1, fol. 88.

⁷⁵ Sur le rôle secondaire du diocèse de Lamego dans le contexte des diocèses portugais voir SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 26.

⁷⁶ Cf. *ibidem* 158-159 e p. 259. Cf. aussi IAN/TT, *Cabido da Sé de Lamego*, livre 1, fol. 131v, où est clairement établie la relation de parenté entre Martim Domingues et Vasco Martins, futur évêque de Porto et puis de Lisbonne: "*Martimun Dominici patrem olim domnum Valasco Portugalensem episcopo*".

⁷⁷ Cf. SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 547.

⁷⁸ Daniel Williman l'identifie comme doyen d'Évora, peu avant 1328, c'est-à-dire avant son ascension à l'épiscopat. In WILLIMAN, Daniel – *Bibliothèques ecclésiastiques au temps de la Papauté d'Avignon*. Vol 1: *Inventaires de bibliothèques et mentions de livres dans les Archives du Vatican (1287-1420) – Répertoire*. Paris: CNRS, 1980, p. 159-170.

De même, l'influence de D. Geraldo n'est probablement pas étrangère à la formation en droit civil de Vasco Martins, durant six ans au moins, selon une information contenue dans une lettre de Jean XXII⁷⁹ (1318).

Vasco Martins ne fut pas le seul à bénéficier du népotisme de son oncle, celui-ci s'étendant à d'autres neveux qui jouirent, aussi, du prestige de Geraldo. Lourenço Martins, frère de Vasco Martins, reçut en 1308 le canonicat de Palência et, plus tard, celui de Coimbra⁸⁰. Estevão Domingues, prieur de Santa Maria de Azambuja⁸¹, lui aussi neveu du prélat⁸², fut désigné second dans la ligne successorale du majorat, au cas d'un décès prématuré de son cousin Vasco. Il fut, successivement, chanoine du Porto⁸³, quand son oncle y détenait la crosse, et chanoine d'Évora⁸⁴, au moment où Geraldo Domingues, arriver de Palência, occupa la chaire de ce diocèse.

En agissant de cette façon, Geraldo obéissait à un modèle de protection répandu au sein du clergé médiéval, permettant l'insertion des candidats au clergé dans les réseaux cléricaux locaux ou nationaux et servant aussi d'appui financier indispensable à la formation des futurs clercs.

Outre ses deux héritiers, l'évêque désigna aussi un troisième neveu, Gil, fils de son frère Vicente Domingues sur qui nous n'avons pas pu obtenir d'autres informations, mais qui, en 1317, date de l'institution du majorat, était, certainement, encore très jeune.

Nous ne connaissons pas de descendance à Geraldo Domingues, au contraire de ce qui se passe pour ses frères et de la plupart des clercs de sa famille. Ainsi, la ligne de succession patrilinéaire qui définit son majorat se base sur la nomination de trois neveux, dont deux ecclésiastiques et un laïc, tous fils de trois de ses frères, n'établissant aucune distinction entre eux.

Au-delà des noyaux patrimoniaux de Bouças et Lamego, sans aucune doute, essentiels dans la construction et dans le maintien de sa mémoire, ce majorat englobait de plus un vaste ensemble de biens et droits éparpillés dans le *julgado* de Feira⁸⁵, (*terra* de Santa Maria de l'évêché de Porto), *terra* de Penaguião, et

⁷⁹ Voir la bulle du pape Jean XXII publiée dans les *CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis*. Ed. por Artur Moreira de Sá. Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966, doc. 53, p. 79-80.

⁸⁰ Cf. SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 259.

⁸¹ En 1307, il détenait déjà cette charge. Cf. *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924, p.442-444; IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc, m. 44, n^o 1116; et SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 550.

⁸² Bien que cette relation de parenté ne soit pas établie dans le document d'institution du majorat, elle apparaît explicitement dans le document suivant: IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc, m. 44, n^o 1116.

⁸³ Cf. *CENSUAL do Cabido*, p. 442-444; IAN/TT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2^a inc, m. 44, n^o 1116 (où est mentionné qu'il ne résidait pas au chapitre de Porto).

⁸⁴ Cf. VILAR – *As Dimensões de um poder*, p. 348 et aussi SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 550, qui nous permet de reculer la date, présentée par Hermínia Vilar, de 1319 à 1317.

⁸⁵ Ces biens se situaient à Nogueira de Cravo, Pindelo, Fajões, Souto, Esmoriz, São Mamede et Cesar (?). Cf. SARAIVA, Anísio – *A Sé de Lamego*, p. 547.

dans les principaux centres urbains de l'Estremadura et ses alentours, notamment Torres Vedras, Óbidos, Santarém, Silveira (terme de Alenquer) et les alentours de Lisbonne, c'est-à-dire Valverde, Vila de Rei⁸⁶ et Frielas.

Nous ne connaissons pas ces biens dont la nature n'est pas mentionnée dans l'acte de fondation du majorat où ils apparaissent sous la commune désignation de "*casalibus dominibus possessionibus*". À vrai dire, s'il est possible de retrouver les documents qui prouvent l'existence des biens acquis par donations royales, il nous fut, jusqu'à présent, impossible de retrouver dans les fonds documentaires dépouillés dans ce programme de recherche d'éventuels actes officiels attestant les cas isolés d'achats personnels.

Il est possible que les biens possédés dans la terre de Santa Maria furent incorporés dans son patrimoine durant les années où Geraldo Domingues occupa le siège de Porto. Certains venaient probablement de donations royales, comme on peut l'attester par l'exemple d'autres donations que lui fit Dinis à l'époque, comme celle du monastère de Canedo, datant de 1304⁸⁷, que l'évêque donna, plus tard, au chapitre de la Cathédrale de Porto⁸⁸, peu de temps avant son départ pour Palência.

Les informations disponibles sur les biens situés dans le diocèse de Lisbonne sont encore plus rares mais, toutefois, assez importantes pour comprendre le parcours de Geraldo Domingues et surtout sa relation avec le roi. Il convient de souligner, d'abord, les caractéristiques de géographie urbaine de ces biens, car leurs localisations coïncident parfaitement avec les lieux et les villes de séjour de la cour de D. Dinis et de ses vassaux au sein de laquelle D. Geraldo vivait, comme nous le dit la liste d'accusations citée au début de notre communication.

En effet, si nous comparons les itinéraires du roi⁸⁹ et ceux de l'évêque, il est évident qu'à partir de 1295 jusqu'à la fin de 1307, au moment du départ de Geraldo pour Palência, et plus fréquemment encore après la fin de 1314, à son retour de la Curie où il fut présent en tant que procureur de D. João Martins de Soalhães, pour recevoir le *pallium* en son nom⁹⁰, le parcours de l'évêque et celui du roi sont identiques. Ces parcours s'éloignaient très rarement de l'axe Lisbonne-Santarém-Torres Vedras comme ce fut le cas en septembre 1314 et au début de l'année de 1321, quand Geraldo fut assassiné lors de sa visite du diocèse d'Évora alors que Dinis demeurait à Santarém.

⁸⁶ Valverde e Vila de Rei se situent aux alentours de Bucelas. Cf. IAN/TT, *Gavetas*, IX, m. 3, doc. 2, où est faite une description détaillée des biens du majorat dans les diverses localités des alentours de Lisbonne.

⁸⁷ Cf. note ci-dessus note 54.

⁸⁸ ADP, *Livros dos Originais*, l. 1665 (7), fol. 21.

⁸⁹ *ITINERARIOS Régios Medievais: Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. Itinerário de D. Dinis (1279-1325)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

⁹⁰ Cf. ci-dessus n° 28.

Il est vrai, néanmoins, que les biens patrimoniaux accumulés dans le diocèse de Lisbonne ne furent pas seulement le résultat d'achats personnels. En effet, le roi, une fois de plus, y contribua grâce à de nombreuses donations, comme dans le cas de Santarém⁹¹. Les liens avec le roi permirent aussi à Geraldo d'obtenir des biens de certains des plus proches conseillers et vassaux du roi, comme D. João Simão, *maior domus regis* qui lui donna des maisons à Frielas⁹² ou Guedelha, Rabbin du Royaume, qui lui offrit deux propriétés à Santarém⁹³, curieusement attenantes à d'autres propriétés que le roi lui avait données le même mois.

C'est pour la préservation de sa mémoire et de celle de ses familiers les plus intimes et proches que Geraldo Domingues réunit, en dernière analyse, son vaste et dispersé patrimoine avec l'institution d'un majorat qui en garantit l'indivisibilité. C'est pourquoi, quelques années plus tard, son neveu et héritier, Vasco Martins, alors évêque de Lisbonne, fut inhumé dans l'église de São Salvador de Bouças, où quelques temps auparavant il avait fait transférer de la Cathédrale d'Évora les dépouilles de Geraldo Domingues⁹⁴. Le projet qui présida à la fondation s'accomplissait ainsi, rituellement.

De cette façon, par l'intermédiaire de leurs sépultures et d'un patrimoine scrupuleusement organisé, deux générations d'ecclésiastiques cherchent à conserver, pour la postérité, la mémoire de deux vies et de deux parcours réalisés au sein de l'Église.

L'exaltation de leur mémoire, de leur corps et de leur patrimoine ne se conjuguaient certainement pas avec les principes qui, en théorie, orientèrent les carrières de ces deux hommes. Mais, dans ces derniers siècles du Moyen-Âge, le culte de la mémoire, cher aux groupes nobiliaires, s'étendait aussi aux ecclésiastiques, qu'ils proviennent de la noblesse ou pas. Par leur préoccupation de la conservation de leur mémoire individuelle et familiale, ces clercs partageaient de fait avec la noblesse les mêmes comportements et les mêmes attitudes.

⁹¹ IAN/ TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 107v-108.

⁹² IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 130v-131.

⁹³ IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 108.

⁹⁴ Un des Livres d'Anniversaires de la Cathédrale de Évora, publié par Henrique da Silva Louro, nous informe que D. Geraldo gisait "dans le mausolée où l'on porte le pain le dimanche" mais que ses dépouilles furent probablement "transférées par l'Évêque Dom Vasco de Porto". LOURO, Henrique da Silva – *Sepulturas da Sé de Évora dos séculos XIII a XV. A Cidade de Évora*. 48-50 (1965-1967) 68-69. D. Rodrigo da Cunha mentionne, par ailleurs, que Geraldo Domingues aurait été enseveli dans la chapelle du chœur de São Salvador de Bouças, faisant ainsi, peut-être, référence à la translation commandée par son neveu. Cf. CUNHA, D. Rodrigo da – *Catálogo dos bispos do Porto*. Ed. de António Cerqueira Pinto. Porto: 1742, II^e partie, chap. XIV, p. 79. Voir aussi BARROCA – *Epigrafia medieval portuguesa*, vol. 2, tomo 2, p. 1455. La relation privilégiée par Geraldo Domingues avec Bouças a été récemment soulignée par Joel Cleto à propos de l'image du Bom Jesus de Matosinhos. Cf. CLETO, Joel – De Mafalda a Geraldo: Notas para a datação da imagem do Bom Jesus de Matosinhos. *Revista de Arqueologia, História e Património*. Matosinhos. 5 (2004) 66-77.



D. VASCO MARTINS, BISPO DO PORTO E DE LISBOA: UMA CARREIRA ENTRE PORTUGAL E AVINHÃO DURANTE A PRIMEIRA METADE DE TREZENTOS

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

O inventário dos bens do bispo de Lisboa D. Vasco Martins, realizado pelos seus testamenteiros após a sua morte, a 18 de Novembro de 1344, serviu-nos de ponto de partida para o primeiro esboço da vida e da morte desta ainda pouco conhecida personagem do episcopado português da primeira metade de Trezentos. Com base nesse minucioso arrolamento, procurámos, em traços largos, reconstituir a vivência e a carreira de um prestigiado e rico senhor da Igreja, de um requintado cortesão e de um ilustrado homem de saber, cujos cerimonial e ritualização da morte procuraram igualar o brilho e fausto da sua vida. Uma vida que consubstanciou o perfil do alto clero culto e influente da época, construída em torno da conjugação das estratégias de influência da família, da prática do nepotismo eclesiástico e da proximidade aos círculos do poder régio e do papado de Avinhão. Por outras palavras, D. Vasco Martins apresenta-se como um paradigma do prelado de grandeza europeia que, ainda em tempos medievais, desvendava já a modernidade esclarecida e cortesã dos homens da Igreja do pré-renascentismo.

D. VASCO MARTINS, BISHOP OF OPORTO AND OF LISBON: A CAREER BETWEEN PORTUGAL AND AVIGNON DURING THE FIRST HALF OF THE FOURTEENTH CENTURY

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO
ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA

The inventory of the goods belonging to D. Vasco Martins, the Bishop of Lisbon, was drawn up by his trustees after his death on 18 November 1344. The document is the point of departure for a first draft of the life and death of this as yet little known figure from the Portuguese episcopal world in the first half of the 14th century. Based on this detailed listing, this paper broadly aims to reconstruct the life and career of a prestigious and wealthy lord of the Church, a sophisticated courtier and enlightened man of knowledge, whose funeral ceremonies and rituals aimed to equal the brilliance and ostentation of his life. His life confirms the profile of the educated and influential senior clergy of that age, built upon the combination of family influence, ecclesiastical nepotism and close ties to circles of royal power and the Avignon papacy. In other words, D. Vasco Martins emerges as a paradigm of the European aristocratic prelate who – while still in mediaeval times – heralded the enlightened modernity and court style of men from the pre-Renaissance Church.

D. VASCO MARTINS, VESCOVO DI OPORTO E DI LISBONA: UNA CARRIERA TRA PORTOGALLO ED AVIGNONE DURANTE LA PRIMA METÀ DEL TRECENTO

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO*
ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA**

Nella fattoria d'Alcaidaria, a Santarém, nel diciottesimo giorno del mese di novembre del 1344, moriva il vescovo di Lisbona, precedentemente vescovo di Oporto, D. Vasco Martins¹. Finiva i suoi giorni un ricco prelato, un raffinato cortigiano, un illustre uomo del sapere, che aveva vissuto proprio nella curia d'Avignone². Moriva in seguito a una malattia sconosciuta, che non fu debellata dalla scienza di fisici, tra cui Maestro Afonso, canonico di Lisbona e fisico della Regina D. Beatriz³, e forse anche Maestro Martinho, priore della chiesa di S. Salvatore di Arraiolos e fisico dell'infante D. Pedro⁴, e nemmeno dalle pragmatiche conoscenze di speciali o dai benefici di spezie e medicine⁵.

* Universidade de Coimbra. Ricercatrice del progetto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

** Universidade de Coimbra. Ricercatore del progetto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ Archivio Segreto Vaticano (ASV), *Cam. Ap., Collect. 277*, fol. 172v e 207v. Appartenendo questa fonte alle prime pagine di questo lavoro sul vescovo di Lisbona D. Vasco Martins, rimanderemo d'ora in poi soltanto ai suoi diversi fogli.

² Nella prospettiva di una storia comparata di questo prelato con altri vescovi europei, si legga Bernard GUENÉE – *Entre l'Église et l'État: Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIII^e-XV^e siècle)*. Paris: Gallimard, 1987; e, per esempio, altre notizie e biografie che vengono elaborate nell'ambito del progetto *Fasti Ecclesiae Gallicanae*. Vol. 1: *Diocèse d'Amiens*. Da P. Desportes; H. Millet. Turnhout, 1996; vol. 2: *Diocèse de Rouen*. Da V. Tabbagh. Turnhout, 1998; vol. 3: *Diocèse de Reims*. Da P. Desportes. Turnhout, 1998; vol. 4: *Diocèse de Besançon*. Da H. Tours. Turnhout, 1999; vol. 5: *Diocèse d'Agen*. Da F. Ryckebusch. Turnhout, 2001; vol. 6: *Diocèse de Rodez*. Da M. Desachy. Turnhout, 2002; vol. 7: *Diocèse d'Angers*. Da Jean-Michel Matz; François Comte, 2003; vol. 8: *Diocèse de Mende*. Da Philippe Maurice, 2004.

³ Il 14 novembre 1344, quattro giorni prima della morte del vescovo, ricevette 5 scodelle d'argento che pesavano 10 marchi e furono valutate 200 libre (fol. 172). Sulla carriera ecclesiastica di Maestro Afonso nella Cattedrale di Lisbona, si veda la dissertazione di *master* di FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Vol. 2. Lisboa, 2004, p. 139.

⁴ Questo ricevette un mantello di pelle rivestito con piume (fol. 173).

⁵ Lo speciale di Santarém *Cernaque Eanes* ricevette 40 libre e 1 soldo, oltre a diversi pezzi in argento impegnati per fornire spezie e medicine per la malattia del vescovo e dopo per l'imbalsamazione del suo corpo (fol. 169-169v). In un'altra occasione ricevette altre 42 libre e 6 soldi per medicine per la malattia e altre 15 libre per clisteri e medicine (fol. 180v-181). Per l'acquisto delle spezie da mettere nel corpo del vescovo, per la loro macinazione e collocazione nel feretro, e per l'aiuto nel collocare la salma nella bara ricevette altre 44 libre (fol. 181).

E subito la vita si agitò intorno alla morte. Perché si trattava di un uomo di potere, adesso morto, a rivendicare condegno culto e perpetua memoria. La ritualità della morte doveva uguagliare lo splendore e il fasto della sua vita. Tutto doveva essere fatto secondo i più pomposi cerimoniali e solenne liturgia funebre, e tutto si è compiuto. Si trattò il cadavere, si preparò la bara, si ordinò la processione funebre, si celebrarono multiple esequie religiose in favore della sua anima, si seppellì condegnamente il suo corpo, si diede esecuzione al suo testamento e codicillo⁶.

La destinazione della tomba del vescovo D. Vasco doveva essere la chiesa di S. Salvatore di Bouças, a nord di Oporto. Si doveva superare il lungo tragitto, di più di 200 km, tra il Tejo e il Douro. Urgeva suffragare un'anima che cercava la via per l'Aldilà, con messe, orazioni, elemosine, offerte. Era imperioso dare in abbondanza agli intermediari tra Dio e gli uomini e ai poveri di Cristo, suppliche preferenziali delle anime. Ci voleva molta cera e sego per le torce, ceri e lucerne per illuminare gli accompagnanti del deceduto e ancora di più per guidare la sua anima, mentre vagasse nelle tenebre del mondo, prima di intravedere la Luce Eterna. Si esigevano campane e banditori per annunciare una morte, che si voleva largamente accompagnata, pregata, salmodiata, pianta. Serviva gente, molta e ben vestita, che seguisse il feretro nel suo lungo viaggio e lo vegliasse e suffragasse. Occorrevano servi che potessero servire e alimentare tutto questo vasto corteo di uomini e donne.

Tutto fu meticolosamente messo in pratica.

Il cadavere fu imbalsamato con spezie per evitare i cattivi odori durante il cammino⁷. La bara fu resa impermeabile con pece e resina e il corpo fu inoltre avvolto con un panno incerato per proteggerlo dagli imprevisti del viaggio⁸. Quelli che così stavano lavorando in questi preparativi dovevano essere alimentati, fra i quali furono distribuite almeno tre dozzine di merluzzi⁹.

⁶ Circa la morte, tra una bibliografia molto estesa che evitiamo di riferire, evidenziamo soltanto le opere classiche di ARIÈS, Philippe – *L'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977; IDEM – *Images de l'homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1983; IDEM – *Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Teorema, 1989; e di CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'Au-Delà: Les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, vers 1320-vers 1480*. Paris: École Française de Rome, 1980. Per il caso portoghese, si metta in risalto la dissertazione di master di VILAR, Hermínia – *A vivência da morte no Portugal medieval: A Estremadura Portuguesa, 1300 a 1500*. Redondo: Patrimonia, 1995; e gli studi raccolti nell'opera *O REINO dos mortos na Idade Média Peninsular*. Dir. José Mattoso. Lisboa: Sá da Costa, 1996.

⁷ Fol. 180v-181.

⁸ Bartolomeu Esteves, speziale e lanternaio di Santarém, ricevette per tutti questi generi, per la cera delle candele e lucerne, 70 libre e 18,5 soldi (fol. 175-175v).

⁹ Comprate a Maria Vasques pescatrice di Santarém per 7 libre e 4 soldi (fol. 181).

La bara, coperta con un telo nero di *Mostreville*¹⁰, fu caricata sul dorso di una mula, con la sella di panno di *Ypres* chiaro, che si riconosceva per i simboli del vescovo¹¹.

Il corteo si formò ed in esso s'incorporarono più di otto dozzine di persone tra familiari, ufficiali e servi della casa del vescovo¹². Per l'abito da lutto degli accompagnatori si comprarono molte pertiche di sargia nera o di *almáfega* bianca¹³. Il medesimo uscì da Santarém, il 19 Novembre del 1344, e solo il 19 Dicembre finirono, a Bouças, i cerimoniali funebri, che compresero il trigesimo giorno. Non essendo certi i luoghi di sosta di minore dignità, la processione funebre ebbe due soste maggiori, la prima a Coimbra e l'altra ad Oporto.

Arrivato D. Vasco a Coimbra, il suo corpo attraversò il ponte di Santa Chiara, seguì per la via dei Franchi e la via di Coruche, passando per il largo di Santa Croce, per fermarsi infine nella chiesa di Santa Giusta, la più adeguata per il susseguente proseguimento del viaggio, dove il corpo fu depositato.

La veglia funebre fu minuziosamente preparata. Suonarono le campane della Cattedrale tutta la notte¹⁴, annunciando l'arrivo del feretro di quest'importante prelado a Coimbra e convocando tutti gli ecclesiastici e fedeli alla sua veglia. Vennero a prestare onori funebri, pregando le ore canoniche e le preghiere dei morti, i canonici e i clerici del coro della Cattedrale di Coimbra¹⁵, i priori e *raçoeiros* di sette chiese parrocchiali della città¹⁶, i frati di Santa Croce¹⁷ e ancora i frati di S. Francesco e di S. Domenico¹⁸. Fu lasciata un'offerta di 5 soldi alla croce della Cattedrale, come succedeva in queste occasioni¹⁹. Si è speso in cera, che accompagnò il feretro nel percorso per la città e dopo lo illuminò nella veglia notturna, 17 libre, 17 soldi e 2 denari²⁰.

Uscendo dalla città di Mondego il corteo si fermò, con uguale fasto, nella città di Douro, probabilmente nella cattedrale. Sappiamo che lì rimase tre giorni,

¹⁰ Tale telo fu posteriormente consegnato dagli esecutori testamentari del vescovo a João Domingues, abate della chiesa di Caria (diocesi di Lamego), con l'obbligo di ordinare la celebrazione di 30 messe per l'anima di D. Vasco (fol. 172v).

¹¹ La mula fu successivamente consegnata, nel codicillo del vescovo, a suo nipote Vasco Vicente das Leis (fol. 189v).

¹² Sarebbero quelli che vennero ricompensati con denaro e stoffe per il lutto che assunsero per il vescovo (fol. 200-202v).

¹³ Fol. 177v-178, 200-202v.

¹⁴ Gli uomini che suonarono le campane durante tutta la notte ricevettero 7 libre per il lavoro, furono inoltre spesi 2 soldi in legna che fu bruciata per scaldarli (fol. 205v).

¹⁵ I canonici della cattedrale di Coimbra ricevettero come ricompensa 10 libre e i clerici del coro 3 libre (fol. 205v).

¹⁶ In tutto furono ricompensati con 21 libre (fol. 205v).

¹⁷ Furono contemplati con 10 libre (fol. 205v).

¹⁸ Ad ogni monastero furono attribuite 10 libre (fol. 205v).

¹⁹ Fol. 205v.

²⁰ Fol. 205v.

tempo durante il quale si suonarono le campane²¹, si deduce che ci fu una piccola pausa a Vila Nova di Gaia, dove si spesero soldi in cera. Alla sua veglia funebre comparvero i frati di S. Francesco e di S. Domenico, che dopo accompagnarono il corteo fino a Bouças²², i canonici e i clerici del coro della Cattedrale²³ e onorarono i confratelli di nove locande²⁴. Ma la morte di questo prelado, convocando le esequie per la sua anima, perdurò in questa città per tutto l'anno²⁵.

A Bouças il corpo del vescovo fu sepolto in un “mausoleo”, precedentemente eretto²⁶. Memoria di una vita che il prelado avrebbe voluto eternare oltre la sua morte, ma che purtroppo, non è arrivato ai nostri giorni. Più forte della pietra fu la carta e la scrittura che lo riscattò dall'oblio.

Durante tutto il percorso ed il soggiorno, come anche dopo la sepoltura, molti soldi furono spesi e molte e diverse elemosine e offerte furono concesse.

Si spesero ingenti somme, più di mille libre, in pane, vino, carne, pollame, legno e orzo per alimentare gli accompagnatori del vescovo e suoi animali²⁷. Si comprò molta cera e sego per ceri e lucerne²⁸. Furono pagati i chierici che dalla fattoria dell'Alcaidaria fino a Bouças ebbero l'incarico di cantare messe²⁹. Ugualmente furono ricompensati i chierici di Bouças per le messe e ore cantate durante il trigesimo e per le orazioni che pregarono sulla sepoltura³⁰.

Si praticò la carità con i più bisognosi, ad Oporto e a Bouças, si distribuì pane e vino ai poveri durante più di un mese³¹; ad Oporto si distribuì la carne

²¹ Quelli che suonarono le campane ricevettero 15 libre (fol. 203v).

²² Ogni monastero ricevette 30 libre (fol. 204v).

²³ I canonici della cattedrale di Oporto furono ricompensati con 50 libre e i clerici del coro con 15 libre (fol. 204v).

²⁴ Queste furono ricompensate con 26 libre (fol. 207v).

²⁵ In effetti due banditori annunciarono durante un anno la morte del vescovo – come era abitudine degli *uomini buoni* in quella città – ricevendo 8 libre per questo lavoro (fol. 205).

²⁶ Spettava al muratore João Francês e ai suoi compagni il lavoro di aprire il *monumentum*, sistemare il corpo e chiuderlo, ricevendo 5 libre per tutto il servizio (fol. 204v).

²⁷ In capponi e galline si spesero 4 libre (fol. 204). Il pane per gli accompagnatori, ma anche per i poveri, si stimò 156 libre e 10,5 soldi (fol. 206). Il vino per gli accompagnatori e i poveri ammontò a 242 libre e 14 soldi (fol. 206). In orzo, paglia e rifugio per gli animali si spesero 22 libre, 19 soldi e 5 denari (fol. 206v). Più in generale, sappiamo che il servo e maggiordomo del vescovo, Domingos Bartolomeu di Medelo, abate della chiesa di Valega (diocesi di Oporto), ricevette per l'acquisto di pane, vino, carne, pesce, orzo, legna ed altre cose per alimentare durante un mese gli accompagnatori del vescovo defunto, da Santarém fino a Bouças, 852 libre, 17 soldi e 5 denari (fol. 207v). Furono anche pagati vari servizi e noleggi di utensili per cucinare o servire a tavola (fol. 204-204v, 207).

²⁸ Soltanto ad Oporto e a Bouças, per cera e la confezione di lucerne e ceri fu spesa l'ingente somma di 320 libre e 11 soldi (fol. 206).

²⁹ Ricevettero 60 libre e 6 soldi (fol. 206).

³⁰ Ricevettero 5 libre (fol. 206).

³¹ Si festeggiò il primo Sabato e altri giorni, oltre il mese (fol. 206).

di due maiali ai poveri³²; si diedero elemosine alle *merceiras* di Bouças³³, alle suore di S. Nicolainho, ai lebbrosi, ai detenuti e ai poveri umiliati di Oporto e di Bouças³⁴.

Si fecero donazioni a chiese, monasteri e persone, imponendogli, in generale, una retribuzione di messe e preghiere, adempiendo il testamento e codicillo di D. Vasco³⁵, grazie alla sollecitudine di sei diligenti esecutori testamentari³⁶. In queste ultime volontà il prelado fa testimonianza di una spiritualità molto compaginata con il suo tempo, a beneficiare le nuove correnti religiose che si affermavano in pieno intorno al Trecento, come i francescani e i domenicani, i trinitari e gli eremiti. Come, nella stessa direzione, vivendo una generosa pietà e una profonda umanità cristiana, contemplava poveri umiliati, molti dei quali malati e anziani, giudei convertiti e lebbrosi. Parallelamente, come possessore che fu di molte chiese avute come prebenda, come vescovo che era e signore di una vasta clientela di priori e chierici ebbe la cautela di ricompensare largamente il clero secolare.

Lasciò il prelado, nel suo testamento, alla chiesa di Bouças, lì istituendo cappella, dove i suoi clerici gli celebrassero messa giornaliera per la sua anima e per quella di suo zio D. Geraldo Domingues, vescovo di Évora, molti beni della sua cappella, tra paramenti e oggetti d'oro e argento³⁷, oltre a un Breviario delle usanze di Braga, allo scopo che i cappellani cantassero le ore canoniche, due Digesti – uno Nuovo e uno Vecchio, e due Messali³⁸. A sua volta, la Cattedrale di Oporto fu aggraziata nel codicillo del vescovo con il suo bastone e velo, due catini e un boccale, tutti d'argento³⁹, l'arredo della sua cappella, due croci

³² Tali maiali costarono 6 libre (fol. 206v).

³³ Ricevettero 5 libre (fol. 206v).

³⁴ Si segnarono somme di 9 libre, 7 soldi e 9 denari (fol. 206v) e successivamente di 31 libre, 13 soldi e 7 denari (fol. 207), su un totale di 41 libre, 1 soldo e 4 denari.

³⁵ Il testamento ed il codicillo di D. Vasco Martins, che fino ad ora non conosciamo, vengono molte volte riferiti nella fonte che abbiamo utilizzato. Sappiamo, per esempio, che Martim Domingues, cancelliere dell'udienza di Oporto, ricevette 4 fiorini per aver fatto una riproduzione di questi documenti, convalidata con il bollo dell'udienza (fol. 199v).

³⁶ Erano Afonso Pires (suo nipote) e Francisco Domingues, canonici di Oporto, João Palmeiro, maestro di scuola di Lisbona, Maestro Martinho, canonico di Coimbra ed Évora e priore di S. Salvatore di Arraiolos, João Martins, canonico di Lamego e Braga, e Gonçalo Peres Raposo, procuratore del vescovo ad Avignone. Sul percorso socio-religioso di Afonso Pires e João Martins, si consultino i lavori di SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV*. Leiria: Magno, 2003, p. 258-261, 285-287; IDEM – O processo de inquirição do espólio de um prelado trecentista: D. Afonso Pires, bispo do Porto (1359-1372†). *Lusitania Sacra*. 2ª série. 13-14 (2001-2002) 202-205; e, per quanto riguarda il Maestro Martinho ed il maestro di scuola João Palmeiro, rispettivamente, i lavori di VILAR, Hermínia – *As dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1999, p. 384-385; e FARELO – *O cabido*, vol. 2, p. 85-91.

³⁷ Fol. 209.

³⁸ Fol. 210.

³⁹ Fol. 209v.

dorate⁴⁰ e mezza dozzina di libri⁴¹. Intanto le case che D. Vasco aveva comprato per il capitolo di Oporto, e che erano bruciate, furono fatte ricostruire a spese del suo peculio testamentario⁴². La Cattedrale di Lisbona ricevette diversi pezzi di abbigliamento e gioielli⁴³. La chiesa di Santa Leocádia (diocesi di Oporto) ricevette paramenti e affini⁴⁴. Diede anche compimento alla volontà episcopale di ingrandire ancora di più l'arredo delle chiese di San Giacomo di Beja (diocesi di Évora)⁴⁵, di S. Pietro di Torres Novas⁴⁶, S. Pietro di Torres Vedras⁴⁷ e di otto chiese di Santarém (diocesi di Lisbona)⁴⁸. Senza dimenticare la cattedrale di Siviglia, dove fu canonico, con la donazione di una Bibbia⁴⁹.

Tra gli ordini religiosi, e oltre i Francescani di Coimbra e Oporto, di cui abbiamo già parlato, hanno ricevuto denaro o beni i Francescani e i Domenicani di Santarém⁵⁰, i Francescani di Leiria e Alenquer⁵¹, le *Donas* (Suore) di S. Domenico di Santarém⁵², i Trinitari di Santarém⁵³ e gli eremiti di S. Domenico di Montiraz (Santarém)⁵⁴.

La prodigalità di D. Vasco fece distribuire denaro e vestiti fra varie decine di familiari, ufficiali e servitori della sua casa e fra la clientela laica ed

⁴⁰ Per queste due croci furono consegnati 20 marchi d'argento alla cattedrale di Oporto (fol. 194), spendendosi, successivamente, altre 60 libre per la loro confezione (fol. 205v) e 10 fiorini Fiorentini per la loro doratura (fol. 203v).

⁴¹ Tra essi una Bibbia, un Pontificale, un *Racional* ed un libro di Sermoni (fol. 190v, 210).

⁴² Queste case furono destinate al capitolo di Oporto, perchè celebrasse ogni anno un anniversario per l'anima del vescovo (fol. 205).

⁴³ Fol. 190v.

⁴⁴ Il suo priore Domingos Eanes Greinho, cameriere di D. Vasco, si impegnava, in compenso, a dire oppure a far dire 30 messe e a pregare per l'anima del vescovo (fol. 179).

⁴⁵ Sappiamo che D. Vasco aveva ordinato di fare ornamenti in oro ed argento in questa chiesa che si stavano ancora pagando dopo la sua morte. A questo scopo gli esecutori testamentari vendettero due libri, rispettivamente per 80 e 100 libre (fol. 169v).

⁴⁶ A Rui *Badim*, priore di S. Pietro di Torres Novas, l'esecutore testamentario Francisco Domingues consegnò 220 libras – ottenute dalla vendita di libri – per una croce in argento ed altri arredi liturgici che il vescovo aveva ordinato di fare per questa chiesa (fol. 170v).

⁴⁷ Gli esecutori testamentari Francisco Domingues e Maestro Martinho consegnarono a Estêvão Martins, procuratore del priore di S. Pietro di Torres Vedras, libri da vendere a Lisbona, e con i soldi adornare la chiesa con oro ed argento, d'accordo con l'ordine del vescovo nella donazione che fece nella Curia Apostolica (fol. 179v).

⁴⁸ Con stoffe, paramenti e beni mobili furono contemplate le chiese di S. Salvatore, Santa Maria di Achete, Santa Iria, S. Giovanni di Alfange, S. Pietro di Alfange, S. Matteo e S. Lorenzo (fol. 179, 180-180v).

⁴⁹ Si trattava di una Bibbia grande con legature in legno che rimase sotto la custodia dell'esecutore testamentario Maestro Martinho per essere consegnata alla Cattedrale di Siviglia, d'accordo con l'ordine del vescovo nella donazione che fece nella Curia Apostolica (fol. 177v).

⁵⁰ I frati di ciascuna istituzione ricevettero 10 libre per aver raccomandato l'anima del vescovo nelle loro preghiere e nei loro sermoni, così come una torcia di cera per illuminare il *Corpus Christi* (fol. 176v, 180).

⁵¹ Questi ricevettero stoffe (fol. 180v).

⁵² Contemplati con 5 libre e stoffe (fol. 180-180v).

⁵³ Ricevettero 5 libre e stoffe (fol. 178, 180v).

⁵⁴ Gli furono consegnati 5 libre (fol. 178).

ecclesiastica⁵⁵. Solo per vestire parenti poveri e sposare fanciulle vergini senza mezzi, anche del suo parentado, lasciò 600 libbre⁵⁶. Lasciò a una nipote, in vista del matrimonio, 200 libbre⁵⁷. Aiutò nipoti, parenti e studenti poveri che stavano nell'*Estudo* di Lisbona⁵⁸ e aiutò un nipote che si trovava in carcere a Oporto⁵⁹. Più in particolare, e solo a titolo d'esempio, la moglie dell'alcalde di Santarém, ricevette un *Agnus Dei* smaltato, per il quale diceva di aver molta devozione⁶⁰, un chierico fu contemplato con il temperino che D. Vasco portava abitualmente alla cintura⁶¹ e un altro con un piccolo *Agnus Dei* e una borsa⁶². Molte donne umiliate ricevettero panni, vestiario e denaro, allo stesso modo che alcuni uomini poveri, vecchi e malati, tra i quali un clerico che già non poteva celebrare⁶³ e due giudei convertiti⁶⁴, essendo anche ricordati i lebbrosi che abitavano accanto a Santa Maria do Monte, a Santarém⁶⁵.

Ma il prelado non fu meno scrupoloso, nel suo testamento e codicillo, nello specificare i pagamenti di servizi da fare a ufficiali e servitori⁶⁶, nel determinare la solvenza dei suoi debiti, per avere la coscienza a posto, anche se lasciò scritti sui prestiti che aveva fatto e che dovevano essere riscossi⁶⁷. Tutti questi incarichi, furono affidati ai suoi esecutori testamentari fino a che la loro delicata missione

⁵⁵ Fol. 198v e seguenti.

⁵⁶ Fol. 199v.

⁵⁷ Fol. 205. Questa nipote, di nome Isabel, figlia dell'abate della chiesa di Armamar (diocesi di Lamego), stava sotto la protezione della badessa del monastero di Tuías (diocesi di Oporto). Così il vescovo lasciò ad Elvira Esteves, monaca di Tuías, che la educava, 10 libbre (fol. 203v). Invece, Isabel ricevette ancora denaro e abbigliamento, così come suo fratello, avendo entrambi accompagnato le cerimonie funebri di D. Vasco, almeno fino ad Oporto (fol. 206v-207).

⁵⁸ Ai nipoti Vasco Rodrigues e Pedro Rodrigues, che studiavano a Lisbona, lasciò 300 e 60 tornesi d'argento, rispettivamente (fol. 202v-203). Anche a Nuno, figlio di Gonçalo Lourenço di Estremoz parente del vescovo, che studiava a Lisbona, lasciò 60 tornesi (fol. 203). Ad André, studente povero e suo parente, lasciò 45 tornesi d'argento (fol. 202v). Furono anche contemplati con stoffe sei studenti poveri di S. Nicola di Santarém (fol. 174v).

⁵⁹ Si trattava di Geraldo Vicente, arrestato ad Oporto per impresa criminale, a cui il vescovo lasciò 13 libbre e 15 soldi per il suo mantenimento e per il pagamento di una donna che lo serviva, avendo gli esecutori testamentari effettuato pagamento dei costi del processo della sua possibile liberazione (fol. 204, 207).

⁶⁰ Si obbligava a pregare 14 messe per l'anima del vescovo – una in onore di Santa Maria, un'altra in onore della Trinità e dodici in onore dei dodici Apostoli (fol. 179v).

⁶¹ Per aver pregato sei salteri per l'anima del vescovo (fol. 207v).

⁶² Per messe che aveva cantato per l'anima del vescovo (fol. 207v).

⁶³ Fol. 176v e seguenti.

⁶⁴ Ebbero un'elemosina di 3 libbre (fol. 178v).

⁶⁵ Ricevettero 40 soldi (fol. 180).

⁶⁶ I pagamenti in fiorini *do escudo* e fiorini reali, agli ufficiali e servitori della sua casa, cominciarono ad essere eseguiti ancora in vita di D. Vasco, però già ammalato – il 14 novembre del 1344, quattro giorni prima della sua morte (fol. 171-172) – e si prolungarono dopo la sua sepoltura per tutto il mese di gennaio del 1345 ed una parte di febbraio (fol. 172v-173, 176v, 178-179v). Insieme a questi si facevano le donazioni di beni mobili, in particolare stoffe e pezzi di abbigliamento, per l'anima del vescovo.

⁶⁷ Fol. 185v-186v.

fosse completamente terminata⁶⁸ e l'anima di D. Vasco raggiungesse l'eterno riposo e la gloria celeste.

Insomma, si eseguirono scrupolosamente le ultime volontà di D. Vasco. E, come era suo desiderio, il suo corpo fu pomposamente accompagnato, vegliato e sepolto, e la sua anima prodigamente suffragata con messe, preghiere, elemosine e offerte, in un completo cerimoniale e perfetta ritualizzazione della morte di un prestigioso, colto e ricco signore della Chiesa.

Ma chi fu questo prelato?

In tratti molto brevi possiamo definirlo come un prelato del suo tempo, una figura che consolidò il profilo dell'alto clero colto e influente nella prima metà del Trecento, la cui carriera risultò, in forma più o meno evidente, dalla coniugazione delle strategie di potere del rispettivo gruppo familiare, dalla pratica del nepotismo ecclesiastico e dalla prossimità ai circoli del potere regio e del papato di Avignone⁶⁹.

Tale e come gli altri, D. Vasco Martins seppe utilizzare a suo favore tutti questi fattori di promozione, mentre completava tappe successive dentro la struttura della Chiesa fino a raggiungere la dignità episcopale. Questo statuto fu di per se conseguito nei primi giorni del 1328, quando ricevette da Giovanni XXII la nomina alla cattedra della diocesi di Oporto⁷⁰. Dietro lasciava un notevole percorso ecclesiastico di circa ventidue anni, documentato a partire dal 1306, anno a cui si riporta la sua prima testimonianza. Si presentava intorno a questo periodo Vasco Martins come rettore della chiesa di Barcelos e clerico del vescovo di Oporto, D. Geraldo Domingues, suo zio⁷¹.

Essendo questa la sua prima referenza e allo stesso tempo un importante indicatore, non solo per permetterci di inquadrare l'inizio della sua carriera, ma principalmente per far capire, da subito, un aspetto fondamentale della costruzione del suo *cursus honorum*, la presenza della figura tutelare dello zio D. Geraldo.

⁶⁸ La loro missione fu conclusa soltanto ad aprile del 1345, quando consegnarono il lascito di D. Vasco Martins al procuratore dell'arcivescovo di Braga, D. Gonçalo Pereira, collettore apostolico dei beni lasciati per la morte del prelato (fol. 211).

⁶⁹ Si osservino altri esempi presentati da MARQUES, A. H. de Oliveira – Os grupos sociais. In *Nova História de Portugal*. Vol. 4: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 229-230; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – Nepotism, illegitimacy and papal protection in the construction of a career: D. Rodrigo Pires de Oliveira, bishop of Lamego (1311-1330). In *Shaping the State in Medieval Portugal: Administration, Church and Society*. London: Ashgate Publishing (in corso di stampa); così come la riflessione su questo argomento presentata da CAROCCI, Sandro – *Il nepotismo nel medioevo: Papi, cardinali e famiglie nobili*. Roma: Viella, 1999.

⁷⁰ Vacante dal 5 dicembre del 1327 per la morte del vescovo D. João Gomes (ASV, *Reg. Vat.* 85, ep. 645B).

⁷¹ 1306 Giugno, 30, Lisbona (Istituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., m. 1, n° 50; m. 5, n° 212; m. 26, n° 1103).

In verità, D. Vasco fu protagonista di un percorso i cui contorni sono in grande parte giustificati dalle strategie della sua famiglia. Una stirpe con radici nella città di Lamego, che si distinse durante varie generazioni attraverso il vincolo che alcuni suoi membri furono stabilendo con il clero locale e la gerarchia ecclesiastica nazionale⁷². Anzi, questa caratteristica è subito rivelata dall'ascendenza di D. Vasco, nipote di Estêvão Eanes, abate di Penude, e figlio di Martim Domingues, canonico delle cattedrali di Lamego (tra il 1265 e il 1292) e di Viseu e rettore di altre chiese e collegiate, priore della collegiata di Santa Maria di Almacave e rettore della chiesa di Santa Maria di Soutelo, entrambe situate nella diocesi di Lamego⁷³. Ma, più che nella sua ascendenza diretta, fu presso suo zio paterno, D. Geraldo Domingues, canonico delle Cattedrali di Lamego, Coimbra e Lisbona, decano di Braga, vescovo di Oporto (1300-1307), di Palencia (1307-1313) e, infine, di Évora (1313-†1321), di chi fu clerico ed erede, che trovò la necessaria protezione e garanzia d'accesso ad una carriera preminente nel clero secolare.

D. Geraldo Domingues, fu una delle principali figure dell'episcopato portoghese del regno di D. Dinis ed uno dei grandi sostenitori della politica governativa di questo monarca. Beneficiò non solo della costante protezione del re, che gli concesse innumerevoli donazioni di beni e diritti, ma anche del contatto molto prossimo con i meccanismi di funzionamento e di potere della Curia Romana, durante i pontificati di Nicola IV, Bonifacio VIII, Clemente V e Giovanni XXII, arrivando, per esempio, a ricevere, nel 1292, l'incarico di cappellano del cardinal-diacono di Santa Maria in Via Lata⁷⁴.

La notorietà acquisita nel quadro politico-religioso dell'inizio del Trecento da questo prelato, che fu il primo elemento della sua stirpe a raggiungere lo *status* episcopale, rafforzò il circolo ecclesiastico come strumento per eccellenza di strutturazione e ingrandimento sociale della sua parentela. Ricorrendo, per questo effetto, all'inevitabile dinamica di affermazione sostenuta nel nepotismo, nel controllo di incarichi e benefici in chiese parrocchiali e capitoli delle cattedrali e nella complicità con i centri di potere regio e pontificio.

È pertanto ai sensi di questa strategia, condotta da D. Geraldo, che si deve comprendere l'ingresso e il percorso nella carriera clericale dei suoi nipoti, sia di Vasco Martins stesso che di suo fratello Lourenço Martins. Quest'ultimo in una

⁷² SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego*, p. 158-159.

⁷³ *Ibidem*, p. 258-259. Cf.: anche ASV, *Reg. Vat.* 46, fol. 69v; IAN/TT, *Mosteiro de Arouca*, gav. 6, m. 3, n° 9 e gav. 2, m. 5, n° 4; IAN/TT, *Sé de Lamego*, Martirologio-Obituário, livro 1, fol. 131v. Vogliamo ringraziare i collaboratori del progetto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*, in particolare Dott. Mário Sérgio Farelo e la Dott.ssa Marta Castelo Branco, per la notizia di alcuni documenti rilevanti per questo lavoro.

⁷⁴ Sulla figura ed il percorso di D. Geraldo Domingues, si veda il lavoro che si pubblica in questi stessi atti di cui sono autrici Hermínia Vilar e Marta Castelo Branco, "Servir, gouverner et léguer: l'Evêque Geraldo Domingues (1285-1321)".

posizione chiaramente secondaria rispetto al primo, una volta che del risultato di questa protezione familiare si conosce soltanto l'ottenimento di un canonicato in Palencia (1308-1326), nel tempo in cui lo zio era vescovo di questa stessa diocesi⁷⁵.

Predestinato a fini più ambiziosi fu, senza alcun dubbio, il giovane chierico Vasco Martins. La famiglia depositò in lui tutte le aspettative di poter perpetuare il suo *status* sociale e, in questo senso, gli proporzionò tutto così che riunisse le necessarie condizioni per una carriera di successo. Dalla sua preparazione intellettuale, frequentando lo Studio Generale di Lisbona, dove si specializzò in Diritto Civile⁷⁶, alla sua introduzione nei circoli politici e religiosi della corte del re D. Dinis, fino ai primi passi dentro la gerarchia ecclesiastica portoghese.

Certo che la cronologia di questo percorso iniziale si incrociò con quella di suo zio⁷⁷, eccetto durante i sei anni in cui D. Geraldo fu assente in Castiglia, e che può aver corrisposto al tempo in cui Vasco Martins frequentò lo Studio a Lisbona (1307-1313). È al ritorno di D. Geraldo, nel 1313, nella sequenza del suo trasferimento alla diocesi di Évora, che zio e nipote si ritrovano, più concretamente nella corte di D. Dinis, segnando presenza come intervenienti e testimoni di vari atti del governo e degli affari del re⁷⁸.

Da subito Vasco Martins si presenta come canonico di Coimbra⁷⁹, non tardando che a questo statuto associasse anche quello di clerico del re (...1317-1320)⁸⁰. Prova inequivocabile di questo legame alla monarchia, inquadrata dal

⁷⁵ Poco tempo dopo la promozione di D. Geraldo alla cattedra di Palencia e per sua intercessione, Lourenço Martins riceve dal papa un canonicato e prebenda in questa cattedrale: 1308 Febbraio, 26 (*Regestum Clementis Papae V*, p. 78, n° 2662 e p. 100, n° 2772). Questa prossimità alla figura di D. Geraldo torna ad essere testimoniata soltanto, nel 1319, ad Évora, dove Lourenço Martins, canonico di Palencia, svolse incarichi di uditore del vescovo suo zio (VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 405). La carriera di questo suo nipote torna ad assumere nuovi contorni soltanto alcuni anni dopo la morte di D. Geraldo, nel Luglio del 1326, quando cambia, con un cappellano di Giovanni XXII, i suoi benefici di Palencia per un canonicato e prebenda a Coimbra e per il rettorato della chiesa di S. Stefano di Santarém, benefici che occupò fino al 1348, anno in cui probabilmente sarà deceduto (ASV, *Reg. Vat.* 81, ep. 2303, 2313, 2315; IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., m. 1, n° 6; m. 2, n° 77; m. 4, n° 174; m. 7, n° 318; m. 14, n° 633; m. 17, n° 772; m. 88, n° 4122; IAN/TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Santarém*, m. 1, n° 30; m. 2, n° 61 e 69; m. 3, n° 124).

⁷⁶ Secondo la bolla di Giovanni XXII del 1318 Aprile, 12 (ASV, *Reg. Vat.* 67, fol. 282v), pubblicata anche nel *CHARTULARIUM Universitatis Portugalsensis (1288-1537)*. Documenti riuniti e pubblicati da A. Moreira de Sá. Vol. 1 (1288-1377). Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1966, p. 79-80.

⁷⁷ Cf. nota 71.

⁷⁸ IAN/TT, *Gavetas*, I, m. 1, n° 7; XI, m. 6, n° 4, 5; XII, m. 5, n° 1; XIII, m. 1, n° 5; VII, m. 8, n° 6; IAN/TT, *Mosteiro de Alcobça*, Livro 2º dos Dourados, fol. 110-111.

⁷⁹ Per esempio: 1313, Maggio, 13, Coimbra (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., m. 90, n° 4322); 1315 Settembre, 3, Lisbona (IAN/TT, *Gavetas*, XIII, m. 1, n° 5).

⁸⁰ [1314-1317] Ottobre, 1, Lisbona (IAN/TT, *Gavetas*, XII, m. 5, n° 1); 1317 Aprile, 9, Torres Vedras (IAN/TT, *Leitura Nova*, Padroados, livro 2, fol. 30); 1320 Marzo, 20, Santarém (IAN/TT, *Chanc. D. Dinis*, livro 3, fol. 130v-131).

vescovo di Évora, gli fece guadagnare la simpatia di D. Dinis, che oltre ad incorporarlo nel suo fior fiore di clerici gli conferì benefici in chiese e collegiate di patronato regio. Tra loro, si annoverano il rettorato di S. Michele di Penela (nella diocesi di Coimbra)⁸¹ e il priorato della collegiata di S. Pietro di Torres Vedras (nella diocesi di Lisbona)⁸², che accumulò ancora con il priorato della chiesa di San Giacomo di Beja (nella diocesi di Évora)⁸³.

Mentre il suo *status* e il *cursus honorum* si confermavano, era ugualmente importante consolidarli e ingrandirli. Ed ancora una volta non gli furono risparmiate attenzioni. Nel 1317, Vasco Martins vide confermato il suo futuro ruolo alla guida del processo di organizzazione della famiglia, quando fu nominato da D. Geraldo erede ed esecutore del suo testamento, nel quale registrò l'istituzione di un maggiorasco nella regione di Lamego⁸⁴. Nei due anni successivi, e in quello che supponiamo nella sequenza di un spostamento ad Avignone, nel 1318⁸⁵, ricevette per supplica da questo suo tutore la necessaria esenzione apostolica per il suo *defectum natalium* (*de presbitero genitus et soluta*), in modo da poter accedere a tutti gli ordini sacri e, di conseguenza, raggiungere e permutare canonicati e prebende in chiese cattedrali, non tralasciando il pontefice di confermarli alcuni dei benefici minori, di cui era già o era stato titolare⁸⁶, e anche di ratificarli il canonicato e prebenda della cattedrale di Coimbra⁸⁷.

Si aprivano in questo modo nuove prospettive per la carriera di Vasco Martins. Tuttavia, i tempi che si vivevano in Portogallo, si dimostravano avversi ai suoi progetti. Nel Marzo del 1321, suo zio, attivo sostenitore di D. Dinis, veniva assassinato in conseguenza della guerra civile che opponeva il re a suo figlio, futuro D. Afonso IV⁸⁸. L'aggravarsi di questo conflitto e l'imprevedibilità

⁸¹ 1315 Settembre, 15 (IAN/TT, *Gavetas*, XIX, m. 14, n° 3).

⁸² 1317 Aprile, 9, Torres Vedras (IAN/TT, *Leitura Nova*, Padroados, livro 2, fol. 30). Sulla collegiata di S. Pietro di Torres Vedras e, in particolare, il priorato di Vasco Martins, cf. RODRIGUES, Ana Maria – As colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV. *Didaskalia*. 15 (1985) 369-436.

⁸³ Conferito dal papa Giovanni XXII nel 1318 Aprile, 12, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 67, ep. 962).

⁸⁴ Istituito nel 1317 (Aprile, 28, Coimbra), con il nome di maggiorasco di Medelo, che corrisponde ad una località dell'attuale comune di Lamego, da cui la stirpe era originaria. A partire da qui D. Geraldo fece dipendere da Vasco Martins la realizzazione del vincolo patrimoniale che assicurerebbe la continuità della strategia d'ascesa e la conservazione futura della sua stirpe che ebbe nel clero il suo più importante meccanismo di affermazione. Ancora a proposito dell'istituzione di questo maggiorasco, cf. VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 74-75, ben come l'edizione del suo diploma da SARAIVA – *A Sé de Lamego*, doc. 59, p. 546-553.

⁸⁵ Almeno tra marzo ed agosto del 1318 (ASV, *Reg. Vat.* 67, ep. 778, 839; *Reg. Vat.* 68, ep. 1779; A. A., *Arm. C.*, n° 103, 104, 105).

⁸⁶ Più precisamente quello della chiesa di S. Pietro di Torres Novas, nella diocesi di Lisbona: 1318 Aprile, 12 e Maggio, 21, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 67, ep. 962; *Reg. Vat.* 68, ep. 1601).

⁸⁷ 1319 Novembre 5, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 70, ep. 284).

⁸⁸ VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 76-77. A proposito della guerra civile portoghese del 1319-1324, cf. lo studio di MATTOSO, José – *A guerra civil de 1319-1324*. In *Obras Completas*. Vol 8: *Portugal*

del suo epilogo aumentò l'incertezza di Vasco Martins circa il suo futuro nel contesto politico e religioso che da lì venisse a risultare. E, prendendo in considerazione le circostanze della morte del principale protettore, capì anche che il regno di D. Dinis si avvicinava alla fine e che agli occhi del futuro re, a tutti gli effetti, sarebbe stato associato alla fazione del clero che gli aveva fatto opposizione.

Vasco Martins non aveva altra alternativa se non agire con rapidità. Pochi mesi dopo l'assassinio dello zio, stando a Torres Vedras, delegò tutti i poteri ad un procuratore, il quale in sua assenza gestisse la collegiata di S. Pietro, di cui era priore⁸⁹. Da lì si diresse a Coimbra, dove, nella condizione di canonico della cattedrale ed erede di D. Geraldo, donò una parte del patrimonio di questo vescovo al capitolo con la condizione che venissero suffragate le anime dello zio e del re D. Dinis, quando quest'ultimo morisse⁹⁰.

Queste saranno state le sue ultime azioni prima di lasciare il Portogallo. A partire da qui, dal 1322 al 1334, il suo percorso è fatto nella Curia di Avignone di Giovanni XXII, dove cercò di allontanarsi da un re che già poco gli poteva garantire e da un principe che tutto gli poteva togliere.

Ed Avignone fu generosa con Vasco Martins, rapidamente lo introdusse nella burocrazia papale, facendolo diventare un chierico attivo, influente e molto prossimo al pontefice. Durante i dodici anni della sua permanenza presso il papa francese, il suo nome si fece inscrivere in più di novanta lettere pontificie destinate non solo al Portogallo, ma anche alle corone di Castiglia e di Aragona⁹¹. Nella grande maggioranza di queste nella condizione di esecutore apostolico del provvedimento di benefici a clerici, canonici, dignità, familiari e ufficiali per chi, nel caso portoghese, i monarchi D. Dinis e D. Isabel e dopo

Medieval: Novas Interpretações. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 217-227; e la sintesi di MARQUES, A. H. de Oliveira – A conjuntura. In *Nova História de Portugal*, vol. 4, p. 491-494; COELHO, Maria Helena da Cruz – O reino de Portugal ao tempo de D. Dinis. In *Imagem de la Reina Santa: Santa Isabel, Infanta de Aragón y Reina de Portugal. Nova História de Portugal*. Vol. 2: *Estudios para el catálogo de la exposición*. Zaragoza: Diputación Provincial, 1999, p. 50-83; e BARROCA, Mário – Da Reconquista a D. Dinis: História das campanhas. In *NOVA História Militar de Portugal*. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2003, p. 66-68.

⁸⁹ 1321 Agosto, 2, Torres Vedras (IAN/TT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, m. 1, n° 36). Si trattava, questo suo procuratore, di Fernão da Ribeira, chierico della collegiata di S. Pietro, che opera in nome di Vasco Martins in diversi momenti, per lo meno, tra il 1321 e il 1323 (IAN/TT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, m. 1, n° 36 e 37). Nonostante non risulti più nella documentazione di questa collegiata, Vasco Martins ebbe il suo rettorato fino ad essere nominato vescovo di Oporto, nel 1327. Per questo motivo riporta l'anno 1331 la prima indicazione di un nuovo rettore di questa collegiata, di nome Maestro Vicente (IAN/TT, *Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras*, m. 1, n° 39).

⁹⁰ 1321 Agosto, 25, Coimbra (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2ª incorp., m. 88, n° 4120). Constano di questa donazione alcune case che D. Geraldo aveva a Coimbra, nella parrocchia di S. Cristoforo, e che erano appartenute al decano di Viseu.

⁹¹ 1329 (ASV, *Reg. Vat.* 90, ep. 1482, 1627; *Reg. Vat.* 91, ep. 2617; *Reg. Vat.* 93, ep. 410); 1330 (ASV, *Reg. Vat.* 94, ep. 346); 1331 (ASV, *Reg. Vat.* 97, ep. 526; *Reg. Vat.* 103, ep. 857).

D. Afonso IV e D. Beatriz supplicavano presso la Curia⁹². Con queste funzioni evidenziate, Vasco Martins accumulò la non meno importante rappresentazione degli affari ecclesiastici lusitani nella Sede Apostolica. In un primo momento come procuratore dell'arcivescovo di Braga, D. João di Soalhães⁹³, e successivamente anche di D. Gonçalo Pereira, sia come vescovo di Lisbona che come arcivescovo di Braga⁹⁴. Si noti che, coincidenza oppure no, fu procuratore ad Avignone dei due più distinti elementi della fazione del clero sostenitore di D. Dinis, che furono a loro volta anche i più noti della gerarchia ecclesiastica portoghese della prima metà del Trecento: gli arcivescovi di Braga, D. João de Soalhães e D. Gonçalo Pereira⁹⁵.

Come sarebbe naturale, questo esercizio di funzioni esecutive e diplomatiche nella Sede Apostolica, convenientemente sponsorizzato da Giovanni XXII stesso e dal settore più influente della Chiesa portoghese, si sarebbe ripercossa immediatamente sulla straordinaria e rapida ascensione che la carriera di Vasco Martins conobbe, e che naturalmente lo avrebbe portato a raggiungere la cattedra di una diocesi.

Arrivato alla Curia papale, all'inizio del 1322, come priore di S. Pietro di Torres Vedras e canonico di Coimbra⁹⁶, nell'agosto dello stesso anno cambia questo canonicato per un altro di Lisbona⁹⁷. Nel 1324, gli fu conferito in accumulazione il canonicato di Siviglia⁹⁸ e, reiterata la dispensa per difetto di

⁹² 1322 (ASV, *Reg. Vat.* 73, ep. 923, 1239); 1323 (ASV, *Reg. Vat.* 74, ep. 205, 206, 210, 211, 690; *Reg. Vat.* 76, ep. 276); 1324 (ASV, *Reg. Vat.* 76, ep. 882); 1325 (ASV, *Reg. Vat.* 78, ep. 574, 657, 658, 659, 896, 795, 799, 800, 801, 802, 821, 1014, 1114); 1326 (ASV, *Reg. Vat.* 81, ep. 1749, 2252; *Reg. Vat.* 82, ep. 110, 112); 1327 (ASV, *Reg. Vat.* 83, ep. 1441; *Reg. Vat.* 85, ep. 558); 1328 (ASV, *Reg. Vat.* 87, ep. 2504; *Reg. Vat.* 89, ep. 227; *Reg. Vat.* 92, ep. 3157, 3121). Sulle regole seguite nella scelta degli esecutori delle bolle di nomina, cf. COLLENBERG, Wipertus Rudt de – Le choix des exécuteurs dans les bulles de provision au XIV^e siècle: D'après les bulles accordées à Chypre par les papes d'Avignon. *Mélanges d'École Française de Rome.* 92 (1980) 393-440.

⁹³ 1323 Aprile, 8, Avignone (Arquivo Distrital de Braga (ADB), *Colecção Cronológica*, pasta 9, n° 364).

⁹⁴ 1323 Agosto, 7, Avignone (ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 9, n° 372); 1324 Giugno, 30, Avignone (ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 9, n° 385); 1326 Aprile, 11, Coimbra (ADB, *Colecção Cronológica*, pasta 10, n° 427); 1327 Giugno 10, Santo Stefano di Penso (IAN/TT, *Sé de Coimbra*, 2^a incorp., m. 90, n° 4309).

⁹⁵ Cf. VILAR, Herminia – O episcopado do tempo de D. Dinis: Trajectos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325). *Arquipélago. História.* 2^a série. 5 (2001) 581-604; e COELHO, Maria Helena da Cruz – O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas.* Vol. 2/1: *A Catedral de Braga na História e na Arte (século XII-XIX)*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 389-462.

⁹⁶ 1322 Aprile, 19, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 73, ep. 1239).

⁹⁷ 1322 Agosto, 28, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 73, ep. 1267). Riceve il canonicato e la prebenda di Lisbona vacanti per morte, nella Cattedrale Apostolica, di Raimundo de Monteros, clerico e cappellano della regina D. Costanza di Castiglia e dopo di sua madre, D. Isabel di Portogallo. Cf. FARELO – *O cabido*, vol. 2, p. 354-356.

⁹⁸ 1324 Gennaio, 27, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 76, ep. 441, 456). Riceve il canonicato e la prebenda di Siviglia vacanti per l'elezione di Juan Sanchez a vescovo di questa stessa cattedrale.

nascita, gli fu subito confermata la possibilità di ascesa alla dignità episcopale. Nel 1326, fu nuovamente beneficiato dal pontefice, questa volta con il canonicato e il decanato di Évora⁹⁹ ed un canonicato nell'importante cattedrale di Toledo¹⁰⁰. Questi benefici si accumularono inoltre con un canonicato a Burgos, nel 1327¹⁰¹, anno in cui il pontefice, rispondendo ad un suo problema di salute, gli concede l'autorizzazione apostolica per redigere il suo testamento¹⁰².

Depositario di un invidiabile *curriculum* ecclesiastico: decano di Évora e canonico prebendato di Lisbona, Burgos, Siviglia e Toledo e priore della collegiata di S. Pietro di Torres Vedras e, conseguentemente, signore di un sostegno economico all'altezza di tutti gli altri noti dell'*entourage* pontificia, poco mancava a Vasco Martins per incorporare la prima linea delle complesse strategie d'elezioni episcopali che caratterizzarono oltremodo il papato di Avignone¹⁰³.

Infatti, mancava poco. Nel gennaio del 1328 è eletto dal papa vescovo della diocesi di Oporto, vacante un mese prima per la morte del suo precedente titolare¹⁰⁴. Era arrivata l'ora per D. Vasco Martins di realizzare il disegno a cui la famiglia l'aveva destinato, ma era arrivata anche quella per D. Afonso IV, che regnava in Portogallo da poco meno di tre anni, di interferire chiaramente nel destino del nuovo prelato.

In effetti, la sua elezione contò con l'energica opposizione del re, che cercò in tutti i modi, presso il papa, di attribuire la cattedra di Oporto al suo clerico e cancelliere Miguel Vivas. D. Vasco Martins, oltre ad identificarsi con la fazione che si era opposta all'allora infante nella guerra civile, manteneva stretti legami con l'arcivescovo di Braga D. Gonçalo Pereira¹⁰⁵, anche lui uno dei principali sostenitori di D. Dinis nel conflitto, e con il quale a quest'epoca D. Afonso IV sosteneva un violento contenzioso giurisdizionale¹⁰⁶. Braga, come Oporto, costituivano le principali giurisdizioni ecclesiastiche del regno che questo

⁹⁹ 1326 Maggio, 6, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 81, ep. 1701). Riceve il canonicato, con l'aspettativa della prebenda, e il decanato di Évora vacanti per l'elezione di João Afonso de Brito a vescovo di Lisbona. Cf. VILAR – *As dimensões de um poder*, p. 324.

¹⁰⁰ 1326 Settembre, 14, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 82, ep. 46). Riceve il canonicato e la prebenda di Toledo vacanti per l'elezione di Pedro Gómez Barroso a vescovo di Murcia.

¹⁰¹ 1327 Settembre, 8, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 85, ep. 14). Riceve il canonicato e la prebenda di Burgos vacanti per l'elezione di Garcia de Torres Sotoscueva a vescovo di Burgos.

¹⁰² “Qua presentis vite condicio statum hoc instabilem et ea que visibilem habent essenciam...”, 1327 Gennaio 2, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 82, ep. 694).

¹⁰³ Cf. GAUDEMET, Jean – *Le choix des hommes*. In *LE GOUVERNEMENT de l'Église a l'Époque Classique: 1140-1378*. Vol 2. Paris: Cujas, 1979, p. 74-76; e GUILLEMAIN, Bernard – *La cour pontificale d'Avignon: 1309-1376*. Paris: Boccard, 1962.

¹⁰⁴ 1328 Gennaio, 15, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 85, ep. 645b).

¹⁰⁵ Cf. nota 94.

¹⁰⁶ Cf. COELHO – *O Arcebispo D. Gonçalo Pereira*, p. 395-399; e ANTUNES, José; OLIVEIRA António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia – *Conflitos políticos no reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão: Estado da questão*. *Revista de História das Ideias*. 6 (1988) 121 e seguenti.

monarca, al riparo della politica di centralizzazione regia, cercava a tutti i costi di smembrare¹⁰⁷. Da qui, l'elezione di D. Vasco costituiva una vittoria politica di D. Gonçalo Pereira e una chiara ostruzione agli scopi della monarchia di affrontare i domini patrimoniali e giurisdizionali della Chiesa.

In conseguenza di questo contenzioso creato dalla disputa della mitra di Oporto, la consacrazione di D. Vasco Martins fu per due volte prorogata¹⁰⁸, finendo per essere realizzata un anno dopo la sua elezione, nel Marzo del 1329¹⁰⁹. Precisamente pochi giorni prima che il candidato del re fosse eletto vescovo di Viseu, in un ultimo tentativo di conciliazione da parte del papato, che non tralasciò allo stesso tempo di sanzionare la posizione del vescovo di Oporto e, conseguentemente, di salvaguardare gli interessi dell'arcivescovo di Braga¹¹⁰.

Era evidente che per D. Afonso IV questa non era la soluzione che gli interessava. E D. Vasco Martins tra il rimanere ad Avignone o abbandonarla ed assumere la nuova diocesi, dove inevitabilmente avrebbe affrontato le rappresaglie del re, preferì la prima opzione. La quale permise, da subito, al monarca di realizzare con più tranquillità tutto il tipo di ingerenze nella giurisdizione episcopale di Oporto. Un esempio concreto riguardò la collocazione dei suoi ufficiali nell'amministrazione della giustizia, il che fu ben accettato dalle autorità comunali della città ma considerato un aggravio dal capitolo, dai procuratori e vicari del vescovo, le cui lamentele e proteste non tardarono ad arrivare ad Avignone¹¹¹. Intanto, D. Afonso IV, accentuò la sfida della sua autorità e intimò D. Vasco oppure un suo procuratore a comparire a corte e a fare prove delle rispettive prerogative giurisdizionali, il che non essendo successo, portò alla confisca immediata di tutti i redditi episcopali nella diocesi¹¹².

¹⁰⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz – Bispos e Reis: oposições em torno de bens e jurisdições temporais. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 15 (2003) 279-287; IDEM – O poder e a sociedade ao tempo de D. Afonso IV. *Revista de História*. 8 (1988) 41 e seguenti; e MARQUES, José – D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais. In *JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DE HISTÓRIA MEDIEVAL*, 2 – *Actas*. Vol. 4. Porto: INIC, 1990, p. 1527-1566.

¹⁰⁸ 1328 Marzo, 27, e 1328 Luglio, 24, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 86, ep. 1411; *Reg. Vat.* 87, ep. 2779). In queste due occasioni gli è permesso dal pontefice che nell'attese della consacrazione continuasse ad usufruire dei redditi dei benefici che deteneva al momento della sua elezione.

¹⁰⁹ 1329 Marzo, 9, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 90, ep. 1496). Ricevette la consacrazione nella Curia del vescovo di Tuscolana, D. Beltrão.

¹¹⁰ 1329 Marzo, 27, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 92, ep. 3333).

¹¹¹ Cf. ANTUNES; OLIVEIRA; MONTEIRO – Conflitos políticos, p. 122. Per una sintesi sui conflitti giurisdizionali che caratterizzarono il rapporto tra il comune e la cattedrale di Oporto durante grande parte del Medioevo, toccando anche il poter regio, cf. SOUSA, Armindo de – Tempos Medievais. In *História do Porto*. Dir. Luís A. de Oliveira Ramos. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1994, p. 237-244; IDEM – Os bispos do Porto e o poder central na Idade Média. In *Henrique, o Navegador*. Porto: Comissão Municipal Infante 94, 1994, p. 75-78; e il saggio sempre di questo autore – Conflitos entre o bispo e a câmara do Porto nos meados do século XV. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2ª série. 1 (1983) 9-103.

¹¹² ANTUNES; OLIVEIRA; MONTEIRO – Conflitos políticos; RAMOS, Rui – O poder e a história no Livro da Demanda do Porto de 1354. *Estudos Medievais*. 3-4 (1983-1984) 8-9, 18-28, 31, 63.

Nel 1331, di fronte alla continuità di questo contesto di conflitto, e che in grande parte si aggravava per l'assenza del vescovo di Avignone, D. Vasco ricevette l'autorizzazione dal papa per pubblicare una generosa donazione al capitolo di Oporto di libri e paramenti, tra tanti altri beni mobili appartenenti al suo ingente peculio¹¹³. Forse in un tentativo di attenuare le proteste dei canonici della sua diocesi e di garantire il loro aiuto ad un ritorno che si prevedeva a breve termine.

In effetti, l'attuazione di D. Vasco nella Curia Apostolica nei tre anni successivi sembra indiziare proprio questo. Si capisce la sua preoccupazione di beneficiare la sua clientela di clerici con canonicati e prebende nella cattedrale di Oporto¹¹⁴, allo stesso tempo che ottiene dal pontefice le necessarie diligenze presso l'arcivescovo di Braga e del vescovo eletto di Viseu perché tentassero con il re di risolvere la situazione che si viveva nella diocesi di Oporto¹¹⁵.

La morte del papa Giovanni XXII, nei primi giorni di Dicembre del 1334, determina la fine della presenza di D. Vasco Martins nella Curia di Avignone¹¹⁶. L'anno seguente si trovava già, infine, nella diocesi dove era vescovo e nella città dove era signore. Le diligenze precedentemente mosse presso D. Afonso IV avranno sortito i loro effetti al punto che il re gli restituì tutte le rendite episcopali di cui si era appropriato¹¹⁷. I tempi che seguivano consigliavano, a loro volta, al monarca di cercare consensi invece di fomentare divergenze interne. La guerra che allora aveva dichiarato a Castiglia e che dominò il paese, tra il 1336 e il 1339, richiese questa unione di sforzi, a cui il prelado non si negò¹¹⁸. In questo conflitto, centrato essenzialmente in incursioni di frontiera, D. Vasco avrà dimostrato le sue capacità di vescovo guerriero, ricorse all'ausilio del comune della sua città che gli prestò materiali per la

¹¹³1331 Maggio, 2, Avignone, nelle case di D. Vasco (ADB, Coleção Cronológica, pasta 13, n° 522; ASV, *Instr. Misc.*, n° 1179; pubblicata anche nel *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1924, p. 463-491).

¹¹⁴Si contano tra di essi: Domingos Martins, canonico di Tui e chierico della collegiata di Cedofeita, 1331 Giugno, 6, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 97, ep. 363); e i suoi vicari Estêvão Gomes, baccalaureato in Giurisprudenza, canonico di Braga, *raçoeiro* della collegiata di Marvila di Santarém (diocesi di Lisbona) e priore della chiesa Alter do Chão (diocesi di Évora), 1331 Giugno, 11, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 97, ep. 362); e João de Lourosa, canonico di Coimbra e Palencia e rettore della chiesa di Penacova (diocesi di Coimbra), 1331 Agosto, 11, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 99, ep. 1549); Bartolomeu Peres, clerico beneficiario nelle diocesi di Braga e Lisbona, 1333 Dicembre, 13, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 106, ep. 365); e António Peres, 1334 Agosto, 3, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 106, ep. 1046).

¹¹⁵1332 Maggio 30, Avignone (ADB, *Caixa das Bulas*, n° 2, doc. 52).

¹¹⁶L'ultimo riferimento a D. Vasco Martins nella documentazione pontificia è del 1334 Settembre, 28, Avignone (ASV, *Reg. Vat.* 107, ep. 1046).

¹¹⁷ANTUNES; OLIVEIRA; MONTEIRO – Conflitos políticos, p. 123; RAMOS – O poder e a história, p. 31, 63.

¹¹⁸A proposito del conflitto Luso-Castigliano del 1336-1339 e dei suoi principali delineamenti, si veda la recente sintesi di MONTEIRO, João Gouveia – As campanhas que fizeram a história. In *NOVA História Militar de Portugal*, vol. 1, p. 245-247.

¹¹⁹ASV, *Cam. Ap.*, *Collect.* 277, fol. 160v, 174v, 204v, 210. Il comune di Oporto e Rodrigo Eanes Porcalho prestarono al vescovo due tende, una grande ed una piccola, con le rispettive corde e paletti di legno.

campagna¹¹⁹ e riunì le sue truppe. Uno degli episodi in cui fu particolare protagonista accadde nel 1337, quando le truppe castigliane si preparavano ad attaccare Oporto. Oltre ad aver difeso la città con l'aiuto dell'esercito dell'arcivescovo di Braga e del Maestro dell'Ordine di Cristo, perseguì e sconfisse il nemico in battaglia¹²⁰.

Tuttavia la ricompensa doveva essergli amara. Finita la guerra con Castiglia, D. Afonso IV riattivò, alla fine del 1339, le questioni sulla giurisdizione di Oporto. Ordina di fare indagini sui redditi e giurisdizioni del vescovo e poco dopo il giudice regio attuava già di nuovo nella diocesi, indifferente alle successive proteste del vescovo e del capitolo¹²¹. La controversia si è mantenuta fino alla seconda metà del 1341¹²², quando D. Vasco Martins si vide costretto a lasciare la città e a lanciargli l'interdizione. Tutto questo nella sequenza di un tumulto popolare istigato dal comune e dagli ufficiali del re, nel quale alcuni familiari del vescovo furono uccisi e lo stesso prelado necessitò di rifugiarsi in una delle torri della muraglia della cattedrale¹²³.

Di fronte alla situazione insostenibile in cui si era immerso il governo del vescovado di Oporto, D. Vasco Martins non tornò più nella sua cattedrale, avendo aspettato circa un anno fino a cogliere l'opportunità, sancita dal papa Clemente VI, di essere trasferito alla diocesi di Lisbona, il 25 settembre del 1342¹²⁴.

Lontano dalla conflittualità che aveva vissuto a Oporto, cerca di dedicarsi a Lisbona alla sua funzione di pastore diocesano occupando il suo corto episcopato, che durò poco più di due anni, nei viaggi delle visitazioni alle diocesi¹²⁵. E fu in questi viaggi per i suoi domini di Santarém che incontrò la morte, il 18 Novembre del 1344¹²⁶. Una morte segnata dall'amaro incontro con suo fratello, che per motivi non chiariti, poco si fece notare durante la carriera di D. Vasco. Si trattava di Lourenço Martins, a quest'epoca canonico di Coimbra e rettore della Chiesa di Santo Stefano di Santarém, che durante l'agonia del fratello riunì una comitiva e assaltò la casa e la torre episcopale di Santarém, rubando molti degli averi mobili del prelado¹²⁷. Diversi potrebbero essere stati i

¹²⁰MARQUES – A conjuntura, p. 498.

¹²¹Sulle vie di questa inchiesta realizzata nel 1339, cf. RAMOS, Rui – O poder e a história, p. 18-26, 64.

¹²²Nel 1341 (Agosto, 1, Lisbona) il re conferma ancora diverse sentenze date dai suoi uditori al vescovo D. Vasco Martins, sulla giurisdizione episcopale sui terreni riservati della diocesi (IAN/TT, *Convento de Arouca*, gav. 3, m. 3, n° 47).

¹²³ANTUNES; OLIVEIRA; MONTEIRO – Conflitos políticos, p. 124; RAMOS – O poder e a história, p. 53 e seguenti.

¹²⁴ASV, *Reg. Vat.* 152, ep. 825. L'episcopato di Lisbona era diventato vacante due mesi prima per la morte di D. João Afonso de Brito.

¹²⁵PEREIRA, Isaías da Rosa – Visitas paroquiais dos séculos XIV, XV e XVI. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 4 (1992) 319-326; FARELO – *O cabido*, vol. 1, p. 124.

¹²⁶ASV, *Cam. Ap., Collect.* 277, fol. 172v e 207v.

¹²⁷ASV, *Cam. Ap., Collect.* 277, fol. 181v, 190v, 199 e 203. Sul fratello Lourenço Martins, cf. nota 75.

motivi per questo epilogo, tuttavia sono ancora per noi sconosciuti uno dei quali forse lo incontreremo nel fatto che Lourenço Martins non compare nel lunghissimo elenco dei beneficiati di D. Vasco Martins.

Insomma, tutto questo percorso, che qui abbozziamo a tratti molto larghi, ci permette subito di capire che siamo davanti ad un ecclesiastico di grandezza europea nel sapere, ricchezza e potere. Non potendo ora dilungarci, diciamo che la sua ricchezza si tradusse in beni immobili (diverse fattorie e proprietà) e redditi ecclesiastici. Ma fu anche signore di un enorme capitale mobile materializzato in specie monetarie delle più diverse provenienze europee, che egli metteva persino a rendere in prestiti.

Non meno investì parte di questo peculio nell'elevazione della sua persona, nel lusso e nella cultura. Possedeva magnifici paramenti, con ricchi ornamenti e ricami, e suppellettili liturgiche in oro e argento ben lavorate. Disponeva di un vasellame da tavola ugualmente in argento e oro, oltre a multipli gioielli e armerie riccamente lavorate. E nel segno della personalità del suo possessore, già così pre annunciatrice dell'individualismo rinascimentale, nei suoi abiti, panni e gioielli si incidavano i suoi segni, nello stesso modo che convalidava, con bolli, di maggior solennità o di segretezza, le sue lettere ¹²⁸.

Uomo colto, possedeva una ricchissima biblioteca che riuniva più di settanta volumi, la grande maggioranza dedicati a tematiche come il Diritto Canonico e Civile, l' Oratoria Sacra, ma anche alcuni relativi alla Teologia, Liturgia, Agiografia e ai Classici, tra gli altri di diverse tematiche ¹²⁹.

D. Vasco Martins fu, senza dubbio, il paradigma del prelato che, ancora in tempi medievali, svelava già la modernità illuminata e cortigiana degli uomini della Chiesa del pre rinascimento.

E proprio già alla fine, non ci possiamo dimenticare di riferire – perché siamo a Roma – che molte delle informazioni sulla sua carriera, ricchezza e cultura ci arrivarono dalla documentazione custodita con zelo nell'*Archivio Segreto Vaticano*. Lì tornarono gli inventari dei suoi beni quando alla sua morte, dando compimento al *jus spoli*, furono reclamati dalla Camera Apostolica. E fu lì che li abbiamo trovati. E da queste immortali pergamene abbiamo riscattato la sua memoria. Memoria della vita, molto piena e invocata, di un prelato portoghese di dimensione europea.

¹²⁸Le restrizioni di pagine imposte per questo lavoro ci portano a trattare più accuratamente alcuni temi rispetto ad altri. L'analisi della ricchezza fondiaria e mobile del vescovo D. Vasco Martins e la ricostituzione della sua casa e clientela sarà molto presto oggetto di uno studio più vasto, accompagnato dalla pubblicazione delle fonti, che stiamo elaborando.

¹²⁹Nello studio menzionato affronteremo anche il contenuto della sua biblioteca che, nell'insieme dei suoi libri, già è stata fatta conoscere da PEREIRA, Isaías da Rosa – Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*. 2ª série. 7 (1964-1966) 20-21; e WILLIMAN, Daniel – *Bibliothèques Ecclésiastiques au Temps de la Papauté d'Avignon*. Vol. 1. Paris: CNRS, 1980, p. 159-170.

O PONTIFICADO DE JOÃO XXI À LUZ DAS SUAS BULAS

SAUL ANTÓNIO GOMES



O Autor propõe-se analisar o significado histórico do breve pontificado do papa português João XXI (Setembro de 1276 – Maio de 1277) com base na observação das bulas já editadas deste Sumo Pontífice. Por elas, descobre-se um ideário de governo da Cristandade devedor das linhas reformistas estruturais lançadas pelo papa Gregório X, protector do nosso Pedro Julião de Lisboa, elevado ao cardinalato em 1273 e, depois, ao sólio de S. Pedro. João XXI revelou-se um laborioso obreiro da paz entre os Reinos cristãos ocidentais, um zeloso defensor dos direitos e isenções eclesiásticas face aos poderes dos leigos e, ainda, um fervoroso impulsor de uma política tendente à defesa activa dos interesses cristãos na Terra Santa. *Auctor* e *magister* universitário de tendência escolástica conservadora, Pedro Julião, enquanto papa, revelar-se-á um governante esclarecido, empenhado e hábil na negociação diplomática internacional, factos que lhe auguravam um significativo papel histórico nos destinos do Ocidente, o qual, contudo, soçobrou com o fim repentino e inesperado do seu pontificado.

THE PAPACY OF JOHN XXI AS SEEN THROUGH HIS BULLS

SAUL ANTÓNIO GOMES

This study aims to analyse the historical importance of the brief rule of the Portuguese-born Pope John XXI (September 1276-May 1277), based on examining the bulls that he issued. These bulls reveal a concept of governing Christianity that adopted the reforming guidelines established by Pope Gregory X, the protector of Petrus Hispanus, who became a cardinal in 1273 and later pope. John XXI worked hard to establish peace between Western Christian kingdoms, was a zealous defender of ecclesiastical rights and exemptions against secular powers and a driving force behind a policy towards active defence of Christian interests in the Holy Land. As a pope, Petrus Hispanus – an *auctor* and university *magister* of a conservative scholastic nature – proved to be an enlightened and dedicated leader who was skilled in international diplomatic negotiations, factors that promised a significant historical role in the history of the West. However, this was brought to an abrupt halt with the sudden and unexpected end of his papacy.

IL PONTIFICATO DI GIOVANNI XXI ALLA LUCE DELLE SUE BOLLE

SAUL ANTÓNIO GOMES *

1 – Nella seconda settimana di settembre del 1276, non trovando gli storici accordo sul giorno esatto, ma più probabilmente fra il 13 e il 16 del mese, il Conclave dei Cardinali, riuniti nella Città di Viterbo, sceglieva, “*prima die (...)* voto *que concordia*”¹, per la Cattedra di San Pietro, il Cardinale-Vescovo di Tuscolo, Pedro Julião di Lisbona. Il 20 del mese, una domenica, il Papa eletto veniva incoronato e, con il nome di Giovanni XXI, succedeva ai brevissimi pontificati di Pierre de Champigny (Innocenzo V, eletto il 21 gennaio 1276 ad Arezzo e deceduto il 22 giugno a Roma) e di Ottoboni Fieschi, genovese, eletto il 15 luglio con il nome di Adriano V, e deceduto a Viterbo il 16 agosto seguente).

Pedro Julião, presentato presso l'arcivescovado di Braga, fu elevato alla porpora cardinalizia il 3 giugno del 1273 da papa Gregorio X, alcuni mesi prima dell'inizio del secondo Concilio Ecumenico di Lione (5 gennaio – 13 aprile 1274) al quale avrebbe anche partecipato.

Giovanni XXI meritò il voto unanime dei cardinali presenti nel Conclave riunitosi a Viterbo, città che registrava, in quel momento, instabilità sociale e politica che fece temere gli elettori presenti per la loro sicurezza, come ricorda lo stesso papa portoghese nella sua bolla *Qui eterne legis*, del 7 ottobre 1276, con la quale comunica la sua elezione all'Arcivescovo di Reims e al clero di quella archidiocesi². Lì si confessa timoroso e cosciente della sua fragilità, per le pesanti

* Universidade de Coimbra. Ricercatore del progetto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

Ringrazio sentitamente il Collega Prof. Dr. José Antunes dell'Università di Coimbra, per tutto il prezioso ausilio che mi ha prestato per l'elaborazione di questo testo. La traduzione in Lingua Italiana è stata effettuata dall'Ing. Giorgio Olivieri, al quale porgiamo i nostri più sentiti ringraziamenti.

¹ *LES REGISTRES de Grégoire X (1272-1276) et de Jean XXI (1276-1277)*. A cura di Jean Guiraud e E. Cadier. Paris: 1906, doc. 1.

² “*Et licet diebus aliquibus per importunitatem Viterbiensium civium, tractauit electionis instantis nec clare possemus initium, postquam tamen illi vacare potuimus, astitit ut credulitas devota supponit, benignus sapientie spiritus ex more a nobis et fratribus ipsis suppliciter invocatus, et prima die de ipsorum fratrum concordia, voto parique concordia, processit de nobis, tunc episcopo Tuscolano, impremeditatis et insciis ad Petri cathedram electio canonica communis et concors.*” *LES REGISTRES*, doc. 1; POTHAST, A. – *Regesta Pontificum Romanorum*. Vol. 2. [S. l.]: Berolini, 1874-1875, p. 1710; MARQUES, Maria Alegria Fernandes

responsabilità assunte “*in domo Domini*” alla quale ascese “*sic subito in maris altitudinem*”, ma aggiunge che si accingeva a compiere la sua missione contando sulle preghiere della comunità cristiana che cominciava a governare e sulla pietosa misericordia di Dio, perché soltanto così, diceva Giovanni XXI, “*quod est onerosum, leviget, quod obscurum sue claritatis luce revelet, et aspera convertat in plana*”³.

In quel Conclave, furono cardinali elettori, Bertrand di S. Martino, proveniente dal Vescovado di Arles e cardinale-vescovo di Sabina; Simone Palterino, oriundo della diocesi di Padova e cardinale-presbitero del titolo dei Santi Silvestre e Martino; *Ancherus* Pantaleone, nipote del papa Urbano IV e proveniente dalla diocesi di Laon, cardinale-presbitero di Santa Prassede; Guglielmo di Braio, antico decano della cattedrale di Laon e cardinale-presbitero del titolo di S. Marco; Giovanni Caetano Orsini, cardinale-diacono di S. Nicola (successore del nostro papa Giovanni XXI con il titolo di Nicola III); Tiago *Savellus*, romano, cardinale-diacono di S. Maria *in Cosmedin* (in seguito papa Onorio IV); Godofredo *Alatro*, cardinale-diacono di S. Giorgio; Mateus Rubeo Orsini, cardinale-diacono di Santa Maria *in Portico* e protettore dell’Ordine dei Frati Minori e delle Clarisse e Umberto di *Coconato*, originario della diocesi di Asti e cardinale-diacono di S. Eustacchio. A questo gruppo si è associato, naturalmente, il proprio Pedro Julião, cardinale-vescovo di Tuscolo, come già accennato.

Ci sono cenni sulla presenza di Guglielmo *Vicedominus*, antico vescovo di Aix e cardinale-vescovo della città papale (penestrinense) nell’elezione di Giovanni XXI, ma gli obituari registrano il decesso di questo cardinale il 6 settembre 1276, alla vigilia, pertanto, dell’elezione del Pontefice lusitano. Nel Conclave, non sarà stato presente nemmeno il cardinale Simone di Brion, cardinale-presbitero del titolo di Santa Cecilia, antico tesoriere del Monastero di S. Martino di Tours e cancelliere o guardiano del sigillo del re di Francia⁴.

Nella maggior parte, eccezione fatta per Ottoboni Fieschi, eletto cardinale nel 1244 da Innocenzo IV, tutti gli altri erano cardinali eletti da Urbano IV nel 1261-1262 e da Gregorio X nel 1273. L’elenco registrato traduce una composizione sociologica nella quale hanno una evidente predominanza i cardinali originari da un quadro geografico gallico o francese. Ricordiamo anche che gli stessi papi Urbano IV e Gregorio X avevano fatto il loro *cursus honorum* ecclesiastico all’interno di un quadro politico-geografico francese. Urbano IV, il cui nome era Giacomo Pantaleone Gallico, è stato vescovo di Verdun e,

– *O Papado e Portugal no tempo de Afonso III (1245-1279)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p. 123, nota 55.

³ *LES REGISTRES*, doc. 1.

⁴ EUBEL, Conradum – *Hierachia Catholica Medii Aevi sive Summorum Pontificum, S. R. E. Cardinalium, Ecclesiarum Antistitum Series ab anno 1198 usque ad annum 1431 perducta*. Vol. 1. Munster: Librariae Regensbergianae, 1913, p. 7-52: 9, nota 5.

successivamente, Patriarca di Gerusalemme; a sua volta, Gregorio X fu arcidiacono di Liegi⁵.

A questo punto, è necessario sottolineare che, con Pedro Julião, sono stati promossi al cardinalato anche il futuro S. Bonaventura, Generale dell'Ordine dei Minori e Maestro in Teologia (decaduto nel luglio del 1274), il già menzionato Pierre di *Tarentasia* (Champigny), dell'Ordine dei Predicatori, Maestro in teologia e antico Arcivescovo di Lione, oltre ai già riferiti *Vicedominus* e Bertrand di S. Martino. Ma se richiamiamo i nomi dei primi due, è perché si tratta fondamentalmente di ecclesiastici accademici, di eruditi intellettuali, gruppo nel quale si inseriva, come è noto, lo stesso Pedro Julião, noto Maestro universitario nelle scienze della Medicina, Teologia e Filosofia e profondo conoscitore dell'opera di Aristotele⁶.

Saliva dunque al trono dell'Apostolo Pietro, un accademico e maestro universitario, portoghese di origine e di referenza quanto al suo curriculum ecclesiastico – in Portogallo conobbe tutto un percorso che lo ha portato dalla cattedrale di Lisbona, dove è stato canonico, maestro-scuola e decano fino alla sedia archiepiscopale di Braga, col titolo di primate della *Hispania*, e alla prelatura della ricchissima Collegiata di Santa Maria di Guimarães – ma anche emergente da un orizzonte di prossimità politica della corte portoghese del francesizzato Conte di Bologne-sur-Mer e futuro re Don Afonso III (1245/48-1279) e grande conoscitore e partecipante dei circoli culturali francesi e del nord Italia.

Tuttavia, Pedro Julião è soprattutto l'*auctor*, ammiratore di Aristotele e sedotto dalla Medicina e dalla Teologia, il *magister* delle università di Parigi e Siena i cui areopaghi conosceva bene, avendo esercitato il magistero docente a Siena. La sua elezione al soglio di S. Pietro attesta bene un'epoca di grande rilevanza nella storia del pensiero occidentale e di affermazione del potere dei circoli universitari negli ambienti politici tradizionali civili ed ecclesiastici.

⁵ EUBEL – *Hierarchia*, p. 7-9.

⁶ KIRSH, J. P. – Pope John XXI (XX). In *The Catholic Encyclopedia*. Vol. 8. 1910, s.v.; KOLLER, J. T. – *Papst Johannes XXI: Eine Monographie*. Munster: I. W., 1898; FLICHE, Augustin – *Un pape portugais: Jean XXI (1276-1277)*. In COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS – *Congresso do Mundo Português*. Vol. 2: *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval. (IIº Congresso)*. [S.l.]: Secção de Congressos, 1940, p. 664-674; PONTES, J. M. Cruz – *Pedro Hispano Português e as controvérsias doutrinárias do século XIII: A origem da alma*. Coimbra: Inst. dos Estudos Filosóficos, 1964; PEREIRA, Maria Helena da Rocha, ed. – *Obras Médicas de Pedro Hispano*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1973; ANTUNES, José – *O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, Arcebispo eleito de Braga e Papa João XXI*. In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 2/1: *A Catedral de Braga na História e na Arte (século XII-XIX)*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 125-184; IDEM – *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV (Juristas e Teólogos)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, p. 117-268; MEIRINHOS, José Francisco – Giovanni XXI. In *Enciclopedia dei Papi*. Vol. 2. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2000, p. 427-437.

Augusto Pothast, al vertice di una tradizione storiografica ancestrale, lo riferisce come essendo stato “*factus papa propter florem scientiarum pontificalem dignitatem*”, aggiungendo, però, un eco critico alla sua personalità la quale, essendo discreta, non per questo si conteneva nel gusto di parlare, o per la poca prudenza nei rapporti con i suoi contemporanei: “*discretus fuit, praeceps in verba, minus cautus in moribus*”⁷. Dato che l’epoca di Giovanni XXI coincide con quella di Roger Bacon, di Alberto Magno, di Tommaso d’Aquino, di Bonaventura, di Duns Escoto, meritando anche un accenno da Dante (†1324) nella sua *Divina Commedia*, canto XII del Paradiso, nella quale gli si riferisce così: “*Ugo da San Vittore è qui con elli e Pietro Mangiadore / e Pietro Hispano lo qual giù luce in dodici libelli*”, evidente allusione ai dodici libri delle sue popolari *Summulae Logicales*⁸.

2 – Salito al trono il 20 settembre 1276, Giovanni XXI morì il 20 maggio del 1277⁹, nel corso dell’ottavo mese del suo pontificato. Dalla raccolta delle bolle di questo papa, dovuta a Jean Guiraud e a E. Cadier, edita nel 1960, si contano 165 documenti situati tra il 28 settembre 1276 e il 6 maggio 1277¹⁰, il che corrisponde ad una media di circa 20 bolle al mese. Comunque, la produzione della cancelleria di questo Pontefice è stata molto più vasta, come lo dimostra la presenza di bolle originali di Giovanni XXI negli archivi europei che non constano in quell’inventario. Tra di esse citeremo le cinque bolle esistenti negli archivi portoghesi, originali o copie, numero dal quale abbiamo escluso alcuni atti apostolici del suo tempo, e delle quali appena due constano dal menzionato registro di questo papa¹¹.

Rappresentando, per il loro carattere ed efficacia normativa o amministrativa, atti fondamentali del governo della *Ecclesia Catholica Romana*, le bolle manifestano l’autorità e il potere del governo apostolico dei Successori del Principe degli Apostoli. Autorità e potere di origine divina, fondata su questa base spirituale e basando su una adeguata ideologia politica, tutta la legittimità

⁷ POTHAST – *Regesta*, vol. 2, p. 1718; MARQUES – *O Papado*, p. 123-124, nota 57.

⁸ ALGHIERI, Dante – *La Divina Comedia. Paradiso*. A cura di Dino Provenzal. p. 734; CIUCO, Salvatore del – *Il Papa Giovanni XXI e il suo sepolcro nella Cattedrale di Viterbo*. Viterbo, 1997; CARCASSI, Ugo – Introduzione. In *PIETRO Ispano: Compendio sulla conservazione della salute*. Sassari: Carlo Delfino editore, 1997, p. IX-XV: XIII.

⁹ EUBEL – *Hierarchia*, p. 9. Curiosamente, circa la data della sua morte, il suo epitaffio, nella Cattedrale di S. Lorenzo a Viterbo, è omissivo. Cf. SOUSA, J. M. Cordeiro de – L’epitaffio di Giovanni XXI nella Cattedrale di Viterbo. In *ARQUIVO Histórico de Portugal*. Vol. 1. Lisboa, 1932-1934, p. 324-327.

¹⁰ *LES REGISTRES*, *passim*.

¹¹ La sua localizzazione fu data da Avelino de Jesus da COSTA – *Bulário Português do Século XIII (1190-1303). Subsídio para o inventário*. Coimbra, 1962, p. 260-261, Policopiado. Per la Francia cf. *LES ACTES pontificaux originaux des Archives nationales de Paris*. T. 2: 1261-1304. A cura di B. Barbiche. Città del Vaticano, 1978, p. 211-217.

dell'interventismo papale sia in materia di giurisdizione ecclesiastica, sia dei *negotia temporalia*.

Le bolle sono anche atti diplomatici che riproducono formule e abitudini di cancelleria che le rendono documenti validi ed autentici. Tuttavia tali formule, con regole di tradizione lunga e intergenerazionale, non impediscono la manifestazione di discorsi originali e caratteristici degli autori di quegli atti. Autori che sono, in modo immanente, i propri Papi, anche se tali testi, finiscono per subire la redazione di zelanti personaggi della curia papale, tra i quali, si evidenziano quelli più strettamente legati alla *cancelleria* apostolica, come i cancellieri, vicecancellieri, notai e *scriptores papae*.

Esaminando le bolle contenute nel registro di Giovanni XXI, sappiamo che era *notarius papae* Benedetto di Anagni e che le funzioni di *vicecancellarius* erano svolte da Pietro da Milano.

Ricordiamo che, fin dal 1216, nella cancelleria apostolica, non viene più usato il titolo *cancellarius*, essendosi generalizzata la designazione di *vicecancellarii*, il quale è stato reintrodotta nel 1908¹². Si ha notizia di un certo Gerardo da Modena con la funzione di *scriptor papae*.

È molto probabile che abbiano esercitato qualche influenza in questo settore altri favoriti e curiali, soprattutto alcuni dei cappellani di Giovanni XXI i quali, però, salvo alcune eccezioni, non avrebbero avuto residenza palatina, usando il titolo per grazia apostolica e per prestigio. Questi, per la maggior parte, erano italiani. Uno di essi, comunque, Enrico di Wodestock, era cancelliere di Donna Leonor, regina d'Inghilterra e consorte del Principe di Galles¹³.

Guardando nel loro insieme le bolle di Giovanni XXI, possiamo tracciare il profilo della carta geografica che abbraccia Gerusalemme e S. Giovanni di Acri in Palestina, Corinto (Grecia) e Nicosia (Cipro), fino all'estremo limite occidentale dell'Europa, con Inghilterra, Scozia, Galles e Irlanda, passando con abbondanza di esempi per i regni iberici del Portogallo, Castiglia, Navarra e Aragona. Sono molto numerose le bolle che riguardano i territori centro-europei, italici, francesi e belgi, allargandosi, anche se in numero ridotto a spazi compresi, oggi, tra le frontiere olandese, tedesca, svizzera e austriaca. Le bolle del Papa portoghese arrivarono anche ai paesi nordeuropei (Danimarca e Norvegia) o dell'est (Yugoslavia, Polonia, Ungheria, Repubblica Ceca (Boemia), Prussia, Slovacchia, Croazia (Dalmazia), nei quali lo sforzo di cristianizzazione e consolidazione della Chiesa Cattolica costituivano motivazioni ancora molto recenti al tempo di Pietro Hispano.

¹² Cf. RABIKASKAS, Paulus – *Diplomatica Pontificia (Praelectionum lineamenta)*. 4ª ed. Roma: Roma Editrice; Pontificia Università Gregoriana, 1980, (ristampata 1987), p. 56.

¹³ *LES REGISTRES*, doc. 117 e 125.

Gli argomenti trattati sono molto diversi anche se si possono associare per linee dominanti. La più significativa, naturalmente, riguarda questioni endogene al governo ecclesiastico. Altre, trattano delicate questioni di diplomazia internazionale, di guerra e di pace tra monarchie sovrane europee dell'epoca, della riconciliazione e unificazione con l'ortodossia greco-bizantina, della necessità di una nuova crociata per la liberazione della Terra Santa o della difesa degli interessi sovrani e temporali della propria Sede Apostolica nel contesto delle sue relazioni con l'Impero degli Asburgo.

Nel governo ecclesiastico, sono state numerose le decisioni riguardanti la gestione dei benefici e prebende ecclesiastiche, come anche del patrimonio materiale di diocesi e monasteri. La risoluzione di questi argomenti era giustificata, per esempio, come opera di pietà e di giustizia, come si rileva dalla bolla diretta al Priore Generale del Monastero di Santa Cruz di Coimbra nella quale considera: "*pietatis et iusticie opus effcimus si assumptis in sortem Domini de Christi patrimonio providemus*"¹⁴.

La giurisdizione sulla rispettiva collazione e il diritto applicabile in materia di concessione, riserva, rinuncia, vacanza e pluralità di benefici hanno meritato varie decisioni di questo Sommo Pontefice. La questione più ricorrente, forse proprio quella che ha meritato un maggior numero di decisioni particolari da Giovanni XXI, è stata la collazione delle decime¹⁵. Queste erano essenziali per il sostegno finanziario delle diocesi e della stessa Chiesa romana. L'obiettivo della crociata per la difesa della Terra Santa, tanto perseguito in questo pontificato, motivava una quasi intransigente insistenza nella captazione di queste fonti di redditi. Sollecitati, gli Ordini e i Monasteri che ne erano esentati, motivarono le lagnanze e il proprio rifiuto del pagamento, argomento che fu accettato dal Pontefice. Elezioni e conferme episcopali o monastiche hanno un altro posto di rilievo nel decreto apostolico di Giovanni XXI. I privilegi a chierici secolari o regolari, le dispense di irregolarità e difetti di elezioni episcopali e monastiche, le esenzioni, le immunità, gli indulti e le indulgenze appaiono ugualmente come atti comuni nella gestione giornaliera di Giovanni XXI. Lo stesso dicasi per quanto riguarda le sentenze di scomunica e di assoluzione delle stesse, le citazioni inquisitorie, nomine di nunzi, determinazioni di visite provinciali e *ad limina*, di lettere concedendo cariche di tabellionato, di nomine di ufficiali palatini o di accettazione di ricorsi per la Santa Sede, oltre ad altri argomenti più ristretti.

¹⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Documentos Eclesiásticos, m. 1, doc. 48.

¹⁵ Cf. Michèle Bégou-Davia – *L'interventionnisme bénéficial de la papauté au XIII^e siècle: Les aspects juridiques*. Paris: De Boccard, 1997, *passim*.

3 – Eletto nel contesto dell'affermazione, nella Santa Sede, di una relazione di poteri più centro-europeista e meno italica, sarebbe da aspettarsi che le grandi linee di orientamento politico-ecclesiastico di questo pontificato seguissero nel senso di dare seguito a opzioni di fondo rivelatrici di questa nuova formulazione delle diplomazie internazionali.

Ad ogni modo, non si trattava di una cartografia politica europea facile. Nella bolla che indirizzò all'Arcivescovo di Canterbury il 28 gennaio 1277 a proposito della liberazione di Americo de Monfort, cappellano pontificio allora imprigionato dal Re d'Inghilterra, il Successore di Pietro comincia col considerare le difficoltà del suo tempo per, dopo averle enunciate metaforicamente, stabilire il ruolo della Chiesa come mediatrice di clemenza e di giustizia. Diceva Giovanni XXI, ricorrendo ad una metafora che gli era molto cara e gli ricordava la propria patria, quella del mare ondeggiante, che: "*Habet mundi cursus fluctuans quasi mare, ut dissentiones emergant, insurgant lites, discordie suscitentur*"¹⁶.

Mondo carico di triboli e iniquità contro le quali soltanto le umili e insistenti preghiere della Chiesa porterebbero temperanza e mansuetudine.

Subito dopo, il 30 settembre, Giovanni XXI ratifica la costituzione di Gregorio X, riguardante l'elezione dei pontefici romani, sospesa da Adriano V. A causa di questa costituzione, si derogavano alcune determinazioni del Concilio di Lione del 1274, molto dannose per l'azione plenipotenziaria del papa¹⁷. Giovanni XXI dava così un chiaro indizio della sua concezione di ciò che doveva essere il potere papale e della non opposizione a questo da parte di qualsiasi potere conciliare. Di fatto, dinanzi a re e prelati, il Papa affermerà di agire sempre nella "*plenitudine potestatis apostolice*"¹⁸.

Comunque, Giovanni XXI avrebbe valorizzato in modo molto insistente, la decisione del secondo Concilio di Lione, approvando il prelievo di una "*decimam omnium ecclesiarum reddituum et proventium ad terre sancte subsidium per sex annos*"¹⁹. Questo argomento, lo teneva a cuore già da tempo, come si evince da un brano delle istruzioni inviate al Maestro *Benanato*, collettore del sussidio nei regni di Aragona e Navarra, il 12 aprile 1277, e che ribadirebbe nelle lettere inviate ai collettori di Sardegna, Corsica, Ungheria, Polonia e Dalmazia, scrivendo: "*igitur hyjusmodi negotium specialiter imperii terram ipsam mentis nostre desiderium dirigatur (...)*"²⁰.

¹⁶ "*Ad hoc enim astuta primevi calliditas et callida desudat astutia seductoris; ad hoc ejus scelesti laborat impietas; ad hoc ipse suas innumeras iniquitates exercet, vigilat, inquam, ut noceat, insidias parat, ut ledat; in circuitu ambulat, ut offendant. Ideoque hinc strident scelera, inde facinora committuntur, hinc nefanda repululant, inde flagitiosa patrantur (...)*" (LES REGISTRES, doc. 79).

¹⁷ LES REGISTRES, doc. 159.

¹⁸ Cf. LES REGISTRES, doc. 47, 48.

¹⁹ LES REGISTRES, doc. 11, 13, 27, 35, 82 a 85, 104, 105, 106, 110, 111, 116, 138, 162 et alia.

²⁰ LES REGISTRES, doc. 138.

Al nobile signor Jean *Bertraldi, panectarius* del re di Francia e conestabile della Sicilia, scrive, il 17 novembre 1276, manifestandogli l'allegria che aveva provato nel conoscere la sua disponibilità a creare un esercito "*cum bellatoum decenti et honorabili comitiva*" e recarsi con esso in Terra Santa²¹. Al Conte delle Fiandre, il 4 dicembre 1276, concedeva la decima di tutte le entrate ecclesiastiche delle città e diocesi della sua giurisdizione per sei anni, visto essere suo proposito, manifestato al papa, assumere: "*zelo fidei et devotionis accensus, signum reverende Crucis*", al che Giovanni XXI ebbe per "*tam laudabili et in oculis divine majestatis accepto proposito confovere*"²².

Pietro Hispano promosse la pace tra il re Filippo III di Francia e Alfonso X di Castiglia a causa del Regno di Navarra, dando mandato ai legati, nel 1276 e 1277, di fare il possibile per evitare la guerra fra loro²³. Da Rodolfo d'Asburgo ottenne la conclusione della pace con Carlo d'Angiò sulle questioni della Sicilia e della *Romagna* che passa ad integrare gli Stati del Papa. Carlo d'Angiò, come re della Sicilia, gli presterà omaggio, il 7 ottobre 1276, riconoscendosi vassallo della Chiesa di Roma, rinunciando, per sé e per tutti i suoi successori, al titolo di re o imperatore dei Romani, della Teutonia, della Lombardia e della Toscana, che sarebbero ritornati, in caso di impedimento di successione legittima, alla Chiesa di Roma²⁴.

Ha protetto e favorì, in materia di libertà e dignità coniugale, come anche nel foro religioso e spirituale, le regine D. Maria di Francia²⁵, Iolanda di Castiglia e León²⁶ e Leonora d'Inghilterra²⁷.

Nelle relazioni della Santa Sede con l'Inghilterra, Giovanni XXI cercò di affermare sempre la libertà e l'immunità ecclesiastica di fronte al potere temporale del re. Un processo simile caratterizzò la diplomazia pontificia in relazione al regno del Portogallo, nel quale, con il suo interventismo regio sui beni della Chiesa, si offendeva lo statuto di esenzione di quest'ultima e i privilegi e immunità dei suoi ministri²⁸.

Erede di un concetto ecclesiologico del potere che conferiva ai papi una legittimità di comando dall'origine assolutamente divina – "*potestatis plenitudine fungimur nobis ex alto concessae*", sottoscrive Giovanni XXI nella bolla *Molestia nimis et dispendiosa*, del 3 marzo 1277, inviata al cardinale Simone di Bryon,

²¹ LES REGISTRES, doc. 11.

²² LES REGISTRES, doc. 27.

²³ LES REGISTRES, doc. 164; KIRSH – Pope John XXI.

²⁴ LES REGISTRES, doc. 163.

²⁵ LES REGISTRES, doc. 63, 64, 65, 66, 67.

²⁶ LES REGISTRES, doc. 125 e 126.

²⁷ LES REGISTRES, doc. 78.

²⁸ MARQUES – *O papado*, p. 408-413; ANTUNES – *A Cultura Erudita*, p. 207-268.

legato presso Filippo III di Francia per convincerlo alla pace e alla concordia con Alfonso X di Castiglia e León²⁹ – bolla distinta e superiore alla *potestas* dell' *imperium imperatorum ac regum*, e capace di porre e deporre i monarchi dai loro troni, Giovanni XXI ricorda frequentemente, nelle sue relazioni con i Re europei, la distinzione tra il potere sacro dei Pontefici, e la “*secularis potestas*”.

Nelle bolle intitolate “*Qui eterne legis imperio*”, del 7 ottobre 1276 e nelle quali annuncia ufficialmente al Re di Francia e agli altri re e magnati della Cristianità la sua ascesa alla Cattedra di Pietro, allude ad una “*fideliter et sollicitè conlaboratio*” tra il potere secolare e il potere pontificio. Ricorda, poi che il potere dei monarchi è stato dato loro da Gesù Cristo al fine di governare con amore per la giustizia e ad applicarla ai sudditi con clemenza e diligenza. Giustizia e clemenza erano: “*columpnis firmissimis stabiliuntur imperia, regna firmantur, muniuntur principes et communiti letantur statu pacifico principatus*”³⁰.

Al Sommo Pontefice spettava il compito di ricercare la pace dei fedeli e farla osservare con la massima diligenza, dovendo orientare tutti gli sforzi di guerra mirati alla liberazione della Terra Santa: “*ut in toto orbe terrarum, inter principes praecipue, ac alios in Christianos pax generaliter observetur.*”³¹ Il 15 ottobre 1276 veniva promulgata la bolla *Habet infausti rumoris*, diretta al re di Francia, con la quale Giovanni XXI esprime la perturbazione che invadeva la “*Romana mater ecclesia*” dinanzi all'imminenza della guerra, considerata peccaminosa ed immorale, tra la Francia e la Castiglia-León, i cui incliti re “*tanta consanguinitate conjuncti*” sempre furono considerati promotori della “*fidei Christianae religio*”. Il re di Francia voglia tener presente il pericolo che incombeva sul mondo cristiano “*et specialiter terrae Sanctae, cujus lacrymae singulariter ad te clemant*”³².

La logica superiorità del poter pontificio su quello secolare viene ripresa nella bolla *Jucunditatis et exultacionis*, datata 3 marzo 1277, inviata al re del Portogallo e nella quale insistentemente si sottolinea la superiore dignità del Pontificato, fonte dalla quale il Monarca, come figlio della Chiesa, potrebbe aspettarsi ausilio e zelo paternali. Era però necessario che il re smettesse di offendere i diritti legittimi della Chiesa, passando ad onorare il Creatore, nelle sue Chiese e Ministri, mettendo fine alle ingiurie che indirizzava loro e proteggendoli “*regalis potentia brachio*”³³.

L'attenzione di Giovanni XXI si rivolse anche alle città di Pavia, Verona, Asti e Monferrato i cui governanti, affrontando la “*libertatem ecclesiasticam*”, si

²⁹ REYNALDO, Odorico – *Annales Ecclesiastici ab anno MCXCVIII ubi desinit Cardinalis Baronius*. T. 3, Lucae, 1748, p. 413-414; ANTUNES – *A Cultura Erudita*, p. 237-239.

³⁰ LES REGISTRES, doc. 2.

³¹ Odorico Reynaldo, *Annales Ecclesiastici ab anno MCXCVIII ubi desinit Cardinalis Baronius*, T. 3, Lucae, 1748, p. 413-414; ANTUNES – *A Cultura Erudita*, p. 238.

³² REYNALDO, Odorico – *Annales Ecclesiastici*, 414; ANTUNES – *A Cultura Erudita*, p. 239-242.

³³ Pubblicato da ANTUNES – *A Cultura Erudita*, p. 237-240

opponevano ostinatamente alla contribuzione per il sussidio per la Terra Santa, rifiuto ostinato che valse loro l'interdizione papale.

Si interessò anche della vita intellettuale. Il 16 ottobre 1276 promulga la bolla *Laudanda tuorum progenitorum*, concedendo al re di Aragona autorizzazione per fondare, nell'isola di Maiorca, un monastero nel quale 13 frati dell'Ordine dei Minori potessero continuamente studiare “*in Arabico*”³⁴.

Il 18 gennaio 1277, attendendo alla denuncia fattagli a proposito degli errori che circolavano a scapito dell'ortodossia della Fede, ordinava al Vescovo di Parigi che procedesse ad una investigazione presso l'Università di quella città. Il Papa considerava l'Università di Parigi come fonte del sapere per tutta la Terra, il che gli forniva prestigio ma l'obbligava alla cautela in modo da evitare la propagazione di errori ed eresie:

“*fons vivus sapienti salutaris abundanter hucusque scaturiit, suos rivos limpidissimos, fidem patefacientes catholicam usque ad terminos orbis terrae diffundens*”³⁵. Questo atto di Giovanni XXI ha portato alla pubblicazione della nota Condanna delle 219 Proposizioni che erano insegnate nell'Università parigina.

4 – Il pontificato di Giovanni XXI è stato uno dei più brevi della storia della Chiesa Cattolica. Ma l'esame della sua azione governativa a favore della Chiesa si rivela di una enorme consistenza, difendendo vigorosamente la supremazia del potere pontificio su quello secolare e, dando il via ad una intensa diplomazia a favore della pace tra i regni cristiani e perspicace quanto alla difesa della necessità di consolidare le posizioni cristiane in Terra Santa, sempre più dipendenti dal potere ottomano.

Alla vigilia della sua morte, si sarebbe potuto credere che la Cattedra di S. Pietro avesse in Giovanni XXI un pontefice destinato ad un lungo e vigoroso pontificato. Il destino, però, dimostrò di avere altri piani per il Papa portoghese, comprovando antiche e proverbiali sentenze quanto alla fragilità della vita umana e all'imminenza della morte.

Era questo, d'altronde, un concetto di vita che lo stesso Giovanni XXI adottava. In una lettera del 12 gennaio 1277, diretta al Vescovo di Valencia, riconosce essere la vita un qualcosa di breve ed incerto, non sempre essendo le cose materiali ciò che realmente lo sono nella loro essenza: “*quia presentis vite conditio statum habet instabilem et ea que visibilem habent essentiam, tendunt visibiliter ad non esse*”³⁶. L'argomento, invero, era glossa comune. In un'altra lettera datata 6 dicembre 1276, Pietro Hispano si rivolgeva all'Eletto di Bayeux,

³⁴ LES REGISTRES, doc. 53.

³⁵ LES REGISTRES, doc. 160.

³⁶ LES REGISTRES, doc. 55.

considerando di non esserci nient'altro di più certo nella vita che la morte al momento della propria ora: "*cum quandiu manet hoc seculum, immo manat humana fragilitas mutabilitatis alterationi et corruptionis necessitati subjecta, nullam sui finis certitudinem habeat, eo quod et si humane imperfectioni nichil morte sit certius, nichil est incertius hora mortis*"³⁷.

In quel giorno del 20 maggio 1277, il primo giovedì dopo la Pentecoste, l'aula palatina che fece erigere, sicuramente per maggior comodità e probabilmente per mondana gloria, diventò la sua tomba. Un suo antico epitaffio, esposto nella Cattedrale di Viterbo ancora nel 1865, narra l'inattesa e infelice fine del saggio Pietro Hispano da Lisbona, gloria maggiore della Chiesa portoghese, ma non per questo meno mortale dei suoi contemporanei e generazioni successive: "*ante obitum sepelit, tectoque ruente viventem tumulo vasta ruina tegit (...) quae erat aula prius flebilis urna fuit*"³⁸.

³⁷ LES REGISTRES, doc. 69.

³⁸ SOUSA, J. M. Cordeiro de – *L'epitaffio*, p. 325; FARE, G. – Le vicende del sepolcro di Papa Giovanni XXI. *Estudos Italianos em Portugal*. 17-18 (1958-1959); CICUCO, Salvatore del – *Il Papa Giovanni XXI e il suo sepolcro nella Cattedrale di Viterbo*. Viterbo, 1997; BESSA, João Paulo, coord. – *Papa João XXI: Pedro Hispano*. Lisboa: Câmara Municipal, 2000.

PETRUS HISPANUS: UM MÉDICO PORTUGUÊS NA EUROPA DO SEU TEMPO

ANA MARIA S. A. RODRIGUES
MARIA ANTONIETA COSTA
MARIA JUSTINIANA MACIEL



A *Petrus Hispanus*, o eclesiástico português que veio a tornar-se papa com o nome de João XXI, foram atribuídas ao longo dos séculos inúmeras obras das mais diversas disciplinas: lógica, filosofia natural, zoologia, medicina, teologia, apologética, até mesmo astrologia e alquimia. Mais recentemente, porém, tem-se vindo a consolidar a hipótese de existirem diversos homónimos com trabalhos no âmbito de cada uma (ou de algumas) dessas áreas de saber. Neste texto, analisamos as concepções da sexualidade feminina e masculina patentes na sua obra *Thesaurus pauperum* e comparamo-las com as veiculadas nas *Glose et questiones super Viaticum Constantini*, supostamente também da sua autoria, concluindo pela muito provável coincidência de identidade do *Petrus Hispanus* autor dos receituários médicos com o dos comentários ao cânon ensinado nas Faculdades de Medicina.

PETRUS HISPANUS: A PORTUGUESE DOCTOR IN EUROPE

ANA MARIA S. A. RODRIGUES
MARIA ANTONIETA COSTA
MARIA JUSTINIANA MACIEL

Over the centuries, *Petrus Hispanus* – the Portuguese ecclesiastic who became pope and adopted the name John XXI – was credited with countless works on a vast range of subjects, including logic, natural philosophy, zoology, medicine, theology, apologetics, and even astrology and alchemy. More recently, the theory that several homonyms were used for work produced in each or some of these areas has gained consistency. This text analyses the concepts of female and male sexuality in his work *Thesaurus pauperum* and compares them with those expressed in *Glose et questiones super Viaticum Constantini*, also supposedly by *Petrus Hispanus*. The conclusion is that he was probably the author of both the medical prescription books and the commentaries on the canon taught at medical faculties.

PETRUS HISPANUS: UN MÉDECIN PORTUGAIS DANS L'EUROPE DE SON TEMPS

ANA MARIA S. A RODRIGUES*

MARIA ANTONIETA COSTA**

MARIA JUSTINIANA MACIEL***

L'identité de *Petrus Hispanus* est un problème qui a reçu beaucoup d'attention ces derniers temps, sans que toutefois on aboutisse à des résultats probants et définitifs. La thèse qui identifie le *Petrus Hispanus* auteur prolifique de livres de logique, philosophie naturelle, zoologie, médecine, théologie, apologétique, alchimie et astrologie, médecin et professeur à Sienne dans les années 1245-1250, à *Petrus Juliani*, ecclésiastique portugais proche des cours royale et pontificale, détenteur d'innombrables bénéfices, élu pape en 1276 et connu sous le nom de Jean XXI, est la plus ancienne et celle qui continue à rallier la majorité des historiens¹. Cependant, des doutes ont été exprimés à ce sujet, et ces toutes dernières années un certain nombre de chercheurs ont soulevé l'hypothèse de l'existence de plusieurs personnages homonymes et presque contemporains parmi lesquels tous ces ouvrages devraient être redistribués².

José Meirinhos est sans doute celui qui a été le plus loin dans cette voie de recherche. En 1996, il publia un article dans lequel il proposait, à partir d'une analyse sommaire des données biographiques et de l'œuvre du *Petrus Hispanus* "unifié", de considérer l'existence d'au moins trois auteurs différents: *Petrus*

* Universidade de Lisboa. Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

** Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

*** Chercheur du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ Dans l'impossibilité de les citer tous, voici quelques exemples d'époques différentes: STAPPER, Richard – *Papst Johannes XXI: Eine Monographie*. Münster: I. W., 1898; GRABMANN, Martin – *Handschriftliche Forschungen und Funde zu den philosophischen Schriften des Petrus Hispanus, des späteren Papstes Johannes XXI (+ 1277)*: München, 1936; RIJK, Lambert Marie de – *Peter of Spain (Petrus Hispanus Portugalensis), Tractatus, Called Afterwards Summulae logicales*. Assen, 1972, p. XXIV-XLII; ANTUNES, José – *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV: Juristas e Teólogos*. Coimbra, 1995, p. 117-268. Thèse de doctorat: Faculté des Lettres de l'Université de Coimbra.

² Angel d'Ors, par exemple, a proposé six *Petrus Hispanus* qui auraient pu être l'auteur des *Summulae logicales*, aucun d'entre eux n'étant le futur Pape, dans son article *Petrus Hispanus O.P., Auctor Summularum. Vivarium*. 35 (1997) 21-71. Critiqué par Simon TUGWELL – *Petrus Hispanus: Comments on some proposed identifications. Vivarium*. 37 (1999) 103-113, il a repris la question dans *Petrus Hispanus O.P., Auctor Summularum (II): Further Documents and Problems. Vivarium*. 39 (2001) 209-254.

Hispanus, O. P., *Petrus Hispanus Portugalensis* et *Petrus Hispanus medicus* (ce dernier pouvant être, ou pas, le *Petrus Juliani* qui s'éleva à la chaire pontificale)³. Il consacra ensuite sa thèse de doctorat, soutenue en 2002⁴, à cette question, suivant une méthode de travail fondée sur l'étude des textes, leur cohérence ou leurs contradictions internes, ainsi que les convergences et les divergences entre les travaux consacrés aux mêmes matières et ceux concernant des domaines de savoir totalement différents. Ayant identifié, examiné personnellement en nombre considérable, repertorié et décrit plus de 800 manuscrits attribués à *Petrus Hispanus*, il établit une *clavis operum*, un catalogue de ses œuvres, composé de 50 titres effectivement transmis par la tradition comme lui appartenant et 50 autres incorrectement attribués, non existants ou pas encore localisés. A partir de l'analyse des premiers, ainsi que de la vaste bibliographie les concernant, il constata qu'il était impossible d'établir un *corpus* homogène ayant été écrit par un seul auteur et que seule la dissociation des ouvrages par différentes aires scientifiques, avec même des subdivisions à l'intérieur de chacune d'entre elles, pourrait faire avancer la recherche. Il fit encore un pas dans cette direction en étudiant, parmi les œuvres philosophiques de *Petrus Hispanus*, celles concernant l'âme: la *Scientia libri de anima* et la *Sententia cum questionibus in Aristotelis De anima I-II*; les différences entre ces deux œuvres le menèrent à conclure qu'elles avaient assurément des auteurs différents.

Il proposa ainsi la possibilité de l'existence de non plus trois mais huit *Petrus Hispanus* (dont deux étant vraisemblablement le même):

- Petrus Hispanus, logicus, auteur des *Tractatus* et des *Syncategoreumata*;
- Un auteur anonyme, maître ès arts, auteur de la *Sententia cum questionibus in Aristotelis De anima I-II* et des œuvres qui y sont citées;
- Petrus Hispanus Portugallensis, auteur de la *Scientia libri de anima* et du *Liber de morte et vita et de causas longitudinis ac brevitatis vite*;
- Petrus Hispanus Compostellanus, médecin, auteur des réceptaires et des compilations diététiques et curatives (peut-être le suivant);
- Petrus Hispanus medicus, maître à Sienne, auteur des commentaires médicaux (peut-être le précédent);
- Petrus Hispanus, O. P., auteur des *Sermones* et peut-être de l'*Expositio librorum beati Dionysii*;
- Petrus Juliani Ulixbonensis, pape en 1276-1277 sous le nom de Jean XXI, auquel on ne peut attribuer de sûr que le *Bullarium*;
- Petrus Hispanus, alchimiste du XIV^e siècle, auteur des livres d'alchimie.

³ MEIRINHOS, José Francisco – Petrus Hispanus Portugalensis? Elementos para uma diferenciação de autores. *Revista Española de Filosofía Medieval*. 3 (1996) 51-76.

⁴ IDEM – *Pedro Hispano (século XIII)*. Porto, 2002. 2 vol. Thèse de doctorat: Universidade do Porto.

Il proposa encore de reprendre l'étude des œuvres attribuées à *Petrus Hispanus* à la lumière de cette subdivision, avec une méthodologie plus attentive aux différentes traditions textuelles, terminologiques ou même doctrinales⁵.

C'est ce que nous essayerons de faire, modestement, dans cette étude. Notre curiosité envers *Petrus Juliani/Petrus Hispanus* fut éveillée pour la première fois lors d'une enquête prosopographique sur les capitulaires de Braga: nous savions qu'il avait été archidiacre et même archevêque élu (mais jamais confirmé) du diocèse; pourtant, la documentation locale ne gardait presque aucun témoignage sur lui. En revanche, une bibliographie très abondante à son sujet fournissait des informations souvent contradictoires ou très difficilement conciliables⁶. Quelque temps plus tard, en cherchant des textes portugais pour illustrer un cours sur la sexualité médiévale, *Petrus Hispanus* et son *Thesaurus Pauperum* se rappelèrent à notre souvenir, et nous fûmes frappée, encore une fois, par la liberté de ton de ce médecin ecclésiastique qui réussit néanmoins à se hausser à la place la plus élevée de l'Église. Nous n'avions alors aucun doute au sujet de l'identité des deux personnages. Aussi, quand on nous proposa de participer à ce colloque, nous pensâmes immédiatement à approfondir l'analyse de l'œuvre médicale du futur pape Jean XXI, pour essayer de voir où cet ecclésiastique portugais se situait par rapport à la sexualité féminine et masculine dans un temps où l'Occident chrétien redécouvrait la médecine antique et arabe et tentait de la concilier avec les valeurs chrétiennes.

Cependant, au fur et à mesure que notre recherche se poursuivait, le titre choisi pour ce texte commença à se désintégrer. *Petrus Juliani* ne serait vraisemblablement pas le *Petrus Hispanus, medicus*, auteur du *Thesaurus Pauperum*; d'ailleurs, ce dernier ne serait même pas portugais. Toujours est-il que l'étude de ses conceptions sur la sexualité dans l'ouvrage en question gardait tout son intérêt, dans la mesure où un autre texte qui lui est attribué – *Glose et questiones super Viaticum Constantini* – avait déjà été l'objet d'une approche semblable⁷. Or, comme nous venons de le voir, on se demande aujourd'hui si l'auteur des commentaires au canon médical est le même que celui des réceptaires. En mettant en lumière les points communs et les divergences entre ces deux écrits, nous espérons être en mesure de fournir ne serait-ce qu'une petite contribution au fichier *medicus* de l'immense dossier de *Petrus Hispanus*.

⁵ *Ibidem*, vol. 2, p. 539.

⁶ COSTA, Maria Antonieta Moreira da – *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*. Braga, 2000, p. 202-206. Thèse de maîtrise: Universidade do Minho.

⁷ WACK, Mary Frances – *Lovesickness in the Middle Ages: The Viaticum and its Commentaries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

1. L'ŒUVRE MÉDICALE DE *PETRUS HISPANUS*

Parmi les ouvrages attribués à *Petrus Hispanus*, ceux consacrés à la médecine sont de loin les plus nombreux. José Meirinhos en a recensé 25 (soit la moitié d'un total de 50 titres), qu'il a partagés en deux grands groupes: d'une part, les compilations et les réceptaires, de l'autre les gloses et les commentaires⁸. Pourtant, malgré son abondance ainsi que l'influence qu'elle a exercée de son temps et même bien au-delà, l'oeuvre médicale de *Petrus Hispanus* a reçu beaucoup moins d'attention que son oeuvre philosophique.

La plupart de ces écrits sont encore inédits: à part les commentaires sur trois livres d'Isaac, édités en 1515 avec les œuvres de cet auteur juif, quelques questions particulières de certains commentaires, et le petit texte (à peine 30 lignes imprimées) sur la saignée thérapeutique, plusieurs fois édité suivant la leçon de différents manuscrits, seules les œuvres ophtalmologiques ainsi que quelques réceptaires et régimes de santé ont été l'objet d'éditions critiques, parfois déjà assez anciennes⁹. Il est ainsi impérieux de mettre à la disposition des spécialistes les textes restants, d'autant plus qu'il en existe différentes versions dont on ne sait si toutes ont été élaborées par le même auteur. Nous voici donc replongés dans la question de l'attribution de ces oeuvres.

Il est aujourd'hui assez largement accepté que les gloses et les commentaires ont été réalisés en milieu universitaire, puisqu'il s'agit de questions et de réponses dans la bonne tradition scolastique¹⁰, suscitées par un ouvrage choisi parmi ceux qui constituaient le canon médical de l'époque – l'ensemble de textes qui avaient été réunis par les maîtres de Salerne pour servir de base à l'enseignement de la médecine, connus sous le nom d'*Articella* ou Petit Art: l'*Isagoge* de Johannitius (nom latin sous lequel était connu Hunain ibn Is'hāq), les *Aphorismes* et les *Pronostics* d'Hippocrate, les *Urines* de Théophile, le *Pouls* attribué à Philarète, auxquels viendraient se joindre un peu plus tard le *Régime des maladies aiguës* d'Hippocrate, les *Régimes universels*, les *Régimes particuliers*, les *Fièvres* et les *Urines* d'Isaac le Juif, la *Tegni* (*Microtegni* ou *Ars parva*) de Galien et l'*Antidotarium* de Nicolas¹¹, soit, essentiellement, des ouvrages qui

⁸ MEIRINHOS – *Pedro Hispano*, vol. 2, p. 265-266.

⁹ José Meirinhos a répertorié les différentes éditions parues jusqu'à ce jour (*Pedro Hispano*, vol. 2, p. 551-553).

¹⁰ Sur cette méthode d'enseignement, cf. JACQUART, Danielle – La question disputée dans les facultés de médecine. In *Les questions disputées et les questions quodlibétiques dans les Facultés de théologie, de droit et de médecine*. Turnhout: Brepols, 1985, p. 279-315 et LAWN, Brian – *The Rise and Decline of the Scholastic "Quaestio disputata"*, with special emphasis on its use in the teaching of Medicine & Science. Leiden, 1993.

¹¹ KRISTELLER, Paul Oskar – Bartolomeo, Musandino, Mauro di Salerno e altri antichi commentatori dell'*Articella*, con un elenco di testi e di manoscritti. In IDEM – *Studi sulla Scuola medica salernitana*. Napoli, 1986, p. 97-151; PESENTI Tiziana – *Arti e medicina: la formazione del curriculum medico*. In *Luoghi e metodi di insegnamento nell'Italia medioevale (secoli XII-XIV)*. Galatina, 1989, p. 157-177.

avaient été traduits en latin d'après l'arabe au XII^e et au début du XIII^e siècles dans la Péninsule ibérique ou en Italie du sud, transmettant au monde chrétien médiéval la science médicale greco-latine, juive et arabe¹².

Or, le seul *Petrus Hispanus* dont nous pouvons incontestablement affirmer qu'il a enseigné la médecine dans une université est le "magistro Petro Spano, doctori in physica" que les documents attestent avoir exercé à Sienne entre 1245-1250¹³. Ce serait donc lui l'auteur des ouvrages "savants", qui auraient servi à la formation de générations successives d'étudiants dans toute l'Europe jusqu'au début du XVI^e siècle, et dans lesquels on a pu relever de grandes affinités avec les écrits de l'école de Salerne¹⁴. Malgré l'absence de tout élément permettant d'associer ce personnage à *Petrus Juliani*, c'est en lui que maints chercheurs veulent voir le futur Jean XXI, étant donné la "grande science" qui lui était créditée par ses contemporains¹⁵.

En revanche, différents auteurs ont émis des doutes sur l'attribution au futur pape des régimes de santé et, surtout, des réceptaires, considérés comme genres mineurs au sein de la littérature médicale parce qu'ils s'adressaient aux praticiens les plus humbles ou même servaient à l'auto-médication, et qu'ils étaient parsemés de considérations relevant de l'astrologie, de l'alchimie et de la magie¹⁶. Une nouvelle attribution radicalement différente a même été proposée sans qu'on lui adjoigne quelque élément de preuve que ce soit¹⁷.

Maria Helena da Rocha Pereira, l'éditeur et traducteur du *Thesaurus pauperum*, soumit cet ouvrage à une étude lexicographique sommaire qui la mena à dire qu'il

¹² JACQUART, Danielle – Principales étapes dans la transmission des textes de médecine (XI^e-XIV^e siècle). In COLLOQUE INTERNATIONAL DE CASSINO – *Rencontres de Cultures dans la Philosophie Médiévale: traductions et traducteurs de l'antiquité tardive au XIV^e siècle: Actes*. Louvain-la-Neuve/ Cassino, 1990, p. 251-271.

¹³ Sur ce séjour d'un *Petrus Hispanus* à Sienne, cf. STAPPER Richard – Pietro Hispano (Papa Giovanni XXI) ed il suo soggiorno in Siena. *Bolletino Senese di Storia Patria*. 5: 3 (1898) 424-431; LAURENT, M.-H. – Il soggiorno di Pietro Ispano a Siena. *Bolletino Senese di Storia Patria*. N. Série. 16 (1938) 42-47; NARDI, Paolo – Comune, Imperio e Papato alle origine dell'insegnamento universitario di Siena (1240-1275). *Bolletino Senese di Storia Patria*. N. Série. 90 (1984) 70-76 et IDEM – *L'insegnamento superiore a Siena nei secoli XI-XIV: Tentativi e realizzazioni dalle origini alla fondazione dello Studio generale*. Milano, 1996, p. 56-63.

¹⁴ C'est ce qu'essaye de démontrer MORPURGO, Piero – *L'idea di natura nell'Italia Normannosveva*. Bologna, 1993, en particulier dans le chapitre IV.

¹⁵ Sur l'opinion de ceux-ci sur le pape, cf. ROSSI, P. – Pietro Hispano nel giudizio dei cronisti contemporanei. *Estudos Italianos em Portugal*. 14-15 (1955-1956) 4-17; ANTUNES, José – Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o Papa João XXI. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 1 (2001) 213-222.

¹⁶ Notamment PINA, Luis de – Pedro Hispano e Arnaldo de Vilanova na educação médica popular hispânica. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 2^a série. 3 (1951) 335-336.

¹⁷ Selon Claude de Tovar, il s'agirait d'un médecin laïc espagnol, cf. Contamination, interférences et tentatives de systématisation dans la tradition manuscrite des réceptaires médicaux français [1^e partie]. *Revue d'Histoire des Textes*. 3 (1974) 123.

devait avoir été composé au Centre-Est de la France ou en Italie du Nord, ce qui s'accorde difficilement avec la biographie connue de *Petrus Hispanus/Petrus Juliani* sans toutefois l'exclure de façon définitive comme son auteur¹⁸.

Pour rendre la situation encore plus inextricable, et alors que le *Tractatus dietarum totius anni...* s'affirme lui-même oeuvre de *Petrus Juliani*¹⁹, les manuscrits de la *Diete super cyrurgia* et de la *Summa de conservanda sanitate* attribuent ces ouvrages à un *Petrus Hispanus Compostellanum*, dont la dernière de ces oeuvres et le *Liber oculorum* font état de relations avec Salerne et les médecins de la cour de l'empereur Frédéric II²⁰.

Évoluant dans les mêmes cercles, soumis aux mêmes influences et vraisemblablement formés par la même école – qui serait Salerne et non pas Paris ou Montpellier – il se peut que les deux éventuels *Petri Hispani* médecins n'aient été qu'un... Seule l'analyse minutieuse de chaque ouvrage médical, pour y relever les problèmes auxquels son auteur voulait apporter des solutions, et les méthodes ainsi que les concepts qu'il utilisait pour le faire, suivie de la confrontation postérieure entre tous ces ouvrages, permettra peut-être un jour d'apporter une réponse à cette énigme.

2. SEXUALITÉ ET GENRE DANS LE TRÉSOR DES PAUVRES

Pour le moment, contentons-nous de consacrer notre attention à un problème et à une oeuvre: la conception de la sexualité humaine, telle qu'elle ressort du *Thesaurus pauperum*.

Le choix de cet ouvrage pour notre enquête n'a pas été fortuit. Tout d'abord, il s'agit du livre de médecine de *Petrus Hispanus* qui a rencontré le plus vif succès: sous sa forme originale latine, il a survécu en plus d'une centaine d'exemplaires manuscrits et imprimés, et on en connaît des traductions médiévales en allemand, castillan (*aljamiado*), catalan, danois, écossais, français (aussi bien en langue d'oc qu'en langue d'oïl), hébraïque et italien²¹. Son

¹⁸ PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *Petrus Hispani Thesaurus Pauperum*. Edição crítica com prefácio, tradução e notas. In IDEM – *Obras Médicas de Pedro Hispano*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1973, p. 45-48.

¹⁹ Il s'agit pourtant d'un manuscrit du XV^e siècle, édité par PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *De regimine sanitatis*. In IDEM – *Obras Médicas*, p. 414-419. Certains manuscrits tardifs du *Thesaurus pauperum* l'attribuent également au pape; les plus anciens, toutefois, n'associent pas leur auteur *Petrus Hispanus* à Jean XXI, à l'exception de celui de Cracovie (c. 1300) que José Meirinhos n'a pas pu consulter sur place pour savoir si cette référence est de même main que le texte, cf. MEIRINHOS – *Pedro Hispano*, vol. 2, p. 277, en particulier la note 2.

²⁰ Cf. MEIRINHOS – *Pedro Hispano*, vol. 2, p. 283-285.

²¹ Mais, étrangement, il n'y en a pas en portugais, ce qui renforce l'idée que l'auteur n'aurait pas été portugais ou du moins n'aurait pas pu, su ou voulu assurer la diffusion de son réceptaire au Portugal, cf.

influence a donc été très étendue du point de vue géographique, ainsi que durable, puisque l'on retrouve ces mêmes recettes dans des collections plus tardives²². D'autre part, le matériau que l'on peut y puiser est abondant: seize chapitres (sur cinquante) traitent des maladies ou dysfonctions des organes sexuels masculins et féminins.

Commençons par caractériser l'œuvre: il s'agit d'une compilation de recettes médicales thérapeutiques, comme il y en a eu tant au Moyen Age, puisées dans les traités les plus divers ainsi que dans la médecine populaire, l'expérience de l'auteur et celle d'autres praticiens du temps²³, et destinée à un public de physiciens modestes qui n'auraient pas les moyens de se procurer tous les livres nécessaires à leur pratique²⁴. Elle ressemble aux anciens *receptaria* monastiques en ce que les recettes, assez brèves, sont organisées par maladie frappant chaque organe du corps humain, suivant la séquence traditionnelle allant de la tête jusqu'aux pieds (*a capite ad calcem*)²⁵.

C'est ici que nous trouvons déjà une première indication qui nous semble significative pour notre propos: les recettes contre les maladies des seins (chapitre XLII)²⁶ ne se trouvent pas à leur place prévisible suivant l'ordonnance du corps féminin, mais parmi celles qui concernent les organes génitaux et le désir érotique. D'ailleurs, la première de ces recettes concerne le gonflement des seins par excès de lait, et c'est seulement ensuite que viennent celles qui sont supposées combattre les tumeurs, les ulcères et les fistules. Pour *Petrus Hispanus* comme pour les auteurs antiques et chrétiens qu'il cite, le corps féminin est avant tout un corps destiné à concevoir des enfants, et les seins servent à alimenter ceux-ci. Il s'agit de seins nourriciers et non pas érotiques²⁷, même si parmi les recettes il y en a une, de type cosmétique, destinée à les conserver petits, durs et fermes, comme il était de mode à l'époque²⁸.

MEIRINHOS – *Pedro Hispano*, vol. 2, p. 143-147. Parmi l'œuvre attribuée à *Petrus Hispanus*, seules les *Summule logicales* semblent avoir eu autant, sinon plus d'éditions, de traductions et de commentaires, aussi bien de son temps qu'au cours des siècles, *ibidem*, vol. 2, p. 147-159.

²² SARTON, George – *Introduction to the History of Science*. Vol. 3. Baltimore, 1948, p. 880-882 et 1683-1684; TOVAR, Claude de – Contamination, interférences, p. 115-191.

²³ L'auteur se réfère souvent à un *experimentator* qu'on a pu assimiler à lui-même (PINA – *Pedro Hispano*, p. 280) mais que d'autres chercheurs considèrent comme un personnage différent (PEREIRA, Maria Helena da Rocha – *A obra médica de Pedro Hispano. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras*. 18 (1977) 201).

²⁴ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 39.

²⁵ Cf. HUNT, Tony – *Popular Medicine in Thirteenth-Century England: Introduction and texts*. Cambridge, 1994, p. 8 et 16.

²⁶ En citant le texte, nous nous référerons toujours à l'édition de PEREIRA – *Petrus Hispani*.

²⁷ Cf. YALOM, Marilyn – *História do Seio*. Lisboa, 1997, p. 52-65.

²⁸ La jeune fille ("vierge", dit le texte) devait oindre les seins dès leur apparition avec du jus de cigüe, cf. PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 253.

On est loin des instructions très précises d'Al-Tifâshî (1184-1253), son presque contemporain, qui recommandait à l'homme de jouer avec les seins de la femme pour la prédisposer au commerce sexuel et déclencher son flux séminal²⁹. En effet, la médecine antique prétendait que les femmes émettaient, lors de l'extase sexuelle, un fluide aussi nécessaire à la conception que celui de l'homme; l'aboutissement du plaisir féminin était ainsi indispensable à la procréation³⁰. Les médecins arabes en tirèrent davantage de conséquences que les chrétiens, ligotés par la condamnation de tout plaisir sexuel par l'Église³¹; ils purent développer un art érotique qui, ayant été connu en Occident, notamment à travers le *Canon* d'Avicenne, mit longtemps à percer dans les traités médicaux, même dans ceux qui traitaient de l'hygiène sexuelle³².

On trouve cependant quelques traces d'une érotisation de la médecine dans le *Trésor des pauvres*, notamment dans le chapitre XXVII, consacré à l'éveil du désir sexuel. L'existence de ce chapitre, même dans un ouvrage de ce type, pourrait nous surprendre, mais il faut tenir compte du fait que l'impuissance masculine et la frigidité féminine étaient parmi les rares motifs d'annulation du mariage chrétien acceptés par l'Église; il était impérieux de faire la part entre les infirmités permanentes et les défaillances temporaires³³. À ces dernières, une simple stimulation ou un traitement plus prolongé pourraient apporter une solution.

Cependant, même si l'auteur se réfère au résultat espéré des potions, onguents et charmes comme étant "le pouvoir de génération", mettant en avant son utilité procréative, c'est bien le "désir de Vénus" que l'on veut susciter pour aboutir finalement au plaisir. Désir et plaisir qui concernent aussi bien la femme que l'homme, d'ailleurs: si beaucoup de recettes mentionnent l'organe viril comme étant celui qui doit être oint avec telle pommade, il y en a qui se réfèrent aux organes génitaux en général ou aux reins. En une de ces recettes il est même affirmé que le produit répandu sur le pénis – du fiel de sanglier – non seulement poussait l'homme au coït mais provoquait la "délectation" de sa partenaire³⁴.

Une seule de ces recettes était exclusivement destinée à la femme: les testicules de cerf et de taureau, ainsi que la pointe de la queue du renard, étaient censés la mener au plaisir. Cet énoncé pose un problème qui est commun à un nombre

²⁹ Cité par Danielle JACQUART et Claude THOMASSET – *Sexualité et Savoir Médical au Moyen Age*. Paris, 1985, p. 173.

³⁰ Cf. LAQUEUR, Thomas – *Making Sex: Body and gender form the Greeks to Freud*. Cambridge (Mass.), 1994, p. 38-48.

³¹ LE GOFF, Jacques – Le refus du plaisir. In IDEM – *L'imaginaire médiéval*. Paris, 1985, p. 136-148.

³² JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 169-192.

³³ Sur cette question, cf. DARMON, P. – *Le Tribunal de l'impuissance: Virilité et défaillances conjugales dans l'Ancienne France*. Paris, 1979.

³⁴ PEREIRA – Petrus Hispani, p. 236-237.

considérable de recettes de cette collection: on ne sait comment elle était appliquée (par ingestion directe? par ingestion après décoction ? par friction?...). En effet, la forme complète d'une recette médicale devait inclure: la rubrique (type de médicament ou nom sous lequel il est connu), l'indication (quelle maladie il est supposé guérir), la composition (liste d'ingrédients), la préparation (instructions sur la manipulation des ingrédients), l'administration (lieu et forme d'application, dose, fréquence, etc) et l'efficacité (déclaration sur les résultats escomptés ou déjà vus dans d'autres malades)³⁵. Si un ou plusieurs de ces éléments font défaut, nous ne pouvons plus aujourd'hui reconstituer ses moyens d'action.

Un autre aspect intéressant de ce chapitre concernant les remèdes incitant au coït est le grand nombre de sortilèges qui y figurent. En effet, il est curieux de constater que c'est sous cette rubrique que sont classées les soi-disant "recettes" pour faire fuir les démons, apaiser la discorde entre époux, tenir à l'écart les maléfices et briser les enchantements. Ces pratiques magiques concernent, en premier lieu, les affaires amoureuses³⁶, et il n'est pas inutile de rappeler que jusqu'au XVIII^e siècle bien avancé les sorcières étaient sollicitées pour résoudre les problèmes de puissance virile, fertilité et passion amoureuse aussi fréquemment que les médecins, sinon plus³⁷. Mais *Petrus Hispanus* rapporte en ce lieu des recettes dont les objectifs sont autrement plus ambitieux: ne jamais être soumis aux pièges du démon, connaître les secrets de l'esprit des hommes et des choses célestes³⁸.

Or, ce recours à la magie, ainsi qu'à l'astrologie et à l'alchimie – celles-ci se faisant davantage sentir dans d'autres chapitres du *Trésor des pauvres* – est une des raisons pour lesquelles l'assimilation de son auteur à l'ecclésiastique portugais *Petrus Juliani* qui est devenu pape a été contestée. Qu'à cela ne tienne: beaucoup d'autres médecins et hommes d'Église ont fait appel aux sciences occultes aussi bien dans leur vie quotidienne que dans leurs écrits.

L'origine des sources utilisées par *Petrus Hispanus* dans ce chapitre sur l'éveil du désir sexuel explique en partie l'usage d'amulettes et de rituels: en effet, il cite

³⁵ HUNT – *Popular Medicine*, p. 17-24.

³⁶ Par exemple, si quelqu'un a été l'objet d'un charme pour aimer excessivement une autre personne, on lui conseille de mettre des selles toutes fraîches de son bien-aimé sous la semelle de son pied droit; aussitôt qu'il se chaussera et que l'odeur fétide lui arrivera au nez, il sera libéré de ce maléfice, cf. PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 236-239.

³⁷ MORENO, Humberto Baquero – A feitiçaria em Portugal no século XV. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 29 (1984) 27-33; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Breves notas sobre feiteceiras e feitiços no Portugal de Quatrocentos. *Água Mole*. Braga. 3 (1989) 12-15; BETHENCOURT, Francisco – *O Imaginário da Magia: Feiteceiras, saluadores e nigromantes no século XVI*. Lisboa, 1987, p. 64-66, 75-91; PAIVA, José Pedro – O papel dos mágicos nas estratégias do casamento e na vida conjugal na diocese de Coimbra (1650-1730). *Revista Portuguesa de História*. 24 (1990) 165-188.

³⁸ Pour atteindre cette connaissance, il faudrait égorger une huppe à l'aube, lors de la nouvelle lune, et manger son coeur encore palpitant, cf. PEREIRA – *Petrus Hispani* p. 238-239.

plusieurs savants grecs et romains (Cyrano, Dioscoride, Scipion, Sixte) pour lesquels ces pratiques étaient toutes naturelles et aucunement censurables. Mais il cite également des auteurs chrétiens qui l'ont précédé (Constantin l'Africain, Gilbert l'Anglais), et des expérimentateurs contemporains. Malgré la censure persistante que l'Eglise a fait peser sur les superstitions et la magie, nous savons qu'elles ont eu cours tout au long du Moyen âge, même parmi les clercs, qui en étaient soit des bénéficiaires soit des agents. Les réceptaires et régimes de santé de l'Occident chrétien ont ainsi transmis, parfois en le réélaborant, un savoir traditionnel dont les origines se perdent dans la nuit des temps et qui faisait souvent appel à des forces obscures et irrationnelles³⁹.

Si dans le chapitre sur l'excitation sexuelle, *Petrus Hispanus* a surtout puisé dans le savoir antique et celui de ses contemporains chrétiens, ignorant les auteurs du monde arabe qui auraient pu introduire les lecteurs à une sexualité plus sophistiquée, ces derniers sont par contre appelés à se prononcer sur le moyen d'étouffer le désir érotique (chapitre XXXVIII): on y trouve Isaac l'Israélite et Avicenne, parmi d'autres auteurs, dont le compilateur lui-même. Les recettes s'adressent surtout à l'homme: il y est question d'empêcher l'érection, de "désécher les testicules", de "congeler le sperme" et même de se rendre "efféminé"; seules les références de type plus général à l'extinction du désir pourraient concerner également les femmes.

Aucune explication n'est donnée sur la nécessité de réduire ou d'anéantir la puissance virile. Dans la plupart des cas, les résultats annoncés sont trop radicaux pour que nous puissions imaginer que ces recettes étaient utilisées à titre de contraceptif par des laïcs. Elles conviendraient davantage aux ecclésiastiques, et surtout aux moines, hantés par la peur du péché de la chair, et au sujet desquels nous savons par ailleurs qu'ils s'adonnaient à des châtements corporels assez violents pour préserver leur chasteté⁴⁰.

Pour empêcher la conception, *Petrus Hispanus* nous parle d'autres moyens, aussi bien dans un chapitre entièrement consacré à cette question (ch. XLIV) que dans celui qui traite de l'induction de la menstruation (ch. XL). L'explication qui est donnée d'emblée, dans le premier, au refus de concevoir de la part de la femme, c'est la peur de mourir; mais, un peu plus loin, on évoque la gêne que provoque la fréquence des accouchements. Une chose n'excluait pas l'autre: étant donné la forte mortalité des femmes en couches à cette époque, toute nouvelle grossesse était un risque. Or, si les médecins étaient en général sensibles aux raisons de santé qui pouvaient déconseiller les grossesses à

³⁹ HUNT – *Popular Medicine*, p. 78.

⁴⁰ Sur cette question, cf. LEYSER, Conrad – *Masculinity in flux: nocturnal emissions and the limits of celibacy in the early Middle Ages*. In *Masculinity in Medieval Europe*. Ed. D. M. Hadley. Longman, 1999, p. 103-120.

répétition ou même une seule, l'Église, qui avait toujours condamné la contraception, l'interdit totalement dans le droit canon⁴¹. La transmission des conseils de bonne femme ou des recettes médicales empêchant la fixation de la semence ne s'arrêta pas pour autant.

C'est dans les chapitres concernant la conception (soit son empêchement, ch. XLIV, soit sa favorisation, ch. XLV) que nous rencontrons des recettes de *Trotula*. Il s'agit d'un ensemble de textes concernant la gynécologie, la cosmétique et la puériculture, réunis au moins un siècle après que l'activité d'une femme médecin appelée *Trocta* ait été attestée, à partir des enseignements de médecins salernitains, hommes et femmes. On considère aujourd'hui que ces textes, traditionnellement attribués à une femme et longtemps utilisés par les féministes comme exemple d'une médecine alternative à celle des hommes, dans sa connaissance du corps et de la sensualité féminines, sont déjà un signe d'une double expropriation de la pratique médicale des femmes: d'une part, précisément parce qu'ils limitent cette pratique aux "maladies des femmes"; d'autre part parce qu'il s'agit de textes écrits par des professionnels pour des professionnels, à l'exclusion des non-diplômés⁴². Or, les femmes "expérimentées" dont *Petrus Hispanus* nous rapporte parfois les recettes n'avaient sûrement pas de diplômes; les siècles à venir leur interdiront d'exercer les fonctions auxquelles leur savoir traditionnel les habilitait et feront d'elles des sorcières.

Certes, beaucoup de recettes pour ne pas concevoir ont un caractère magique: il faut porter sur soi certaines pierres, des os ou des morceaux d'animaux, des plantes, faire certains gestes. Mais d'autres présupposent des connaissances scientifiques, comme celle qui, tirée de *Trotula*, conseille de mettre des graines de ricin ou d'orge dans la secondine après une grossesse pour provoquer la stérilité⁴³; elle a pourtant été considérée comme une addition au texte original, de la main de quelqu'un d'autre que *Petrus Hispanus*.

Dans l'une de ces recettes, les deux testicules du chien sont supposés avoir des propriétés opposées: l'ingestion de l'un, dur et presque sec, sert à "anéantir" le coït; celle de l'autre, mou et humide, le favorise; seul le premier devrait donc trouver sa place au milieu des contraceptifs. Cependant, la suite est encore plus énigmatique: si l'homme prend le premier, l'enfant sera mâle et fort; si la femme prend le deuxième, elle concevra une femelle, selon Ali et Avicenne⁴⁴.

Les recettes pour aider à la conception (chapitre XLV) reprennent cette distinction entre ce qu'il faut faire pour avoir un enfant de l'un ou de l'autre

⁴¹ FLANDRIN, Jean-Louis – *L'Église et le contrôle des naissances*. Paris: Flammarion, 1970, p. 45-48.

⁴² Cf. AGRIMI, Jole – Autorità di una autrice e delegittimazione del suo sapere: *Trotula*. In *Scrittura e Memoria della Filosofia: Studi offerti a Fulvio Papi per il suo settantesimo compleanno*. Milano, 2000, p. 147-156.

⁴³ Déjà citée par JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 129.

⁴⁴ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 260-261.

sexe. Hippocrate et Galien avaient expliqué que, dans chaque éjaculation, le jus d'un seul testicule était émis; s'il s'agissait du droit, l'enfant à naître serait un garçon; sinon, il serait une fille⁴⁵. Mais ce que rapporte *Petrus Hispanus* semble indiquer que d'autres explications avaient également cours, et pas seulement dans la tradition populaire, car les autorités citées sont Dioscoride et Sixte: ceux-ci conseillaient aux femmes de manger des vulves ou des matrices d'animaux et des plantes femelles pour concevoir des filles, des testicules d'animaux et des plantes mâles pour engendrer des garçons⁴⁶.

Dans ce chapitre, il y a encore des recettes pour prédisposer à l'acte sexuel, dans lesquelles nous retrouvons l'évocation de l'intensité du plaisir et masculin et féminin, ainsi que d'autres recettes pour retenir le sperme. C'est la seule occasion où il est fait référence à une position préférable pour faire l'amour – la plus traditionnelle, il va de soi⁴⁷ – alors que les traités arabes d'hygiène sexuelle de la même époque font supposer l'existence d'un art érotique fondé sur les variantes de position⁴⁸.

Des conseils sont aussi donnés pour resserrer le vagin et le col de l'utérus afin que le fœtus ne descende pas – ce qui pouvait également servir à restaurer une virginité perdue –, et pour réchauffer et sécher les matrices trop froides et humides. Selon la théorie des humeurs d'Aristote et de Galien, le tempérament sexuel ne provenait pas des organes spécifiques des hommes et des femmes, mais du mélange des qualités inhérentes aux quatre éléments présents dans chaque être humain. Les hommes étaient chauds et secs, les femmes froides et humides. C'était le manque de chaleur qui avait empêché, chez les femmes, la projection de leurs organes sexuels vers l'extérieur; elles étaient donc des créatures similaires aux hommes mais de qualité inférieure, imparfaites, mutilées⁴⁹. Or, l'excès de froideur remettait en cause la possibilité de concevoir. Pour donner la vie, il fallait apporter de la chaleur. Si celle de la passion, de l'étreinte, ne suffisait pas, on pouvait avoir recours à des fumigations et des emplâtres. Ceux-ci étaient également recommandés pour relaxer et ouvrir une matrice trop dure et contractée, afin de faciliter la conception (ch. XXXIX).

Comme nous l'avons déjà signalé, le chapitre concernant l'induction des menstrues (ch. XL) peut être lu comme ayant un but contraceptif ou même

⁴⁵ CORREIA, Clara Pinto – *O Testículo Esquerdo: Alguns aspectos da demonização do feminino*. Lisboa, 2004, p. 15-16.

⁴⁶ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 262-267.

⁴⁷ La femme devrait relever ses jambes pendant l'acte sexuel, et ensuite dormir sur le dos, les jambes bien serrées, pour retenir la semence masculine cf. PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 268-269.

⁴⁸ JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 174.

⁴⁹ SCHIEBINGER, Londa – *The Mind has no Sex? Women in the origins of the modern science*. Cambridge (Mass.), 1991, p. 161-165.

abortif⁵⁰. Toutefois, faisant suite à celui qui traite des maladies de la matrice, il offre plusieurs recettes destinées à “nettoyer” celle-ci de toute “pourriture”: on y inclut les humeurs crasseuses, les fœtus morts, les secondines et autres résidus d'accouchements. Parfois, l'auteur fait état de possibles conséquences dangereuses de ces traitements: la corrosion de l'organe ou l'hémorragie excessive. Contre cette dernière, un autre chapitre (ch. XLI) offre des solutions, parmi lesquelles quatre recettes données par l'auteur lui-même.

L'expulsion des fœtus et des secondines est également traitée dans le chapitre consacré aux difficultés de l'accouchement (ch. XLVI). Apparemment, c'est la délivrance que l'on cherche à tout prix: on parle de provoquer l'avortement, d'expulser le fœtus mort ou vivant; en certains cas, l'intervention peut même avoir des effets si violents qu'il faut veiller à ce que la matrice ne soit pas endommagée. Aussi n'est-il pas surprenant que peu d'attention soit accordée à la douleur lors de la parturition; en revanche, celle qui survient après l'accouchement est l'objet d'un autre petit chapitre (ch. XLVII). Mais il ne faut pas croire que *Petrus Hispanus* ne laissait aux femmes aucun espoir d'échapper au commandement de Dieu énoncé après la désobéissance d'Eve: “tu accoucheras dans la douleur”. En effet, il rapporte une recette populaire selon laquelle les noyaux de dattes rapés mélangés à du vin, libèrent miraculeusement les femmes en couches, puisque sur le lieu où la Vierge Marie a accouché il y avait un palmier dattier⁵¹. Il s'agit du seul exemple de merveilleux chrétien que nous ayons trouvé dans ce réceptaire.

Il y a encore un chapitre (ch. XLIII) concernant une maladie spécifiquement féminine: la suffocation de la matrice, ou plutôt l'hystérie, comme nous l'appelons aujourd'hui. Hippocrate avait développé une théorie selon laquelle l'utérus pouvait se déplacer et entrer en sympathie avec les parties supérieures du corps, ce qui provoquait la suffocation et la perturbation sensorielle; il fallait alors provoquer sa descente en faisant inhaler à la malade des substances à l'odeur fétide et en appliquant des fumigations aromatiques en bas⁵². C'est précisément un des conseils prodigués par *Petrus Hispanus*, qui y ajoute plusieurs breuvages, emplâtres et clystères pour faire face aux évanouissements, à l'enflément du ventre, à la douleur et à la flatulence provoqués par cette maladie⁵³. Dans l'opinion des médecins médiévaux, cette suffocation était une conséquence de la continence, due à la rétention de la “semence féminine” chez celles qui n'avaient pas de commerce charnel avec un homme; il fallait donc

⁵⁰ Ainsi l'ont considéré JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 128.

⁵¹ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 272-273.

⁵² JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 237.

⁵³ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 254-257.

expulser ce fluide devenu nocif à l'aide de massages avec des onguents⁵⁴. Nous ne trouvons cependant pas de trace de ces manipulations chez notre auteur.

Ce supposé “sperme” n'était pas le seul fluide féminin considéré dangereux pour les femmes elles-mêmes et pour autrui. Selon les auteurs antiques repris par ceux du Moyen Âge, le lait maternel était du sang menstruel transformé par la chaleur des seins. Or, ce sang et ce lait étaient la nourriture par excellence du fœtus et du nouveau-né, mais ils pouvaient représenter un danger pour eux s'ils n'avaient pas été suffisamment purifiés⁵⁵. Il s'agissait donc de fluides extrêmement puissants, capables de donner la vie ou la mort, et il n'est pas surprenant de les retrouver, parmi d'autres ingrédients, dans maintes recettes médicales du *Trésor des pauvres*: le lait pour apaiser la frénésie, calmer la douleur des yeux, soigner l'ouïe et expulser le fœtus⁵⁶, le sang menstruel pour contrer l'épilepsie et se débarrasser des calculs⁵⁷, l'un ou l'autre pour soigner la goutte et la podagre⁵⁸. Une différence est même parfois faite entre le lait produit par la femme qui a enfanté d'un garçon ou d'une fille, comme s'ils étaient supposés avoir des propriétés différentes. Par contre, le fluide séminal masculin, considéré également comme du sang transformé et purifié au plus haut degré, n'est jamais utilisé dans cette pharmacopée.

Terminons ce parcours en portant notre regard sur les maladies exclusivement masculines: seul le chapitre concernant le prurit du pénis (ch. XXXIII) peut être pris en compte car il a été attribué à *Petrus Hispanus*, les deux autres sur le même thème (à propos de l'enflure des testicules et des souffrances du pénis) ayant été considérés comme apocryphes. Notre auteur y inclut plusieurs recettes pour soigner les ulcères du membre viril, appartenant à Macer, Dioscoride, Isaac et Matthieu Platéaire (à qui l'on attribue le livre connu sous le nom de *Circa instans*), aucune référence n'étant faite à des pratiques magiques ou à un savoir populaire. S'agissait-il de maladies vénériennes ou dues à certaines pratiques sexuelles comme le *coitus interruptus*? Nous ne pouvons le savoir. L'herpès génital, la blénnorragie, la maladie de Nicolas et Favre, entre autres, étaient courants au Moyen Âge, causant ulcérations, abcès, fistules; ces manifestations sont toutefois beaucoup plus évidentes sur l'homme que sur la femme, ce qui a fait se développer l'idée que celle-ci était immunisée contre ces

⁵⁴ JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 237-240.

⁵⁵ MACLEHOSE, William F. – Nurturing Danger: High medieval medicine and the problem(s) of the child. In *Medieval Mothering*. Ed. John Carmi Parsons & Bonnie Wheeler. New York/London, 1996, p. 11. Sur le caractère puissant du sang menstruel, qui est devenu maléfique au cours des temps, cf. CORREIA, Clara Pinto – *O Testículo*, p. 21-28.

⁵⁶ PEREIRA – *Petrus Hispani*, p. 94-95, 116-121, 126-127, 130-131, 132-135, 276-277.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 108-109, 219-222.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 282-283, 292-293.

maladies⁵⁹. C'est peut-être ce qui explique que *Petrus Hispanus* n'ait consacré aucun chapitre aux maladies de la vulve et du vagin; seule la matrice et les seins, organes supportant la transmission de la vie, l'ont intéressé.

*
* *

Dans quelle mesure tout ce que nous venons de dire peut contribuer à éclairer la question de l'identité de notre auteur ? Dans son commentaire au *Viaticum* de Constantin l'Africain, *Petrus Hispanus* s'interroge pour savoir lequel des deux, homme ou femme, est le plus enclin à souffrir du mal d'amour (*amor hereos*). L'homme étant plus sec que la femme, son cerveau garde plus longtemps l'empreinte de l'image de l'objet désiré, donc il en souffre davantage. Étant également plus chaud, et la chaleur stimulant le coït, il en tire un plaisir plus intense, d'autant plus – dit aussi *Petrus Hispanus* dans son commentaire au *De animalibus* d'Aristote – que son sperme est un sang plus digéré, plus raffiné que la semence féminine. Alors, même si la femme ressent le plaisir *in pluribus modis* (parce qu'elle émet elle-même un fluide et reçoit en elle celui de son partenaire), l'homme a un plaisir de qualité supérieure et donc éprouve un *intensior amor*⁶⁰.

Ce sont les mêmes idées sur la sexualité masculine et féminine que nous retrouvons dans le *Thesaurus pauperum*. Si nous ne pouvons pas garantir qu'il s'agit du même auteur, bien que cela semble très probable, du moins ont-ils subi les mêmes influences en ayant lu les mêmes livres. Des livres qui constituaient le summum du savoir dans l'Europe du temps, que *Petrus Hispanus* connaissait à perfection et auquel il est venu apporter son immense et précieuse contribution.

⁵⁹ JACQUART; THOMASSET – *Sexualité et Savoir*, p. 245-261.

⁶⁰ WACK – *Lovesickness*, p. 109-125.



A *VITA COMMUNIS* NAS CATEDRAIS PENINSULARES:
DO REGISTO DIPLOMÁTICO À ARQUITECTURA

EDUARDO CARRERO SANTAMARIA

Com o início da Reconquista e a reordenação da geografia eclesiástica peninsular, tanto as novas sedes diocesanas como as que foram sendo recuperadas organizaram-se a partir da vida comunitária do seu clero. Desconhecemos que normativas foram seguidas por estas comunidades, já que o aparecimento da *Regula Sancti Agustini* é tardia e de alcance muito desigual. Pelo menos até ao século XIII, outros registos diplomáticos indirectos informam-nos de uma verdadeira vida comunitária do clero, regida por colecções de estatutos miscelâneos procedentes de fontes tão diversas como as regras monásticas hispânicas, a regra de S. Bento, fragmentos dos Padres Santos e normativas específicas do direito próprio de cada congregação capitular. Se as notícias documentais sobre a *vita communis* são parcas, estas devem ser cruzadas com as que nos oferece a história da arquitectura das nossas catedrais. As respostas arquitectónicas desenvolvidas para acolher a vida comunitária conduziram a uma série de soluções que, comparadas, permitem extrair diversas conclusões.

VITA COMMUNIS IN IBERIAN CATHEDRALS:
FROM DIPLOMACY TO ARCHITECTURE

EDUARDO CARRERO SANTAMARIA

The start of the Renaissance and the reorganisation of Iberia's ecclesiastical geography led to the organisation (according to the community life of the clergy) both of new diocesan centres and of those that were being recovered. It is not known which norms were adopted by these communities, as the *Regula Sancti Agustini* only appeared late and had varying impact. Until at least the 13th century, other indirect diplomatic records demonstrate that there was a true community life among the clergy, and that it was governed by collections of miscellaneous statutes from such diverse sources as the Hispanic monastic rules, the Benedictine rule, fragments from the Fathers of the Church and specific norms of the individual law of each congregation. As documentary records on *vita communis* are scarce, they should be cross-referenced with those provided by the history of architecture in Iberian cathedrals. The structures built to house community life led to a series of solutions. Comparison of these approaches may produce a range of conclusions.

LA VITA COMMUNIS EN LAS CATEDRALES PENINSULARES: DEL REGISTRO DIPLOMÁTICO A LA EVIDENCIA ARQUITECTÓNICA*

EDUARDO CARRERO SANTAMARÍA**

Buena parte de la historiografía peninsular, hasta la llegada del siglo XX, negó la existencia de vida comunitaria en las catedrales de la Península Ibérica. Si Rodrigo da Cunha o Enrique Flórez pasaron de puntillas sobre los aspectos más conflictivos de la formación de un cabildo, Pedro de Marca subrayó un ascendente ‘aquisgranense’ y carolingio para las sedes catalanas del siglo IX y Jaime Villanueva – en su *Viage literario a las Iglesias de España*- negó de forma sistemática y casi obsesiva la posibilidad de existencia de una normativa de vida común en las catedrales de la costa mediterránea hispana. El tema tampoco interesó mucho a la historiografía contemporánea, si exceptuamos los trabajos de hispanistas como Pierre David, Odilo Engels o Joannes Vincke o los trabajos monográficos del padre Avelino Jesus da Costa y de Fernando López Alsina sobre las etapas iniciales de los cabildos bracarese y compostelano. La historiografía más reciente dedicada a cabildos ibéricos concretos casi obvia sus periodos más tempranos, la formación y la objetividad de la vida comunitaria y su posterior desaparición. En otras estructuras capitulares, cuya vida reglar se consolidó hasta fechas tardías como en las limítrofes entre Castilla y Aragón y el sur de Cataluña, los procesos de secularización no han sido estudiados con profundidad, sobre todo porque funcionan como fuente documental directa de la vida comunitaria previa y sus formas. Este vacío historiográfico ha venido suscitado en gran medida por la escasez de fuentes documentales sobre las descritas etapas de inicio y por la complejidad de las fuentes tardías, frente a la tradicional comodidad de estudios más lineales y a la preponderancia de otro tipo de trabajos, que parecen centrar los intereses de los investigadores peninsulares. En la Península Ibérica, la topografía eclesiástica sigue siendo una gran extraña. Por otra parte, si las noticias documentales sobre la *vita communis*

* Con el más sincero agradecimiento a mi buen amigo Anísio Miguel de Sousa Saraiva. También a Rosário Morujão, Luis Amaral y Mário Farelo por haberme facilitado algunos de los trabajos utilizados para este estudio.

** Universidad de Oviedo (España).

son parcas, debemos cruzarlas también con la información que nos ofrece la historia artística de nuestras catedrales. Las respuestas arquitectónicas para albergar la vida comunitaria dieron una serie de soluciones que, contrastadas, permiten extraer varias conclusiones que, además, responden fielmente a las etapas de formación, consolidación, continuismo o secularización de cada capítulo.

1. LA VIDA COMUNITARIA DEL CLERO EN LA PENÍNSULA IBÉRICA

No voy a entrar en los períodos más tempranos de la Alta Edad Media. La vida común del clero episcopal está plenamente atestiguada a través de los cánones conciliares, reglas de los Santos Padres y textos anejos del periodo hispanogodo. Es precisamente en la Hispania visigoda donde radican algunas de las primeras noticias legisladoras en el Occidente europeo sobre la obligación a realizar vida comunitaria por parte del clero que rodeaba al obispo¹. Como respuesta arquitectónica a estas necesidades, el atrio de la iglesia, *dextro* o *terra ad cibaria* se convierte en el ámbito lógico para el desarrollo de esta vida en comunidad. Contamos con suficientes ejemplos documentados o con restos arqueológicos en Mérida, Barcelona, Valencia, Gerona o Tarrasa². Dentro del atrio se situaba una iglesia o conjunto de iglesias, cuyas funciones podían estribar entre las de iglesia catedralicia propiamente dicha, iglesia funeraria de la habitual necrópolis e incluso un *martyrium* intramuros³. En las inmediaciones

¹ CARRERO SANTAMARÍA, E. – *Ecce quam bonum et quam iocundum habitare fratres in unum*: Vidas regular y secular en las catedrales hispanas llegado el siglo XII. *Anuario de Estudios Medievales*. 30: 2 (2000) 757-805.

² Véanse MATEOS CRUZ, P. – *Augusta Emerita*, de capital de la *Diocesis Hispaniarum* a sede temporal visigoda. In – *SEDES Regiae (ann. 400-800)*. Ed. G Ripoll; J. M. Gurt. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, p. 491-520; BONNET, C.; BELTRÁN DE HEREDIA, J. – Origen y evolución del conjunto episcopal de Barcino: de los primeros tiempos cristianos a la época visigótica. In *DE BARCINO a Barcinona (siglos I-VII): Los restos arqueológicos de la plaza del Rey de Barcelona*. Ed. J. Beltrán de Heredia. Barcelona, 2001, p. 74-95; BUENACASA PÉREZ, C.; SALES CARBONELL, J. – Importància geopolítica d'una ciutat en època visigoda: Girona després de Vouillé (ss. VI-VII). *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*. 12 (2001) 59-75; RIERA I LACOMBA, A. – *Valentia*: Del foro al área episcopal. In *SANTOS, obispos y reliquias*. Ed. L. García Moreno; E. Gil Egea; S. Rascón; M. Vallejo. Alcalá de Henares, 2003, p. 45-83; FERRAN, D.; SIERRA, A. – Leer las iglesias de Sant Pere de Terrassa: arqueología, arquitectura y arte. In CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE MUSEALIZACIÓN DE YACIMIENTOS ARQUEOLÓGICOS, 2, Barcelona, 7, 8 y 9 de octubre de 2002 - *Nuevos conceptos y estrategias de gestión y comunicación*. Barcelona, 2003, p. 61-66.

³ Lo general va a ser la ubicación de dicho *martyrium* fuera de los muros de la ciudad, conllevando importantes problemas político-eclesiásticos, según ha destacado GODOY, C. – Poder i prestigi episcopal en relació amb el culte de les relíquies dels màrtirs. *Estudis Universitaris Catalans*. 29 (1993) 889-899. La política al respecto cambiaría en la Reconquista, cuando en Oviedo el relicario de la Cámara Santa se plantee intramuros evitando las muchas veces conflictivas relaciones entre el episcopado y las

de la iglesia o conjunto de iglesias se situaba el baptisterio y, completando la topografía, el episcopio, lugar de residencia del prelado y de desarrollo de la *vita communis* del clero⁴.

1.1. La recomposición del territorio peninsular y la continuidad de la *vita communis*

Las noticias sobre el clero catedral entre el Concilio IV de Toledo y el siglo IX son prácticamente nulas, razón por la cual debemos utilizar los textos pertenecientes a las recuperaciones o instauraciones episcopales y diocesanas que se iban sucediendo y, sobre todo, las restauraciones y reformas de las sedes de la Marca Hispánica y las normas que se aceptarían para los reinos occidentales en los Concilios de Coyanza y Compostela. En el noreste peninsular, la influencia de la obligación de vida comunitaria por el clero catedralicio estipulada en Aquisgrán no hizo sino refrescar preceptos que no diferían en absoluto de los hispano-visigodos, reiniciándose la vida común -ahora tildada de canonical- en Gerona, Barcelona, Vich o la Seo de Urgel. En paralelo, en el occidente peninsular la restauración de ciudades episcopales conllevó la recuperación de los principios y normativas hispánicas pero que, en la práctica, no tenían muchas diferencias en el estilo de vida que pudieron llevar en las sedes de Francia, Italia o la misma Marca. En mi opinión, si hubo una diferencia entre las liturgias cristianas europeas y ésta supuso una clara distinción cultural entre los territorios peninsulares y los europeos, la realización de una vida comunitaria por parte del clero no fue en absoluto distinta entre las sedes hispánicas y las de la Europa romana. Parece claro que los estatutos de raigambre visigoda fueron en primera instancia los utilizados como normativas para la vida en común y que éstos, pronto, recogerían influencias de todo tipo. Creo haber demostrado que la aparición de alusiones documentales a reglas de más allá de los Pirineos es una muestra de la *koiné* cultural de la Europa cristiana del momento, amén de no justificar en ningún caso la prevalencia de normativas de un tipo sobre las de otro, si no la creación de estatutos particulares para cada

comunidades que guardaban los ámbitos martiriales (Cf. CARRERO SANTAMARÍA, E. – *El conjunto catedralicio de Oviedo durante la Edad Media: Arquitectura, topografía y funciones en la ciudad episcopal*, Oviedo, 2003).

⁴ Desgraciadamente, nuestro conocimiento sobre la topografía cristiana de otras ciudades peninsulares de importancia como Toledo o Braga es todavía muy reducido. En cualquier caso, véanse los planteamientos de base de un clásico al respecto, GARCÍA MORENO, Luis A. – La cristianización de la topografía de las ciudades de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. 50-51 (1977-1978) 311-321 y los recientes trabajos de SALVADOR VENTURA, F. – La función religiosa de las ciudades meridionales en la Hispania Tardoantigua. *Florentia Iliberritana*. 7 (1996) 333-341 y JORGE, Ana María C. M. – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (III^e-VII^e siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002.

una de las sedes, utilizando fragmentos de aquí o acullá, desde los salmos, fragmentos escriturísticos, las reglas hispánicas o cualquier otra normativa aplicable a la vida comunitaria⁵. Sólo se me ocurre una diferencia entre la Península y el resto de Europa. La aparición del término *monaci* como alusión al clero catedralicio, cuestión que – a lo que conozco – sólo ocurre en los reinos peninsulares. Desde el siglo VI, se vino utilizando la palabra *canonicus* para designar al clero catedralicio. El vocablo fue muy bien difundido desde el Concilio de Aquisgrán, aunque no aparecería hasta fechas tardías en la documentación leonesa y portuguesa, prefiriéndose el término *clerici* – como en los textos hispanogodos – o, directamente, el de *monachi*. La documentación refiere a los *cultores* o a los *monachi* de la catedral, como se repite en las sedes de Braga, Oviedo, Coimbra, Astorga, Lugo, Mondoñedo, León, Palencia o Vich⁶. Respecto a esta terminología, comparto la opinión de A. Linage Conde, para quien el apelativo monástico conlleva la negación de cualquier tipo de ascendente canonical en las sedes noroccidentales de la Península que, de haber practicado la vida comunitaria, deberían considerarse como *genuinos monasterios*⁷. Otra cuestión es el particular nacimiento y desarrollo de cabildos condicionados por factores más complejos como son los casos de Santiago de Compostela y Oviedo. En Compostela, el cabildo se generará a partir de los *clerici* o *seniores* que, en principio, residieron en el monasterio de Antealtares, hasta la reforma de la *magna congregatio* jacobea durante a prelatura de Pedro de Mezonzo (985-c.1003), estructurándose definitivamente a modo de una comunidad catedralicia rodeando a un prior⁸. En Oviedo, el clero al servicio de un conjunto de iglesias propio, vinculado a la figura monárquica y a la consolidación del reino finalmente concluiría generando obispado y cabildo, con unas fechas de constitución que se centrarían en el siglo IX⁹.

⁵ Cf. CARRERO SANTAMARÍA – *Ecce quam bonum*; IDEM – *El conjunto catedralicio*, p. 14-18; IDEM – *Santa María de Regla de León: La catedral medieval y sus alrededores*. León, 2004, p. 14-22.

⁶ Noticias recogidas en IDEM – *El conjunto catedralicio*; IDEM – *Santa María*, e IDEM – *Las catedrales de Galicia durante la Edad Media: Claustros y entorno urbano*. La Coruña, 2005. Para Braga: COSTA, A. de J. da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Vol. 1. Coimbra, 1959 (reed. Braga, 1998), p. 302-319.

⁷ LINAGE CONDE, A. – El medioevo canonical en la Península Ibérica: Estado y perspectivas de la cuestión (1959-1983). In CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE SANTO MARTINO EN EL VIII CENTENARIO DE SU OBRA, 1, León, 1987 - *San Martín de León: Ponencias*. León: Editorial Isidoriana, D.L. 1987, p. 261-278, en particular, p. 265; también VINCKE, J. – Die ‘vita communis’ des Klerus und das spanische Königtum in Mittelalter. *Spanische Forschungen der Görresgesellschaft. Gesammelte Aufsätze zur Kulturgeschichte Spaniens*. 6 (1937) 30-59.

⁸ LÓPEZ ALSINA, F. – De la ‘magna congregatio’ al cabildo de Santiago: reformas del clero catedralicio (830-1110). In CONGRESO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 1: *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 747-748.

⁹ Las líneas de desarrollo al respecto en CARRERO SANTAMARÍA – *El conjunto catedralicio*, p. 13-26.

Las alusiones a los ‘monjes’ de varias catedrales conducen a una inevitable consideración de la vida comunitaria. Así lo requería Toledo IV y, en los casos de las catedrales de Astorga y León y la Sé de Coimbra, sus apelativos como Santa María *de Regla* hacen clara alusión al estilo de vida llevado por su clero catedralicio¹⁰. Aquí tendríamos que señalar que la denominación de *monjes* para el clero catedral debe originarse precisamente en su asimilación con el monacato, en contraposición al término *canónigos* y que implica una simple variación de vocablos y no una diferenciación sustancial entre el *ordo canonicus* y el monástico que, en las catedrales de los reinos de Galicia, León y Portugal, debieron seguir las mismas reglas de los Santos Padres, recopilando textos de variada procedencia. La mención de ‘monjes’ ocupando las catedrales responde a una tradición hispánica que no cambiaría hasta comienzos del siglo XI sin consecuencias traumáticas.

Si parece no haber duda respecto a la restauración o continuación de la vida comunitaria por las sedes de la Hispania cristiana, por el contrario, la tan traída y llevada ‘reforma gregoriana’ no tendría un eco de importancia más allá de la introducción de la liturgia romana y la aparición de clérigos del entorno cluniacense como obispos reformadores en varias sedes. De hecho, la *vita apostolica* propugnada desde el concilio de Letrán de 1059 ya contaba con varios precedentes en las Sedes de la Península, que iniciaron procesos previos de reestructuración de sus cabildos. Algo similar ocurrió en Alemania o Italia, donde desde 1047 se tiene noticia de obispos que, a título privado, buscaban un retorno a la Iglesia primitiva y sus implicaciones comunitarias¹¹. En el caso de las iglesias de la ciudad de Roma, la reestructuración del clero también se produjo antes de la reforma gregoriana, según ha destacado T. de Carpegna en un remarcable estudio¹². En mi opinión, la impronta de la reforma gregoriana quizás debiera limitarse al mundo monástico y no al del catedralicio que, como vemos, se anticipó en varias décadas en su revisión de la vida común. De hecho, cuando en la Península Ibérica los enviados de Roma llegaron a las catedrales, procedentes del sur de Francia, ya había importantes avisos de secularización en varias congregaciones capitulares, como son los tempranos casos de Oviedo o León, detectables desde comienzos del siglo XII¹³.

¹⁰ ...in ecclesia Colimbriensi episcopali sedis Sancta Maria de regula (In *LIVRO Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Dir. M. A. Rodríguez; A. de J. da Costa. Coimbra, 1999, docs. 251, 390, 552, p. 383, 546, 736).

¹¹ KEMPF, F. – La reforma gregoriana (1046-1124). In *Manual de historia de la Iglesia*. Dir. H. Jedin. Vol. 3: *De la Iglesia de la primitiva Edad Media a la Reforma gregoriana*. Barcelona, 1987, p. 543-617, en particular, p. 547-556; POGGIASPALLA, F. – *La vita comune del clero dalle origini alla Riforma Gregoriana*. Roma, 1968, p. 148-158). Sobre el fenómeno cíclico de búsqueda clerical de soluciones a los ideales de pobreza y vida en común en las congregaciones cristianas primigenias, DEREINE, C. – La ‘vita apostolica’ dans l’ordre canonial. *Revue Mabillon*. 51 (1961) 47-53.

¹² CARPEGNA FALCONIERI, T. di – *Il clero di Roma nel medioevo: Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma, 2002.

¹³ Puede reflexionarse aquí, por tanto, que muchas veces la justificación de la *vita apostolica* para programas iconográficos en contextos catedralicios no parece un argumento muy seguro. La aparición de

Es a comienzos del siglo XI cuando obispos como Pere de Gerona, Ermengol de Urgel y Aeci de Barcelona desarrollaron regularizaciones de su clero respectivo. Así, en la Gerona de 1019 se decidía la construcción de una *domus canonice* destinada a la vida regular del cabildo, que había comenzado a denominarse indistintamente como *clericis* o *canonicis* desde la primera mitad del siglo X. Lo mismo haría Aeci de Barcelona o el santo obispo Ermengol en la Seo de Urgel, continuando la obra de reforma iniciada por su predecesor Salla. Respecto al Occidente de la Península, el Concilio de Coyanza (1055), celebrado en presencia de los prelados de Oviedo, León, Astorga, Palencia, Viseo, Calahorra, Pamplona, Lugo, Iria y Oporto -varían según las redacciones conimbricense u ovetense-, también se anticipó en lo que a reforma de la vida clerical se refiere, aunque sin atenerse al segundo de los criterios más importantes de la política papal de la época: la centralización hacia el modo romano de todas las liturgias locales. Coyanza restablecía las directrices para la adopción generalizada de la vida regular -*canonica*- de las que se harían eco los concilios compostelanos de 1056 y 1063, no sin mostrar innovaciones como la aparición del término ‘canónigo’¹⁴. Como repercusión de Coyanza, en Braga, Compostela, Oviedo, León o Astorga y entre los siglos XI y XII, varios prelados iniciaron la reforma de sus cabildos que, en sus propias palabras, habían encontrado sin estructura regular alguna y casi secularizados. En la Península Ibérica, si la *vita communis* de la iglesia hispánica continuaba latente en las catedrales peninsulares sin muchos problemas, la aparición de los últimos prelados reformadores como Pedro de Braga (1070-1071) o Pelayo de León estaban anunciando un cambio¹⁵. El naciente reino de Portugal se adelantó a las demás comunidades peninsulares con la creación de una iglesia nacional que quería desvincularse de la omnipotente Compostela y del vecino reino leonés mediante la unión a la ciudad de Roma. Afonso Enríquez tuvo un buen brazo al

Apostolados en, por ejemplo, imágenes claustrales no es en absoluto exclusiva de cabildos *sub regula*, como demuestran las noticias sobre los apostolados que decoraban los machones de los claustros tardorrománicos de Zamora o Salamanca, estructuras eclesíásticas completamente secularizadas (CARRERO SANTAMARÍA, E. – El claustro medieval de la catedral de Zamora: Topografía y función. *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos ‘Florián de Ocampo’*. (1995) 7-27. IDEM – *La Catedral vieja de Salamanca: Arquitectura y vida capitular*. Murcia, 2004.

¹⁴ CARRERO SANTAMARÍA – *Ecce quam bonum*, p. 781-785. Las versiones de Coyanza pueden consultarse en GARCÍA GALLO, A. – El concilio de Coyanza: Contribución al estudio del Derecho español en la Alta Edad Media. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 20 (1950) 275-633 y *LIVRO Preto*, doc. 567, p. 753-760.

¹⁵ La labor de Pedro en Braga no se limitó a reformar su cabildo sino a estructurar el territorio diocesano, con motivo de los problemas del obispado bracarense frente a las pretensiones de Compostela u Oviedo, Véanse aquí, COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1 y AMARAL, L. C. – Organización eclesíástica de Entre-Douro-e-Mínho: O caso da Diocese de Braga (sécs. IX-XII). In *DEL CANTÁBRICO al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII*. Ed. J. A. García de Cortázar. Santander, 1999, p. 313-349.

que encargar tales acciones, me refiero al fascinante arzobispo bracarense João Peculiar (1138-1175)¹⁶. Peculiar significó la definitiva definición de los cabildos catedralicios portugueses en una órbita europea. Si en un inicio y a veces de forma sumamente violenta legisló un recrudescimiento de la vida comunitaria del clero capitular con un refectorio y un dormitorio, al estilo de la reforma postgregoriana más rigorista, precisamente su obra lo que consiguió fue acelerar el proceso de secularización de los cabildos portugueses que, tras su muerte, iniciaron un rápido camino hacia el abandono de normativas de vida comunitaria, que se vio materializado en la práctica secular de todo el clero portugués a comienzos del siglo XIII. Precisamente cuando entraran en vigor las normativas romanas y se extendiera el cambio litúrgico desde las últimas décadas del siglo XI, es cuando se producirían las primeras secularizaciones capitulares, a la par que cabildos como el de Tuy, Coimbra o Coria declaraban haber asumido la regla de San Agustín como normativa de vida en común, sean sus documentos falsos o no.

1.2. Cabildos *sub regula* vs. Cabildos seculares

A partir del siglo XII seguiremos encontrando cabildos bajo regla, pero la cuestión de qué regla era ésta resulta espinosa. Generalmente se ha venido aceptando que la normativa de San Agustín fue la que regularizó al clero catedralicio y, sí, efectivamente existió una consciencia de agustinismo por parte de cada cabildo pero que, curiosamente, en la mayoría de las ocasiones no pasó más allá de lo nominal. Las formas de reglamentación tanto de congregaciones reglares como seculares sólo contemplaron la normativa de San Agustín en pequeños fragmentos recogidos al comienzo de los *Liber capituli* o *Pretiosas* e, incluso, apodando con su nombre a textos de otro carácter, como ocurrió en León a comienzos del siglo XIII¹⁷. Antes, en la Braga de don Pedro, se recogía cómo el clero catedralicio vivía bajo unos *canon et regula Sancti Gregorii* que, según demostró A. J. da Costa, *não era propriamente uma regra, mas o ideal de vida*, integrados por textos del propio San Gregorio Magno y las cartas de San Agustín de Canterbury¹⁸. Como decía, en los cabildos seculares las alusiones a San Agustín y su regla fueron simplemente coyunturales, en los cabildos que permanecieron bajo vida regular – como Zaragoza, Jaca, Tortosa, Tarragona o Pamplona – la vida se rigió por estatutos capitulares y no por reglas de ningún tipo.

¹⁶ Nos falta una completa biografía sobre don João. Remito aquí al trabajo de COSTA, A. de J. da – D. João Peculiar co-fundador do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Bispo do Porto e Arcebispo de Braga. In *Santa Cruz de Coimbra do século XI ao século XX: Estudos*. Coimbra, 1984, p. 59-83. Los documentos de su radical intervención en Coimbra, *LIVRO Preto*, docs. 636-642, p. 860-867.

¹⁷ CARRERO SANTAMARÍA – *Santa María*, p. 16-17.

¹⁸ COSTA, A. de J. da – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 304.

Dentro del movimiento oscilante de relajación y regularización que afectó a todos los cabildos catedralicios que llegaron a vivir en común, el resultado generalizado de su existencia regular fueron las frecuentes revisiones de constituciones y estatutos por varios prelados hasta su definitiva secularización. Lo que me gustaría dejar claro es que no tuvieron por qué ir unidas las diferentes reformas capitulares y la adopción de la liturgia romana en la sede. La normativa regular para la catedral no se planteó como una novedad, algo que significara una ruptura radical y a veces problemática como sí ocurriría en el plano litúrgico, por el contrario se trató de la recuperación o remodelación de un orden ya conocido y practicado.

En lo tocante a las secularizaciones, entenderemos por tal el movimiento a través del que los cabildos catedralicios comenzaron a ‘vivir el siglo’, abandonando la regularidad y, por tanto, fuera de estructuras eclesiásticas de clausura. No siempre es fácil establecer el momento concreto en que se secularizó un cabildo. Las formas para detectarlo parten del cambio de titulación desde prior a deán, para la máxima figura capitular *post pontificalem* que pasaba de dirigir una cogregación regular a otra secular, y de la aparición de las prebendas particulares o canonjías perpetuas, que permitían a cada canónigo disfrutar de su dinero y cargo de por vida. Trazando una línea imaginaria recorriendo la Península de Este a oeste y desde las sedes de Tortosa a Évora, sabemos que los cabildos de la mitad norte de la Península Ibérica tuvieron vida común en los siglos iniciales de su existencia y que los de la mitad sur – Baeza/Jaén, Murcia, Valencia, Segorbe, Sevilla, Córdoba, Silves o Cádiz – no la ejercieron nunca. Por el contrario, van a existir toda una serie de cabildos que he apodado con el título de cabildos de Reconquista, de los que desconocemos muchas noticias sobre su período inicial y, por ende, sobre su supuesta vida en común¹⁹. Se trata de los que, reinstaurados o fundados entre los siglos XI y XII, van a estribar entre la vida común más radical o un simple periodo de formación del que no podemos extraer mucho más. En los territorios de León, Aragón y Castilla, llama la atención que cabildos de ciudades reconquistadas en pleno siglo XIII como Lérida, Tarragona, Tortosa, Zaragoza, el Burgo de Osma o Sigüenza mantuvieran hasta fechas tardías su normativa regular y cuyo arco de secularización estribó entre los siglos XIV y XVII. Por el contrario, podemos contar con una presumible vida comunitaria en Burgos, Tarazona, Toledo, Ciudad Rodrigo o Coria, pero en cabildos como los de Ávila, Segovia, Plasencia o Cuenca la vida común no fue más que una etapa fundacional de escasas décadas de duración de la que rápidamente se pasó a una estructura secular. En el reino de Portugal, la situación es similar. Ya he aludido a las claras noticias

¹⁹ Me he ocupado de esta cuestión en CARRERO SANTAMARÍA – *Ecce quam bonum*, p. 793-796.

sobre la *vita communis* en Coimbra y Braga, a las que tenemos que añadir las de Viseo y Lamego – aún en su etapa como prioratos de Coimbra – y, con seguridad, de Guarda, a pesar de la inexistencia de documentación sobre ésta última²⁰. No ocurre lo mismo con Lisboa y Évora, donde la vida comunitaria, al igual que en las sedes castellanas citadas, pareció no ser más que un estadio transitorio hacia la lógica secularización, tal y como se pone de manifiesto a través de los trabajos dedicados a sus cabildos²¹.

2. EL ESPACIO PARA LA VIDA COMUNITARIA. DEL ATRIO Y LAS CASAS COMUNES, AL CLAUSTRO CON GALERÍAS

El lugar para la vida común de estas iniciales comunidades catedralicias repetía los esquemas del atrio indicado líneas arriba para fechas previas. En un amplio espectro cronológico que va de los siglos IX al XII encontramos conjuntos de iglesias en Oviedo, la Seo de Urgel y, posiblemente de forma circunstancial, en la organización inicial de la catedral de León ocupando las dependencias de las termas de la ciudad, donadas por el monarca Ordoño II. Centrándonos algo más en las dos primeras, en Oviedo, la iglesia del Salvador y su tesoro – la conocida Cámara Santa – estaban acompañados por la iglesia funeraria regia, dedicada a Santa María, y un posible baptisterio, mientras al sur se ubicaron los restos de una estructura habitacional que debe interpretarse como el lugar de residencia del rey y del clero ovetense, que después evolucionaría hacia el palacio episcopal, conformando una de las zonas de residencia del cabildo prácticamente hasta nuestros días²². Mientras, la Seo de

²⁰ Para Lamego, véase el capítulo introductorio de la obra SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV*. Leiria: Magno, 2003, p. 23-31. Sobre Guarda y el problema de sus sucesivas catedrales, GOMES, R. Costa – *A Guarda Medieval: Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Lisboa, 1987, p. 81-86.

²¹ Consúltese aquí la monografía de VILAR, Herminia Vasconcelos – *As Dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 115-120. Sobre Lisboa, FARELO, Mário Sérgio – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)*. Lisboa: 2004, p. 6-52. Tesis de ‘mestrado’: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

²² CARRERO SANTAMARÍA – *El conjunto catedralicio*, p. 27-80; IDEM – Lipsanotecas y altares en el Oviedo medieval: Elementos de culto litúrgico procedentes de la catedral y su entorno. In *Estudios en homenaje al profesor Eloy Benito Ruano*. Vol. 2. Oviedo, 2004, p. 577-589. Recientemente, se ha pretendido equiparar la ideología fundacional y la topografía de la ciudad de Oviedo de Alfonso II a ejemplos tardoantiguos, en concreto a las instauraciones realizadas por Constantino e, incluso, el París de Clodoveo. Permítaseme aquí ni rebatir dicha teoría, ajena a planteamientos científicos rigurosos, cuestión extensible también a otros aspectos tratados en dicho estudio, como las dimensiones del atrio catedralicio ovetense y el general significado de la Cámara Santa (GARCÍA CUETOS, P. – La Cámara Santa y su posible papel en la Regia Sedes ovetense. In *Ciclo de conferencias Jubileo 2000*. Oviedo, 2004, p. 7-76). Buscándose un paralelo y teniendo tan cerca a la monarquía hispanovisigoda, a pesar de todo,

Urgel representa un auténtico punto y aparte especialmente tardío, ya que en pleno siglo XII, cuando los conjuntos de iglesias ya habían pasado a la historia integrándose todas sus funciones en la iglesia catedralicia principal, el conjunto urgelés estaba compuesto por las iglesias de Santa María y San Pedro, más una tercera de carácter juratorio sita al Éste de las anteriores²³.

2.1. El atrio, ámbito de la vida comunitaria

Mucho más dificultoso se presenta el tema de la arquitectura para la *vita communis*. Si, como veíamos, en épocas previas nos consta documental o arquitectónicamente la residencia clerical junto al prelado, tanto las nuevas sedes como las restauradas, contarán con atrios, corrales, patios o *claustras* que rodeaban a la iglesia como espacios destinados a la vida común del clero catedralicio, a lugar de enterramiento y a dar asilo a pobres y enfermos²⁴.

En 1056 y 1063 se celebraron cónclaves episcopales en Compostela, considerados los concilios nacionales galaicos destinados a adaptar a las peculiaridades de su iglesia las disposiciones del Concilio de Coyanza²⁵. En ambos se repitieron las consignas en materia episcopal trazadas en Coyanza, aunque recogiendo nuevas disposiciones destacables a nuestro interés. Se trata del segundo canon, donde se especifica que: *Omni autem tempore unam omnes horam intra ecclesiam simul celebrent, unum refectorium, unum dormitorium, et dum in propinquo fuerint omnibus Canonicis cum Episcopis habeant, ut absque uno de his tribus nunquam desit Monachis. Et in his omnibus silentium observent, necnon et ad mensam lectiones sanctas semper audiant*²⁶. Destaca la utilización del dormitorio y refectorio común, la observación de la lectura en éste último y, desde luego, la

puede comprobarse lo desafortunado del planteamiento constantiniano a través del estupendo estudio de BUENACASA PÉREZ, C. – La arquitectura y el arte al servicio de la propaganda del Emperador y de la Iglesia (siglos IV-V): Legislación imperial y postulados cristianos. *Sicvlorvm Gymnasium*. 54: 1-2 (2001) 233-258.

²³ Tenemos plena constancia del discurso litúrgico entre las dos primeras y la ciudad gracias a la Consueta conservada, que describe puntualmente las ceremonias del cabildo (GROS I PUJOL, Miquel dels Sants – La consueta antiga de la Seu d'Urgell (Vic, Mus. Episc. Ms. 131). *Urgellia*. 1 (1978) 183-266).

²⁴ Cf. CARRERO SANTAMARÍA, E. – La claustra y la canónica medieval de la catedral de Astorga. In *LA CATEDRAL de Astorga (Actas del Simposio)*, Astorga, 9-11 de agosto de 2000. Astorga, 2001, p. 85-156, en particular, p. 97-105; IDEM – La catedral de Ourense y sus inmediaciones: Nuevas hipótesis sobre viejas teorías. *Porta da Aira*. 9 (2002) 6-26; IDEM – *El conjunto catedralicio*, p. 41-43 y 77-78; IDEM – La catedral románica de Pamplona: Hacia una interpretación funcional. In *SANCHO III el Mayor y sus herederos: El linaje que europeizó los reinos hispánicos*. Pamplona (en prensa).

²⁵ GARCÍA CONDE, A. – El Concilio compostelano de 1060 o de 1061. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos histórico-artísticos de Lugo*. 7: 53-56 (1960-1961) 26-29; después, MARTÍNEZ DÍEZ, G. – El concilio compostelano del reinado de Fernando I. *Anuario de Estudios Medievales*. 1 (1964) 121-138, en particular, p. 137-138.

²⁶ Publ. RUIZ ASENCIO, J. M. – *Colección documental del archivo de la Catedral de León (775-1230)*. Vol. 4: (1032-1109). León, 1990, doc. 1127, p. 343-346.

denominación de *monachis* y *canonicis* respecto al clero catedralicio, volviendo a insistir en la terminología utilizada en todas las sedes desde la restauración.

El espacio de desarrollo de esta vida comunitaria va a estar compuesto por una serie de edificios localizados en algún punto del atrio catedralicio y que van a recibir el título de casas comunes o canónicas, integradas por la sala capitular, el dormitorio, el refectorio y la cocina, dispuestos en uno o varios edificios de dos plantas. Perfectamente documentadas en Francia²⁷, en los reinos peninsulares contamos con noticias documentales de cierta importancia y, según veremos, con la preservación de al menos cuatro de estas *domus communis*, en diferentes grados de conservación. Anunciaba líneas arriba cómo los episcopados gerundense, barcelonés y urgelés iniciaron procesos de construcción de canónicas a la par que reformaban sus cabildos. La canónica gerundense fue construida como continuación del transepto de la catedral románica, compuesta por dos pisos y con una vecina sala capitular en una irregular posición en la axila del transepto, que terminaría generando una anómala topografía claustral (fig. 1)²⁸. En Barcelona, el



Fig. 1. Catedral de Gerona. Restos de la canónica hoy en la capilla del Santísimo.

²⁷ ESQUIEU, Y. – *Autour de nos cathédrales: Quartiers canoniaux du sillon rhodanien et du littoral méditerranéen*. París, 1992, p. 151-157; IDEM – Les bâtiments de la vie commune des chanoines. In *LES CHANOINES dans la ville: Recherches sur la topographie des quartiers canoniaux en France*. Dir. J.-C. Picard. París, 1994, p. 41-46.

²⁸ CARRERO SANTAMARÍA, E. – El claustro de la Seo de Girona, sus orígenes arquitectónicos y modificaciones. *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*. 45 (2004) 189-214.

obispo Aeci entregaba a la recién reformado cabildo catedralicio el *claustrum*, situado entre la iglesia y el palacio episcopal. Según la descripción documental, éste era un espacio rodeado por un muro de piedras y cal, con una plantación de árboles frutales y viñas y que albergaba en su interior un refectorio, en el momento en obras²⁹. En la Seo de Urgel, la canónica se construyó en planta de L, al suroeste de la iglesia catedralicia original, integrándose en la superficie del posterior claustro y parte de la misma siendo tardíamente transformada en capilla³⁰.

Además de estos ejemplos, el centro-oriente peninsular quizás conserva los dos ejemplos más completos de canónica catedralicia, precisamente contruidos con el condicionante de adosarse a mezquitas consagradas con la Reconquista y que, finalmente, fueron demolidas para construir templos cristianos. En ambos casos, las canónicas se convirtieron en los edificios más antiguos conservados en la actualidad dentro de sus respectivos conjuntos catedralicios, formando un cuerpo arquitectónico compacto en una de las galerías del posterior claustro. Me estoy refiriendo a las catedrales de Huesca y Lérida. Son largos edificios de compleja articulación interna, que integraron entre sus dependencias la sala capitular, el dormitorio, el refectorio y sus cocinas y una bodega (figs. 2 y 3)³¹. Junto a éstos, un interesante documento nos aclara algunas cuestiones sobre la funcionalidad de las canónicas. Cuando en 1154 se articuló la comunidad catedralicia de Tarragona, el arzobispo Bernat Tort entregó a los canónigos un edificio que podemos indentificar fácilmente con una casa común, antes de la construcción del claustro tarraconense. Según el diploma, el prelado había edificado una construcción de dos pisos, el inferior dedicado a bodega y el superior a sala capitular, dormitorio, refectorio y cocina: *ibidem habeant suas officinas inferius et superius, subtus cellaria sua et orrea, supra vero reffectorium, et dormitorium, coquinam et capitulum, sicut distinctum est*³². Por último, recientemente, J. Martínez de Aguirre ha identificado la canónica de la catedral de Pamplona en los restos de un edificio románico hoy conservado en la panda occidental del claustro catedralicio³³. Tradicionalmente considerado una bodega – la “cillería” –, sus limita-

²⁹ Junto a esto, se especificaba que en el interior de este espacio podrían construirse todas las casas - *domos*- que se quisieran, destinadas a los canónigos (publ. PUIG I PUIG, S. – *Episcopologio de la sede barcinonense*. Barcelona, 1929, ap. 28, p. 368-369).

³⁰ CARRERO SANTAMARÍA, E. – Sobre ámbitos arquitectónicos y vida reglar del clero: La canónica de la Seu Vella de Lleida. *Seu Vella. Anuari d'Història i de Cultura*. 3 (2001) 82-107.

³¹ *Ibidem* y IDEM – De mezquita a catedral: La seo de Huesca y sus alrededores entre los siglos XI y XV. In *Catedral y ciudad en la Península Ibérica*. Eds. E. Carrero Santamaría y D. Rico Camps. Murcia, 2004, p. 35-75.

³² Cf. IDEM – La topografía claustral en las catedrales del Burgo de Osma, Sigüenza y Tarragona en el contexto del Tardorrománico hispano. In SIMPOSIO EN SANTO DOMINGO DE LA CALZADA, 29-31 de enero de 1998 - *La cabecera de la catedral calceatense y el Tardorrománico hispano: Actas*. Logroño, 2000, p. 389-417.

³³ MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J. – El siglo XI. In FERNÁNDEZ-LADREDA, C.; MARTÍNEZ DE AGUIRRE, J.; MARTÍNEZ ÁLAVA, C. J. – *El arte románico en Navarra*. Pamplona, 2002, p. 59-82.

Fig. 2. Catedral de Huesca.
Planta del claustro con la canónica
en su panda norte
(según A. Durán Gudiol).

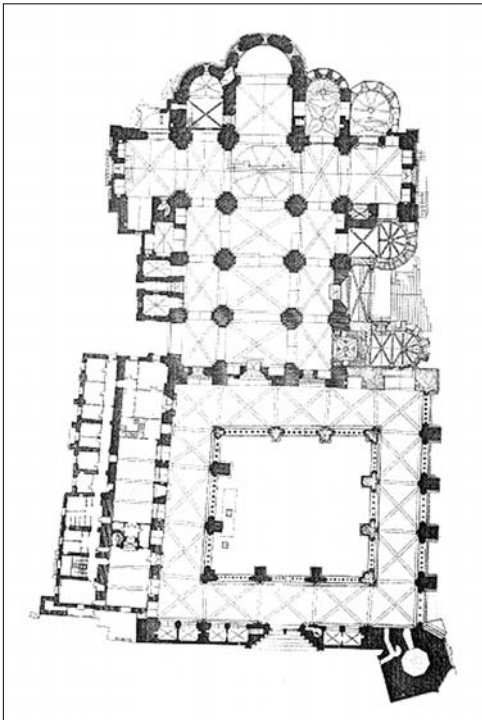
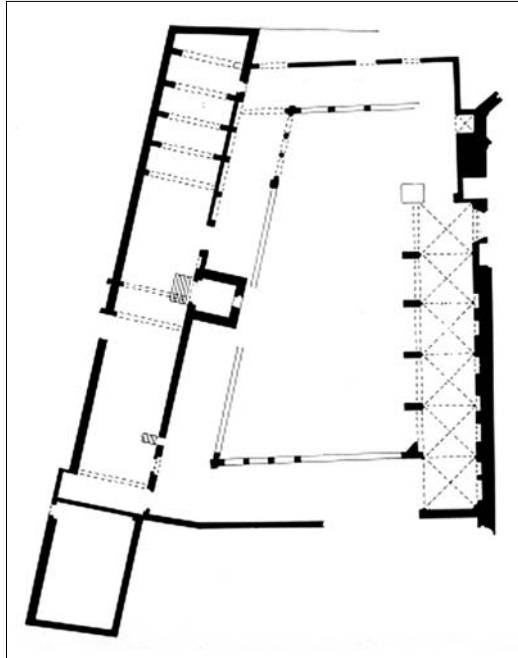


Fig. 3. Seu Vella de Lérida.
Planta general con la canónica
en la panda norte del claustro
(Plan Director de Restauración).

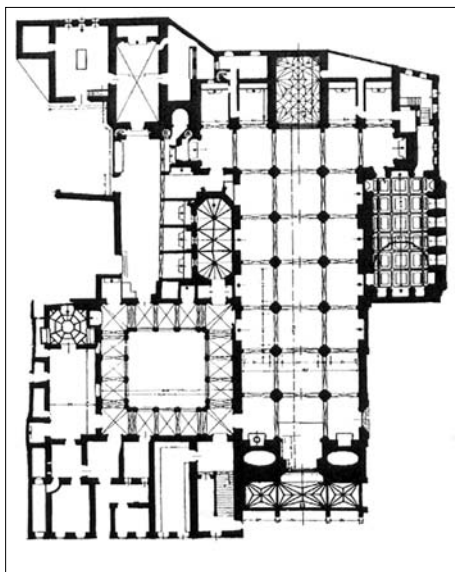


Fig. 4. Catedral de Braga. Planta general (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

das dimensiones obligaron a completar el conjunto canonical con un claustro y las dependencias del palacio episcopal vecino, que pasaron a convertirse en dormitorio capitular³⁴.

De modo similar a las sedes del Oriente de la Península, todas las catedrales del noroccidente debieron contar con casas comunitarias. La canónica de Santiago es la mejor conocida gracias a las noticias recogidas en la *Historia Compostelana*, tras ella, sabemos de la de Lugo localizada en el atrio catedralicio apodado como *claustro antealtaris*, la de Orense, al sur de la catedral, entre ésta y el palacio episcopal o la de Astorga junto a la cabecera catedralicia³⁵. Para Braga,

debía ubicarse en un claustro o patio sito al norte del templo catedralicio, en el lugar donde hoy se encuentran el cementerio y el claustro moderno (fig. 4)³⁶. Dicho claustro se documenta en 1110, entre los espacios profanados por los hombres de doña Teresa – *armata manu ecclesiam et claustrum ingredienti* –, entendiéndose por *claustrum* un ámbito cerrado junto a la catedral y que debió limitar al norte con el palacio episcopal³⁷. Parece que, a partir de dicho año de 1110, se iniciaría la construcción de un claustro con galerías, atribuido al episcopado de S. Geraldo³⁸. En cualquier caso, a mi parecer, la fase más interesante es la de conformación del ámbito del atrio bracarense y su evolución. Afortunadamente, la ciudad de Braga hoy ha conservado buena parte de este

³⁴ CARRERO SANTAMARÍA, E. – La catedral románica.

³⁵ IDEM – La claustra; IDEM – *Las catedrales de Galicia*, p. 20-30.

³⁶ M. L. Real lo sitúa entre la axila del transepto y las naves de la catedral (REAL, M. L. – O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do románico portugués In CONGRESSO INTERNACIONAL IX CENTENÁRIO DA DEDICAÇÃO DA SÉ DE BRAGA – *Actas*. Vol. 1: *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*. Braga: Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 435-512).

³⁷ Véase aquí SILVA, J. C. Vieira da – *Paços medievais portugueses*. 2ª ed. Lisboa, 2002, p. 91-93.

³⁸ Publ. COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 322. Hacia 1178, el testamento del arcediano Pedro Garciae alude a unas obras de mejora en la *domibus capituli* bracarense (Publ. *CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1924, p. 410. Llama la atención sobre este documento COSTA – *O Bispo D. Pedro*, vol. 1, p. 323).

espacio, integrado por el claustro moderno y sus dependencias y, sobre todo, el cementerio catedralicio – el llamado claustro de Santo Amaro –, poblado por las monumentales capillas funerarias de San Geraldo, de Glória o de don Gonçalo Pereira y la de Reis, fundada originalmente por el arzobispo don Lourenço Vicente. De forma muy similar a Braga, el cabildo de Oporto debió contar con su *domus communis* en un atrio sito en el lugar donde hoy se levanta el claustro catedralicio. A oriente de éste, todavía contamos con uno de los espacios más sugerentes de la arquitectura catedralicia portuguesa, como es el patio funerario que se generó con la fragmentación del atrio mediante el claustro (fig. 5). Aunque muy restaurado, presenta los retranqueamientos murarios a modo de arcosolios monumentales, habituales en un espacio cementerial, destinados a recibir sepulcros³⁹. Además, sobre todo y como veíamos en el patio de San Amaro de Braga, el cementerio

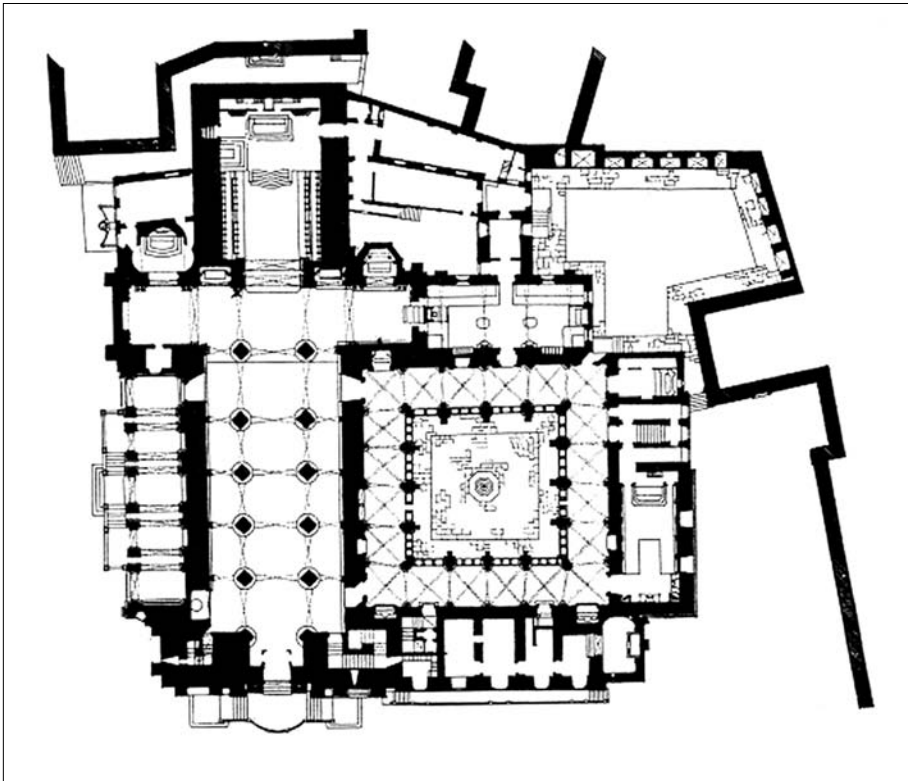


Fig. 5. Catedral de Oporto. Planta general (D.G.E.M.N.).

³⁹ CARRERO SANTAMARÍA, E. – De las estructuras reglares a Campo Santo: Etapas y funciones del claustro calceatense y su entorno. In *La Catedral de Santo Domingo de la Calzada entre el gótico y el primer Renacimiento (1230-1530)*. Actas del simposio 22-24 de marzo de 2001 (en prensa).

portuense representa la continuación del atrio primigenio en una de sus funciones originales.

En 1086, la donación de un inmueble a la catedral de Coimbra sitúa los límites de ésta a oriente con el *atrium Australe Sancte Marie*, donando a los *clericis habitantibus in supradicto loco*, que eran gobernados por *Martin Simeonis, prior congregationes Sancte Marie, cum quibusdam sociis suis*⁴⁰. Si bien el documento fue considerado falso por G. Pradalié⁴¹, el diploma conimbricense nos sirve para extraer una serie de datos rigurosamente ciertos: que existía un atrio en la catedral y que éste era el lugar donde vivía el clero capitular, es decir, allí se localizaba la canónica. Dicho edificio es referido como espacio arquitectónico concreto en otros diplomas. En 1110, se hacía entrega de un terreno que limitaba *ad septentrione, illa canonica*⁴². Hacia 1180, época en que testaba el presbítero Cipriano Clemente. Entre las donaciones recogidas se encontraban *meas arcas qui sunt in canonica*⁴³, referencia inequívoca a la *domus communis* de Coimbra. Lo mismo podemos deducir de la donación sin fecha que situaba una casa *ante portam canonicè Sancte Marie*⁴⁴. Con todo, el documento conimbricense más interesante a nuestro objetivo es la donación que, en 1172, realizaría don Afonso Henriques a la catedral. Con todo lujo de datos sobre su delimitación, el monarca entregaba al cabildo el territorio sobre el que éste tenía construida la canónica, definiendo claramente el atrio catedralicio. Según el propio documento, allí se realizaría la vida litúrgica y la vida común del cabildo aunque irónicamente, según veíamos líneas arriba, sólo quedarán unos años para su secularización: *Tali videlicet pacto ut canonic eiusdem sedis, et successores eorum, illas semper inhabitent, et ibi simul, more canonico, comedant et dormiant, et Deo et Beate Marie serviant, memoria nostri faciendo ein omnibus divinis officiis et orationibus tam diurnis quam nocturnis, per successiones generacionum et temporum, in secula seculorum*⁴⁵.

De la catedral de Lisboa, las fases iniciales de la misma nos están hablando de un amplio corral situado junto a la cabecera de la catedral y en el que, después, se construiría el claustro. En este patio, corral o *claustra* podemos suponer que se desarrolló la inicial vida común del cabildo lisboeta hasta su secularización, reutilizando una plataforma sobre la difícil orografía de su

⁴⁰ LIVRO Preto, doc. 20, p. 40.

⁴¹ PRADALIÉ, G. – Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XII^e siècle. *Mélanges de la Casa de Velásquez*. 10 (1974) 77-98.

⁴² LIVRO Preto, doc. 448, p. 610.

⁴³ *Ibidem*, doc. 27, p. 50.

⁴⁴ *Ibidem*, doc. 113, p. 172-173. Más difícil de encuadrar es la casa referida en un trueque de bienes realizado entre el alcaide de Coimbra y la catedral, en el que se cita la *domus cum palumbare que est in atrio Sancte Marie* (*Ibidem*, doc. 163, p. 264), refiriéndose con seguridad a alguna casa situada en las inmediaciones de la fachada norte, Este o sur de la catedral.

⁴⁵ *Ibidem*, doc. 590, p. 791-792.

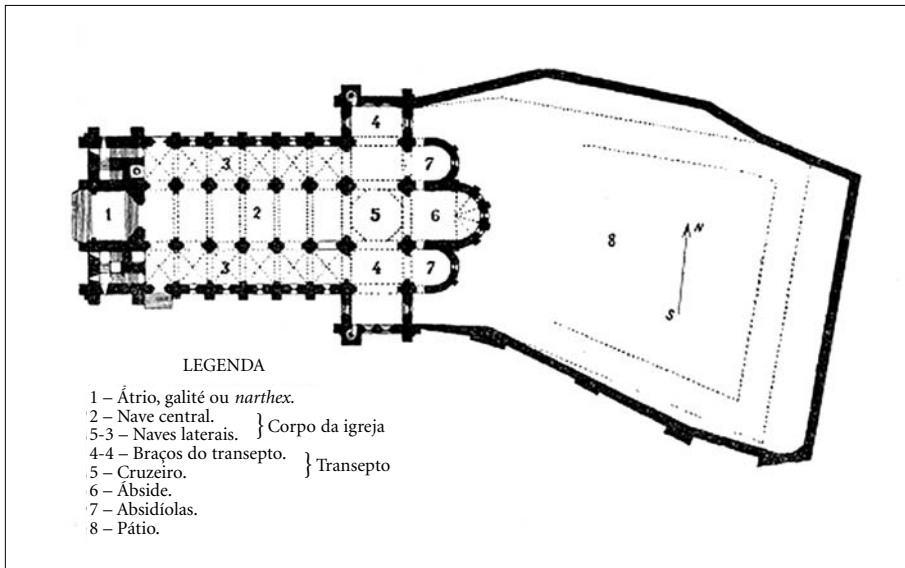


Fig. 6. Catedral de Lisboa. Planta reconstituendo su topografía en el siglo XII (publicada por J. de Castilho).

entorno, que las recientes excavaciones en el patio claustral han datado de época islámica (fig. 6). A la espera de nuevas noticias al respecto, la primera etapa de la Lisboa reconquistada, época en la que el cabildo ocuparía este espacio, parece poco representada en los materiales arqueológicos por ahora estudiados⁴⁶. Poco podemos decir sobre las canónicas de Lamego o Viseu, que indudablemente existieron. En esta última catedral, la intervención arqueológica sobre el promontorio donde se sitúa la catedral nos aportará novedades sobre las fases del cristianismo inicial de la ciudad y, lo que puede interesar más interesante, la etapa del priorato de San Teotónio y sus inmediaciones cronológicas⁴⁷. Finalmente, en Évora, en 1166 se estableció su cabildo, en la estela reformista de João Peculiar, pudiendo suponerse su transitoria vida reglar hasta comienzos del siglo XIII, momento en que ya se habría secularizado, como todos los cabildos del reino⁴⁸. De hecho, en 1321 se documenta la casa de la *cóniga*⁴⁹, creo que una clara referencia a la sala capitular que, finalmente, se integraría en las dos zonas

⁴⁶ MATOS, J. L. de – As escavações no interior dos Claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In *O LIVRO de Lisboa*. Coord. I. Moita. Lisboa, 1994, p. 32-34.

⁴⁷ Sobre los estadios iniciales de la catedral de Viseu, VAZ, J. L. Inês – Espaço e tempo na Acrópole de Viseu. *Monumentos*. 13 (2000) 45-51.

⁴⁸ VILAR – *As Dimensões de um poder*, p. 177-119.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 177.

de oficinas de la catedral, sitas a norte y sur del transepto, con dos edificios de dos pisos conteniendo sacristía, librería, tesoro y sala capitular⁵⁰.

De aquellas viejas canónicas nada sabemos. Al igual que en los conservados casos de la Seo de Urgel, Huesca y Lérida, podemos suponerlas integradas por uno o varios edificios yuxtapuestos, entre los que se encontrarían el refectorio, la cocina, el dormitorio y una sala capitular. Un texto muy interesante en este sentido es el diploma de restauración del cabildo de Coimbra por el obispo don Gonzalo entre 1109 y 1128. Aquí, al definir la figura del prior, le atribuye el control sobre el coro, la sala capitular, el refectorio, el dormitorio, la bodega y la cocina, es decir, todos los espacios que corresponderían a las dos obligaciones del clero capitular: la liturgia en el coro y la vida común en las restantes dependencias⁵¹. Además de acoger a pobres, generar el cementerio de la catedral y cobijar la *vita communis*, el atrio era un espacio para la liturgia, lugar por el que discurrían las procesiones, del mismo modo a como harían los claustros⁵².

2.2. La aparición del claustro

Respecto a la construcción de claustros, he insistido en la importancia de proyectos claustrales de topografía monástica en Tuy, Zamora, Compostela u Oviedo, edificios que, o no llegaron a construirse o quedaron limitados a una o dos dependencias, precisamente por el abandono de la vida comunitaria en sus cabildos⁵³. Debo indicar que la edificación de claustros que articularan las dependencias dedicadas a cabildos catedralicios reglares fue muy fragmentaria. Llegaron a elevarse claustros con estas dependencias en catedrales donde se mantuvo la vida común hasta la primera mitad del siglo XII como Gerona, Barcelona u Oviedo. Sólo el primero ha llegado a nuestros días. En los que la existencia reglar se perpetuó más tiempo, sin importarnos su momento de restauración, los claustros se constituyeron en elementos definitivos en su configuración institucional, como demuestran los casos de Jaca, Tarragona, Tortosa, Zaragoza, el Burgo de Osma, Sigüenza y el siempre aleccionador caso de la catedral de Pamplona, con su monumental claustro reglar gótico⁵⁴. En las res-

⁵⁰ Cf. CHICÓ, M. Tavares – *A Catedral de Évora na Idade Média*. Évora, 1946.

⁵¹ ...*corum, capitulum, refectorium, dormitorium, cellarium, coquinam*,... (LIVRO Preto, doc. 627, p. 841). El capítulo y el refectorio vuelven a ser referidos en documentos datados entre 1110 y 1116, como lugar de firma de documentos o como objeto de donación para la alimentación del cabildo (*Ibidem*, docs. 220, 234, 497, 532, p. 340-341, 364, 671, 711).

⁵² Así se documenta en Coimbra, entre 1173 y 1176 – *per claustum honorifice debet fieri procesio* (LIVRO Preto, doc. 658, p. 884)–, cuando el claustro aún no se había construido.

⁵³ CARRERO SANTAMARÍA, E. – Cathedral Cloisters in the Kingdoms of León and Galicia. In *Der mittelalterliche Kreuzgang: The medieval Cloister-Le cloître au Moyen Âge. Architektur, Funktion und Programm*. Ed. Peter K. Klein. Regensburg, 2004, p. 89-104.

⁵⁴ Véase la bibliografía al respecto recogida en CARRERO SANTAMARÍA, E. – La funcionalidad espacial en la arquitectura del medievo y las dependencias catedralicias como objeto del estudio histórico-artístico.

tantes catedrales de las Coronas de Aragón y Castilla se edificaron claustros con una serie de dependencias concentradas en una de sus galerías – entre las que destaca la sala capitular–, pero caracterizados por una fundamental funcionalidad funeraria.

El reino de Portugal presenta un proceso idéntico. En Coimbra, hacia 1180 tenemos documentados al *priorem et capitulum* de la catedral⁵⁵. El mismo año, el ya citado presbítero Cipriano Clemente donaba su vaso de plata *de tali pacto ut cotidie canonici bibant per eum in capitulo, et nullus babat per eum in mensa*⁵⁶. Sólo seis años después, el canónigo João Cides donaba el usufructo de una viña para el

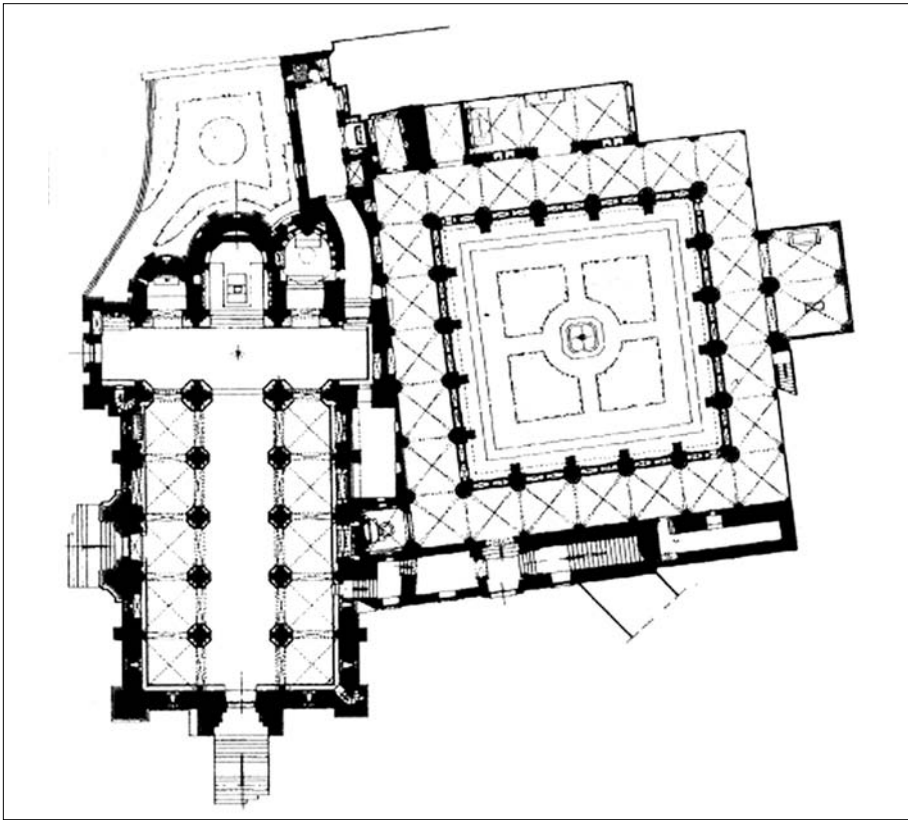


Fig. 7. Catedral de Coimbra. Planta general (D.G.E.M.N.).

Medievalismo. Boletín del Sociedad Española de Estudios Medievales. 28 (1999) 149-175. Subrayar aquí que conservamos escasísimas noticias de otros posibles casos como Tarazona o Calahorra, desaparecidos respectivamente en los siglos XIV y XVI.

⁵⁵ *LIVRO Preto*, doc. 10, p. 19.

⁵⁶ *Ibidem*, doc. 27, p. 49-51.

claustro y la cofradía de clérigos para que siempre se bebiera vino en el capítulo⁵⁷. Me interesa destacar dos cuestiones al respecto. Por un lado, que una parte del cabildo aún estaba haciendo vida común, según podemos deducir si enlazamos este documento con el previo. Y, en segundo lugar, que la obra del claustro catedralicio conimbricense ya se había iniciado. En estas fechas se secularizaría el cabildo de Coimbra, según refleja el documento de 1190 en que ya aparece la figura de deán⁵⁸. El claustro de la catedral, por fin, quedaría reducido a la sala capitular, capillas funerarias y el patio con arquerías (fig. 7)⁵⁹. En Oporto, el claustro es una indudable obra del siglo XIII, aunque su panda Este conserva un edificio previo que hoy hace las funciones de sacristía. Se trata de un vasto espacio cubierto con bóveda de cañón sobre fajones que, gracias a su posición topográfica en el claustro portuense parece no dejar lugar a dudas sobre su función original como sala capitular en un proyecto inicial de claustro (fig. 8). Algo similar a Oporto ocurrió en Lisboa. La diferencia principal es una simple cuestión topográfica: las dificultades del terreno situaron el claustro de la catedral lisboeta en una anómala posición junto a la cabecera del templo, de modo similar a como había ocurrido con la *Seu Vella* de Lérida, cuyo claustro se localizó a los pies de la iglesia. Por lo demás, Lisboa se presenta como un claustro perfectamente funerario, situado sobre el corral de la canónica y manteniendo únicamente la sala capitular, abierta en la galería oriental del mismo⁶⁰. No creo que haga falta insistir en que se trata de espacios para establecimientos perfectamente seculares.

En la primera mitad del siglo XIV se debió construir el claustro de la catedral de Lamego que, hasta la fecha, habría contado con un atrio o patio, al modo de los estudiados en el apartado previo⁶¹. Lo mismo ocurre en Viseu con los restos de un claustro del siglo XIV, luego sustituidos por un elegante edificio clasicista⁶². La sala capitular fue cubierta con una tardía bóveda de crucería, al transformarse en capilla funeraria del obispo João Vicente (1446-1463). Su espacio perteneció al proyecto inicial, según puede verse en el difícil acoplamiento de las nervaduras del abovedamiento con las ventanas y vanos originales de la misma. Por otro lado, desde el interior del transepto de la

⁵⁷ *Ibidem*, doc. 8, p. 17.

⁵⁸ *Ibidem*, doc. 11, p. 20.

⁵⁹ MACEDO, F. Pato de – O claustro da Sé Velha de Coimbra e a reforma pombalina da Universidade. In CONGRESSO “HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE”, 5 a 9 de Março de 1990 - Universidade(s). *História. Memória. Perspectivas. Actas*. Vol. 2. Coimbra, 1991, p. 255-267.

⁶⁰ CASTILLO, J. de – *Lisboa antiga. Bairros orientais*. 2ª ed. revisada con anotaciones de A. Vieira da Silva. Vol. 5. Lisboa, 1936, p. 110-118.

⁶¹ De hecho, en 1343, aparece referenciada una *casa nova hu se o dicto cabidoo soe a celebrar*, habiéndose documentado hasta el momento la *castra da dicta See hu soe a fazer o cabidoo* (SARAIVA – *A Sé de Lamego*, doc. 182, p. 733).

⁶² MACHADO, A. Soares; LEITE, L.; FINO, S. – O claustro renascentista da Sé de Viseu: Proporção, linguagem, significado. *Monumentos*. 13 (2000) 21-25.



Fig. 8. Catedral de Oporto.
Restos de las dependencias capitulares medievales en la panda Este
del claustro, hoy sacristía de la catedral.

catedral, una delatora puerta cegada nos está indicando que la sala capitular contó originalmente con dos pisos, muy probablemente el superior dedicado a tesoro, antes de la ampliación quinientista de la misma para librería, donde en nuestros días se instaló el museo catedralicio⁶³. Por fin, el claustro de Évora es el más puro ejemplo de claustro cementerial. También construido en el siglo XIV, aquí ya no hay restos de *vita communis* ni de nada semejante. De hecho, carece de dependencias, a excepción de la capilla funeraria del obispo don Pedro (1321-1340) en su ángulo sureste.

⁶³ La librería se documenta desde 1567 *na sobrecastra*, aunque las obras de este espacio daten del siglo XVII (RUÃO, C. – A Arquitectura da Sé Catedral de Viseu. *Monumentos*. 13 (2000) 13-20).

ALGUNOS APUNTES FINALES

La vida comunitaria del clero catedralicio en la Península Ibérica pasó por una serie de etapas cronológicas y con una clara gradación geográfica en función de la Reconquista. Antes de la invasión musulmana, las noticias documentales y arqueológicas aluden al efectivo mantenimiento de una vida común por parte del clero que rodeaba al obispo en su sede. Con el inicio de la Reconquista y la reordenación de la geografía eclesiástica hispana, tanto las nuevas sedes como las sedes recuperadas fueron instauradas desde la vida comunitaria de su clero. Desconocemos qué normativas siguieron estas comunidades, ya que la aparición de la *Regula Sancti Augustini* es tardía y de alcance muy desigual. A pesar de las dudas que mostraron muchos historiadores peninsulares de los siglos XVIII y XIX, al menos hasta el siglo XIII, otros registros diplomáticos indirectos nos informan de una vida comunitaria real. El clero catedralicio se organizó mediante colecciones de estatutos misceláneos, procedentes de fuentes tan diversas como las reglas monásticas hispánicas, la de San Benito, fragmentos de los Santos Padres y legislaciones particulares del derecho propio en cada congregación capitular. El día a día de estos cabildos se organizó en el atrio de la catedral, tomando como base uno o varios edificios yuxtapuestos que van a recibir el nombre de casas comunes o canónica. Si sólo hemos conservado un puñado de estos edificios, por el contrario se documentan en buena parte de las catedrales peninsulares hasta comienzos del siglo XIII, momento en que las catedrales iniciaron la construcción de claustros de uso funerario, acordes con su abandono de la vida en común.

Muchos cabildos reinstaurados entre finales del siglo XII y comienzos del XIII tuvieron una existencia comunitaria puramente coyuntural y de corta vida, como en Évora, Lisboa, Ávila, Cuenca o Segovia. Por el contrario, a partir del siglo XIII se generalizó la instauración de cabildos seculares en las nuevas sedes reconquistadas al sur de la Península, mientras los restantes iniciaban procesos de secularización más o menos rápidos, cuyos indicios ya se rastreaban en los años iniciales del siglo XII, pero que tuvieron su total expresión en el XIII con las visitas de los legados pontificios. Aquí no fueron necesarias casas comunes, canónicas, ni claustros, pero junto a estos cabildos secularizados, otros optaron por el continuismo en la *vita communis*, edificando junto a su iglesia complejas estructuras claustrales, dotadas con todas las dependencias y oficinas para una existencia reglar. Dicho continuismo se rompería de forma brusca y generalmente traumática en el siglo XIV – como en Sigüenza o en Huesca, donde el cabildo llegó a tener duros enfrentamientos sobre la permanencia o no de la vida reglar – o se prolongaría hasta la época moderna en Zaragoza, Tarragona, Osma o Tortosa y el siempre fascinante caso de la catedral de Pamplona, reglar hasta 1860.

A CÚRIA ROMANA ENTRE OS SÉCULOS XI E XIII: A PROPÓSITO DE LIVROS ESCRITOS E LIVROS POR ESCREVER



TOMMASO DI CARPEGNA FALCONIERI

Neste ensaio detemo-nos na análise de como o tema *Curia romana* tem sido abordado em alguns dos estudos mais recentes, prevalentemente italianos, franceses e alemães, sublinhando importantes contribuições científicas, individualizando as principais linhas de investigação e fazendo ainda algumas sugestões de trabalho de modo a suprimir algumas lacunas. As principais linhas de investigação que pudemos individualizar referem-se: a) aos estudos sobre o Colégio Cardinalício; b) aos estudos sobre a Cúria Romana entendida como “corte”; c) aos estudos sobre a Cúria Romana na sua relação com as instituições, as sociedades e as culturas que a circundavam. As principais lacunas, por outro lado, são as seguintes: a) faltam obras recentes de síntese; b) os instrumentos úteis para pesquisa e sobretudo para conhecer as fontes estão envelhecidos e não têm sido renovados; c) as investigações prosopográficas estão ainda pouco desenvolvidas.

THE ROMAN CURIA BETWEEN THE 11TH AND THE 13TH CENTURY: ON THE WRITTEN BOOKS AND THE NEEDED WORK

TOMMASO DI CARPEGNA FALCONIERI

This study analyses how the Roman curia has been approached in some more recent studies, mainly Italian, French and German works. It also emphasises the major academic contributions made, identifying the main lines of research and proposing some areas for research that will fill certain gaps. The main lines of research concern: a) studies on the College of Cardinals; b) studies on the Roman curia, seen as a “court”; c) studies on the Roman curia, in terms of their relations with the surrounding institutions, societies and cultures. In turn, the main gaps are: a) the lack of recent works of synthesis; b) useful research tools, specifically as the editions of the sources are old and have not been renewed; c) prosopographical studies, which are still underdeveloped.

LA CURIA ROMANA TRA XI E XIII SECOLO: A PROPOSITO DI LIBRI GIÀ SCRITTI E DI LIBRI CHE MANCANO ANCORA

TOMMASO DI CARPEGNA FALCONIERI*

1. PREMESSA

Nei duecentotrenta anni compresi tra i pontificati di Gregorio VII e di Bonifacio VIII (1073-1303), il papa non solamente afferma di essere la massima autorità spirituale e, in parte, temporale, ma arriva a possedere anche i mezzi per esercitare, pur tra mille contrasti, questo suo primato. In quello stesso periodo, infatti, il papato si dota dei mezzi concreti per intervenire con efficacia nelle chiese e nei regni della Cristianità.

L'autorità possiede sempre un aspetto materiale e pragmatico, senza il quale rimane semplice asserzione di principio. Nella storia del papato, questo aspetto materiale si traduce nella costituzione e nell'evoluzione di un apparato, che è la Curia. Alla fine del secolo XI l'organizzazione del suo governo acquisisce per la prima volta il nome di «Curia romana»: le prime notizie rimontano al pontificato di Urbano II (1088-1099). I nomi antichi – vescovio, patriarcio, sacro palazzo lateranense – vengono sostituiti da un vocabolo nuovo, che ha il significato di «corte». Il modello di riferimento è inizialmente la corte imperiale, ma la sua struttura si complica rapidamente, diventando una delle macchine amministrative più efficaci del medioevo¹.

Non c'è neppure bisogno di dire che il tema della presente comunicazione è di portata talmente vasta, che non solamente non si può esaurire, ma quasi non si può introdurre nel poco tempo a disposizione. Pertanto, desidero soffermarmi soltanto nell'analisi di come il tema *Curia romana* sia stato affrontato in alcuni tra gli studi più recenti, sottolineando i numerosi e notevoli apporti scientifici, individuando le principali linee di ricerca e, infine, suggerendo anche quelle che si presentano alla nostra attenzione come alcune lacune da colmare. Userò un ritmo ternario: citerò i tre principali filoni di studi di cui la Curia costituisce a mio avviso l'oggetto, e le tre principali mancanze storiografiche che sono in grado di rilevare.

* Università di Urbino (Italia).

¹ Per un inquadramento generale si possono consultare le diverse voci *Curie* del *DICTIONNAIRE historique de la papauté*. A cura di Ph. Levillain. Paris: Fayard, 1994, p. 503-532.

2. GLI INDIRIZZI DI RICERCA

La *Curia romana* costituisce un argomento di studio di interesse vastissimo, situato nell'ambito della Storia delle istituzioni ecclesiastiche, della Storia del papato e della Storia di tutti coloro che con il papato hanno avuto contatti: in una parola, nell'ambito della Storia medievale. Dal riconoscimento della sua presenza generale e capillare nella società e nelle istituzioni medievali, la Curia romana è fatta oggetto di studi storici che affrontano temi e problemi molto diversi l'uno dall'altro.

Tra questi, il principale, quello che possiede una tradizione di studi più longeva, ma non per questo in via di esaurimento, si propone come analisi del significato ecclesiologico, politico e culturale che la Curia romana ha espresso nei secoli finali del medioevo, soprattutto attraverso il Collegio cardinalizio. In prevalenza storici del diritto, del pensiero e delle istituzioni ecclesiastiche, a volte ispirati inizialmente dal clima di vivacità culturale che circondava il Concilio Vaticano II, si sono cimentati nell'impresa di esaminare e valutare in quale modo e per quali ragioni l'apparato curiale abbia contribuito in maniera determinante alla formulazione dottrinale e, contemporaneamente, alla espressione fattuale del primato romano: pensiamo soprattutto a Michele Maccarrone e a Giuseppe Alberigo². È una acquisizione storiografica certa, infatti, come la Curia romana, attraverso i suoi membri e i suoi organi di governo e amministrazione, abbia costituito il motore per l'affermazione del centralismo romano e del primato petrino. La differenza tra alto e basso medioevo non si valuta solamente esaminando il grado di coscienza che aveva di sé la Chiesa romana dichiarando il suo primato: certo, i *Dictatus pape* o la bolla *Unam sanctam* non sono altomedievali, ma la teoria delle due spade risale al V secolo, e il *Constitutum Constantini* era stato forgiato già nel secolo VIII. La differenza tra alto e basso medioevo, dunque, passa anche attraverso la capacità reale che ebbe la Chiesa romana di affermare il proprio primato. E questa capacità le venne data proprio dalla formazione di un apparato efficiente, che naturalmente era la Curia romana: in primo luogo e soprattutto con l'istituzione dei legati apostolici³.

² Cf. gli studi di M. Maccarrone raccolti in MACCARRONE, M. – *Romana Ecclesia-Cathedra Petri*. A cura di R. Volpini; A. Galuzzi; P. Zerbi. Roma: Herder, 1991. 2 vol. (Italia Sacra, 48); vedi ALBERIGO, G. – Le origini della dottrina sullo *Jus Divinus* del Cardinalato (1053-1087). In «REFORMATA Reformanda»: *Festgabe für Hubert Jedin zum 17. Juni 1965*. Münster. 1965; IDEM – *Cardinalato e collegialità: Studi sull'ecclesiologia tra l'XI e il XIV secolo*. Firenze, 1969.

³ Vedi in proposito FIGUEIRA, R. C. – Legatus Apostolicae Sedis: the Pope's Alter Ego according to Thirteenth-Century Canon Law. *Studi medievali*. 27 (1986) 527-574; BOESPFLUG, Th. – La représentation du pape au Moyen Âge: les légats pontificaux au XIII^e siècle. *Mélanges de l'École française de Rome – Moyen Âge*. 114: 1 (2002) 59-71.

Alcuni tra gli studi più importanti, penso ad esempio a quelli di Alberigo sul diritto divino del cardinalato e sul «cardinalato e collegialità», o il recente libro di Melloni sul conclave⁴, hanno sottolineato la struttura anche collegiale del vertice della Chiesa medievale: una collegialità che rimarrà tale fino alla piena età moderna, come ha sottolineato Paolo Prodi⁵.

Il Collegio cardinalizio, dunque, è stato esaminato sotto moltissimi aspetti. Ricordiamo solo di sfuggita i lavori pionieristici di Klewitz, Kuttner e Andrieu⁶, e citiamo i successivi, numerosi studi di Edit Pásztor⁷, gli atti della Mendola del 1971, dedicati al papato, episcopato e cardinalato⁸; infine le ricerche più recenti di impianto prosopografico, tra cui quelle di Hüls e Maleczek⁹.

La storia del cardinalato si è arricchita considerevolmente negli ultimi anni, soprattutto per i lavori di Agostino Paravicini Bagliani, che ha scritto alcune tra le pagine più innovative sulla storia del papato medievale, soffermandosi su temi quali la cultura e la mentalità, la composizione delle *familiae* cardinalizie, il rapporto con la morte, con il corpo, con la salute, con la scienza: ricordiamo, tra i tanti titoli, *I testamenti dei cardinali del Duecento*, *Il trono di Pietro*, *Le chiavi e la tiara*, *La vita quotidiana alla corte dei papi del Duecento*¹⁰. Gli studi di

⁴ ALBERIGO – *Cardinalato e collegialità*; MELLONI, A. – *Il Conclave: storia di un'istituzione*. Bologna: Il Mulino, 2001.

⁵ PRODI, P. – *Il romano pontefice: Un corpo e due anime: La monarchia papale nella prima età moderna*. Bologna: Il Mulino, 1982, p. 169 ss.

⁶ KLEWITZ, H. W. – Die Entstehung des Kardinalskollegiums. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*. 25 (1936) 115-221; ora in IDEM – *Reformpapsttum und Kardinalkolleg*, Darmstadt 1957; S. Kuttner – *Cardinalis: The History of a Canonical Concept*. *Traditio*. 3 (1945) 129-214; ANDRIEU, M. – L'origine du titre de Cardinal dans l'Église Romaine. In *Miscellanea Giovanni Mercati*. Vol. 5. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 1946, p. 113-144 (Studi e testi; 125).

⁷ Raccolti oggi in PÁSZTOR, E. – *Onus apostolicae sedis: Curia romana e cardinalato nei secoli XI-XIV*. A cura di L. Gatto; S. di Mattia Spirito; A. Cocci; A. Marini. Roma: Università degli Studi di Roma "La Sapienza", Dipartimento di Studi sulle Società e le Culture del medioevo, 1999.

⁸ SETTIMANA INTERNAZIONALE DI STUDIO, 5, Mendola, 26-31 agosto 1971 – *Le istituzioni ecclesiastiche della «Societas Christiana» dei secoli XI-XII, papato, cardinalato ed episcopato: Atti*. Milano, 1974.

⁹ HÜLS, R. – *Kardinäle, Klerus und Kirchen Roms 1049-1130*. Tübingen: M. Niemeyer, 1977. (Bibliothek des deutschen historischen Instituts in Rom; 48); MALECZEK, W. – Das Kardinalskollegium unter Innocenz II. und Anaclet II. *Archivum historiae Pontificiae*. 19 (1981) 27-78; IDEM – *Das Kardinalskolleg von 1191 bis 1216: Die Kardinäle unter Coelestin III. und Innocenz III.* Wien, 1984; IDEM – *Zwischen lokaler Verangerung und universalem Horizont: Das Kardinalskollegium unter Innocenz III.* In *INNOCENZO III: Urbs et Orbis*. Atti del Congresso Internazionale, Roma, 9-15 settembre 1998. A cura di A. Sommerlechner. Roma: Istituto storico italiano per il medio evo; Società romana di storia patria, 2003, p. 102-174 (Nuovi studi storici; 55; Miscellanea della Società romana di storia patria; 44).

¹⁰ PARAVICINI BAGLIANI, A. – *Cardinali di curia e «familiae» cardinalizie dal 1227 al 1254*. Padova: Antenore, 1972 (Italia Sacra; 18-19). 2 vol.; IDEM – *I testamenti dei cardinali del Duecento*. Roma: Società romana di storia patria, 1980; IDEM – *La vita quotidiana alla corte dei papi nel Duecento*. Roma-Bari: Laterza, 1996; IDEM – *Il trono di Pietro: L'universalità del papato da Alessandro III a Bonifacio VIII*, Roma, NIS, 1996; IDEM – *Le Chiavi e la Tiara: Immagini e simboli del papato medievale*. Roma: Viella, 1998 (La corte dei papi; 3).

Paravicini Bagliani ci introducono al secondo filone di studi, che potremmo riassumere nella considerazione e nella dimostrazione che l'apparato curiale e in generale gli ambienti che circondavano il pontefice si presentavano, già nel Duecento, come una vera e propria corte. Non per niente, lo stesso Paravicini Bagliani dirige una collana dal titolo eloquente: *La corte dei papi*.

Infine, il terzo filone di studi, invero fiorente, è vicino ai due precedenti e riunisce temi relativamente distanti gli uni dagli altri, ma tutti assimilabili nel fatto che la Curia romana viene colta nel suo rapporto di partecipazione e dialettica con ciò che le sta intorno: il personale e i mercanti *curiam sequentes*, studiati recentemente, tra gli altri, da Vendittelli¹¹, i procuratori operanti in Curia per conto dei sovrani e degli ordini religiosi, studiati da Sohn¹², gli ormai numerosi convegni su *Papauté, offices et charges publiques*, organizzati dall'École française de Rome, e che tuttavia si riferiscono ai secoli che partono dal XIV, gli studi sul rapporto tra la curia e le altre realtà europee, di cui il presente convegno è un esempio brillante, e ancora gli studi relativi all'intervento di amministrazione e di governo che i funzionari della Curia esercitarono nei luoghi in cui più forte fu la loro influenza e autorità: Roma, naturalmente, e in generale lo Stato Pontificio, che si forma tra il XII e il XIII secolo. E dunque ricordiamo gli studi, principalmente di storia politica, condotti da Daniel Waley e da Jean-Claude Maire Vigueur¹³, e ancora gli studi incentrati sulla storia delle istituzioni ecclesiastiche del Lazio e dello Stato Pontificio¹⁴; le ricerche sul rapporto tra il papato e la città di Roma, portate avanti soprattutto da Giulia

¹¹ VENDITTELLI, M – Mercanti romani del primo Duecento «in Urbe potentes». In *ROMA nei secoli XIII e XIV, cinque saggi*. A cura di É. Hubert. Roma: Viella, 1993, p. 87-135; IDEM – «In partibus Angliae»: Cittadini romani alla corte inglese nel Duecento: La vicenda di Pietro Saraceno. Roma: Viella, 2001 (La corte dei papi; 7).

¹² SOHN, A. – Les procureurs à la Curie romaine: Pour une enquête internationale. *Mélanges de l'École française de Rome – Moyen Âge*. 114: 1 (2002) 371-389.

¹³ WALEY, D – *The Papal State in the Thirteenth Century*. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1961; VIGUEUR, J.-Cl. Maire – *Comuni e signorie in Umbria, Marche e Lazio*. Torino: UTET, 1987; si veda anche: *I podestà dell'Italia comunale, I. Reclutamento e circolazione degli ufficiali forestieri*. A cura di J.-Cl. Maire Vigueur. Roma: Istituto storico italiano per il medio evo, 2000 (Nuovi studi storici; 51).

¹⁴ Tra gli altri vale la pena di segnalare: PETRUCCI, E. – Vescovi e cura d'anime nel Lazio (sec. XIII-XV). In CONVEGNO DI STORIA DELLA CHIESA IN ITALIA, 7, Brescia, 21-25 settembre 1987 – *Vescovi e diocesi in Italia dal XIV alla metà del XVI secolo: Atti*. A cura di G. De Sandre Gasparini; A. Rigon; F. Trolese; G.M. Varanini. Vol. 1. Roma 1990, p. 429-546 (Italia Sacra; 43-44); BRENTANO R – *A New World in a Small Place: Church and Religion in the Diocese of Rieti, 1188-1378*. Berkeley (Los Angeles): University of California Press, 1994; D'ACUNTO, N. – Vescovi e canonici ad Assisi nella prima metà del secolo XIII. In *ASSISI al tempo di Federico II*. Assisi: Accademia Proterziana del Subasio, 1995, p. 49-132; MONTAUBIN, P. – Entre gloire curiale et vie commune: Le chapitre cathédrale d'Anagni au XIII^e siècle. *Mélanges de l'École française de Rome – Moyen Âge*. 109: 2 (1997) 303-442; CARPEGNA FALCONIERI, T. di; BOVALINO, F. – «Commovetur sequenti die curia tota»: L'impatto dell'itineranza papale sull'organizzazione ecclesiastica e sulla vita religiosa In *PAPATO itinerante: La mobilità della Curia pontificia nel Lazio (secoli XII-XIII)*. A cura di S. Carocci. Roma: Istituto storico italiano per il medio evo, 2003, p. 101-175 (Nuovi studi storici; 61).

Barone, da Andreas Rehberg e da chi scrive¹⁵; i recenti lavori di Sandro Carocci sul nepotismo nel medioevo, in cui l'autore collega le indagini sulle grandi famiglie del baronato romano e quelle sui cardinali, che molto spesso a quelle famiglie appartenevano¹⁶. In tutti questi studi, naturalmente, la ricostruzione della storia della Curia romana assume un ruolo centrale. Va infine ricordato il libro recente sull'*Itineranza pontificia*, pubblicato dall'Istituto storico italiano per il medio evo e curato da Sandro Carocci¹⁷. In esso sono riprese, sviluppate e condotte a sintesi le linee di ricerca introdotte da Paravicini Bagliani¹⁸, dimostrando come la presenza fisica dei papi e della Curia romana – corte itinerante – nelle città che saranno il cuore del loro dominio (Viterbo, Rieti, Orvieto, Perugia, Assisi, Anagni) si propone come un problema molto ampio e di portata storica generale.

I temi discussi e presentati, naturalmente, non si esauriscono in quelli di cui ho dato solo qualche rapidissima informazione. Si potrebbe fare cenno agli studi sulle testimonianze artistiche, penso ad esempio a quelli di Valentino Pace, di Anna Maria Voci e di M.Teresa Gigliozzi¹⁹, o anche agli studi, che stanno prendendo piede sempre più, sulla liturgia e i rituali, in rapporto con il gruppo di persone che circondava il papa: studi condotti, per l'alto medioevo, soprattutto da Saxer²⁰, per il basso medioevo da Dykmans e per l'età moderna da Antonietta Visceglia²¹; mentre è di pochissimi mesi fa la nuova edizione del Pontificale della Curia romana nel secolo XIII²².

¹⁵ BARONE, G. – Chierici, monaci e frati. In *STORIA DI ROMA dall'antichità a oggi: Roma medievale*. A cura di A. Vauchez. Roma; Bari: Laterza, 2001, p. 187-212; REHBERG, A. – *Die Kanoniker von S. Giovanni in Laterano und S. Maria Maggiore im 14. Jahrhundert: Eine Prosopographie*. Tübingen 1999 (Bibliothek des deutschen historischen Instituts in Rom; 89); CARPEGNA FALCONIERI, T. di – *Il clero di Roma nel medioevo: Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma: Viella, 2002.

¹⁶ CAROCCI, S. – *Il nepotismo nel medioevo: Papi, cardinali e famiglie nobili*. Roma: Viella, 1999 (La corte dei papi; 4).

¹⁷ Cf. *PAPATO itinerante*.

¹⁸ PARAVICINI BAGLIANI, A. – La mobilità della Curia nel secolo XIII. Riflessi locali. In *DEPUTAZIONE DI STORIA PATRIA PER L'UMBRIA – Società e istituzioni dell'Italia comunale: l'esempio di Perugia, secoli XII-XIV, Congresso storico internazionale, Perugia 6-9 novembre*. Vol. 1. Perugia, 1988, p. 155-278.

¹⁹ PACE, V. – *Arte a Roma nel Medioevo: Committenza, ideologia e cultura figurativa in monumenti e libri*. Napoli: Liguori, 2000; VOCI, A. M. – I palazzi papali del Lazio. In *PAPATO itinerante*, p. 211-249; GIGLIOZZI, M. Teresa – *I palazzi del Papa: Architettura e ideologia: il Duecento*. Roma: Viella, 2003 (La corte dei papi; 11).

²⁰ SAXER, V. – L'utilisation de la liturgie dans l'espace urbain et suburbain: L'exemple de Rome. In *CONGRES INTERNATIONAL D'ARCHEOLOGIE CHRETIENNE*, 11, Lyon, Vienne, Grenoble, Genève et Aoste, 21-28 septembre 1986 – *Actes*. Rome, 1989, p. 917-1033. 3 vol. (Collection de l'École française de Rome; 123).

²¹ DYKMANS, M. – *Le cérémonial papal de la fin du Moyen Âge à la Renaissance*. Bruxelles; Rome: Institut historique belge de Rome, 1977-85; VISCEGLIA, M.A. – *La città rituale: Roma e le sue cerimonie in età moderna*. Roma: Viella, 2002 (La corte dei papi; 8).

²² *LE PONTIFICAL de la Curie romaine au XIII^e siècle*. A cura di M. Goulet, G. Lobrichon, É. Palazzo. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004.

Le indagini sulla Curia romana, insomma, entrano a vario titolo in numerosi settori dell'indagine storica, dimostrando, tra le altre cose, che il XII e il XIII secolo sono uniti indissolubilmente, e che pertanto andrebbero studiati insieme. Se si volesse prendere ad esempio un'opera che, da sola, comprende in se stessa tutte queste tematiche, si potrebbero scegliere i voluminosi atti del convegno internazionale *Innocenzo III Urbs et Orbis*²³.

3. LE LACUNE

Gli studi sulla Curia romana, intesa come elemento peculiare ma interno alla storia del papato, sono dunque numerosissimi, tanto che verrebbe da chiedersi se è davvero possibile individuare delle lacune storiografiche. In realtà, come ho detto al principio di questa mia comunicazione, qualche lacuna vi è ancora, e non di poco conto. Mi permetto dunque di presentare una sorta di *cahier de doléances*, allo scopo non certo di proporre delle soluzioni, ma delle semplici riflessioni, che ci spingano, se possibile, a uno sforzo ulteriore.

Il primo punto che scherzosamente dirò dolente, è relativo al fatto che, nonostante le numerose ricerche particolari, e nonostante alcuni brillanti studi di sintesi, si avverte la mancanza di opere recenti che presentino nuovamente, in maniera completa, gli organismi burocratici della Curia. Per intenderci, mancano lavori nuovi che abbiano la presunzione di chiamarsi, per esempio, *La Cancelleria pontificia*, oppure *La Camera apostolica*. Ciò che è stato fatto ormai tanti anni fa da Guillemain e da Mollat per la Curia residente ad Avignone nel secolo XIV, non ha trovato ancora un corrispettivo altrettanto integrale e compiuto per i secoli XII e XIII²⁴. Il libro di Niccolò Del Re, *La Curia romana*, che, dal punto di vista della storia istituzionale, è il testo più completo sul nostro argomento, e che ha conosciuto numerose edizioni rivedute, andrebbe integrato per la parte che riguarda il medioevo, poiché in realtà si riferisce soprattutto all'età moderna²⁵.

La seconda mancanza che avverto, è quella di adeguati strumenti per proseguire la ricerca a livello generale. Questa mancanza non è data in misura rilevante dalla insufficienza di edizioni critiche, che anzi ritengo costituisca un

²³ Cf. INNOCENZO III *Urbs et Orbis*.

²⁴ GUILLEMAIN, B. – *La cour pontificale d'Avignon (1309-1376): Étude d'une société*. Rome: École française de Rome, 1962, 2ª ed.: 1966 (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome; 201); MOLLAT, G. – *Les papes d'Avignon (1305-1378)*. 10ª ed. Paris: Letouzey et Ané, 1965.

²⁵ DEL RE, N. – *La Curia Romana: lineamenti storico-giuridici*, 4ª ed. ampliata e riveduta. Città del Vaticano, 1998.

settore in cui si è fatto molto. Come è noto, infatti, i registri pontifici del Duecento sono stati editi quasi interamente, soprattutto a cura dei membri dell'École Française de Rome. Manca soltanto l'edizione del registro relativo all'anno 1282, che è in corso d'opera, mentre i membri dell'Istituto Austriaco stanno portando a compimento l'edizione delle lettere di Innocenzo III²⁶. Inoltre, l'Archivio Segreto Vaticano mette a disposizione i CD-Rom di tutti i registri, che sono stati scansionati. Allo stesso modo, quasi tutte le fonti documentarie prodotte dai vari organi della Curia, che per il Duecento sono decisamente poche rispetto ai secoli seguenti, e penso ad esempio alle *Rationes decimarum Italiae*, sono state pubblicate²⁷. Certo, si potrebbe fare ancora molto: per esempio (ma l'esempio è sbalorditivo di proposito) non esiste ancora un'edizione delle carte antiche di S. Giovanni in Laterano, *mater omnium ecclesiarum*, che sono conservate presso l'Archivio storico del Vicariato di Roma. Per avere un nuovo ampliamento sensibile delle fonti edita a nostra disposizione, occorrerebbe tornare a proporre anche nuove edizioni critiche delle fonti narrative, quali le biografie dei pontefici duecenteschi, che sono opera di membri della Curia²⁸. Per proporre un solo altro esempio mirabile, infatti, mentre è stato celebrato con larghezza l'ottocentesimo anniversario dall'incoronazione di Innocenzo III, per studiare i *Gesta Innocentii III*, cioè l'importantissima narrazione di alcuni anni della sua vita, abbiamo dovuto ricorrere all'edizione di Migne, che a sua volta si serviva di edizioni più antiche²⁹.

Ma, come ho già accennato, non avverto la lacuna tanto nella mancanza di edizioni, quanto soprattutto nella mancanza – o piuttosto nell'intervenuta senescenza – dei necessari strumenti di raccordo, che ci permettano di conoscere e raggiungere la documentazione. Si tratta, naturalmente, di un problema generale

²⁶ *DIE REGISTER Innocenz' III*. Ed. O. Hageneder [et al.]. Gratz-Köln-Rom-Wien, dal 1964. W. Maleczek faceva il punto della situazione in MALECZEK, W. – L'édition autrichienne des registres d'Innocent III. *Mélanges de l'École Française de Rome – Moyen Âge*. 112 (2000) 259-272. Vedi oggi soprattutto PONCET, O. – *Les entreprises éditoriales liées aux Archives du Saint-Siège*. Rome: École Française de Rome, 2003 (Collection de l'École Française de Rome: 318). Per una panoramica relativa alla documentazione italiana medievale è utile il ricorso a CAMMAROSANO, P. – *Italia medievale: Struttura e geografia delle fonti scritte*. Roma: NIS, 1991 e successive ristampe.

²⁷ *RATIONES DECIMARUM Italiae nei secoli XIII e XIV*. Città del Vaticano, dal 1932 (Studi e testi).

²⁸ Cf. PARAVICINI BAGLIANI, A. – La storiografia pontificia del secolo XIII: Prospettive di ricerca. *Römische historische Mitteilungen*. 18 (1976) 45-54.

²⁹ *GESTA INNOCENTII III ab auctore anonymo sed coetaneo scripta*. In *PATROLOGIA Latina*. Ed. J. P. Migne, vol. 214, coll. XV-CCXXVIII (anni 1198-1208); In realtà, esiste anche un'edizione del 1981, frutto di una tesi di Ph.D., che però è quasi introvabile e, per quanto ho potuto constatare, non molto migliore di quella di Migne: GRESS-WRIGHT, D. R. – *The «Gesta Innocentii III»: Text, Introduction and Commentary*. Ann Arbor (Michigan): UMI Dissertation Services, 1999. Sulla fonte cf. ora BARONE, G. – *I Gesta Innocentii III: politica e cultura a Roma all'inizio del Duecento*. In *STUDI sul medioevo per Girolamo Arnaldi*. A cura di G. Barone, L. Capo, S. Gasparri. Roma: Viella, 2001, p. 1-24.

della storia ecclesiastica e della storia del papato, ma che forse vale la pena di sottolineare in questa occasione. In una parola, la nostra possibilità di conoscere le fonti documentarie pontificie nella loro generalità, passa ancora attraverso strumenti notissimi quali *I regesta pontificum romanorum-Italia pontificia* di Kehr, attraverso i *Regesta pontificum romanorum* di Potthast e quelli di Jaffè-Loewenfeld³⁰.

Non intendo certo criticare questi strumenti di lavoro indispensabili, frutto del lavoro meticoloso di grandi eruditi. Ma, come dire, se essi sono giganti, noi non siamo affatto nani sulle loro spalle. Siamo invece giganti anche noi, perché abbiamo continuato a lavorare per altri cento anni. Siamo insomma giganti sulle spalle di giganti un po' troppo invecchiati. Accade così che, per avere una nozione esatta della documentazione pontificia presente in Italia, si renderebbe necessario, in teoria, operare spogli sistematici in giro per l'Italia, ricercando negli infiniti meandri dell'erudizione locale. Certo, vi sono degli strumenti che aiutano, penso a *Medioevo latino*³¹, o alla *Bibliografia dell'Archivio Segreto Vaticano*³², ma essi non paiono sufficienti, mentre si avverte la mancanza di un nuovo repertorio in qualche modo assimilabile al *Repertorium Fontium* curato dall'Istituto storico italiano per il medio evo³³, ma, diversamente da questo, relativo alle fonti documentarie (e, nello specifico, alle fonti documentarie pontificie). In definitiva, potremmo dire che vi è un problema sensibile, inveterato e non più risolto, di raccordo tra il centro e le molte periferie. Considerando oltretutto che, nella pigra era dell'informatizzazione che ci contraddistingue, le biblioteche non catalogano ancora quasi mai i singoli saggi monografici contenuti nelle riviste e nei volumi miscelanei, e che dunque corriamo il rischio di non venire mai a conoscenza di moltissime informazioni. Invece, un'operazione di questo genere, anche se faticosa, è tuttavia possibile, soprattutto per i secoli fino al XIII compreso, nei quali la massa di documentazione non è ancora esplosa, come accadrà dal secolo successivo.

E passiamo all'ultima lamentazione, con la quale chiudo questa mia relazione collegandomi direttamente al tema dominante del convegno. In generale, in Italia si guarda con sospetto alle indagini prosopografiche. In questa occasione non entro nel merito del loro valore nel fornire interpretazioni storiche, che peraltro ritengo sostanziale, ma nel merito del valore di assoluta

³⁰ *REGESTA pontificum romanorum: Italia Pontificia*. Ed. P. F. Kehr. Berolini, 1906-1935. 10 vol.; *REGESTA pontificum romanorum ad inde ab anno p. C. n. MCXCVIII ad annum MCCCIV*. Ed. A. Potthast. Berolini, 1873. 2 vol.; *REGESTA pontificum romanorum ab condita ecclesia ad annum post Christum natum MCXCVIII*. Edit. secundam correctam et auctam auspicii G. Wattenbach, curaverunt S. Loewenfeld-F. Kaltenbrunner-P. Ewald. Lipsiae, 1885-1888. 2 vol.

³¹ *MEDIOEVO latino*. Bollettino bibliografico della cultura europea da Boezio a Erasmo (secoli VI - XV). Firenze: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, dal 1980.

³² *BIBLIOGRAFIA dell'Archivio Segreto Vaticano*. Città del Vaticano, dal 1962.

³³ *REPERTORIUM fontium historiae medii aevi*. Roma: Istituto storico italiano per il medio evo, dal 1962.

necessità che le compilazioni prosopografiche assumono per fornire documentazione in modo organico e ordinato. Abbiamo alcuni importanti studi sulle prosopografie cardinalizie dei secoli XI-XIII, penso ai già citati lavori di Hüls e di Maleczek³⁴, a quelli di Pellegrini³⁵, nonché a qualche voce del *Dizionario biografico degli italiani*³⁶, ma per avere una visione completa, e, naturalmente, infarcita di errori, rischiamo qualche volta di dover risalire fino a Ughelli e a Ciacconio, alla grande erudizione di età moderna³⁷. Abbiamo anche alcuni elenchi di chierici del palazzo lateranense e della Curia romana, si pensi a lavori antichi di Halphen e Santifaller, a lavori più recenti di Toubert, Paravicini Bagliani, Nüske³⁸, e vi sono alcuni studi sui canonici delle maggiori basiliche romane, compiuti da Montel e Rehberg³⁹, ma in definitiva possiamo affermare con una certa sicurezza che non esistono elenchi sistematici che comprendano, ad esempio, tutti i chierici di Curia conosciuti nei secoli XI-XIII. Anche questo lavoro, certo di immane fatica, e forse anche un po' noioso, sarebbe tecnicamente possibile, e certamente riuscirebbe utilissimo⁴⁰.

In definitiva, se è molto difficile, o forse anche impossibile, raccogliere i dati disponibili intorno a tutti i canonici delle cattedrali italiane, si potrebbe però tentare di raccogliere le informazioni di cui disponiamo sui chierici papali fino al Duecento. Una prosopografia generale dei chierici operanti nella Curia romana dei secoli XI-XIII permetterebbe di avere a disposizione una miniera di dati, da impiegare in mille maniere, da incrociare e scambiare con quelli dei *Fasti Ecclesiae Gallicanae* e dei *Fasti Ecclesiae Portugaliae*. E permetterebbe anche di fare storia, visto che la nostra è, dopo tutto, storia di uomini.

³⁴ HÜLS, R. – *Kardinäle, Klerus und Kirchen Roms 1049-1130*. Tübingen: M. Niemeyer, 1977 (Bibliothek des deutschen historischen Instituts in Rom; 48); MALECZEK, W. – *Das Kardinalskolleg von 1191 bis 1216: Die Kardinäle unter Coelestin III. und Innocenz III.* Wien, 1984.

³⁵ PELLEGRINI, L. (Mario da Bergamo Ofm Capp.) – Cardinali e Curia sotto Callisto II (1119-1124). In *CONTRIBUTI dell'Istituto di Storia medievale*. Vol. 2. Milano, 1972, p. 507-556.

³⁶ *DIZIONARIO biografico degli italiani*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, dal 1960.

³⁷ CIACCONIUS, A. – *Vitae et res gestae pontificum romanorum et S.R.E. cardinalium*. Romae, 1677; UGHELLIUS, F. – *Italia sacra seu de Episcopis Italiae*. Vol. 2. Ed. A cura N. Coleti. Venetiis, 1707.

³⁸ HALPHEN, L. – *Études sur l'administration de Rome au Moyen Age (751-1252)*. Paris 1907, spec. p. 89-146; SANTIFALLER, L. – Saggio di un elenco dei funzionari, impiegati e scrittori della Cancelleria Pontificia dall'inizio all'anno 1099. *Bullettino dell'Istituto storico italiano per il medio evo*. 56 (1940) 1-2; TOUBERT, P. – *Les structures du Latium médiéval: Le Latium méridional et la Sabine du X^e siècle à la fin du XII^e siècle*. Rome: École française de Rome, 1973, p. 1349-1353 (Bibliothèque des Ecoles françaises d'Athènes et de Rome; 221); PARAVICINI BAGLIANI – *Cardinali di curia*; NÜSKE, G.F. – Untersuchungen über das Personal des päpstlichen Kanzlei 1254-1304. *Archiv für Diplomatik*. 20 (1974) 39-240; 21 (1975) 249-431.

³⁹ MONTEL, R. – Les chanoines de la basilique St. Pierre de Rome: des Statuts capitulaires de 1277-1279 à la fin de la papauté d'Avignon: Étude prosopographique. *Rivista di storia della Chiesa in Italia*. 42 (1988) 365-450; 43 (1989) 1-49 e 413-479; REHBERG – *Die Kanoniker von S. Giovanni*.

⁴⁰ Al contrario, una recente pubblicazione, nonostante la sua indubbia e notevole utilità, si è rivelata come una occasione parzialmente perduta, poiché manca di alcuni requisiti di scientificità: *MONUMENTA onomastica romana medii aevi*. A cura di G. Savio. Roma: Edizioni il Cigno Galileo Galilei, 1999. 5 vol.



**ANÁLISE DE UM GRUPO SOCIAL QUE SE TORNOU INTERNACIONAL:
A PROSOPOGRAFIA DO CAPÍTULO CATEDRALÍCIO DE NOTRE-DAME
DE TOURNAI DE 1080 A 1340**

JACQUES PYCKE

Os anos que separam a restauração da diocese de Lisboa (1147) da de Tournai, em 1340, no início da “Guerra dos cem anos”, viram suceder-se diferentes etapas ao nível do recrutamento dos cónegos da catedral de Tournai. Passou-se de um recrutamento local que foi até à viragem dos séculos XII e XIII, quando algumas “famílias canonicais” monopolizavam a administração e consequentemente as receitas da catedral que lhe asseguravam apenas um desenvolvimento restrito, a um recrutamento regional, correspondente à província eclesiástica de Reims, até por volta de 1280. A este facto seguiu-se um recrutamento internacional com a intervenção do poder pontifício nas nomeações às 43 ricas prebendas. A situação estratégica da cidade episcopal de Tournai, situada na fronteira de influências (rei de França, condes da Flandres e do Hainaut), assim como a existência de ricos arquivos medievais (o dossier analisa a evolução de um grupo social de 520 indivíduos) dão ao caso tournasiano um carácter exemplificativo. Com efeito, este tipo de recrutamento tem consequências na vida da catedral e na acção da mesma na sociedade do seu tempo. A evolução do número de cónegos inscritos no obituário da catedral proporciona-nos um questionário que poderá servir para o estudo prosopográfico dos cónegos das catedrais na Idade Média.

**EXAMINATION OF A LOCAL SOCIAL GROUP THAT BECAME INTERNATIONAL:
PROSOPOGRAPHY OF THE CHAPTER OF
NOTRE-DAME DE TOURNAI FROM 1080 TO 1340**

JACQUES PYCKE

The years that separate the re-establishment of the siege of Lisbon (1147) from that of Tournai (1340), at the start of the Hundred Years' War, included a series of different stages in terms of the recruitment of canons at Tournai cathedral. There was a shift from local recruitment, which lasted until the start of the 13th century, whereby the “canonical families” that had previously monopolised the cathedral's administration and thus its revenues, leading to only restricted development, were replaced by regional recruitment that corresponded to the ecclesiastical province of Reims. This phase lasted until circa 1280, and was followed by international recruitment, with papal intervention in appointments to the 43 rich prebends. The strategic location of the episcopal city of Tournai, situated at the frontier of the influences of king of France and the counts of Flanders and Hainaut, and the existence of rich mediaeval archives (the dossier analyses the evolution of a social group comprising 520 people) make Tournai an exemplary case-study. In fact, this type of recruitment had consequences on the cathedral's life and its impact on contemporary society. An index of the evolution in the number of canons recorded in the cathedral's obituaries leads on to a questionnaire that may be used to the prosopographical study on cathedral canons in the Middle Ages.

**L'EXAMEN D'UN GROUPE SOCIAL LOCAL
DEVENU INTERNATIONAL:
LA PROSOPOGRAPHIE DU CHAPITRE CATHÉDRALE
NOTRE-DAME DE TOURNAI DE 1080 A 1340**

JACQUES PYCKE*

En 1147, alors que l'évêque de Noyon et de Tournai Simon de Vermandois meurt au pied des remparts de Lisbonne, le chroniqueur tournaisien Hériman, abbé de Saint-Martin, raconte un souvenir d'enfance qui touche son jeune frère Thierry, alors âgé de cinq ans. Leur père Raoul d'Osmont venait d'obtenir de l'évêque Radbod qu'une prébende canoniale soit donnée, moyennant finances, au jeune Thierry, qui fréquentait déjà l'école capitulaire. Le soir, à table, Thierry refuse le repas préparé et déclare, en larmes, que ses parents ont souillé leur âme et mérité l'excommunication pour avoir acheté des bénéfices ecclésiastiques. Abasourdi et émerveillé par les mots de son enfant, Raoul remit la prébende entre les mains du prélat!¹

Deux siècles ont passé. Philippe de Majorque, quatrième fils du roi Jacques d'Aragon et cousin de Philippe le Bel apprend qu'une prébende lui est offerte à Tournai, là-bas, loin, dans les pays du Nord. Il n'y mettra jamais le pied, ayant obtenu des dispenses de résidence, mais dont il percevra les revenus pendant au moins 25 ans. Une prébende qu'il ajoute à ses canonicats de Paris, de Tours, de Saint-Quentin, de Chartres, de Beauvais, de Barcelone, de Valence, de Montauban, de Perpignan, de Majorque, de Lerida et de Tarragone².

Deux situations contrastées qui concernent la même cathédrale et qui soulèvent une interrogation: le mot «chanoine» recouvre-t-il, au Moyen âge, la même signification? C'est à y répondre qu'est consacrée cette communication, basée sur plus de cinq cents biographies.

* Université de Louvain-la-Neuve (Belgique).

¹ Le texte latin et les circonstances de ce récit sont reproduits dans PYCKE, Jacques– *Le chapitre cathédral Notre-Dame de Tournai de la fin du XI^e à la fin du XIII^e siècle: Son organisation, sa vie, ses membres*. Louvain-la-Neuve: Collège Érasme; Bruxelles: Nauwelaerts, 1986 (Université de Louvain. Recueil de travaux d'Histoire et de Philologie, 6^e sér., fasc. 30), p. 109-110: «De la vie commune à la résidence».

² «Fuyant les honneurs, Philippe de Majorque renonce par humilité à tous ses canonicats en 1329 et décline par deux fois l'épiscopat»: GANE, Robert – *Le chapitre de Notre-Dame de Paris au XIV^e siècle: Étude sociale d'un groupe canonial*. Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 1999 (Centre Européen de Recherches sur les Congrégations et Ordres Religieux), p. 181, qui renvoie à J.-M. VIDAL – Un ascète de sang royal, Philippe de Majorque. *Revue des Questions historiques*. 88 (1910) 361-403.

UNE DOCUMENTATION RELATIVEMENT ABONDANTE

Pour dresser la prosopographie des chanoines de la cathédrale de Tournai jusqu'en 1340, on dispose d'une documentation relativement abondante. Aux archives toujours conservées sur place³ s'ajoutent les éditions de lettres, de suppliques et de collectories conservées dans la documentation pontificale⁴ ainsi que les répertoires biographiques de chanoines publiés à ce jour⁵.

Parmi les ressources locales, on notera les cartulaires médiévaux, le «Grand Répertoire des archives de 1422-1533», une série continue de *partitiones prebendarum* (rassemblées dans le Cartulaire B), un volume de délibérations capitulaires pour les années 1330 à 1341 – recopiant *in extenso* tous les actes soumis au chapitre par les chanoines ou leurs procureurs – et un volume de résumés de délibérations capitulaires pour la période 1278-1400, appelé *Liber longus*⁶. Deux extraits au fol. 1r° en montrent la richesse et les limites:

(en marge:) Nota permutationem stagii extra capitulum. Anno 1312, in vigilia beati Johannis baptiste (23 juin), post tres lectiones mattutinarum lectas, dominus Petrus de Anania, canonicus Tornacensis, presentavit [facere] suum stagium [residentie].

(en marge:) Privilegium ecclesie Lateranensis. Anno 1308 (ou 1309 n.st.) fuit insinuatium privilegium ecclesie Lateranensis, quo canonici dicte ecclesie, in eadem [ecclesia] residentes, gaudent fructibus aliorum beneficiorum suorum ubicumque consistentium.

La pratique des répartitions est particulièrement précoce et la plupart des *partitiones prebendarum* ont été conservées jusqu'en 1324:

³ Les archives de la cathédrale de Tournai sont un dépôt d'archives privé, accessible aux chercheurs sur rendez-vous pris auprès de l'un des archivistes: moi-même (pycke@mage.ucl.ac.be) ou Madame Anne Dupont, doctorante en histoire de l'Église médiévale (dupont@mage.ucl.ac.be). Un inventaire sommaire a été publié par PASTURE, Alexandre – Inventaire des Archives du Chapitre cathédral de Tournai. *Archives, Bibliothèques et Musées de Belgique*. 25 (1954) 26-56; 185-219.

⁴ Un état des publications d'actes pontificaux est brossé dans GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoît-M. – *Diplomatique médiévale*. 2^e tirage. Turnhout, 1995 (L'atelier du médiéviste, 2), p. 333-338.

⁵ On a utilisé la liste des chanoines de Laon donnée par MILLET, Hélène – *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon: 1272-1412*. Rome: École française de Rome, 1982 (850 chanoines se sont succédé à Laon en 140 ans. Répertoire chronologique des chanoines, p. 511-520); GANE – *Le chapitre de Notre-Dame* (660 notices biographiques pour le seul XIV^e siècle); ainsi que les huit premiers volumes des *Fasti ecclesiae Gallicanae*, publiés depuis 1996 sous la direction scientifique de Hélène Millet: Agen, Amiens, Angers, Besançon, Mende, Rodez, Reims et Rouen; en préparation: Sées (tous ces volumes concernent à la fois les évêques et les chanoines de la cathédrale). – Le site internet: <http://fasti.univ-paris1.fr/index.htm> comprend une très riche bibliographie consacrée aux cathédrales et aux chanoines.

⁶ Sur ces différents cartulaires et registres, cf. PYCKE – *Le chapitre*, p. 1-21.

Vers 1169

...

En 1223/1224

...

En 1242 (valable pour 9 années: interrompue avant le terme)

En 1250 (valable pour 6 années: 24 juin 1250 – 24 juin 1256)

En 1256 (valable pour 6 années: 24 juin 1256 – 24 juin 1262)

En 1262 (valable pour 6 années: 24 juin 1262 – 24 juin 1268)

En 1268 (valable pour 6 années: 24 juin 1268 – 24 juin 1274)

En 1274 (valable pour 6 années: 24 juin 1274 – 24 juin 1280)

...

En 1283 (valable pour 6 années: 24 juin 1283 – 24 juin 1289)

En 1289 (valable pour 6 années?)

En 1295 (valable pour 6 années: 24 juin 1295 – 24 juin 1301)

En 1301 (valable pour 3 années: 24 juin 1301 – 24 juin 1304)

En 1304 (valable pour 3 années: 24 juin 1304 – 24 juin 1307)

En 1307 (valable pour 6 années: 24 juin 1307 – 24 juin 1313)

En 1313 (valable pour 6 années: 24 juin 1313 – 24 juin 1319)

En 1318 (valable pour 6 années: 24 juin 1319 – 24 juin 1325)

En 1324 (valable pour 6 années: 24 juin 1325 – 24 juin 1330)

L'exploitation de ces différents matériaux a permis de rédiger 545 notices biographiques de chanoines entre 1080 et 1340: celles des chanoines de 1080 à 1300 ont été publiées en 1988⁷; celles des chanoines de 1300 à 1340, inédites, ont été réalisées à nouveaux frais à l'occasion de ce colloque et en forme d'hommage à Ana Maria Jorge⁸.

⁷ PYCKE, Jacques – *Répertoire biographique des chanoines de Notre-Dame de Tournai, 1080-1300*. Louvain-la-Neuve: Collège Érasme; Bruxelles: Nauwelaerts, 1988 (Université de Louvain. Recueil de travaux d'Histoire et de Philologie, 6^e sér., fasc. 35).

⁸ Mon souhait est de publier dans quelques années, dans la même collection, les biographies des chanoines de Tournai de 1300 à 1566, date à partir de laquelle des notices biographiques existent pour tous les chanoines, grâce à la conservation intégrale des *Acta capituli*, de 1566 à nos jours. Chaque notice biographique sera structurée de la manière suivante:

NOM, PRÉNOM:

Dates extrêmes du canonicat:

(identité)

Graphies:

Origine sociale et parenté:

Provenance géographique:

(formation)

Cléricale (rang dans les ordres sacrés):

Études et souci intellectuel:

(carrière)

Voici la ventilation de ces biographies:

Tableau 1: Répartition chronologique des chanoines de Tournai, 1080-1340

	1080-1180	1181-1220	1221-1260	1261-1299	1300-1340	total
Nombre total de chanoines	136	64	97	93	155	545
N'ont pas obtenu de prébende	–	–	–	6	19	25
Chanoines prébendés	136	64	97	87	136	520

LE TRAITEMENT DES DONNÉES BIOGRAPHIQUES

Limité à une seule cathédrale pour une période qui ne couvre qu'une partie du Moyen âge, ce dossier biographique n'a pas été l'objet d'un traitement informatique sophistiqué, à l'instar de ce qui se met au point pour les *Fasti ecclesiae Portugalensis* et pour les *Fasti ecclesiae Gallicanae*. On s'en est tenu à un fichier Excel, comprenant 17 variables.

Nom – prénom

dates certaines de **canonicat**

première attestation de **prébende** – nombre d'années d'attente avant la prébende – nombre d'années d'occupation de prébende

nombre de **canonicats** antérieurs à la nomination à Tournai – activité antérieure à la nomination – intervention pour obtenir la prébende

Bénéfices antérieurs au canonicat de Tournai:

Nomination au canonicat:

Interventions à la nomination:

Durée totale du canonicat:

Réception à la prébende:

Fonctions au chapitre:

Présence à Tournai et activités comme chanoine (régulière, épisodique, nulle):

Cumuls avec la prébende tournaisienne:

Carrière postérieure:

(vie privée, donations et fondations, décès)

Vie privée (y compris habitation et sceau):

Donations et fondations à Tournai (présence dans l'obituaire):

Décès, Sépulture:

Remarques éventuelles:

Bibliographie

origine **sociale** – provenance **géographique** – titres **universitaires** – rang dans les **ordres sacrés**

fonction à Tournai – présence dans l'obituaire

nombre de **canonicats** en fin de parcours tournaisien – raison de la **fin du canonicat**

carrière postérieure

Ces différentes variables ont été mises en relation pour répondre à une série de questions classiques (provenance, origine géographique, temps d'attente de la prébende, interventions, cumuls, carrière postérieure) qui forment le fil rouge de l'exposé, pour terminer par la question qui relève de l'histoire des mentalités: quelle a été l'implication des chanoines dans la vie de *leur* cathédrale? Dans la mesure des possibilités, les données connues antérieurement pour les chanoines de la période 1080-1300 ont été confrontées aux données nouvelles pour la période 1300-1340.

LE TABLEAU GÉNÉRAL DES CHANOINES PRÉBENDÉS DE TOURNAI DE 1300 À 1340

La plupart des données recueillies à propos des 136 chanoines prébendés entre 1300 et 1340 ont été synthétisées dans le tableau ci-dessous. Voici la signification des différentes colonnes:

A: nom du chanoine *prébendé* – **B:** prénom du chanoine – **C:** dates extrêmes de son *canonicat* – **D:** année de l'obtention de sa prébende – **E:** nombre d'années d'attente de sa *prébende tournaisienne* – **F:** interventions pour l'obtention de sa prébende – **G:** nombre de prébendes de cathédrales possédées par le candidat au moment de l'expectative de sa prébende tournaisienne – **H:** fonction exercée par le postulant au moment de son expectative de prébende tournaisienne – **I:** rang social – **J:** zone du recrutement géographique – **K:** titres universitaires – **L:** rang dans les ordres sacrés – **M:** nombre d'années de jouissance de sa prébende tournaisienne – **N:** fonction exercée au sein du chapitre cathédral de Tournai – **O:** P(résence) ou A(bsence) dans l'obituaire de la cathédrale – **P:** nombre de prébendes de cathédrale possédées par le chanoine au moment de son départ/décès – **Q:** carrière du chanoine (décès, renonciation, permutation, promotion)

Tableau 2: Synthèse des données biographiques des chanoines prébendés de Tournai de 1300 à 1340

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
...	Bertholius	1301	1301	0								1		A		
...	F.	1300-1301	1301	1		1				magister		2		A	1	
...	Gobertus	1307-1313	1307	0	cardinal							6		A		
Agasa	Bertrand	1314	1314	0								1		A		permuté
Albi	Bernard d'	1318/24-1336	1318/24	0	roi France	2	conseil roi		6	magister	prêtre	12		P	6	promotion
Albusio	Philippe de	1333-1359	1359	10 et +										A		
Albussac	Gérard d'	1329-1346	1337	8	papauté	2	clerc roi Fr		6	magister	ordres mineurs	10	archidiaque	A	4	permuté
Alègre	Armand d'	1334-1336	1334	0	roi France	3				études		2		A		permuté
Alerni	Jean	1324-1359	1324	0						magister		35		P		
Anagni	Mannus d'	1301/04-1329	1301/04	0					7			25		A		décès
Anagni	Pierre d'	1302-1318/24	1304	2				noble	7		ordres mineurs	14		P		décès
Archiac	Simon d'	1309-1323	1309	0		2	conseil roi	noble		études		14		A	4	promotion
Arlot	Jean d'	1307-1318/29	1307	0	cardinal			noble	7		diaque	11		A	3	perte préb.
Arnaldi de Latata	Guido	1338-1343	1338	0						magister		5		P		
Bally	Jean de	1318/21-1334	1321	0								9		P		décès
Balocier de Châlons	Jean de	1318/24-1334	1324	1 et +			clerc roi Nav	bourgeoisie	5	médecin		10		A	3	décès
Barriera	Béranger de	1330-1359	1330	0		1			6	magister		29		A	1	décès
Barretto	Geoffroy de	1323-1324	1324	1	cardinal	6						1		A	6	promotion
Baudet	Guido	1330-1332	1330	0	roi France	4	conseil reine		6	magister		2		A	4	promotion
Béthusy	Léger de	1318/24-1332	1318/24	0	roi France	3	chap comtesse		5			8		A	4	décès
Blais	Jean de	1316-1335	1320	4	roi France			noble	6		aucun	15	archidiaque	A	6	décès

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Bosco	Richard de	1327-1333	1327	0								6		A		décès
Bouchetes	Guillaume de	1307-1317	1307	0								10	doyen	P		décès
Bouillars	Jean dit	1307/09-1329	1307/09	0						prof legum		20	écolâtre	P		décès
Bouville	Guillaume de	1333-1337	1334	1	roi France	1		noble		études	sous-diacre	4		A	1	permuté
Bouville	Jean de	1337-1344	1337	0				noble				7		A		résigne
Braem	Henri	1313-1332	1313	0			der commune		2	prof legum		19		P	1	décès
Braye	Nicolas de	1300-1318/24	1301	1						magister	in sac	18		A	1	
Budos	Guillaume R.de	1310-1324	1310	0		3		noble	6	études	non in sacris	14		A	3	
Cacheu	Bernard de	1308	1308	0		2				magister		1		A	2	
Caillone	Nicolas de	1318/22-1328	1318/22	0	reine France ?	2	conseil reine			magister		7		A	5	
Campis	Colard de	1336-1348	1336	0						magister		12		A		décès
Carit	Bertrand	1329-1345	1330	1	papauté	3	nonce pape	noble	6	magister		16		A	4	permuté
Caudebieke	J. de	1304-1307/13	1304	0								4		A		
Ceste	Jean de	1333	1334	1										A		
Chalon	Humbert de	1339	1339	0	roi France	1		noble				1		A	2	
Chamberthac	Philippe de	1333-1338	1333	0			chap pape		6	prof legum		6	archidiaque	A	4	promotion
Chenaud	Pierre	1330-1340	1330	0	boutell Fr	1	chap boutell			magister		10		A	3	permuté
Comptoir/Cantor	Etienne	1318-1332	1318	0				noble	6	études lic 2iur	non in sacris	14		A	3	
Cros	Gérard de	1307-1352	1307	0	cardinal		chap cardinal		6	études		45	trésorier	A	6	décès
Curia	Jean de	1336-1340	1340	4						doct decrets	prêtre			A		
Cussaco	Pierre de	1324-1340	1336	12						magister		5		P		décès
Dordrecht	Thilman de	1335-1338	1335	0	évêque Ty			noble	5	lic dr can		4		A		résigne
Erquy	Louis d'	1338-1346	1338	0	évêque Ty	5	conseil roi	noble				8		A	5	

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Essarts	Gaillaume des	1317-1334	1322/24	5 et +	cardinal	2	chap cardinal	bourgeoisie	6	lic dr civ	diacre	10		A	7	promotion
Essarts	Vincent des	1321-1334	1324	3	roi France	1		bourgeoisie	6	lic dr civ	sous-diacre	10		A	3	promotion
Fano	Gérald de	1318/24	1318/24	0								1		A		promotion
Fayaco	Nicolas de	1318-1337	1324/30	6 et +	comte Marche	2		noble		magister		7		A	3	permuté
Ferté Milon	Oudard de la	1340-1362	1340	0	évêque Ily							22		P		décès
Fieffes	Réginald de	1319-1337	1332	13	roi France		clerc roi Fr			magister		6		A	5	permuté
Fieschi	Antoine	1334-1338	1334	0	roi France	1		noble	7	magister		4		A	5	promotion
Florence	Hugues des	1336-1361	1336	0	évêque Ily	1		noble	7	études	prêtre	25	chancelier	P	7	décès
Fontaines	Jean des	1317/8/1308/24	1313/18	0								5		P		décès
Foresta	J. de	1304	1304	0								1		A		
Fouilloy	Robert de	1304-1308	1304	0				noble	5			4		A	3	promotion
Foulque	Jacques	1338-1378	1339	1	chap cath	2				lic zitur		39	écolâtre	P	2	décès
Gaite	Pierre	1336-1390	1336	0	roi France ?	1		bourgeoisie	6	lic dr civ	in sacr	54		P	2	décès
Galardo	Bertrand de	1305-1338	1309	4	cardinal		chap cardinal	noble	6	études		29	archidiaque	P	2	permuté
Galligaris	Jean de	1338-1355	1338	0	évêque Ily				7	lic artibus		17		P		décès
Garves	Bernard de	1312-1318	1312	0	papauté	cardinal			6	magister	diacre	6	archidiaque	A	5	décès
Ghini Malpighi	André	1323-1329	1324/29	1 et +	roi France	5	clerc roi Fr	noble	7	prof legum	prêtre	1		P	7	promotion
Hémont	Jean de	1316-1335	1316	0	comte Boulogne	1	clerc comte		6		in sacr	19	chantre	P	1	décès
Janua ?	Salba ? de	1304/07	1304/07	0		1		noble	7			1	archidiaque	A		
Jauche	Gaillaume des	1332-1340	1332	0					8		non in sacrts	8		A		promotion
Jumiaus	Hugues des	1324-1346	1324	0							ordres mineurs	22	hospitalier	P	1	décès
Jumiaus	Jean des	1307/09-1324/30	1307/09	0						magister		15		P		décès
Keugni	Jean de	1304-1316	1304	0						magister		9	doyen	P		décès

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Langeac	Bonipari de	1336-1363	1336	0		2		noble	6			27	archidiacre	A		permuté
Lapi Ghini	André	1337-1339	1337	0	évêque Ty	2		noble	7	études		3		A	2	décès
Laubi	Jean de	1316-1321/30	1316	0								6	pénitencier	P		décès
Loreto	Guillaume de	1320/24	1320/24	0								9		P		décès
Maillars		1313-1322	1313	0							prêtre (1326)	25		A	6	décès
Majorque	Philippe de	1304-1329	1304	0	roi Majorque	1		noble	8			1		A		résigne
Mantes	Delphinus de	1313/18	1313/18	0								1		A		
Mantes	R. de	1304	1304	0					6			1		A		
Marleria	Réginald de	1334-1340	1335	1	roi France							6		A		
Martellis	Bernard de	1321-1352	1333	12						magister		31		A		décès
Melun	Henri de	1339	1339	0				noble	6			1		A	1	
Melun/Maubuisson	Robert de	1320-1339	1334	14				noble	6	études	non in sacris	5		A	7	permuté
Messya	Philippe de	1318	1318	0								1		A		
Molis	Jean de	1306-1338	1307/12	1 et +	évêque Ty					prof legum	non in sacris	26		P		décès
Montefascone	François de	1322-1339	1336	14	reine France	3	clerc reine			doct 2iur	non in sacris	3		A	3	
Montelanardo	Bernard de	1316-1321	1317	1	cardinal ?	1						5		A		décès
Montlaur	Guillaume de	1303-1322	1303	0	papauté ?				6		sous-claie	19	archidiacre	P	1	décès
Moullins	Durand des	1305-1328	1305	0							in sac	23	trésorier	P		décès
Moullins	Pierre des	1332-1343	1332	0		2				études		11		A		
Ongnoles	Jean d'	1311-1332	1313	2	roi France		clerc comte			prof legum	non in sacris	19		P	1	décès
Orsini	François	1329-1348	1329	0	cardinal	1	chap pape	noble	7	études		19		A	2	décès
Orsini	Jordan	1325-1333	1325	0	cardinal	1		noble	7	études		9		A	3	marie
Orsini	Théobald	1324-1335	1329	5	cardinal	2	famil cardinal	noble	7	lic dr can		6		A	2	résigne

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Paissy	Nicolas de	1316-1339	1324	8	1	1			4	études		15	chancelier	P		décès
Pailiard	Hugues dit	1316-1337	1318/24	2 et +	comte St-Paul	5				magister		13		P	5	décès
Pancouf	Jean	1329-1337	1329	0						magister	diacre	7	écolâtre	A	3	promotion
Parne	Basolus de	1300-1352	1301	1	cardinal		chap cardinal	noble	7	magister		51		A	5	promotion
Passecoïnte	Jean	1324/27-1339	1324/27	0						magister	in sacr	12		P		décès
Péronne	Guillaume de	1316-1318/24	1318/24	2 et +	roi France				4	magister	non in sacrís	1		A		
Péronne	Jean de	1324	1324	0					4			1		A		
Ponte de Laude	Jean de	1324-1351	1324	0	papauté	2	clerc curie		7	doct legum		27		A	2	décès
Portail	Jean du	1324-1356	1324	0	roi France	6	clerc roi Fr		6	magister	in sacr	32	archidiaere	P	4	décès
Portail	Simon du	1332-1362	1332	0		2			6	lic dr civ	in sacr	30	doyen	P		décès
Pressorio/Vassogne	Etienne de	1300-1327/30	1304	4	évêque Ty			noble	4	magister	prêtre	23	chantre	P		décès
Prévôt	Guillaume	1307/2-1318/24	1307/12	0	cardinal							12		A	2	permuté
Pujolis	Raymond de	1316-1348	1318/24	2 et +		1				bac 2iuris	in sacr	24		A	10	décès
Quercu	Pierre de	1336-1348	1338	2	évêque Ty		official			lic 2iur	prêtre	10	doyen	P		décès
Quintes	Guido	1318-1324/30	1318	0								7		A		
Recourt	Guillaume de	1334-1340	1334	0	roi France			noble	4	études		6		P		résigne
Recourt	Rogon de	1324-1362/63	1324/30	0	roi France	1	conseil roi	noble	4	magister		32		P	3	décès
Renighersvijet	Guillaume de	1336-1340	1340	4		1		noble	4					A		
Roesbrugge	Pierre de	1312-1313	1312	0					4	magister	prêtre ?	2	hospitalier	A		
Rogerii	Pierre	1339-1342	1339	0	cardinal	7		noble	6	prof	prêtre	3	archidiaere	A	7	promotion
Ruffo	Etienne de	1321	1321	0	cardinal	3	chap card		6	études	non in sacrís	11		A	2	décès
Rumellis	J. de	1307	1307	0								1		A		
Rupin	Geoffroy	1337-1338	1337	0	chap cath	1			8	magister		10	écolâtre	P	2	décès

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
Saint-Paul	Pierre de	1324/30-1344	1324/30	0						magister		14		A		décès
Saint-Venant	Guillaume de	1304-1306	1304	0	chap cath				4			3	hospitalier	A		
Saigues	Raymond de	1330-1357	1330	0	cardinal	6	chap cardinal		6	doct décr		27		A	7	promotion
Salins	L. de	1304-1307/09	1304	0					6			5		A		
Saquet	Raymond	1333-1334	1333	0	roi France	7	conseil roi Fr	noble	6	doct dr civ		1		A	8	promotion
Sartiaux	Jean	1312-1324	1313	1			hospitalier			magister		12	chantre	P		décès
Scoti	Mathieu	1318-1318/24	1318/24	0	papauté	2						1		A	3	
Scriptor	Thomas	1317-1332	1318/24	1 et +	comte Blois	2	chap. comte					9		P	2	décès
Sentolio	Jean de	1307/12-1318/24	1307/12	0		2						7		A	2	
Solignac	Lionel/Léger de	1334	1334	0		3		noble	6			1		A	3	permute
Suppino	Baudouin de	1302-1307/09	1307/09	5 et +	papauté			noble			ordres mineurs	4		A		
Suzy	Adam de	1304-1307	1304	0	cardinal				4		prêtre	4		P	2	décès
Suzy	Pierre de	1324	1324	0	évêque flusculum	2	chap évêque		4					A	2	
Thomasii	Amideus	1336-1339	1339	3					7	bac dr civ				A		
Thomasii	Bonacursus	1329-1364	1329	0	cardinal	1	clerc cardinal	noble	7	magister		35	doyen	P		décès
Thomasii	Hugo	1324/30-1330	1330	0		2				études		1		A	2	permute
Tielt	Philippe de	1324-1346	1324	0					2			22	pénitencier	A		
Tournai	Fulco de	1313/18-1343	1313/18	0	chap cath ?				1		in sac	25	doyen	P		décès
Turre	Guido de	1307-1308	1307	0		1			6			2		A	1	permute
Vassogne	Guillaume de	1300-1313	1301	1	évêque Ty				6		sous-claere	13		A		permute
Villepreux/Convers	Philippe de	1300-1321	1301/04	1 et +	roi France		clerc roi Fr		6	magister	sous-claere	17		A	12	permute
Walincourt	Pierre de	1334-1336	1334	0	papauté				3	études		3		A		permute
Zacharie	Antoine P. de	1304-1338	1304	0					7	études	ordres mineurs	34		P	1	décès

D'OÙ PROVIENNENT-ILS?

La première vérification concerne le recrutement géographique des chanoines. Il est extrêmement local dans le premier siècle de son histoire, mais on constate une modification assez sensible des zones de recrutement au XIII^e siècle, puis une évolution qui semble aller vers une «internationalisation» des clercs qui obtiennent une prébende de la cathédrale de Tournai.

Tableau 3: Le recrutement des chanoines de Tournai, 1080-1340

	1080-1180	1181-1220	1221-1260	1261-1299	1300-1340
Nombre de chanoines (prébendés et autres)	136	64	97	93	155
Lieux de provenance connus	75 (55 %)	56 (87 %)	81 (83 %)	80 (86 %)	78 (50 %)
Tournai et sa région (rayon de 30 km)	55 (73 %)	21 (38 %)	28 (34 %)	13 (16 %)	1 (1,3 %)
Diocèses voisins Tournai et Cambrai	12 (16 %)	20 (36 %)	26 (32 %)	40 (50 %)	4 (5 %)
Autres diocèses de la prov. eccl. de Reims	7 (9 %)	10 (18 %)	20 (26 %)	16 (20 %)	17 (22 %)
Autres diocèses de France	1 (1,3 %)	3 (5,3 %)	3 (3,7 %)	1 (1,2 %)	33 (42,3 %)
Italie	–	2 (3,6 %)	4 (5 %)	10 (12 %)	17 (22 %)
Autres régions	–	–	–	–	5 (6,4 %)

Tableau 4: Le recrutement géographique des chanoines de Tournai, 1181-1220

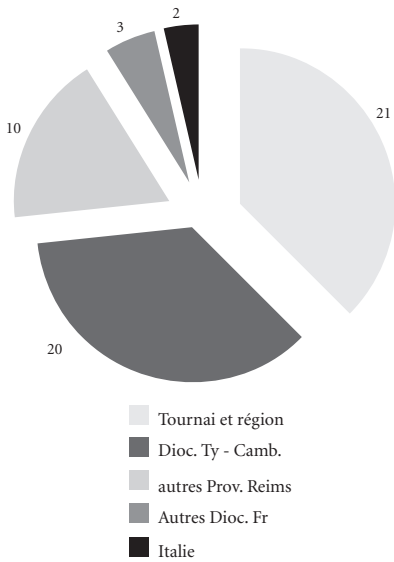


Tableau 5: Le recrutement géographique des chanoines de Tournai, 1300-1340

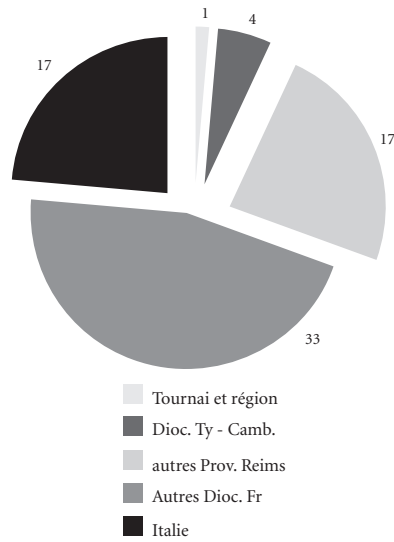


Tableau 6: Recrutement géographique des chanoines de Tournai, 1080-1340 (zones 1, 2 et 3)

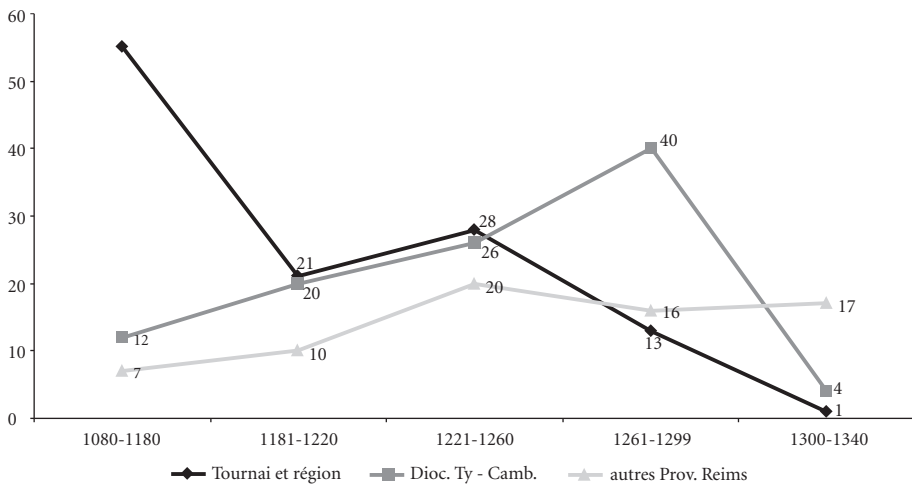
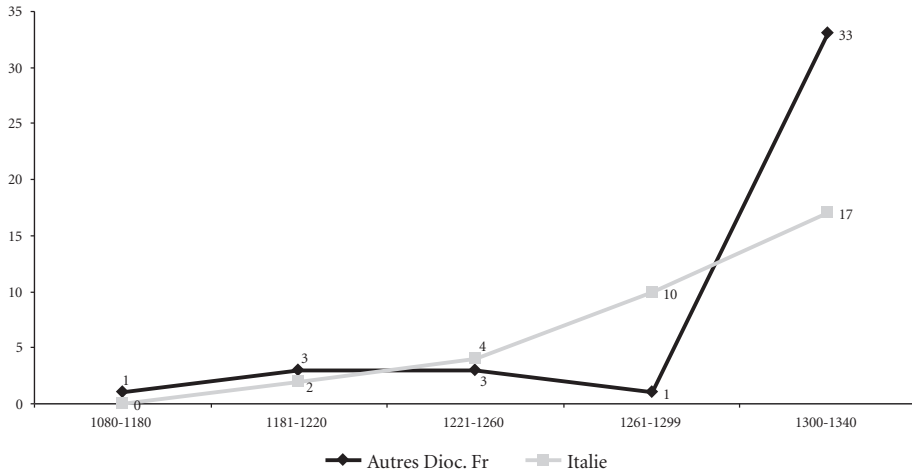


Tableau 7: Recrutement géographique des chanoines de Tournai, 1080-1340 (zones 4 et 5)



Si l'on ajoute les constats déjà relevés pour la période antérieure à 1300⁹ à ceux qui portent sur les années 1300-1340, la situation justifie pleinement le titre donné à cette communication: *Un groupe social local devenu international*. Le temps a manqué pour tenter d'expliquer en partie cette évolution par des facteurs humains. Ainsi, par exemple, entre 1300 et 1340, trois chanoines de Tournai, devenus cardinaux, ont pu provoquer l'arrivée de plusieurs chanoines originaires de leur région d'origine. Quoi qu'il en soit, il est une réalité que l'on rencontre dans d'autres chapitres cathédraux: les prébendes échappent aux aristocraties locales et font l'objet de convoitises à un niveau supérieur.

LE TEMPS D'ATTENTE DE LA PRÉBENDE

155 clercs ont été reçus *in canonicum et in fratrem* à la cathédrale de Tournai entre 1300 et 1340. 19 d'entre eux n'ont jamais bénéficié d'une prébende, malgré une attente parfois longue et nonobstant la qualité des intervenants.

Il est vrai aussi que plus des deux tiers de ces postulants possédaient déjà de 1 à 4 autres prébendes de cathédrales (sans compter d'éventuels autres bénéfices: prébendes de collégiales, cures, chapellenies, rentes viagères) et que l'un d'eux,

⁹ Chiffres, cartes et commentaire dans PYCKE – *Le chapitre*, p. 70-83.

Frédéric de Cena, était déjà nommé évêque, responsabilité pourtant incompatible avec l'obtention de prébendes canoniales (sauf privilège).

Aucun de ces clercs n'a exercé de fonction à la cathédrale et, comme on pouvait s'y attendre, aucun n'y a fondé son obit. Voici la signification des colonnes du tableau 8:

A: nom du chanoine – B: prénom – C: date de l'obtention du canonicat – D: intervenant pour le candidat – E: nombre de canonicats de cathédrale déjà possédés par le candidat – F: fonction exercée antérieurement par le candidat – G: origine sociale – H: titres universitaires

**Tableau 8: Chanoines de Tournai (1300-1340)
n'ayant pas réussi à obtenir une prébende**

A	B	C	D	E	F	G	H
Arcellis	Obertinus de	1331				noble	
Bellanomonte	Jean de	1321	roi France	1	clerc roi Fr		magister
Bitzini de Bond...	Jean de	1328		1		noble	
Bouvignes	Jean de	1333	comte Namur	2			
Cambrai	Jacques de	1300					magister
Cena	Frédéric de	1332		évêque			
Conches	Barthélemy de	1330		1			études
Coste	Jean dit	1330		2			
Cuyfolli	Pierre	1333		2			
Danton	Gaucher	1331					
Halle	Jean de la	1331	roi France	3	conseil roi Fr		prof legum
Loos	Jean de	1323	roi France			noble	
Molinis	Réginald de	1334	roi France	4	clerc roi Fr		magister
Palmerii	Clarín	1330	roi France	1	clerc roi Nav		
Petra	Nicolas de	1329		3			médecin
Porta	Wermundus	1333		1			
Prévôt Molinis	Jean	1322	roi France	3	clerc roi Fr		magister
Quevaucamp	Gautier de	1334	roi France		clerc roi Fr		magister
Scotis	Gabriel de	1327				noble	

Sur les 136 prébendés, 95 – soit 68 % – ont obtenu leur prébende soit immédiatement, soit dans la même année. Les 43 autres ont patienté de 1 à 14 ans.

Tableau 9: Le temps d'attente de la prébende (1300-1340)

155 chanoines de Tournai	136 prébendés	93 prébendés dans l'année				
			17 attendent 1 an			
				6 attendent 2 ans		
					9 attendent 3 à 5 ans	
					4 attendent 6 à 10 ans	
						5 attendent 11 à 14 ans
						19 n'obtiennent jamais de prébende

LE PROBLÈME DU CUMUL (1080-1340)

Réussir à obtenir ou non la prébende tournaisienne, voire même être forcé d'attendre quelques années, cela ne posait en principe guère de problème pour les nombreux clercs déjà pourvus de bénéfices ecclésiastiques. Dans le tableau 10 qui suit, on n'a tenu compte que des *prébendes de cathédrales*, à l'exclusion de tout autre bénéfice.

**Tableau 10: Les chanoines de Tournai de 1080 à 1340:
le cumul de bénéfices ecclésiastiques**

	1080-1180	1181-1220	1221-1260	1261-1299	1300-1340
Nombre de chanoines prébendés	136	64	97	80	136
Qui remplissent déjà une fonction extérieure	16 (12 %)	8 (12 %)	33 (34 %)	39 (49 %)	70 (52 %)
ou qui possèdent:					
1 autre prébende cathédrale					23
ou qui possèdent 2 autres prébendes cathédrales					20
ou qui possèdent de 3 à 7 autres prébendes cathédrales					17

Alors que durant 140 ans, soit de 1080 à 1220, la toute grande majorité des candidats à un canonicat tournaisien – à savoir 88 % – ne remplissent aucune autre fonction extérieure (archidiaconat, prévôté, trésorerie) ou ne possèdent pas d'autre canonicat de cathédrale (en d'autres termes, la prébende de Tournai constitue leur premier, et bien souvent leur seul bénéfice de cathédrale), la situation connaît une profonde modification au milieu du XIII^e siècle: ils ne sont plus que 66 % à être dans ce cas entre 1221 et 1260, 51 % pour les quarante dernières années du siècle, 48 % au 14^e¹⁰. Le carriérisme et la course aux bénéfices sont entrés dans une phase aiguë puisque, durant les 40 premières années du XIV^e siècle, 17 chanoines prébendés de Tournai possèdent de 3 à 7 autres prébendes de cathédrales.

Les comparaisons avec d'autres cathédrales françaises sont difficiles, puisque les listes de chanoines parues à ce jour dans la collection des *Fasti ecclesiae Gallicanae* ne sont pas structurées par ordre chronologique. L'étude prosopographique consacrée par Robert Gane aux chanoines de Notre-Dame de Paris permet une certaine comparaison avec la situation tournaisienne.

Tableau 11: Le cumul de bénéfices ecclésiastiques au XIV^e siècle: comparaison entre Notre-Dame de Paris (1327 et 1350) et Notre-Dame de Tournai (1300-1340)

Ne possèdent pas d'autre prébende cathédrale	Paris				Tournai			
	1327		1350		1300-1340: 136 chanoines			
	(70 chanoines)		(61 chanoines)		En début de carrière		En fin de carrière	
Possèdent en plus:	9	(13 %)	21	(34 %)	77	(57 %)	65	(48 %)
1 prébende	8	(87 %)	17	(66 %)	22	(43 %)	12	(52 %)
en plus:	7		10		19		17	
2 prébendes	46		13		18		42	
en plus:	(66 % !)		(21 %)		(13 %)		(31 %)	

¹⁰ Ce chiffre de 48 % correspond en fait au pourcentage des chanoines qui ne possèdent que leur seule prébende tournaisienne *en fin de carrière*. Comme le montre le tableau qui compare la situation de Tournai à celle de Paris, on constatera qu'*en début de carrière*, 57 % des chanoines n'avaient pas d'autre bénéfice cathédral.

CE QU'ILS DEVIENNENT

Pour la période 1300-1340, on sait ce que sont devenus 95 chanoines sur les 136 prébendés attestés. Le tableau 12 visualise les cas: 56 % décèdent comme chanoines de Tournai ou, mieux, ont gardé leur prébende tournaisienne jusqu'à leur décès¹¹. 26 % l'ont permutée pour une autre – preuve que la cathédrale de Tournai n'était pour eux qu'une étape dans leur carrière bénéficiale. Trois chanoines l'ont perdue: deux pour s'être mariés et un pour avoir choisi le camp du pape «schismatique»¹². 18 % enfin des chanoines ont été obligés d'abandonner leur bénéfice tournaisien à la suite d'une promotion épiscopale, archiépiscopale, cardinalice et même pontificale. Encore faut-il signaler de notables exceptions de cumuls, dont la plus fameuse concerne Pierre Roger, qui réussit à obtenir l'archidiaconat de Gand alors qu'il était déjà archevêque de Rouen et cardinal et que, devenu pape le 7 mai 1342 sous le nom de Clément VII, il parvint à conserver pendant une année encore les revenus de cet archidiaconat¹³!

**Tableau 12: Ce que deviennent les chanoines de Tournai (1300-1340):
95 cas connus sur 136**

95 cas connus sur 136	53				
	décèdent				
	comme				
	chan. Ty				
		2 se			
	mariant				
		1 perd sa			
		prébende			
			25		
			permutent		
			14 sont	= 13 év., archev., cardinal	
			promus	= 1 pape (Clément VI)	
41 cas non connus					

¹¹ Ce qui ne signifie pas qu'ils aient choisi la cathédrale de Tournai comme cathédrale de prédilection ; où ils se sont faits inhumer et qu'ils ont choisie d'honorer de leurs dons. Voir ci-dessus, la confiance dans la prière du chapitre.

¹² L'identification des personnages concernés se trouve dans le tableau 2.

¹³ Pierre Roger, fils de Guillaume Roger, châtelain de Rosiers en Limousin, entre en 1302, à l'âge de 12 ans, au monastère de la Chaise-Dieu. Après sa profession en 1315, il est envoyé à Paris pour des études de

*
* *

Au-delà de ces premiers constats relatifs au recrutement et au devenir des chanoines des cathédrales, il reste à s'interroger sur la manière dont ceux-ci ont rempli leur mission.

Trois enquêtes complémentaires jettent un premier éclairage sur leur spiritualité et leur souci intellectuel. Les deux premières ne portent que sur une période limitée, grâce au seul registre de délibérations capitulaires conservé pour la période médiévale (de 1330 à 1341); la troisième traverse toute la période étudiée (1080-1340), grâce à l'obituaire de la cathédrale.

Les chanoines en pèlerinage (1330-1341)

Le registre aux délibérations capitulaires de 1330-1341 montre une facette particulière de la spiritualité des chanoines, à savoir leur visite aux sanctuaires occidentaux qui possèdent (ou prétendent posséder) les reliques de leurs saints protecteurs.

Ne sont concernés que les chanoines qui ont opté pour la résidence et qui se sont donc astreints – pour bénéficier de l'intégralité de leur prébende¹⁴ et des substantielles distributions¹⁵ – à être inscrits *in tabula* pour faire leur semaine au chœur comme «semainiers» ou «hebdomadiers» et résider 32 semaines par an. Les statuts capitulaires leur reconnaissent des absences légitimes, pendant lesquelles ils sont considérés *ac si personaliter residerent* et perçoivent l'intégralité de leurs émoluments. Ces absences autorisées sont les pèlerinages de dévotion, l'absence pour fréquenter un *studium generale*, le séjour aux cures *pro sanitate recuperanda* et le service du chapitre, auprès du Parlement de Paris ou de l'officialité de Reims, métropole dont dépend Tournai.

théologie. Sa nomination à la tête de l'abbaye de Fécamp en 1326 est le début d'une carrière ecclésiastique fulgurante. Évêque d'Arras en 1328, archevêque de Sens en 1329, il est nommé archevêque de Rouen en 1330. En 1338, Benoît XI le nomme cardinal. Il quitte alors le siège de Rouen (TABBAGH, Vincent – *Fasti ecclesiae Gallicanae: Répertoire prosopographique des évêques, dignitaires et chanoines de France de 1200 à 1500*. Vol. 2: *Diocèse de Rouen*. Turnhout: Brepols, 1998, p. 324, n° 1117 et p. 97-99), mais réussit à obtenir les revenus de l'archidiaconat de Gand. Le cas avait été relevé par VOS, J. – *Les dignités et les fonctions de l'ancien chapitre de Notre-Dame de Tournai*. Vol. 1. Bruges: Société de Saint-Augustin, 1898, p. 266-267 (corriger les informations qui y sont contenues) et repris par WARICHEZ, J. – *La cathédrale de Tournai et son chapitre*. Wetteren, 1934, p. 124.

¹⁴ PYCKE – *Le chapitre*, p. 199-203: «De la mensa fratrum aux prébendes individuelles».

¹⁵ *Ibidem*, p. 204-219. À la fin du XIII^e siècle, les distributions rapportent plus que la prébende (tableau, p. 222).

Les pèlerinages de dévotion ont fait l'objet d'une enquête approfondie en 1971¹⁶. Si, entre 1330 et 1341, 29 chanoines résidents partent 148 fois en pèlerinage, ces chiffres doivent être nuancés en tenant compte de la fréquence des départs. 10 chanoines partent une à deux fois en onze ans, tandis que 18 autres partent entre quatre et neuf fois durant la même période. Cette fréquence générale cache des attitudes individuelles: Antoine Zacharie¹⁷ part vingt fois en 8 ans ; Pierre de Walincourt huit fois en 2 ans ; Henri Braem 7 fois en 2 ans¹⁸ ; Jean de Bally six fois en 2 ans et Réginald de Fieffes cinq fois la seule année 1335.

Si le mobile de dévotion ne semble pas faire de doute pour les dix premiers chanoines qui se contentent d'un ou de deux voyages en 11 ans, cela peut difficilement être le cas pour les autres. Ces départs en fréquence soutenue peuvent cacher une «fuite», expliquée en partie par la situation politique troublée de la ville de Tournai. La décennie 1330-1340 est, en effet, extrêmement mouvementée: elle provoquera l'exode d'une partie du chapitre cathédral à Lille et se soldera par un siège éprouvant en 1340, point de départ de la guerre de Cent Ans.

Quoi qu'il en soit, les abus sont à ce point manifestes que le chapitre réagit en promulguant en 1337 le statut suivant:

Item quod omnes canonici volentes in peregrinationem proficisci, teneantur asserere in capitulo, bona fide, quod sine dolo et fraude sed causa devotionis ad loca se transferunt ; de quibus mentionem facient.

*Quo facto, capitulum iuxta locorum distantiam et itineris qualitatem, certum dierum numerum prefiget, ultimo impedimento cessante. Quo durante, peregrinus recipiet lucrum consuetum peregrinibus solvi. Et dicti dies in residentia computabuntur.*¹⁹

¹⁶ PYCKE, Jacques – Les pèlerinages de dévotion dans la première moitié du XIV^e siècle: Le cas des membres du chapitre cathédral de Tournai. In *HORAE Tornacenses: Recueil d'études d'histoire publiées à l'occasion du VIII^e Centenaire de la consécration de la cathédrale de Tournai*. Tournai: Archives de la cathédrale, 1971, p. 111-130; avec carte.

¹⁷ On corrigera, dans l'article précité, le lieu d'origine d'Antoine Zacharie: Gènes et non Genève.

¹⁸ On doit également modifier la 4^e destination du 4^e voyage du chanoine Henri Braem: lire «Saint-Léonard» et non pas «Limoges (Saint-Léonard)». En effet, lorsqu'on cartographie les sept voyages de ce chanoine d'origine gantoise, on constate que tous les lieux de pèlerinage visités se situent dans une même aire géographique restreinte. Saint-Léonard doit donc être identifié soit à Sint-Lenaarts (Belgique, province d'Anvers), soit à Saint-Léonard (France, départ. Pas-de-Calais, arr. de Boulogne), soit à Saint-Léonard (France, départ. Seine-Maritime, arr. le Havre).

¹⁹ Archives de la Cathédrale de Tournai, *Grand Répertoire des archives de 1422-1533*, fol. 17v et *Liber decani* (343), fol. 68r. Ce statut capitulaire n'est pas mentionné dans les *Acta capituli 1330-1341*.

Le rythme des départs baisse effectivement pendant deux ans puis reprend comme par le passé! Pour assurer la tenue du culte, le chapitre contrecarre le laxisme de ses membres les plus éminents en se montrant inflexible vis-à-vis des absences de son personnel auxiliaire. De 1330 à 1341, un seul parmi la centaine de chapelains et de vicaires – Jean de Saint-Paul, chapelain de l'église paroissiale Sainte-Catherine – a obtenu l'autorisation de partir en pèlerinage. Et encore, sous des conditions très strictes:

Ipsa die fuit indultum ex gratia speciali domino Johanne de Sancto Paulo, perpetuo capellano ecclesie beate Katherine Tornacensis, ut peregre valeat proficisci apud beatam Mariam de Podio [Le Puy, France, départ. Haute-Loire] et apud beatam Martam [Tarascon, France, départ. Bouches-du-Rhône]. Fuitque ei terminus assignatus quatinus infra processionem Tornacensem [du 14 septembre] reverti teneatur et interdum per ydoneum substitutum capellanie sue faciat deserviri ²⁰.

Les chanoines aux études (1330-1340)

La fréquentation d'un *studium generale* est un autre motif d'absence légitime. Ce souci d'études a fait lui aussi l'objet d'une enquête approfondie en 1975²¹. En voici les données: 76 % des chanoines prébendés attestés entre 1330 et 1341 ont poursuivi des études universitaires. 46 d'entre eux possèdent au moins le grade de *magister in artibus*; 27 se sont engagés dans d'autres facultés. Ils ont fréquenté principalement Paris (25 cas sur 55 connus) et Orléans (15 cas), l'université curiale et les universités de Bologne et de Montpellier (chaque fois 5 ou 6 cas).

Beaucoup d'entre eux sont des clercs privilégiés: ils ont obtenu des papes d'Avignon de pouvoir bénéficier de l'intégralité de leur prébende durant leurs études, généralement pour une durée de trois ans, renouvelable. Les *Acta capituli 1330-1341* recopient soigneusement, pour tous ces clercs, les attestations d'études fournies annuellement par les universités fréquentées. La plupart de ces clercs ne se sont pas présentés une seule fois à Tournai pendant toute la durée de leur privilège.

A côté de ceux-ci, 23 chanoines résidant effectivement à Tournai ont bénéficié, durant la même période, de 70 autorisations de fréquentation d'études. Si l'on sait qu'à cette époque 50 % seulement des chanoines avaient

²⁰ Archives de la Cathédrale de Tournai, *Acta capituli 1330-1341*, fol. 123r: Décision capitulaire du 4 mai 1338.

²¹ PYCKE, Jacques – *Les chanoines de Tournai aux études, 1330-1340*. In CONGRES INTERNATIONAL DE LOUVAIN, 26-30 mai 1975 – *Les Universités à la fin du Moyen Age: Actes*. Éd. J. Paquet et J. Ijsewijn. Vol. 2. Louvain: Institut d'études médiévales, Université catholique de Louvain, 1978, p. 598-613 (Université catholique de Louvain, Publications de l'Institut d'Études médiévales, 2^e sér.).

opté pour la résidence, ce nombre de 23 chanoines indique que 64 % des chanoines résidents poursuivent une espèce de «mise à niveau» dans le domaine du savoir, de «recyclage», d'autant plus que 90 % de ceux qui obtiennent une permission d'absence pour cause d'étude sont déjà gradués universitaires.

A première vue, ces chiffres semblent dénoter un souci intellectuel de premier ordre. Mais la situation paraît moins assurée dès qu'on y regarde de plus près. Les demandes ne concernent généralement que des séjours de deux à trois mois. Sur les 70 autorisations accordées, 45 sont associées à un départ en pèlerinage et/ou à une cure de santé. Dans deux tiers des cas, les postulants ne précisent pas le lieu où ils entendent poursuivre leurs études: ils iront *ad scolās* à Paris *vel alibi* ; ou encore *ubi sibi videbitur expedire* ; ils s'y rendent *si sibi visum fuerit expedire*, *si sibi videatur expedire*. La fréquence des départs interpelle également: 16 chanoines sont partis de 1 à 3 fois en 11 ans, les 7 autres de 4 à 11 fois.

Que conclure de ces données? Le départ aux études ne cache-t-il pas, pour ces derniers, une absence moins louable, tout en assurant au bénéficiaire à la fois sa prébende et ses distributions?

La confiance dans la prière du chapitre (1080-1340)

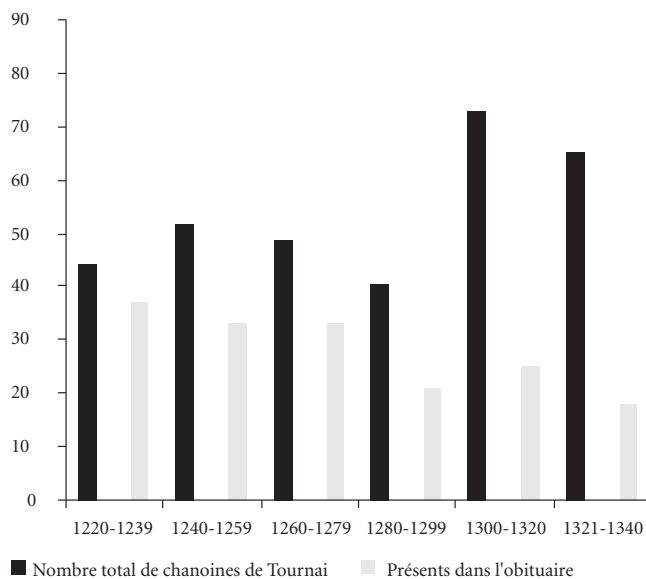
La légitimation du cumul et dès lors la possibilité d'être chanoine forain, les nombreux privilèges d'absence prolongée pour études ou pour le service d'un cardinal, d'un roi ou d'un prince, ainsi que les possibilités d'absence momentanée auxquelles il vient d'être fait allusion expliquent pourquoi – à Tournai comme sans doute ailleurs – le nombre des chanoines présents effectivement à l'office quotidien du chœur et aux assemblées capitulaires hebdomadaires n'excède guère, dans la première moitié du XIV^e siècle, 15 sur les 43.

Cela voudrait-il dire qu'un tiers seulement des chanoines de Tournai se sentent concernés par la vie de *leur* cathédrale? Un moyen de s'en rendre compte est de relever le pourcentage de ceux qui y ont fondé un service anniversaire. En effet, dans le cas des nombreux chanoines qui cumulent plusieurs prébendes de cathédrales, on peut estimer qu'ils ont *une* cathédrale de prédilection, là où ils voudront se faire inhumer et où ils feront leurs plus belles donations.

Le tableau qui suit note la proportion de chanoines présents et absents dans l'obituaire de la cathédrale, pour six périodes de vingt ans, entre 1220 et 1340. Pour les deux dernières périodes, on a isolé de surcroît ceux qui ont rempli une fonction (dignité ou charge) dans la cathédrale.

Tableau 13: Présence ou absence des chanoines prébendés de Tournai dans l'obituaire de la cathédrale

	1220-1239	1240-1259	1260-1279	1280-1299	1300-1320	1321-1340
Nombre de chanoines prébendés	44	52	48	39	72	64
Présents dans l'obituaire	37 (84 %)	33 (63 %)	33 (69 %)	21 (54 %)	25 (35 %)	18 (28 %)
Absents de l'obituaire	7 (16 %)	19 (37 %)	15 (31 %)	18 (46 %)	47 (65 %)	46 (72 %)
Qui remplissent une fonction					14	18
Présents dans l'obituaire					8 (57 %)	12 (66 %)

Tableau 14: Présence des chanoines prébendés de Tournai dans l'obituaire de la cathédrale

Les chiffres sont éloquentes. Entre 1220-1240 et 1320-1340, sur un total de 319 chanoines prébendés, le pourcentage d'absents s'élève de 16 à 72, avec une progression quasi continue.

On pourrait croire qu'au moins les responsables du chapitre sont tous présents. Les chiffres disponibles pour le XIV^e siècle invitent à distinguer assez nettement les doyens, chantres et écolâtres d'une part, tous présents – à l'exception de l'écolâtre Jean Pancouf²² –, les archidiacons d'autre part, majoritairement absents²³.

Une dernière approche a cherché à savoir s'il y avait, dans la première moitié du XIV^e siècle, une relation entre la zone de provenance géographique des chanoines et leur présence dans l'obituaire.

Tableau 15: Chanoines de Tournai 1300-1340
Relation «zone de provenance» – «présence dans l'obituaire»

Zones de provenance	Nombre de chanoines dont on connaît la provenance	Présents dans l'obituaire	pourcentage	Absents de l'obituaire
Tournai et sa région	1	1	100%	
Diocèses Tournai et Cambrai	6	3	50%	3
10 autres diocèses prov. De Reims	17	5	29%	12
Autres diocèses de France	33	7	21%	26
Italie	18	6	33%	12

Il est un fait que les chanoines en provenance de régions proches de la cathédrale s'y impliquent plus. Mais pour les autres, quelle que soit leur zone de provenance géographique, entre 21 et 33 % ont fait de Tournai leur cathédrale de prédilection.

Par le titre donné à ce chapitre, on avance l'hypothèse que la présence d'un chanoine prébendé dans l'obituaire²⁴ dénote une implication réelle de ce chanoine

²² Cet écolâtre obtient, de mois en mois, des privilèges d'absence, tantôt pour études, tantôt pour aller chercher les ouvrages qui lui font défaut. Dès que l'occasion s'en présente, il permute sa charge avec l'écolâtre de Reims, sans doute convoitée depuis tout un temps. C'est le seul écolâtre qui ne figure pas dans l'obituaire de la cathédrale. Si l'on sait que cette prébende est à la collation du chapitre, le choix n'a pas dû être judicieux.

²³ Tournai compte à l'époque trois archidiacons: celui de Tournai (*archidiaconus major*), celui de Bruges et celui de Gand. Beaucoup ne font que passer ou obtenir du pape le privilège de pouvoir se faire remplacer sur place par un *vicarius*. C'est également l'époque du long conflit entre les évêques de Tournai et les archidiacons ; les premiers voulant récupérer toutes les attributions – et dès lors les revenus y attachés – dévolues aux archidiacons.

²⁴ On a déjà constaté que les chanoines de Tournai qui n'ont pas réussi à y obtenir une prébende n'ont fait aucune fondation obituaire à la cathédrale et n'y sont dès lors *jamais* mentionnés.

pour sa cathédrale (qu'elle n'a pas été pour lui uniquement une source de revenus parmi d'autres) et que celui-ci fait confiance dans la prière de ses collègues.

*
* *

Pour éclairants qu'ils soient, ces constats ne disent pas tout sur la mentalité des chanoines. Il reste à vérifier si, entre le XI^e et le XIV^e siècle, le groupe canonial garde la foi, s'il assure avec éclat et régularité le culte dans l'*ecclesia mater*, s'il a le souci des défavorisés, s'il est cultivé et a des mœurs honorables, s'il a conscience de son *ordo* dans la société.

Vaste programme d'étude des mentalités qui pourrait se traduire par une série d'enquêtes²⁵ destinées à vérifier si, entre 1080 et 1340, la foi des chanoines est restée également vive et sincère. Si, au moment d'arrêter leurs dispositions testamentaires, ils continuent de soutenir qu'ils ont obéi aux enseignements de la sainte Église, dont ils se réclament comme fils humbles et dévoués²⁶. Si, à l'approche du temps des schismes²⁷, ils ont non seulement marqué déférence et respect au chef de l'Église, mais lui ont apporté son soutien²⁸ pour le maintien de l'orthodoxie²⁹ en tant que témoins ou inquisiteurs notamment. S'ils poursuivent une certaine forme de *vita communis* ou si leur mode de vie individuel ne leur permet plus qu'une pseudo-collégialité³⁰. S'ils exercent avec assiduité la prière au chœur ou s'ils «compensent» leur laxisme par une intolérance envers le clergé auxiliaire. S'ils offrent leurs ressources pour embellir la *domus Dei*³¹. S'ils perçoivent le danger de la fréquentation des femmes³², des

²⁵ Ce questionnaire se fonde en partie sur le chapitre consacré à la mentalité du groupe canonial de Notre-Dame de Paris au XIV^e siècle par GANE – *Le chapitre de Notre-Dame*, p. 163-189.

²⁶ Un beau parallèle avec la situation à Notre-Dame de Paris dans GANE – *Le chapitre de Notre-Dame*, p. 164.

²⁷ Pour reprendre le titre d'un ouvrage de Jean CHELINI – *L'Église au temps des schismes (1294-1449)*. Paris: impr. Hemmerlé Petit, 1982.

²⁸ On connaît les liens étroits qui existent entre les chapitres cathédraux de Paris et de Tournai, notamment par l'intermédiaire des membres du conseil du roi de France qui sont également évêques et/ou chanoines de Tournai. Les débats agités ici (que rapporte R. Gane pour la première moitié du XIV^e siècle, GANE – *Le chapitre de Notre-Dame*, p. 164-168) ont pu trouver des échos à Tournai.

²⁹ Le chapitre cathédral de Tournai étant le «curé primitif» de toutes les paroisses du patronat de Tournai, on devrait examiner ici les interventions du chapitre dans ces paroisses, à propos des points soulevés. Voici d'autres pistes à suivre: la bibliothèque de la cathédrale et les bibliothèques des chanoines comprenaient-elles des écrits prohibés, de Guillaume d'Ockham notamment? Le chartrier du chapitre conserve-t-il des bulles délivrées par les antipapes?

³⁰ Sur le lent déclin de la *vita communis* à Tournai depuis la fin du XI^e siècle, cf. PYCKE – *Le chapitre*, p. 199-203; sur le problème de la vie commune en péninsule ibérique, cf. CARRERO SANTAMARIA, E. – *'Ecce quam bonum et quam iocundum habitare fratres in unum'*: Vidas regular y secular en las catedrales hispanas llegado el siglo XII. *Anuario de Estudios Medievales*. 30 (2000) 757-805.

³¹ Relevé des donations de mobilier liturgique dans PYCKE, J. – *Sons, couleurs, odeurs dans la cathédrale de Tournai au XV^e siècle*. I. *Édition du cérémonial et des ordinaires, suivie du commentaire (I): Les acteurs, les lieux et le mobilier liturgique*. Tournai et Louvain-la-Neuve, 2003 (Bibliothèque de la Revue d'Histoire ecclésiastique, vol. 84; paru également comme vol. 17 de Tournai – Art et Histoire), p. 229-255.

³² L'Église et l'Université de Paris gardent, au XIV^e siècle, une attitude violemment antiféministe.

hérétiques et des juifs³³. S'ils pratiquent la charité comme aux temps anciens dans une ville qui regorge de pauvres, de mendiants, de malades et d'enfants abandonnés, soit en soutenant l'hôpital capitulaire, soit par des fondations obituares³⁴. S'ils poursuivent l'admirable mouvement de fondation de bourses d'études³⁵, fréquentent eux-mêmes les *studia* universitaires, obtiennent des titres dans des disciplines diverses, rassemblent des bibliothèques³⁶. S'ils sont de mœurs honorables³⁷ et d'une attitude irréprochable durant l'office au chœur³⁸. S'ils vivent honnêtement leur promesse: *Psalmos cantabimus, omnibus diebus vitae nostrae, in domo Domini*. Si, conscients de constituer un groupe de clercs privilégiés, ils se montrent attachés aux marques extérieures qui leur assurent leur place – surtout les règles de préséance – et s'ils défendent coûte que coûte leurs prérogatives³⁹.

*
* *

La société médiévale a connu de profondes mutations entre la fin du XI^e siècle et la première moitié du XIV^e siècle ; le clergé de la cathédrale a suivi sans aucun doute le mouvement. Si on observe le recrutement des clercs lié aux interventions extérieures, les catégories sociales, leur provenance géographique, le niveau d'études et leur carrière antérieure, et, pour la plupart, le relâchement progressif du lien avec sa cathédrale, on est amené à penser que tout oppose un chanoine de cathédrale des années 1080 à son successeur 250 ans plus tard. On oserait presque soutenir que ces clercs n'ont plus rien en commun. Et la tentation serait grande d'opposer «la ferveur des origines à la tiédeur généralisée du bas Moyen âge, annonciatrice d'une indispensable réforme en profondeur». Il faut se garder toutefois de tomber dans l'anachronisme et d'accuser les chanoines d'avoir bénéficié d'un système que nous jugeons aujourd'hui profondément vicié.

³³ Le chapitre cathédral de Tournai ne compte parmi ses membres qu'un seul «fils de juif converti», le chanoine Philippe de Villepreux dit le Convers. Filleul de Philippe le Bel et son exécuteur testamentaire, Philippe de Villepreux était tout à la fois chanoine de Paris, de Meaux, de Laon, de Noyon, de Tournai, de Troyes, de Reims, de Tours et d'Auxerre!

³⁴ On a étudié ce point dans PYCKE – *Le chapitre*, p. 289-311, pour la période allant de 1080 à 1300. Voir de même, pour le XIV^e siècle, IDEM – *Sons, couleurs, odeurs*, p. 190-191.

³⁵ Cf. PYCKE – *Le chapitre*, p. 282-285.

³⁶ PYCKE, Jacques – Matériaux pour l'histoire de la bibliothèque capitulaire de Tournai au Moyen Age. *Scriptorium*. 33 (1979) 76-83.

³⁷ La documentation recèle des abus et des exemples notoires d'inconduite. Au XIV^e siècle, les chanoines des cathédrales sont, en effet, la cible des dictons populaires – qui brocardent leur frivolité, leur vanité et leur luxe –, des ordres mendiants et d'auteurs comme Boccace, Pétrarque, Catherine de Sienne, Eustache Deschamps et Philippe de Mézières.

³⁸ A plusieurs reprises, les légats pontificaux promulguent des directives pour améliorer la célébration du culte.

³⁹ Notamment face à l'évêque, au Magistrat communal, à leur personnel auxiliaire et aux paroisses.

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CONCÍLIO DE PISA (1409)

HÉLÈNE MILLET



As informações fornecidas pelas sete listas de participantes no Concílio de Pisa (25 de Março-7 de Agosto de 1409) confirmam que o rei D. João I enviou ali uma embaixada composta por seis membros: João Afonso da Azambuja, arcebispo de Lisboa, Gonçalo Gonçalves, bispo de Lamego, mestre Lourenço OSA, provincial da sua ordem, João Xira OFM, confessor do rei, assim como dois doutores em direito civil, Lançarote Esteves e Diogo Martins. As referidas listas demonstram também que Gonçalo Gonçalves, bispo de Lamego, tinha tomado a dianteira e dado procuração por sua iniciativa pessoal a Nicolò dei Baglioni, prior geral da ordem do Santo Sepulcro. Este último, com efeito, tinha sido mandatado pelos cardeais unionistas para apresentar as suas cartas de convocação ao rei de Portugal assim como a uma pléiada de personagens notáveis. A 11 de Fevereiro de 1409, o rei responde-lhe através de uma carta onde pede desculpa. Posteriormente reconsidera. A embaixada, composta com o acordo do clero do reino, chega tardiamente, mas Fernando da Guerra, um sobrinho do rei que à data estudava em Bolonha, aproximou-se do futuro João XXIII. Alexandre V e o seu sucessor souberam testemunhar o seu reconhecimento a Portugal e aos seus representantes pelo apoio à obra de reunificação da cristandade ocidental. Duas promoções episcopais, um chapéu de cardeal e uma bula de cruzada pela expedição de Ceuta, foram os frutos mais directos da participação portuguesa.

PORTUGAL'S PARTICIPATION IN THE COUNCIL OF PISA (1409)

HÉLÈNE MILLET

The information contained in the seven lists of participants in the Council of Pisa (25 March-7 August 1409) establish that King João I sent a six-man embassy, consisting of João Afonso da Azambuja, Archbishop of Lisbon, Gonçalo Gonçalves, Bishop of Lamego, Master Lourenço OSA, the Provincial of his order, João Xira OFM, the royal confessor, and Lançarote Esteves and Diogo Martins, both experts in civil law. The lists also demonstrate that Gonçalo Gonçalves had taken the personal initiative of granting a proxy to Nicolò dei Baglioni, general prior of the Order of the Holy Sepulchre. Baglioni had in fact been mandated by the cardinals who favoured union to present the letters of convocation to the king of Portugal and a host of other notables. On 11 February 1409, the king replied in a letter in which he apologised, before later reconsidering. The embassy, formed in accordance with the Portuguese clergy, arrived late, but Fernando da Guerra, one of the king's nephews who was then studying in Bologna, approached the future John XXIII. Alexander V and his successor acknowledged the support offered by Portugal and its representatives in reunifying western Christianity. The direct benefits of the Portuguese participation were two episcopal promotions, one cardinal's hat and a crusade bull for the expedition to Ceuta.

LA PARTICIPATION DU PORTUGAL AU CONCILE DE PISE (1409)

HÉLÈNE MILLET*

On apprend dans les manuels d'histoire que le schisme ayant divisé l'Église d'Occident à partir de 1378 s'est terminé en 1417 par l'élection de Martin V au concile de Constance. Généralement, tout le mérite de la réunification de l'Église est attribué à ce pape, ainsi qu'à ce concile, alors que celui de Pise, qui s'est réuni en 1409, est traîné dans la boue. Pourquoi?

Aux deux pontifes rivaux – c'est-à-dire, à cette date, Grégoire XII pape dans l'obédience romaine et Benoît XIII pape dans l'obédience avignonnaise – on est en effet passé à trois prétendants à la tiare. Malgré la sentence de déposition de Grégoire et de Benoît, prononcée le 5 juin 1409 par les Pères conciliaires, Alexandre V, qui fut ensuite élu par les cardinaux dès le 26 juin 1409, ne parvint pas à faire l'unanimité. Contre lui, mort trop vite en 1410, et contre son successeur, Jean XXIII, continuèrent à se dresser le résidu germano-italien de l'obédience de Grégoire XII et le bastion espagnole et écossais resté fidèle à Benoît XIII¹.

Mais à qui observe le déroulement des événements, ce retentissant échec n'est qu'apparent, car la troisième obédience mise en place par le concile de Pise est le résultat d'une réconciliation entre les pays de la majeure partie de la chrétienté: France, Angleterre, Italie (sauf quelques cités du Nord et le Royaume de Naples), Savoie, Pays-Bas, Allemagne (sauf le Palatinat et diverses principautés), Bohême, Pologne, Pays Scandinaves et Portugal². Un irrésistible mouvement vers l'union s'était mis en branle avec la convocation du concile, durant l'été 1408, par les cardinaux des deux obédiences, désormais unis dans un commun refus d'obéir à leur pape respectif.

* CNRS (Paris). Consultante du projet *Fasti Ecclesiae Portugaliae*.

¹ Sur tous ces événements, on pourra se reporter à n'importe quelle Histoire de l'Église, en particulier à ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Éd. préparée et dirigée par Damião Peres. Vol. 1. Porto: Portucalense Editora, 1967.

² Voir la mise au point d'ENGELS, O. – Die Obendienzen des Abendländischen Schismas. In *Atlas zur Kirchengeschichte*. Dir. H. Jedin, K. S. Latourette et J. Martin. Fribourg-Bâle-Vienne, 1970, p. 51. Le Portugal y est porté comme ayant adhéré à Pise après l'élection d'Alexandre V.

Car le concile de Pise est le résultat d'une révolte – et cela n'entre pas pour peu dans les vertueuses condamnations actuelles –. Il n'a pas été convoqué selon les saints principes du droit canon. Ce sont des cardinaux qui ont lancé l'appel au peuple chrétien des deux obédiences à se réunir. De cette tare originelle, l'assemblée pisane ne pouvait être lavée qu'en apportant la preuve qu'elle était une réelle représentation de l'Église, qu'elle avait réellement touchée l'ensemble des fidèles et qu'ils se reconnaissaient en elle³.

La question de savoir qui a ou n'a pas envoyé de délégué à Pise n'est donc pas une curiosité anodine. Les contemporains ont soigneusement dressé des listes, au rythme des arrivées, ou selon l'ordre hiérarchique, ou encore selon les provinces ecclésiastiques. On ne manque pas de sources pour être renseigné. Ce qui fait défaut, c'est plutôt la volonté de tirer au clair une période qui pose des problèmes gênants quant aux modalités de la tradition apostolique. Il coûte à une conscience catholique de reconnaître que la belle chaîne continue qui lie chaque pape au suivant a été rompue, et renouée par la grâce d'un concile. Ainsi s'explique au moins en partie que l'historiographie portugaise – du moins pour ce que j'en connais – reste très discrète sur cette partie du schisme. Dans la *Nova História de Portugal* par exemple, A. H. de Oliveira Marques a beau avoir mis l'accent sur l'idée de crise pour son étude des XIV^e et XV^e siècles, son livre ne consacre que deux pages au sujet; mais, conclut-il prudemment, le Portugal ayant été beaucoup plus divisé qu'on ne l'a dit, il convient de multiplier les études locales avant de ne rien affirmer⁴.

En 1970, Antonio Domingues de Sousa Costa a édité quantité de matériaux susceptibles d'éclairer l'histoire portugaise du schisme dans le deuxième volume des *Monumenta Portugaliae Vaticana*, mais, dans sa copieuse introduction, il s'étend bien davantage sur les débuts que sur la fin de la période⁵. Quelle connaissance avait-il alors de l'ambassade envoyée à Pise par le roi João? Cela n'apparaît pas clairement, car il n'en souffle mot dans cette introduction alors qu'il savait, dès 1957, que Lançarote Esteves en avait fait partie⁶. Plus tard, dans

³ J'ai développé cet aspect de la question dans MILLET, H. – La représentativité, source de la légitimité du concile de Pise (1409). In *THEOLOGIE et droit dans la science politique de l'Etat moderne*. Rome, 1991 (Collection de l'Ecole française de Rome n° 147), p. 241-261.

⁴ «*Bispos excomungados por seguirem o partido do "antipapa" continuaram a gozar da protecção régia e a exercer autoridade nas suas dioceses. Só uma análise demorada da situação de cada bispo poedrã, um dia, dar-nos um quadro correcto da complexidade do caso*»: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Vol. 4: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, 1987, p. 378-379

⁵ COSTA, António Domingues de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*. T. 2: *Suplicados Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX*. Braga, 1970.

⁶ COSTA, António Domingues de Sousa – O doutoramento em Bolonha do secretario de D. João I: Doutor Lançarote, conde palatino e embaixador ao concilio de Pisa. *Itinerarium*. 77 (1957) 202-220.

un article paru en 1977, il a enfin dévoilé sa source d'information⁷: un recueil de lettres ayant trait au concile de Pise, édité en 1940 par Johannes Vincke⁸.

Ce recueil comprend en effet une lettre du roi Martin d'Aragon, en date du 10 juin 1409, faisant état du sauf-conduit que le roi de Portugal lui avait prié d'accorder à ses six ambassadeurs au concile⁹. Ceux-ci y étaient désignés par leur titre, à savoir, l'archevêque de Lisbonne, l'évêque de Lamego, deux maîtres en théologie et deux docteurs. Vincke précisait en note que les religieux s'appelaient «Fray Joan Xira» et «Fray Lorenz», et que les docteurs étaient «Diago Martinez» et «Lancalot», mais sans aucunement justifier ces identifications. Sans prétendre avoir retrouvé la ou, plus probablement, les sources de Vincke, je suis en mesure de citer des documents qui confirment ses dires. Il s'agit tout simplement de quelques-unes des listes de participants au concile mentionnées plus haut.

Mais ces listes permettent d'aller bien au-delà d'une simple vérification. Loin d'être parfaitement identiques, elles sont souvent complémentaires, et l'analyse de leurs différences – les unes sans véritable portée, les autres riches de suggestions – apportent d'autres enseignements. Surtout, elles révèlent que l'ambassade royale avait été précédée par un procureur de l'évêque de Lamego, ce qui laisse entendre une certaine divergence de vue sur la manière de répondre à l'invitation lancée par les cardinaux.

J'ai rassemblé toutes ces indications en un tableau synthétique à partir duquel une rapide enquête sur la personnalité des représentants portugais a pu être menée. On est ainsi conduit au cœur de la politique royale, et, même si les circonstances dans lesquelles fut formée l'ambassade restent partiellement hypothétiques, on perçoit que la décision d'aller à Pise fut l'objet d'un vrai débat.

1. LES LISTES DE PARTICIPANTS AU CONCILE, LEUR SIGNIFICATION

Les travaux que j'ai menés antérieurement sur la composition du concile de Pise m'ont conduite à consulter et étudier onze listes de participants, toutes dignes de foi mais non exemptes d'erreurs, certaines très proches les unes des autres, d'autres originales dans leur composition ou par quelques items. Le signalement ou non d'ambassadeurs du roi João de Portugal fait ainsi partie des différences les plus faciles à déceler. Au total, ce sont seulement trois listes qui mentionnent cette

⁷ COSTA, António Domingues de Sousa – Leis atentatorias das liberdades eclesiasticas e o papa Martinho V contrario aos Concilios Gerais. In *STUDIA Storico-Ecclesiastica: Festgabe für Prof. Luchsius G. Spätling OFM*. Rome, 1977, p. 505-591.

⁸ VINCKE, J. – *Briefe zum Pisaner Konzil*. Bonn, 1940.

⁹ *Ibidem*, n° 112, p. 199.

ambassade (colonnes B, O, L du tableau), peut-être quatre (colonne U) si, comme il est vraisemblable, l'édition qu'en a donné Ughelli trahit quelque peu son original. Mais, dans trois autres listes (colonnes M, T et G), à défaut d'ambassade royale, on trouve la mention d'un procureur de l'évêque de Lamego.

À leur arrivée à Pise, les prélats et ambassadeurs désireux d'être incorporés au concile devaient se présenter devant une commission chargée de se prononcer sur la validité de leurs mandats ou de leurs titres. Les notaires de cette commission ont ouvert un registre où ils ont inscrit, jour après jour, les noms et qualités des personnages qu'ils admettaient. Ainsi est née la liste M, éditée – mais fort mal – par Mansi, dans sa vaste compilation de textes conciliaires¹⁰. Cette liste ayant été arrêtée au 14 juin 1409 et ne signalant pas l'arrivée de l'ambassade royale portugaise, on en déduit que celle-ci s'était présentée à Pise postérieurement à cette date. On y apprend en revanche que, le samedi 28 avril, *Nicolaus de Balionibus de Perusio* avait obtenu son incorporation au double titre de prieur général de l'ordre du Saint-Sépulcre et de procureur de trois évêques urbanistes: Pierre évêque de Badajoz, Antoine évêque de Tuy et *Gonsalvus* évêque de Lamego (col. 346). Sur ces trois évêques ibériques, seul celui de Lamego relevait incontestablement du Portugal. Par quel phénomène lui et ses collègues étaient-ils entrés en relations avec ce prieur? Cela, le registre ne l'expliquait pas.

La liste par ordre hiérarchique qu'il m'a été donné d'éditer en 1981 (T) est largement tributaire du registre des incorporations¹¹. Cette constatation, à laquelle j'étais parvenue en 1990, est ici doublement confirmée¹²: la section consacrée aux ambassades des puissances civiles ignore celle du roi de Portugal, tandis qu'a été mentionné deux fois *Nicolaus de Balionibus de Perusio*, une première fois en tant que prieur général de l'ordre du Saint-Sépulcre (n°328) et une deuxième en tant que procureur des trois évêques (n°430).

La liste désignée sous la lettre G est, quant à elle, unique en son genre¹³. Probablement réalisée par un clerc du cardinal Giordano Orsini (à qui

¹⁰ *SACRORUM conciliorum nova et amplissima collectio*. Éd. G.-D. Mansi. T. 27. Venise, 1784, col. 331-356. Cette édition suit une copie du registre des admissions, elle-même fautive, réalisée à la fin du XV^e siècle (Turin, Bibliothèque nationale et universitaire, E II 3, fol. 45-94v). Selon GIRGENSOHN, Dieter – Über die Protokolle des Pisaner Konzils von 1409. *Annuario Historiae Conciliorum*. 8 (1986) 107, une meilleure copie de ce registre se trouve à la Bibliothèque du Vatican, ms Vat. Lat 4172, fol. 59-95v. Une malencontreuse et inattendue fermeture de la Bibliothèque m'a empêchée de vérifier que l'ambassade portugaise ne figurait pas dans cette copie.

¹¹ MILLET, H. – Les pères du concile de Pise (1409): édition d'une nouvelle liste. *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Age, Temps modernes*. 93 (1981) 713-790.

¹² MILLET, H. – Les Français du Royaume au concile de Pise (1409). In *Crises et réformes dans l'Église: De la réforme grégorienne à la Préréforme*. Paris, 1991 (Editions du CTHS. Actes du 115^e Congrès national des Sociétés savantes), p. 263.

¹³ MAIOLI, G. (Fr. Graziano di Santa Teresa OCD) – Un nuovo elenco dei partecipanti al concilio di Pisa del 1409. *Ephemerides Carmeliticae*. 16 (1965) 384-411.

appartenait le manuscrit où elle a été conservée), elle classe les participants au concile selon la province ecclésiastique à laquelle ils appartenaient. Or, à la rubrique «province de Compostelle» un procureur de l'évêque de Badajoz (n°622) a été signalé, et, à la rubrique «province de Braga», ce sont les évêques de Tuy (n°624) et de Lamego (n°625) qui sont donnés pour avoir été représentés. Il n'y a en revanche aucune indication concernant la province de Lisbonne, à laquelle appartenait le chef de l'ambassade royale portugaise, et cette ambassade n'est pas davantage mentionnée dans le rapide récapitulatif, placé en tête du document, des *oratores* députés par les rois et princes.

Les listes hiérarchiques font au contraire une place de choix à ce type de participants, tandis que, à l'exception de T, elles taisent l'identité des procureurs envoyés par les prélats. Le registre des incorporations n'a certainement pas été leur seul guide de rédaction. Elles offrent suffisamment de variantes, dans la nature et/ou l'ordre de leurs items, pour qu'on soit obligé de penser qu'elles furent établies de manière relativement indépendante les unes des autres. Il ne faut donc pas s'étonner qu'elles ne fassent pas toutes état de l'ambassade royale portugaise.

Sur les trois qui la mentionnent, deux la détaillent en des termes absolument identiques (B et O)¹⁴. Elles l'annoncent pour être non seulement l'ambassade du roi de Portugal mais encore celle «des prélats de tout le royaume» et elles lui attribuent seulement quatre membres: l'évêque (*sic*) Jean de Lisbonne, l'évêque (resté sans prénom) de Lamego, maître Laurent provincial OSA, et un maître franciscain confesseur du roi¹⁵. Ces deux listes sont d'ailleurs souvent très proches l'une de l'autre pour quantité d'autres items, ce qui ne signifie nullement qu'elles avaient une quelconque parenté quant à leur destination. À Benoît XIII parvint la liste B, tandis que la liste O avait été adressée à un urbaniste¹⁶. Toutes deux classent en outre les deux prélats à leur rang de prélat dans la section consacrée aux présents, Jean figurant en l'occurrence parmi les archevêques¹⁷. Enfin, ayant pris acte que l'évêque de Lamego n'avait pas à être représenté vu qu'il s'était déplacé en personne, elles l'ont omis dans la section des évêques ayant expédié un procureur, sans oublier d'y mentionner ceux de Badajoz et de Tuy¹⁸. Tout ceci est parfaitement cohérent.

¹⁴ Liste B: Archivio Segreto Vaticano, Arm. LIV, t. 34, fol. 115-123v. Cette liste a été éditée, de façon abrégée, par RINALDI – *Annales ecclesiastici*. Lucques. 8 (1752) 264. Liste O: Oxford, Bodleian Bibl., Canon. Pat. lat. 205, fol. 1-15v.

¹⁵ Liste B, fol. 115v; liste O, fol. 1v.

¹⁶ La liste B est incluse dans un dossier connu pour avoir été constitué par Benoît XIII. Parmi les indices de l'origine de la liste O, je signalerai qu'elle ouvre un recueil de textes dont le premier comporte un chapeau introductif où il est parlé de Grégoire XII avec plus de révérence que de Benoît XIII et qui mentionne un cardinal urbaniste (fol. 15v).

¹⁷ Liste B, fol. 117v; liste O, fol. 4v.

¹⁸ Liste B, fol. 120v; liste O, fol. 10v.

La troisième liste par ordre hiérarchique à avoir eu connaissance de l'ambassade portugaise (L) semble avoir disposé de davantage de renseignements mais elle les a traités avec moins de discernement¹⁹. Elle fut dressée par un clerc d'origine germanique dont on peut penser qu'il était étourdi. Selon lui, les portugais étaient cinq, à savoir les deux prélats, qu'il cite seulement par leur titre, deux docteurs en lois, qu'il sait nommer – *Lancelotus Stephani* et *Sydericus Martini* – et un franciscain maître en théologie dont il connaît le nom – *Johannes Xira* (p. 224). Sans cette précision, nous ne pourrions pas avoir la certitude que ce franciscain est à identifier avec le confesseur du roi des deux listes précédentes²⁰. L'absence de *magister Laurentius*, le provincial des Augustins, a ainsi tout l'air d'un oubli. Ensuite, le rédacteur n'a pas répercuté ces informations dans les autres sections: dans celle des prélats présents, il n'a fait figurer ni l'archevêque de Lisbonne, ni l'évêque de Lamego, et, parmi les évêques ayant envoyé des procureurs, il a repris sans sourciller la triade Badajoz, Tuy, Lamego (p. 234).

La dernière liste à faire mention de Portugais (U) est encore plus déconcertante²¹. Bien que la section des ambassades royales et princières ne mentionne pas celle du roi João, l'archevêque de Lisbonne est répertorié, à son rang, parmi les présents (col. 468). En toute logique, une telle mention ne devrait pas aller sans la précédente. Quant à l'évêque de Lamego, il est classé parmi les évêques ayant envoyé un procureur – à condition toutefois que *Lauratensis* soit bien une mauvaise transcription de *Lamacensis* – en compagnie des évêques de Badajoz et de Tuy (col. 473). De telles bizarreries font songer à des erreurs de lecture ou de copie, mais faute d'avoir pu remonter jusqu'au manuscrit donné pour avoir été l'original, je ne saurais rien affirmer²².

Au vu de toutes ces informations, plusieurs constatations s'imposent. Remarquons tout d'abord qu'aucune de ces listes n'est à la fois complète et exacte. À la décharge de leurs auteurs, je ferai remarquer que la difficulté de leur travail était bien réelle, surtout si l'on songe qu'ils avaient à comptabiliser une foule mouvante d'environ cinq cents personnes, ce qui conduisait à recenser au total, avec les procurations, un bon millier de noms, des noms à consonances variées, forgés aux quatre coins de la chrétienté.

¹⁹ LEINWEBER, J. – Ein neues Verzeichnis der Teilnehmer am Konzil von Pisa 1409. In *KONZIL und Papst: Festgabe H. Tüchle*. Éd. G. Schwaiger. Paderborn, 1975, p. 207-246.

²⁰ Voir, plus loin, les sources de la biographie de ce franciscain.

²¹ Elle a été éditée par F. Ughelli au tome III de son *Italia sacra*. Rome, 1647, col. 556-573. C'est donc la plus ancienne édition d'une liste des Pères du concile de Pise. Mes références renvoient à la réédition de Coleti, Venise, 1718, col. 465-476.

²² D'après LEINWEBER – Ein neues Verzeichnis, p. 211, n. 23, Ughelli avait utilisé une transcription par Contolori d'une liste contenue dans un manuscrit ayant appartenu à un notaire du concile: Biblioteca Apostolica Vaticana (BAV), ms. Vat. Lat. 12610. Une telle provenance implique un haut degré de fiabilité. La fermeture inopinée de la Bibliothèque du Vatican m'a empêchée de me reporter au manuscrit.

Rappeler ces chiffres oblige à relativiser l'importance de la participation portugaise. Encore faut-il comparer ce qui est comparable. L'ambassade du roi João était numériquement à peine inférieure (six contre neuf) à celle du roi d'Angleterre. Dans les deux cas, cette relative faiblesse était compensée par la charge de représentation dont elles étaient investies: derrière elles, il y avait non seulement le roi mais encore tous les prélats du royaume²³. Les Anglais avaient donné une consistance tangible à cette réalité: les listes énumèrent la litanie impressionnante des évêques, des chapitres et surtout des abbés et des prieurs anglais dans les sections où sont répertoriés les prélats ayant désigné des procureurs. On ne trouve rien de semblable pour le Portugal.

Il faut aussi tenir compte du temps. L'état de la situation reflété par M est bien daté: 14 juin. Les listes T et G qui n'apportent pas d'autre élément d'information sont à situer après le 14 juin, mais avant l'arrivée de l'ambassade, à une date difficile à préciser. On sait seulement que, le 10 juin, elle devait être aux environs de Barcelone puisque le roi Martin d'Aragon la recommandait alors à Louis II de Provence pour obtenir un sauf-conduit²⁴. Les quatre autres listes sont postérieures à son arrivée (à la fin juin?) et témoignent d'un renversement complet de la conjoncture. Auparavant, l'Italien à qui l'évêque de Lamego avait remis sa procuration était seul habilité à émettre une opinion portugaise.

Nicolaus de Balionibus de Perusio est ainsi le seul des sept personnages recensés à avoir pu assister à l'acte conciliaire le plus décisif: la condamnation et la déposition de Grégoire XII et de Benoît XIII, prononcées le 5 juin 1409. La sentence avait été consignée sur un document laissé à la libre disposition des Pères conciliaires pour qu'ils y apposent leur signature. J'ai examiné trois copies de ce document. L'une d'elles est manifestement tronquée²⁵. Sur les deux autres, fort semblables, réalisées dans la seconde moitié du XV^e siècle, on relève que certains, venus tardivement, ont cru devoir dater leur souscription. Ainsi, le 13 juillet, il était encore possible de manifester son adhésion. Pourtant, ni *Nicolaus de Balionibus de Perusio*, ni aucun des six ambassadeurs du roi João ne figure parmi les souscripteurs. Ces derniers seraient-ils arrivés encore plus tardivement? Il me paraît plus vraisemblable que, comme beaucoup d'autres, ils aient cherché à ménager l'avenir en évitant de se compromettre. Dans cette

²³ «*Ambassiatores domini Anglorum regis et omnium ipsius regni prelatorum et capitulorum ecclesiarum ac totius ecclesie Anglicane*» annonce la liste T (dans l'édition, p. 725).

²⁴ Voir plus haut, note 9.

²⁵ Je connais quatre copies de ce document. Les trois que j'ai examinées sont: BAV, Vat. Lat. 4000, fol. 96v-103v et Vat. Lat. 4192, fol. 118-130. La copie tronquée a été éditée par VINCKE, J. – *Schriftstücke zum Pisaner Konzil*. Bonn, 1942 (Beiträge zur Kirchen- und Rechtsgeschichte, 3), p. 177-205. Il me reste à voir l'exemplaire qui est probablement le meilleur: Wolfenbüttel 396, fol. 44-51. Sur la nature diplomatique de ce document, voir mes remarques dans MILLET – Les pères du concile, p. 718.

histoire, ils font figure d'ouvrier de la onzième heure, l'évêque de Lamego ayant toutefois joué un rôle de pionnier.

Il faut enfin souligner que les renseignements donnés par les listes, pourvu qu'on les additionne, rendent parfaitement identifiables les six ambassadeurs. L'étude de la représentation portugaise au concile de Pise peut donc s'enrichir des précieux apports d'une enquête biographique²⁶.

2. LES SIX AMBASSADEURS

Le chef de l'ambassade était le prélat du royaume le plus élevé en dignité: l'archevêque de Lisbonne, **João Afonso da Azambuja**. Il devait son éminence à l'élévation de la cité de Lisbonne au rang de métropole, par le démembrement de la province de Compostelle, tout récemment réalisé par Boniface IX, en 1394, à la demande du roi João.

À cette époque, João Afonso da Azambuja n'était pas encore parvenu au faite des honneurs ecclésiastiques, mais il avait déjà derrière lui une longue carrière de serviteur royal²⁷. Au moment crucial du changement dynastique, il détenait le prieuré de la collégiale Ste-Marie d'Alcaçova de Santarem et fut l'un des premiers à apporter son soutien au Mestre de Avis. Par la suite, cet engagement lui permit d'entrer en contact avec la curie urbaniste, car il fit partie de deux ambassades envoyées à Urbain VI puis Boniface IX dans le but de régulariser la situation du nouveau roi. On a compté les chartes que ce canoniste (il avait le grade de bachelier) a rédigées de 1384 à 1387 en tant que *desembargador* puis conseiller du roi: elles s'élèvent au nombre impressionnant de 343.

En 1387, il fut promu évêque de Silves. Transféré à trois reprises (à Porto en 1391, puis à Coimbra en 1396, enfin à Lisbonne en 1402), il dut cependant être un évêque conscient de ses devoirs de pasteur car on a conservé de lui d'importants statuts synodaux, promulgués dès la première année de son arrivée à Lisbonne, le 13 janvier 1403²⁸. Lorsqu'il fut désigné comme chef d'ambassade, sa cote était au plus haut dans la confiance royale. La façon dont il s'acquitta de sa mission donna toute satisfaction aux deux parties car il fut inclus dans la

²⁶ Je dois ici signaler ma dette envers Armando Luis de Carvalho Homem et Ana Maria Jorge pour l'aide bibliographique qu'ils m'ont apportée. J'espère que des enquêteurs portugais enrichiront cette partie de mon travail.

²⁷ C'est à ce titre qu'A. L. de Carvalho Homem en a donné deux biographies, la première en tant que *desembargador* du roi Jean Ier (*O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, 1990, p. 330-331, la seconde en tant que conseiller du même roi jusqu'à sa mort en 1415 (*Conselho real ou conselheiros do rei? A proposito dos "privados" de D. João I. Revista da Faculdade de Letras*. 2s. 4 (1987) 54-55). J'en ai tiré l'essentiel de ma propre notice.

²⁸ *SYNODICON Hispanum*. Dir. A. Garcia Y Garcia. T. 2: *Portugal*. Madrid, 1982, p. 317-339.

promotion cardinalice internationale de 1411, destinée à asseoir la papauté pisane. Sa mort, survenue le 23 janvier 1415, l'empêcha d'exercer une quelconque influence au concile de Constance²⁹.

À côté de cette étoile de première grandeur, l'évêque de Lamego fait pâle figure. **Gonçalo Gonçalves** n'a pas dû beaucoup fréquenter les milieux de la cour³⁰. La bulle de sa promotion à l'épiscopat (26 janvier 1394) nous apprend qu'il était doyen de Lamego au moment de son élection par le chapitre. Vers 1403-1408, il fut aussi chargé d'administrer Ciudad Rodrigo, autrement dit, de veiller aux intérêts urbanistes dans un siège relevant majoritairement de l'obédience avignonnaise. On aimerait mieux connaître Gonçalo, savoir quelle était sa formation intellectuelle, comment il avait été gagné à la voie de concile et s'il fit campagne pour faire partager son opinion, mais seule nous est pour l'instant connue la date de sa mort: il put s'endormir dans la paix de l'unité retrouvée en 1419.

Sur **mestre Lourenço**, celui des deux théologiens de l'ambassade qui était ermite de Saint-Augustin et provincial de son ordre, on n'est guère mieux renseigné. Une lettre qu'il avait sollicitée de Boniface IX en tant qu'exécuteur testamentaire du chanoine de Lisbonne *Elias de Castris* nous apprend qu'il était déjà provincial d'Espagne au 1^{er} janvier 1401³¹. L'ambassade fut pour lui l'occasion de se mettre en avant: le 9 juillet 1410, Alexandre V pourvoyait *Laurentius Alphonsi* de l'évêché grec de Megara. C'était là un honneur sans profit et, «pour lui permettre de tenir son rang», le pape lui remettait en même temps la commende de l'abbaye bébédicte de Pondorada³². Mais comme Grégoire XII en avait déjà disposé, avant sa déposition par le concile, en faveur d'un nommé *Gundisalvus Johannis*, mestre Lourenço était par là même invité à se mettre en campagne pour évincer un suppôt urbaniste qui avait le droit pour lui. Qu'advint-il de l'ermite? Je l'ignore. En 1418, il n'était plus évêque de Megara.

Avec le franciscain **João Xira**, on retrouve une célébrité de l'historiographie portugaise. Non pas que sa biographie soit très fournie. Les listes nous en disent l'essentiel: il était théologien et confesseur du roi. Mais il fut le héros d'un haut fait qui lui valut d'être cité par Gomes Eanes de Zurara dans sa chronique³³. Le

²⁹ Contrairement à Carvalho Homem qui situe sa mort au retour de Constance, de Sousa Costa (dans l'introduction au t. 2 des *Monumenta Portugaliae Vaticana*) explique qu'il mourut à Bruges où il était allé visiter la partie de sa famille qui était d'origine flamande.

³⁰ Tout ce que je sais de cet évêque provient de EUBEL, Conrad – *Hierarchia Catholica Medii Aevi*. Vol. 1. Ratisbonne, 1913, p. 291.

³¹ *BULLARIUM Ordinis Sancti Augustini*. Éd. C. Alonso. T. 2: (1362-1415). Rome, 1997, n° 577.

³² *Ibidem*, n° 890 et 891.

³³ ZURARA, G. E. de – *Crónica da tomada de Ceuta por el Rei D. João I*. Éd. F. M. Esteves Pereira. Lisboa, 1915, p. 156-160.

28 juillet 1415, avant le départ de la flotte qui devait s'emparer de Ceuta, il fut chargé de haranguer les troupes. Or il ne fit pas seulement une belle prédication. Il suivit un cérémonial et s'adressa aux guerriers en des termes qui ne laissent aucun doute: l'expédition avait été conçue comme une croisade et agréée comme telle par Jean XXIII. Frei João en effet donna lecture de la bulle d'indulgence accordée par le pontife et, après avoir disposé ses auditeurs à la pénitence, il leur administra une absolution collective «de la coulpe et de la peine»³⁴.

L'événement est assurément marquant, surtout pour qui s'attarde à évaluer les conséquences de la prise de Ceuta. Mais il est également troublant. L'indult en vertu duquel Frei João avait lancé la croisade émanait d'un pape ayant été déposé depuis deux mois par le concile de Constance. Comme il est demeuré introuvable dans les archives royales comme dans les registres de lettres pontificales, on ignore à quelle date il fut émis. La prudence avec laquelle le roi avait préparé l'expédition et l'excellence des relations qu'il entretenait avec Jean XXIII plaident en faveur d'une date mettant l'existence et la validité du précieux document hors de doute³⁵. D. João et son confesseur n'avaient apparemment aucune crainte à le produire; ils en attendaient autant d'effets que si le prestige du pontife n'avait pas été entamé. Leur foi et le talent oratoire du prédicateur surent galvaniser les énergies, en dépit de ce trop réel déficit en autorité³⁶. Le franciscain, il est vrai, disposait d'un capital d'estime auprès des fidèles du fait de son implication dans la diffusion de l'Observance au sein de son ordre³⁷.

Les deux docteurs en lois qui avaient été choisis pour compléter l'ambassade ne jouissaient pas du même genre de renommée. Ce sont l'un et l'autre des intellectuels formés à Bologne qui ont oscillé entre cléricature et laïcité et fait une carrière d'administrateur au service de la royauté. En tant qu'étudiant, ils ont donc intéressé Antonio Domingues de Sousa Costa, et en tant que *desembargador* Armando Luis de Carvalho Homem³⁸: nous sommes fort bien renseignés sur eux.

³⁴ Sur cet épisode, voir WITTE, C. M. de – Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle. *Revue d'Histoire Ecclésiastique*. 48 (1953) 687-690.

³⁵ En réponse aux sceptiques, C. M. de Witte a fait valoir que les expéditions ultérieures portugaises avaient bénéficié d'indults similaires de la part de Martin V.

³⁶ FREITAS, J. A. Gonçalves de – *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438): Os textos, as normas, as gentes*. Cascais, 1996, p. 233 ss.

³⁷ Une bulle de 1419 signale qu'il était *gubernator* du couvent des clarisses d'Interambosrivos au diocèse de Porto depuis vingt ans. Il devait en surveiller le transfert. Cf. *BULLARIUM franciscanum*. Éd. J. H. Sbaralea; Conrad Eubel. T. 7. Rome, 1904, n° 1423.

³⁸ HOMEM, A. L. de Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: 1990, p. 351-352 (notice de Lançarote Esteves) et p. 290-291 (notice de Diogo Martins).

À Bologne, **Lançarote Esteves** (*Lancelotus Stephani*) fut un élève de Bartolomeo da Saliceto³⁹. Dans les registres où a été consigné son succès aux épreuves du doctorat, en mai 1404, il est désigné comme secrétaire du roi de Portugal. Avait-il servi D. João avant de se rendre en Italie? C'est possible, même s'il ne doit probablement pas être confondu avec un homonyme qui fut scribe de la chambre dans les années 1369-1390⁴⁰. Au retour d'Italie, le secrétaire devint professeur à l'université de Lisbonne, dès 1406, puis, en 1408, *desembargador dos feitos de el-Rei*, un titre dont on ignore ce qu'il recouvrait exactement. Toujours est-il qu'entre 1408 et 1421, son nom n'apparaît que huit fois sur les chartes royales.

Quelques mois avant de partir pour Pise, Lançarote Esteves mit ses affaires personnelles en règle: il légittima les trois enfants qu'il avait eus de trois femmes différentes. Savait-il qu'il risquait de partir et de rester longtemps parti? Le concile une fois terminé, au lieu de s'en retourner au pays, il resta en effet auprès d'Alexandre V, sans qu'on lui connaisse de fonction précise en curie. Le 1^{er} octobre 1411, il reçut de Jean XXIII – auprès de qui il était resté en poste – la mission de retourner au Portugal pour des affaires délicates touchant le pape et l'Église, sur lesquelles sa lettre d'envoi ne donne pas de détail. À cette époque, le pape avait besoin de subsides pour faire la guerre à Ladislas de Naples et récupérer Rome et les États de l'Église, maintenus par ce roi dans l'obédience de Grégoire XII. Le clergé portugais avait été taxé d'une décime⁴¹. Le retour en curie de Lançarote, curieusement appelé «comte palatin» par Jean XXIII, n'était pas espéré avant mai 1412. Il est à présumer que sa mission s'inscrivait dans ce contexte militaire et financier. On le trouve d'ailleurs par la suite occupé à d'autres négociations entre D. João et la papauté. La dernière charte royale où il est nommé, avec le titre de chevalier, date de 1421.

Son compagnon d'ambassade a mené une carrière plus classique mais tout aussi dévouée au roi. **Diogo Martins** (*Sydericus Martini*) n'avait d'ailleurs qu'à suivre les traces de son oncle, Gil Martins, un serviteur qu'on trouve auprès de D. João dès la première heure. Il dut être envoyé jeune à Bologne: licencié le 30 mars 1401, il fut fait docteur le 18 mars 1402. Il commença ses activités de *desembargador* en 1407 et les poursuivit sans discontinuer jusqu'en 1430, ainsi que l'attestent les 156 chartes qu'il eut à souscrire. Ayant relevé un trou dans cette série entre le 12 mai et le 20 décembre 1409, Armando Luis de Carvalho Homem en a déduit qu'il avait effectivement dû se rendre à Pise durant ce temps.

³⁹ La plupart des renseignements sur Lançarote Esteves proviennent de l'étude de COSTA – O doutoramento em Bolonha, laquelle se termine par l'édition de trois pièces justificatives, dont la bulle de 1411. Curieusement, le paragraphe consacré à l'ambassade (p. 214) n'est étayé par aucune référence.

⁴⁰ Ainsi le dit HOMEM – *O Desembargo*, dans le complément de la Postface, p. 628.

⁴¹ DELARUELLE, E.; LABANDE, E.-R.; OURLIAC, P. – *L'Église au temps du Grand Schisme et de la crise conciliaire (1378-1449)*. Vol. 1. Paris, 1962, p. 162.

Le nom de ce *desembargador* modèle est resté lié à un épisode célèbre des relations de l'Église et de l'État portugais. Les fameuses lois «jacobines» ont en effet été ainsi dénommées à cause de celui qui les avaient proclamées, et peut-être rédigées, à la fin de l'année 1419: Diogo Martins, dont le prénom se dit *Jacobus* en latin⁴². Ces lois ont soulevé une tempête à la curie de Martin V, car on estima qu'elles portaient atteinte aux libertés de l'Église. Les bons rapports du Portugal et de la papauté en furent pour un temps obscurcis. On notera que Diogo Martins était un clerc marié, attesté comme père de deux fils en 1431.

Malgré ses évidentes lacunes, la petite enquête à laquelle je me suis livrée suffit à montrer que le roi João avait eu à cœur d'envoyer une ambassade de marque au concile. Ils étaient tous investis d'importantes responsabilités et, à des titres variés, ils se sont presque tous illustrés, chacun dans leur domaine, soit qu'ils aient eu déjà une certaine célébrité avant de partir à Pise, soit qu'ils aient tiré bénéfice de cette mission peu banale pour progresser en expérience ou dans les honneurs. À leur contact, on apprend beaucoup de l'histoire portugaise et on pressent que la décision de participer au concile a non seulement marqué leur existence mais encore pesé sur la destinée du royaume. Or que sait-on des circonstances de la formation de cette ambassade? Pourquoi est-elle parvenue si tardivement à Pise?

3. LA DÉCISION DE PARTICIPER AU CONCILE

Pour trouver des informations sur la manière dont fut prise la décision de participer à l'assemblée pisane, j'aurais certes dû diriger mes pas vers la Torre do Tombo, mais je me suis contentée d'interroger les sources publiées relatives à la tenue du concile. Elles donnent déjà quelques précieuses indications.

Reprenons le fil des événements. Depuis son accession au trône du Portugal, en 1385, le roi João avait fait profession de foi urbaniste, et il s'y était tenu. Apparemment resté à l'écart des controverses sur les voies susceptibles de ramener la paix et l'union dans l'Église, le royaume semblait aussi s'être abstenu de peser d'une quelconque manière sur les négociations en vue d'un rapprochement entre Grégoire XII et Benoît XIII, après l'accord conclu à cette fin à Marseille au printemps 1407. Il avait encore moins été tenté par l'aventure d'une soustraction d'obéissance et, si le roi pratiqua une certaine neutralité, ce fut par pur pragmatisme. Pourquoi et comment le Portugal finit-il par sortir de son indifférence?

Au début de 1408, une question tenait le reste du monde en haleine: les deux pontifes allaient-ils finir, oui ou non, par se rencontrer comme ils s'y étaient

⁴² COSTA – *Leis atentatorias*, p. 524-525.

engagés? L'étroite surveillance exercée sur les déplacements de Grégoire XII par des observateurs venus de partout a beaucoup frappé William Swan. De par ses fonctions de procureur du roi d'Angleterre en curie, Swan était un expert en relations internationales, or, dans une lettre qu'il écrivit de Lucques, le 9 mai 1408, il raconte avoir vu des Portugais dans la foule d'Italiens, de Français, de Hongrois, de Bohémiens, d'Espagnols, de Polonais, d'Anglais et d'Allemands qui se pressaient dans la ville, tels les paparazzi d'aujourd'hui⁴³.

Même si ces gens n'étaient pas des ambassadeurs patentés, il est plus que probable que D. João fut rapidement informé des graves événements qui survinrent à Lucques, les 11 et 12 mai suivants. Exaspérés par les parjures de leur pape, les cardinaux de Grégoire XII prirent la fuite, bien décidés à entraîner le plus de monde possible dans leur révolte, à commencer par leurs collègues avignonnais. La jonction entre les dissidents des deux sacrés collèges se fit dès le 29 juin, et, à partir de ce moment là, ce fut la course entre les papes rivaux et les cardinaux unionistes à qui serait le premier à provoquer la tenue d'un concile.

C'est ainsi que, en direction de Lisbonne, Grégoire XII fit partir un franciscain nommé Fernando de Portugal avec des convocations datées de Sienne, 13 août 1408⁴⁴. Mais tandis que les deux «contendants» se bornaient à convoquer chacun leurs partisans, les cardinaux s'organisèrent pour envoyer des lettres d'invitation à l'ensemble de la chrétienté occidentale, chaque sacré collègue s'adressant aux fidèles de son obédience. Pour leur part, les cardinaux urbanistes se dotèrent d'un véritable secrétariat. Un registre fut ouvert où furent consignées non seulement la date des départs et des retours de ceux qu'ils envoyaient porter les convocations mais aussi la liste des personnes qu'ils avaient à visiter, avec mention de l'incipit des missives qui leur étaient adressées, car à chaque catégorie de destinataires correspondait un type de lettre adapté à son état⁴⁵.

Pour se rendre au Portugal, le choix se porta sur le prieur général de l'ordre du St-Sépulcre, *Nicolaus de Balionibus* de Pérouse, celui-là même qui revint avec des procurations des évêques de Badajoz, Tuy et Lamego⁴⁶. Sa mission lui fut signifiée le 14 septembre 1408. Il reçut un volumineux paquet de lettres, pour le roi et la reine, pour les évêques portugais – ainsi que celui de Tuy et trois évêques de Galice⁴⁷ –, pour quatre abbés dont celui d'Alcobaça⁴⁸, pour le prieur de l'ordre de Saint-Jean de Jérusalem, pour Duarte, le fils aîné du roi, et Afonso

⁴³ HARVEY, M. – England and the Council of Pisa: some new information. *Annuario Historiae Conciliorum*. 2 (1970) 263-283, ici p. 275.

⁴⁴ SCHMITZ, J. – Die Quellen zur Geschichte des Konzils von Cividale 1409. *Römische Quartalschrift*. 8 (1894) 217-258, ici p. 225.

⁴⁵ VINCKE – *Briefe*, p. 216-238, a donné un aperçu du contenu de ce registre.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 223.

⁴⁷ Les évêques de Mondonedo, Lugo et Orense.

⁴⁸ Les abbayes de Sao Tirso, Salzedas et Tarouca.

comte de Barcelos, pour l'université de Lisbonne, pour le collecteur du royaume, pour le *concilium* du roi à Lisbonne et enfin pour son connétable, Muno Alvaro. Il s'agissait donc d'une opération diplomatique de grande envergure. On devait s'attendre à ce que la partie soit difficile à jouer.

Sur le déroulement de la mission du prieur, les seules informations dont on dispose proviennent de la réponse que D. João fit aux cardinaux, dans une lettre adressée d'Evora, le 11 février 1409⁴⁹. Le roi, disait cette lettre, avait bien reçu le messenger, mais son arrivée tardive, à la fin novembre, avait repoussé à la mi-janvier la possibilité d'assembler les prélats du royaume pour avoir leur conseil et, avec leur accord, envoyer des ambassadeurs⁵⁰. Aujourd'hui, décision avait été prise de demander à être excusé (*merito convenit excusari*). Et D. João terminait par des exhortations à la prudence, eu égard au manque de solidité des fondements de l'entreprise (*non sunt iusto inchoata inicio*). J'ai résumé en termes clairs ce que la lettre disait de façon plus alambiquée. L'objectif était de décliner l'invitation tout en s'efforçant de ménager les susceptibilités, et la prétendue brièveté des délais n'était qu'une mauvaise raison pour atténuer la brutalité du refus.

Il s'écoula sept mois et demi entre le jour où *Nicolaus de Balionibus* reçut son mandat et celui où, étant de retour à Pise, il demanda à être incorporé au concile (28 avril 1409). On ne saurait dire qu'il manqua du temps nécessaire pour chercher à convaincre! Mais était-il bien l'homme de la situation? Au regard du nombre des personnes à contacter, les trois procurations dont il revint chargé faisaient une bien maigre moisson. Quand il fit rapport aux cardinaux, il ne dut pas être félicité.

A priori, l'idée était bonne d'envoyer le général d'un ordre lié aux Croisades vers l'ancien Mestre de Avis. Mais les chanoines du Saint-Sépulcre disposaient-ils encore d'un réseau suffisant de maisons pour constituer un bon point d'appui? Faute d'études sur cet ordre pour la période qui suivit la chute de Jérusalem, force est de laisser la question sans réponse. On sait néanmoins que le prieuré de Pérouse fit office de maison-mère⁵¹. C'était l'une des deux raisons pour lesquelles le messenger était dit «de Pérouse», l'autre étant que sa famille comptait parmi les plus illustres de cette ville. Deux Baglioni de cette époque – Angelo, auditeur de la chambre apostolique fait évêque de Recanati par Alexandre V en 1409, et Andrea Giovanni, probable successeur de Nicolò comme prieur du Saint-Sépulcre et futur évêque de Pérouse – ont bénéficié de notices dans le

⁴⁹ *Ibidem*, n° 85, p. 147-148.

⁵⁰ «*Quam siquidem viam [viam generalis concilii] commendantes prefatos fecimus convocari prelatos, de quorum consilio et assensu mittere intendimus ambassiatores nostros plenius ad consilium super omnibus informatos.*»

⁵¹ ELM, K. – Santo Sepolcro. In *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Vol 8. Rome, 1988, col. 939-940.

*Dizionario biografico degli Italiani*⁵². L'insuffisante notoriété de notre prieur – il ne fut pas quant à lui promu à l'épiscopat – l'a empêché d'avoir les honneurs d'une notice.

Dans les milieux portugais, ceux que *Nicolaus de Balionibus* était parvenu à rallier à la voie conciliaire unioniste provenaient de zones frontalières où l'on avait l'expérience des combats et des souffrances engendrées par la division en obédiences. Gonçalo Gonçalves, on l'a vu, avait été administrateur de Ciudad Rodrigo, ville située en terre castillane. Tout comme cette dernière, Badajoz et Tuy étaient sous tutelle avignonnaise, mais elles comptaient suffisamment de fidèles portugais pour que les papes urbanistes tentent de s'y implanter en désignant des évêques résolus à se battre pour arracher leurs sièges aux «intrus». Ces partisans étaient souvent des frères mendiants. Antoine, le prétendant à Tuy, était un ermite de Saint-Augustin, mais on ne sait rien de Pierre dont la position à Badajoz devait être encore plus précaire⁵³. Le fait que ces hommes aient opté pour le concile de Pise montre que *Nicolaus de Balionibus* était parvenu à enfoncer un coin dans la doctrine officielle du soutien au pape urbaniste. Même si on ignore tout de l'accueil réservé au cordelier envoyé par Grégoire XII, il est sûr que personne ne se présenta de la part du Portugal au concile de Cividale⁵⁴.

On aimerait évidemment savoir au terme de quel processus D. João avait fini par changer d'opinion sur l'opportunité d'aller à Pise, mais les sources conciliaires n'en disent rien. Au milieu de beaucoup de suppositions, un point paraît cependant acquis. Le roi ne s'était pas déterminé seul. En parlant des «ambassadeurs du roi et des prélats de tout le royaume», les listes B et O traduisent une réalité que les explications données par D. João dans sa lettre du 11 février 1409 rendent plus que plausible: le roi avait alors réuni une assemblée pour le conseiller. Mais de quel genre d'assemblée s'agissait-il? Une extension du conseil royal, une session spéciale des Cortès, voire une sorte de concile national?

Dans sa lettre de 1411 à Lançarote Esteves, Jean XXIII évoqua la façon dont fut mandatée l'ambassade en des termes qui font plutôt penser à la tenue d'une assemblée représentative. Le roi, écrivit le pape, l'avait fait son ambassadeur sur le conseil des prélats et du clergé de son royaume (*de concilio prelatorum ac cleri regni sui*), lesquels prélats et clergé avaient aussi pourvu collectivement à leurs dépenses (*certa provisione per prelatos et clerum huiusmodi persolvenda*)⁵⁵. Il faut à cet égard rappeler que cette période du schisme a été fertile en réunions du clergé de toutes sortes et en quantité de lieux, pas seulement en France. En

⁵² Cf. Vol. 5. Rome, 1963, p. 192 et 193.

⁵³ EUBEL – *Hierarchia Catholica*, vol 1, p. 501 et p. 383.

⁵⁴ La participation au concile urbaniste fut très faible. Cf. SCHMITZ – *Die Quellen zur Geschichte*.

⁵⁵ COSTA – *O doutoramento em Bolonha*, p. 218.

Angleterre, pays sur lequel on a dit que le Portugal avait calqué son attitude⁵⁶, des conciles provinciaux furent coordonnés par la royauté en vue d'organiser sa représentation et celle de tout le clergé du royaume. L'envoyé des cardinaux, Francesco Ugucione, lui-même cardinal de Bordeaux, avait su déclencher un débat qui se propagea par tous les canaux d'information alors disponibles⁵⁷.

La propagande anglaise gagna-t-elle le Portugal? C'est possible, mais je n'en ai pour ma part trouvé aucune trace. En revanche, les Portugais connaissaient bien le chemin de l'Italie, surtout celui de Bologne et de son université où, entre 1378 et 1450, des étudiants ont été régulièrement repérés⁵⁸. Or les nouvelles en provenance de Bologne ne pouvaient qu'inciter à participer au concile des cardinaux. La ville fut à la pointe de la rébellion: dès le 20 décembre 1407, les universitaires publiaient des articles appelant à cesser d'obéir à Grégoire XII⁵⁹. Parmi les auteurs de libelles en faveur de la voie conciliaire se trouvait en particulier Bartolomeo da Saliceto, le maître de Lançarote Esteves. Bologne était en outre résidence d'un légat, Baldassarre Cossa – le futur pape Jean XXIII –, qui entra rapidement dans la dissidence et soutint la réunion du concile de ses deniers et de tout son pouvoir⁶⁰.

Dans ces conditions, une singularité de la composition de l'ambassade – le choix de civilistes là où des canonistes auraient été plus appropriés – trouve sa justification. La principale raison du choix de Lançarote Esteves et Diogo Martins pour aller à Pise ne devait pas être leur expertise en droit civil mais leur qualité d'anciens de Bologne, des anciens qui étaient en outre suffisamment jeunes pour y avoir gardé des relations et être en mesure de les activer si nécessaire. Dans le processus de rapprochement entre le roi de Portugal et le concile des cardinaux, la filière bolonaise doit en effet être privilégiée. Car Lançarote Esteves et Diogo Martins n'étaient pas seuls à faire le lien entre Bologne, les cardinaux et la cour.

En 1409, un étudiant portugais illustre, particulièrement proche de D. João, se trouvait justement à Bologne: un sien neveu, Fernando da Guerra⁶¹. Or on a la preuve que le jeune homme fit lui aussi le déplacement à Pise, qu'il y parvint peut-être même avant l'ambassade, et qu'il y joua un rôle discret mais de

⁵⁶ DELARUELLE; LABANDE; OURLIAC – *L'Église*, p. 433.

⁵⁷ HARVEY, M. – *Solutions to the Schism: A study of some English attitudes 1378 to 1409*. St. Ottilien, 1983, p. 131-160.

⁵⁸ En plus des articles de A. D. de Sousa Costa, voir SILVA, N. E. Gomes da – João das Regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421). *Revista da Faculdade de Direito*. Lisboa. 12 (1958) 223-253.

⁵⁹ SWANSON, R. N. – *Universities, Academics and the Great Schism*. Cambridge, 1979, p. 157-161.

⁶⁰ Sur ce pape, continuellement dénigré, voir MILLET, H. – Jean XXIII. In *Dictionnaire historique de la Papauté*. Dir. P. Levillain. Paris, 1994, p. 947-948.

⁶¹ Il est appelé Fernando *Pires* da Guerra par COSTA – *Leis atentatorias*.

première importance en tant que témoin de négociations menées en parallèle avec le concile⁶². La scène se passa dans la résidence du cardinal de Bar à Pise, le 28 juin 1409: un traité d'assistance mutuelle contre Ladislas de Naples y fut conclu entre le cardinal Cossa, les cités de Florence et de Sienne et le compétiteur de Ladislas, Louis d'Anjou, sous l'œil bienveillant de trois autres cardinaux, d'un citoyen de Florence, d'un autre de Prato, ainsi que dudit neveu. Ces bons offices trouvèrent presque immédiatement une récompense. Fernando fut promu à l'épiscopat, sur le siège de Silves, par Alexandre V.

Car l'alliance scellée avec sa bénédiction était capitale pour le devenir de la papauté pisane, et l'avenir a montré que ce gage de bienveillance fut le premier maillon d'une remarquable entente entre Baldassarre Cossa-Jean XXIII et la royauté portugaise⁶³. Aux yeux de l'ancien soldat du Christ que fut D. João, il n'était certes pas impie de lier action militaire et remise en ordre conciliaire pour réunifier l'Église. Le traité pour faire la guerre à l'occupant de Rome peut se comprendre comme un prélude à cette autre guerre sainte que fut l'expédition de Ceuta.

CONCLUSION

Les sources générées par le concile de Pise font savoir les dispositions que prirent les cardinaux unionistes pour convier le Portugal à les suivre dans leur démarche de soustraction d'obédience en vue de s'assembler pour parvenir à l'unité. Malgré leurs efforts pour parvenir à toucher tout ce qui comptait dans la société portugaise d'alors, leur émissaire, *Nicolaus de Balionibus*, général des chanoines du Saint-Sépulcre, ne put obtenir du roi qu'une lettre d'excuses, le 11 février 1409. À son retour à Pise, le 28 avril, il avait pour seule satisfaction d'avoir recueilli les procurations de trois évêques, ceux de Badajoz et de Tuy, qui n'étaient que des prétendants à des sièges occupés par des évêques avignonnais, et celui de Lamego.

Nicolaus de Balionibus fut ainsi le seul à pouvoir faire entendre une voix portugaise dans la première partie du concile, celle où fut prononcée la déposition des deux «contendants». Mais peu avant, ou peu après, l'élection d'Alexandre V, le 26 juin, il fut rejoint par une ambassade du roi João et des prélats du royaume, composée de six personnes: l'archevêque de Lisbonne et l'évêque de Lamego, deux frères mendiants docteurs en théologie et deux docteurs en droit civil.

⁶² Voir l'édition de l'accord dans BRANDMÜLLER, W. – Sieneser Korrespondenzen zum Konzil von Pisa. *Annuaire Historiae Conciliorum*. 7 (1975) 220-228. Fernando da Guerra y est dénommé «*illustri viro domino Fernando quondam Petri, nepote serenissimi principis regis Portugallie*». Sa parenté avec le roi est ainsi décrite par MARQUES – *Nova História de Portugal*, vol. 4, p. 229: «*filho de D. Pedro da Guerra e neto do infante D. João, irmão natural do rei*».

⁶³ Cette bonne entente a particulièrement été soulignée par WITTE – Les bulles pontificales.

Sur les deux prélats, l'archevêque de Lisbonne, João Afonso da Azambuja, était une personnalité de premier plan du règne de D. João qui reçut le chapeau de cardinal en 1411; l'autre, l'évêque de Lamego, ne nous est connu que pour avoir été le premier à adhérer à la démarche pisane. Les deux mendiants forment un duo analogue. À côté de la figure sans grand relief du provincial des ermites de Saint-Augustin en Espagne, le franciscain confesseur du roi, João Xira, est une célébrité. C'est lui qui présida au départ des croisés lancés à l'assaut de Ceuta. Les juristes, Lançarote Esteves et Diogo Martins, prirent tous deux leur grade à l'université de Bologne. Ils étaient l'un et l'autre des grands commis de la couronne. Après le concile, ils continuèrent à servir la politique ecclésiastique de D. João, Esteves auprès de Jean XXIII et Martins en tant que rédacteur des lois «jacobines». Le choix de tant de grands personnages – surtout des gens du roi – traduit la volonté d'être brillamment et efficacement représenté. Après avoir beaucoup balancé, le Portugal avait donné un signe très fort de son engagement dans le camp des Pisans.

Sur les circonstances et les raisons du changement d'attitude de D. João à l'égard de l'entreprise conciliaire, quelques indices aboutissent à formuler des hypothèses. Le roi ne dut rien conclure sans l'assentiment d'une assemblée du clergé. À celle-ci semble en effet être revenue la charge du financement de l'ambassade. Quand ce conseil fut réuni, on savait certainement à Lisbonne que les cardinaux étaient en passe de gagner la partie. Parmi les filières d'information, celle de l'université de Bologne dut fonctionner à plein. Parce qu'il était étudiant dans cette ville en 1409, Fernando da Guerra, un neveu du roi, a été un important relais, en particulier auprès du futur pape Jean XXIII.

Que firent les ambassadeurs à Pise? Sur cela encore, il faut se contenter de conjectures. Etant arrivés après le temps fort de la déposition des «contendants», ils se sont abstenus de ratifier le jugement de condamnation⁶⁴. Ils durent applaudir à l'élection d'Alexandre V, lui présenter leurs suppliques, participer aux discussions sur les mesures de réforme et siéger durant les deux dernières sessions, le 27 juillet et le 7 août. Vu la date où Diogo Martins reprit ses activités de *desembargador* (20 décembre 1409), on peut penser qu'ils s'attardèrent à la cour du nouveau pape pour veiller aux intérêts du Portugal et aux leurs. Les premières vacances de bénéfices fournirent en effet à Alexandre V l'occasion de rétribuer les services et de fortifier les fidélités⁶⁵. Fernando da Guerra et mestre

⁶⁴ Rappelons que leur départ ne peut être antérieur au 13 mai – car Diogo Martins souscrivait encore une charte le 12 mai –, qu'ils devaient être en Catalogne le 10 juin et qu'ils arrivèrent certainement après le 14 juin.

⁶⁵ Sur ce que représentait le dépôt de suppliques à l'avènement d'un pape, voir MILLET, H. – Introduction. In *Suppliques et requêtes: le gouvernement par la grâce en Occident (XII^e-XV^e siècle)*. Actes du colloque international, Rome, 1998. Dir. H. Millet. Rome, 2003 (Collection de l'Ecole française de Rome 310), p. 1-18. Celles présentées à Alexandre V n'ont pas été conservées.

Lourenço reçurent chacun un évêché à leur mesure. L'ambassade enfin laissa l'un des siens derrière elle, Lançarote Esteves. Il dut faire fonction de procureur du roi en curie.

Avec l'accession du cardinal Cossa au trône pontifical, le 17 mai 1410, s'ouvrit une période de coopération encore plus étroite entre le pape et le roi. Des échanges financiers, un chapeau de cardinal, une bulle de croisade, tels en furent les fruits les plus évidents. Je dois maintenant laisser à plus compétent que moi le soin de poursuivre les recherches dans les sources portugaises et d'apprécier quelles furent les répercussions à long terme de la participation du Portugal au concile de Pise. Puissent les chercheurs des *Fasti Ecclesiae Portugaliae* avoir la possibilité de poursuivre leurs recherches jusqu'au Grand Schisme d'Occident, et bien au-delà!



O CARDEAL DE PORTUGAL:
CELEBRAÇÃO DA VIDA E MEMÓRIA DA MORTE NA FLORENÇA DO SÉC. XV

VÂNIA LEITE FRÓES

Ao traçar o perfil de D. Jaime (1433-1459), considerou-se, além dos dados biográficos as redes de parentesco, as solidariedades de linhagens e seu papel no jogo de poder da Europa do século XV. Os acontecimentos trágicos, as rupturas bruscas que enfrentou, a rápida ascensão na carreira eclesiástica e sua morte tão jovem, são temas recorrentes na *Vida exemplar*, narrada por Rui de Pina e por Vespasiano da Bisticci, fazendo do Cardeal, uma vítima, ligada à memória de seu pai, mártir de Alfarrobeira. Ao contrário do Infante, D. Jaime teve sua existência celebrada de forma espectacular na Capela do Cardeal de Portugal em San Miniato al Monte, um dos mais belos monumentos funerários da Florença quatrocentista. Os funerais e os monumentos ligados aos reis e príncipes são ocasiões e espaços privilegiados para o poder co(memorar) algo ou alguém. A Capela, esse “lugar da memória”, relembra D. Jaime, associando-o ao pai, monumentalizando o martírio, ressaltando a nobre estirpe e linhagem do cardeal-príncipe, mas sobretudo actualizando e reparando o erro de Alfarrobeira na Europa.

THE CARDINAL OF PORTUGAL:
CELEBRATION OF HIS LIFE AND MEMORY OF HIS DEATH
IN 15TH-CENTURY FLORENCE

VÂNIA LEITE FRÓES

Apart from his biographical details, defining the profile of D. Jaime (1433-1459) involves his family networks, lineage questions and his role in the balance of power in 15th-century Europe. The tragic events, abrupt changes, rapid career rise and premature death are recurrent themes in this *Exemplary life*, as narrated by Rui de Pina and Vespasiano da Bisticci, which turned the cardinal into a victim and associated him to the memory of his father, a martyr at Alfarrobeira. Unlike the life of the prince, D. Jaime's life was spectacularly commemorated in the Chapel of the Cardinal of Portugal in San Miniato al Monte, one of the most beautiful funeral monuments in 15th-century Florence. The funerals and monuments associated to kings and princes are special events and locations for power to commemorate something or someone. The chapel – a place of memory – recalls D. Jaime, associates him to his father, monumentalises the martyrdom, emphasises the cardinal-prince's noble blood and lineage and – above all – repairs the mistake of Alfarrobeira as seen in Europe.

LE CARDINAL DU PORTUGAL: CÉLÉBRATION DE LA VIE ET MÉMOIRE DE LA MORT À FLORENCE AU QUATTROCENTO

VÂNIA LEITE FRÓES*

1. PREMIÈRES QUESTIONS

Claude Nicolet, prestigieux spécialiste de l'Antiquité romaine, l'un des responsables du développement et de l'affirmation de la prosopographie au cours de ces dernières décennies, en définissant les contours de ce champ de recherche historique¹, observe que, contrairement à la biographie, la prosopographie ne s'applique jamais à un homme seul mais à plusieurs, dans une chaîne qu'on suppose représentative d'un groupe étudié.

Elle consiste, surtout, à établir des faits biographiques individuels et à les confronter. [...] «Il s'agit, à partir des personnalités, de préparer la 'définition des types', de faire jaillir les traits communs et les différences – à partir du singulier, de faire du 'singulier pluriel'»². Ainsi, en délaissant la sphère de l'*événementiel*, comme les historiens de la Nouvelle Histoire française l'appellent, la prosopographie prend toute sa dimension dans le domaine de l'Histoire Sociale.

Pour ce qui touche à D. Jaime il me semble qu'il faut lier le peu d'informations dont nous disposons à un réseau de larges rapports sociaux qui dépasse le monde du clergé portugais. Il faut aussi considérer les données biographiques du Cardinal de Portugal, les réseaux de parenté, les solidarités de lignage, les liaisons entre gouverneurs et le rôle du haut-clergé dans le jeu politique et diplomatique de l'Europe du XV^e siècle. Pour expliquer ce qui s'est appelé *célébration de la vie et mémoire de la mort*, il faut s'intéresser aux singularités possibles du personnage et/ ou à celles de son insertion dans la typologie propre au haut-clergé séculaire portugais.

* Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil).

¹ NICOLET, Claude – Prosopographie et histoire sociale: Rome et l'Italie républicaine. *Annales ESC*. Paris. 25 (1970) 1209-1228.

² ANDREAU, J. – Prosopographie. In: BURGUIÈRE, André – *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986, p. 546-548.



Fig. 1 – Façade de l’abbaye de San Miniato al Monte, un beau classique du gothique florentin.

On prendra surtout comme référence dans cette analyse le matériel narratif. La plus importante de ces sources narratives est constituée par les *Vite di uomini illustri del secolo XV*³, de Vespasiano da Bisticci (1421-1498), texte contemporain consacré à D. Jaime. Parmi les chroniqueurs portugais, c’est Rui de Pina qui, dans sa *Chronique de D. Afonso V*⁴, donne des informations sur le Cardinal, même si elles sont données de façon fragmentaire. Écrit à la fin du XV^e siècle (1495), ce récit est un travail des plus complets et correspond à l’intention de

célébrer “os virtuosos custumes e claros feitos dos Yllustres Reys e Pryncepes passados”⁵, selon ce que nous expose le chroniqueur dans son avant-propos.

Une mention spéciale doit être faite aussi aux chroniques françaises et bourguignonnes d’Olivier de la Marche, d’Adrien de But et de Jacques Lalaing qui apportent des informations sur les répercussions de l’Alfarrobeira et l’ambiance de la cour qui a accueilli D. Jaime et les autres orphelins de l’Infant D. Pedro. Ces textes sont très importants et soulignent la valeur de l’ensemble constitué par les quatre discours proférés à Évora par le doyen de Vergy, Jouffroy, envoyé du duc de Bourgogne au roi D. Afonso V.

En ce qui concerne le matériel iconographique, il faut mentionner aussi l’importance du monument funéraire voué au Cardinal, à Florence, dans l’abbaye de San Miniato al Monte, une des pièces précieuses de la pré-renaissance florentine, qui par sa grandeur majestueuse et les circonstances de sa construction pourra éclairer beaucoup d’aspects de la vie et de la mort de D. Jaime.

2. DONNÉES BIOGRAPHIQUES

D. Jaime est né le 17 septembre 1433 et est mort le 20 mai 1459⁶, avant d’atteindre 27 ans. Fils de l’Infant D. Pedro, duc de Coimbra et de D. Isabel d’Urgel, princesse d’Aragon, il était cousin et, en même temps, beau-frère de

³ BISTICCI, Vespasiano da – *Lê Vit*. Ediz. a cura di A. Greco. Firenze, 1970.

⁴ PINA, Rui de – *Chronica de El-Rei D. Afonso V*. Lisboa: Escriptorio, 1901.

⁵ *Ibidem*, «les habitudes vertueuses et clairs faits des Illustres Rois et Princes d’autrefois».

⁶ La date de sa mort a été sujet de polémique durant un certain temps. Le sujet semble complètement éclairci aujourd’hui.

D. Afonso V, puisque sa sœur, Isabel, comme sa mère, s'était mariée avec le jeune héritier du trône.

L'année de sa naissance, 1433, est marquée par la mort de D. João I, premier monarque de la dynastie d'Avis, suivie par la montée au trône de D. Duarte, frère de son père, qui a régné jusqu'à 1438. La mort de ce roi a inauguré une période d'instabilité politique qui va finir, en 1449, avec l'épisode tragique de l'Alfarrobeira. Le roi D. Afonso V étant mineur, l'Infant D. Pedro a assumé la régence (1439), après un sérieux conflit avec D. Leonor, veuve de D. Duarte.

D. Jaime n'avait que six ans lorsque son père a assumé le pouvoir et il était encore très jeune quand le roi s'est marié avec sa soeur. En ce qui concerne la prise de pouvoir de son père, il devait en avoir, sans doute, de vagues souvenirs. Ces souvenirs devaient certainement être plus vivants pour les noces et les négociations pleines de tension qui les avaient précédées.

Jusqu'à quinze ou seize ans le jeune Jaime a connu une maison paternelle rigoureusement organisée par son père qui, dans des règles écrites peu avant la naissance de Jaime, conseillait la façon de gérer d'une bonne manière les gens de sa maison, affirmant que [...] "se alg~us forem perguiçosos ou maos serujdoras seJa desfalcado segundo seus merecimentos"⁷. Le Régent semblait maintenir sous contrôle l'État et ses Palais. Il y réunissait constamment ses pairs pour des lectures à haute voix au cours de longues veilles, ayant fait traduire le *De Officiis* de Cícero dans ce but. Il est possible qu'à cette occasion il racontait les aventures survenues lors de ses longs voyages aux «Sept Parties» du monde.

Mais, si d'un côté Jaime a eu le privilège de connaître en famille l'ambiance sophistiquée de la culture humaniste ainsi que les principes du bon gouvernement, du bien commun, des vertus et de la bienfaisance évoqués dans les écrits de son père ou contenus dans l'héritage des autres rois d'Avis, d'un autre côté il a été témoin, très tôt, de l'univers d'intrigues et de contestation du pouvoir autour de la personne de son père, qui a dû faire face, en tant que régent et tuteur de D. Afonso V, aux partisans de la reine D. Leonor et du duc de Bragança.

Avec la majorité du roi, les conflits et les intrigues augmentent. Le récit de Jacques de Lalaing⁸, à l'occasion de sa visite au roi du Portugal, en 1448, nous apporte des informations significatives.

Après avoir été reçu avec les honneurs propres à son état et s'être reposé pendant une nuit, *messire* Jacques est invité à présenter ses hommages au jeune

⁷ D. DUARTE – *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da cartuxa)*. Lisboa: Estampa, 1982, p. 154: «si quelques uns sont des paresseux ou de mauvais serviteurs qu'ils soient moins payés, selon leurs mérites». Traduction de l'auteur.

⁸ LALAING, Jacques – Le Livre des Faits du Bon Chevalier. In: *SPLENDEURS de la Cour de Bourgogne: Récits et Chroniques*. Édition Établie sous la Direction de Danielle Régner-Bohler. Paris: Éditions Robert Laffont, S.A., 1995, p 1278.

roi. Il se dirige alors vers le palais d'Évora avec ses gens et, selon son rapport, raconte que⁹

Peu après, vers dix heures ou environ, plusieurs chevaliers et écuyers de la maison du roi vinrent à son logis le saluer et lui dirent qu'ils étaient chargés de l'amener vers le roi [...] Il leur dit qu'il était prêt à aller partout où il leur plairait puisque tel était le bon plaisir du roi[...] Lui et ses gens enfourchèrent leurs montures, très somptueusement parées de draps de soie et d'autres riches vêtements. Ils quittèrent ainsi la demeure, suivant la grande rue jusqu'au palais royal. Ils montèrent les degrés et entrèrent dans la grande salle où ils trouvèrent don Pedro et don Jaime de Portugal¹⁰ accompagnés d'un très grand nombre de chevaliers et d'écuyers qui accueillirent messire Jacques et sa compagnie.

Quand le visiteur a appris qui étaient ses hôtes, il leur a présenté ses hommages et les deux grands seigneurs l'ont conduit devant le roi qui était accompagné de l'Infant D. Pedro, duc de Coimbra, du comte Angoussance et de D. Fernando, son frère. *Messire Jacques* présenta ses hommages au monarque et aux princes qui étaient en sa compagnie et montrant au roi les lettres de son seigneur, le duc de Bourgogne et de Brabant, il dit qu'il faisait des voyages d'ambassade dans tous les royaumes chrétiens. Le roi lui a répondu, aimablement, en mettant à sa disposition les services, plaisirs et honneurs qu'il devait à ses oncles¹¹. Mais il a fait une restriction:

*Pour ce qui est de votre requête, la réponse est difficile; mais pour l'heure, vous irez reposer. Ayez patience*¹².

Le chroniqueur parle d'un rendez-vous pris avec le roi pendant une fête en son hommage. Le souci de raconter cette rencontre et les mentions très respectueuses de l'Infant D. Pedro, peuvent suggérer aussi un autre objectif à cette visite. *Messire Jacques* était-il chargé par ses oncles de demander la modération dans la gestion des conflits du palais concernant l'ancien régent? Les attitudes énergiques des ducs de Bourgogne après l'Alfarrobeira autorisent cette spéculation.

La première référence portugaise que nous avons de D. Jaime vient du récit vivant du chroniqueur Rui de Pina, au sujet des préparatifs de la bataille d'Alfarrobeira, alors que l'Infant D. Pedro est sur le point de désobéir à l'ordre du roi demandant de ne pas abandonner Coimbra¹³.

⁹ LALAING – Le Livre des Faits, p. 1279.

¹⁰ Cela concerne les deux fils plus âgés de l'Infant D. Pedro. C'est moi qui souligne.

¹¹ Le duc et la duchesse de Bourgogne.

¹² LALAING – Le Livre des Faits, p. 1280.

¹³ PINA – *Chronica de El-Rei*, p. 88.

D. Jaime, “foi dormir no campo e ficou em companhia de outros muito bons cavaleiros e escudeiros”. [...] “Ao amanhecer, no arrayal do Infante se levantaram duas bandeiras, uma sua, e outra de seu filho, e em ambas iam de uma parte umas letras que diziam Lealdade, e da outra Justiça e Vingança ”¹⁴.

En peu de temps D. Jaime a été témoin de la mort tragique de son père, du pèlerinage de sa mère avec ses frères les plus jeunes, de la confiscation des biens et de l’honneur de sa famille. Lui-même a été fait prisonnier pendant plusieurs mois, [...] «preso aparelhado para o cutelo» [...] ¹⁵.

Les événements d’Alfarrobeira se sont répercutés en Europe et ont provoqué des protestations dues à l’injustice de conserver sans honneur et sépulture le fils du grand roi D. João I, homme cultivé qui, pendant ses voyages dans toute l’Europe, avait tissé de solides liens diplomatiques pour le Portugal, suscitant les solidarités de lignage ainsi que l’admiration pour son immense culture et sa formation à l’exercice du pouvoir. Le prestige de l’Infant faisait de lui, sans doute, un personnage exemplaire de la Chrétienté.

Parmi les multiples protestations et indignations générées par la conduite du roi D. Afonso V suite à Alfarrobeira, nous connaissons une importante ambassade du duc de Bourgogne, Philippe, le Bon, qui demandait une sépulture digne pour D. Pedro, dans l’endroit prévu par son père D. João I, des honneurs funèbres en accord avec son état et son honneur, la récupération des biens de ses héritiers, la suspension de l’exil de son fils D. Pedro et la libération de D. Jaime ¹⁶. La duchesse de Bourgogne, soeur de l’Infant défunt, a été en vérité l’une des plus véhémentes critiques de l’attitude du roi.

Le doyen de Vergy, envoyé des ducs au roi D. Afonso V, a prononcé quatre discours pour défendre D. Pedro et ses fils. Sur un ton énergique, il expose ses arguments érudits, appuyé sur Cécéron.

[...] « *Tue Maiestatis animo veritas odium pariat et tibi sermo noster molestus sit[...]* Quod profecto minime necesse est: si enim nos audire, ut postulabamus, tu voluisses, ostendissemus profecto in Infante Petro aliquid fortasse erroris, sed nichil sceleris; in te vero multum prudencie, sed forsan nimium suspicionis fuisse. In eventum vero fortune flebilis ostendissemus insuper, ostendemusque, si tu iubebis, confiscationum severitatem et cum negati sepulcri penas, cum acrimoniam tui reponsi, transcendere leges pietatis, clemencie, moris principium, iuris gentium[...]”

¹⁴ *Ibidem*, p. 88-89: «D. Jaime est allé dormir à la campagne et est resté en compagnie de très bons chevaliers et écuyers.» [...] «À l’aube, dans le camp de l’Infante, se sont levés deux drapeaux, le sien et celui de son fils, et il était écrit dans l’un Loyauté et dans l’autre Justice et Vengeance.».

¹⁵ *Ibidem*, p. 106: «emprisonné prêt pour le couperet».

¹⁶ JOUFFROY, J. – Quatro Discursos Proferidos em Évora pelo Deão de Vergy J. Jouffroy, enviado do Duque de Borgonha, a El-rei D. Afonso V em defeza do Infante D. Pedro e de seus filhos. In MARTINS, J. P. Oliveira – *Os Filhos de D. João I*. 6ª. ed. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Livraria Editora. 1936, p. 447.



Fig. 2 – Chapelle du Cardinal du Portugal.

Bien qu'il n'ait pas obtenu tout ce qu'il souhaitait, D. Jaime fut libéré et, avec son frère João, il a été accueilli en Bourgogne par sa tante et par le duc, en personne. Ce dernier l'a envoyé en Flandres où il reçut une éducation soignée.

Protégé par ses oncles puissants et toujours accompagné par l'évêque de Silves, D. Álvaro Afonso, qui a eu un rôle fondamental dans son éducation, D. Jaime est parti pour Rome et s'est établi d'abord à Pérouse. Grâce à l'influence du duc de Bourgogne, il a obtenu le poste de protonotaire apostolique. Peu de temps après, quand le siège d'Arras est devenu libre, il a été nommé évêque, en 1453, à l'âge de vingt ans. Nommé à l'archidiocèse de Lisbonne, il en délègue l'administration, parce que ce serait, d'après Pina, très pénible pour lui de retourner au Portugal (1456).

Calixte III lui a donné l'évêché de Paphos, à Chypre, où son frère devait être roi plus tard. En 1456 il est promu cardinal, avec le titre de Santa Maria in Porticu. Cardinal à 23 ans, admirateur de l'humanisme italien, il a toujours vécu à Florence.

En 1459, ayant été convoqué par le pape Pie II pour participer à Mantoue à des discussions qui allaient organiser la réaction de la Chrétienté à l'avance turque, il tombe malade et n'arrive pas à achever son voyage. Sur le chemin du retour à Florence, il meurt, au mois de mai de la même année. Il fut enterré à San Miniato al Monte, où on érigea une chapelle monumentale qui porte son nom – la Chapelle du Cardinal du Portugal.

3. LA CÉLÉBRATION DE LA VIE

Les événements tragiques, les brusques moments de rupture auxquels D. Jaime a dû faire face, son ascension rapide dans la carrière ecclésiastique et sa mort précoce, fournissent la matière de ses récits biographiques. Les vies exemplaires, écrites par Rui de Pina, à la fin du siècle et par Vespasiano da Bisticci, contemporain du Cardinal, suscitent des comparaisons intéressantes.

La première d'entre elles cherche surtout à dévoiler sa personnalité, avec une histoire de vie brève et fragmentée en canons narratifs qui se rapprochent beaucoup des *exempla*, avec des références dans les chroniques. La deuxième cherche à camper le personnage de la biographie comme un type représentatif du haut-clergé de la moitié du XV^e siècle. Finalement, cela revient à justifier la célébration de sa vie d'une manière si "monumentale" après sa mort.

La notion de “vie exemplaire” est assez explicite dans les deux textes que nous prenons comme modèle. Les biographies exemplaires constituent une matière importante dans presque tous les récits médiévaux. Très proches de l’hagiographie, la vie de tous ceux qui doivent être rappelés constitue un vrai miroir, genre utilisé dans tout le Moyen Âge.

Les chroniques portugaises du XV^e siècle ont hérité de la tradition des *exempla*, mais ont allié à ses récits le souci de représentation de l’image des notables – et des faits dignes de mémoire. Le récit d’Avis, dynastie sous laquelle se sont réalisés les grands faits de la navigation portugaise, s’est soucié, comme pour aucune autre dynastie européenne, d’enregistrer ces faits pour construire l’image du royaume et du roi. De cette manière, celui-ci peut contrôler la production de mémoire et l’employer de manière diverse.

D. Jaime apparaît dans ces récits comme un personnage tributaire d’une de grandes figures de la *Chronique* – D. Pedro. Expliquer les faits gênants d’Alfarrobeira, quatre décennies après les événements, de manière à construire une mémoire cohérente et positive du pouvoir, est certainement une des raisons d’être de cette chronique.

Le profil de D. Pedro est dessiné par Pina lorsqu’il remarque, au début, alors qu’il évoque les traits, habitudes et vertus de l’Infante, qu’il... «a été un prince singulier, digne de louange parmi les Princes bons et estimés que le monde de son époque a connus...»¹⁷. Il décrit son apparence comme de bonnes proportions, avec un gros nez et une barbe rousse comme un anglais. Il fut «très catholique et d’une grande chasteté, en ce qui concernait les instincts de la chair» (*mui temperado em todos los autos da carne*).

La culture humaniste de l’Infant est un des attributs les plus loués dans la chronique: il «a été de grand conseil, prudent et de grand savoir, a été bon latiniste et assez versé en sciences et doctrines de lettres et très porté sur les études...»¹⁸.

Le noyau de l’information sur l’Infant est constitué par l’épisode d’Alfarrobeira – le lecteur est frappé par sa mort humiliante et la trahison, ainsi que par le fait qu’il soit resté un certain temps sans sépulture et sans les honneurs funèbres adéquats.

D. Jaime est, d’après cette chronique, un fils loyal qui, déjà très jeune, a lutté à côté de son père, victime d’un roi immature et entouré de mauvais conseillers. Sa noble origine est bafouée mais plus tard il est protégé par le prestige de son père et par les forts liens de solidarité de sa lignée – il est neveu des ducs de Bourgogne, cousin de l’impératrice du Saint Empire, frère de la reine du Portugal, du roi d’Aragon et de celui du Chypre.

¹⁷ PINA – *Chronica de El-Rei*, p. 110.

¹⁸ *Ibidem*, p. 112.

Le récit de Pina n'offre pratiquement pas de faits hors des canons pouvant éclairer sa personnalité ou même un acte digne de mémoire.

L'approche de Vespasiano da Bisticci est différente. Homme cultivé et de grand prestige dans la ville de Florence du XV^e siècle, humaniste et libraire, il fréquentait les grands et était lié autant au pouvoir urbain qu'au pouvoir du Pape.

Comme Vasari au XVI^e siècle, Bisticci a décrit, dans ses *Vitae*, des hommes dignes de mémoire. Le critère de sélection, bien différent de celui de Rui de Pina, concerne des artistes, intellectuels et nobles notables. D. Jaime a été inclus aussi, en tant que jeune cultivé aimant la poésie et ne dédaignant pas d'écrire lui-même des poèmes, ami de Côme de Médicis et de Enea Silvio de Piccolomini – plus tard le Pape Pie II. Il avait vécu au centre du pouvoir et de la vie intellectuelle de la pré-Renaissance.

Bisticci allait aussi parler de la tragédie familiale du jeune prince, de son extraction royale et de ses proches au pouvoir. Sévère moraliste, il attire l'attention sur la chasteté du prince qui a préféré mourir, selon son ami Bisticci, plutôt que de se servir d'un traitement singulier suggéré par le médecin de son ami, Côme de Médicis, pour la raison qu'il allait ainsi perdre sa pureté.

Enfin, Bisticci apporte des informations sur les rapports conviviaux du Cardinal avec des personnages importants du monde du clergé et sur l'implication d'un jeune homme dans des événements fondamentaux de son temps – l'échec de la croisade de la Chrétienté contre les Ottomans et les vieilles querelles conciliaires.

Peut-être que la mort a enlevé au clergé, plus encore qu'un cardinal de haute lignée, un humaniste digne d'être célébré.

4. LA MÉMOIRE DE LA MORT

Le Cardinal du Portugal, selon Rui de Pina, est une victime. Comme son père c'est un martyr d'Alfarrobeira, épisode qui a terni l'image du roi du Portugal. Mais, au contraire de l'Infant D. Pedro, D. Jaime a vu sa courte existence célébrée de façon spectaculaire dans la Chapelle qui est un de plus beaux monuments funéraires de Florence pour le XV^e siècle.

L'œuvre a été réalisée, selon Bisticci, pour accomplir les instructions testamentaires du Cardinal et elle a eu l'évêque de Silves comme exécuteur. Celui-ci a suivi, comme son frère, tout le travail. En 1464, quelques années après la mort de D. Jaime, la chapelle a été consacrée par l'évêque aux saints Vincent, Jaime et Eustache, le premier étant patron du diocèse de Lisbonne, le deuxième, homonyme du Cardinal, et le dernier faisant référence au titre cardinalice du défunt.

Les *Livres de Conta* des frères Cambini, conservés à l'*Archivio dello Spedale degli Innocenti* parlent de plusieurs contrats faits pour les travaux de l'Église.

Pour achever cette œuvre, terminée selon les critères de l'époque en peu de temps, les revenus et les biens que le Cardinal avait à Florence ont été insuffisants¹⁹.

Les grands financiers de la Chapelle ont été la duchesse de Bourgogne, la reine du Portugal, sœur du Cardinal et le roi lui-même. Cela n'est en rien surprenant puisque D. Afonso V récupérait déjà, lentement, la mémoire de D. Pedro, via la cérémonie, tardive au Portugal, de son enterrement et la suspension des punitions pesant sur sa descendance.

La Chapelle, monumentale tant par son coût que par sa beauté, probablement idéalisée par Mannetti, le grand disciple de Brunelleschi, a été bâtie par les frères Rossellini et a bénéficié des travaux de Pollaiollo et De La Robbia entre autres. L'étude de cette merveille architecturale doit être réservée aux spécialistes et ne fait pas partie de cette communication.

Beaucoup d'allégories indiquent les vertus du cardinal, particulièrement la Virginité, sa pureté et sa force morale. Elles sont célébrées dans la peinture de la Vierge, sur le mur de face de la Chapelle. En tant que cardinal Jaime se devait d'être chaste, à l'image de son père qui était modéré relativement aux «autos da carne»

L'origine portugaise et royale est soulignée de nombreuses fois. Le sarcophage où le cardinal repose est encadré par deux anges à genoux qui portent la couronne et la palme, symboles généralement utilisés pour indiquer le martyr.

La notion de "célébrer", *celebrare* en latin, rentre dans le champ sémantique de la commémoration, mais, si nous reprenons le sens étymologique, cela signifie aussi réaliser avec solennité, devenir public et être loué.

Les qualités du mort, dignes d'être fêtées avec solennité, sont inscrites au pied du sarcophage à San Miniato al Monte, où une très belle sculpture représente le jeune

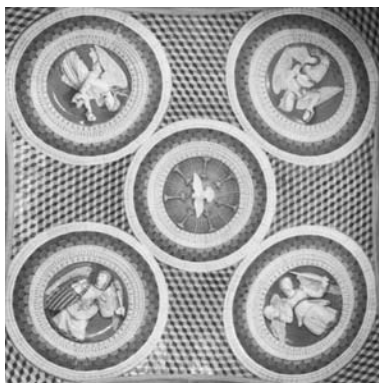


Fig. 3 – Plafond de la Chapelle avec des sphères de De la Robbia en céramique qui représentent les vertus.



Fig. 4 – Sculpture du Cardinal dans le sommeil tranquille de la mort.

¹⁹ GUIDET, Giovanni Matteo – La Cappella del Cardinale del Portogallo a San Miniato al Monte. In CARNIANI, Mario, org. – *Chappelle del Rinascimento a Firenze*. Firenze: Editore Becocci, 1998, p. 59-68.



Fig. 5 – Ange avec l'écu du Portugal.

cardinal dans le sommeil tranquille de la mort. Sa vie y est célébré dans l'inscription suivante, pour l'éternité:

REGIA STIRPS . IACOBUS NOMEN .
LUSITANIA PROPAGO.//
INSIGNIS FORMA. SUMMA
PUDICITIA.// CARDINEUS TITULUS.
MORUM NITOR. OPTIMA VITA.// ISTA
FUERE MIHI. MORS
IUVENEM RAPUIT. // VIX(it) AN(nos)
XXV M(enses) XI D(ies)X
OBIIT AN(no)SALUTIS M CCCC LIX²⁰



Fig. 6 – Tombeau avec sarcophage,
au-dessous l'inscription déjà mentionnée.

Les funérailles et les monuments funéraires liés aux rois et princes constituent à la fois un espace et un temps d'exhibition du pouvoir. Ce sont des monuments privilégiés pour la commémoration et le souvenir.

La Chapelle, ce «lieu de mémoire», rappelle le souvenir de D. Jaime et l'associe à son père, faisant de son martyr un monument qui souligne avec force l'extraction noble et la lignée du cardinal – prince, mais surtout commémore et corrige tout à la fois l'erreur d'Alfarrobeira aux yeux de l'Europe.

²⁰ Inscription funèbre dans la Chapelle de San Miniato al Monte:
SANG ROYAL, LIGNEE LUSITANIENNE,
EXCELLENTE APPARENCE, SUPRÊME CHASTETÉ, TITRE CARDINALICE,
NOBLESSE DES MOEURS ET VIE EXEMPLAIRE, TOUT CELA M'APPARTENAIT,
A MOI, JAIME . LA MORT M'A RAVI A LA JEUNESSE.
IL A VÉCU VINGT CINQ ANS, ONZE MOIS ET DIX JOURS,
IL EST MORT EN L'AN DU SEIGNEUR 1459.

A CATEQUIZAÇÃO JESUÍTA NA ESTRATÉGIA IMPERIAL DE JOÃO III

JOÃO MARINHOS DOS SANTOS



Nos anos 40 do século XVI, a situação do Império português chegou a ser particularmente preocupante: a dívida pública aumentava com as despesas militares crescentes para fazer face a diversas ameaças, como o curso marítimo francês, castelhano, inglês e mouro; a intensa pressão mouro-turca sobre as praças portuguesas no Norte de África; o pretenso domínio turco no Índico, sobretudo na rica região do Guzarate. Ao invés, as receitas do pau-brasil, da malagueta ou da pimenta não cessavam de minguar e não chegara ainda (embora estivesse perto) a hora da afirmação do açúcar brasileiro. Geo-estrategicamente, D. João III tinha que optar: preferir o Norte de África (com o “pão” e a honra a motivarem os mais utópicos e tradicionalistas) ou a “Índia” (com a pimenta e a fama a cativarem os mais realistas e modernos). Vingou a opção oriental e, entre o principal potencial susceptível de garantir a presença portuguesa em espaços descontínuos mas estrategicamente vitais, contou-se a participação da missão jesuíta. Com Francisco Xavier à cabeça, a partir de 1542 a “Companhia” *cola-se* ao poder político-militar do “Estado da Índia” e reforça a colonização cristã e civilizadora dos portugueses, primeiro no Índico, depois no Atlântico. Com que meios e métodos novos? Com que resultados?

JESUIT EVANGELISATION AS PART OF JOÃO III'S IMPERIAL STRATEGY

JOÃO MARINHOS DOS SANTOS

In the 1540s, the Portuguese Empire was in a particularly worrying state: public debt was increasing due to the growing military expenditure needed to face a range of threats such as French, Castilian, English and Moorish piracy, the intense Moorish-Turkish pressure on Portuguese strongholds in North Africa, the Turks' desire to control the Indian Ocean, especially the wealthy Gujarat region. In contrast, the revenue from brazilwood, spice and pepper was waning and although the rise of Brazilian sugar was promising, it had yet to come to full fruition. In geo-strategic terms, João III had to choose between focusing on North Africa (with “bread” and honour fuelling the more quixotic and traditional thinkers) or India (with pepper and fame encouraging the more realistic and modern thinkers). The Oriental option would hold sway. The participation of the Jesuits involved in missionary work was one of the main potential powers that could guarantee the Portuguese presence in unconnected but strategically vital locations. Led by St. Francis Xavier, after 1542 the Society stayed close to the political and military power of the *Estado da Índia* (Portuguese State of India), reinforcing the Portuguese Christianising and civilising process of colonisation, first in the Indian Ocean and then in the Atlantic. This study examines the means and methods used in this process, and the results achieved.

LA CATÉCHISATION JÉSUITIQUE DANS LA STRATÉGIE IMPÉRIALE DE JEAN III

JOÃO MARINHO DOS SANTOS*

En novembre 1540, le roi portugais Jean III donnant ses instructions à son nouvel ambassadeur en France lui recommande d'annoncer, officiellement, que du Brésil «[...] não [se] traga nem hum pao sem minha licença de que me pagão direitos aquelles a que [a] dou para o trazerem; e se isto não fora elle não valeria nada em França nem em Portugal... / [...] on n'apporte pas même un bout de bois sans sa licence pour laquelle les bénéficiaires doivent lui payer des droits; dans le cas contraire, leur action n'aura aucune valeur ni en France ni au Portugal...»¹.

Autrement dit, face à l'augmentation croissante de la dette publique, due surtout à des dépenses militaires et à des intérêts d'emprunts contractés principalement sur les places de Bruges et d'Anvers (le nouveau centre de l'économie-monde européenne), la Couronne portugaise a besoin de valoriser au maximum ses revenus. Elle n'en excepte pas même le simple bois du Brésil, cherchant à le convertir en monopole royal et à le placer à l'abri des assauts des pirates et des corsaires, en particulier espagnols et français. En effet, quoique proche, l'heure de l'affirmation du sucre brésilien en tant que revenu principal du Budget de l'État Portugais n'était pas encore arrivée. Ceci est confirmé par un rapport des *Despezas extraordinarias, que se fizerão nos negocios abaixo declarados, que succederão despois que Elrey D. João o 3º e nosso senhor reinou / Dépenses extraordinaires, qui ont été faites dans les affaires ci-bas déclarées, qui ont eu lieu après que le Roi Jean le troisième, notre seigneur, ait régné*. Un autre rapport mentionne qu'également que «A Malagueta [da Costa Ocidental Africana] nam tem rendido do dito [ano de 1521] a esta parte [1544] a 5ª parte do que ao tempo atraz rendia, e tem custado a defender – 800 000 cruzados / La Malaguette [de la Côte Occidentale Africaine] n'a eu de rendement depuis [l'année 1521] jusqu'à présent [1544] qu'au 5ème de son rendement initial, et elle a coûté à défendre – 800 000 cruzados»².

Dans les royaumes du Maroc et de Fez, la situation politique et militaire était également loin de favoriser les intérêts portugais. En mer, le roi Jean III doit créer des flottes extraordinaires afin de combattre les Maures, les Turcs, les

* Universidade de Coimbra.

¹ Biblioteca Nacional, *Instruções para D. Francisco de Noronha*, cód. 886.

² *Ibidem*.

Français et les Anglais. Sur terre, en l'an 1541 il commence par abandonner la place méridionale de S.^{ta} Cruz du Cap de Guer et, sitôt après, Safin et Azamour (dans la riche région de Duquela). C'est, en grande partie, le résultat de la pression du mouvement xénophobe des Xarifs qui, avec le soutien des Ottomans, en 1524, avaient conquis la ville de Maroc et, en 1549, s'étaient emparés de celle de Fez, mettant fin, ainsi, à la fragile dynastie des Mérinides. Mais c'est également, en vérité, le signe que la Couronne portugaise était enfin disposée à sacrifier sa présence dans le Nord de l'Afrique pour sauvegarder l'«Inde», en particulier le commerce du poivre du Malabar, la principale marchandise qui conférait alors à l'État portugais un ascendant financier sur les places flamandes.

Autrement dit, c'était une défaite pour les défenseurs, au sein du Conseil d'État, de l'idée que beaucoup de Portugais pourraient s'établir dans les royaumes de Fez et du Maroc, suscitant l'arrivée dans le Royaume portugais de céréales, de bétail, de métaux et de biens industrialisés qui y existaient en abondance, même si c'était au prix de la guerre (activité génératrice de profits et revitalisant des vertus et des valeurs comme l'honneur, le profit, la renommée et la gloire). Directement ou indirectement, on renforcerait ainsi l'autonomie nationale, une fois que le Portugal ne dépendrait plus, du point de vue économique et politique, du "trigo do Norte" / "blé du Nord" (reçu à travers la Flandre et la France) et contrôlerait, *in loco*, la menace maure-turque. Pour cela, il faudrait renoncer à l'«Inde», c'est-à-dire préférer la guerre du Nord de l'Afrique au commerce de l'Orient.

En revanche, les adeptes de la primauté de la "Route du Cap de Bonne Espérance" rétorquaient que, depuis 1415 jusqu'aux années 40 du XVI^e siècle, assez de temps s'était déjà écoulé pour que le projet de l'appropriation du Nord de l'Afrique se soit concrétisé s'il avait été viable. Outre l'argent ("le nerf de la guerre") que l'«Inde» générait, elle fournissait, selon eux, un entraînement militaire pour les bons soldats, surtout, les «cappitães de armadas que he o principal de nossas milicias / capitaines de l'armée navale qui forment le principal de nos troupes». On dépeuplait en fait le Royaume Portugais pour une "odeur de cannelle", mais que faire si les ressources endogènes étaient insuffisantes ou étaient mal exploitées (comme c'était le cas pour l'Alentejo)? La situation était telle que les Portugais recherchaient également les Îles Atlantiques et le Brésil pour y vivre et personne ne disait qu'ils concouraient au dépeuplement du Portugal. Ce qui se passait (rajoutaient-ils) c'est que «As Republicas e os Reynos não se augmentão nem se conservão com terem mais gente senão com gente bem disciplinada / les Républiques et les Royaumes n'augmentent ou ne se conservent pas en ayant d'avantage de population mais plutôt en ayant des peuples bien disciplinés»³.

³ Cf., par exemple, *Parecer que se deu a D. João III*, Almeirim, finais de 1542. In FONTOURA, Otilia Rodrigues – *Portugal em Marrocos na época de D. João III: Abandono ou Permanência*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, doc. VIII, p. 224-233.

Mais, la présence portugaise dans l'axe Océan Indien-Pacifique était-elle facile?

Comme le rappellera le conseiller anonyme que nous venons de citer, «O descobrimento da India se fez para termos o comercio o qual porque se nos impedio contra o direito natural, e das gentes, foi necessario uzarmos as armadas em nossa defenção e offendendo aos Inimigos / La découverte de l'Inde a été faite pour le commerce et comme on a voulu nous l'empêcher, en violant le droit naturel et le droit des gens, il a fallu recourir à l'armée pour notre défense comme pour l'attaque des Ennemis». C'était, en effet, l'armée navale (arme qui associait, efficacement, le mouvement à la puissance de feu) qui, surtout, conférait aux Portugais une supériorité militaire en Orient et qui rendait viable (au contraire de ce qui se passait au Nord de l'Afrique) la formation d'un "État" ou "Empire", doté d'un territoire certes discontinu mais fonctionnant en réseau avec une certaine cohésion et efficacité.

En vérité, en Afrique, tout comme dans l'Asie des Moussons (mais contrairement aux Îles Atlantiques ou au Brésil), les Portugais du XVI^e siècle n'ont pas dominé des territoires continus. Dans l'axe Océan Indien-Pacifique, il n'y avait pas d'espaces déserts ou peu peuplés; au contraire, depuis longtemps la plupart du territoire côtier était tissé d'un réseau urbain dense et épais, où l'agriculture, l'industrie, les services et le commerce maritime et terrestre de courte et de longue distance concouraient à la concentration démographique.

C'était le cas sur la Côte Orientale Africaine et sur la Mer Rouge, surtout en ce qui concerne la ville-monde d'Aden, mais aussi pour Sofala, Zeila, Quíloa, Mombasa ou Malindi (sans oublier l'île stratégique de Socotora), où l'offre d'or, d'esclaves, d'ivoire ou de corail attirait des marchandises de grande valeur provenant de la Méditerranée et du Golfe de Cambaia. Afonso de Albuquerque mourra en parlant de la frustration portugaise de ne pas parvenir à conquérir Aden. De fait la Mer Rouge continuera à distiller, jusqu'en 1517 (année où le Caire tombera entre les mains des Ottomans) d'abord la haine des Mamelucks puis celle des Turcs contre les Portugais. Pour contrarier une telle menace, les Portugais soutiendront, dans les années 40, le prêtre Jean d'Éthiopie contre le roi maure de Zeila (aidé, à son tour, par les Turcs), via une expédition militaire commandée par Cristóvão da Gama.

Dans le Golfe Persique, se détachait, stratégiquement, la stérile mais très marchande ville d'Ormuz, avec des liaisons permanentes à Bassora, Tabriz ou Alephe, c'est-à-dire en Méditerranée Orientale. Ormuz exportait, alors, principalement vers les royaumes de Narsinga et du Daquem/Deccan, outre les fruits secs, l'ambre, les perles, le soufre et le salpêtre, des milliers de chevaux en échange de grandes quantités de riz blanc, de sucre, d'épices et de drogues. Ce débouché sur le Golfe Persique tombera, finalement, en 1515, entre les mains des Portugais. Entre 1538 et 1546, beaucoup du potentiel militaire turc, utilisé pour

les terribles sièges de Diu (la sentinelle portugaise de la richissime région de Guzurate), sera contenu et contrôlé par la forteresse d'Ormuz. Nous ne devons pas oublier qu'en 1546 Bassora tombera aux mains des Turcs de Soliman le "Magnifique" et qu'en 1534 Bagdad, jusque alors aux mains des "Têtes Rouges" descendants du Xeikh Ismael, avait déjà succombé.

Dans le royaume de Guzurate ou de Cambaia, ayant une économie fondée sur une agriculture prospère, un artisanat excellent et un commerce intense à longue portée, rayonnaient, outre Diu et Cambaia, des villes importantes comme Bassein, Daman, Surrate, Baroche et Thana (pour ne parler que des plus côtières). Face à la menace turque, en 1534 le gouverneur portugais de l'État de l'Inde parviendra à faire en sorte que les Guzurates, en échange d'un appui militaire, lui remettent la forteresse et la ville de Bassein et que, l'année suivante, la forteresse de Diu soit érigée. C'était un gros échec pour les Turcs. Dans une lettre du 20 juillet 1535, adressée au pape Paul III, le roi du Portugal expliquera sa stratégie régionale dans l'Océan Indien de cette façon: ériger à Diu un bastion qui soit la marque principale de son pouvoir en Asie; retirer aux Turcs cette importante base d'appui; prendre possession, à travers Diu, du commerce oriental, centré sur le «Pays du Poivre», autrement dit Calicut et Cochinchine⁴.

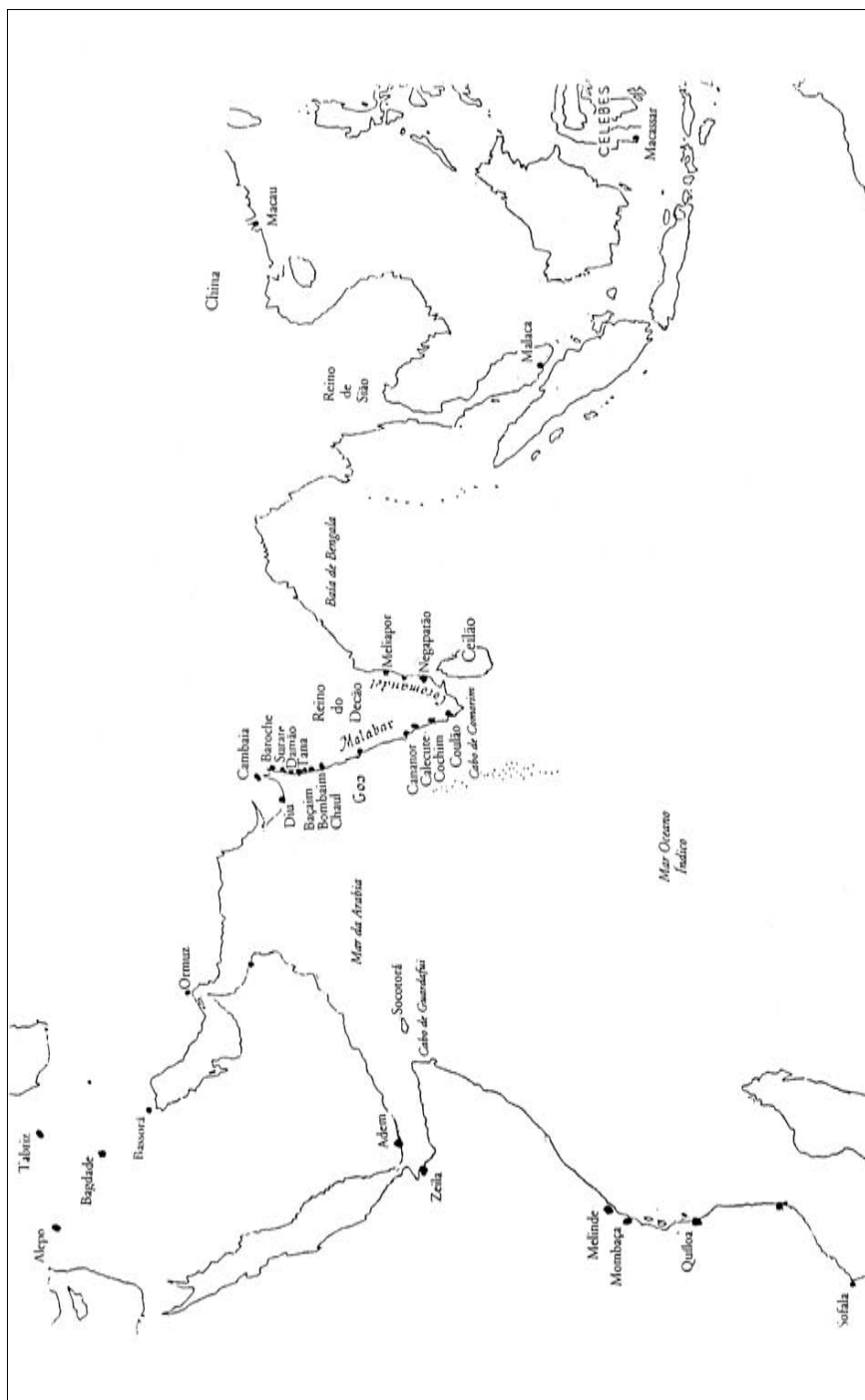
C'est, par conséquent, dans une conjoncture difficile et décisive pour la stratégie impériale de Jean III, concentrée à outrance sur le contrôle économique de l'axe Océan Indien-Pacifique, que la Compagnie de Jésus a été appelée en Orient.

Arrivés au Portugal au printemps de 1540, les premiers jésuites (le père maître François Xavier en tête) partent de Lisbonne vers l'Orient le 7 avril 1541. Le premier jour de 1542, depuis l'île de Mozambique, dans une lettre adressée à maître Ignace de Loyola, le "Père Saint" (comme il a rapidement été appelé) confiera que «El Señor Gobernador [Martim Afonso de Sousa que ia na mesma armada], me tiene dicho que tiene esperanza muy grande en Dios nuestro Señor que adonde nos ha de mandar, se han de convertir muchos Cristianos / Monsieur le gouverneur [Martim Afonso de Sousa qui suivait dans la même flotte], m'a dit qu'il a un grand espoir en Dieu notre Seigneur et que beaucoup de chrétiens seront convertis dans les lieux où il nous enverra»⁵.

C'est ce qui s'est effectivement passé, car cinq ou six ans plus tard, suivant la correspondance des jésuites provenant d'Orient, la Compagnie, après avoir établi son quartier-général à Goa (dans le Séminaire de la Confrérie de Santa Fé et, à partir de 1548, au Collège St. Paul), catéchise déjà: à Socotora, c'est-à-dire dans le Golfe d'Aden; à Ormuz ou dans le Golfe Persique; à Bassein, Thana et Diu

⁴ Cf. SANTOS, João Marinho dos – *Os Portugueses em viagem pelo Mundo: Representações quinhentistas de cidades e vilas*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996.

⁵ *SELECTAE Indiarum Epistolae nunc primum editae*. Florentiae: Ex Typographia SS. Conceptione, 1887, p. 5.



Carte de l'Océan Indien

(dans le Golfe de Cambaia); à Cochin, Coulan et le Cap de Comorin (au «Pays du Poivre»); à Negapatina et Meliapour ou à la ville de Saint Thomas (ce qui visait donc les chrétiens nestoriens); à Macassar et Malacca (un espace-charnière de la zone des moussons); dans le Royaume de Siam; aux Moluques; et bientôt au Japon et en Chine. L'expansion missionnaire des jésuites a donc été fulgurante et coïncide parfaitement avec des territoires du plus grand intérêt pour les Portugais.

Avec quels résultats? Quels moyens? Quelles méthodes?

Dans une lettre du père Baltazar Nunes, à la fin de 1548, adressée aux résidents du Collège de Coimbra, on peut lire qu'à Malacca il y avait un prêtre et un frère (celui-ci recruté localement); aux Moluques, deux prêtres et un frère; dans l'île de Socotora, un prêtre et trois frères; dans la Côte de Comorin, cinq prêtres. Ici, sur 70 ou 80 milles de littoral (car, à l'intérieur tous étaient païens), plus de 200 000 "gentils" s'étaient convertis au Christianisme"⁶. Comment était-il possible d'avoir de pareils résultats avec aussi peu de moyens?

Dans une lettre du père Nicolau Lanciloto, datée de Goa le 10 octobre 1547, adressée à maître Ignace de Loyola, le missionnaire est catégorique lorsqu'il affirme que «[...] los que se hacen cristianos, se hacen todos por puro interés temporal / [...] ceux qui deviennent chrétiens, le font tous par pur intérêt temporel», en expliquant ensuite que: «los que son esclavos de moros y gentiles, se hacen cristianos para alcanzar libertad; los otros se hacen cristianos para ser defendidos de los tiranos y otros se hacen cristianos para no ser ahorcados; otros para tener conversacion com las mugeres cristianas / ceux qui sont esclaves de Maures et païens deviennent chrétiens pour être libres; les autres deviennent chrétiens pour être défendus des tyrans ou pour ne pas être pendus; d'autres, encore, pour la conversation des femmes chrétiennes». Et il concluait: «[...] de manera que sea bendito aquel que por virtud se hace cristiano / [...] de telle sorte que soit béni celui qui devient chrétien par vertu»⁷.

Ce père, ainsi que d'autres agents de la Compagnie en Orient, refusait donc une christianisation superficielle (réduite, ou presque, au seul baptême) et orientée vers les conversions de masse. Quelques jésuites préconisaient plutôt la fondation de collèges, suivant d'ailleurs l'avis de Loyola et de François Xavier, pour obtenir des résultats de catéchisation plus solides. Concrètement, Nicolau Lanciloto recommandait ainsi: «[...] trabalho de tomar neste colegio [o de S. Salvador de Coulaõ] filhos de homens mais nobres, porque estes são os que hão de reger os povos, e de serem ellos bem ensinados e bem doutrinados resulta mais fruto que dos outros / [...] on doit dans ce collège [S. Salvador de Coulaõ]

⁶ *SELECTAE Indiarum*, p. 40.

⁷ *SELECTAE Indiarum*, p. 24-28.

prendre les fils des hommes les plus nobles, car ceux-ci règneront sur les peuples, et si on les éduque et les endoctrine bien, on aura plus de résultats qu'avec les autres»⁸.

Finalement, la stratégie catéchisante adoptée par les jésuites plus clairvoyants en Orient sera ainsi systématisée par le père Melchior Nunes, dans une lettre adressée de Bassein, aux frères du Collège de Coimbra et datée du 7 décembre 1552: «[...] que o verdadeiro fundamento da fé ser acrescentada nestas terras é por via de collegios e doutrina de meninos, e de catechizar os grandes com muita diligencia, porque doutra maneira, assim como facilmente recebem a fé, assim facilmente a deixam / [...] le véritable fondement de la foi dans ces terres se fait par la voie des collèges, de l'endoctrinement des enfants et de la catéchisation des grands avec zèle, car, autrement, ils reçoivent la foi aussi facilement qu'ils l'abandonnent ensuite»⁹.

En 1549, les premiers jésuites partaient vers le Brésil avec le premier Gouverneur-Général, Tomé de Sousa, signe certain que la stratégie impériale de Jean III, suivant d'ailleurs les suggestions de Pero Vaz de Caminha, prenait en compte, maintenant, les immenses potentialités de la colonie amérindienne. Le sucre, le coton, le tabac et les esclaves (indiens et noirs) étaient alors définitivement associés à l'économie du poivre et des autres épices. Cela, d'autant plus que la route du Cap, pour différentes raisons, n'était ni très sûre, ni très prometteuse.

Était-ce un nouveau changement de la politique impériale de Jean III? Sans doute. Et, une fois de plus, Jean III recourt et compte sur les jésuites, cette fois pour fortifier l'Empire Portugais et faire croître une colonie qui deviendra l'une des plus grandes nations du Monde.

⁸ Lettre du 29 octobre 1552, in *SELECTAE Indiarum*, p. 140.

⁹ *SELECTAE Indiarum*, p. 165.

**ORIGENS E CARREIRAS EPISCOPAIS NO PORTUGAL MODERNO:
UMA VISÃO COMPARADA**

JOSÉ PEDRO PAIVA

O objectivo deste estudo é caracterizar sinteticamente o universo dos bispos portugueses e as suas carreiras pré-episcopais, desde o reinado de D. Manuel I (1495) até ao final do Pombalismo (1777), comparando as suas feições com as assumidas pelos bispos noutros espaços da Europa católica (Espanha, França e Península Itálica).



**THE ORIGINS AND CAREERS OF BISHOPS IN MODERN PORTUGAL:
A COMPARATIVE VISION**

JOSÉ PEDRO PAIVA

The purpose of this study is to provide a brief characterisation of Portuguese bishops and their careers before appointment, ranging from the reign of Manuel I (1495) until the end of the Pombal period (1777). Comparisons are drawn with bishops in other areas of Catholic Europe (Spain, France and Italy).

ORIGINI E CARRIERE VESCOVILI NEL PORTOGALLO MODERNO: UNA VISIONE COMPARATA

JOSÉ PEDRO PAIVA *

Lo scopo di questa comunicazione è quello di caratterizzare sinteticamente l'universo dei vescovi portoghesi e le loro carriere preepiscopali, dal regno di D. Manuel I (1495) fino alla fine del *Pombalismo* (1777), confrontando i loro aspetti con quelli assunti dai vescovi in altri spazi dell'Europa cattolica (Spagna, Francia e Penisola Italica). Considererò non solo i vescovi delle diocesi continentali, ma anche tutti quelli dell'impero portoghese d'oltremare.

Mi propongo di farlo a partire da un percorso che avrà due tappe:

1° – Delineando la sociologia dell'episcopato;

2° – Suggerendo un profilo delle loro carriere preepiscopali.

La prima domanda a cui cercherò di dare risposta è la seguente: quali erano le caratteristiche sociologiche di questa élite?

I dati che rivelo non sono definitivi, in quanto si tratta di una ricerca ancora in corso. Le informazioni che propongo sono il risultato di una raccolta effettuata in base al metodo prosopografico e che tiene conto di ricerche fatte a partire da una base iniziale elaborata con le indicazioni di Fortunato de Almeida nella sua *História da Igreja em Portugal*, completata e corretta da dati raccolti nell'Archivio Segreto Vaticano (*processi concistoriali*, *Acta camerarii* e *vice cancelari*), Istituto degli Archivi Nazionali/*Torre do Tombo* (soprattutto Abilitazioni Santo Ufficio e Abilitazioni di *genere* della diocesi di Lisbona) e nell'Archivio dell'Università di Coimbra (Libri d'immatricolazioni e certificati di studio)¹.

* Universidade de Coimbra.

¹ Cf. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. ?. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1968; COSTA, José Pereira da – *Dominicanos bispos do Funchal e de Angra. Arquivo histórico dominicano português*. 3: 3 (1987) 65-83; COSTA, M. Gonçalves da – *História do bispado e cidade de Lamego*. Lamego: Oficinas Gráficas Barbosa e Xavier, 1977-1992. 6 vols.; FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopais da Igreja primacial de Braga (sec. III – sec. XX)*. Famalicão: Tipografia Minerva, 1928-1935. 4 vols; PAIVA, José Pedro – Os mentores. In *HISTÓRIA Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 2. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2000, p. 201-237; PAIVA, José Pedro – Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado Pombalino. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. 25 (2001) 41-63.

Nel periodo compreso tra l'ascesa al trono di D. Manuel I e la demissione e l'allontanamento di Pombal dalla segreteria degli Affari del Regno furono preconizzati vescovi per 513 diocesi, di cui 299 si situavano nel continente e negli arcipelaghi atlantici delle Azzorre e di Madeira e 214 in altri territori del patronato portoghese. Questo ha corrisposto alla nomina di 395 individui diversi, visto che alcuni sono stati titolari di più di un vescovado.

La maggior parte di questi vescovi, circa l'80%, hanno amministrato soltanto una diocesi, il 17% sono stati vescovi in due diocesi, quasi il 3% in tre diocesi e soltanto 2 vescovi hanno avuto carriere che li hanno fatti passare per quattro diocesi, come è successo ad Afonso Furtado de Mendonça (vescovo di Guarda – 1609, Coimbra – 1616, Braga – 1618 e Lisbona – 1626). Questi spostamenti da una diocesi all'altra sono capitati quasi esclusivamente con diocesi del continente e delle isole delle Azzorre e di Madeira. Situazione simile a quella verificata in tutto il mondo cattolico, dove la ricerca di diocesi più prestigiose e più redditizie da parte di molti prelati fu una costante. In Francia, per esempio, si trovano perfino alcuni casi di vescovi che sono passati per 5 diocesi diverse durante la loro carriera episcopale.

Facciamo risaltare alcuni degli aspetti più evidenti dell'insieme. Di questi 395 vescovi, 210 (53%) erano membri di congregazioni religiose e 185 (47%) erano secolari. Un'equilibrata distribuzione che occulta importanti specificità geografiche e cronologiche. In effetti, quelli secolari servirono, privilegiatamente, nelle diocesi del continente e delle isole, soltanto 50 su 185 hanno avuto mitre nell'oltremare, ossia il 27%, mentre quelli religiosi operarono in maggioranza nelle diocesi del patronato d'oltremare (141 dei 210, l'equivalente al 67%). Quelli regolari che non andavano in oltremare erano, nella maggior parte dei casi, figli di famiglie nobili illustri (per esempio, Álvaro de S. Boaventura, vescovo di Coimbra, figlio del 1° Marchese di Gouveia e 6° Conte di Portalegre) oppure individui che avevano acquisito prestigio all'interno delle rispettive istituzioni (per esempio, Baltasar Limpo, vescovo di Oporto e Braga, che fu provinciale dei carmelitani).

La scelta dei regolari per diocesi d'oltremare decorreva dalle necessità di evangelizzazione richieste da quelle parti, ma si deve riconoscere, era dovuta anche ai deboli proventi finanziari che questi luoghi offrivano, per non menzionare i pericoli che i viaggi e il clima inospitale causavano. Anche così, a volte, non era facile trovare chi accettasse questi posti, il che ha portato in alcune diocesi a lunghi periodi di sede vacante (qualche volta quasi di due decenni).

Questa attrazione dei religiosi per diocesi d'oltremare fu evidente anche nell'impero spagnolo. In modo simile, anche nelle diocesi della Repubblica di Venezia, secondo Antonio Menniti Ippolito, si è verificata una maggiore preferenza ad inviare religiosi in quelle diocesi dove esisteva una minaccia turca più accentuata².

² Cf. IPPOLITO, Antonio Menniti – *Politica e carriere ecclesiastiche nel secolo XVII: I vescovi veneti fra Roma e Venezia*. Napoli: Società Editrice Il Mulino, 1993; DONATI, Claudio – *Vescovi e diocesi d'Italia*

Questi dati messi insieme suggeriscono che in regioni più inospitali per la fede cattolica e dove era necessario procedere ad un maggior lavoro di evangelizzazione di “infedeli”, per usare il termine del tempo, i membri del clero regolare sono stati più utilizzati rispetto a quelli del clero secolare. Da qui che nel caso francese, d'accordo con l'eccellente studio di Joseph Bergin, il numero di religiosi vescovi fu appena il 12% del totale dei vescovi eletti³, quando questa percentuale in Portogallo raggiunse, come detto, il 53%.

Vediamo ora quale era la distribuzione del clero secolare d'accordo con gli ordini o congregazioni d'origine. C'era un considerabile predominio di francescani (44), domenicani (33), gesuiti (32), eremiti di Sant'Agostino (29).

Tuttavia, questo non autorizza che si parli di egemonia di nessun genere, in quanto ci sono prelati di quasi tutti gli ordini o congregazioni, nonostante un chiaro predominio dei mendicanti e delle congregazioni sugli ordini monastici, come si poteva prevedere. D'altra parte, c'è sempre stata l'attenzione da parte del re, di non permettere l'egemonia di nessun ordine nella stessa diocesi, cercando in questo modo di evitare situazioni di dominio e privilegio (costituisce un'eccezione a questa regola l'amministrazione delle diocesi dell'Etiopia e del Giappone, sempre gestite da gesuiti).

La proporzione tra vescovi secolari e regolari non fu costante. I secolari sono stati la maggioranza fino alla fine del Concilio di Trento. A partire d'allora, in funzione della riforma degli ordini, delle direttive di Trento e dell'aumento del numero di diocesi d'oltremare, in cui, come visto, erano nominati soprattutto i regolari, questi cominciano ad essere sempre più numerosi. Tra il 1563 e 1750, il 60% dei vescovi appartenevano al clero regolare, valore in sintonia con quello che si è verificato nei regni vicini di Aragona e Castiglia come suggerito da Joan Bada Elias⁴. Più tardi, nella seconda metà del Settecento, e soppesando l'ambiente generale dell'anti-congregazionalismo che per tutta l'Europa si comincia a dichiarare, non si è assistito in Portogallo, con il trionfo dell'illuminismo cattolico, ad un riflusso di vescovi regolari. Dal 1750 al 1777, il 53% dei vescovi continuarono ad essere reclutati tra i religiosi, ad eccezione dei gesuiti che non hanno avuto nessun mitrato in questo periodo. Come ho già scritto, interpretando solo questi dati, l'anti-congregazionalismo fu esclusivamente un anti-gesuitismo.

dall'età post-tridentina alla caduta dell'antico regime. In ROSA, Mari, a cura di – *Clero e società nell'Italia Moderna*. Roma: Editori Laterza, 1995, p. 321-389; GEMMITI, Dante – *Il processo per la nomina dei vescovi: Ricerche sull'elezione dei vescovi nel secolo XVII*. Roma: Edizione CER, 1989.

³ Cf. BERGIN, Joseph – *The making of the French episcopate, 1589-1661*. New Haven: Yale University Press, 1996.

⁴ Cf. BADA ELIAS, Joan – *Iglesia Y Sociedad en el Antiguo: el clero secular*. In MARTINEZ RUIZ, Enrique; SUAREZ GRIMON, Vicente, eds. – *Iglesia y Sociedad en el Antiguo Regimen*. Vol. 1. [S. l.]: Asociación Española de Moderna, 1994, p. 81-91.

Un'altra caratteristica dell'episcopato lusitano fu quello che si può definire come naturalizzazione dei vescovi. Nei secoli XIV e XV, il centralismo papale nella scelta e nella nomina dei prelati e il processo elettivo che si seguiva da tutte le parti, aveva affidato frequentemente i destini delle diocesi lusitane a stranieri, come si verificava un po' dappertutto. Questo quadro si è alterato radicalmente nella modernità, in buona sostanza a causa della scelta dei vescovi da parte del re. Dei 395 designati, appena tredici (3,3% del totale) furono stranieri (sei "spagnoli", quattro "italiani", un austriaco, un inglese, un francese). Questa tendenza si è accentuata con il passare del tempo. Nella prima metà del XVI secolo (regni di D. Manuel I, D. João III e reggenza di D. Catarina), furono ancora nominati sei titolari stranieri, quasi tutti dei regni vicini, fatto che si accordava con alcune strategie della politica portoghese del tempo. Dopo, il processo è divenuto sempre più raro. Durante il dominio degli Asburgo tra il 1580 e 1640, si nominò ancora un Francisco Cano per l'Algarve, contro quello che le corti di Tomar del 1581 avevano definito. Ma non si ebbero altre esperienze simili. Gli ultimi stranieri ad occupare cattedrali portoghesi nel continente furono Ricardo Russel (figura vicina alla moglie di D. João IV e più tardi *sumilher da cortina*⁵ e maestro della figlia del re, D. Catarina) e Domingos de Gusmão (figlio bastardo del Duca di Medina e Sidonia, nipote della regina Luísa de Gusmão), arcivescovo di Évora (1678). Entrambe le scelte, nella congiuntura politica in cui sono capitate, poco dopo la salita al potere di D. Pedro II, denotano un desiderio di accontentare fazioni nel conturbato scenario politico d'allora.

Nel XVIII secolo c'è stato solo uno straniero nominato nelle diocesi d'oltremare: Godofredo Lambekowen, austriaco, a Nanquim nel 1752. Questa tendenza per la "naturalizzazione" dell'episcopato fu generale. In Francia gli stranieri che accedono a mitre nel XVII secolo, furono il 6%, ma nei regni di Castiglia e di Leon dei 351 vescovi nominati, solo 2 erano stranieri. Due figli di portoghesi che dopo il 1640 sono rimasti fedeli a Felipe IV, come dimostrò Maximiliano Barrio Gozalo⁶.

Contemporaneamente a questo processo di "naturalizzazione" dell'episcopato, si è assistito alla sua aristocratizzazione, aspetto che assunse un carattere quasi egemonico nelle diocesi del continente. Per esempio, i 14 titolari della diocesi di Coimbra, in questo periodo appartenevano tutti alla nobiltà. La salvaguardia dell'origine nobile dei vescovi fu uno dei principi difesi da alcuni

⁵ Titolo nobiliare; propriamente *servitore della tenda*.

⁶ BARRIO GOZALO, Maximiliano – *Los obispos de Castilla y León durante el Antiguo Régimen (1556-1834): Estudio socioeconómico*. Zamora: Junta de Castilla y León; Consejería de Educación y Cultura, 2000; BARRIO GOZALO, Maximiliano – *Perfil socio-económico de una élite de poder de la corona de Aragón. I: los obispos del reino de Aragón (1556-1834)*. *Anthologica Annua*. 43 (1996) 107-159.

trattatisti come, per esempio, il gerolamino e teologo frate Heitor Pinto. Nell'*Imagem da vida Cristã*, ha scritto: “per esperienza vediamo che nella maggior parte sono più eccellenti, meglio inclini e con maggior maestria, i prelati di buona casta, rispetto ai bassi e ai plebei”.

Si deve riconoscere che questa opinione colse frutti. Le grandi, redditizie e prestigiose archidiocesi di Braga, Lisbona e Évora, sono state quasi sempre riservate ai figli, anche bastardi, delle più distinte stirpi portoghesi e anche della famiglia reale. Si veda il caso di Évora. In questo periodo fu governata da 15 vescovi. Due figli legittimi del re (i cardinali Afonso e Henrique), due figli del Duca di Bragança (D. Teotónio e D. Alexandre de Bragança), un figlio illegittimo del 2° Marchese di Ferreira (D. José de Melo), un figlio del 1° Conte di Vila Franca, un figlio illegittimo del Duca di Medina e Sidonia, fratellastro di Luísa de Gusmão, un figlio del 1° Marchese di Nisa, un figlio dei Conti di S. Vicente e un altro dei Marchesi di Távora.

Oltre alla Casa Reale, altre importanti stirpi si sono appropriate di posti, istituendo autentici potentati familiari, in alcuni casi per generazioni, sebbene non si verifichi nessuna tendenza che famiglie con grandi poteri regionali, potessero dominare una specifica diocesi, come successo in alcuni casi italiani, dove, nelle parole di Gaetano Greco, questo processo fu evidente nelle diocesi di Catania, dominata dai Caracciolo, di Trento dai Madruzzo, oppure di Lucca controllata dalla famiglia Guidiccioni⁷. Ossia, nel regno del Portogallo, le famiglie più distinte avevano figli vescovi nelle diocesi prestigiose, in funzione dei posti congiunturalmente esistenti. Si riferisca l'esempio dei Bragança: Teotónio de Bragança (arcivescovo di Évora – 1578), João de Bragança (vescovo di Viseu – 1597), Alexandre de Bragança (arcivescovo di Évora – 1603); e quello dei Lencastre, della casa di Aveiro: Jaime de Lencastre (vescovo di Ceuta – 1545), João de Lencastre (vescovo di Lamego – 1621), Veríssimo de Lencastre (arcivescovo di Braga – 1671), suo fratello José de Lencastre (vescovo di Miranda – 1677), Pedro de Lencastre (vescovo di Elvas – 1705). Anche in Francia, da Enrico IV a Luigi XIV, si verificò che dei 351 vescovi nominati, 222, ossia il 63,2%, erano di origine nobile e nei regni di Leon e Castiglia appartenevano alla nobiltà circa il 64% dei prelati.

Questo processo di aristocratizzazione delle prelature, cominciò a soffrire una nitida rottura, a partire dal 1755, con l'ascensione di Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, agli Affari del Regno. Nel suo tempo si ebbe uno sforzo evidente allo scopo di promuovere all'episcopato elementi oriundi della nobiltà provinciale o di funzione, a volte recentemente promossa e senza legami con grandi case, oppure con la nobiltà titolata. Questo allontanamento delle

⁷ Cf. GRECO, Gaetano – *La chiesa in Italia nell'età Moderna*. Roma: Gius. Laterza e Figli, 1999, p. 30-31.

grandi case nobili dagli incarichi più alti delle gerarchie ecclesiastiche si può spiegare tramite vari ordini di ragione. Alcuni furono già evidenziati da Nuno Monteiro e Fernanda Olival: il declassamento delle carriere ecclesiastiche nel mondo dell'élite e l'impatto del *Pombalismo*⁸. Oltre a questi, altri aspetti devono essere considerati: la diminuzione delle rendite dei vescovati, sovraccaricati con pensioni che rendevano questi luoghi meno attrattivi, ed ancora l'aumento sempre più accentuato delle esigenze che si richiedevano ai nuovi titolari. Esigenze di virtù religiose, di formazione accademica e carriera, che non si articolavano con la semplice ostentazione di uno statuto di grandezza.

La maggioranza degli scelti, nel consolato pombalino, furono, pertanto, della nobiltà provinciale o di funzione, a volte recentemente promosse.

Questa presenza di alcuni figli di grandi e di nobiltà titolata tra i vescovi portoghesi, sembra configurare uno scenario un po' diverso da quello che è successo nella monarchia spagnola. Lì, per lo meno nel regno di Felipe II (seconda metà del XVI secolo), solo il 17% apparteneva all'alta nobiltà, e nel tempo di Olivares appena il 6% secondo i calcoli proposti da Ignasi Fernandez Terricabras⁹. Come ha suggerito Domingo Gonzalez Lopo, che studiò i vescovi galiziani, i monarchi preferirono gente di estrazione media all'alta nobiltà, con l'obbiettivo di poterli controllare meglio e di ridurre la concentrazione del potere in alcune case che potevano affrontare l'autorità del re¹⁰. Nella sua espressione, in riferimento alle nomine avvenute nel regno di Felipe II, si nota che questi "preferiva il credito al sangue". In Portogallo, l'influenza dei grandi nel processo di decisione, la solidità del potere superiore del re e, si riconosca, la scala ridotta dell'élite lusitane, non evitarono la presenza di eredi delle grandi case al vertice dell'amministrazione delle diocesi.

La stessa origine dei vescovi denota questa prossimità con la nobiltà e particolarmente con l'aristocrazia cortigiana frequentemente titolata. Nei casi in

⁸ Cf. OLIVAL, Maria Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal. *Análise Social*. 37: 165 (2003) 1213-1239.

⁹ Cf. FERNANDEZ TERRICABRAS, Ignacio – Al servicio del rey y de la Iglesia: El control del episcopado castellano por la corona en tiempos de Felipe II. In GUILLAMON ALVAREZ, Francisco Javier; RUIZ IBAÑEZ, José Javier, eds. – *Lo conflictivo y lo consensual en Castilla: Sociedad y poder político, 1521-1715*. Murcia: Universidad de Murcia, 2002, p. 207-232; FERNANDEZ TERRICABRAS, Ignacio – Por una geografía del patronazgo real: teólogos y juristas en las presentaciones episcopales de Felipe II. In MARTINEZ RUIZ, Enrique; SUAREZ GRIMON, Vicente, eds. – *Iglesia y Sociedad*, vol. 1, p. 601-609; FERNANDEZ TERRICABRAS, Ignacio – Universidad y episcopado en el siglo XVI: Las universidades donde estudiaron los obispos de las coronas de Castilla y de Aragón (1556-1598). *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*. 20 (2002) 75-96.

¹⁰ Cf. GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. – El alto clero gallego en tiempos de Felipe II. In EIRAS ROEL, Antonio, coord. – *El reino de Galicia en la monarquía de Felipe II*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1998, p. 313-43; GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. – El episcopado gallego en tiempos de Carlos V. In EIRAS ROEL, Antonio, coord. – *El reino de Galicia en la Epoca del Emperador Carlos V*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2000, p. 135-69.

cui si conosce questo indicatore (81% dell'insieme) si verifica che circa il 43% erano originari dell'arcivescovado di Lisbona, e di questi, la maggioranza proveniva proprio dalla città. Dei 395 casi per i quali si possiede informazioni, il 37% erano della città di Lisbona. Seguivano le archidiocesi di Évora, con il 14,4%, Braga e Coimbra, entrambe con l'8,2%. Il che significa che circa tre quarti dei vescovi portoghesi erano oriundi di 4 regioni: Lisbona, Évora, Braga e Coimbra. In Francia, anche il centralismo di Parigi era evidente ma non tanto opprimente: il 23,6% dei vescovi francesi erano lì reclutati.

Qual era la formazione accademica dei prelati? Dei 395 vescovi c'è informazione per 286 (circa il 72% dell'insieme). Di questi, 168 erano teologi, 115 canonisti (dodici in entrambi i diritti), tre in legge. La grande maggioranza con formazione interna, nell'Università di Coimbra (quelli con più distinte stirpi con frequenza dei collegi di S.Pedro e di S.Paulo) o negli ordini religiosi. Eccezionali sono i casi di individui oriundi di Évora, solo 12 teologi, o di Università straniera: undici con studi a Salamanca, quattro a Parigi, e tre in Università della Penisola Italiana.

Questi indicatori si sono alterati dopo il Concilio di Trento. Allora, l'intensificazione della nomina a vescovi di detentori di titoli universitari o di studi negli ordini religiosi fu evidente e contribuì, decisamente, ad un aumento dell'onorabilità e qualità di questo corpo. Prima della chiusura del Concilio di Trento, solo il 42% dei vescovi ostentava titoli universitari o formazione in teologia ottenuta negli ordini religiosi, valore che salì al 78% tra il 1563 e la fine del Settecento. Si ricordi che nel Concilio di Trento si stipulò che i vescovi dovevano possedere una laurea in diritto canonico oppure in teologia.

Identica tendenza si verificò in Spagna, come mostrò Ignasi Fernandez Terricabras. Lì, Felipe II sarebbe stato il promotore di questa politica. Nel suo regno solo un numero molto ridotto di prelati non possedeva studi. E anche la distribuzione tra teologi e canonisti fu simile a quella verificata in Portogallo, con predominio dei teologi. I vescovi di Castiglia e di Leon, secondo Barrio Gozalo, erano teologi nel 53% dei casi e canonisti nel 46%. Come riferisce Ignasi Terricabras, l'Università diventò un importante centro di formazione e reclutamento dell'élite della Corona e della Chiesa e un'istanza creatrice di una cultura più omogenea delle élite laiche ed ecclesiastiche.

Già in Francia predominarono quelli che avevano una formazione in diritto, circa il 63%, valore ancora più accentuato nei prelati veneziani, dei quali 82% avevano formazione in legge (diritto civile e/o canonico).

La formazione dei vescovi non era estranea all'area geografica per la quale erano nominati. Sembra essere esistito un mosaico per la collocazione dei prelati nelle diocesi, in funzione del tipo di preparazione accademica dei vescovi come era definito nella letteratura del tempo. Dottrine di origine esterna ma profondamente seguite tra noi, come succedeva con Vitoria, Domingo Soto o

Simancas. Nell'ambito dell'universo conosciuto, si verifica che la maggioranza dei canonisti erano collocati nel continente, mentre i teologi andavano più facilmente presso diocesi del patronato d'oltremare. I teologi, più adatti a guidare i credenti e per evangelizzare, erano più facilmente indicati per territori di missione.

I canonisti avrebbero maggiore preparazione per l'elaborazione di costituzioni, convocazioni di sinodi, controllo dei comportamenti attraverso la realizzazione di visite episcopali, visto che riunivano le migliori condizioni per mettere in pratica i decreti tridentini di riforma nelle diocesi continentali. Proprio questo aiuta a capire perché in Portogallo e Castiglia ci furono molti più vescovi con formazione in teologia, che in Francia e nella Repubblica di Venezia.

Un'ultima osservazione a proposito degli attributi generali di questo corpo per dire che si limitò di forma sempre più evidente l'accesso alle mitre a quelli che non riunivano condizioni canoniche per quanto riguardava la loro formazione accademica, l'affiliazione (l'illegittimità era una limitazione), lo *status* ecclesiastico (con o senza ordinazione episcopale), l'età e il comportamento morale. Il vescovo ignorante, infantile, oriundo da rapporti illegittimi, guerriero, libertino, senza avere ordini sacri, che accumula benefici va sparendo dalla scena. Nel XVIII secolo saranno rarissime le eccezioni. Anche qui, il Concilio di Trento fu significativo. Dopo Trento, non furono mai più nominati individui come l'Infante D. Afonso che, nel 1516, avendo soltanto 7 anni d'età, fu indicato per il vescovado di Guarda. Già dopo Trento, in Francia, un figlio bastardo del re Henrique IV, Henri de Bourbon Verneuil, fu ancora nominato vescovo di Metz, quando aveva appena 4 anni d'età. I nominati al tempo di Pombal, per esempio, avevano un'età media di 41 anni quando assunsero gli incarichi. Erano, pertanto, gente con prove già date, a volte con una lunga carriera di servizio alle loro spalle. Età prossima alla media verificata in Francia, Castiglia e Penisola Italica dopo il Concilio di Trento.

Sono ugualmente diventati sempre più rari i vescovi nati da relazioni illegittime, principalmente se il padre era chierico. Prima di Trento, il 12% degli scelti erano figli illegittimi, valore che si abbassò al 4% nel periodo successivo.

Straordinari anche i casi di vescovi designati ancora prima di aver ricevuto l'ordinazione episcopale come successo, per esempio, con il fratello del re, D. Henrique, più tardi cardinale e anche lui re, quando diventò arcivescovo di Braga.

Evidenziate alcune caratteristiche del profilo dell'episcopato portoghese si ponga una seconda questione. Quale era il *cursus honorum*, la carriera pre-episcopale, di quelli che erano scelti per diventare vescovi? Forma diversa di domandare, dove si doveva investire strategie che potessero più facilmente far diventare eleggibile chiunque avesse pretese ad una mitra?

E non si deve dubitare che alcune famiglie investivano in questo. Poco prima di morire, nel 1546, il Conte di Vimioso, D. Francisco de Portugal scrisse a

D. João III un memoriale, nel quale sostiene che non c'era in Portogallo nessuno più adatto a vescovo che suo figlio beniamino, visto che dai 9 anni studiava nella scuola della cattedrale di Lisbona e si preparava per queste alte funzioni. Questo memoriale interessantissimo rivela tracce della bibliografia del figlio, presentata dal padre, che cerca di esaltare le qualità che esso riuniva per essere scelto. E, difatti, il figlio, João de Portugal, divenne titolare della diocesi di Guarda, dal 1556. Questo caso costituì un paradigma di come, almeno al livello di alcuni grandi, si preparavano percorsi e si creavano strategie tendenti a collocare discendenti in determinati posti della Chiesa.

L'accesso ai vertici della gerarchia della Chiesa non era diretto nella maggior parte dei casi. L'esercizio di funzioni nell'Inquisizione, in organi dell'amministrazione centrale e della giustizia regia, nell'Università di Coimbra, il servizio religioso del re, della sua famiglia e della cappella reale, l'ascensione all'interno della gerarchia degli ordini religiosi, erano trampolini abitualmente decisivi. Ma si possono anche citare casi di chi abbia avuto accesso all'episcopato senza anteriormente aver fatto nulla che lo giustificasse, tranne possedere sangue illustre che gli aveva già permesso di aver benefici e dignità in capitoli, collegiate e chiese (si veda i casi dei figli di D. Manuel I oppure, più tardi, di Alexandre de Bragança, arcivescovo di Évora nel 1602, quanto aveva soltanto 32 anni).

Il "*cursus honorum*" inquisitoriale fu uno dei processi più utilizzati per accedere alle mitre. Circa il 30% dei nominati dopo il 1536, ossia 102 individui, avevano precedentemente esercitato funzioni nel Tribunale della Fede, alcuni avendo svolto una lunga carriera, da promotori o deputati di tribunale di distretto fino ad arrivare al Consiglio Generale. Durante il consolato pombalino questo valore salì al 33%. Si conferma, così, la proposta di Francisco Bethencourt che, durante l'Antico Regime, l'Inquisizione fu anche un'importante istituzione nella formazioni di "quadri" e con una forte capacità di penetrazione nella gerarchia della Chiesa. Si noti che questo transito tra l'Inquisizione e i vertici della gerarchia diocesana si effettuava, nello stesso modo, in senso opposto. La presidenza dell'Inquisizione, cioè, l'inquisitore generale, solo per una volta, con il cardinale arciduca Alberto, non ebbe come titolare nessuno che fosse già vescovo di una diocesi.

Questa situazione contrasta con quella verificata nei regni vicini (nelle diocesi di Castiglia e Leon solo il 17% dei vescovi avevano fatto carriera nell'Inquisizione) e con la Penisola Italica dove furono molto pochi i ministri che transitavano tra queste due istituzioni.

Il servizio prossimo al re e alla famiglia reale (confessore, predicatore, cappellano, maestro, *sumilher da cortina*) e le funzioni svolte nella cappella reale (cappellano, decano) furono ugualmente posti occupati da quelli che sono diventati prelati, in un totale di 66 individui, ossia il 17% del totale dei nominati. In Francia furono circa il 20%, il che denota una somiglianza nelle forme di reclutamento.

Così come per i posti della magistratura regia e della amministrazione centrale, la prossimità al re si conferma come decisiva. Questo aspetto fu particolarmente noto fino alla fine del regno di D. Pedro II. Tra il corpo dei prelati si contano dodici *sumilher da cortina*, dieci confessori di re o regine (dei quali nove nel periodo precedente a Trento), dieci elemosinieri, dodici predicatori regi, ventuno cappellani, tredici decani della cappella reale, tre maestri/precessori d'infanti (come ad esempio Nicolau Monteiro, che fu vescovo di Oporto, dal 1670).

Questi percorsi di progressione propri di quelli che servivano il re, raramente si incrociavano o univano con altre aree. Così, chi serviva il re o i membri della Casa Reale come predicatore, cappellano o confessore, molto difficilmente era reclutato nell'Inquisizione o nell'esercizio della giustizia della Corona, oppure nell'Università. Semplificando, diciamo che da confessore o cappellano si passava direttamente ad una mitra. Caratteristica che si trova anche tra quelli che arrivano al episcopato dopo aver fatto carriera nel rispettivo ordine religioso. Una cosa naturale, visto che le carriere che passavano per l'Inquisizione e per i Tribunali della Corona erano quelle seguite dai vescovi con formazione in diritto canonico, in quanto quelli che erano oriundi degli ordini religiosi erano teologi. Identico panorama a quello verificato in Spagna, almeno nel regno di Felipe II, secondo Fernandez Terricabras.

I Tribunali centrali della Corona erano un altro vivaio da cui i vescovi iniziavano le loro carriere. Alcuni servirono nel *Desembargo do Paço* (due deputati), nella *Casa da Suplicação* (sette giudici) nella *Mesa da Consciência e Ordens* (cinque presidenti e 21 deputati) nella *Casa do Civel* di Lisbona (due governatori), nella *Relação* di Oporto (cinque giudici), per un totale di 41 persone corrispondenti al 10% dell'insieme in analisi. In Francia furono più quelli che sono passati per questa via prima della prelatura, circa il 13%, visto che lì alcuni avevano anche servito il re in guerra, cosa che non si verificò in Portogallo.

Approfitto per riferire come, già nell'esercizio delle loro funzioni episcopali, alcuni vescovi svolsero funzioni sia in Consigli (31 consiglieri del re o del Consiglio di Stato), oppure Giunte dell'amministrazione centrale della monarchia (nove tra la *Junta dos Três Estados*, *Junta da Bula Cruzada*), sia nel governo del regno, come successe durante la reggenza e regno del cardinale Infante D. Henrique e posteriormente, con viceré e governatori che erano vescovi, nel periodo della monarchia Habsburgo. Questo panorama portò J. Romero de Magalhães, a ragione, a proporre l'idea che si assistè allora ad una "chiericalizzazione dei governi". Più raramente, dopo essere stati titolari di mitre e nel finale della loro vita, alcuni ottennero ancora posti di rilievo negli organi della Giustizia Centrale: tre furono nominati Presidenti do *Desembargo do Paço*, due Presidenti della *Mesa da Consciência* ed uno Governatore della *Casa da*

Suplicação. Questo mi permette di sottolineare, come già scritto, che c'era una profonda interpenetrazione tra l'élite del governo della Chiesa nazionale e il governo della monarchia, nello stesso modo che era profondo l'intervento del re nella sfera di amministrazione della Chiesa.

L'Università di Coimbra costituì un'altra rampa di lancio. In una prima fase, fino al 1710 circa, dall'esercizio delle funzioni di rettore. Successivamente, in modo sempre più significativo dal 1750 in poi, dall'esercizio della docenza. Tra il 1536 e il 1710, 21 dei 33 rettori dell'Università, lasciarono questo incarico per essere promossi vescovi, e in seguito, altri due meritavano la stessa distinzione. Fino al regno di D. João V, i titolari del rettorato dell'Università ebbero nel 64% dei casi una mitra a disposizione. Significativamente, il periodo in cui questo passaggio da rettore a vescovo fu meno evidente successe durante i regni di Felipe II e Felipe III, nei quali appena quattro su un totale di nove rettori diventarono vescovi. Sarà che l'avversione degli Asburgo all'eccessiva concentrazione dei poteri nelle stesse mani si verificò anche qui?

D'altra parte, sembra che l'impiego dei professori universitari per le prelature fu relativamente tardivo, paragonandolo con quello successo nella monarchia spagnola dove, dal regno di Felipe II, questo è visibile.

Costituì una quinta rampa d'accesso, il servire all'interno degli ordini religiosi, sia in funzioni di comando, sia in funzioni legate all'insegnamento, percorso enormemente seguito da religiosi che ottennero mitre. Essere stato lettore, visitatore, predicatore, abate, priore, rettore di un collegio, provinciale o superiore, a volte dopo lunghe carriere all'interno di una religione, fu la porta d'accesso alle prelature, soprattutto d'oltremare, per 135 individui.

Infine, fu anche usata la carriera nella propria amministrazione e giustizia diocesana, anche se in numero limitato. Ho notizia di sette provveditori, undici vicari generali e otto giudici in varie diocesi. Si noti, tuttavia, che in rari casi questa via, isolatamente, permise l'accesso dei chierici alle prelature, perciò si deve accentuare come non era esclusivamente tramite un "*cursus honorum*" interno che più comunemente si accedeva al comando delle diocesi. A parte questo, il "*cursus honorum*" comparve solo molto tardi. Più precisamente, prima del XVIII secolo fu assolutamente eccezionale. Solo da questo momento in poi, si va lentamente imponendo a chi aveva acquisito esperienza nella pratica delle istanze delle burocrazia diocesana. Di norma, erano individui di origine sociale relativamente modesta, la cui progressione si appoggiava sulla solidità della formazione accademica e sull'esercizio quotidiano del governo delle diocesi. Si passava a reclutare all'interno della Chiesa secolare e per i meriti del loro lavoro anteriore in questo campo, le élite che in quel servizio più si distinguevano.

Al contrario di quanto successo in altre regioni, in Portogallo furono molto rari i casi di chierici che entrarono nell'episcopato dopo aver servito il papa o i cardinali a Roma. Questo fu il tragitto più comune tra i vescovi scelti per i

territori della Repubblica di Venezia, come dimostrò Menniti Ippolito, e si verificò nel 4% circa degli scelti nella Francia del Seicento, dove 15 vescovi avevano servito cardinali a Roma prima della loro elezione.

Ugualmente ridotti i casi di vescovi che precedentemente all'ingresso nell'episcopato esercitarono incarichi di cura delle anime nelle chiese parrocchiali, come successe frequentemente in Francia.

Il modo come questi percorsi si usarono e si combinarono, ha sofferto trasformazioni lungo i quasi 300 anni che si stanno contemplando. Per limitazione di tempo, non è possibile affrontare questo argomento in dettaglio. Per il caso specifico del consolato pombalino è eseguibile una caratterizzazione più rigorosa, che ha nel vescovo di Lamego (1770), Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, un esempio paradigmatico di una carriera dominante. Si cominciava dall'infanzia, dall'apprendimento di saperi che avrebbero aperto le porte nel futuro al compimento di alcuni incarichi. Il percorso di questi studi passava soprattutto per la frequenza dell'Università di Coimbra, con rilievo per il conseguimento di titoli in diritto canonico. Dopo, naturalmente, il ricevimento degli ordini sacri che abilitassero i loro titolari all'esercizio delle funzioni nella Chiesa. Quasi tutti ricevevano ordini minori nel corso dell'adolescenza ed i maggiori a partire dai 25 anni, immediatamente dopo aver concluso i propri studi universitari. In seguito, si iniziavano carriere all'interno di quattro aree, che raramente si sovrapponevano: Inquisizione (33%), ordini religiosi (25%), amministrazione diocesana (19%), e Università (8%), da dove alcuni, in numero limitato, furono anche reclutati per il servizio in organi di governo di creazione Pombalina, come fu il caso della *Real Mesa Censória*, oppure della *Junta da Providência Literária*. Al contrario di quanto successo nel passato, in modo incisivo durante il governo di Felipe I fino a Felipe III, fu infimo il contingente dei prelati che occuparono posti preminenti nella amministrazione centrale dello Stato e della Giustizia. La secolarizzazione del governo temporale dello Stato avviata da Pombal e la nitida separazione delle competenze tra il potere temporale e quello spirituale, è passato anche di qui.

Concludendo direi che c'era una grande varietà di carriere che dipendevano da fattori multipli per riscuotere il successo: dall'origine sociale dei pretendenti, dalla tradizione familiare, dall'appartenenza a reti clientelari, dall'età, dalla disponibilità congiunturale di posti, dall'origine geografica, etc. Ma quello che sembra evidente è che, in ultima analisi, tutto dipendeva dalla scelta del monarca, la cui decisione sembra essere determinata da un'equazione nella quale pesavano tre fattori principali: il merito dell'individuo (da qui l'importanza della carriera), la sua famiglia e i servizi prestati al re.

Questa visione comparata dei casi portoghesi, spagnoli, italiani e francesi rafforzò l'idea di una grande identità dei territori dell'Europa cattolica del Sud. In effetti, nonostante alcune oscillazioni particolari, dipendenti dal modo

diverso con cui la selezione dei prelati veniva fatta, dalle specificità delle configurazioni politiche dei vari territori, e dalla distinta geografia e caratteristiche delle diocesi, si verifica una forte sintonia sia nelle caratteristiche degli individui che accedevano alle prelature, che nelle carriere pre-episcopali che seguivano. Alla luce di questi indicatori ha tutto il senso continuare ad usare l'espressione Europa Cattolica per classificare un vasto insieme di regioni che, di fatto, furono molto segnate in multiple dimensioni dal potere istituzionale e religioso della Chiesa Cattolica che aveva il suo centro nella città dove oggi ci troviamo.

O ENSINO NA FACULDADE DE TEOLOGIA DE COIMBRA NO CONTEXTO EUROPEU DO SÉCULO XIX

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

Entre o reformismo iluminado de Pombal e a extinção republicana de 1910 a Faculdade de Teologia de Coimbra acompanhou os caminhos da teologia europeia, embora sem o favorecimento da estabilidade política. Neste ensaio estudam-se as dependências europeias dos tratados teológicos adoptados, identificando as variantes e caracterizando as sensibilidades. Tenta-se perceber as razões que presidiram à escolha dos livros de texto nas várias disciplinas teológicas e analisar se os objectivos eram atingidos. Elencam-se os primeiros passos de uma produção própria de compêndios, ainda muito herdeiros da produção europeia.



TEACHING AT THE FACULTY OF THEOLOGY IN COIMBRA WITHIN THE CONTEXT OF 19TH-CENTURY EUROPE

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO

Between the time of Pombal's enlightened reform and the Republican suppression of the Faculty of Theology in Coimbra in 1910, the faculty followed the paths taken by European theology, albeit without the benefit of political stability. This study examines the European dependencies of the theological treatises used, identifying the variations and defining the sensibilities. It aims to understand the reasons behind the choice of textbooks for several subjects within theology and to analyse whether the goals were achieved. A list is drawn up of the early stages in individual production of compendiums, which were still heavily influenced by European work.

L'INSEGNAMENTO NELLA FACOLTÀ DI TEOLOGIA DI COIMBRA NEL CONTESTO EUROPEO DEL SECOLO XIX

CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO *

In quest'intervento mi propongo di verificare come, nel periodo che va dal riformismo illuminato del Marchese di Pombal all'estinzione repubblicana del 1910, la Facoltà di Teologia di Coimbra ha accompagnato i sentieri della teologia europea ed ha creato delle dipendenze dai trattati teologici europei.

Gli *Estatutos* del 1772 stabiliscono una riformulazione precorritrice dell'insegnamento della teologia in Portogallo. L'insegnamento della teologia doveva cioè optare per un metodo definito dimostrativo, naturale e scientifico. È un ideale che rimarrà senza realizzazione a causa della carenza di insegnanti, di mancanza di allievi dovuta alla diffidenza dell'episcopato e ad interferenze politiche. Le successive riforme non riusciranno a debellare questi mali.

Non vogliamo ora addentrarci nell'architettura del sapere, nè nei dettagli dei contenuti delle varie discipline, anche loro soggette ai venti europei. Ci dedichiamo soltanto ai libri di testo. La Storia della Chiesa, anche se propriamente non appartenente all'insegnamento teologico, costituisce il caso più rivelatore dei rapporti con l'ambiente europeo, che i professori mostrano di conoscere profondamente.

Al momento della Riforma "pombalina", come testo di Storia era seguito quello di Giovanni Lorenzo Berti (1696-1766), dell'Ordine degli Eremiti di Santo Agostino. Quest'autore fu Prefetto della Biblioteca Angelica di Roma ed insegnò teologia in varie città italiane e Storia della Chiesa a Pisa. Anche se accusato di tendenze gianseniste, una commissione, creata da Benedetto XIV, non trovò prove a sostegno dell'accusa.

Nel 1807 Manuel Pacheco Resende¹ propose la scelta di un nuovo testo. All'unanimità fu scelta l'edizione dell'opera di Mathias Dannemayr²,

* Universidade Católica Portuguesa.

¹ GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro: Subsídios para a sua história*. Aveiro: Ed. Curia, 1964, p. 105-135.

² Cf. *ACTAS das Congregações da Faculdade de Teologia (1772-1820)*. Vol. 2. Coimbra: Coimbra Editora, 1982, p. 113-114. La 2ª edizione dell'opera di Dannemayr, in due volumi, è di Vienna: I. G. Binz, 1806. 392, 308 p.

Institutiones Historiae Ecclesiasticae N. Testamenti. Quest'autore, che al tempo di Giuseppe II aveva lavorato al progetto di riforma ecclesiastica della Germania, fu un accanito giansenista e vide le proprie opere condannate. La storia da lui scritta venne considerata piena di veleno. Il combattivo Fortunato de S. Boaventura la definì come "semiprotestante"³.

A lungo si sentì la necessità della scelta di un altro testo, ma ciò avverrà soltanto durante la reggenza dell'ultimo docente di questa materia, Francisco Martins (1890-1901)⁴. È in questo contesto che appare il famoso *Relatório* presentato al Consiglio nel 1896 proprio da António Vasconcelos, Francisco Martins e Joaquim Mendes dos Remédios⁵.

I relatori iniziano con l'esclusione di diverse ipotesi: il Compendio di H.G. Wouters (+ 1872) non considerato valido in virtù della sua "estensione e del metodo non accettabile ai nostri giorni"⁶; il testo di Claro Vascotti che "per la sua struttura e forma sembra poco adatto all'insegnamento nella nostra scuola"; quello di J. Kopallik, professore ad Olmütz, giudicato incompleto, in quanto arriva soltanto agli inizi del quattordicesimo secolo⁷; quello di J. B. Palma, professore dell'Università di Roma, che si ferma al cinquecento e si occupa soltanto di alcuni punti capitali⁸.

Queste sono tutte opere degli anni 80. Ma gli autori del prezioso *Relatório* commentano anche i diversi testi storici precedenti quello che venne poi scelto. Era dalla metà del secolo XVIII che gli studi storici stavano entrando nell'epoca dello splendore dopo la decadenza iniziale di quel secolo, per raggiungere un grande vigore agli inizi dell'Ottocento⁹. I relatori fanno riferimento agli studi di Möhler (di Tubingen) e di Gams. La produzione tedesca del secolo XIX era pregiata e catalogata ma, essendo disponibile solo in tedesco, non poté essere raccomandata come libro di testo¹⁰. La scuola francese di Roma, creata nel 1875,

³ Cf. CRUZ, J. V. Neves Castro da – Crítica. *Scientias Ecclesiasticas*. 2 (1892) 170.

⁴ ROMANI *Pontificatus salutaris influxus: inauguralis dissertatio*. Conimbricae: Typ. Acad., 1886. 127 p.; *THESES ex Universa Theologia*. Conimbricae: Typ. Acad., 1886. 22 p. Ha scritto diversi sermoni: *Religião e Patriotismo*. Coimbra, 1891; *Religião e Ciência*. Coimbra, 1894; *Oração fúnebre (D. Luís I)*. Coimbra, 1890.

⁵ Fu incluso nell' *Anuário da Universidade* de 1896-1897, in virtù della qualità delle informazioni. È conosciuta anche la separata. Cf. *RELATÓRIO acerca de um Compêndio proposto pelo Lente de História Ecclesiástica para servir de texto às lições desta disciplina*. Coimbra: Impr. da Univ., 1897, p. 5-6. Anche pubblicato da RODRIGUES, M. A. – Subsídios para a História da Fac. de Teologia da Univ. de Coimbra: Livros estrangeiros adoptados na última fase da sua existência. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 8 (1986) 215-227.

⁶ *RELATÓRIO*, p. 7.

⁷ *Ibidem*, p.7-8.

⁸ *Ibidem*, p. 12-16.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 5-6.

¹⁰ *Ibidem*, p 11. Sopra la scuola vide: *STORIA della Teologia*. A cura di Rino Fisichella. Vol. 3. Roma: Ed. Dehoniane, 1996, p.147-158.

aveva pubblicato buoni manuali e lavori di alto livello. Si fa riferimento a Louis Duchesne (1843-1922)¹¹.

Fatto il periplo storiografico, rimane il compito di giustificare l'adozione dell'opera di F. Zeibert¹², ben noto professore di Brünn, dove, con la cooperazione di un nuovo docente, T. Hodr, pubblicò il testo prescelto¹³. Zeibert è criticato per la dimensione formale, per carenze nelle fonti e nelle scienze ausiliari¹⁴. Di questo limite non soffrono Jean Alzog¹⁵, Franz Xaver von Funk (1840-1907), Joseph Hergenröther (1824-1890), Franz Xaver Kraus (1840-1901), Kopollik, Claro Vascotti. Il professore dovrà quindi completare l'insegnamento con le proprie indicazioni e ricorrendo all'eccellente *Introduzione allo Studio della Storia*, di C. de Smedt.

Questo *Relatório*, per la minuzia delle conoscenze, rappresenta un vero quadro dello stato delle ricerche di storia ecclesiastica in Europa.

Infatti, sul finire del secolo XIX ed all'inizio del secolo XX cresce la capacità dei docenti di Coimbra di capire l'evoluzione degli studi teologici in Europa. Il nuovo quadro d'insegnamento, presentato da Hintze Ribeiro nel 1901, si propone di stabilire la relazione fra studi teologici e nuove problematiche. L'auspicata introduzione delle discipline di Antropologia e di Geologia intende aiutare la comprensione di alcuni capitoli della teologia fondamentale, della cosmologia e della teologia della creazione. L'aggiornamento viene fatto, accogliendo anche lavori di Moigno, Reusch, Hamard, F. Vigouroux¹⁶, Lavaud de Lestrade, Pioger, Alexis Arduin¹⁷, Faye, Wolff ed altri, tutti citati nella proposta di Hintze Ribeiro.

La valorizzazione degli studi biblici viene considerata una priorità all'inizio del XX secolo, quando l'esegesi e la critica dei testi vuole dare risposta ai lavori "razionalisti" di David Friedrich Strauss¹⁸, Baur, E. Renan, Reuss, Graf, Kuenen

¹¹ *Ibidem*, p. 12-16.

¹² *COMPENDIUM Historiae ecclesiasticae*. Brunae: Typ. OSB Raihorad, 1884. La seconda edizione è del 1889. La Commissione è nominata l' 11-6-1896 e nella sessione del 13-7-1896 presenta il rapporto (*relatório*).

¹³ Cf. VASCONCELOS, A. G. R. de; MARTINS, F.; REMÉDIOS, J. M. dos – *Relatório acerca de um Compêndio proposto pelo lente de História Eclesiástica para servir de texto às lições desta disciplina*. Coimbra: Impr. da Univ., 1897, p. 5-6.

¹⁴ VASCONCELOS – *Relatório*, p. 20-31.

¹⁵ Di Jean Alzog fu pubblicata in portoghese: *Historia Universal da Igreja*. Porto: Livr. E. Chardron, 4 vol.; Trad. di José António de Freitas. Lisboa: Escriptorio da Biblioteca Catholica, 1877, 4 vol.

¹⁶ F. Vigouroux è noto per le traduzioni di articoli: A antigeneze de Haeckel: Haeckel e o monismo. *Sciencia Catholica*. 1 (1884) 202-206; 309-313. 2 (1885) 40-47. A cronologia dos tempos primitivos. *Sciencia Catholica*. 2 (1885) 335-337.

¹⁷ Esistono traduzioni delle sue opere: ARDUIN, Alexis – *A religião em face da sciencia. Lições sobre o accordo entre os dados da revelação bíblica e as theorias scientificas modernas*. Tradotte a partire dalla 3ª edizione da António de Maria d'Almeida Netto. Lisboa, 1884. 3 vol.

¹⁸ Sopra David Friedrich Strauss è pubblicato l'articolo: Analyse philosophico-critica do systema de Strauss applicado à vida de Jesus. *Revista e Sciencias Ecclesiasticas*. 5 (1875) 1-14.

e Welhausen e quando alcuni teologi cattolici fanno ricerca, come fra altri, accade con Broglie, Vigouroux e Di Hulst.¹⁹

Concentriamoci ora sulle principali discipline teologiche per seguire l'evoluzione dei rapporti e della dipendenza europea.

La confluenza dei trattati *De vera religione* con la proliferazione dei trattati *De locis* fa nascere la teologia polemica o Trattato di apologetica. È la congiunzione di due intenzioni: quella di chiarire la razionalità dell'atto di fede davanti agli scettici, deisti, agnostici ed atei e quella di far conoscere le fonti del pensiero teologico e la relativa metodologia²⁰. L'ecclesiologia è compresa in questa disciplina. Si mostra come la Chiesa Cattolica sia la vera Chiesa fondata da Cristo, dotata di una struttura gerarchica e di un magistero, come garanzia infallibile e continua di trasmissione storica del messaggio rivelato²¹. Soltanto nel XX secolo si impone la denominazione Teologia Fondamentale, con una configurazione più positiva ed un corrispondente rinnovamento degli studi. Nella Facoltà di Teologia di Coimbra questa è l'instaurazione della cattedra dal 1889. Il passaggio da una mentalità apologetica ad una prospettiva di Teologia Fondamentale è più difficile da operare che non la semplice alterazione di nomenclatura.

L'insegnamento di questa materia coincide con un significativo rinnovamento del suo studio. Doveva rispondere a tre grandi obiettivi: offrire una prova razionale della religione (contro l'ateismo), della rivelazione (contro la religione naturale) e della Chiesa Cattolica (contro il protestantesimo). Uno dei migliori risultati di questo nuovo spirito si deve a Martin Gerbert (1720-1793)²².

È precisamente il compendio del benedettino Gerbert quello usato e pubblicato a Coimbra²³. Gerbert è abate dal 1764, con prestigio motivato dagli studi storico-liturgici da lui prodotti. Mette in evidenza il problema della divisione fra la ragione autonoma e la dottrina autoritaria della Chiesa sulla rivelazione. In accordo con la corrente agostiniana sottolinea la saggezza della rivelazione. La sua *Demonstratio verae religionis* (1760) è un'opera prominente nella storia dei Loci teologici. Gli *Estatutos* del 1772 sono conformi a ciò che

¹⁹ Cf. VASCONCELOS – *Relatório*, p. 72.

²⁰ Cf. LLANES, J. L.; SARAYANA, J. I. – *Historia de la Teologia*. Madrid: B.A.C., 1995, p. 234-235.

²¹ Cf. *Ibidem*, p. 235.

²² Cf. VILANOVA, E. – *Historia de la Teología Cristiana*. Vol. 3. Barcelona: Herder, 1992, p. 276. Gerbert è il rinnovatore degli studi teologici. Fece di S. Blasien un centro culturale importante, con iniziative significative, come quella della Germania Sacra. Intervenne sulle questioni del josefismo e episcopalismo. Scrisse i *Principia Theologia* in 8 volumi, pubblicati a Augsburg, Friburg, S. Blasien, 1757-1759. *De legitima Ecclesiastica potestate*, S. Blasien, 1761.

²³ Cf. ACTAS, vol. 1, p. 161. Nella Congregazione dell'8 aprile del 1791 nuova edizione della Tipografia dell'Università fu tassata 400.000 réis, per ognuno degli otto volumi.

Gerbert de Hornau scrisse nei *Principia Theologiae*. Juenin viene adottato soltanto per supplire ad alcune mancanze di Gerbert, “poiché nelle discipline in cui sia sufficiente dev’essere quest’ultimo quello preferito ed abbracciato”²⁴.

Fino all’ultimo quarto del XIX secolo, i professori di teologia fondamentale non produssero scritti né manuali. Nel 1838 il compendio di Gerbert fu sostituito dalle *Institutiones theologicae* (Lugduni, 1780)²⁵. Già in precedenza era stata suggerita l’opera di Pierre Collet (1693-1729), ma il Re non l’accettò, perché non prendeva in considerazione tutte le parti della teologia²⁶. Nel 1847 viene fatta una nuova sostituzione adottando il manuale di J. Prunty²⁷.

La Teologia fondamentale ebbe giorni migliori a partire dall’insegnamento di António Sebastião Valente (1846-1908), Augusto Eduardo Nunes (1849-1920) e Manuel de Azevedo Araújo e Gama (1853-1921). Con Augusto Eduardo Nunes si arriva, finalmente, ad un proprio manuale. Terminato il dottorato nel 1880, inizia l’insegnamento nel 1881 ed è subito titolare della cattedra di Luoghi Teologici²⁸. La sua nomina a vescovo coadiutore di Évora nel 1884, viene ad interrompere una carriera accademica brillante. Per fortuna, poté ancora offrire alla scienza teologica in Portogallo il manuale *Institutiones Theologiae Fundamentaliss*, la cui prima edizione è del 1886, a causa delle vicende relative alla negazione del beneplacito da parte del Governo al I° Concilio del Vaticano.

L’opera si divide in tre parti: Teoria razionale della religione e della rivelazione (filosofica), dimostrazione della religione cristiana (che include l’autorità dei libri, l’origine divina del cristianesimo, religione giudaica e religioni non cristiane) e dimostrazione della religione cattolica. In quest’ultima parte si parla della natura e delle note della Chiesa, della sua costituzione, del primato, del magistero autentico, delle fonti del magistero e del giusto uso della ragione nello studio della rivelazione e della teologia. Segue il programma anteriormente fissato. Tre appendici completano questa prima edizione: sinossi dei concili ecumenici, elenco dei principali padri e scrittori ecclesiastici e “summulae” di autorità storica dei libri dell’ Antico Testamento.

²⁴ VEIGA, Manuel Eduardo da Mota – *Esboço histórico-literário da Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Impr. Universidade, 1872, p. 223.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 276.

²⁶ Cf. ACTAS, vol. 1, p. 85.

²⁷ PRUNY, J. – *Systema Theologiae Dogmaticae Christiano-Catholicae*. Vindobonae, 1842. Cf. VEIGA – *Esboço*, p. 279. Esiste edizione di Coimbra, 1848.

²⁸ Ha scritto un articolo intitolato: O Milagre. *Instituições Christãs*. 2: 1 (1884) 45-47; 273-276; 2: 2 (1884) 264-267, dove critica le posizioni materialistiche (Ver FIGUEIRA – *A Faculdade*, p. 218-219). L’opera notevole di questo teologo ha il merito di essere studiata per esempio da: MARQUES, A. R. – *Notas biographicas de D. Augusto Eduardo Nunes*. *Alvoradas*. 20: 10 (1958-1959) e *passim* até 1961-1962; ABREU, J. Paulo – *A doutrina social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes*. *Lusitania Sacra*. 3 (1991) 265-290.

La seconda edizione, del 1893, integra la terza appendice nel corpo dell'opera. Sviluppa il capitolo secondo sui libri del Nuovo Testamento. Aggiunge un paragrafo sulla trascendenza storica del cristianesimo al capitolo terzo, quello relativo alla origine divina del cristianesimo. Nella terza parte, inserisce nel capitolo sulla Chiesa un nuovo paragrafo sul tema della visibilità e dei membri della Chiesa. Sui connotati caratteristici della Chiesa sviluppa il tema delle chiese cattoliche su due punti: chiesa ortodossa e chiese protestanti. In virtù della riformulazione del capitolo sulla chiesa (Cap.II) aggiunge alla questione delle proprietà della Chiesa un paragrafo dedicato alla sua visibilità.

La terza edizione, del 1897, non cambia nulla in rapporto alla seconda²⁹.

Un altro grande teologo, Manuel de Azevedo Araújo e Gama (1853-1921), presenta nel 1902 un programma molto diverso da quello del 1861. La prospettiva si avvicina più alla Teologia Fondamentale. La parte pistica incide, adesso, sul valore storico del Nuovo Testamento, l'indole originale della religione cristiana e l'origine divina del cristianesimo, in chiave di storia comparata. La parte ecclesiastica è dedicata totalmente all'ecclesiologia (natura e proprietà essenziali, note, gerarchia) e soltanto alla fine tratta delle fonti del magistero ecclesiastico³⁰. Araújo e Gama rimarrà come professore fino al 1910, momento in cui verrà trasferito alla Facoltà di Lettere, senza, tuttavia, arrivare mai a esercitarvi l'insegnamento. Fa rilevanti interventi ed è autore di una vasta opera, dispersa fra varie riviste dell'epoca³¹.

²⁹ In lettera scritta da Lisboa, il 9 agosto del 1898, e che si conserva nella copia della Biblioteca do Seminário Maior do Porto, appartenente al Cardinale D. Américo, Augusto Eduardo Nunes, offre la 3ª edizione, dice del piacere di vedere la sua opera usata, anche nel Seminário Maggiore di Porto, perché riuscita negli altri. Con "imodéstia" dichiara che "esta obra juntamente com os três volumes de Theologia Especial do Dr. Madureira, podem com vantagem substituir o Liebermann, Schoupe, Knoll, etc.". La numerazione delle pagine è cambiata, per l'uso di caratteri più piccoli. L'insieme della paginazione passa da 475 a 451.

³⁰ Cf. *FACULDADE de Teologia: Programmas*, p. 15-18.

³¹ Come studente del 4º anno già Araújo e Gama scriveva nella *Revista de Theologia (RT)* sobre O progresso moral em relação com a felicidade temporal do indivíduo e da sociedade. *RT*. 1 (1877-1878) 337-346; 385-394; 452-471 e sobre O Centro da unidade na Igreja Christã. *RT*. 1 (1877-1878) 500-524; 536-549. Anche nella rivista *Civilização Catholica* confuta l'indifferentismo religioso. 2 (1880) 181-185; 233-239; 271-275; 306-313; 328-333. una prospettiva sopra la critica al materialismo fu lanciata in FIGUEIRA, *A Faculdade*, p. 216-218. La sua tesi del 1880 fu dedicata al tema della necessità della religione per l'etica (*Religio ad ethicam constituendam necessaria*. Conimbricæ: Typ. Acad., 1880. 199 p.). Nel 1881 pubblica un "estudo sobre o casamento civil". Prima dell'incidente com il Vescovo di Coimbra (Cf., GAMA, Manuel de Azevedo Araújo e – *Explicações ao público a propósito do incidente ocorrido entre o Exmo. e Revº. Senhor Bispo-Conde e a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1866) collabora nella rivista *Instituições Christãs*, dove pubblica tre articoli: Breves considerações sobre o determinismo. *Instituições Christãs*. 2: 1 (1884) 47-51; 215-219; 313-318; 3: 1 (1885) 120-124); A Sciencia Christã durante a Edade Media. *Instituições Christãs*. 3: 2 (1885) 205-208; 4: 1 (1886) 54-59 e Causas finaes e a Sciencia. *Instituições Christãs*. 2: 2 (1884) 207-212; 229-234.

Da questa rapida rassegna si conclude che, a partire dalla decade del 1880 la Facoltà conquista un livello europeo e sviluppa un pensiero proprio che si libera dalla prigione istituzionale³².

António de Vasconcelos (reggente della Cattedra dal 1887 al 1898) ottiene il parere favorevole di una commissione per adottare per la Teologia Dogmatica (3^a e 6^a disciplina) il manuale di A. Tanquerey, *Synopsis theologiae dogmaticae specialis ad mentem S. Thomae Aquinatis hodiernis moribus accomodata*³³. Questo manuale del professore del Seminario di Baltimora riunisce le condizioni per servire una scuola di teologia. Frutto di venti anni di ricerche, presenta con precisione, chiarezza e metodo la dottrina dei maestri antichi, come S. Tommaso, e trasmette il risultato dei moderni maestri scolastici soprattutto di quelli del Collegio Romano, ad esempio: Johann Baptist Franzelin (1816-1886), Domenico Palmieri (1828-1909), Camillo Mazella (1833-1900). Si rivela giudizioso nelle materie più controverse, buon conoscitore dei lavori scientifici sulla questione dell'origine della vita. La bibliografia è ricca ed aggiornata, con citazioni da riviste recenti e riferimenti diretti ad autori protestanti e razionalisti. La Commissione loda soprattutto i trattati: *De Fide, De Deo Uno, De Deo creante et elevante* e la Teologia dei sacramenti³⁴.

Il compendio usato per la Teologia simbolica, all'inizio della riforma "pombalina", fu quello di Martin Gerbert, *Principia theologiae*³⁵. Dal 1839 fu usato in Teologia dogmatica il manuale *Institutiones theologiae Lugdunensis*. Non si adeguava all'organizzazione degli studi ed era un strumento con vizi giansenisti. Nella Congregazione del 18 Luglio 1845 fu accordata la sua sostituzione. Nell'anno successivo ogni professore avrebbe usato un compendio di propria scelta. Il 21 Gennaio del 1846 Lemos propose, per la Teologia simbolica e liturgica, Engelbert Kluepfel (1750-1811)³⁶, eremita di Sant'Agostino, professore a Friburgo. Non ne era del tutto convinto, ma lo accettava in attesa di trovarne uno migliore. Subito dopo, il 22 ottobre del 1847,

³² José Maria Rodrigues (1857-1942). Dottore nel 1888, entra subito come professore sostituto, passando per Teologia Litúrgica, Pastorale, Dogmática e Morale. È Secretário della Facoltà dal 1889 al 1896. Nei suoi scritti, rivela profondità di pensiero, spirito scientifico e intelligenza critica degli autori materialisti, suoi contemporanei. Fra le sue opere ricordiamo: A doutrina da criação da matéria e as objecções dos seus adversários. *Sciencia Catholica* (SC). 1 (1884) 82-85; 126-129; 163-167; 198-202; 229-233 e Pensamento e movimento: estudo historico-critico sobre o materialismo contemporaneo. SC. 3 (1888) 240-244; 266-281; 299-310; Cf. Per l'analisi del pensiero anti-materialista dell'autore: FIGUEIRA – A Faculdade, p. 219-233.

³³ Cf. Parere del 3 luglio 1897 negli *ACTAS da Faculdade de Teologia 1880-1901*, fol. 154-157, trascritti da RODRIGUES – *Subsídios para a história*, p. 234-238.

³⁴ *Ibidem*, p. 237.

³⁵ GERBERT – *Principia Theologiae*. 5 vol. Lisboa, 1772 e 2 vol. Coimbra: Ex. Tipp. Acad. Regia, 1790. esiste una edizione del 1753-1758 nella Biblioteca do Seminário Maior do Porto – ASMP.

³⁶ Engelbert Kluepfel (1750-1811), degli Eremiti di Santo Agostino e professore di Dogmatica in Friburgo, ha scritto: *Institutiones Theologiae Dogmaticae*. Vindobonae: J. P. Knauss, 1789. 2 vols.

fu sostituito dal manuale di Pruny, che presentava diversi vantaggi: più abbondante, metodico e completo. Poteva servire da testo per le lezioni di dogmatica generale, di Teologia simbolica, mistica e liturgica³⁷. Era, così, più adatto all'insegnamento universitario.

La teologia mistica, dopo successivi cambiamenti, avrebbe finito per avere un professore stabile: Bernardo Augusto Madureira (1842-1926). Nel 1875 inizia l'insegnamento della teologia mistica e lo mantiene fino alla chiusura della Facoltà nel 1911³⁸. Nel programma presentato nel 1902, per la seconda parte di Teologia dogmatica, divide la materia in due sezioni: Dio redentore e Dio santificatore, seguendo lo schema del suo compendio³⁹. Infatti, la sua opera scritta è la *Theologia dogmaticae specialis*, del 1885. La prima parte tratta di Dio in sé e di Dio creatore, nel primo volume. Questi due trattati li chiama Teologia. Ognuno di essi è diviso in tre capitoli: Dio, attributi divini e Trinità, per il tema di Dio in sé; Pneumatologia, Cosmologia e Antropologia, come sviluppo della parte su Dio creatore⁴⁰. Il secondo volume si chiama Cristologia, in rapporto ai due temi: Dio Redentore e Dio santificatore. I due capitoli sul Redentore sono: Promessa del Redentore – natura dell'Incarnazione e Mistero della Redenzione. Il Trattato su Dio santificatore studia il rapporto fra legge e grazia⁴¹. Le fonti bibliografiche di Madureira sono abbondanti.

Gli autori più citati sono: A. Knoll, B. Libermann (1759-1844), Pruny, G. Perrone (1794-1876), Schwetz, Bauer, Wegscheider, Storch, Tournely, J. A. Jungmann, F. Kenriuch, G. Molloy, Rossely de Sorgues, Glaire, Wiest, J.A. Moehler, Guéranger, C. Passaglia, E. Le Roy, Meignan, J. Breidenkamp, Le Hir, Drach, Henestenberg, J. Salvador, Dupin, Hase, C-E. Freppel⁴², F. Stentrup, Reinhard, Jansenius (*De gratia Christi*), P.M. Gazzaniga (1722-1799), Camillo Mazzela (1833-1900).

Il terzo volume tratta dei Sacramenti. Dopo le generalità, studia ognuno dei sacramenti, con maggior sviluppo per la Eucaristia. Finisce il terzo volume con quattro brevi paragrafi, dedicati ai Novissimi dell'uomo.

Cita nella bibliografia: Jaime Balmes (1810-1848), Bossuet, F. Fenélon, Arduin, M. de Broglie, W. Heinrich, Wiess, Storch, Cudworth, Goschler, Bauer,

³⁷ VEIGA – *Esboço*, p. 279.

³⁸ Vide articolo suo: *Imortalidade e remorso. Instituições Christãs*. 1: 1 (1883) 124-130. Nell'ambito della filosofia si segnala: *Compendio de Filosofia Elementar*. Coimbra: Impr. Univ., 1896. 305 p.

³⁹ Cf. *FACULDADE de Teologia: Programmas*, p. 22-24.

⁴⁰ Questo ordine sarebbe cambiato nella 2ª e 3ª edizioni: prima si situava la Cosmologia e dopo la Pneumatologia.

⁴¹ Nella seconda edizione ha nuovo capitolo sopra i sacramenti che passa a volume indipendente.

⁴² Di Charles-Emile Freppel (1827-1891), vescovo di Angers, si pubblicano diversi discorsi nella rivista *Civilização Catholica* 2 (1880) e 3 (1881). In portoghese si pubblicò l'opera: *Exame critico da vida de Jesus de E. Renan*. Trad. Pedro Guerra. Lisboa: Typ. Universal, 1864. 89 p.

Draper, Scavini, Guthlin, Tommaso Maria Zigliara (1833-1893), Gaetano Sanseverino. Per il volume sui sacramenti e sui novissimi sono riferite le opere di Bouvier, Lehmkuhl⁴³ (Teologia Morale), H. Hurter, Gasparri, Gousset (Teologia Moral), Klotz, Hettinger, Berseaux, Laforet, F.R. de Laménais.

Il carattere sintetico di questo lavoro e la mancanza di studi monografici non ci permettono di approfondire la portata di uno dei lavori più interessanti di tutta la produzione teologica portoghese della Facoltà di Teologia. Come si evince, è un manuale che affronta la questione di Dio, della cristologia, dei sacramenti e dell'escatologia.

La teologia Morale, nel secolo XIX, ha come elemento significativo la diffusione della morale di Sant'Alfonso Maria di Liguori. I Manuali, scritti in latino, obbediscono ad una logica esposizione del Decalogo. Nella seconda metà del secolo XVIII, si avverte, in Germania, un certo cambiamento nel campo della teologia morale. L'insegnamento richiedeva che si usasse come base la Scrittura, le scienze umane e la filosofia (soprattutto Kant). Sarà nella prima metà del secolo XIX che si svilupperà una teologia morale intorno ai grandi principi, con l'impulso determinante della Scuola di Tubinga.

Il primo professore cattedratico di Teologia Morale (1773-1779) fu José da Trindade⁴⁴. A lui succede Fra António de São José, dal 1779 a 1793, il quale, nel 1876, fu incaricato di elaborare un compendio di teologia morale. Il testo seguito fino a quel momento era quello di Martin Gerbert. La nuova opera del professore di Coimbra fu analizzata nella Congregazione il 15 Maggio del 1790: è rimasto l'obbligo di una revisione⁴⁵. Una volta rivisto il lavoro, non se hanno notizie della relativa pubblicazione.

La teologia morale, con successivi docenti, di passaggio per altre cattedre, riesce ad avere stabilità (1846-1860) con José Ernesto Carvalho e Rego⁴⁶. Nella Congregazione del 21 Gennaio 1846, è approvato all'unanimità il proposto manuale di Luby. A. Luby (1749-1802) è considerato esponente del cosiddetto "metodo matematico" nella Teologia morale. Il testo risente del movimento giansenista di impronta olandese, movimento con matrice gallicana, e del giusnaturalismo illuminato. Difensore della filosofia di Wolff, perse influenza quando questa fu sostituita da quella di Kant. Sono caratteristiche di questo autore il distacco dal metodo scolastico, il ritorno alle fonti, l'interessamento per

⁴³ Esiste una recensione al *Compendium Theologiae Moralis*. Friburgi Brisg: Herder, 1886 nella rivista *Sciencia Catholica*. 2 (1885) 287-288, fatta da José Maria Rodrigues. L'opera ha avuto molte edizioni.

⁴⁴ Nel campo teologico, José da Trindade pubblicò soltanto una *oração panegirica*. 1736.

⁴⁴ Cf. ACTAS, vol. 1, p. 146-150.

⁴⁵ Si conoscono le opere di Carvalho e Rego (1799-1876): *Oração fúnebre D. Maria II*. Coimbra, 1854; *O Coninbricense*. 2958 (30 de Novembro de 1875). Fu Direttore della Facoltà in 1857 e Vice-Rettore in diversi mandati: 1854-1859; 1862-1863; 1864-1869.

⁴⁶ Cf. ACTAS, vol. 1, p. 146-150.

coinvolgere la filosofia moderna al servizio della teologia. La morale oltrepassava i limiti di “scienza dei confessori”⁴⁷. La Facoltà si preoccupa di trovare un compendio migliore⁴⁸. Infatti, Luby rappresentava qualche vantaggio, ma aveva parecchie carenze. Si capisce come nella Congregazione del 1° Agosto 1857 apparisse la proposta di sostituire il compendio di Luby con il manuale di Maurus von Schenkl (1767-1816), in quanto più consono con lo sviluppo di altre scienze e in accordo con la nuova disciplina di Teologia Pastorale. Il dotto parere del 15 dicembre di 1857 considera che, anche se non perfetto, il lavoro di Schenkl era da preferirsi a quello di Luby e per questo doveva essere adottato⁴⁹.

Oltre alla scelta dei manuali si devono qui riferire diversi contributi dei professori. Il notevole intervento dell’ascetico Joaquim Alves da Hora (1853-1917) si situa nella lotta al positivismo. Per la dissertazione inaugurale aveva scelto il tema *Critica hodierni positivismi analysis* (Coimbra: Impr. Univ., 1879). Le tesi di Alves da Hora condannano, nell’ordine teologico, i principi assunti dal gruppo di Teófilo Braga⁵⁰. Evita, nell’ambiente dei teologi dell’università, sia il modernismo sia il tradizionalismo⁵¹. Alves da Hora comincia col descrivere le origini del positivismo. Sferra quindi le sue accuse su sette punti: lo spirito positivo del secolo, la scienza sperimentale, il sensualismo del secolo XVIII, il dogmatismo (Dugald, Stewart, Thomas Reid), lo scetticismo di Kant, l’idealismo germanico e la riforma luterana. Il metodo positivista stabilisce una gerarchia delle scienze. Alves da Hora lo considera incompleto ed erroneo, perché disprezza la metafisica ed il valore cherigmatico della fede. La conclusione è chiara: il positivismo non è cammino di scienza in quanto carente di logica.

Luis Maria Silva Ramos considerò l’opera di Alves da Hora come il primo contributo sistematico al rifiuto del positivismo⁵². Teologo liberale nella formulazione del pensiero ideologico e nei modi specifici, Alves da Hora fu realista in filosofia ed eticista in teologia. Valorizzava la legge rivelata al di sopra di tutto e, di conseguenza, concedeva somma importanza alla legge positiva, uscita dalla vita comunitaria.

Per la sua candidatura a professore, Alves da Hora scrisse una dissertazione sul protestantesimo⁵³. Si capivano le imprecisioni ontologiche e le lacune di

⁴⁷ Per più informazioni: Cf. VILLANOVA – *Historia*, p. 281-284.

⁴⁸ VEIGA – *Esboço*, p. 278.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, p. 280-281. Nel 1859 fu realizzata una edizione a Coimbra, (SCHENKL, M. de – *Ethica Christiana*. Conimbricæ, 1859).

⁵⁰ Nel 1878 usciva, a Porto, il primo volume della rivista *O Positivismo*, diretta da Teófilo Braga, il quale, nel 1879, avrebbe pubblicato *Soluções positivas da política portuguesa*.

⁵¹ Cf. GOMES, J. Pinharanda – Joaquim Alves da Hora ou a crítica teológica do positivismo. *Bol. Bib. Púb. Mun. Matosinhos*. 24 (1980) 85-99; SANTOS, Alves dos – Alves da Hora. *Rev. Univ. Coimbra*. 6 (1917) 260-262.

⁵² Cf. *Civilização Catholica*. 1 (1878) 256-257.

⁵³ *O Protestantismo considerado em seus fundamentos*. Porto: Impr. Com., 1879.

etica del realismo letterario⁵⁴. Questa ondata, venuta dalla Francia, pregiudicava ed influenzava la filosofia e la teologia, ma nessun docente scrisse un'opera degna di nota sulla materia.

Per finire, un riferimento ad una disciplina teologica mancante: la Teologia pastorale. Diverse relazioni avevano chiesto l'apertura di questa disciplina, che venne a concretizzarsi soltanto nel 1861, per decreto del 27 Febbraio. Il compendio adottato nella Congregazione dell'11 Aprile di quell'anno fu quello di Maurus von Schenk⁵⁵.

António José de França Bettencourt fu titolare della cattedra dal 1874 al 1882. Scrisse diversi articoli per la *Revista de Teologia*⁵⁶. Gli seguì, dal 1882 al 1887, Manuel Azevedo Araújo e Gama⁵⁷, autore di una estesissima opera, e fra il 1887 ed il 1890 Francisco Martins. Nel 1899-1900 la cattedra viene collocata nel quarto anno col nome di *Teologia Pastoral e Eloquência sagrada. Isagoge Bíblica*. Nel 1903 cambia ancora denominazione, non comprendendo più la teologia pastorale.

CONCLUSIONE

Le agitazioni politiche della prima metà dell'Ottocento hanno disturbato l'applicazione del pensiero illustrato. Non hanno permesso la stabilità dell'insegnamento, promotrice dell'attrattiva degli allievi e della ricerca dei docenti. Non hanno favorito la dedizione serena dei professori, convocandoli ad altri compiti che spostavano i loro centri d'interesse. Hanno dato luogo a successivi cambiamenti dei piani di studio e degli stessi professori con conseguente ostacolo ad un ambiente di fiducia. Persone con valore scientifico sono state allontanate per motivi ideologici e politici.

I teologi conimbricenses della seconda metà del secolo, dimostrarono di seguire il dibattito teologico europeo, ma, puniti dal sospetto episcopale, non ebbero il supporto di un numero sufficiente di allievi che li stimolassero e, imprigionati in un atteggiamento di confronto, non hanno potuto spiccare larghi voli.

⁵⁴ Collaborò nella rivista *Instituições Christãs* con l'articolo: O Realismo na Literatura. *Instituições christãs*. 9-10 (1883) 243-246; 267-270.

⁵⁵ SCHENKL, M. de – *Theologiae Pastoralis Systema*. Ingolstadii, 1825.

⁵⁶ Catholicismo. *Revista de Teologia*. 1 (1877-1878) 172-182; 220-225; 306-322; 434-451; O Atheismo dos nossos dias. *RT*. 1 (1877-1878) 26-31; 49-64. O Christianismo e a crítica. *RT*. 1 (1877-1878) 118-132. La Dissertazione inaugurale ha avuto come argomento L'unità della specie umana, secondo Act. 17, 22-31 (*Theses ex universa Theologia*. Conimbricae: Typ. Acad., 1862. 18 p.

⁵⁷ Per breve tempo, Luís Maria da Silva Ramos (1880-1881; 1886-1887) occupò la cattedra senza dedicarsi molto a questa materia. Anche António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1887-1888 e 1898-1902). Finisce così la cattedra e passa a chiamarsi Estudos Bíblicos. *Isagoge Geral e Arqueologia* (1902-1903).

Alcuni sforzi seri costituirono onorevole eccezione, rivelando che le notevoli impronte della riforma “pombalina” non avevano cancellato i limiti degli atteggiamenti regalisti, causa della lenta rovina dei progetti validi. La dipendenza dall’Europa nei manuali e la scelta dei testi, tante volte tendenziosi, resta evidente.

Nell’ultimo quarto dell’Ottocento si evidenziano decisive capacità di aggiornamento, in concomitanza con un tono polemico, di tendenza più difensiva ed apologetica che di indagine approfondita e di apertura dialogante con nuove correnti culturali.

La facoltà di teologia ha vissuto una crisi quasi permanente. La galleria di vescovi che essa formò è un elemento che potrà condurre ad una più esauriente valutazione della sua competenza. Tuttavia, soltanto studi più particolareggiati sull’interferenza fra la dottrina insegnata ed il magistero, per esempio attraverso l’esame delle lettere pastorali dei vescovi portoghesi formati in quella scuola, potranno condurre a conclusioni più valide sull’influenza di una tanto tribolata istituzione accademica sul panorama portoghese.

La chiusura della scuola, anche se inevitabile, ha portato ad un ritardo nello sviluppo della teologia in Portogallo, che di fatto soltanto a partire dagli anni ottanta del ventesimo secolo acquisisce nuovo vigore, e cioè dopo la consolidazione della Facoltà di Teologia dell’Università Cattolica Portoghese, fondata nel 1968.



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEIA: A VISÃO DO EPISCOPADO PORTUGUÊS

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

O processo de construção europeia suscitou a criação de diversos organismos com o fim de coordenar a acção das Igrejas de modo a garantirem uma representação junto das instituições europeias. É significativa a criação do Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE) em 1971. Mas no quadro da Europa Comunitária tornou-se necessária uma nova instância que congregasse os bispos dos países membros da CEE. É assim que nasce em 3 de Março de 1980, sob o impulso de João Paulo II, a Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE), sediada em Bruxelas. Para além dos seus fins específicos – sensibilizar e informar os bispos e, com eles, as comunidades eclesiais, manifestar a colegialidade entre os episcopados, estimular as reflexões sobre os desafios que a construção europeia coloca ao nível pastoral, e estabelecer contactos regulares com os políticos, os parlamentares e as instituições comunitárias – a COMECE é ainda um órgão mediador junto de outras comissões ecuménicas e alarga o seu horizonte a outros países da Europa Central e Oriental. A esse diálogo e a essa actividade o episcopado português tem dado o seu intenso contributo, quer no âmbito da CCEE, quer da COMECE.

THE PROCESS OF CONSTRUCTING EUROPE: THE VISION OF THE PORTUGUESE EPISCOPACY

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

The process of constructing Europe led to the creation of various entities that aimed to coordinate the action of the Churches so as to guarantee that they would be represented in European institutions. The creation of the European Council of Episcopal Conferences (CCEE) in 1971 was a significant step. Ye within the framework of the European Community, there was a need to create a new body that would unite the bishops of the member states of the EEC. Consequently, on the initiative of John Paul II, the Commission of the Bishops' Conferences of the European Community (COMECE), based in Brussels, was created on 3 March 1980. Besides its specific goals – to raise awareness and knowledge among bishops (and by extension the ecclesiastical communities), to demonstrate the collegiality between the bishoprics, to encourage reflection on the challenges that constructing Europe brought to pastoral work, and to establish regular contact with community politicians, members of parliament and institutions – COMECE also mediates between other ecumenical commissions and expands its activities to other countries in Central and Eastern Europe. The Portuguese bishops have made an intense contribution to this dialogue and activity, within both the CECE and the COMECE.

LE PROCESSUS DE LA CONSTRUCTION EUROPÉENNE: LA VISION DE L'ÉPISCOPAT PORTUGAIS

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO *

COLLÉGIALITÉ ÉPISCOPALE ET RÉÉVANGÉLISATION DE L'EUROPE

La construction européenne a suscité la création de divers organismes responsables destinés à coordonner l'action des Églises à l'échelle de l'Europe et qui témoignent de l'effort déployé par les Églises (chrétiennes et non-chrétiennes) pour s'assurer une représentation auprès des institutions européennes et favoriser une conscience ecclésiale.

Or, si ces instances collaborent régulièrement entre elles, comme c'est le cas de la Conférence des Églises Européennes, fondée en 1959, et du Conseil des Conférences Épiscopales de l'Europe (CCEE), créé officiellement en 1971, il faut dire aussi qu'on enregistre parfois des réactions négatives. Ainsi, les rencontres entre ces organismes (à Trente, Erfurt, Saint-Jacques-de-Compostelle) se sont soldées, d'un côté, par un dialogue vaste et positif, mais de l'autre, ont fait ressortir les différences d'ecclésiologie entre les Églises¹.

En ce qui concerne l'objet de ma communication, je retiendrai un fait particulièrement significatif: la création du Conseil des Conférences Épiscopales de l'Europe (CCEE), lequel s'est réuni pour la première fois sous le pontificat de Paul VI, le 25 mars 1978². Dans la période post-Vatican-II s'accomplissait ainsi le souhait formulé par ce pape, exprimé aussi dans quelques textes conciliaires (édités en 1966), appelant les évêques européens à oeuvrer ensemble afin de promouvoir et d'assurer le bien commun. Cette collégialité est présentée comme un instrument essentiel à l'exécution du projet pontifical de "réévangélisation de l'Europe". Face au processus de restructuration de la Communauté Européenne,

* Universidade de Coimbra.

¹ LENDERS, Marc – La Commission Œcuménique européenne. In *Religions et Transformations de l'Europe*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1993, p. 293-307. On pourra se reporter à notre étude *A Visão da Igreja Católica e a construção da Europa na Época Contemporânea*. *Revista de História da Ideias*. 24 (2003) 563-592.

² Créé en 1971, après plusieurs années d'existence comme simple secrétariat. Ses statuts furent approuvés canoniquement le 10 janvier 1977.

la hiérarchie de l'Église Catholique a ressenti de nouveaux besoins pastoraux³. De fait, Paul VI, dans l'allocation au Symposium des Évêques d'Europe, réunis à Rome, en 1975, affirmait que les nations européennes avaient quelque chose en commun, quelque chose qui donnait une âme à l'Europe – la foi⁴. Et c'est dans cette même ligne de pensée qu'il faut comprendre le discours prononcé par Jean-Paul II au Symposium des Evêques, le 5 octobre 1982, dans lequel il soulignait avec force l'idée que "la catholicité est le fondement de l'Europe"⁵. Cette réflexion incessante sur la mission centrale de l'Église, la réévangélisation, est le thème-clef des travaux du Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe. C'est sur cet horizon qu'il se définit comme *centre de réflexion institutionnalisé* de l'épiscopat catholique européen, promouvant le dialogue des conférences épiscopales européennes⁶, dans le sens de la collégialité, fondé sur les principes essentiels de solidarité et de subsidiarité⁷.

Dans une première phase – la phase de formation et d'auto-définition durant les années 70/80 – le Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe explicite, d'une part, les lignes institutionnelles et cherche, de l'autre, à adapter les questions post-conciliaires aux exigences spécifiques du continent européen. Cela signifie que, pour les évêchés d'Europe, il était indispensable de repenser la place de l'Église dans la nouvelle Europe, Europe qu'ils ne voulaient pas seulement économique, mais également "plus humaine, plus solidaire et plus respectueuse des valeurs chrétiennes"⁸. Or, le passage d'une perspective essentiellement intra-ecclésiale à une vision de plus en plus européenne est l'objet d'une prise de conscience très nette dans la *Déclaration sur l'Europe en 1980*. Ce document, qui a trait aux "Responsabilités des chrétiens face à l'Europe d'aujourd'hui et de demain", énonce les postulats d'une éthique sociale catholique capable d'infléchir l'avenir du continent européen en réduisant les tensions entre l'Est et l'Ouest. Au fond, la CCEE soulignait l'importance de la

³ CHELINI, Jean; CHELINI Blandine – *L'Église de Jean-Paul II face à l'Europe: Dix années d'action (1978-1988)*. Paris: Nouvelle Cité, 1989, p. 123-125 et SYMPOSIUM DES ÉVÊQUES EUROPÉENS, Rome, 1996 – *La Religion, fait privé et réalité publique: La place de l'Église dans les Sociétés pluralistes*. Paris: Les Editions du Cerf, 1997, p. 121-124.

⁴ Lire cette allocation, du 18 octobre 1975, *Documentation Catholique (DC)*. 1685 (1975) 902.

⁵ "Allocation au Symposium des évêques, 5 octobre 1982", *DC* 1842 (1982) 1153. On lira aussi *ibidem* 1961 (1988) 400.

⁶ Le conseil de la CCEE est constitué de membres et toutes les Conférences Épiscopales de l'Europe sont représentées par un délégué nommé pour 3 ans. Le secrétariat permanent a son siège à St. Gallen (Suisse).

⁷ Voir TIEDE, Ch. – *Bischöfe – Collegial für Europa: Der Rat der Europäischen bischofskonferenzen im Dienst einer sozial-ethisch Konkretisierten Evangelisierung*. Münster, 1991, surtout les appendices contenant les statuts de la CCEE et de la COMECE.

⁸ STEINDL, Helmut – Le Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe (CCEE). In *Religions et Transformations*, p. 285-291. Lire MONTCLOS-ALIX, Christine de – Le Saint-Siège et l'Europe. In *Le Saint-Siège dans les relations internationales*. Sous la direction de Joël-Benoît d'Onorio. Paris: Cerf; Cujas, 1989, p. 154-161.

collaboration collégiale, la nécessité du dialogue œcuménique, l'urgence avec laquelle l'Europe devait prendre conscience d'elle-même et de sa responsabilité à l'égard des autres peuples (surtout de ceux du Tiers-Monde). Après une première phase d'auto-définition, cet organisme catholique procéda, dans les années 80, à un travail de grande ampleur dont résultèrent diverses rencontres œcuméniques européennes (Chantilly-1978, Logumkloster (Danemark)-1981; Riva del Garda – 1984; Erfurt – 1988; Saint-Jacques-de-Compostelle – 1991).

D'une rétrospective des activités de la CCEE il ressort qu'elles se sont centrées sur deux plans essentiels: en premier lieu, le travail au profit de la paix et de la justice. A cet égard je rappellerai, à titre d'exemple, l'attention accordée par le Conseil des Conférences Épiscopales aux travaux de la Conférence sur la Sécurité et la Coopération en Europe (CSCE): la consultation sur les Droits de l'Homme – Justice et Paix, en septembre 1981. Sur un autre plan, la CCEE a fourni un labeur intense de nature surtout théologique sur la mission primordiale de l'Église – l'évangélisation. Cet impératif est mis en évidence dans les trois symposiums réalisés dans la décennie 80: en 1982, sur l'évangélisation du continent européen; en 1985, sur sécularisation et évangélisation et, en 1989, sur les défis de l'évangélisation, notamment dans les questions de bioéthique.

Il importe de noter que le Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe vise essentiellement à l'auto-définition de l'Église Catholique dans l'Europe en construction, sur la base d'un projet s'inscrivant dans un dialogue entre la foi chrétienne, la raison scientifique et l'évolution technologique et sociale. Ce qui suggère que, dans sa perspective, ce sont là les éléments fondamentaux de la culture européenne⁹.

LES RELATIONS ENTRE L'ÉGLISE CATHOLIQUE ET LES INSTITUTIONS EUROPÉENNES – LA COMECE

Dans le cadre de l'Europe communautaire, le Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe, de par sa composition et son statut, se révélait peu efficace dans la réflexion sur les questions communautaires, ce qui rendit nécessaire de créer un nouvel organisme rassemblant des évêques des pays-membres de la CEE. C'est ainsi que naquit le 3 mars 1980, sous l'impulsion de Jean-Paul II, la Commission des Évêques de la Communauté Européenne (COMECE), dont le siège est à Bruxelles. S'il est vrai que cet organisme n'a pas de statut officiel auprès de l'Union Européenne, il importe cependant de mettre l'accent sur la pertinence de cette institution médiatrice comme instrument adéquat

⁹ STEINDL – Le Conseil, p. 291.

permettant aux Conférences Épiscopales d'assumer une plus grande responsabilité pastorale face au processus de l'intégration européenne¹⁰. Concrètement, la COMECE favorise l'esprit de collégialité et permet une étroite coopération entre les évêchés des pays de l'Union Européenne et le Saint-Siège. C'est dans cet esprit que cette Commission, formée par des évêques élus pour trois ans comme représentants de chaque évêché des pays de l'Union Européenne, en réunion plénière annuelle, analyse, informe et discute les questions de l'Europe communautaire. Questions diverses auxquelles sont confrontées les Églises en Europe. Entre autres: bioéthique, éthique sociale, migrations, famille, pauvreté, chômage, communication sociale, condition féminine, enseignement, culture, armement, paix, élargissement de l'Union Européenne, union monétaire, Constitution européenne, etc¹¹...

C'est cette multiplicité de dossiers qui justifie la nécessaire coopération de la COMECE avec le Conseil des Conférences Épiscopales de l'Europe et qui, par ailleurs, rend inévitables les relations avec d'autres conférences épiscopales, avec d'autres organismes, ou personnalités. Tout semble annoncer une époque caractérisée par un échange constant et une collaboration plus étroite entre les diverses institutions. C'est ce qui ressort des déclarations du premier président de la COMECE, le Cardinal allemand Heugsbach, à l'agence France-Presse, où il explique la nécessité d'intégrer rapidement "tous les pays européens, de constitution démocratique, qui satisfassent aux exigences des traités de Rome". Un exemple pour illustrer une telle affirmation: l'intérêt montré par l'intégration de la Grèce, du Portugal et de l'Espagne dans les Communautés Européennes. Dans le même esprit, au cours de la réunion du 12 mars 1982, à Bruxelles, aux délégués habituels des évêchés de la Communauté se sont joints les évêques d'Espagne et du Portugal. Il convient de souligner que, en plus d'accompagner de près les débats parlementaires, la COMECE examine et discute les questions de politique européenne.

Relevons par ailleurs la grande importance accordée par cette Commission épiscopale à toute la problématique européenne dans les rencontres de travail, visites et débats, qui ont favorisé l'approfondissement de ses relations avec les institutions communautaires¹². Il est significatif que, le 12 avril 1984, elle ait

¹⁰ Sur les travaux de la Communauté Européenne et du Conseil de l'Europe la COMECE a commencé de publier une revue bimestrielle, la SIPECA (*Service d'Information pastorale européenne catholique*), n° 1.

¹¹ CHELINI – *L'Église*, p. 136-137.

¹² Rappelons, entre autres, la visite de la commission exécutive de la COMECE, présidée par le Cardinal Heugsbach à la Commission Européenne en février 1983, à Bruxelles; la rencontre avec M. Pisani, commissaire chargé des questions de développement; les 19-20 juin 1985, la rencontre avec Jacques Delors dans laquelle il informe les évêques de la situation et du futur de la communauté européenne; divers débats avec Pierre Pflimlin, Natali, Ripa di Meano eurent lieu en 1987 et il faut encore noter, en 1987, la rencontre avec le Secrétaire-Général du Conseil de l'Europe. Voir CHELINI – *L'Église*, p. 139-140.

publié un message à l'occasion des élections parlementaires dans lequel elle synthétisait les préoccupations de Jean-Paul II et des évêques à l'égard de l'Europe. On comprend alors la question du Président de la COMECE: "L'Europe pour quoi faire?"¹³. Cette interrogation exprime de la perplexité, voire du scepticisme, mais à une telle question l'espérance chrétienne n'est pas étrangère. Pour le Cardinal Heugsbach, au sein d'une crise éthique, il est possible de construire une communauté nouvelle, au service de l'homme et d'une Europe dépassant largement les frontières de l'Europe communautaire. Consolider cette Europe est une mission que tous doivent accomplir afin de donner à la communauté européenne, avec un nouvel élan, une âme et une foi.

Cette ouverture à un élargissement européen s'explique par la conviction que dans une Europe où seraient accueillies de nouvelles sensibilités culturelles et spirituelles se tisseraient des liens d'union entre les chrétiens, entre les églises, dans une profonde communion ecclésiale, dépassant les relations de nature strictement économique.

Comme je l'ai dit plus haut, la COMECE s'avérait nécessaire pour mieux faire face aux questions communes qui se posaient aux Évêchés de la Communauté Européenne. Certes, dès 1950, le Saint-Siège avait encouragé la création d'un Secrétariat catholique pour les problèmes européens, à Strasbourg; en 1962, sous le pontificat de Jean XXIII, le Saint-Siège était devenu membre du Conseil pour la Coopération Culturelle du Conseil de l'Europe; en 1969, il avait répondu favorablement à l'appel des États-membres de Pacte de Varsovie pour l'organisation d'une conférence pan-européenne sur la sécurité et la coopération en Europe, et dont les travaux commencèrent en 1973, à Helsinki. En outre, il y avait dès 1973 des observateurs permanents, représentants du Saint-Siège, auprès des Communautés Européennes et du Conseil de l'Europe. C'est encore le cas de la Nonciature Apostolique qui continue à assurer les relations officielles, au nom du Saint-Siège. Mais c'est avec la COMECE qui c'est créé un organisme représentant l'Épiscopat auprès de l'Union Européenne.

Même après les importantes transformations de 1989, la COMECE conserve ses fonctions auprès de l'Union Européenne, et intervient de façon plus active dans le processus d'intégration des anciens pays communistes. Observons également qu'un large éventail de thèmes débattus dans les instances européennes devient l'objet, vu leurs incidences pastorales, de la réflexion des évêques dans les réunions, débats et publications de la COMECE¹⁴.

¹³ Voir *SIPECA*. 20 (1984).

¹⁴ Parmi ces publications on renverra à la revue bimestrielle *L'Europe au fil des jours – SIPECA*. 1 (1980) et à *Europe-Infos*, publiée à partir de mars 1995, avec une périodicité mensuelle, incluant deux numéros spéciaux: un, sur la bioéthique, l'autre sur le thème du développement: Lomé un nouvel interlocuteur.

Par delà ces fins spécifiques (sensibiliser et informer les évêques et, avec eux, les communautés ecclésiales, manifester la collégialité entre les évêchés, stimuler la réflexion sur les défis que lance la construction européenne sur le plan pastoral, établir des contacts réguliers avec les politiques, les parlementaires et les institutions européennes), la COMECE est encore la médiatrice autorisée d'autres commissions oecuméniques et, il faut le répéter, élargit son horizon aux pays de l'Europe de l'Est, encourageant leur insertion dans l'union européenne¹⁵. Notons encore, par exemple, que cet organisme a participé au séminaire réalisé en collaboration avec le Patriarche de Constantinople, a porté sa réflexion, au cours de la réunion plénière des 19 et 20 novembre 1998, sur *L'approfondissement de la démocratie dans l'Union Européenne* et a été représenté à l'Assemblée spéciale du Synode des Evêques pour l'Europe, qui s'est tenue en septembre-octobre 1999¹⁶. En somme, la COMECE a développé et développe encore une activité intense, soucieuse qu'elle est d'intensifier le dialogue entre l'Eglise catholique, les évêques européens et les responsables politiques de l'Union Européenne, dialogue dont l'évêché portugais n'a pas été absent.

L'INTERVENTION DE L'ÉPISCOPAT PORTUGAIS

L'Espagne et le Portugal entrèrent dans la Communauté Européenne le 29 mars 1985 et, officiellement, le 1^{er} janvier 1986. Le 28 mars 1985 se tint à Essen la réunion de la commission exécutive de la COMECE, qui décida aussitôt d'adresser une lettre aux conférences épiscopales des pays ibériques. S'il est vrai que l'élargissement lançait un défi à l'Europe et, en particulier, aux jeunes pays-membres, il devenait aussi évident aux yeux des responsables de la COMECE que la Communauté européenne pourrait, par leur intermédiaire, s'ouvrir davantage aux pays en développement et, concrètement, aux pays d'Amérique latine.

Je rappellerai que dès la fondation du Conseil des Conférences Épiscopales d'Europe (CCEE) la Conférence Épiscopale Portugaise y eut représentation, malgré son statut d'observateur et non de membre de plein droit. D. Manuel de Almeida Trindade, évêque d'Aveiro et Président de la Conférence Épiscopale Portugaise, y exprima la satisfaction de l'Épiscopat portugais devant l'adhésion du Portugal à la CEE, qui renforce ainsi "son intégration dans le milieu géographique et spirituel qu'est l'Europe"¹⁷. Et si l'intégration constituait un

¹⁵ *L'Europe au fil des jours*.

¹⁶ Lire TREANOR, Noël – *Rapport Annuel 1997 de la COMECE*. Bruxelles, 1997.

¹⁷ Lire la Nota Pastoral do Conselho Permanente sobre a Integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia. In CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos Pastorais*. Vol. 3:

défi pour l'Église catholique au Portugal, il faut dire que l'entrée du Portugal dans la Communauté européenne n'était pas sans signification pour les autres pays-membres. Cette idée ressort de la *Note Pastorale* émanant du Patriarcat de Lisbonne le 24 juin 1985. Le Cardinal-Patriarche, D. António Ribeiro, appelant, au nom de l'histoire, à l'application du principe de solidarité, définit la nature de la contribution portugaise qui consiste essentiellement, selon lui, dans son capital culturel et "la longue histoire de ses relations de vie commune avec les autres pays, en particulier d'Afrique et d'Amérique Latine"¹⁸. Dans la même ligne, après la signature du protocole d'entrée du Portugal dans la CEE, le 10 juin 1985, la Conférence Épiscopale Portugaise publia également une *Note Pastorale* découlant de la réflexion menée au Patriarcat de Lisbonne avec la participation d'un grand nombre de laïcs¹⁹.

L'Église catholique portugaise avait ainsi son mot à dire. L'analyse de ses positions montre que l'accent y est mis, comme on peut s'y attendre, sur les arguments et les vues de caractère social, éthique ou relevant de la sphère spirituelle. La reconnaissance du sens chrétien de l'unité européenne passe par la nécessité d'envisager l'adhésion du Portugal comme une occasion privilégiée de réaliser et d'approfondir les valeurs propres à la communauté nationale portugaise et aux communautés régionales et locales. Cette idée d'une Europe chrétienne se renforce dans la conception d'un projet de développement visant à défendre et à promouvoir les droits de l'homme et les valeurs humaines fondamentales. Comme l'affirme le Cardinal-Patriarche D. António Ribeiro en 1985, l'Europe rêvée par l'Église "est l'Europe dans sa totalité géographique et dans son intégrité humaine et spirituelle", et l'unité de l'Europe, plus que

1983-1990. Lisboa: Rei dos Livros, 1991, p. 357-360. Texte publié aussi dans la *DC* 1908 (1985) 1176-1881 et dans *Lumen. Revista de Doutrinação e Informação Eclesial*. 46: 5 (1985) 3-5. On peut lire dans la Lettre du Président de la CEP, D. Manuel de Almeida Trindade: "C'est de cet échange de valeurs – qui ne sont pas seulement économiques – que l'Europe se fera véritablement plus riche", *Lumen. Revista de Doutrinação e Informação Eclesial*. 46: 4 (1985) 24-25.

¹⁹ En plus de la Conférence Épiscopale Portugaise, les Journées Diocésaines du Patriarcat de Lisbonne ainsi que d'autres prélats, au Portugal ou auprès des émigrants à l'étranger ont eu le souci d'étudier l'intégration du Portugal dans les Communautés Européennes. Voir à ce sujet *Documentação Católica (DC)*. Lisboa. 91-92 (1985) 1 (245)-11 (255). Rappelons aussi qu'au cours de la deuxième réunion plénière de la COMECE réalisée à Bruxelles, le 12 juin 1980, une des questions prioritaires de l'ordre du jour avait trait à l'élargissement de la Communauté Européenne à la Grèce, à l'Espagne et au Portugal. A la réunion des 6 et 7 novembre 1981 se trouve présent, comme observateur, D. José Policarpo, évêque auxiliaire de Lisbonne, qui sera remplacé par Mgr. Januário Torgal Ferreira, évêque auxiliaire de Lisbonne, élu comme représentant de la Conférence Episcopale Portugaise, à la COMECE, en Assemblée Plénière réalisée à Fatima les 28-29 juin 1990, étant reconduit dans cette charge à l'Assemblée Plénière des 14-17 novembre 1994. Voir CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos Pastorais*, vol. 3, p. 321 et vol. 4, p. 370. Voir *Compte rendus des réunions* des 12-6-1980, et 6-7 novembre 1981, Bruxelles, COMECE (documents dactylographiés).

politique ou économique, est, avant tout, un idéal de culture et de civilisation²⁰. Ce qui veut dire que l'évangélisation de l'Europe devenait pour les Européens le plus grand défi mais impliquait aussi un effort accru de solidarité sociale²¹.

Selon D. José Policarpo, alors évêque auxiliaire de Lisbonne et représentant de l'épiscopat portugais auprès de la COMECE, dans une lettre adressée à cet organisme en mars 1985, l'inévitable dépendance économique du Portugal à l'égard des Communautés Européennes et l'éventualité d'une crise d'identité historique et culturelle n'étaient pas des raisons suffisantes pour abolir l'espoir mis dans le futur développement du pays. Le pays pourrait, malgré tout, vaincre la pauvreté, la crise économique et, donc, créer une nouvelle situation de dignité, d'égalité des droits, de respect pour la spécificité spirituelle et culturelle de chacun, en particulier celle des émigrants portugais résidant dans les divers pays de la Communauté²².

Dans la ligne de la pensée de Jean-Paul II, réévangéliser l'Europe – affirmait D. José Policarpo lors d'un colloque réalisé en 1995, et organisé par la COMECE, sur *La Construction Européenne et les Institutions Religieuses* – représente une tâche décisive en vue de l'édification d'une communauté européenne digne de ses valeurs et de ses traditions. Au fond, ce n'est qu'en réévangélisant l'Europe que l'on pourra vaincre les méfaits entraînés, sur les plans moral et social, par la suprématie donnée à l'économique. Autrement dit, la défense des valeurs et la proclamation de la supériorité de l'esprit permettraient l'émergence "d'une conscience collective, d'une véritable opinion publique européenne". Avec cette thèse, l'évêque D. José Policarpo attribuait un rôle fondamental aux Églises sur les plans social, culturel, spirituel. Dans leur ouverture à l'universel, elles vivifieraient la fonction éducatrice de l'Europe, de l'Europe globale, de l'Europe de l'Atlantique à l'Oural²³. Ainsi, dans sa perspective, l'idéal de l'Europe permettrait, une fois atteint, de faire converger tous les intérêts sociaux: une économie au service de l'homme, le dialogue interculturel, la force des institutions communes, le dynamisme des initiatives sociales. Mais, soulignait-il, dans ce processus de complexification croissante, et pour prévenir de multiples dérives, la priorité de la culture devait être reconnue. Il incombait aux Églises,

²⁰ Voir *DC Lisboa*. 91 (1985) 4 (248)-5 (249).

²¹ *Ibidem*, p. 5 (249)-7 (251). Cette nouvelle évangélisation repose sur les racines de l'humanisme chrétien européen évoqué par Jean-Paul II dans son *Discurso ao Simpósio do Conselho das Conferências Episcopais da Europa*. *Lumen. Revista de Doutrinação e Informação Eclesial*. 46: 8 (1985) 28-34. Lire aussi le discours de Jean-Paul II à l'Assemblée Parlementaire du Conseil de l'Europe, au Palais de l'Europe, à Strasbourg, le 8 octobre 1988, *Ibidem*. 49. (1988) 8-12.

²² Lettre de D. José Policarpo adressée à Paul Huot-Pleuroux, le 10 mars 1985, COMECE, Bruxelles, (document dactylographié).

²³ POLICARPO, D. José – L'avenir de l'Europe et les institutions religieuses. In *La Construction Européenne et les Institutions Religieuses*. Bruxelles: Bruylant-Academia, 1995, p. 73-81.

aux institutions religieuses, en particulier au christianisme, religion de l'incarnation et facteur de transformation et d'intervention dans l'histoire des hommes, de veiller à la préservation des valeurs de solidarité, de réconciliation, de justice sociale, d'universalité²⁴. D. José Policarpo voulait dire par-là que l'influence du christianisme sur la société ne se limitait pas à la pratique religieuse mais qu'elle doit être visible dans le programme des évêcops européens cherchant à faire valoir les aspirations de l'Église catholique dans un dialogue avec les organismes de l'Union Européenne. Dans leur *Déclaration sur l'Europe*, datée de 1977, les évêques du Portugal, en union avec les autres évêques européens, prenaient leur part de responsabilité devant le destin de l'Europe²⁵.

C'est pourquoi, trois ans plus tard, en 1980, analysant la situation d'un monde en proie à l'insécurité, à l'inquiétude, à l'incertitude, les évêques européens traçaient, derechef, un itinéraire devant conduire à une émancipation croissante où une vision transcendante inspirait une politique de réalisation concrète et positive des principes de l'Évangile. Par conséquent, l'action de l'Église catholique et de ses évêques se réaffirmait dans la défense intransigeante des droits de l'homme, dans les aspirations à l'universel, dans la collaboration œcuménique, en vue d'«Europe plus humaine»²⁶. Et ces mêmes directives se retrouvent dans les réflexions et interventions de D. Januário Torgal Ferreira, alors évêque auxiliaire de Lisbonne, dans les réunions de la COMECE, où il était le représentant de la Conférence Épiscopale Portugaise depuis 1990²⁷, et tout particulièrement dans les documents relatifs aux élections parlementaires (1994), aux préoccupations de l'Église au Portugal (1994) et à l'élargissement de l'Union Européenne (1997).

De l'ensemble de ces conceptions et de ces interprétations, émises par les évêques au nom de l'anthropologie chrétienne, on est conduit à penser que seule l'affirmation de la dignité de l'individu et de son rôle dans la société, dans le respect des principes de subsidiarité, de solidarité et d'équité, pourra contribuer, comme disait Jacques Delors, à "donner une âme à l'Europe".

²⁴ *Ibidem*, p. 77-78.

²⁵ Declaração sobre a Europa. In CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos Pastorais*. Vol. 1: 1967-1977. Lisboa, 1978, p. 231-235 et CRUZ, Manuel Braga da – A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*. 2^a série. 8-9 (1996-1997) 535-536.

²⁶ Declaração sobre as responsabilidades dos cristãos perante a Europa de hoje e de amanhã. In CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Documentos Pastorais*. Vol. 2: 1978-1982. Lisboa: Secretaria Geral do Episcopado, 1983, p. 124-134.

²⁷ Lire, entre autres, son intervention sur les Preocupações da Igreja em Portugal, in *Compte rendu de la Réunion Plénière de la COMECE des 24-25 novembre*. Luxembourg, 1994; *Déclaration de la Commission des Evêcops de la communauté européenne (COMECE) à l'occasion des Élections au Parlement Européen (juin 1994) et Pour une Europe Unie. Élargissement de l'Union Européenne*, COMECE, mai 1992. Sur l'importance des élections au Parlement Européen, en juin 1989, la COMECE exhorte les évêques à faire leur "devoir civique" en participant au choix des membres du Parlement, assumant ainsi leurs responsabilités dans la construction de la Communauté Européenne. Cf. *Lumen*. 50: 5 (1989) 9 et 24.

CONSTRUIRE UNE EUROPE SOLIDAIRE ET ŒCUMÉNIQUE

“Valoriser les différences linguistiques et culturelles dans toute leur richesse plurielle, c’est construire l’unité solidaire. Accueillir la diversité des convictions humaines, religieuses et chrétiennes dans la défense des valeurs fondamentales de la vie c’est déposer sa confiance dans le développement de la communauté œcuménique”, lit-on dans l’éditorial de la revue épiscopale portugaise, *Lumen. Revista de Documentação e Reflexão Pastoral*, a consacré le numéro de janvier-février 2002 au thème: “Construire une Europe solidaire et œcuménique”²⁸.

Deux thèmes ou plutôt deux thèses se dégagent de ce texte: 1 – la richesse plurielle de l’Europe comme base de l’unité solidaire; 2 – la diversité culturelle, religieuse, idéologique et la défense de valeurs essentielles comme fondements de l’œcuménisme. Solidarité et œcuménisme sont, dans la ligne de pensée de la revue de l’épiscopat portugais, les deux piliers soutenant ou devant soutenir le processus de la construction européenne.

Mais construire quelle Europe? Dans le discours officiel des évêques portugais se dessine une Europe humaine et sociale où prévaudraient le respect des droits de l’homme et les valeurs de la paix, de la justice, de la liberté, de la tolérance, de la participation et de la solidarité. C’est aussi dans cette perspective que se présentent les lignes maîtresses de la *Charte Œcuménique pour l’Europe*²⁹, parue en 2002. Ce document, qui se présente comme un engagement public, institue non seulement une normativité mais réclame de la part des Églises et des organisations œcuméniques signataires qu’elles se mobilisent en vue de la promotion d’«une culture œcuménique de dialogue et de collaboration». On retrouvait ainsi, avec une nouvelle énergie, le message des Assemblées Œcuméniques de Bâle, de 1989, et de Gratz, de 1997, c’est-à-dire de la Conférence des Églises Européennes (KEK) et du Conseil des Conférences Épiscopales (CCEE). Message portant essentiellement sur des questions de foi et d’éthique. C’est à partir de ce présupposé, celui de la valeur culturelle et religieuse commune – le christianisme – que se développe toute l’argumentation du discours officiel de l’Église Catholique et des Épiscopeats Européens. Comme l’affirme nettement cette *Charte Œcuménique*, “l’héritage spirituel du christianisme représente une force inspiratrice qui enrichit l’Europe”³⁰. Mais quelle Europe? Le discours de l’épiscopat européen réproue l’eurocentrisme, l’«Occident intégré», “l’Est désintégré”, déplore le déséquilibre Nord-Sud. Et si la richesse de l’Europe réside dans la multiplicité des traditions régionales, nationales, culturelles et religieuses, la réconciliation des peuples, dans la

²⁸ Voir *Lumen. Revista de Documentação e Reflexão Pastoral*. 63: 1 (2002) 1.

²⁹ Lire la Carta Ecuménica para a Europa. *Ibidem*. 63: 1 (2002) 11.

³⁰ *Ibidem*, p. 13.

perspective des Évêques, passe d'un côté par la solution non-violente des conflits, de l'autre, par la promotion de la justice sociale³¹. Ainsi, dans le processus de démocratisation de l'Europe, la justice sociale devenait une obligation fondamentale.

Quel doit être le rôle des Églises? Quelle doit être l'action de l'épiscopat? Il s'agit de contrarier les nationalismes, de sauvegarder les droits des peuples et des minorités; de faire prévaloir la parité des droits entre hommes et femmes; d'appuyer, de stimuler et d'approfondir la coopération avec le judaïsme; de cultiver les relations avec l'Islam. En somme, de respecter la pluralité des convictions religieuses, des visions du monde et des formes de vie.

Ce sentiment œcuménique fut, par exemple, le ferment de la rencontre réalisée en 2002 à Sarajevo, lieu symbolique, point de croisement et d'échanges culturels et religieux. De fait, c'est dans ce contexte multi-ethnique et multi-religieux que se réunirent chrétiens et musulmans de vingt-six pays pendant quatre jours, du 12 au 16 janvier 2002, pour réfléchir sur le dialogue interculturel et inter-religieux dans le futur de l'Europe³². Cette même préoccupation a également été l'objet du dialogue et de la réflexion des évêques portugais à la Conférence Épiscopale Portugaise dont émana la *Lettre Pastorale* publiée le 6 janvier 2002. Les débats au cours de cette réunion portèrent sur le thème décisif de l'Éducation. Les interventions reflètent une tendance nettement personnaliste. La personne humaine doit occuper le centre de l'éducation. Et dans la mosaïque multiculturelle, multi-ethnique et multi-religieuse de la société portugaise, l'éducation est comprise et définie dans ce document pastoral comme agent de formation et de construction de l'harmonie personnelle, mais aussi comme un lieu névralgique dans la dynamique sociale, seul capable d'intégrer la richesse multiculturelle et d'encourager l'interaction des diverses cultures³³. De cette argumentation résulte l'idée que l'harmonie sociale, soutien d'une société démocratique, se construit grâce à l'éducation à la citoyenneté. Toutefois, dans la ligne de pensée des évêques portugais, "l'éducation ne s'épuise pas dans la citoyenneté: son objectif ultime est de former des personnes."

C'est en prenant appui sur un intégrisme personnaliste que les évêques portugais conçoivent la construction d'une Europe unie, ouverte aux relations de coopération entre les nations et avec d'autres continents. Leur discours, tout en soulignant la conjonction des aspects économiques, sociaux et culturels, fait

³¹ *Ibidem*, p. 14.

³² Mensagem final. Conferência Internacional: Cristãos e muçulmanos na Europa: Responsabilidade de compromisso religioso na sociedade pluralista. *Ibidem*, p. 21-22.

³³ Voir, sur ce sujet, CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA – *Orientações Pastorais sobre a Escola Católica*. Lisboa: 1978, n°s 8-17; IDEM – *Carta pastoral: A Igreja na sociedade democrática*. Lisboa, 2000, n° 6; IDEM – *Carta Pastoral: Educação. Direito e Dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa, 2002.

toujours porter l'accent sur l'impératif de fidélité aux valeurs chrétiennes et humanistes. Ainsi, l'Évêque Auxiliaire de Lisbonne et Secrétaire de la Conférence Épiscopale Portugaise, D. Tomaz Pedro Barbosa Silva Nunes, déclare-t-il dans son discours de mai 2002 que "l'Église se sent responsable de la construction du futur de l'Europe"³⁴. Ce futur de l'Europe, dans la perspective de l'épiscopat portugais et aussi européen, est conçu sur la base de la solidarité dans une époque de globalisation. C'est sur cette base que la COMECE a organisé, avec la participation de l'épiscopat portugais, les 27 et 28 février 2002, à Lisbonne, une rencontre sur "l'Afrique et l'Union Européenne: Partenaires dans la Solidarité. Contribution de l'Église". Après la première grande réunion entre l'Afrique et l'Union Européenne, au Caire, en avril 2000, il fut décidé de rechercher des solutions communes aux problèmes, en particulier à ceux de la pauvreté, de l'instabilité politique, de la dette externe, des manquements aux droits de l'homme. Quelle est la place de l'Église dans le dialogue entre cultures et religions, dans la prévention des conflits, dans la construction de la paix en Europe et en Afrique? La réponse à ces questions, synthétisée dans l'intervention du Cardinal-Patriarche de Lisbonne, D. José Policarpo, Président de la Conférence Épiscopale Portugaise, à la Session d'Ouverture du Colloque, se fonde prioritairement sur l'idée de solidarité et d'aide matérielle, mais aussi et particulièrement sur l'échange culturel, sur le dialogue des cultures, sur le partage de valeurs³⁵. Refusant que le continent africain soit condamné à la pauvreté et à la marginalité, une autre fois, les évêques d'Europe, au cours de la trente-troisième Assemblée Plénière de la CCEE, à Wilnius, du 2 au 5 octobre 2003, où se trouvait présent le Cardinal portugais D. José Policarpo, prirent la résolution de préparer une rencontre entre évêques européens et africains en 2004³⁶.

La pensée et le discours se veulent, avant tout, œcuméniques. Parce que l'Église Catholique s'assume comme communauté universelle, l'épiscopat évoque aussi, avec insistance, l'héritage chrétien de l'Europe, les racines chrétiennes de la construction de l'Europe. En effet, le débat sur la Constitution européenne est-il passé au premier plan des Conférences épiscopales. A la rencontre annuelle des Secrétaires Généraux des Conférences Épiscopales d'Europe (CCEE), à Berlin, du 24 au 28 mai 2003, en présence du Secrétaire de la Conférence Épiscopale Portugaise, D. Tomás Silva Nunes, Evêque Auxiliaire de Lisbonne, les propositions de la Présidence de la Convention, en particulier celles "touchant à son statut et au rôle des Églises à l'article 51", furent bien

³⁴ Lire Conferência Regional da Caritas Europa. Mensagem do Secretário da CEP. *Lumen*. 63: 4 (2002) 13-15.

³⁵ Colóquio: A África e a União Europeia: Parceiros na Solidariedade. Contribuição da Igreja. Sessão de Abertura. Intervenção do Cardeal-Patriarca de Lisboa. *Lumen*. 64: 4(2003) 10.

³⁶ Voir *ibidem*. 64: 5 (2003) 93-94.

accueillies par les Conférences Épiscopales. On en concluait que “pour l’avenir de l’Europe il serait très important que le préambule du Traité fit référence aux racines religieuses et chrétiennes ou à la Transcendance”³⁷. L’idéal œcuménique et le principe d’unité cimenté dans la solidarité constituent la ligne de force du discours épiscopal, subsistant et persistant dans le débat sur l’élargissement de l’Union Européenne. De fait, les évêques de la COMECE en réunion plénière, à Bruxelles, les 30 et 31 octobre 2003 et le 24 avril 2004, firent porter leur réflexion sur la “grande Europe”, sur l’adhésion des dix nouveaux États-membres, sur les nouvelles frontières de l’Europe³⁸. La responsabilité des catholiques dans le projet européen fut le thème d’analyse autour duquel se réunirent théologiens et politologues, les 22 et 23 avril 2004, à Saint-Jacques-de-Compostelle, lieu symbolique, point d’arrivée et de rencontre des pèlerins de l’Europe entière.

Une fois encore, dans le contexte des élections du 10 au 13 juin 2004 pour le Parlement Européen, les évêques d’Europe exprimèrent le désir et l’espoir de voir cette institution nucléaire de l’édifice européen se faire l’artisan de la démocratie dans le respect de la diversité sociale, culturelle et politique de l’Union Européenne et sur la base du principe fondamental de la subsidiarité³⁹.

Le pèlerinage à Saint-Jacques-de-Compostelle des délégations des 23 pays de l’Union Européenne, organisé par la COMECE (17-21 avril 2004); la Rencontre Œcuménique de Stuttgart (8 mai 2004) réalisée par 150 communautés et mouvements catholiques, protestants et orthodoxes; le Grand Pèlerinage des Peuples à Mariazell (21-22 mai 2004), qui réunit 8 pays d’Europe Centrale; les derniers voyages de Jean-Paul II (parmi lesquels, celui des 5-6 mai 2004); la Rencontre de Belgrade (12 juin 2004), toutes ces manifestations expriment, symboliquement, et dans les faits, la relation entre le monde ecclésial, épiscopal et le monde politique.

Cette relation entre l’Église Catholique, l’épiscopat européen et les institutions européennes, la rencontre des Églises, ce dialogue interculturel et interreligieux montrent le regard et le rôle joué par l’épiscopat dans l’Europe actuelle: apportant son expérience et sa contribution spécifique, il veut, surtout, comme il l’affirme, ouvrir à l’œcuménisme une ère nouvelle.

A la lumière de ce qui vient d’être exposé, on peut conclure que le discours soutenu par les évêques de l’Église Catholique est explicitement assumé comme un discours dont l’essence est d’ordre éthique, moral et social. Souvent invité par les États à se prononcer sur des questions non spécifiquement religieuses, le

³⁷ *Ibidem*, p. 93. Voir aussi Igreja na Europa. Os bispos da União: o Cristianismo é uma força para a unidade da Europa. *Ibidem*. 64: 6 (2003) 77-79.

³⁸ Voir les documents de la COMECE sur le site www.comece.org

³⁹ Lire Igreja na Europa. *Lumen*. 65: 3 (2004) 73-74.

Saint-Siège, sans refuser de les penser et de les discuter, a cependant cherché à les insérer dans un système de valeurs de caractère éthique et spirituel.

Cette Europe, que les papes et les évêques catholiques considèrent comme destinée à s'unir, ne pourra se contenter, d'après leurs affirmations insistantes, d'être le produit exclusif d'un vaste marché ou d'une monnaie unique. La nouvelle Europe, disent-ils encore, devra être vivifiée par une culture partagée par tous. Et dans cette culture, opine le Saint-Siège, le christianisme n'a pas seulement une place mais a surtout une action importante à exercer. L'Europe sera ainsi, dans cette perspective, une force et un modèle pour un monde en évolution. Porteuse de la civilisation, autrement dit des valeurs chrétiennes, l'Europe devient un guide pour l'humanité tout entière.

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	7
MANUEL CLEMENTE	
<i>Introduction</i>	11
MANUEL CLEMENTE	
<i>La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)</i>	19
ANA MARIA C. M. JORGE; BERNARDO DE SÁ-NOGUEIRA; FILIPA ROLDÃO; MÁRIO FARELO	
<i>Il Clero della Diocesi di Porto nell'Europa del Medioevo</i>	47
MARIA CRISTINA ALMEIDA E CUNHA; MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA	
<i>Pouvoir épiscopal et patrimoine seigneurial au XIII^e siècle: Le cas de Santa Maria de Campanhã</i>	65
LUIS CARLOS AMARAL; ANDRÉ EVANGELISTA MARQUES	
<i>La famille d'Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIII^e et XIV^e siècles</i>	77
MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO	
<i>Servir, gouverner et leguer: L'évêque Geraldo Domingues (1285-1321)</i>	95
HERMÍNIA VASCONCELOS VILAR; MARTA CASTELO BRANCO	

<i>D. Vasco Martins, vescovo di Oporto e di Lisbona: Una carriera tra Portogallo ed Avignone durante la prima metà del Trecento</i>	119
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO; ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA SARAIVA	
<i>IL Pontificato di Giovanni XXI alla luce delle sue bolle</i>	139
Saul António Gomes	
<i>Petrus Hispanus: Un médecin portugais dans l'Europe de son temps</i>	153
ANA MARIA S. A. RODRIGUES; MARIA JUSTINIANA MACIEL; MARIA ANTONIETA COSTA	
<i>La vita communis en las catedrales peninsulares: Del registro diplomático a la evidencia arquitectónica</i>	171
EDUARDO CARRERO SANTAMARÍA	
<i>La Curia romana tra XI e XIII secolo: A proposito di libri già scritti e di libri che mancano ancora</i>	195
TOMMASO DI CARPEGNA FALCONIERI	
<i>L'examen d'un groupe social local devenu international: La prosopographie du chapitre cathédral Notre-Dame de Tournai de 1080 à 1340</i>	207
JACQUES PYCKE	
<i>La participation du Portugal au concile de Pise (1409)</i>	235
HÉLÈNE MILLET	
<i>Le Cardinal du Portugal: Célébration de la vie et mémoire de la mort à Florence au Quattrocento</i>	257
VÂNIA LEITE FRÓES	
<i>La catéchisation jésuitique dans la stratégie impériale de Jean III</i>	269
JOÃO MARINHOS DOS SANTOS	

<i>Origini e carriere vescovili nel Portogallo Moderno: Una visione comparata</i>	279
JOSÉ PEDRO PAIVA	
<i>L'insegnamento nella Facoltà di Teologia di Coimbra nel contesto europeo del secolo XIX</i>	295
CARLOS A. MOREIRA AZEVEDO	
<i>Le processus de la construction européenne: La vision de l'épiscopat portugais</i>	309
MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO	

Acabou de se imprimir
aos 15 de Julho de 2005
na SerSilito - MAIA

Tiragem: 1.000 exemplares

Depósito legal: 229070/05

ISBN: 972-8361-21-1

